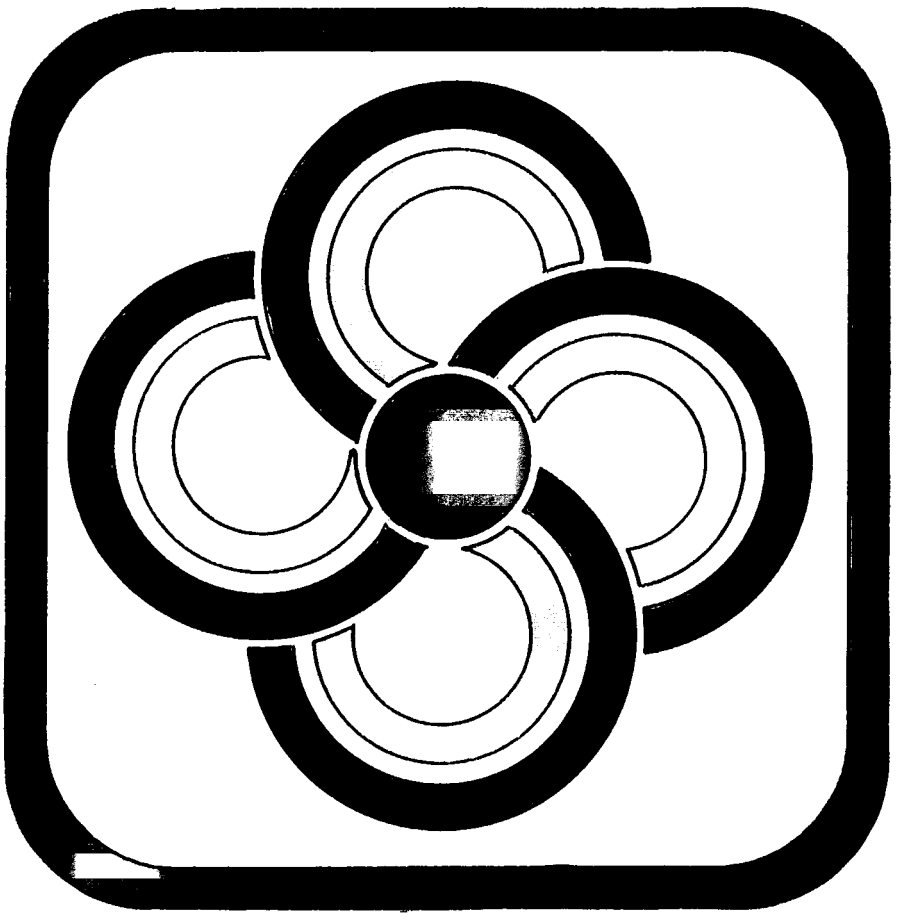
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
Mestrado em História Contemporânea

A FLOR DO CAMPO



José Manuel Queijo Barbosa
Porto, Novembro de 2002

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

TEMA: A FLOR DO CAMPO

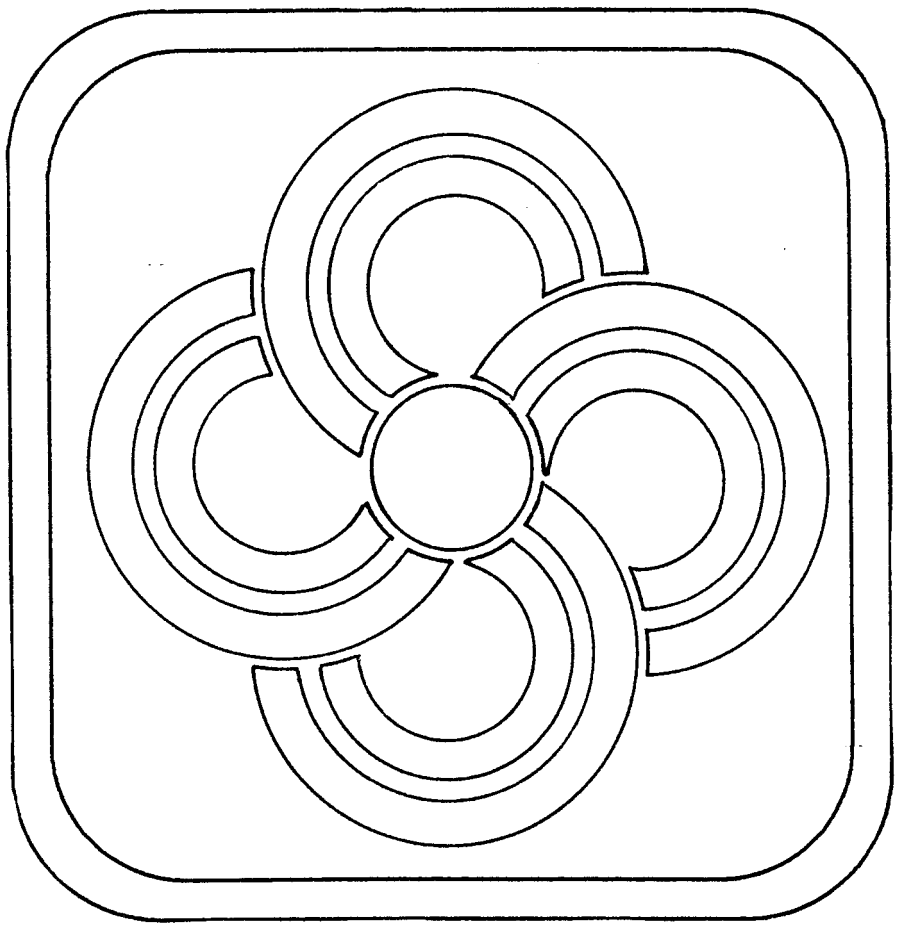
AUTOR: JOSÉ MANUEL QUEIJO BARBOSA

ERRATA

Pág.	Onde está	Deve ler-se
14	"que para Mattoso ele fala"	"que Mattoso fala"
21	"ver anexo X"	"ver anexo E"
28	"Leonardo da Vinco"	"Leonardo da Vinci"
39	"princípios do século XIX"	"princípios do século XX"
40	"Ferreira Alves"	"Fernandes Alves"
45	"visualizar a concentração"	"permite visualizar a concentração"
45	"plano teórico em imagem"	"plano teórico essa imagem"
45	"como é reflexo"	"como reflexo"
45	"a um intervalo de estudo"	" a uma intervenção do estado"
109	"concretamente em 19 de Janeiro"	"concretamente em 12 de Janeiro"
158	" 1.2000.000$00"	"1.200.000$00"
158	"10.5000.000$00"	"10.500.000$00"

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
Mestrado em História Contemporânea

A FLOR DO CAMPO



José Manuel Queijo Barbosa
Porto, Novembro de 2002

AGRADECIMENTOS

O presente texto corresponde, no essencial, à tese de mestrado em História Contemporânea frequentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, entre Outubro de 2000 e Outubro de 2002.

Expor publicamente o resultado da pesquisa desenvolvida ao longo destes dois anos é, do ponto de vista do investigador, uma tarefa ingrata e penosa. O tempo disponível aproxima-se do seu termo e a insegurança do neófito investigador apodera-se inevitavelmente do seu consciente.

Acima de tudo, sem querer abertamente confessar o seu pensamento, vem à superfície a estranha sensação de que deveria começar tudo de novo, enquanto receia que o seu trabalho possa ser considerado sem valor.

Mas uma réstia de optimismo emerge e impulsiona o investigador a passar à fase da dissertação e ao momento em que o seu trabalho vai ser julgado.

Ao apresentar este trabalho de investigação, só possível com a colaboração e companheirismo de um conjunto de pessoas que deram o seu contributo de modo desinteressado, é igualmente chegado o momento de deixar uma palavra de agradecimento para aqueles que, de alguma maneira, me ajudaram na sua concretização.

Agradeço em primeiro lugar ao meu orientador, Professor Doutor Jorge Fernandes Alves, que se mostrou disponível para me orientar na realização deste trabalho, traçando comigo o caminho que deveria percorrer e aperfeiçoando a informação

pesquisada por forma a que o resultado final traduza uma certa coerência científica a nível de conteúdo e a clareza e objectividade que um texto deve possuir para ser inteligível.

Em segundo lugar agradeço a todos os professores que passaram pelas diversas sessões de metodologia do seminário e que contribuíram para um rasgar de horizontes no caminho da formação pessoal, espoletando igualmente novas perspectivas profissionais.

Quero agradecer também a alguns colegas que por amizade se disponibilizaram quando foi necessário: à Irene, que estabeleceu o contacto com a presidente do Conselho de Administração de "A Flor do Campo, L.^{da}"; à Olívia, pela leitura atenta e revisão de texto final, à Filomena e ao Luís, por idêntica colaboração, a primeira no apoio a referências bibliográficas e o segundo em pontual apoio técnico na informática.

Não podia deixar de referenciar a disponibilidade e abertura da actual Presidente do Conselho de Administração da fábrica "A Flor do Campo, L.^{da}" e filha do seu fundador, o Comendador Abílio Ferreira de Oliveira, que gentilmente autorizou o estudo sobre a empresa que dirige.

Uma palavra especial para a Paula, que esteve sempre presente na elaboração desta tese e que me incentivou até chegar ao fim o registo escrito que agora se apresenta.

A todos obrigado. O trabalho terá, por certo, deficiências que não foram a tempo de ser descobertas e corrigidas, pelas quais apesar de todas as preciosas ajudas, só eu poderei ser responsabilizado.

Porto, Novembro de 2002

José Manuel Queijo Barbosa

ÍNDICE GERAL

Pág.

INTRODUÇÃO

1. O tema 2

2. Metodologia e fontes 5

2.1. Documentos legais analisados 7

2.2. Autores consultados 12

2.3. Testemunho oral 14

3. Objectivos e finalidades 16

Em síntese 17

CAPÍTULO I
A INDÚSTRIA ALGODOEIRA EM PERSPECTIVA

INTRODUÇÃO 19

1. CARACTERIZAÇÃO DA "GOSSYPIUM HERBACEUM" NO CONTEXTO DAS FIBRAS TÊXTEIS 20

1.1. As fibras vegetais 20

1.2. Caracterização das fibras vegetais 22

1.3. A "gossypium herbaceum" 22

1.4. O algodão – da colheita à fiação 26

1.5. O algodão – da fiação à tecelagem 28

1.6. O mundo dos têxteis 31

2. A MEMÓRIA DO ALGODÃO NA PERSPECTIVA DA INDÚSTRIA ALGODOEIRA NACIONAL 32

2.1. Procurando a memória do algodão 32

2.2. Na Idade Média..... 33

2.3. A Expansão e a Indústria..... 34

2.4. A Revolução Industrial..... 36

2.5. O século XIX..... 39

2.6. Dos inícios do século XX ao Estado Novo..... 43

2.7. A Indústria durante o Estado Novo..... 44

2.8. Da Revolução de 1974 à actualidade..... 63

Em síntese..... 66

CAPÍTULO II
ELABORANDO UMA MONOGRAFIA DE SÃO MARTINHO DO CAMPO

1. DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA E ECONÓMICA DESTA VILA DO CONCELHO DE SANTO TIRSO PASSANDO POR OUTRAS ÁREAS QUE REVELAM O PULSAR DESTA FREGUESIA..... 69

1.1. Localização..... 69

1.2. A toponímia..... 71

1.3. População..... 72

1.4. História da freguesia..... 73

1.5. Uma paróquia importante..... 76

1.6. O orago..... 77

1.7. Património artístico..... 79

1.8. A cultura viva..... 82

1.9. Actividades económicas..... 83

1.10. Outros serviços..... 85

1.11. O ensino..... 87

Em síntese..... 90

2. A FORÇA INDUSTRIALIZADORA DA REGIÃO DO VALE DO AVE..... 91

2.1. O Porto, uma referência da indústria têxtil..... 91

2.2. A indústria têxtil algodoeira continua no Vale do Ave..... 93

2.3. O aparecimento de grandes empresas algodoeiras..... 96

Em síntese..... 101

CAPÍTULO III
A FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS "A FLOR DO CAMPO, L.da"

1. O HOMEM E A SUA OBRA..... 103

1.1. Abílio Ferreira de Oliveira..... 103

1.2. A Flor do Campo..... 114

1.3. As notícias de jornais..... 118

1.4. Testemunhos..... 120

1.5. Narciso Ferreira e Abílio Ferreira de Oliveira – pontos de contacto..... 123

2. AS BODAS DE PRATA..... 127

2.1. As palavras dos que se associaram à comemoração..... 127

2.2. As notícias de jornais..... 130

2.3. Os dados tecnológicos e de produção..... 135

2.4. Os trabalhadores..... 140

2.5. As empresas que se associaram às comemorações dos 25 anos..... 141

3. MEIO SÉCULO DE VIDA!..... 148

3.1. Mudanças na vida do Comendador Abílio Ferreira de Oliveira..... 148

3.2. A morte do Comendador..... 152

3.3. A situação da empresa..... 156

3.4. As notícias de jornais..... 160

3.5. As comemorações oficiais das Bodas de Ouro..... 162

4. PERSPECTIVAS DA ACTUALIDADE 170

4.1. A situação da empresa na actualidade 172

4.2. A empresa e o meio envolvente 179

NOTA FINAL 183

BIBLIOGRAFIA

1. Obras de referência 187

2. Fontes estatísticas 199

3. Fontes notariais 200

4. Legislação 200

5. Periódicos 204

6. Fontes impressas diversas 204

TESTEMUNHOS ORAIS 205

ÍNDICES DIVERSOS 207

ÍNDICE DE QUADROS 207

ÍNDICE DE FIGURAS 208

ÍNDICE DE GRÁFICOS 208

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS 209

Introdução

No início de uma investigação ou de um trabalho,
o cenário é quase sempre idêntico. Sabemos vagamente
que queremos estudar tal ou tal problema..."
Raymond Quivy, in Manual de investigação em Ciências Sociais, p. 18

Escrever um trabalho desta natureza não é uma tarefa fácil. A escrita em história, seja num simples relatório ou na elaboração de uma tese de mestrado, para além de necessitar de um bom suporte técnico e científico, deve igualmente preocupar-se em ser bem escrito e compreensível. Contudo, não basta saber pensar e redigir, uma vez que as exigências de uma tese são cada vez maiores. Isto não significa que a escrita clara e objectiva e a utilização de uma linguagem simples e inteligível possam ser interpretadas como um contra-senso em relação ao rigor que se pretende.

Um segundo princípio que nos norteia no início deste trabalho tem a ver com uma sensação dualista em relação à matéria em estudo. Por um lado trata-se de uma investigação com carácter individual, inspirado na angústia pessoal e que busca interrogações e respostas nos sentimentos, nas vivências e experiências pessoais. Por outro lado, ela não será completamente isolada, uma vez que "um certo número de pessoas contribuem, de uma maneira ou de outra, de perto ou de longe, para a realização de uma obra" (Deshaies, 1997, p. 13), que conclui com algum humor realista que "As dedicatórias e as páginas de agradecimentos dos livros ilustram abundantemente este facto."

Em terceiro lugar, gostaríamos de afirmar que fazer uma tese em Ciências Humanas e Sociais significa uma série de pressupostos iniciais de grande importância: ter disponibilidade para pesquisar (mesmo o que eventualmente venha a não ser utilizado),

saber pôr em ordem ideias, ordenar e tratar os dados recolhidos e construir um "objecto" de estudo baseado na experiência e no método . Como referem PHILLIPS e PUGH (1998, p. 62), "A investigação vai para além da descrição e requer um trabalho de análise. Procura explicações, relações, comparações, previsões, generalizações e teorias.". Fazer uma tese é, pois, e simultaneamente, uma arte e um ofício, a arte e o ofício baseados nas teorias educacionais do aprender fazendo.

Finalmente, não temos a veleidade de elaborar uma tese com a convicção de sermos particularmente excepcionais no tema em estudo, o que nos levaria a fecharmo-nos numa torre de marfim com os nossos elevados padrões de profissionalismo. A investigação a que nos propusemos dedicar com empenho deve ser encarada como um processo interactivo, obedecendo a regras formais, mas desenvolvendo competências sociais e académicas que nos permitiram um conhecimento aprofundado na área escolhida e acordada com o orientador. A este propósito o papel do orientador revelou-se fundamental para uma boa prossecução do nosso trabalho, pelas oportunidades criadas na busca de uma familiaridade com o tema e no alertar dos padrões de profissionalismo que uma tese exige. À medida que a investigação foi avançando e com o surgir de novas ideias com possibilidade de as inserir na tese, a tentação pela dispersão surgiu naturalmente, mas é mais uma vez fundamental o papel do orientador ao alertar para essa situação, sugerindo o retorno ao programa de investigação estabelecido, como melhor método de concentração no problema em análise.

À medida que a investigação foi avançando a aprendizagem foi-se desenvolvendo de uma forma natural e as opções tornaram-se mais pessoais e autónomas.

1. O tema

"...há lugares para a história que permitem pôr em confronto o passado e o presente interrogando de outro modo os documentos, bem como os acontecimentos, procurando articular o que desaparece sobre o que aparece."

Arlette Farge, in Lugares para a História, p.7

Marc Bloch afirmava na sua célebre obra que "É quase infinita a diversidade dos testemunhos históricos. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito." (1976, p. 61). O historiador procura frequentemente estudar o passado, por vezes o mais longínquo buscando testemunhos

que lhe permitam ter uma percepção de como viveram e actuaram os homens no tempo, mas a verdade é que o esforço de compreensão do passado desvia-nos frequentemente do conhecimento do presente. Alterando-se actualmente a tendência para centrar os estudos históricos em períodos mais remotos, os investigadores voltam-se agora mais para temas contemporâneos das áreas mais diversas, incluindo-se os estudos sociais a nível de história das mulheres, da criança, dos marginais, dos usos e costumes, ou então para estudos na área da economia, abrangendo actividades que vão da agricultura à pesca, das minas à indústria, do comércio às instituições bancárias e de seguros.

Muitos são os autores que, como Braudel, realçam o facto de os historiadores deverem iniciar um diálogo com outros grandes sectores das ciências do homem e mesmo fora do âmbito das ciências humanas e sociais. Na verdade, a geografia, a demografia, a sociologia, a economia ou a estatística, são bons exemplos dessa parceria investigativa e o seu entrecruzar traduz-se em campos riquíssimos a nível de pesquisa, que no caso concreto da história económica e social nos viria a influenciar positivamente. Como refere Amado Mendes "A história económica e social, visando embora o estudo do passado, também fornece elementos para a análise e compreensão do presente e, inclusive, para uma mais adequada preparação do futuro." (1993, p. 25).

A nossa investigação encaminha-se, assim, para a área da história económica e social e neste campo muitas são as temáticas que poderiam ser abordadas: as crises e movimentos cíclicos, o sistema bancário, a industrialização. E na área da industrialização, Jorge Alves refere algumas das propostas de investigação "o artesanato, as manufacturas, a mecanização; a fábrica; as configurações regionais e locais da indústria; as perspectivas sectoriais; aprendizagem e ensino industrial; as condições de Trabalho e a conflitualidade laboral; a tecnologia; o investimento." (1999, p.17). Também Amado Mendes aponta os caminhos diversificados dessa investigação quando diz que "Os factores de localização industrial têm variado substancialmente, ao longo dos últimos dois séculos. A história económica, ao investigar variáveis como os combustíveis, as matérias-primas, os transportes e comunicações, a mão-de-obra, o mercado e as condições de vida contribui para explicar a geografia industrial do nosso tempo, fornecendo, simultaneamente, elementos que ajudam a prever as tendências futuras." (1993, p.27).

Sendo a dissertação final uma obsessão para um mestrando, a opção temática do estudo da empresa de fiação e tecelagem "A Flor do Campo, L.da" como tema central para esta tese de mestrado em História Contemporânea, para além de razões de índole pessoal, surgidas a partir da vivência profissional (exercer a profissão docente na

freguesia onde a fábrica está implantada e conhecer um pouco a realidade do mundo do design de moda no âmbito da área da História do Trajo e da Moda), decorre igualmente da necessidade de darmos o nosso contributo para o estudo da história local, através da investigação da indústria têxtil algodoeira, num estudo de caso, em que empresa e empresário muito contribuíram para essa história.

Como bem escreveu Amado Mendes (1993, p. 101), "...qualquer país que tenda a modernizar-se não o poderá fazer sem também se industrializar. Contudo, não bastará desenvolver a indústria para que todos os pressupostos da modernização fiquem solucionados.". É precisamente esta uma das problemáticas que pretendemos abordar ao estudar a fábrica de fiação e tecidos "A Flor do Campo, L.da", bem como a figura do seu fundador, o Comendador Abílio Ferreira de Oliveira, de forma a conhecer como a obra e obreiro contribuíram para o desenvolvimento local da freguesia da São Martinho do Campo em particular e a região do Vale do Ave em geral.

A vida do comendador Abílio Ferreira de Oliveira, que do homem humilde conhecido como "o batateiro" se transformaria num empresário de sucesso a nível regional e nacional será um dos pontos fortes da nossa investigação, assim como das diversas obras com carácter de beneficência a que o seu nome ficou ligado. Sobre a sua empresa far-se-á uma caracterização o mais rigorosa, imparcial e crítica possível, por forma a não desvirtuar o verdadeiro trabalho de investigação histórica.

Esclareça-se ainda que é inevitável fazermos num primeiro capítulo uma sucinta abordagem que caracterize a indústria têxtil algodoeira nacional e uma natural interligação com situações similares de empresas industriais da região do Vale do Ave, em tempos próximos tão referenciada pelos graves problemas de falência de algumas fábricas e de desemprego e que hoje, procura um relançamento nos mercados nacional e internacional. Prova deste esforço é o sucesso de algumas empresas, das maiores do país, a nível de emprego e de produção.

Conhecer o homem, a empresa é conhecer um pouco a realidade local. Verificaremos no decurso do nosso trabalho que essa realidade há algumas décadas atrás era inclusive uma referência de qualidade de vida dentro do concelho de Santo Tirso, possuindo infra-estruturas e sendo visitada por destacadas figuras de estadistas e ministros, do Estado Novo e do período Democrático saído de Abril de 1974, pese embora algumas questões judiciais em que o comendador se viria envolvido e ilibado, durante o "Verão Quente de 1976".

2. Metodologias e fontes

"Mas o gesto que associa as 'ideias' a lugares é, precisamente, um gesto de historiador. Compreender é, para ele, analisarem termos de produções localizáveis o material que cada método primeiramente instaurou, segundo os seus próprios critérios de pertinência."

Michel Certau, in A operação história, 1977, p.17

Falar de metodologia é indispensável quando de prepara uma tese de mestrado e isso conduz-nos a questões de objectividade do seio da razão lógica das regras que têm a ver com o sujeito, mas também com regras relacionadas com o método ou a forma de proceder no estudo da realidade que se pretende investigar. Neste sentido, o método, podemos assim dizer, é a abordagem, o ângulo de visão, que interage com a reflexão e nos leva a produzir um saber construído e integrado nessa mesma lógica.

A investigação em ciências humanas e sociais parte muitas vezes de um caos que não deve ser motivo de inquietação ou de apreensão face ao nosso trabalho, até porque numa fase inicial temos sempre uma vaga ideia do que pretendemos estudar, mas ainda não estamos suficientemente maduros para termos certezas quanto aos resultados a alcançar, até porque as estratégias para o fazer e os métodos a utilizar são igualmente pouco amadurecidos. Consideramos curiosa a comparação que Quivy e Campenhoudt estabelecem entre a investigação nas ciências sociais e o procedimento análogo seguido pelo pesquisador de petróleo quando dizem "Não é perfurando ao acaso que este encontrará o que procura. Pelo contrário, o sucesso de um programa de pesquisa petrolífera depende do procedimento seguido. Primeiro o estudo dos terrenos, depois a perfuração." (1992, p.13). foi isso que se procurou fazer no decorrer do primeiro ano do curso de mestrado em história Contemporânea.

Inequívoca parece, portanto, ser a importância do método em investigação. O investigador interroga-se e procura respostas às questões que vai levantando e para as quais quer demonstrar uma certa sabedoria, sendo uma forma de exercitar o seu pensamento e de encontrar uma certa segurança. A metodologia não substitui o papel do investigador, mas proporciona-lhe os meios para empreender uma investigação, meios que se destinam a ser aplicados para alcançar um fim. A este propósito, Deshaies (1997, p.27) diz que a metodologia é "...um estudo dos meios adequados e satisfatórios a escolher na realização de uma investigação. Podem ser processos, métodos, técnicas ou procedimentos de análise (por exemplo, a estatística) da informação. Regra geral, devem

representar realmente uma economia de esforços tendo em vista alcançar o fim esperado.".

Parece-nos claro que os objectivos da investigação científica não se devem centrar exclusivamente no descoberta e descrição de acontecimentos ou fenómenos, mas explicar as razões porque os fenómenos ocorrem dessa maneira ou que razões conduzem ao desenrolar de determinados acontecimentos. No caso da nova história económica e social, que coloca a oscilação cíclica no primeiro plano da investigação e se preocupa com a duração, há ainda a realçar o que diz Braudel ao afirmar que "os observadores do social entendem por estrutura uma organização, uma coerência, relações suficientemente fixas entre realidades e massas sociais" (1976, p.21). Entenda-se aqui que a estrutura de que fala Braudel tem a ver com a realidade de fenómenos e acontecimentos em que o tempo desempenha um papel fundamental, tempo que não é precipitado e demora a desgastar. No caso da nossa investigação em que o social e o económico se interligam, vamos deparar com esta dualidade em relação ao tempo histórico, o tempo breve e a longa duração.

Fazemos esta reflexão sobre o tempo porque ele é de suprema importância no estudo das crises económicas, mas também dos sinais deixados pelo homem no tempo (do mais longínquo ao mais próximo) e que ficam como referências de uma época. Um economista, um sociólogo e um historiador não observam da mesma maneira essas crises e esses sinais temporais, mas em nosso entender o historiador consegue tornar extensivas muitas das análises e conclusões a que chega, sendo simultaneamente concreto e objectivo nesse desempenho. Bouvier (1981, p.40) diz mesmo que "o historiador das crises analisa elementos concretos: grandezas económicas, elementos demográficos e forças motoras da economia (empresas e "grupos"). Mas elementos cuidadosamente datados no tempo, situados no espaço (económico, social, geográfico); elementos comparados entre si e estudados nas suas interacções possíveis; enfim (e talvez sobretudo), elementos relacionados com o conjunto do meio ambiente económico, social e político." É esta uma realidade que deve estar bem presente na investigação em temas da história contemporânea e à qual a metodologia não pode estar alheia, até porque partilhamos da ideia de Chaunu, quando referindo-se à história económica de hoje diz que "menos que um objecto é, antes de mais, um estado de espírito, um conjunto de métodos, uma actuação." (1981, p.77).

Concretizadas estas reflexões sobre a relação investigação / metodologia / tempo, importa nesta primeira abordagem à temática da metodologia e das fontes esclarecer

alguns pressupostos teóricos, ainda que apresentados de uma forma sucinta em três itens:

a) a investigação, sendo um acto de vontade exige um saber técnico, uma capacidade de reflexão e de objectivação;
b) a relação do sujeito com o conhecimento propriamente dito está submetido a características intrínsecas ao investigador: à sua matriz cultural, aos seus processos de conhecimento e de tomadas de decisão e à sua inteligência criadora;
c) a metodologia a aplicar, para ser sólida deve ter garantias de sucesso na fase de investigação científica, pelo que saber formular questões, definir objectivos da sua investigação, clarificar o que pretende investigar, recolher informações pelos meios mais apropriados e fazer a respectiva análise crítica, ser claro na formulação dos problemas e sucinto no tratamento das suas ideias são fundamentais para uma boa comunicação final dos resultados alcançados.

Finalmente, concluímos afirmando que a investigação científica deve procurar ser clara e inequívoca na sua exploração e igualmente clara e precisa na divulgação dos resultados obtidos. E se cada pessoa possui uma formação e percepção do real próprias, isso vai naturalmente reflectir-se na sua experiência e visão dos dados pesquisados, pelo que o trabalho que apresentamos espelha esta maneira de ser, de estar e de percepcionar. Refira-se ainda que a aplicação do método por nós utilizado possui os seus próprios limites e que não podem ser ultrapassados, caso da experimentação ou previsão que não têm lugar numa investigação desta natureza, restando em alguns momentos a dinâmica e a curiosidade que estimula o nosso trabalho.

Esclareça-se por último que elaboramos uma cronologia baliza entre 1930 e 2000 (anexo A), com referências anuais à situação vivida em Portugal, a par de uma coluna dedicada exclusivamente a assuntos com carácter económico. Foi uma forma de nos situarmos temporalmente e de suportar o nosso trabalho ao longo da sua elaboração.

2.1. Documentos legais analisados

"Para mim, os documentos só têm sentido quando inseridos numa totalidade, que é a existência do homem no tempo."
J. Mattoso, in "A escrita da história - teoria e métodos", p.17

Como já referimos, o objecto do nosso trabalho de investigação é o estudo de uma unidade fabril, a fábrica de fiação e de tecidos "A Flor do Campo, L.da", cujas fontes caracterizadoras a nível de instalações e equipamentos, matérias-primas, capitais, produção e trabalhadores empregues em cada sector foram procurados no seu seio.

Mas numa investigação desta natureza é de capital importância que os factores económico, político e simbólico não são completamente estanques, funcionando mais como dimensões inerentes a toda uma acção social à qual estão profundamente ligados. Ora neste tipo de trabalho de historiadores, segundo Augusto Santos Silva (1999, p. 50) "tem-se desenvolvido, em larga medida, na permanente 'conquista' de novos domínios de estudo – isto é, na análise de propriedades e factos até então considerados como não-analisáveis, porque universais ou naturais." Por esta razão, as fontes utilizadas são hoje mais alargadas e não se limitam a documentos bolorentos das reservas dos arquivos.

Hoje em dia, quem se inicia numa investigação - acção, embora com uma bibliografia restrita que refira as técnicas e métodos característicos desta modalidade e sempre com uma forte ligação a uma investigação tradicionalmente codificada com princípios bem definidos, começa já a aperceber-se que pelo menos a "filosofia" das novas metodologias vêm acentuar a necessidade de recolha de informações diversas para um melhor conhecimento de uma situação ou problema a fim de sobre ele agir e dar-lhe solução ou então, pelo menos, apontar uma explicitação para determinado tipo de fenómenos ou acontecimentos.

Recordemos o que o IX Congrès International des Sciences Historiques, realizado em Paris, em 1950, realça sobre o papel do historiador, como técnico imprescindível no estudo das sociedades e como observador especialista do estudo dos homens no tempo, ao mesmo tempo que procurava reflectir sobre a ideia de "ciência histórica...". No tomo I, entre as páginas 574 e 579 pode sintetizar-se o seguinte: "Acontece ainda que 'a ideia de uma ciência é contraditória'... A História não é uma soma de factos, mas um tecido de relações... A História deve ser explicativa..., pois não há ciência que não procure a explicação em que o assunto não se apresente pela construção inteligível das estruturas que lhe são próprias."

A história aborda factos, estuda relações, procura respostas, constrói explicações inteligíveis. Já referimos que a clareza, a objectividade, o rigor e a fidelidade em relação aos documentos investigados devem ser uma preocupação do investigador, e isso, procuramo-lo sê-lo.

No trabalho de pesquisa procurou-se a diversificação, não com o sentido de dispersão, mas com o intuito de enriquecer o resultado final da nossa investigação. Essa diversificação passou pela leitura de obras de referência na caracterização da História Contemporânea e de outras mais específicas no âmbito da História Económica e Social até chegarmos a referências bibliográficas restritamente relacionadas com o tema da nossa tese de mestrado: a indústria têxtil algodoeira e o estudo da empresa já mencionada.

Outras fontes inevitáveis para esta investigação foram as fontes impressas relacionadas com a imprensa periódica, estando neste caso as seguintes consultas: O Jornal de Santo Tirso, A Semana Tirsense, O Primeiro de Janeiro, O Comércio do Porto. Também algumas revistas e boletins como "A Indústria Nacional", "A Indústria Portuguesa", "A Indústria Têxtil", "Monitor" e a "Revista de Comércio & Indústria" estão incluídas nesta fase da pesquisa.

A nível de elementos estatísticos foram observados as publicações do Instituto Nacional de Estatística, concretamente os Boletins de Estatística industrial de 1945, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1989, estes três últimos com referências aos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Consultaram-se ainda as estatísticas das empresas industriais do ano 1990/1991 e da produção industrial de 1992 a 1995, os mais recentes publicados pelo Instituto Nacional de Estatística.

Por último, as fontes que fizeram o acompanhamento do nosso trabalho e o contextualizaram sobre o ponto de vista de política económica e legal foram obtidas pela leitura dos Diários do Governo desde um período um pouco anterior ao da fundação da fábrica "A Flor do Campo, L.da" até à revolução de Abril, período cuja política económica e financeira sofreu alterações profundas, primeiro com o surgir da democracia e uma nova visão de como fazer o planeamento económico, depois, com as alterações motivadas pela adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia.

Os documentos legais que analisámos (anexo C) encontram-se esquematizados de forma sistematizada e analítica, corresponde a um suporte igualmente importante no nosso trabalho investigativo. De forma sucinta e esquemática encontra-se no referido anexo a listagem de legislação recolhida nos Diários do Governo e que são apresentados no ***quadro n.º 1***.

QUADRO N.º 1

Diários do Governo * Levantamento de Legislação

Número	Data	Ministério	Título
Dec.Lei 19:354	14/2/31	Ministério do Comércio e Comunicações	Condicionamento Industrial
Dec.Lei 19:409	4/3/31	Ministério do Comércio e Comunicações	Regulamentação do Condicionamento Industrial
Dec.Lei 20:521	17/11/31	Ministério do Comércio e Comunicações	Alargamento ligado ao Condicionamento Industrial
Dec.Lei 21:515	26/7/32	Ministério do Comércio Indústria e Agricultura	Ainda sobre o Condicionamento
Dec.Lei 1:914	24/5/35	Presidência do Conselho	Promulga as bases relativas à reconstituição económica
Dec.Lei 26:509	11/4/36	Ministério das Colónias	Fixa regras a que deve obedecer o estabelecimento, a reabertura e o exercício das indústrias nas colónias
Dec.Lei 27:701	15/5/37	Ministério do Comércio e Indústria	Sobre o fundo corporativo
Dec.Lei 27:702	15/5/37	Conselho Técnico Corporativo de Comércio e da Indústria	Criação da Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama
Lei n.º 1:956	17/5/37	Ministério do Comércio Indústria	Indústrias que ficam sujeitas ao condicionamento
Dec.Lei 27:758	15/6/37	Ministério do Comércio Indústria	Isenta algumas empresas das obrigações do condicionamento
Lei n.º 27:994	26/8/37	Ministério do Comércio Indústria	Condicionamento industrial
Dec.Lei 29:110	12/11/38	Ministério do Comércio Indústria	Corporações
Dec.Lei 29:111	12/11/38	Ministério do Comércio Indústria	Constituição da Câmara Corporativa
Dec.Lei 29:232	8/11/39	Presidência do Conselho	Associações patronais e corporações
Lei n.º 1:994	13/4/43	Ministério das Finanças	Lei da nacionalização dos capitais
Lei n.º 2:002	26/12/44	Ministério das Obras Públicas Comunicações	Electrificação do país
Lei n.º 2:005	14/3/45	Ministério da Economia	Promulga as bases a que deve obedecer o

			fomento e reorganização industrial
Lei n.º 34:643	1/6/45	Ministério das Colónias	Condicionamento, maquinaria, a situação nas colónias
Dec.Lei 36:030	12/12/46	Ministério das Finanças	Apetrechamento industrial do país
Lei n.º 36:443	30/7/47	Ministério da Economia	Isenta do condicionamento industrial muitas modalidades da indústria
Dec.Lei 36:501	9/9/47	Ministério da Economia	Constitui o Fundo de Fomento Industrial e o Fundo de Abastecimento
Lei n.º 36:933	24/6/48	Ministério da Economia	Cria a Direcção Geral dos Serviços Industriais e define as suas atribuições
Lei n.º 36:945	28/6/48	Ministério da Economia	Regulamenta o condicionamento industrial
Lei n.º 38:143	30/12/50	Ministério da Economia	Liberta algumas modalidades da indústria em relação ao condicionamento
Lei n.º 2:052	11/3/52	Presidência da República	Promulga as bases do condicionamento industrial
Lei n.º 2:058	29/12/52	Presidência da República	Promulga as bases para a execução do Plano de Fomento (53-58)
Lei n.º 2:086	22/8/56	Presidência da República	Promulga as bases para a instituição das corporações
Lei n.º 2:089	8/6/57	Presidência da República	Criação do Instituto Nacional de Investigação Industrial
Dec.Lei 41:875	23/9/58	Ministério das Corporações e Previdência Social	Institui a Corporação da Indústria
Dec.Lei 41:876	23/9/58	Ministério das Corporações e Previdência Social	Institui a Corporação do Comércio
Lei n.º 2:094	25/11/58	Presidência da República	II Plano de Fomento (59-64)
Dec.Lei 42:593	19/10/59	Presidência do Conselho	Cria a Comissão Interministrial do Plano de Fomento e define as suas atribuições
Dec.Lei 44:506	10/8/62	Ministério das Corporações e Previdência Social	Questões levantadas pela organização industrial
Dec.Lei 44:652	27/10/62	Presidência do Conselho	Promulga disposições destinadas a fomentar o crescimento económico e social dos territórios e regiões menos desenvolvidas do espaço português. Introduz alterações na orgânica do Conselho de Ministros
Lei nº2:123	14/12/64	Presidência da República	Plano Intercalar do Fomento (65-67)

Dec.Lei 46:666	24/11/65	Ministério do Ultramar e da Economia	O condicionamento industrial no espaço português
Dec.Lei 46:909	19/3/66	Presidência do Conselho	Reorganiza os serviços de planeamento e integração económica
Lei n.º 2:133	20/12/67	Presidência da República	III Plano de Fomento (68-73)
Dec.Lei 48:301	30/3/68	Presidência do Conselho	Criação do centro de Estudos do Planeamento
Dec.Lei 48:905	11/3/69	Presidência do Conselho	Define a orgânica administrativa adequada ao início da realização do planeamento regional
Dec.Lei 49:194	19/8/69	Presidência do Conselho	Cria gabinetes nos departamentos governamentais...
Dec. 49:364	8/11/69	Presidência do Conselho	Regula a constituição e funcionamento das comissões consultivas
Dec. 8/70	6/1/70	Ministério das Corporações e Previdência Social	Gabinetes nos departamentos governamentais
Dec. 102/70	13/3/70	Ministério da Economia	Criam nas Secretarias de Estado da Agricultura, do Comércio e da Indústria, gabinetes de planeamento, órgãos técnicos directamente dependentes dos respectivos Secretários de Estado
Dec. 8/73	26/12/73	Presidência da República	Organização e execução do IV Plano de Fomento (1974-1979)

2.2. Autores consultados

"História é um resumo da experiência humana e a sua função é ensinar."

Lesley Bird Simpson

No plano teórico, muitos foram os autores que nos influenciaram no decurso do nosso trabalho de investigação. Começaremos quase com uma listagem de citações que de algum modo estão presentes pelo menos de uma forma indirecta na nossa redacção.

Marc Bloch falava da história como "A Ciência dos homens no tempo", Braudel dizia entender por história " uma investigação cientificamente dirigida, em último extremo, uma ciência complexa", Paul Veyne reconhece que a história é "narrativa de acontecimentos: tudo o resto daí decorre.". Reforçando a tónica das humanidades outras citações com certo interesse vão surgindo: Fustel de Coulanges diz que "História é a ciência das

sociedades humanas.", Droysen afirma que "História ´e o que a Humanidade sabe de si mesma, a sua certeza de si mesma.", Pirenne avança com a ideia que o objecto de estudo da História é "o desenvolvimento das sociedades humanas no espaço e no tempo". Ainda no campo de definições ligadas à história concluímos com as opiniões de Ortega Y Gasset e de Huizinga, o primeiro que entendida que "A História é um sistema, o sistema das experiências humanas que forma uma cadeia inexorável e única", o segundo exprimindo o sentimento que a "História é a forma espiritual em que uma cultura toma consciência do seu passado.".

Numa outra esfera de importância, para além dos autores já citados a nível de metodologia na área da investigação, outros há que foram por nós consultados e atentamente registadas as suas opiniões ou interpretações sobre a história económica e social em geral e a que se refere à indústria têxtil algodoeira em particular, que correndo o risco de omitir alguns, mas também não querendo ser exaustivo numa listagem, podemos referir a título de exemplo os nomes de Amado Mendes, que entende que só se pode incrementar o estudo da história económica em Portugal caso se promova a investigação, "para o que se torna necessário não só formar investigadores, como também dotá-los de estruturas e condições de trabalho adequadas." (1993, p. 153); Michel Drain para quem o sector industrial no período do Estado Novo " deveria obviar às importações de produtos fabricados no país e tirar partido das matérias-primas obtidas a preços baixos nas colónias " (1995, p.21).

Numa área mais próxima da nossa investigação, foram consultados autores como o Padre João de Loureiro, Mário de Araújo, Bernardino Machado, Ayres de Azevedo, J.Ubach Xavier, Inês Amorim, Carlos Bastos, Fernando Rosas, Phyllis Deane, António Nabais, José M.B. de Brito, Ferreira do Amaral, entre outros. Com particular interesse foram lidas as obras de José de Sousa M.F. Neves, um grande especialista na área da tecnologia têxtil e das matérias-primas têxteis; E.M. de Melo e Castro, com as suas obras sobre engenharia têxtil e desenho têxtil; Benjamim Pereira, também ligado ao estudo dos têxteis no âmbito na tecnologia e do simbolismo e Jorge Fernandes Alves, autor de importantes trabalhos no estudo da indústria têxtil algodoeira no noroeste português, concretamente na região do Vale do Ave e na elaboração de trabalhos específicos relacionados com a Fundação Narciso Ferreira e o seu papel no campo industrial e na obra social que lhe está associada. De referir que neste último caso as leituras empunham-se pela proximidade geográfica e temática da sua obra com o estudo por nós apresentado, até porque a vida e obra do Comendador Abílio Ferreira de Oliveira, assim

iremos constatar tem muitos pontos de contacto a nível de perfil e simbologia das obras sociais realizadas com a do estudo de Jorge Fernandes Alves sobre Narciso Ferreira.

Ainda a propósito das leituras efectuadas é do senso comum que um investigador que se inicie nestas lides corre sempre a tentação da gula livresca, que como diz Quivy "gula livresca ou estatística consiste em 'encher a cabeça' com uma grande quantidade de livros, artigos ou dados numéricos, esperando encontrar aí, ao virar de um parágrafo ou de uma curva, a luz que permitirá enfim precisar, correctamente e de forma satisfatória, o objectivo e o tema do trabalho que se deseja efectuar." (1992, p. 19).

Quanto à transmissão do que os textos escritos nos podem trazer e os contributos que nos deram, estamos de acordo com Mattoso quando diz que "Comunicar é, pois, a última fase do texto histórico." (1988, p. 26), Continuando na página seguinte a dizer que "A história escrita resulta, obviamente, da intensidade da descoberta. Por isso insisto tanto no carácter duplamente emotivo e estético da experiência que tento descrever". Faça-se apenas a advertência que para Mattoso ele fala e pensa mais em escrita do que propriamente em comunicação oral.

Concluímos dizendo que uma tese estuda um objecto e utiliza determinados instrumentos e que muitas vezes esse objecto é um livro e os instrumentos a utilizar são outros livros, por vezes fontes originais, outras fazendo parte de uma bibliografia sobre um tema que se desconhece, mas que ao fim de algumas leituras começamos a ficar familiarizados com o tema.

E quando falamos de bibliografia estamos a falar de muitos livros e de muitas horas passadas em bibliotecas e nessas idas "não é aconselhável que, das primeiras vezes, não se tente ler logo todos os livros que se encontram, mas nos limitemos a fazer a bibliografia de base ." (1982,p. 77) , como refere Umberto Eco.

2. 3. Testemunho oral

" A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida.. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver."

Lucien Febvre

Quando se inicia um trabalho de investigação vem-nos frequentemente à ideia que os temas estão já bastante estudados e debatidos e que, de uma forma directa ou indirecta, pouco conseguiremos contribuir com o nosso estudo. Na prática acabamos por verificar

que mesmo em temas em que existem abordagens similares, o tratamento de fontes e respectiva diversificação, as qualidades de quem vai problematizar e pesquisar o tema podem sortir efeitos bastante positivos.

Se a escolha das leituras deve ser realizada com muito cuidado, devendo evitar-se a leitura de obras que são uma repetição de outras, a leitura cuidada e aprofundada, essa sim, deve ser uma preocupação constante.

Mas a investigação não se realiza apenas com a leitura de obras ou textos considerados importantes; há que ter em conta a importância do quantitativo e da estatística em trabalhos realizados no âmbito da história económica ou que, pelo menos, estejam num fronteira em que o seu recurso é também valorativo.

Na metodologia seguida a nível de fontes, para além do recurso diversificado a fontes informativas indirectas acabamos por dar uma importância que nos pareceu justa e apropriada a uma observação mais directa. Procuramos então actuar de duas formas, sendo uma delas a entrevista tendo por base um guião com perguntas escritas em que poderíamos recolher informações sobre a figura central do nosso estudo, o comendador Abílio Ferreira de Oliveira, destinado apenas a pessoas que com ele conviveram e nos poderiam ajudar a reconstruir o seu perfil quer como homem quer como empresário. A proximidade dessa convivência foi tida em conta no tratamento deste tipo de fontes, até porque a crítica e a imparcialidade impõem-se no nosso trabalho.

Finalmente, um outro tipo de registo utilizado foi o da entrevista oral directa não apenas à actual presidente do Conselho de Administração da fábrica de fiação e tecidos "A Flor do Campo", na pessoa da D. Maria Fernanda Ferreira Oliveira Torcato Ribeiro , filha do comendador, mas também a outras pessoas que conviveram com Abílio de Oliveira e outras que trabalharam inclusive na "Flor do Campo". Tratou-se de um registo pessoal e familiar realizado em dois momentos distintos, um quando do pedido de autorização para fazer este estudo de caso, outro concretizado posteriormente, já com informações mais concretas sobre a empresa e sobre a figura dos seus empresários.

Pretendeu-se com este tipo de diversificação de fontes apresentar dados igualmente variados e que pudessem favorecer de forma incontestável a qualidade das interpretações que fomos registando ao longo da investigação.

Em termos conclusivos podemos afirmar que a utilização de técnicas mais recentes e a coexistência com outras mais antigas e mais simples, acabaram por se completar e enriquecer, não havendo intenções de substituir ou evitar análises mais laboriosas.

3. Objectivos e finalidades

"Que riqueza consiste em dinheiro, ou em ouro ou prata, é uma noção popular que, naturalmente, resulta da dupla função do dinheiro, como instrumento de comércio e como medida de valor."

Adam Smith, in Riqueza das Nações

Este trabalho consiste na apresentação escrita da tese de Mestrado em História Contemporânea ministrado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e que será complementada com a dissertação a efectuar em tempo oportuno.

Começando por utilizar um registo pessoal, gostaria de referir que escolhi o estudo da fábrica "A Flor do Campo, L.da" como objecto da minha tese de Mestrado, porque trabalhando na freguesia em que a mesma se situa estou habituado a ouvir imensas referências a esta empresa, até pelos alunos da escola onde exerço a minha profissão docente e que têm os pais a trabalhar na referida fábrica. Outro motivo tem a ver com a forte implantação que a fábrica tem no campo visual (a da sua dimensão é impressionante como se poderá observar pelas plantas e fotografias incluídas nos anexos) e como actividade empregadora, bem como a imagem positiva que os seu proprietários transmitem aos habitantes desta simpática localidade do concelho de Santo Tirso, bem no coração do Vale do Ave e atravessada pelo rio do mesmo nome e pelo Vizela.

Neste trabalho procuraremos dar a conhecer como surgiu e evoluiu "A Flor do Campo, L.da" ao longo do tempo, fábrica que se tem destacado no meio fabril do Vale do Ave, mais concretamente no concelho de Santo Tirso, e cuja projecção nacional no sector têxtil nos parece inequívoco. Funcionando como uma linha orientadora da nossa investigação, três áreas temáticas foram alvo do nosso estudo e que se procuraram concretizar neste texto da seguinte maneira:

1. descrevendo o processo de instalação e aquisição de equipamentos da fábrica, conhecendo o seu fundador, mas também as infra-estruturas, os meios tecnológicos e financeiros.
2. conhecendo a evolução da fábrica desde a sua fundação em Abril de 1934, através de dados internos da empresa (secções em actividade, meios técnicos, matérias-primas, energia utilizada, mão-de-obra, produção e comércio), acompanhados de artigos da imprensa regional.
3. questionando e procurando dar uma resposta ao impacto da fábrica no meio envolvente, no âmbito de uma história local.

A abordagem a estes assuntos não foi uma tarefa fácil dada a constatação da inexistência de um arquivo organizado, bem como de registos estatísticos que ilustrassem em pormenor a evolução das diversas secções, quer a nível de matérias-primas, quer de produção e mão-de-obra. Em contrapartida, surgiu-nos uma maior quantidade de dados relacionados com carácter pessoal e que explicam de algum modo como surgiu o empresário Abílio Ferreira de Oliveira, daí termos enveredado em grande parte do nosso trabalho por uma história de vida, em que empresa e empresário aparecem interligados.

É também nosso intuito começar já no capítulo seguinte com uma breve panorâmica da indústria algodoeira nacional, como forma de contextualizar a nossa investigação. Seguir-se á uma descrição geográfica e económica da vila onde a fábrica está instalada e a sua importância na força produtiva da região do Vale do Ave. Após a resposta às questões já anteriormente referidas sobre a caracterização da fábrica e do seu obreiro, terminaremos com algumas notas finais .

Nessas notas finais que surgirão como conclusão do nosso trabalho, aproveitaremos para fazer uma retrospectiva das grandes linhas que nortearam a investigação e o seu processo explicativo, seguida da apresentação de eventuais contributos para o conhecimento da realidade estudada.

E como todo o investigador deseja que o seu trabalho sirva para alguma coisa, a nossa intenção é que o conhecimento transmitido sirva pelo menos para espoletar a curiosidade de outros investigadores e possibilitar um levantamento regional com interesse histórico para a caracterização da indústria algodoeira do noroeste de Portugal.

Em síntese...

O registo por nós realizado partiu de um desafio surgido no decorrer do curso de Mestrado em História Contemporânea realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, concretamente nas aulas de seminário de Estruturas Económicas e Industrialização, coordenado pelo Prof. Dr. Jorge Fernandes Alves. Para tal contribuiu igualmente o facto de estar ligado profissionalmente à localidade onde se situa a empresa que se estudou, a fábrica de fiação e tecidos "A Flor do Campo, L.da" nome sobejamente conhecido na jovem Vila de São Martinho do Campo, mas que não tinha ainda tido o prazer de a conhecer pessoalmente, o que viria a acontecer na fase preliminar desta tese de mestrado.

Por outro lado, a afinidade com o tema, por razões meramente de curioso na matéria que tinha já conduzido a alguns estudos sucintos no âmbito do design de moda.

O trabalho que passamos a desenvolver é um estudo que não foi encomendado, nem no sentido servil do tema nem no de denúncia, uma vez que os dados investigados e agora transmitidos valem pelo que valem e são fruto das épocas que caracterizaram o nascimento e crescimento desta empresa do sector têxtil algodoeiro.

Do nosso estudo podemos sintetizar as seguintes conclusões:

1. Qualquer investigação historiográfica, seja em que área for, articula-se sempre sobre um lugar socioeconómico, político e cultural. Neste trabalho o estudo do homem, como ser individual pode ter determinado tipo de características que caracterizam o seu perfil como pessoa, mas ao mesmo tempo age integrado no colectivo da massa humana;
2. Na área de influência da nossa tese o ponto anterior é reforçado pela inclusão de dados quantitativos relacionados com o estudo de uma unidade fabril em que a importância do número (trabalhadores, equipamentos, produção, capitais, etc.) se revelam importantíssimos, daí o estudo efectuado e que iremos desenvolver nos capítulos seguintes. A elaboração da nossa tese, como foi já descrito nesta fase introdutória e como será comprovada nos capítulos que se vão seguir revelam a utilização de uma diversidade de fontes e a sua coexistência, concretamente na utilização de elementos mais simples e complexos associadas a características mais tradicionalistas e outras mais inovadoras;
3. Tivemos a noção que em história e em investigação tudo começa com o gesto de recolher informação, seleccioná-la, tratá-la, e divulgá-la, sendo acompanhada por atitudes críticas e de fidelidade face às fontes;
4. Procuraremos desenvolver o nosso trabalho e apresentá-lo com a clareza e objectividade que uma investigação desta natureza impõe;
5. No fundo, nesta fase conclusiva, importou essencialmente apresentar a metodologia definida para a elaboração deste trabalho e reflectir sobre o processo que se foi construindo, numa estratégia pessoal de aprender fazendo e fazendo para aprender.

Convém previamente deixar claro que as palavras que escrevemos não pretendem ferir qualquer tipo de susceptibilidade, concretamente dos familiares e herdeiros da fábrica de fiação e tecidos "A Flor do Campo, L.da", bem como de amigos do falecido comendador Abílio Ferreira de Oliveira, ainda hoje uma referência estimada na vila de São Martinho do Campo.

Capítulo I
A INDÚSTRIA ALGODOEIRA EM PERSPECTIVA

INTRODUÇÃO

Neste primeiro capítulo vamos procurar conhecer e caracterizar o algodão (gossypium herbaceum) no contexto das fibras naturais de origem vegetal. Conheceremos de forma sucinta as suas propriedades físicas, químicas e têxteis, bem como a reacção a testes que determinam a qualidade da fibra em si. Ainda associado a esta temática procuraremos reconhecer a importância que as fibras naturais desde há milhares de anos têm vindo a desempenhar na função de vestuário que o homem lhes conferiu, através do qual se defendeu do frio e da intempérie.

Num segundo momento, o âmbito do nosso estudo será orientado para a indústria têxtil propriamente dita, sector relevante no conjunto das indústrias transformadoras portuguesas sobre diversos pontos de vista, mas sobretudo pelo valor das exportações, já que os têxteis andam perto de um terço das exportações nacionais.

Considerando que esta área temática é fascinante do ponto de vista investigativo, mas amplamente estudada por especialistas na área da história, da engenharia têxtil e mesmo da economia, tentar-se-á fazer uma abordagem pessoal, clara e objectiva, reflectindo fontes de época e estudos publicados, numa interpretação que tocará as áreas de conhecimento referidas e transposta para a escrita de forma cronológica.

1. CARACTERIZAÇÃO DA "GOSSYPIUM HERBACEUM" NO CONTEXTO DAS FIBRAS

1.1. As fibras vegetais

Começando por uma definição técnica e científica das fibras têxteis, Mário de Araújo e Melo e Castro, autores do Manual de Engenharia Têxtil e "expertis" nesta temática, definem-nas como "elementos filiformes caracterizados pela flexibilidade, finura e grande comprimento em relação à dimensão transversal máxima, sendo aptas para aplicações têxteis" (1986, p.1), o que nos conduz de imediato a alguns dos elementos classificadores das fibras: a finura, o comprimento, a flexibilidade, a resistência à fiação e, mais tarde, à qualidade da própria tecelagem. Mas para esta abordagem inicial uma outra classificação reveste-se de grande importância, precisamente o facto de as fibras têxteis poderem ser naturais (animal, por secreção glandular ou pêlos; vegetal, da semente, do caule, da folha ou do fruto; mineral) e não naturais (regeneradoras ou artificiais; sintéticas; inorgânicas).

Centrando a nossa atenção nas fibras de origem vegetal, por estas integrarem o algodão (anexo D), ponto de partida para a compreensão de todos os pressupostos referentes na nossa investigação, devemos reconhecer a importância desta fibra têxtil pela facilidade de tratamento, pelo valor de matéria-prima produzida e transformada e pela quantidade de produtos consumidos nas mais diversas situações do quotidiano.

Cada tipo de fibra determina usos diferenciados por parte do Homem, que a seu tempo cria tecnologias e utensílios específicos para a sua transformação e cabal aproveitamento. Trata-se, em parte, de reconhecer que, entre os produtos vegetais mais importantes, as fibras são, depois dos alimentos e da madeira, as que maior influência económica, social e política exercem desde o ponto de vista nacional à escala internacional. A nível mundial, milhões de pessoas trabalham na sua cultura e nas grandes indústrias que transformam as fibras em fios e outros produtos têxteis.

Os avanços científicos introduziram através dos tempos alterações significativas no mundo têxtil, fazendo aparecer fibras sintéticas altamente rentáveis e algumas brilhantes soluções para aplicação no mundo do vestuário e dos têxteis-lar, mas às quais as fibras naturais têm conseguido responder mantendo uma certa competitividade e adquirindo uma crescente importância no mercado. A este propósito, a "cronologia de inventos, eventos e aplicações técnicas associadas aos têxteis" (ver anexo X) que elaboramos propositadamente para este trabalho vai ao encontro desta nossa interpretação. Recorde-se, por outro lado, que mesmo no âmbito das fibras vegetais as intervenções científicas têm feito modificações genéticas que melhoram o rendimento das plantas herbáceas que as produzem, bem como a sua qualidade.

E para melhor compreendermos e sintetizarmos o que escrevemos observemos o ***quadro n.º 2*** sobre a classificação das fibras têxteis:

QUADRO n.º 2

As fibras têxteis

FIBRAS TÊXTEIS	**NATURAIS**	**Animais**	Secreção glandular	Seda
			Pêlos	Lã
		Vegetais	Semente	Algodão
			Caule	Linho, juta, cânhamo, rami
			Folha	Sisal
			Fruto	Coco
		Minerais	Amianto	
	NÃO NATURAIS	**Regeneradas**	Viscose, Acetato, Cupramónio, Borracha	
		Sintéticas	Poliamidas	
			Poliesteres	
			Acrílicas	
			Poliuretanas	
			Polivinílicas	
		Inorgânicas	Vidro, Metal	

1.2. Caracterização das fibras vegetais

Verificamos já que, entre as fibras têxteis, as naturais, aquelas que a natureza proporciona ao homem, podem então ser classificadas de vegetais, quando forem extraídas de plantas (do fruto, do caule ou das folhas), e animais, caso da lã e da seda. Por outro lado, como referiu NEVES (1982, p.11), "fibras têxteis são aquelas que, pela sua finura e flexibilidade, podem ser fiadas, isto é, transformadas em fios, os quais poderão servir para produzir tecidos", definindo assim as que assumem declaradamente uma função têxtil.

Características relevantes na aplicação têxtil são a espessura e comprimento das fibras. As fibras naturais de origem vegetal são habitualmente classificadas como macias, duras e curtas. As macias (ou liberianas) são extraídas dos caules das plantas e compreendem a juta, o linho, o cânhamo, o rami e o kenaf; as duras, caso do cânhamo-de-manila, o sisal, o agrave (piteira) e o linho da Nova Zelândia, são muitas vezes aplicadas em cordas resistentes ou escovas e pincéis. Quanto ao algodão, considerada a fibra vegetal mais importante do mundo, pertence a um terceiro grupo, o das fibras curtas, obtendo-se da penugem após esta ser separada das sementes. O capoque ou a fibra de coco situa-se igualmente neste último conjunto de fibras.

O algodão, fibra natural de origem vegetal, é a nossa fibra têxtil por excelência, ponto de contacto com o tema a desenvolver no terceiro capítulo, quando focarmos a situação da fábrica de fiação e tecidos "A Flor do Campo, L.da.", objecto central do nosso estudo. E isto acontece porque o algodão é, sem dúvida, uma das fibras mais usadas no fabrico de tecidos e no caso concreto deste estabelecimento industrial é a sua principal matéria-prima.

1.3. A "gossypium herbaceum"

O algodão é a fibra produzida pelos frutos do algodoeiro (gossypium), planta herbácea ou arbustiva da família das Malváceas, cultivada nas regiões tropicais e subtropicais de todo o mundo, preferindo portanto os climas quentes.

Como fibra têxtil acredita-se que o algodão é usado há cerca de 7000 anos, pelo que o podemos associar à mais remota produção de vestuário, a par do linho, também uma das mais antigas fibras que o homem usou e teceu. Há registos de restos de tecido em algodão numa gruta mexicana em TEHTUACAN, num período datado por volta de 5800

antes de Cristo. Achados similares foram encontrados em regiões bem distintas como na China, Paquistão, Índia e Egipto, curiosamente (e talvez não) os importantes centros algodoeiros da actualidade. Mas como bem refere NEVES (ibid., p.12), "ainda que o algodão fosse usado no Peru, México, Índia e outros países do Oriente pelo menos já no ano 2700 antes de Cristo, a verdade é que na Europa só começou a ter aplicação industrial a partir do séc. XVIII".

Na verdade, o algodão era conhecido na antiguidade pelos europeus, embora sem desenvolvimento substancial como acontecia em relação a outras fibras. Este conhecimento é comprovado por autores clássicos como Heródoto, que referencia o algodão como "cordeiros vegetais", expressão curiosa e que vai ser repetida por outros. Mas só no mundo moderno é que o algodão seria reintroduzido na Europa e na América, a partir da sua descoberta em terras de Vera Cruz, já no séc. XVI, como demonstram os relatos dos navegadores portugueses, e seria já no séc. XVIII que a sua aplicação industrial seria então uma realidade.

Fazendo naturalmente uma pausa em torno da história do algodão, para onde estamos a encaminhar a nossa escrita, observemos ainda algumas características da fibra em si e do seu ciclo de desenvolvimento, como forma de sistematizar o nosso trabalho e de informar um futuro leitor não tão familiarizado com esta matéria.

O ciclo de desenvolvimento da fibra do algodão inicia-se três dias após a floração e demora sensivelmente um mês a estar completo. Num primeiro momento, a fibra alcança o seu máximo comprimento configurando uma espécie de cilindro muito leve, cuja parede interior é formada por celulose e a exterior por uma outra recoberta de ceras. Num momento posterior, que tem uma duração que varia entre os 20 e os 35 dias, há uma formação de uma segunda parede interna composta de camadas sucessivas de depósitos de celulose – é o período de maturação da cápsula.

Podemos então afirmar que o algodão é quimicamente constituído por celulose pura, contendo uma pequena percentagem de impurezas que incluem ceras naturais, pectina, matéria colorida e compostos de azoto. Com o calor amarelece, ardendo com calor acima dos 200º C e ficando um cheiro a papel queimado. Com a humidade desenvolvem-se bolores e bactérias que degradam a cor e a resistência do algodão.

Mas o maior ou menor valor têxtil do algodão depende de três características fundamentais: o Grau, o Comprimento e o Carácter. O "Grau" é determinado pela cor e pelas quantidades de matérias estranhas presentes na rama, motivando diferenciação na cor e indicando se existe, ou não, uma deficiente cultura, colheita e até armazenagem. O

"Comprimento", de fibra média (gossypium hirsutum) e muito cultivada nos EUA, atinge normalmente entre 25mm a 32mm, enquanto que a fibra longa, muito cultivada no Egipto, Turquia e Moçambique, vai geralmente acima dos 32mm. Finalmente, o "Carácter" pode ser entendido como um conjunto de propriedades para além das já referenciadas, caso da finura, maturação, resistência, uniformidade da fibra, aderência, espiralidade, entre outras.

Para efectuar a medição e caracterização destas propriedades e também para controlo da qualidade existem alguns aparelhos apropriados, a saber:

WIRA .....medidor-contador de fibras (semi-automático);

ALMETER.....aparelho para determinar o comprimento das fibras a partir de uma amostra preparada mecanicamente;

USTER.....regularómetro para mechas e fios

DEPURADOR.....para limpar e purificar o algodão

RETROCEDOR.....para retorcer o fio

BOBINADOR.....máquina que enrola o fio em bobinas

A fibra de algodão apresenta então as seguintes propriedades físicas, químicas e têxteis, esquematizadas no ***quadro n.º 3***. Sobre este quadro e outros relativos a testes de queima que distinguem esta fibra das demais podemos observar o ***anexo D***, que possui amostras exemplificativas.

QUADRO N.º 3

Propriedades do algodão

PROPRIEDADES FÍSICAS	
Estrutura e forma	Uma fibra é um pêlo unicelular, alongado, sem divisões internas e achatado, que parece uma fita com torções.
Microscopia	ST – forma de feijão. SL – fita com torção.
Comprimento	13 mm a 4 cm O: fino – 16 a 18M ; grosso – 20 a 40M
Cor	Branco, creme, cinza, dependendo da planta e do tratamento.
Toque	Suave e macio.
Brilho	Não tem. Pode ser dado pela mercerização (sujeição a solução alcali de 18 a 25% de soda cáustica) que lhe acrescenta mais resistência.
Condutibilidade térmica	Média para a fibra, melhor isolante enquanto tecido.
Higroscopicidade	Celulose absorve 10 a 20% do seu peso em água.
PROPRIEDADES QUÍMICAS	
Composição	90 a 93% de celulose (C,H,O), óleos, ceras, água, sais minerais e corantes e impurezas. O algodão branqueado é constituído por celulose pura e é mais hidrófilo.

Tempo de combustão	Arde rapidamente com chama forte e amarela, cheiro a papel queimado e fraco resíduo branco.
Acção do calor	À temperatura de 200º C amarelece e se for superior carboniza a celulose.
Comportamento face a:	
Ácido	Atacado
Base	Resistente (branqueamento e mercerização), a baixas dosagens e temperaturas.
Oxidantes	Resistente a baixas dosagens e temperaturas.
Solventes	Orgânicos – sem danos ; Minerais – empolamento e dissolução.
Tintos	Facilidade de absorção, sobretudo se previamente preparado. Pode ser feito com corantes básicos, directos, sulfurosos, de cuba, azoicos e reactivos.
PROPRIEDADES TÊXTEIS	
Suavidade	Boa, sobretudo depois do branqueamento.
Resistência à tracção	Maior que a do linho, mas suficiente ; Melhora com o maior comprimento das fibras.
Alongamento de ruptura	8%
Resistência à torção	Cinco vezes mais que o linho.
Resistência mecânica	Média a seco e de 105 a 108% em húmido.
Fiação	Muito boa coesão, bom suporte.
Tratamentos	Branqueamento, tinturaria, estampagem, mercerização...
Resistência a pragas	Não é atacado por insectos, mas sim por bactérias em meios húmidos, quentes e escuros.

Conhecidas as propriedades do algodão, que o classificam, caracterizam e o destinguem das outras fibras têxteis, apresenta-se em seguida no ***quadro n.º 4*** o ciclo desta mesma fibra, o que quer dizer, as diversas fases porque passa até chegar em forma de tecido ao consumidor.

QUADRO N.º 4

O ciclo do algodão

CICLO DO ALGODÃO
• **Sementeira**
• **Apanha**
• **Descaroçamento** – separação da felpa dos caroços. Uso de rolos ou máquina.
• **Cardagem (felpa mais fofa)** – com a varinha ou a cana
• **Fiação** – à mão, com a roda de fiar ou com a roca
• **Formação de meadas** – com o sarilho
• **Formação de novelos** – com a dobadoura
• **Urdidura** - preparação da teia com a urdideira

- **Tecelagem** – fabrico do tecido através do tear (dois liços accionados por pedais; dois órgãos, um para a teia, outro para o tecido; um pente metálico)
- **Acabamentos**
- **Tinturaria**
- **Estamparia**

1.4. O algodão - da colheita à fiação

Chegando ao fim a fase de maturação e ficando bem grossas as cápsulas, devido ao depósito de celulose em camadas concêntricas, seguem-se quatro a cinco dias até ao rebentamento da cápsula e consequente libertação do seu conteúdo: as fibras de algodão, sinal mais que evidente de que se deve proceder à sua colheita de forma manual ou com o auxílio de máquinas.

Depois da colheita segue-se todo o processo de transformação, que passa sempre pelas mesmas fases, sejam elas manuais ou maquinizadas.

A primeira fase é o descaroçamento, onde se separa a felpa dos caroços, por pressão de um pau, entre cilindros nas versões mais rudimentares ou com máquinas apropriadas em termos industriais – serão necessários 3kg de algodão em bruto para se obter 1kg de fibra. Toda a fase inicial de depuração ou limpeza permite a libertação gradual de parte das impurezas do algodão. De referir que ao longo do processo de fabrico a depuração continuará melhorando a qualidade da fibra e mais tarde do fio.

Para executar esta tarefa de limpeza ou depuração um conjunto de máquinas são utilizadas, correspondendo a outras tantas tarefas:

- **Abridores de fardos** – máquinas que abrem os fardos que seguem depois num tapete de alimentação que conduz a matéria-prima ao compartimento onde será trabalhada;
- **Misturadores** – em pequenos compartimentos (câmaras de mistura), as fibras são misturadas de forma a homogeneizar as fibras, já que têm características físicas diferentes. Hoje em dia há misturadores automáticos que servem para misturar as fibras já abertas e provenientes de diferentes fardos;
- **Carregadores automáticos** – a sua função é ajudar na limpeza, desagregação ou fragmentação da massa de fibras e alimentar uma camada grossa de algodão, o mais regular possível;

- **Limpadores** - máquinas que limpam bastante bem o algodão, sem deteriorar as fibras, podendo ser verticais ou inclinadas;
- **Condensadores pneumáticos** – possuem um tambor perfurado para separar o material da corrente de ar, extraindo ao mesmo tempo as poeiras; depois, a corrente de ar carregada de poeiras é encaminhada para um filtro onde as mesmas são depositadas;
- **Batedores** – continuam a limpeza com uma abertura suficiente dos flocos de algodão para completar a eliminação das impurezas iniciada nos abridores e formar um rolo de manto a ser posteriormente alimentado às cardas.

Terminada esta etapa, a cardagem é a operação seguinte e obtém-se através de pancadas e vibrações que separam a felpa e a tornam mais fofa. Digamos que, para além de continuar um processo de limpeza, libertando as fibras de impurezas que ainda possam subsistir, a cardação permite por outro lado uma mistura mais íntima das fibras. Como refere ARAÚJO e CASTRO (1986, p.180), "a cardação efectua uma redução da massa por unidade de comprimento da matéria fibrosa que sairá da carda sob a forma de uma fita de fibras contínua que irá alimentar as máquinas seguintes".

Também aqui podemos apresentar de forma esquemática e agrupada os diferentes órgãos e respectiva função neste processo, de algum modo minucioso:

1 - **Alimentação** – cilindro desenrolador, mesa de alimentação e cilindro alimentador;
2 - **Separação das fibras** – tomador;
3 - **Cardação** – tambor grande e chapéus;
4 - **Condensação** – tirador (com acção cardante);
5 - **Recolha das fibras** – pente oscilante;
6 - **Saída** – calandra, funil e placa giratória;
7 - **Recepção** – pote em rotação.

A partir deste momento faz-se a preparação para a fiação. A estiragem por cilindros vai fazer aumentar o comprimento da mecha e a penteação vai endireitar e paralelizar as fibras curtas e impurezas por intermédio de pentes assistidos por escovas, cilindro e por vezes facas.

1.5. O algodão – da fiação à tecelagem

As invenções técnicas apresentam-se como uma peça fundamental no desenvolvimento da indústria têxtil. Desde os tempos mais remotos à actualidade, o homem tem procurado responder a desafios que a sua própria condição de vida coloca, libertando a sua imaginação em prol da comodidade e do melhor aproveitamento dos recursos naturais e dos elementos culturais que o circundam. Muitas invenções surgem como engenhocas, desafios e tentativas de resposta a dificuldades ou ainda para procurar rentabilizar algo que já existe. Transformam-se em progressos que de um modo ou de outro facilitam o dia-a-dia e libertam o homem para outras funções.

Entre os inventos associados à indústria têxtil não poderíamos começar sem uma referência particular ao fuso, à roca e à roda de fiar. A descoberta do fuso, que se julga ter sido há cerca de 5000 a.C., aumentou o rendimento do trabalho e qualidade do fio. O fuso é constituído por uma haste de madeira, com volante fixo na parte inferior, que se faz rodar para torcer as fibras e transformá-las em fio. A roca surge como acompanhante deste elemento, servindo de suporte às fibras a fiar. A roda de fiar tem as suas origens envoltas em mistério (até porque é antecedida pela descoberta da própria roda) e pode ser posta em movimento à mão ou com o pé. Através da adição de alguns dispositivos específicos, pode torcer e enrolar o fio e é hoje um processo totalmente mecanizado.

As inovações num período mais avançado, sobretudo a partir do séc. XVI, assumem um carácter contínuo no progresso da actividade manufactureira, sendo já um prenúncio para inovações futuras, já no âmbito da maquinização.

Leonardo da Vinco (1500) com a roda de fiar, Joahn Jurgen (1530) com a roda de fiar para fibras longas, Abraham Hill (1664) com a tentativa de mecanização da cardagem, Gennes (1678) com o seu tear mecânico, Lewis Paul (1738) com a sua máquina de fiação provida de cilindros de torção, Dubreuil (1742) e a sua máquina de estirar algodão e tantos outros até Arkwright que em 1769 patenteia uma máquina automática de fiação melhorando a de Lewis Paul, de 1738, são exemplos significativos nestes progressos técnicos associados à indústria têxtil. Aliás, o sistema de Arkwright persistiu durante mais de cem anos sem grandes alterações e permitiu introduzir fundamentos modernos na actividade fabril.

Desde essa altura que o processo de fiação tem sofrido constantes inovações. Como se pode constatar:

- **Fiação por rotor** – também conhecido por fiação "open-end", um método não convencional de sucesso sobretudo na fiação de fibras de comprimento muito curto;
- **Fiação coverspun** – desenvolvido pela Leesona Corporation dos EUA, que consiste em fazer passar a mecha por um sistema de estiragem e entrar pelo interior de um fuso oco, no qual se encontra montada uma bobina contendo o filamento contínuo que se enrola à volta das fibras dando assim coesão ao fio;
- **Fiação por vortex de ar** – um processo pneumático de fiação que utiliza energia cinética de um vortex de ar para formar o fio:
- **Fiação Axispinner** – numa só operação consegue produzir a partir da fita ou mecha um fio retorcido a dois cabos perfeitamente equilibrados;
- **Fiação Bobtex** – que surgiu em 1973 e foi inventado por Emillean e Andrew Bobkowicz, um processo em que o fio de alimentação é introduzido por uma fieira que extrude uma resina polimérica à sua volta,
- **Fiação DREF** – sistema desenvolvido pelo Dr. Ernest Feher e em que o fio é produzido por fricção entre dois cilindros que giram em contacto no mesmo sentido.

Concluída a fiação, um outro capítulo da indústria têxtil se segue – a tecelagem -, outrora manual e hoje em dia mecânica na quase totalidade dos tecidos fabricados, uma vez que os teares manuais assumem actualmente um carácter artesanal e secundário, muito embora preservem a sua importância cultural e até económica.

Os tecidos são produzidos pelo cruzamento da teia com a trama, usando para isso os teares ou as máquinas de tecer. Por teia devemos entender o sistema de fios paralelos ao comprimento do tecido como ele é produzido. Quanto à trama é o sistema dos fios paralelos à largura do tecido. Os fios da trama são cruzados um a um com os fios da teia que se encontram previamente dispostos no tear.

Outro elemento fundamental na tecelagem tem a ver com a força motriz utilizada. Outrora, quando a tecelagem era manual, a força motriz provinha directamente do esforço que o homem fazia através dos braços e das pernas, com os quais accionava as diferentes partes do tear (pedais, manípulos, batentes, alavancas). Na tecelagem mecanizada os movimentos são accionados por uma fonte de energia mecânica.

A tecelagem passa então por algumas fases, a saber:

- **Urdidura** – construção de uma teia com fios paralelos, individualizados e com comprimento e tensão iguais. Este sistema é enrolado num eixo chamado "órgão".

- **Abertura da Cala** – através da maquineta (uma série de alavancas), certos fios levantam e outros baixam, fazendo com que a teia fique dividida em duas partes: a dos fios que sobem e a dos fios que descem. A diferença de nível entre essas partes designa-se "cala".
- **Encolagem** – é importante para fazer diminuir as quebras e as consequentes paragens do tear. A encolagem faz-se assim pela aplicação de uma substância coloidal adesiva e filmogénea e que aumenta a resistência do fio e a qualidade do tecido produzido.
- **Passagem da lançadeira** – montada a teia, a lançadeira é transportada de um lado para o outro do tear, através da cala, deixando em cada passagem um fio de trama. A lançadeira possui uma bobina de trama que se chama "canela", previamente enchida noutras bobinadoras especiais chamadas "caneleiras".
- **Movimento do batente** – o batente é uma peça oscilante que ocupa toda a largura do campo da tecelagem da máquina de tecer e onde está montado o pente. Por sua vez o pente é constituído por uma série de lâminas paralelas colocadas em espaços iguais. As lâminas em si designam-se de "puas" e entre elas há um espaço designado de "casas". É precisamente a passagem dos fios pelas casas na fase de montar a teia que se chama "picar o pente" ou "picado".
- **Desencolagem** – eliminação dos produtos utilizados na encolagem já depois da tecelagem, que é executada através da lavagem do tecido numa solução aquosa (os produtos utilizados são solúveis).

Para além destas fases fundamentais no processo de tecelagem, MELO E CASTRO (1981, p.67) refere ainda a importância dos seguintes movimentos auxiliares: "a) enrolamento do tecido; b) desenrolamento da teia do órgão; c) regulador do enrolamento do tecido; d) movimento das caixas para seleccionar a lançadeira que deverá ser lançada; e) movimento de "caça trama" para parar o tear quando uma passagem parte ou a trama acaba na lançadeira; f) movimento do "caça teia" ou do "quebra teia" para parar o tear quando parte algum fio da teia; g) movimento do pente móvel, em teares leves, para evitar que a lançadeira fique entalada na cala quando esta, por qualquer motivo, não chega à respectiva caixa; h) movimento do pente fixo, em teares pesados, para parar o tear quando a lançadeira não chega à caixa":

1.6. O mundo dos têxteis

A tecelagem está intimamente associada à produção de tecidos, conferindo-lhe uma primeira definição, só que hoje em dia ela corresponde a um conceito mais abrangente, quer do ponto de vista técnico, quer do criativo. Os processos de fabrico são diversificados, as técnicas também e os tipos de tear não lhe ficam atrás, desde os simples caixilhos com preços aos mais evoluídos teares mecanizados, automatizados e computadorizados.

Por outro lado, o tecelão não está isolado no processo têxtil como acontecia em tempos remotos. O tecelão é um dos elementos desse processo, como um dos fios da teia que está acompanhado por outros profissionais de áreas diversas, desde os criativos designers aos quadros técnicos e superiores do estabelecimento em que todos laboram, constituindo assim o tecido da empresa.

Quanto aos produtos resultantes dessa obra conjunta, os mesmos são concebidos de modo a serem produzidos por processos industriais em larga escala, associando gamas de cor a diversas combinações de texturas e tendo como pano de fundo o cumprimento de objectivos comerciais e solicitações dos clientes. Por isso podemos afirmar que vivemos contextualizados pelo mundo dos têxteis, porque uma boa parte do que nos rodeia está associado a esse mundo, como bem refere MELO E CASTRO (ibid., p.31) ao dizer que "se olharmos atentamente à nossa volta, descobriremos que vivemos num ambiente em que os têxteis têm funções importantes: em casa, no vestuário, nos escritórios, nas fábricas, no desporto, nas actividades culturais, nos lugares públicos (cinemas, teatros) etc.".

Ponto de contacto e de continuidade da função têxtil está na poderosa indústria de vestuário, a que se associa por outro lado o fabuloso mundo da Moda, que DORFLES (1990, p.14) considera não ser "apenas um dos mais importantes fenómenos sociais - e económicos – do nosso tempo", sendo igualmente "um dos padrões mais seguros para medir as motivações psicológicas, psicanalíticas, socioeconómicas da humanidade."

E a Moda, longe de ser uma actividade luxuosa, vã e espelho do poder de compra de pessoas abonadas e ociosas, tal como se entendia até há alguns anos atrás, revela-se, pelo contrário, como um sector bem enraizado na sociedade, estruturado como actividade profissional e significativo no aspecto económico.

O mundo dos têxteis vivencia-se em diferentes ambientes e desempenha diversas funções, propiciando uma certa desenvoltura económica. Do ponto de vista económico, os

têxteis interagem com a ciência, a técnica e a indústria propriamente dita, produzindo-se em função do consumo, da procura por parte do cliente ou tendo como fim a sua aplicação em algo concreto do quotidiano. Como referiu PERROUX (1965, p. 61) a propósito da tricotomia ciência/técnica/indústria, "entre estes temas as acções são recíprocas: a ciência arrasta a técnica; aquela é arrastada por esta; a técnica arrasta a indústria; aquela é arrastada por esta".

Centrando o nosso estudo numa empresa têxtil, será aí que vamos ver projectada a contextualização que estamos a apresentar neste primeiro momento com uma abordagem às fibras naturais (concretamente o caso do algodão), sua classificação e tratamento, capítulo que será concluído com o segundo momento, o da memória do algodão (técnicas e comercialização), que a seguir descrevemos.

2. A MEMÓRIA DO ALGODÃO NA PERSPECTIVA DA INDÚSTRIA ALGODOEIRA NACIONAL

2.1. Procurando a memória do algodão

Num primeiro momento deste capítulo procuramos avaliar a fibra têxtil, entendida como um conjunto de filamentos de reduzido diâmetro e alguns centímetros de comprimento que reúnem uma série de propriedades e qualidades que permitem a sua transformação em fio (fiação) e posteriormente em tecido (tecelagem). Foi importante ter o algodão como pano de fundo e levantar um pouco o véu da estrutura, da teia e da trama, que formam uma estrutura têxtil, para de seguida se compreender melhor o tecido de das empresas têxteis.

Num segundo momento, e que agora iniciamos, vamos viajar um pouco pela memória do algodão na perspectiva da evolução histórica e privilegiando na referida abordagem o panorama da indústria algodoeira nacional. Efectuaremos assim a ligação da cultura do algodão e respectivo fabrico a aspectos técnicos e legislativos que a regulamentaram e desenvolveram.

Vemos que o algodão e a sua utilidade é geralmente conhecida e o seu uso universal. Entre as fibras é a mais usada pelo homem, até porque a sua cultura á fácil e o seu uso junto ao corpo é cómodo e confortável ao tacto. Estas propriedades justificam que as primeiras máquinas industriais fossem introduzidas nas empresas algodoeiras na década de sessenta do séc. XVIII.

Ainda hoje o algodão está na base da mais importante indústria têxtil, desenvolvendo-se actualmente nos países asiáticos, para além das referências tradicionais da sua produção: EUA. Rússia, Brasil, Egipto e Turquia.

O algodão, planta herbácea, cultivada desde a mais remota antiguidade nas regiões tropicais, foi introduzido na Sicília pelos Fenícios e em Espanha pelos árabes. Mas o seu desenvolvimento mais significativo só se dará a partir do séc. XVIII, altura em que surgem a máquina de debulhar o algodão (1793) e as máquinas mecanizadas de fiação.

Foi ainda nosso intuito valorizar este capítulo incluir uma cronologia de inventos e aplicações técnicas (anexo E) que acompanhassem o engenho humano colocado ao serviço do cabal aproveitamento desta fibra têxtil, em prol do desenvolvimento e do bem-estar da sociedade. Salvaguarda-se, no entanto, que esta compilação pode conter pequenas discrepâncias cronológicas que encontramos em obras de autores conceituados.

2.2. Na Idade Média

No caso português, e reportando-nos aos inícios da nacionalidade, a produção têxtil, nomeadamente o fabrico de telas e tafetás de lã, linho e algodão, reveste-se de grande importância técnica e económica. Claro que no período medieval devemos ter por indústria um conceito particularizado e bem contextualizado no tempo, não deixando de existir aí matéria suficientemente rica para se fazer uma história da técnica, a mesma que durante muito tempo foi ignorada. Assim sendo, fazem sentido as palavras de A. H. Oliveira Marques, no artigo que escreveu para o Dicionário de História de Portugal sobre Indústria na Idade Média (1979, p.301), ao dizer que, "se por indústria aceitamos um conceito lato de toda a actividade que concorre para a transformação das matérias-primas e para a produção das riquezas, será então lícito estudá-lo no período medieval, mesmo nas suas formas mais limitadas de artesanato".

No período medieval e relacionado com a indústria artesanal aparecem-nos panos de lã, seda, linho e algodão, tendo por vezes na sua trama materiais mistos (lã e linho, linho e algodão). Os tecidos de melhor qualidade e tão apreciados pela fidalguia, caso dos brocados e das sedas, cujos preços eram exorbitantes e inacessíveis ao grosso da população, eram na sua maior parte importados. Também os veludos no final da Idade Média tinham grande procura, pela diversidade cromática e pelas diferentes texturas e conjugações que protagonizavam (alto, baixo, relevado, bordado com ouro, etc.).

Quanto a consumos mais populares e fabricados em unidades domésticas, o linho e a lã iam dando conta das necessidades, limitando-se as importações a tecidos de qualidade. A par dos tecidos confeccionados com estas duas fibras há ainda a referir o pano de burel, tão usual na época.

O algodão aparece mencionado em tratados de agronomia e crê-se que tenha existido uma manufactura em Beja. Descrevia-se habitualmente o algodão como uma espécie de entretela, tela encerada ou engomada, que por vezes se assemelhava ao fustão.

Neste período, no reino dos tecidos populares, ainda não entrava o algodão, mas a sua chegada deixava já antever a rivalidade com o linho, até porque o seu cultivo e transformação não dão tantas canseiras.

2.3. A Expansão e a Indústria

O Renascimento trouxe uma continuidade dos conhecimentos técnicos que foram sendo melhorados através de experiências, embora nem sempre com carácter sistemático. Aliás, já Duarte Pacheco Pereira dizia que "a experiência era a mãe de todas as coisas" e para isso contribuiu bastante a expansão portuguesa.

A actividade têxtil sofre um incremento considerável por toda a Europa e neste período histórico com um especial relevo para a região da Flandres.

Em relação a Portugal, manteve-se uma produção de panos de lã, linho e seda com algum relevo. Em meados do séc. XVI, a indústria de tecelagem de lã dominava o espectro nacional, já que existia em lugares tão diversos como Torre de Moncorvo, Guimarães, Lamego, Pinhel, Porto, Guarda, Covilhã, Fundão, Castelo Branco, Coimbra, Portalegre, Santarém, Mira, Lisboa, Redondo e Castelo de Vide.

As indústrias de linho e seda eram mais circunscritas, com a primeira matéria-prima a ser transformada no Minho, no Douro, em Coimbra e Santarém, destacando-se Guimarães, e a segunda localizada na região transmontana e de transição para a Beira Alta, caso de Moncorvo, Bragança, Freixo de Espada à Cinta e Lamego.

No que diz respeito ao algodão, alguns relatos falam da importação desta fibra, via Levante, no reinado de Afonso V. Estes constatam que a referida fibra era muito pontual, sem a força e a importância que já detinha noutros centros europeus onde os têxteis eram mais desenvolvidos, como na Flandres, em Itália e em Espanha.

No entanto, recorde-se que o algodão é uma fibra de origem colonial, pelo que o acesso a esta matéria-prima ficou mais facilitado com os Descobrimentos Portuguesas. E

se estas transacções comerciais não foram tão significativas como em Inglaterra, fez contudo de Portugal um dos países onde a comercialização do algodão em rama (Brasil) e de tecidos estampados (Índia) se sentiu com certa precocidade.

Os cronistas dos Descobrimentos (Damião de Góis, João de Barros e Castanheda) referem-se com alguma frequência ao algodão e das suas palavras depreende-se que abundava além-mar, concretamente usado no fabrico de tecidos afro-asiáticos.

Quanto a progressos industriais no reino ligado ao algodão, há que mencionar o privilégio concedido por D. João III em 1537 a Ruy Fernandes, de Lamego, para fabricar fustões, mytaes e espynetes com a proposta de fazer vir da Alemanha oficiais especializados e mais bem treinados no manejo da fiação à roda. Para esse fabrico utilizar-se-ia o algodão vindo do Brasil e das Ilhas.

Mas estas referências ao algodão são ainda muito reduzidas, o que acontecerá até ao último quartel do séc. XVIII. A legislação industrial, por exemplo, dizia respeito exclusivamente à indústria de tecelagem de seda, às manufacturas de tabaco, açúcar e pólvora, e o objectivo era proteger o fabrico nacional da concorrência estrangeira, nomeadamente da francesa.

Em 1789, Timotheo Lecussan Verdier, responsável pela Real Fábrica de Algodões, Lençaria e Meias de Tomar, escreve em conjunto com Jacome Ratton a "Memória sobre a fiação d' algodão estabelecida em Portugal, e sobre os obstáculos que impedem os seus progressos e que provocam a sua ruína". Referem a experiência de Locatelli, um italiano que em 1771 montou uma fábrica de algodão, depois dos privilégios concedidos pelo Marquês de Pombal.

Diga-se ainda que Locatelli foi o primeiro a ter exclusividade na cardagem e fiação do algodão em rama, assim como de todo o algodão a consumir no reino e sem encargos, por um período de 10 anos.

Depois de Lisboa, uma outra fábrica surge em 1771, em Aveiro, a que se seguiu a Real Fábrica de Fiação de Tomar em 1789.

Esta expansão da fiação de algodão foi na altura um passo fundamental na evolução da indústria portuguesa. Aos poucos, misturado com a seda e o linho, o algodão foi-se impondo no fabrico industrial, com a ajuda da tecnologia inglesa. Curioso é o facto de o padre João de Loureiro, na obra "Memória sobre o algodão, sua cultura e fábrica (1789-1915)", na reedição da Memória da Academia Real das Ciências de Lisboa (1990, p.42), afirmar que, "aumentando-se com a cultura a abundância deste género (algodão) nas próprias terras, se evitará a necessidade de o trazer da Índia, e portos estrangeiros com

maiores gastos: e achando-se por isso mais cómoda a matéria para as fábricas, se animarão os fabricantes a aumentá-las, e os negociantes a exportar as manufacturas delas para as conquistar".

Assegura-se assim com este princípio o lucro deste género de fibra, quer na sua cultura, fabrico e comercialização.

Em conclusão, podemos dizer que a indústria algodoeira foi também englobada entre as actividades protegidas, embora ocupasse lugar de interesse secundário, pois era uma fibra vegetal ainda pouco consumida.

2.4. A Revolução Industrial

Numa fase pré-industrial (meados do séc. XVIII), a Inglaterra era, juntamente com a França e a Holanda, um dos países mais ricos do mundo. A economia britânica apresentava características típicas de uma economia a caminho da industrialização: a disponibilidade de terra, mão-de-obra e capital. Por outro lado, o carvão e a máquina a vapor fornecem o combustível e a energia para a manufactura em grande escala. Existindo estas disponibilidades de mão-de-obra e de capitais, estavam igualmente reunidas as condições para que o espírito inventivo do homem desse os seus frutos fazendo jus às palavras de ASHTON (1977, p.33) quando diz que "a invenção é mais susceptível de surgir numa sociedade que se interessa por problemas de espírito do que numa que só se preocupa com problemas materiais".

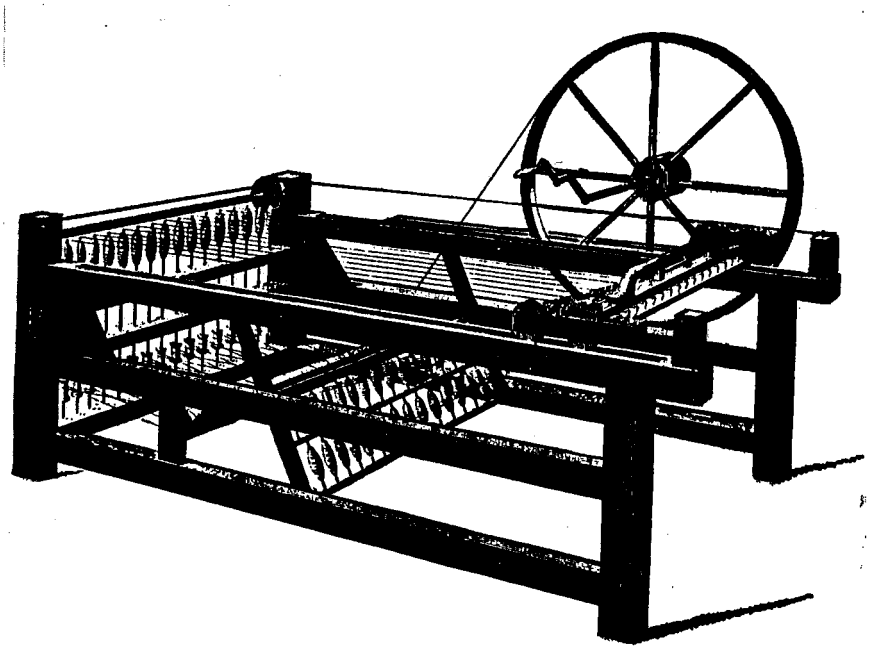
E os inventos surgiram e aplicaram-se numa primeira fase tanto à lã quanto ao algodão, embora num processo moroso em ambos os casos. Desses muitos, alguns dos mais significativos foram:

1) a lançadeira de Kay (1733);
2) a máquina de fiar de Lewis Paul (1738);
3) a máquina de estirar algodão de Dubreuil (1742);
4) a "spinning-jenny" de Hargreaves (1764);
5) a "water-frame" de Arkwright (1769);
6) a "mule-jenny" de Samuel Crompton (1775);
7) o tear mecânico a vapor de Cartwright (1785)..

O sucesso das máquinas de fiar era evidente. Não sendo ainda máquinas perfeitas, a produção de fio era satisfatória e os preços bastante em conta. Um exemplo da "Spinning-Jenny", de James Hargreaves podemos observar na ***figura n.º1***.

FIGURA N.º 1

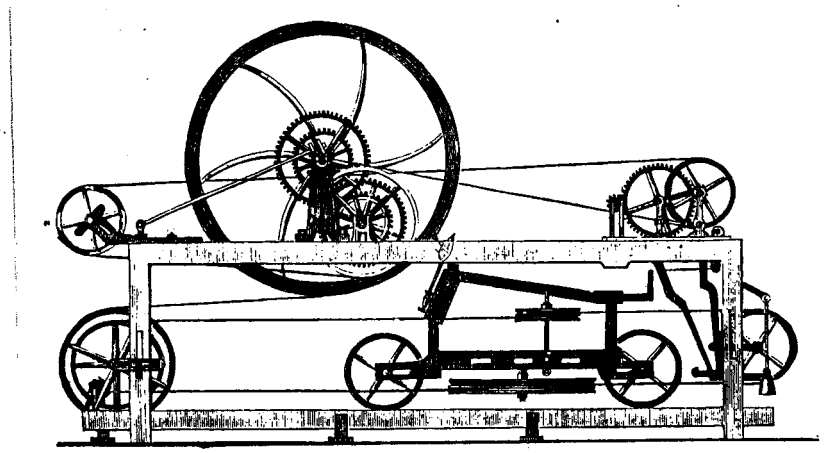
Spinning-Jenny (1764) de James Hargreaves



Já a invenção de Arkwright (***figura n.º 2***) a fiandeira hidráulica, produzia fibra de algodão suficientemente forte, o que não era de estranhar atendendo a que foi preferida desde o início para fins industriais.

FIGURA N.º 2

A "Mule Jenny", aperfeiçoada por S. Crompton a partir das máquinas "Jenny" de Hargreaves e da "Water-frame" de Arkwright

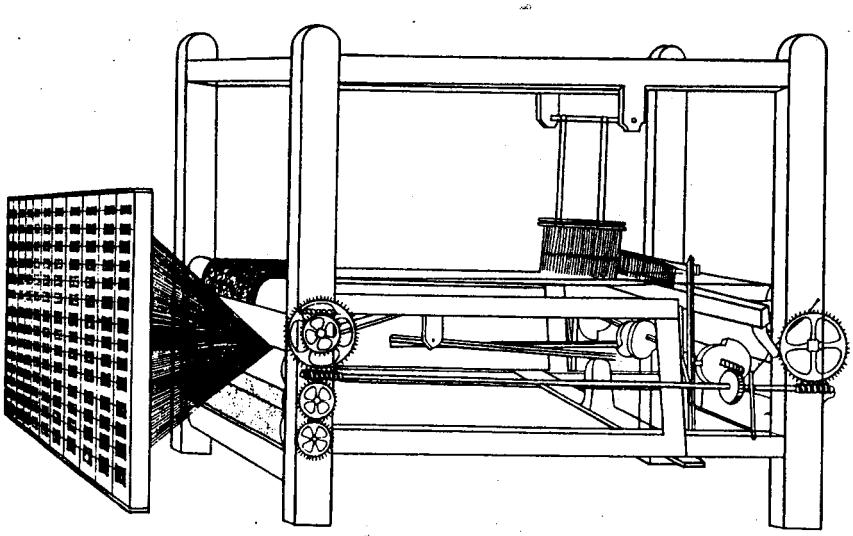


As máquinas libertam o homem de certas dependências das forças da natureza, mas por outro lado elas vão condicionar toda a sua vida futura. Como referiu MAIO (1996, p.101), «os proprietários das máquinas obtiveram grandes benefícios com os resultados dos bens produzidos, mas forçaram os artesãos a converterem-se em operários, trabalhando dentro das unidades fabris, por vezes longe das suas residências e com um ritmo de trabalho não definido por si, mas pela máquina. Não foi fácil, foi bem difícil, a transformação de artesão para operário que a máquina originou. Mas aos poucos o trabalho do operário foi dignificado e relativamente gratificante e "compensador" ».

Na indústria manufactureira, a transformação técnica foi mais notória e mais completa nas indústrias têxteis, especialmente na algodoeira, a mais revolucionária do séc. XIX. A primeira máquina de tecer idealizada pelo ao reverendo Edmund Cartwright (1785), que se encontra no Museu da Ciência , em Londres, é um exemplo significativo dos avanços tecnológicos verificados na época (***figura n.º 3***).

FIGURA N.º 3

Máquina de tecer da autoria de Edmund Cartwrigt



A nova indústria inglesa de algodão tinha o seu grande centro em Lancashire, onde o clima húmido favorecia as fibras de algodão e onde se dispunha de energia hidráulica e combustível barato.

Nos fins do séc. XVIII e inícios do séc. XIX., segundo BORGES DE MACEDO (1982, p. 243), "na tecelagem de algodão e estamparias, a concorrência inglesa eliminou, quase por completo, a produção portuguesa". Por outro lado, como refere ALVES (1999, p. 86), "apesar do reconhecido avanço tecnológico, Portugal acaba por reconhecer relativamente

cedo os principais inventos da indústria têxtil algodoeira, a "spinning jenny" foi adoptada em 1784 em Azeitão, em 1797 já havia várias "jennys" a trabalhar em diversas fábricas, tal como se introduziu a "mule-jenny" em Alcobaça ou a "water-frame" na Fábrica de Fiação de Tomar".

Concluímos então que até finais do séc. XVIII, em Portugal, como na Europa, as fibras utilizadas com maior frequência e importância económica eram a lã, o linho e a seda. O aparecimento do algodão e os inventos realizados em Inglaterra no séc. XVIII contribuíram de forma decisiva para um desenvolvimento e expansão extraordinários da indústria têxtil. Portugal seguiu esta tendência, tendo para isso contribuído a política industrialista pombalina instituída entre 1770-1777 e continuada no reinado de D. Maria. Das artes que necessitavam ser desenvolvidas, os têxteis (lã, algodão e seda) e o ferro eram as que mais se distinguiam na política económica de então.

Estes surtos industrialistas tiveram vários contratempos já no século seguinte, em parte contextualizado pela convulsão política em que viveu o país, em parte também explicável pela existência de diferentes correntes na área do desenvolvimento económico.

2.5. O século XIX

Na mesa-redonda realizada há cerca de duas décadas atrás, sobre o liberalismo português no séc. XIX e livre campismo/proteccionismo, Miriam Halpern Pereira referia-se à expansão colonial como um factor que facilitou a acumulação capitalista, tal como aconteceu com outros países europeus. Esse facto terá sido fundamental para o desenvolvimento industrial, tanto no séc. XVIII como mais tarde no final do séc. XIX. A mesma historiadora afirmou ainda a propósito do novo império colonial que, "no entanto, este surto industrial tem os seus limites. Por exemplo, a grande expansão do têxtil no final do séc. XIX vai sofrer estrangulamentos sucessivos, já nos princípios do séc. XIX" (1981, p.49).

A indústria de tecelagem, uma das que necessitavam ser desenvolvidas e protegidas, foi a nível legislativo defendida pelo Decreto de 26 de Agosto de 1807, que determinou deverem os fios que constituem matéria-prima para esta indústria pagar apenas 10% dos direitos de impostos. Também a reforma pautal de Mouzinho da Silveira (1832) e a pauta alfandegária promulgada por Manuel da Silva Passos (Passos Manuel), em 10 de Janeiro

de 1837, procuraram proteger a nossa indústria da concorrência estrangeira. A pauta alfandegária que saiu do governo setembrista marcou, por assim dizer, uma nova fase na política industrial portuguesa e quanto mais não fosse conseguiu atingir o objectivo fiscal de duplicar esta carga sobre as importações inglesas.

Os números do Mapa Geral Estatístico de 1814 (***quadro n.º 5***) referem a certa altura os seguintes estabelecimentos industriais:

QUADRO N.º 5

Estabelecimentos industriais em 1814

Tecidos de seda e algodão	2
Tecidos de seda	33
Tecidos de algodão	20
Lanifícios	31
Meias de algodão	1
Fiação de algodão	3
Fiação de seda	1

Podemos verificar que a expansão algodoeira era já significativa em Portugal, havendo no entanto um certo equilíbrio entre o número de estabelecimentos dedicados às três matérias-primas: algodão, lã e seda. Notória era igualmente a importância da região norte na indústria têxtil algodoeira, concretamente a cidade do Porto, como têm demonstrado os estudos efectuados por Jorge Ferreira Alves. Nesta actividade, cerca de 80% dos estabelecimentos estão associados à actividade têxtil e como diz ALVES (1999, p.90) "7 eram claramente de algodão, mas quase todas as restantes dizendo-se de lã ou de seda declaravam consumir fio de algodão e produzir panos de algodão ou mistos".

Chegados a meados do séc. XIX verifica-se que os arranques industriais de Lisboa e Porto começam a mostrar os seus efeitos, sendo notória a aceleração do ritmo da industrialização. Entre 1845 e 1852 foram fundadas 82% das unidades, na média de 58 fábricas por ano, o que revela um significativo crescimento. A indústria têxtil em geral ocupa um lugar de relevo, e em particular a algodoeira ao crescer acima de 90%. Neste panorama, o Porto revela uma supremacia, que levou Oliveira Marreco a chamar-lhe "a Manchester portuguesa", havendo a realçar dois aspectos interessantes: o primeiro trata-se da maior participação de mão-de-obra feminina na actividade industrial, a segunda é a deslocação da indústria dos centros urbanos para a periferia. Saliente-se ainda que a tecelagem era igualmente realizada em escala apreciável em teares domésticos, quer nos

arredores de Guimarães, quer do Porto, os centros motores da actividade industrial da têxtil algodoeira.

O anúncio oficial da Exposição Internacional Portuguesa (documento n.º1 do anexo B) realizada de 21 de Agosto a fim de Dezembro de 1865, na cidade do Porto, faz um apelo à participação na mesma, ao mesmo tempo que salienta a fama da cidade Invicta: ***"O Porto, já tão affamado e conhecido pela excellencia e singularidade de seus vinhos, ufana-se de primeiro na península ibérica saudar a confraternização internacional das industrias. Respondei à saudação, povos da terra; vinde à festa da civilização"***.Na exposição os produtos da indústria foram distribuídos por quatro grandes divisões, sendo a terceira a de produtos manufacturados e processos correlativos, cuja 21ª classe era a do algodão em fio e tecidos, havendo já a referência a três grandes fábricas da região do Ave: a Fábrica de fiação do rio Vizella, a Fábrica de fiação d'algodão de S. Thomé de Negrellos e a Fábrica de fiação de Santo Thyrso, todos de fio de algodão (ver a listagem das firmas representadas no anexo n.º).

E o crescimento considerável das tecelagens conduziu à necessidade de matéria-prima em quantidade significativa, motivando a sua importação. Este factor levou a que em momentos de crise a indústria algodoeira fosse fortemente penalizada. E isso aconteceu, por exemplo, com a Guerra da Secessão (1861-1865) nos EUA, em que se falava em fome do fio, mas em que a fome dos operários era ainda mais evidente com o seu mendigar pelas ruas. A isto não é menos alheio um novo conceito de indústria que surgiu com a Revolução Industrial e com o aparecimento das fábricas, sendo uma das primeiras e mais relevantes alterações a substituição do homem pela máquina, havendo no entanto entre eles uma relação de interdependência.

Ao aproximar-se o fim do século XIX, a situação da indústria têxtil recompõe-se e continua a ocupar um lugar de destaque sob diversos pontos de vista, como comprovam os dados que se seguem:

1. pelo Inquérito Industrial de 1881 consta a existência de importantes fábricas têxteis na região norte:
    - de Fiação e Tecidos de Rio Vizela, em Negrelos (1845)
    - de Asneiros, no Porto (1850)
    - de Crestuma, no lugar das Hortas (1857)
    - da Balsa, em Sobrado (1860)
    - de Montebelo (só fiação) (1863)
    - de Montebelo (fiação e tecelagem) no Porto (1875)

- da Retorta, em Vila do Conde (1879)
- das Devesas, em Gaia (1880)
- de Salgueiros, no Porto (1880)

2. para além do núcleo do Porto, o mais forte, e que em 1881 produzia 2500 toneladas de tecidos, há ainda a referir as importantes fábricas de Fiação e Tecidos Lisbonense, de Fiação e Tecidos de Alcobaça e de Fiação do Bugio (Fafe)

3. em 1873 estão contabilizados 50 000 fusos, 400 teares e uma produção de fio estimada em 1 800 000 quilos, números que em 1880 passam de forma surpreendente para 108 000 fusos, 1000 teares e 3 200 000 quilos de fio.

Aspecto igualmente relevante é o facto de permanecerem ainda muitas unidades oficinais em que as manufacturas para crescerem concentram a mão-de-obra, mas em que a força motriz continua a ser a braçal. Digamos que é uma solução de complementaridade muito adoptada em zonas rurais, onde o próprio trabalho domiciliário era algo natural, muito usual no norte do país. Segundo alguns autores, esta prática de características pré-industriais está eminentemente relacionada com as verificadas no sector têxtil. A este propósito, ALVES (ibid., p.99) refere que para "esta multiplicação do trabalho domiciliário na segunda metade do séc. XIX, que na realidade recupera e expande práticas pré-industriais de forma quase epidémica, muito terá contribuído a crise da agricultura, com a baixa dos preços dos cereais e a quebra na exportação de gado, a criar a necessidade de novos rendimentos para o agricultor, que muitos vão buscar complementarmente ao tear".

No que diz respeito à mão-de-obra, o trabalho de mulheres e de menores, pelo seu peso na indústria algodoeira, merecem a atenção dos governos, que, pelo Decreto de 14 de Abril de 1891 e pelo regulamento para o trabalho de menores e das mulheres, datado de 16 de Março de 1893, regulamentam o trabalho nos estabelecimentos industriais, só podendo ser admitidos para serviços na dobadoura e fiação de algodão os que tivessem mais de 10 anos de idade.

Como curiosidade, o ensino técnico ligado à actividade industrial do sector têxtil era na década de 90 e na zona norte ministrado nas seguintes escolas, através dos seguintes cursos:

- Infante D. Henrique (Porto): costureira, bordadeira, modista.
- Brotero (Coimbra): modista e costureira

- Francisco de Hollanda (Guimarães): modista, costureira, tecelão, tintureiro, bordadeira e rendeira
- Bartholomeu dos Mártyres (Braga): modista e costureira
- Faria Guimarães (Porto): tecelão
- Passos Manuel (Vila Nova de Gaia): rendeira, modista, costureira e tecelão

O progresso da indústria algodoeira, que se acentuou a partir do termo da Guerra Civil americana (1865), fica comprovado pelo número de fábricas criadas, pela produção e pelo número de operários em actividade. Em 1896 os estabelecimentos do sector industrial do algodão eram 125, com um número de fusos a rondar os 230 000 com 11 732 operários (uma média de 94 operários/estabelecimento).

Mas os inícios do novo século trariam realidades bem diferentes...

2.6. Dos inícios do séc. XX ao Estado Novo

Ao entrarmos no séc. XX e depois de no século passado se ter iniciado a industrialização, um pouco à semelhança de outros países europeus e tendo a Inglaterra como pioneira, constatamos um crescimento por vezes irregular, com crises cíclicas (1890-92; 1901-03). Este e outros assuntos ligados à economia política vão originar eternos debates entre partidários de uma corrente com base na terra e os defensores da industrialização, motivo para um outro debate e a interrogação que fica; terá havido um crescimento sem industrialização, como defende Brito, ou terá havido uma lenta industrialização sem o apoio essencial de uma reforma agrária, como defende Halpern Pereira?

Pelo estudo que efectuamos e que continuamos a desenvolver, a industrialização é uma evidência em alguns sectores, entre os quais se encontra a têxtil algodoeira, pese embora o facto da mesma não ser acompanhada por uma reforma agrária, como diz Halpern Pereira, e também pela existência de condicionalismos e legislação por vezes controladora durante o período do Estado Novo, como procuramos demonstrar.

Iniciamos então o século XX com uma crise profunda da indústria algodoeira, que terá sido mais ou menos grave para o referido ramo do que a de 1890-92, como refere Amado Mendes. Ainda segundo este autor, os anos mais críticos foram os de 1892 e 1901, respectivamente com baixos lucros situados nos 4,73% e 0,33%. Também ALVES (ibid.p.103) se refere a esta crise esclarecendo que "em 1901, os lucros desciam de forma

acentuada. A queda das exportações para África (que absorvia 1/5 da produção), conjugada com a inércia do ritmo de produção, fez acumular os stocks, com todas as consequências (paralisação, problemas de crédito, baixa de preços), quadro que se estendeu até 1903.

Atentos a estas dificuldades, os principais fabricantes e investidores urbanos viam ainda a situação complicar-se com a proliferação de fábricas de província, sobretudo na região do Vale do Ave, em que, longe de fiscalizações rigorosas (horários de trabalho, emprego de menores), havia a facilidade de produzir com maior controlo de despesas (instalações, por exemplo), ficando a produção mais em conta.

Mas de crises em crises o parque industrial vai crescendo e mesmo com a escassez do algodão em 1917, que motivou a redução do dia de trabalho nos grandes estabelecimentos industriais, a indústria têxtil continuou a ser a mais importante empregando perto de ¼ do número total de empregados fabris, cerca de 50 000. Os altos lucros que se obtinham na indústria algodoeira atraíam capitais e o investimento era uma realidade. De referir que por outro lado a Inglaterra continuou a introduzir em Portugal uma grande quantidade de peças de pano cru e linhas de coser, também sendo verdade que nesta altura (inícios do séc. XX) há um despertar do mercado africano para os tecidos de algodão, tendo-se verificado uma subida dos têxteis metropolitanos desde a década de noventa do século passado. E por volta de 1915 existiam em Portugal 426 fábricas têxteis, onde trabalhavam quase 40 000 operários de ambos os sexos.

O século XX trará o grande aumento do parque industrial têxtil com o aumento de fusos, a passar dos 230 000 em 1900 para 1 600 000 em 1980.

2.7. A Indústria durante o Estado Novo

A permanente instabilidade política que caracterizou os primeiros anos da República, em que se viveram momentos turbulentos e em que se tardava a encontrar o rumo a conduzir o país, motivou igualmente uma certa instabilidade económica, originando no tecido industrial de alguma forma débil e descapitalizado acompanhado de uma quase crise de sobreprodução em alguns sectores da indústria.

Em 3 de Junho de 1926, Gomes da Costa nomeia um governo que marcará o início de um longo ciclo político e histórico do nosso país, cuja figura mais visível é a de António de Oliveira Salazar, primeiro como ministro das Finanças, depois como Chefe de Governo. Seria a aplicação de uma "ditadura financeira" sem precedentes no nosso país,

que impunha a submissão de todos os ministérios à política orçamental do Ministério das Finanças, ficando Salazar com o direito a vetar qualquer aumento de despesas, um motivo real para equilibrar as finanças públicas.

Esse controlo das finanças públicas e outros factores políticos e económicos contribuíram de algum modo para que se sentisse a crise de Outubro de 1929 de forma moderada, nomeadamente no que diz respeito à produção industrial.

A grande depressão mundial, embora com reflexos mais contidos no nosso país, propiciou no entanto uma conjuntura favorável à introdução de duas ideias fundamentais: a ideologia ditatorial do Estado Novo e a ideologia industrializante e nacionalista preconizada pelos industriais e técnicos portugueses. No primeiro a célebre frase de Salazar "sei muito bem o que quero e para onde vou", visualizar a concentração do poder na primeira pessoa adivinha-se já uma visão individualista e controladora do Estado, sem contudo se pretender transmitir no plano teórico em imagem.

No segundo, como é reflexo do primeiro, vamos assistir a um intervalo do estudo em larga escala na vida económica, cosendo e dirigindo as linhas mestras dos diversos sectores, impulsionando por vezes actividades industriais.

Na sequência destas duas ideias vamos verificar que a indústria sofre impulsos relevantes na vigência do Estado Novo, pese embora continuem a existir visões dentro do próprio Estado que defendessem uma aposta mais centrada no sector primário. Os industrialistas com base nos economistas por diversas vezes alertavam e defendiam que a industrialização era o processo mais seguro de melhorar o nível dos povos e de permitir elevar o crescimento da população. Hermenegildo de Sousa, na comunicação que efectuou no II Congresso da Indústria Portuguesa (1957, p.3), defende que "a industrialização é portanto o factor essencial do progresso económico de toda a humanidade".

A política industrial fica neste período de algum modo protegida por duas medidas legislativas importantes, sendo a primeira o regime aduaneiro de 1929 e a segunda o condicionamento industrial de 1931, no fundo um prolongamento da medida anterior.

A partir de 1931, o condicionamento industrial é então um dos aspectos mais relevantes da política económica do sector, limitando ou não autorizando a abertura de novos estabelecimentos, evitando assim a concorrência. A este propósito, ALMEIDA (1961, p.18) dizia no início da década de sessenta que o "condicionalismo industrial constitui um instrumento de acção que a Administração utiliza para intervir sobre o complexo industrial do país, de acordo com uma política económica geral". De referir

ainda que para este autor o interaccionismo entre a política económica e industrial e o trabalho surgiu sob a forma de corporativismo, com a promulgação em 1933 da Constituição Política e do Estatuto do Trabalho Nacional.

A partir de 1932, a têxtil algodoeira, que continua a ser um dos mais importantes ramos da indústria transformadora, conhece um nítido crescimento, sobretudo nas zonas em que se concentra mais (Porto e Braga), sendo responsáveis pelo consumo de cerca de 90% de toda a rama importada.

No que diz respeito à produção e lucro, a conjuntura continua a ser francamente favorável à têxtil algodoeira desta região. Para além da guerra civil espanhola e da protecção do mercado colonial, que favoreciam esta situação, a existência de uma política de salários baixa, assente em longas jornadas de trabalho e em mão-de-obra maioritariamente feminina e de menores de 18 anos, contribuiu notoriamente para o crescimento do sector.

Do ponto de vista empresarial é igualmente curioso o papel desempenhado em torno de três grandes famílias nortenhas: a de Alberto Pimenta Machado, a de Narciso Ferreira e a de Manuel Pinto de Azevedo. Os três industriais assentam o seu património na têxtil algodoeira, respectivamente a Companhia de Fiação e Tecelagem de Guimarães, a Fábrica de Fiação e Tecelagem de Riba d'Ave e a Empresa Fabril do Norte, estendendo os seus interesses a outros ramos: a moagem e serração de madeiras, móveis e pentes (1º caso), sector hidroeléctrico (CHENOP Hidroeléctrica da Varosa) e fábrica de pneus (2º caso) e em negócios financeiros associados à família Borges (Banco Borges & Irmão) e ao diário portuense O Primeiro de Janeiro (3º caso).

A década de 30 foi então marcada pelo condicionamento industrial e toda a legislação complementar que se lhe seguiu e o regulamentou. A instalação de novas indústrias e a montagem ou substituição de maquinismos de que resulte o aumento de produção carece de autorização prévia por parte do Ministério do Comércio e Comunicações. Pelo Decreto-Lei 19 409, de 4/3/1931, ficam sujeitas às restrições regulamentadas pelo condicionamento industrial as indústrias de tecelagem de lã e de fiação e tecelagem de algodão, havendo a exceptuar os estabelecimentos industriais que empregassem até cinco operários ou utilizassem força motriz até 5 CV, bem como as indústrias caseiras.

A par desta legislação de condicionamento face à abertura e alargamento de indústrias, surge igualmente uma outra por parte do Ministério das Colónias, que incentiva a produção e consumo de algodão colonial, estabelecendo prémios de exportação para este produto (Decreto n.º 21 226, de 10/5/36). Seria ainda através deste Ministério que

pelo Decreto-Lei 26 509, de 11/5/36, se fixariam as regras a que deveria obedecer o estabelecimento, reabertura e o exercício das indústrias nas colónias, por se ter verificado que não existiam até à última quaisquer regras económicas definidoras.

Referência importante nesta década é a criação da Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama, (Decreto 27 702, de 15/5/1937), que no texto começa por referir que o algodão em rama é a matéria de uma das indústrias nacionais de maior importância, mas que se afigura anualmente como um dos mais pesados elementos devido ao débito da nossa balança comercial, esclarecendo ainda que nos últimos anos a importação atingiu um valor médio de 150 000 contos, correspondentes a 20 000 toneladas. O referido diploma diz: "Nota-se efectivamente que de 1933 para cá a percentagem de algodão colonial conseguiu ultrapassar a casa dos 190% e já em 1936 o vemos atingir 28% da importação total". Confia-se assim na Comissão Reguladora a missão de regular as condições de abastecimento da metrópole em algodão em rama e condicionar a sua importação, tendo em vista as conveniências das relações externas de ordem comercial e a protecção devida ao algodão nacional das colónias.

A Lei 2005, de 14/3/1945, é declaradamente uma referência das teses industrialistas de Ferreira Dias, uma lei que promulga as bases a que deveria obedecer o fomento e reorganização industrial, segundo diversos autores, caso de Brandão de Brito; este seria inclusive o único verdadeiro projecto de industrialização formulado durante a vigência do Estado Novo. Na verdade, na Lei 2005, os seus mentores assumem um carácter pragmático e técnico afirmando que o Governo promoveria os estudos necessários acerca da viabilidade técnica e económica dos empreendimentos industriais e de maior interesse para a economia nacional.

Quanto à reorganização propriamente dita, ela far-se-ia sentir através de medidas como:

- concentração de fábricas e oficinas em unidades fabris de maior rendimento económico e perfeição técnica;
- substituição do material antiquado e de fraco rendimento económico por outro de tipo moderno e tecnicamente perfeito;
- ampliação de instalações e melhoramento das mesmas.

Analisando a situação da indústria algodoeira a partir da década de quarenta e até ao 25 de Abri, podemos observar pelo ***quadro n.º 6*** e pelo ***gráfico n.º 1*** que o visualiza, que as empresas têxteis algodoeiras crescem significativamente entre os anos quarenta e cinquenta (repare-se que os dados do INE e que se encontram no anexo F são

maioritariamente relativos a esta data), decrescendo nas décadas seguintes. A maior quantidade reside em empresas só de tecelagem, havendo ainda um número relativamente estável de empresas que acumulam a fiação e a tecelagem, oscilando esse número entre as 66 empresas em 1945 e as 70 na década de setenta.

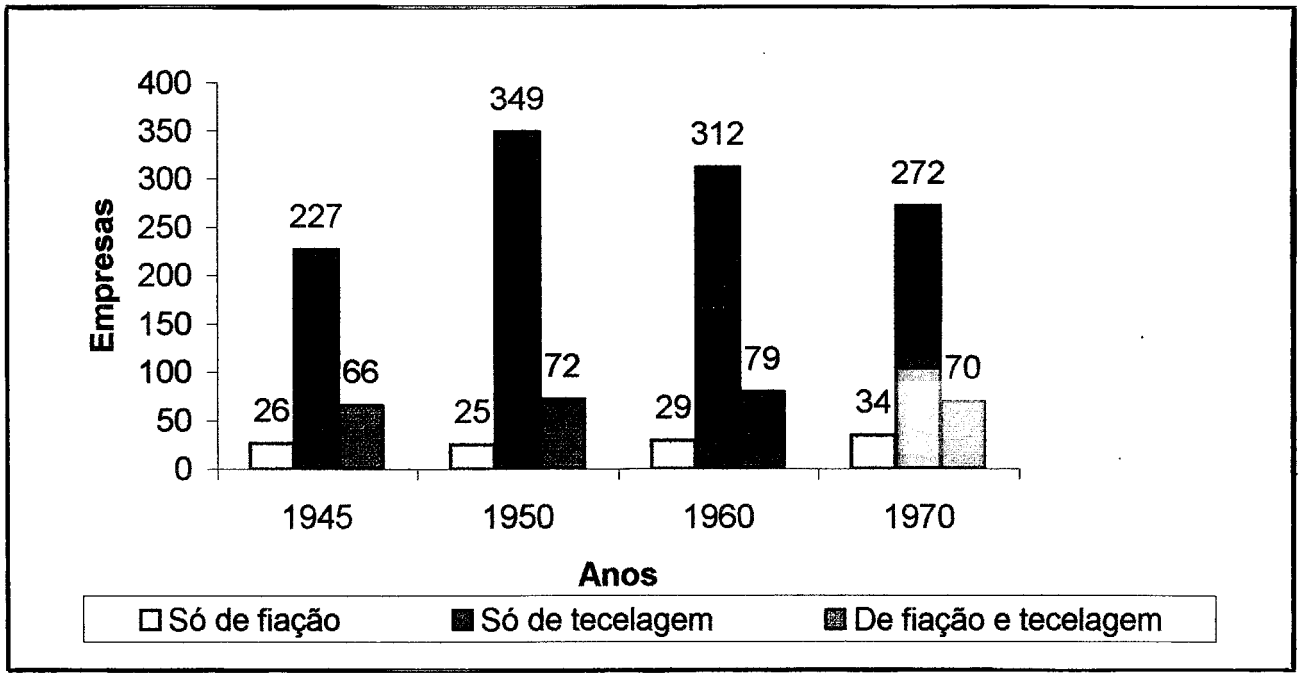
QUADRO N.º 6

Empresas têxteis algodoeiras

	Só de fiação	Só de tecelagem	De fiação e tecelagem
1945	26	227	66
1950	25	349	72
1960	29	312	79
1970	34	272	70

GRÁFICO N.º 1

Empresas têxteis algodoeiras



No ***quadro n.º7*** e ***gráfico n.º2*** , relativos ao consumo de algodão em rama pelas empresas anteriormente mencionadas verificamos que os mesmos apresentam um aumento contínuo e relativamente equilibrado em igual período. O algodão em rama de proveniência nacional evolui década a década, verificando-se um certo afrouxamento nos anos setenta, que sabemos ter sido mais significativo com a independência das antigas colónias portuguesas e com o clima de instabilidade em que viveriam nos anos

subsequentes. Em contrapartida o algodão de proveniência estrangeira, cujo aumento é igualmente gradual década a década, parece disparar mais com a entrada nos anos setenta, tendo como justificação as mesmas razões. Esclareça-se ainda o facto dos valores de algodão em rama consumidos apresentam valores muito próximos quanto à sua origem (nacional e estrangeira), justificando-se os mesmos pela existência de normativos que assim o determinam, por razões de salvaguarda da produção nacional.

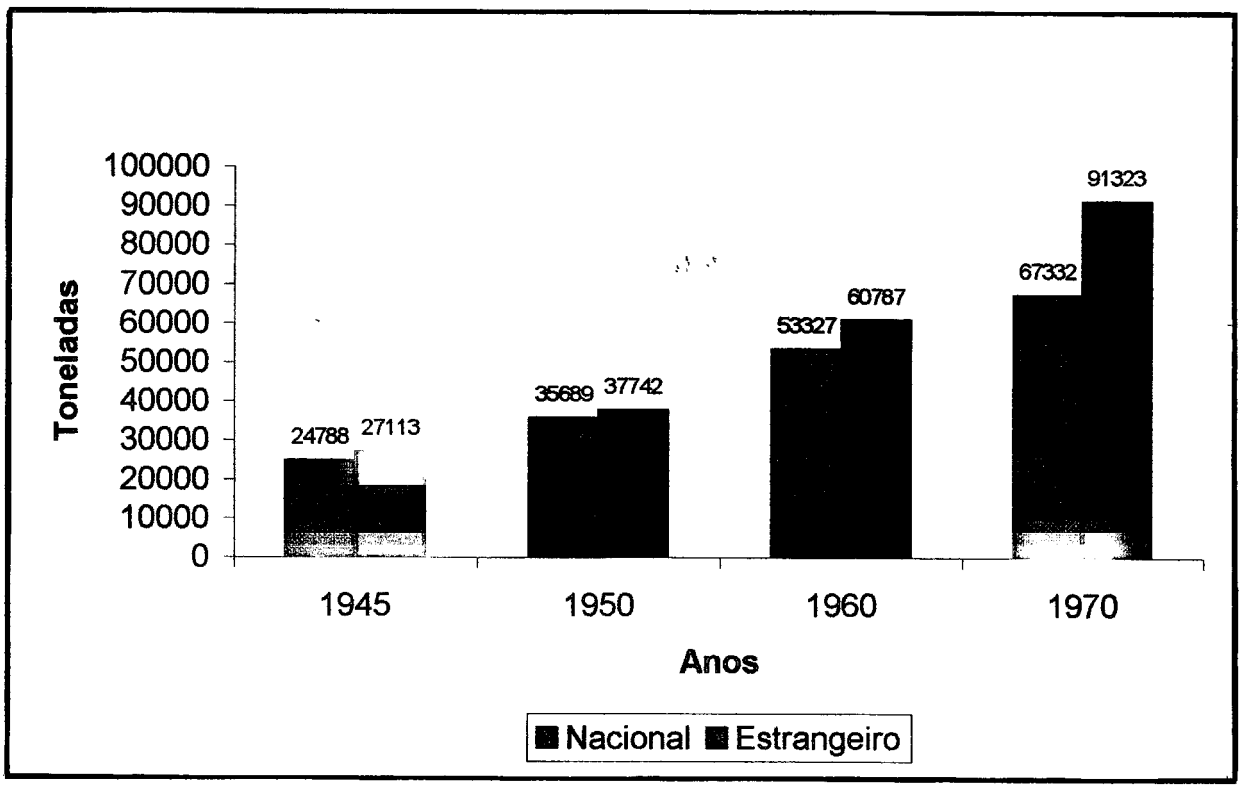
QUADRO N.º 7

Algodão em rama consumido entre 1945 e 1970

	Nacional	Estrangeiro
1945	24.788	27.113
1950	35.689	37.742
1960	53.327	60.787
1970	67.332	91.323

GRÁFICO N.º 2

Algodão em rama consumido entre 1945 e 1970



Durante as décadas de 40, 50 e 60, Moçambique e Angola abasteciam assim a metrópole em cerca de metade do seu consumo, valores que só se alteraram, como já referimos, a partir da independência das antigas colónias por se verificar uma quebra de produção de algodão.

Segundo os dados recolhidos junto do Instituto Nacional de Estatística podemos também percepcionar como evoluíram as designadas máquinas operatórias, aquelas que são responsáveis pela produção da fiação e da tecelagem.

O número de carruagens, sistema de fiação manual mais primitivo, é baixo e foi diminuindo ao longo das décadas já referidas, enquanto que o número de contínuos, máquina que executa simultaneamente as operações de estiragem, torção e enrolamento do fio, vai aumentando de modo significativo em substituição dos anteriores (ver ***quadro n.º8*** e respectivo gráfico).

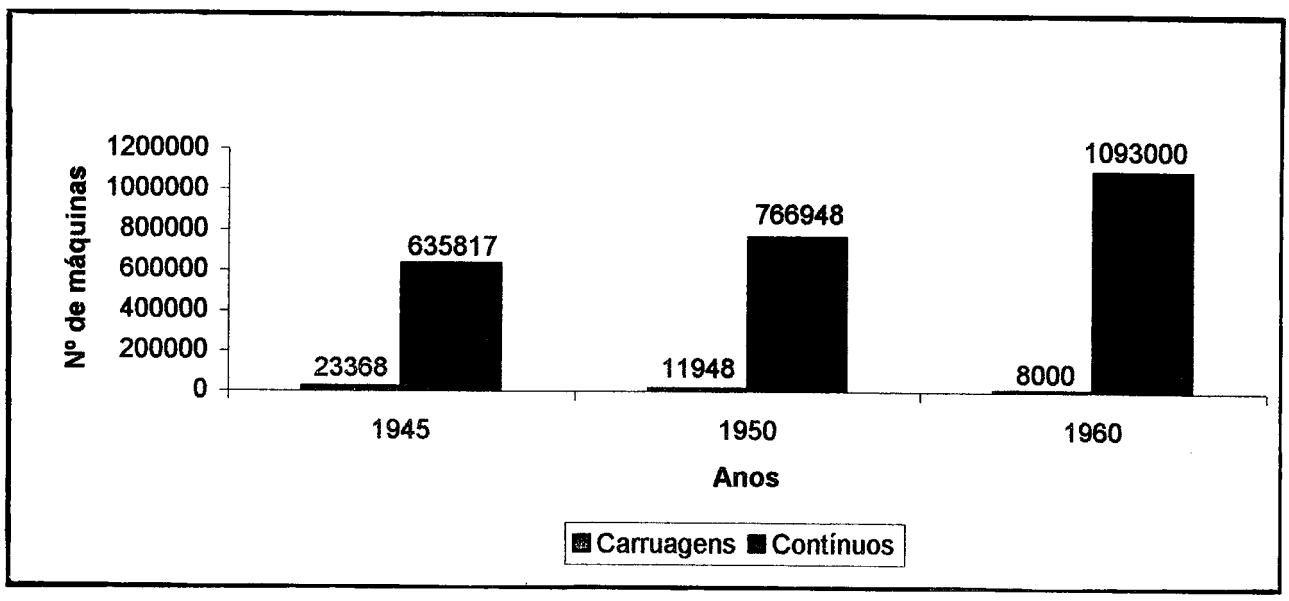
QUADRO N.º 8

Máquinas operatórias da fiação

	Carruagens	Contínuos
1945	23.368	635.817
1950	11.948	766.948
1960	8.000	1.093.000

GRÁFICO N.º 3

Máquinas operatórias da fiação



Situação idêntica podemos observar no ***quadro n.º 9*** e respectivo gráfico relativos á tecelagem. Os teares manuais tendem a ser cada vez mais reduzidos, havendo ainda um aumento até aos anos cinquenta, altura em que atingem os 1224, mas decaindo para cerca de metade deste valor logo na década seguinte. Os teares mecânicos são os que se apresentam em maior quantidade, destacando de forma significativa em relação aos demais. Quanto aos teares automáticos, a sua introdução em 1945 é ainda muito tímida, sendo já notório o seu número passados apenas cinco anos (2168), valor que passa para além do triplo logo na década seguinte. O avanço da mecanização e da automatização na indústria têxtil algodoeira são alguns dos passos concretizados em função da modernização do sector.

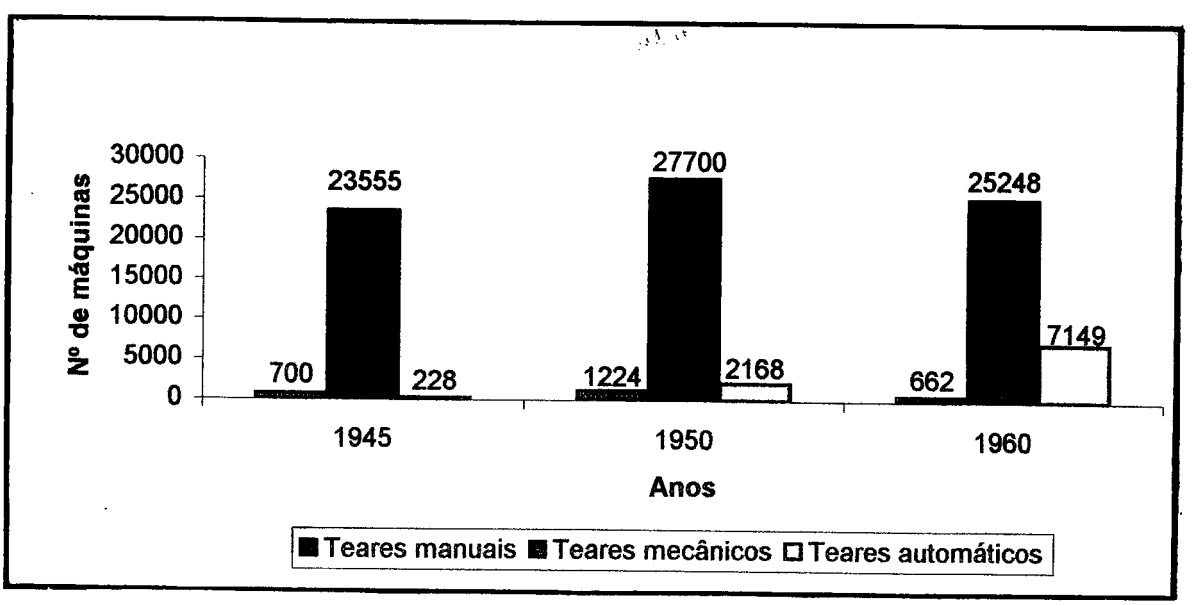
QUADRO N.º 9

Máquinas operatórias da tecelagem

	Teares manuais	Teares mecânicos	Teares automáticos
1945	700	23.555	228
1950	1.224	27.700	2.168
1960	662	25.248	7.149

GRÁFICO N.º 4

Máquinas operatórias da tecelagem



Quanto à produção de fiação e tecelagem (***quadros n.º 10 e 11***, com respectivos gráficos) os valores que recolhemos nos registos do Instituto Nacional de Estatística são igualmente inequívocos e encontram-se perfeitamente relacionados com os dados referidos anteriormente sobre as máquinas utilizadas. Os valores da fiação não param de crescer, quer em dados relativos ao distrito do Porto quer ao total nacional. O mesmo acontece com a produção de tecelagem, que aumenta significativamente até à década de setenta, verificando-se um crescimento mais lento na década seguinte. Refira-se ainda que o distrito do Porto é responsável por cerca de metade da produção nacional, como podemos constatar nos quadros e gráficos que se seguem (não são referidos os dados do distrito do Porto em 1980, pelo facto de ter sido alterada a metodologia de análise do INE).

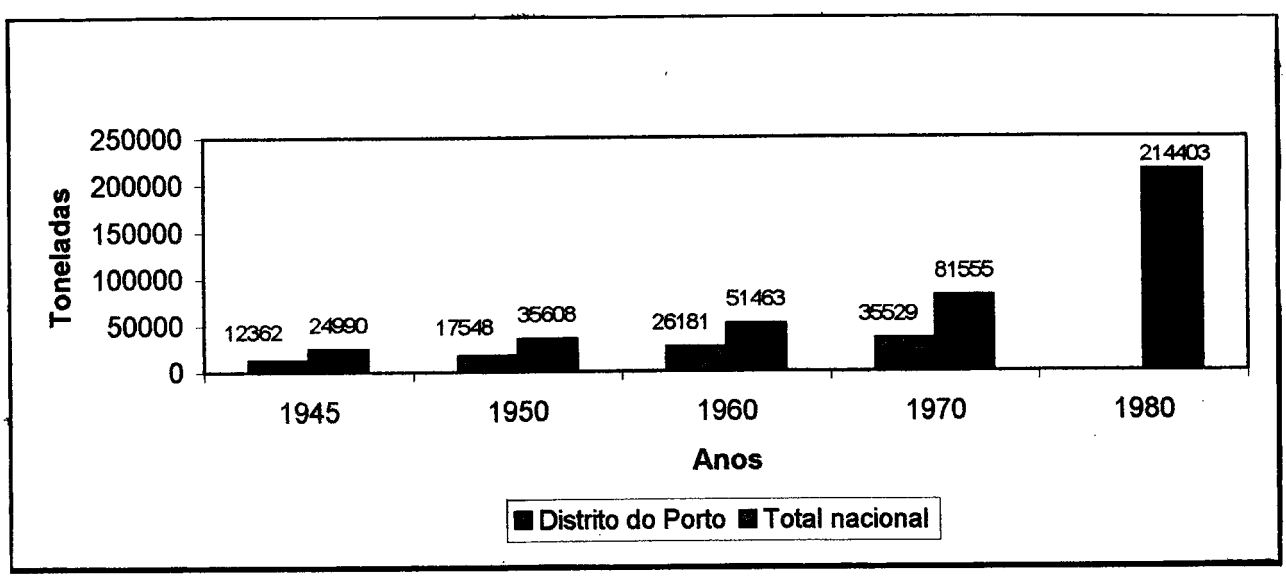
QUADRO N.º 10

Produção da fiação entre 1945 e 1980

	Distrito do Porto	Total Nacional
1945	12.362	24.990
1950	17.548	35.608
1960	26.181	51.463
1970	35.529	81.555
1980	.....	214.403

GRÁFICO N.º 5

Produção da fiação entre 1945 e 1980



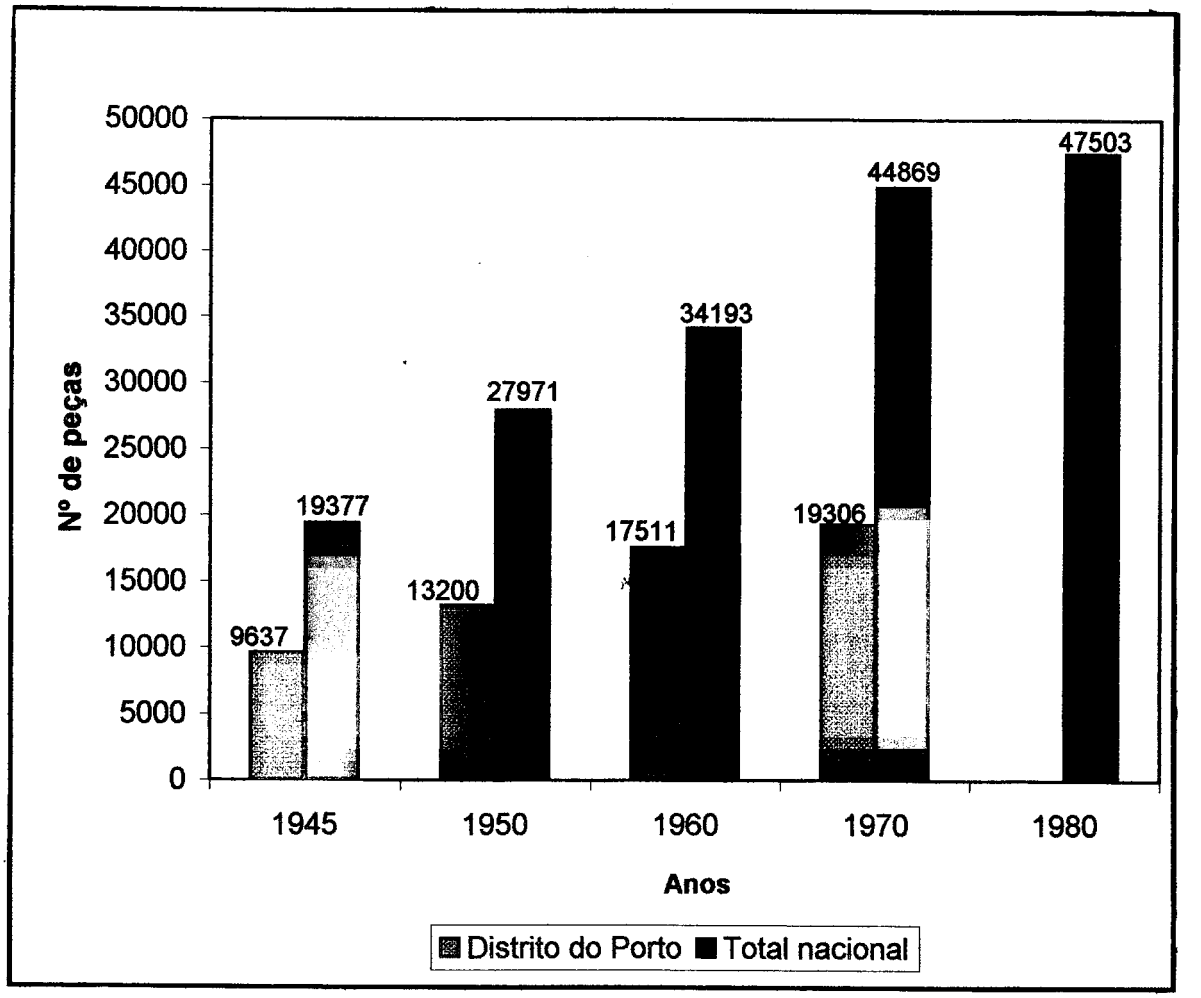
QUADRO N.º 11

Produção da tecelagem de algodão entre 1945 e 1980

	Distrito do Porto	Total Nacional
1945	9.637	19.337
1950	13.200	27.971
1960	17.511	34.193
1970	19.306	44.869
1980	.....	47.503

GRÁFICO N.º 6

Produção da tecelagem de algodão entre 1945 e 1980



Acabamos de referenciar os dados que conseguimos obter na nossa investigação, relativos ao número de empresas têxteis algodoeiras, às máquinas utilizadas nas mesmas, ao valor da principal matéria-prima (algodão) e os dados de produção da fiação

e tecelagem, mas parece-nos igualmente fundamental entender estes mesmos dados estatísticos à luz da política que no momento se fazia sentir.

Ao chegarmos à década de 50, podemos descobrir duas grandes linhas económicas desde o início do Estado Novo: por um lado a dos fisiocratas, bem relacionados com o poder político e que, dependendo da maior ou menor ligação a esse poder, defendiam ou não uma reforma agrária que tardava em fazer-se; por outro temos a corrente industrialista, formada por indivíduos com qualificação técnica e académica e cujos interesses pessoais se confundiam por vezes com os do próprio Estado. Havia assim uma ideia que os portugueses deviam seguir as suas aptidões "naturais" de agricultor e comerciante (o próprio Salazar não escondia nos seus discursos a preferência por esta vertente como quando refere: "Por mim, e se tivesse de haver competição, continuava a preferir a agricultura à indústria"), havendo outra corrente activa e organizada que, através do Congresso dos Engenheiros ou em Congressos da Indústria Portuguesa, expunha e defendia a nova política industrialista (também aqui na sua habitual ambiguidade dizia num dos seus discursos: "Mas se quereis ser ricos, não chegareis lá pela agricultura").

À margem dos debates políticos, os números estatísticos continuam a ser inequívocos. Nos Censos de 1950 verificamos que no sector industrial com cerca de ¼ da população activa obtém uma produção claramente superior com cerca de 2/5 do PNB (ver ***quadro n.º12***).

QUADRO N.º 12

Relação da população activa com o PNB

Sectores	População Activa	PNB
Primário	49%	27%
Secundário	28%	39,6%
Terciário	23%	33,4%

Os dados revelam, por conseguinte, que o arranque do desenvolvimento industrial surgido anos antes começava a fazer sentir-se e o Estado sem assumir uma clara e inequívoca posição industrialista, salvo honrosas excepções de Ferreira Dias e de Daniel Barbosa, viu-se na contingência de aceitar algumas doutrinas industrialistas que, embora controladas, eram uma força modernizadora da economia e da sociedade. Como referiu ROSAS (2000, p.56), a propósito da autarcia ao dizer que " o princípio fundamental de que o país se devia bastar a si próprio, sobretudo no plano alimentar, e, tanto quanto

possível, em matérias-primas essenciais e nos bens de consumo e de equipamento que pudesse produzir por si, mesmo que ainda à custa do sacrifício da racionalidade económica", o que justifica a posição controladora do Estado face à modernização da indústria.

Na década de 50 três novas medidas legislativas devem ser realçadas:

a) **A Lei 38 143, de 30/12/1950**, que reconhecendo estar ainda pendente a revisão da lei do condicionamento industrial, considera ser necessário libertar desde então algumas modalidades de indústria. Nas classes que laborem matérias-primas têxteis, libertem-se assim as oficinas de acabamentos e estampagem ou tinturarias, bem como a indústria de malhas que continua mesmo a ser de fomentar. No caso concreto da indústria algodoeira ficam libertas as secções de estamparia mecânica, autónomas ou anexas a fábricas com secções de tecelagem com menos de 200 teares autónomos e 300 teares mecânicos.

b) **A Lei 2 052, de 11/3/1952,** que estabelece as bases do Condicionamento industrial e que se aplica exclusivamente à Metrópole. Mantiveram-se os princípios que justificam o condicionamento de uma indústria a saber:

1) a existência de instalações com excessiva capacidade de produção em relação ao consumo normal do país ou às possibilidades de exportação

2) a utilização de numeroso pessoal, em risco de ser abrangido por uma crise de desemprego devido a uma provável e máxima mecanização dos processos fabris

3) a exigência de capitais de estabelecimento excepcionalmente avultados

c) **O Decreto-Lei 39 634, de 5/5/1954,** que promulga a revisão do regime de condicionamento. Este decreto começa por dizer: "O condicionamento das indústrias representa uma intervenção do Estado na economia e tem, por isso, carácter excepcional, uma vez que as leis fundamentais do país reconhecem na iniciativa privada, sob orientação da organização corporativa, o instrumento essencial do progresso económico. Das indústrias sujeitas a condicionamento encontram-se as têxteis, da qual faz parte o fabrico de fio e de tecidos, com as excepções ligadas à produção de fios para pesca, oleados, pergamóides e enfeltragem".

E ainda na década de 50, precisamente com a Lei 2058, de 29/12/1952, que se iniciam as bases para uma política económica planificada; por outras palavras, é o surgir dos Planos de Fomento. Transcrevendo parte do discurso de 12/12/1950 do Presidente do Conselho (cit. MOURA, p.57), que diz: "O caminho para o futuro pode ser traçado por dois processos: um seria a elaboração de uma nova lei de reconstituição económica que,

por período mais ou menos longo, dominasse a actividade da administração e, até certo ponto, a orientação da economia; outro, a meu ver preferível, consistia na definição de um plano de fomento, preciso e restrito, que se ativesse mais de perto às possibilidades financeiras e desse prioridade a alguns grandes empreendimentos de carácter mais vincadamente reprodutivo".

Este I Plano de Fomento (1953-1958), tendo por finalidade elevar o nível de vida e aliviar as pressões demográficas, melhorando a produtividade do trabalho e reduzindo o desemprego, apontava como principais objectivos o fomento da agricultura, da produção da energia hidráulica e da conclusão das indústrias de base em curso.

Tratando-se de uma maneira diferente de observar e planificar a economia, esta conjuntura possibilitou igualmente momentos de debate que foram de algum modo bem aproveitados pelos industrialistas.

Em 1950 Carlos Monteiro, na revista da Associação Comercial de Lisboa (1950, p.23), afirmou ser importante intensificar o esforço de desenvolvimento das potencialidades económicas dizendo ainda que "a obra realizada na instalação de indústrias novas, no aproveitamento mais amplo de recursos naturais e de trabalho, na articulação dos meios de produção com as exigências do mercado metropolitano e colonial, no desenvolvimento das actividades exportadoras, foi apenas, durante os últimos anos, o passo inicial de uma longa trajectória a percorrer". Também o presidente da direcção da Associação Industrial Portuguesa, Dr. Francisco Cortez Pinto, falava de um entendimento entre todas as forças vivas da economia nacional para que o desenvolvimento fosse uma obra colectiva e um êxito. Em defesa do sector que representa disse na mesma publicação (ibid.,p.24) poder "afirmar nesta oportunidade que os industriais portugueses estão animados dos melhores propósitos de contribuir por todos os meios para a coordenação integral de todos os recursos e actividades do país, ao serviço de um vasto plano de engrandecimento económico e que nesse sentido têm sido orientadas as suas mais persistentes diligências junto das supremas autoridades públicas".

Outra voz importante deste período é a do antigo secretário geral da Associação Industrial Portuense, um advogado de formação que analisou a fundo a legislação do sector. Segundo ele, o Decreto-Lei 39 634, de 5/5/1954, que promulga a revisão do regime de condicionamento proposto pela Lei 2052 e regulamenta o processo de autorizações dos estabelecimentos fabris, demonstra que "O condicionamento das indústrias representa uma intervenção do Estado na economia e tem, por isso, carácter excepcional, uma vez que as leis fundamentais do país reconhecem na iniciativa privada,

sob a orientação da organização corporativa, o instrumento essencial do progresso económico". Recorde-se que na indústria têxtil o fabrico de fios e tecidos não compreendendo malhas, tapetes e seus acabamentos estava sujeito a condicionamento.

Ao chegarmos ao final da década de 50, precisamente no Congresso da Indústria Portuguesa ocorrido em 1957, Corte Real debruçou-se sobre a indústria têxtil algodoeira alertando para a necessidade de alguma limitação na produção e de fortalecimento da indústria nacional face à concorrência estrangeira, tal como o fizera o Japão, a China e a Índia, que dispõem de excepcionais condições de produção. Das suas palavras destacamos dois aspectos essenciais:

a) Necessidades da indústria algodoeira

- aumentar a produtividade, indispensável para assegurar a vida da indústria em face da situação da altura;
- fomentar a exportação imediatamente, isentando de direitos de importação e de taxas as ramas de algodão exóticas e ultramarinas, entradas na metrópole quando forem exportadas para o estrangeiro produtos em quantidades equivalentes;
- realizar com urgência o estudo e protecção dos mercados estrangeiros por forma a habilitar a nossa indústria a conhecer as necessidades e gostos dessa clientela;
- estabelecer crédito em bases equitativas e sérias sem o qual não se pode falar de desenvolvimento e progresso industrial.
- ajustar e repartir equitativamente a carga tributária e aproveitar o sistema fiscal para promover a concentração da indústria e a modernização do equipamento.

b) O que interessava por conseguinte fazer:

- fomentar a junção de pequenas unidades e procurar construir fábricas tecnicamente equilibradas, com uma capacidade de produção suficiente para assegurar uma rentabilidade compensadora;
- procurar a substituição de equipamento antiquado;
- facilitar o melhor aproveitamento da maquinaria existente
- conceder com urgência à indústria as facilidades de crédito indispensáveis
- melhorar a preparação profissional dos operários, especialmente dos mestres e afinadores

- facilitar a substituição de máquinas novas, concedendo isenção de direitos em relação às máquinas que ainda não se constróem no país

Mas entretanto havia vozes discordantes e algumas acusavam a Comissão Reguladora do Algodão de se fechar nos gabinetes, de onde não podia ver o que se passava na indústria, acusações a que responde o próprio presidente da Comissão em discurso proferido a 28 de Outubro de 1957, em Vila Nova de Famalicão (1958, p.10) ao dizer que "um elemento da oposição voltou a falar aqui, há dois dias, sobre a indústria têxtil. E voltou a firmar que há uma crise generalizada nesta indústria", reconhecemos que "a indústria têxtil algodoeira de toda a Europa tem atravessado gravíssimas dificuldades e que justamente Portugal é um dos países onde mais atenuadamente estas se têm feito sentir". A seguir apresenta os seguintes dados para justificar as suas palavras (***quadro n.º13***).

QUADRO N.º 13

Situação da indústria têxtil algodoeira na década de cinquenta

Ano	Fecharam	N.º operários	Reabriram	Operários	Novas	Operários
1953	7	40	6	70	1	239
1954	12	66	6	32	1	150
1955	23	506	11	162	1	220
1956	20	1 569	13	318	-	-
1957	5	62	21	583	-	-

João Dias Ramos quer demonstrar que a Comissão tem essencialmente que prestar assistência técnica dentro dos meios de que dispõe em relação às fábricas. Considera ainda que em momentos difíceis como os que se atravessam o número de fábricas que reabrem anualmente ou que são novas ajuda a equilibrar o número em relação às que entretanto fecharam.

No caso concreto da indústria algodoeira há ainda a mencionar que a referida crise se verifica a nível da utilização de algodão em rama sofrer oscilações com tendência a baixar nos anos de 1953, 54, 55, 56 e 57, com os respectivos valores em toneladas de 9061, 8904, 9491, 9215 e 9030. A partir daí a tendência inverte-se até 1962, respectivamente com os menores valores em toneladas de 9736 (1958), 10290 (1959), 10259 (1960), 10330 (1961) e 10824 (1962).

Nos finais da década de 50 surgiu ainda o II Plano de Fomento (Lei 2094, de 25/11/58), proposto para um período de seis anos, organizado em diversas rubricas, sendo a segunda dedicada à pesca, indústrias extractivas e transformadoras. Trata-se de um plano de fomento projectado em termos mais amplos do que os do primeiro, quer pela importância e variedade dos objectivos, quer pelo volume dos recursos previstos, proporcionando a camadas cada vez mais amplas da população certas comodidades elementares e que favoreça uma vida familiar sã, tais como a possibilidade de dispor de habitação conveniente, com o fornecimento domiciliário de água e de luz, bem como assistência profilática e educação geral e técnica.

Em Agosto de 1962, o Decreto-Lei 44 506 voltará à questão do emprego e da educação-base no âmbito da reorganização industrial, sendo reconhecido que a referida medida acarreta algum desemprego, mas que alguns têm a possibilidade de ser integrados nas indústrias. Por outro lado, o referido diploma diz esperar-se que "seja o início de uma série de medidas tendentes ao melhor conhecimento e mais perfeita estruturação da nossa mão-de-obra, por forma a dar maior satisfação, não só dos interesses dos trabalhadores, como também das necessidades e conveniências das próprias empresas".

Podemos concluir que no decurso da década de 50, o Estado Novo reajustou-se por um lado a momentos de tranquilidade e de paz que outros países não vivenciaram e por outro lado a tentar ultrapassar os momentos de crise, lançando-se numa política de desenvolvimento e fomento da reorganização industrial. Viria a verificar-se, no entanto, que ambos os factores não estariam verdadeiramente restruturados já que a Guerra Colonial traria os seus custos políticos e económicos e também porque o processo de modernização em alguns sectores de actividade não se faziam sentir. O conservadorismo económico nos anos imediatos seria uma factor determinante para que a estratégia industrializante traçada por Ferreira Dias não tivesse grande continuidade. Mesmo assim, a marcha da industrialização estava lançada e os frutos podiam começar a surgir.

Ao entrarmos na década de 60 continuamos a assistir a um crescimento industrial assente predominantemente em sectores orientados para o mercado interno, o que viria a ser alterado na segunda metade desta década, quando os reflexos da nossa adesão à EFTA (1959) se começava a fazer sentir. A indústria transformadora concentrou então um grande esforço de investimento e conseguiu-se obter taxas de crescimento na ordem dos 10,7% em 1958/59, 12,4% em 1967/68 e 11,2% em 1972/73. Os olhos estavam já postos numa outra organização, a CEE, percurso natural de quem abandonou uma política

autárcica e investiu em produtos industriais que podiam obter sucesso em transações comerciais. Nessa linha de pensamento vai mais uma vez a posição da Associação Industrial Portuguesa, que nas palavras do seu Presidente em 1964, Eng.º Carlos Garcia Alves (1964, p.10), afirma que "a integração europeia, por agora na EFTA, arrastara a perda de uma protecção aduaneira que tem sido a razão da existência de mais do que uma empresa e indústria, ora essa perda de protecção vai sendo acompanhada pelo Estado, tanto ao nível das negociações internacionais, como em grupos de trabalho dedicados a problemas de indústrias específicas".

Uma questão que a Associação Industrial Portuguesa levanta com certa pertinência é a defesa que se fazia sentir no Ultramar e que poderia trazer reflexos menos bons à economia. João Mendes Ribeiro salienta que, "independentemente dos propósitos de industrialização, o Ultramar tem-se negado a uma exploração mecanizada da cultura do algodão em escala compatível com as suas mesmas possibilidades, sacrificando muitas vezes os investimentos de capital a outros interesses menos lucrativos (1963, p.136).

Este autor considera que a transferência da indústria da Metrópole para o Ultramar não traria valores que justificassem a mesma, pese embora a matéria-prima (o algodão) ser aí produzida. Mas o secretário de Estado do Fomento Ultramarino, Rui M. D'Espiney Patrício, a discursar numa mesa redonda da II Conferência sobre problemas da indústria nacional,77 mostra-se satisfeito ao indicar que o capital investido no sector industrial de Angola em 1963 era de 2,9 milhões de contos, passando para cerca de 5 milhões de contos nos finais de 1967, regozijando-se nos seguintes termos: "Este crescimento industrial, que é corrente qualificar como espectacular, deve-se sem dúvida, por um lado, à iniciativa e ao dinamismo de empresários industriais da província de Angola, de Moçambique e da metrópole, de empresários portugueses, em suma" (1968, p.12).

Na verdade, a Metrópole não se podia queixar muito da situação vivida. Em 1965, por exemplo, as nossas exportações têxteis para o Ultramar atingiram 645 000 contos (para Angola exportamos 327 000 contos), embora no ano seguinte se verificasse uma descida para 501 000 contos. E o panorama da indústria nacional era satisfatório se pegarmos nas palavras de Ferreira do Amaral (1966, p.47) quando deduz que "em muitos sectores da nossa actividade industrial existem empresas adequadamente dimensionadas que caracterizam hoje, essencialmente, a nossa estrutura industrial".

Esse desenvolvimento industrial abrangia naturalmente Angola e Moçambique, que no entender do antigo ministro do Ultramar, prof. Silva Cunha, em entrevista ao jornalista José Mensurado, dizia que havia quem temesse "que este (surto de desenvolvimento

industrial) venha a reflectir-se no decréscimo da importação de produtos da indústria metropolitana e na própria quebra de exportações de matérias-primas para a Metrópole, uma vez que passam a ser transformados nas próprias províncias". Este ministro referia ainda que isso não afectaria o desenvolvimento agro-pecuário que Angola e Moçambique apresentam, sendo pelo contrário aproveitado em larga escala e como apoio à própria industrialização e sendo inclusive um factor de equilíbrio económico e social.

Recordamos ainda que durante as décadas de 40, 50 e 60, Moçambique e Angola abasteceram a indústria da metrópole em cerca de metade do consumo de algodão.

Fazendo o ponto de situação do que foi já apresentado, podemos afirmar que, na sua obra "Linha de Rumo", o Eng.º Ferreira Dias Júnior sintetiza o modelo global de desenvolvimento e modernização das estruturas económicas e sociais com que os industrialistas pretendiam conduzir Portugal até chegarem ao nível dos países mais desenvolvidos da Europa. Nem sempre os seus princípios foram compreendidos pela opinião pública ou mesmo pela governação, o que justifica que em certas alturas a ineficácia de soluções nacionais de reconstrução da indústria nacional acontecesse de forma isolada do exterior.

A ajuda que o Plano Marshall deu aos países europeus no período posterior à Segunda Guerra Mundial revelou quão importante eram esses fundos para debelar a crise económica que afectava o velho continente, sobretudo dos que viveram mais intensamente a referida guerra. À margem deste fundo numa fase inicial, o Plano Marshall viria a ser aplicado igualmente a Portugal num segundo momento, representando um passo decisivo para a internacionalização da economia portuguesa, fazendo encarar a política de outra forma, um pouco mais estruturada e planificada. Aliás, nesta sequência diversos autores referem que os planos de fomento corresponderam a uma materialização desses apoios financeiros (referimo-nos ao Plano Marshall e adesão à OCDE).

O 1º Plano de Fomento pode considerar-se ter sido elaborado com uma componente económica fortemente suportada no sector primário e na criação de infra-estruturas de base, mas pretendendo ser uma ponte entre um país tradicionalmente agrícola e o Portugal industrializado.

No 2º Plano de Fomento surgia a possibilidade de introduzir com mais força a componente industrialista, até porque a realização do II Congresso da Indústria e dos Economistas Portugueses fez repercutir as suas propostas junto do Governo. No entanto

mantinha-se uma política económica orientada pela continuidade de directrizes do passado e as propostas dos industrialistas não podiam vingar tão facilmente nem com a rapidez que desejariam. Mesmo assim, a adesão à EFTA representou alguns progressos entre 1960 e as vésperas da revolução de Abril de 1974, momento em que alguma modernização foi concretizada. Segundo Pedro Ordez, citado por TORRES e VELOSO (1984, p. 214), "é inegável a contribuição da EFTA para o desenvolvimento da indústria portuguesa que beneficiou amplamente do impulso povoado pela abertura dos mercados de alguns países mais desenvolvidos da Europa em pleno período de expansão económica como foi a década de 60".

O Plano Intercalar de Fomento, surgido em 14 de Dezembro de 1964 para vigorar nos anos de 1965 a 1967, fez reclamar com algum vigor o princípio da iniciativa privada como forma de efectivar o crescimento económico. Há ainda uma maior aceitação de factores com carácter social como o ensino, a habitação e a saúde, sem os quais o progresso não se consumaria.

O 3º Plano de Fomento (20 de Dezembro de 1967), para vigorar de 1968 a 1973, é igualmente entendido como um instrumento de programação global de desenvolvimento económico e de progresso social do país, tendo em vista a formação de uma economia nacional mais forte e a concretização de projectos importantes para a comunidade. Até pelos aspectos de natureza global nele constantes, caso do financiamento, comércio externo, emprego e política social, produtividade e sector público, se pode constatar a referida programação global e a diversidade de sectores abrangidos. Por outro lado, a reforma administrativa revelava agora um quadro político diferente, marcado pelo governo de Caetano (Primavera Marcelista), mais atento à importância que poderia advir com uma maior projecção da indústria nos mercados externos.

Na sequência deste Plano de Fomento é encarada a necessidade de revogar o condicionamento industrial, procurando em simultâneo consolidar alguns grupos económicos e criar melhores condições para o investimento estrangeiro.

No que diz respeito ao emprego os sectores de actividades revelam alterações significativas com um recuo do sector primário em favor dos sectores secundário e terciário. A estrutura de emprego em termos percentuais de 1960 a 1973 foi a que se apresenta no ***quadro n.º 14***:

QUADRO N.º 14

Estrutura de emprego pelos sectores de actividades

Sectores	1960	1967	1973
Primário	43,6	35,4	28,5
Secundário	28,6	33,9	36,5
Terciário	27,7	30,7	35,0
Total	100,0	100,0	100,0

Por outro lado e no que se refere às variações médias de produtividade, do período 1967-73, é inequívoco o comando do sector secundário com 7%, depois do primário com 6,3 e por último o terciário com 3,6%. E para reforçar esta tendência estavam previstos para este período investimentos na ordem dos 31 150 milhares de contos para as indústrias extractivas e transformadoras (25,3%), seguindo-se os transportes, comunicações e meteorologia com 27 090 milhares de contos (22%) e logo a seguir a energia com 17 600 milhares de contos (14,3%).

Para além da clássica indústria têxtil constituída com base em estabelecimentos associados à fiação, tecelagem e acabamentos, vamos assistir desde o início da década de 70 a um crescimento de importância da indústria das malhas e da confecção.

2.8. Da Revolução de 1974 à actualidade

Na década de 70 assistimos a nível mundial a uma desaceleração do crescimento económico motivada pela crise do petróleo e pela dívida dos países menos desenvolvidos, sendo estes factores mais tarde acompanhados pelas alterações verificadas na economia europeia com a abertura dos países de leste.

Por outro lado, a nível interno ocorre a "Revolução dos Cravos", uma referência para o Portugal moderno que se pretendia construir através de maior liberdade de expressão e de uma governação assente no voto popular. Era um período de natural instabilidade política com reflexos na economia e no tecido empresarial, bem como da existência de alguma desconfiança por parte dos investidores, até porque vivia-se o tempo das nacionalizações.

Não podemos esquecer que as nacionalizações assentaram essencialmente em três aspectos:

- a prossecução de dois objectivos fundamentais: a destruição dos principais grupos económicos e financeiros e a centralização nas mãos do Estado de sectores-chave da economia portuguesa;
- o processo de nacionalizações resultou sobretudo de factores considerados importantes pelas forças político-sociais dominantes no momento não tendo obedecido a nenhum plano consciente e previamente elaborado;
- as nacionalizações seriam feitas sector a sector, empresa a empresa, à espera de em alguns casos o objectivo ter sido claramente o de nacionalizar todo o sector.

Recorde-se ainda que antes da Revolução, o IV Plano de Fomento fora aprovado em 26 de Dezembro de 1973, para vigorar de 1974 a 1979, sendo o mesmo mais uma vez o instrumento basilar da política do Governo em matéria de desenvolvimento económico e de progresso social, do qual se inclui naturalmente a indústria.

Caracterizando sucintamente as duas últimas décadas em análise (1970-1980) verificamos que o sector industrial aposta numa trilogia de ramos que de algum modo se complementam: têxteis, vestuário e calçado. Serão então eles que inequivocamente assumirão um papel dominante dentro do sector secundário e que aumentarão a importância económica do país, bastando para isso referir que passaram de cerca de um quinto da produção da indústria, em 1975, para cerca de um quarto em meados dos anos 80.

Os anos 80, para além de terem como referência a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (tratado assinado em 12 de Junho de 1985) e os naturais fundos daí resultantes para ajudarem na recuperação económica, assinalam ainda o regresso à estabilidade política e a uma vivência democrática e conscienciosa por parte dos cidadãos. É interessante ver o que diz CHIAVENATO (1993, p.19) a propósito da organização e administração na sociedade actual, que considera "uma sociedade de organizações onde a complexidade e a interdependência das organizações são o aspecto crucial, a administração avulta como factor-chave tanto para a melhoria da qualidade de vida como para a solução dos problemas mais complexos que afligem a humanidade de hoje".

Assim, nas sociedades em que as instituições e organizações assumem um papel fundamental no quotidiano das pessoas, a mudança na estrutura económica tinha que se fazer sentir. A indústria têxtil e de vestuário, fortemente marcada pelo poder da comunicação, que caracteriza o mundo de hoje, viu-se na contingência de acompanhar esta mudança e imprimir uma dinâmica assente na modernização e na aposta da

qualidade, o que só é possível com investimentos nas diversas áreas da produção e na formação profissional. O estabelecimento fabril será assim a conjugação de três aspectos fundamentais: a organização empresarial, a actualização tecnológica e a eficiência e qualificação dos seus operadores.

E se a tendência da economia vai no sentido da liberalização do comércio internacional com uma aposta clara em mercados lucrativos, então a indústria deve ter em atenção a competitividade instalada e estar cada vez mais atenta às solicitações do consumidor e à sua própria modernização, como forma de viabilizar as empresas. Mesmo predominando a pequena e média empresa, a indústria portuguesa de têxteis e vestuário deve ter em conta esta "bandeira" para que a concorrência com países em que a matéria-prima (o algodão) e a mão-de-obra são realmente mais baratas possa ser favorável aos nosso industriais.

A indústria têxtil algodoeira portuguesa só pode seguir a via da qualidade para fazer face à concorrência do Oriente, até porque tem a agravante de não produzir a matéria-prima que importa de países como Israel, EUA, Turquia, Paraguai ou Moçambique, em valores que atingiram em 1980 respectivamente 21999, 17710, 17499, 14392, 7925 toneladas de rama. Recorde-se a este propósito mais uma vez que a cultura do algodão exige terrenos férteis, clima húmido e quente, muito sol e muita água para irrigar as terras, ou seja, um clima tipicamente tropical, que não é o caso do de Portugal.

A concluir, e numa perspectiva actual do que se passa na indústria têxtil algodoeira, é de referir que a produção de algodão bruto passou de 9,8Mt em 1955 para mais de 20Mt em 1990, representando neste momento cerca de metade das fibras têxteis produzidas mundialmente. O número de produtores também aumentou desde o final da Segunda Guerra Mundial, sobressaindo a China, os EUA, a Índia , o Paquistão e o Usbequistão (uma das repúblicas soviéticas que em 1989 tinha fornecido dois terços da produção soviética). Quanto ao consumo, que aumentou nos últimos vinte anos, está agora estabilizado, sendo os principais países fabricantes de tecidos de algodão da comunidade europeia a Alemanha, Espanha, França, Itália e Portugal, respectivamente com 176, 105, 138, 216 e 77.

A indústria algodoeira da Europa Ocidental entrou há alguns anos atrás em crise, aliás à semelhança do que aconteceu noutros locais, mas tem procurado encontrar soluções que permitam a viabilidade das empresas e a manutenção dos postos de trabalho, daí a concertação de políticas a nível nacional e a natural articulação com as directrizes comunitárias.

Em síntese

Na introdução deste trabalho tivemos oportunidade de explicitar o tema do nosso estudo, especificando a metodologia, as fontes consultadas e os objectivos que nos propomos alcançar.

Este primeiro capítulo, intitulado "A indústria algodoeira em perspectiva" , foi o meio que escolhemos para iniciar a nossa problemática, subdividida em dois itens que se complementam: um primeiro, com carácter mais técnico, apresenta o mundo das fibras têxteis, centrado naquela que é em parte a razão de ser do nosso trabalho, a "gossypium herbaceum", ou seja, o algodão; o outro consiste numa breve abordagem à indústria algodoeira nacional, numa perspectiva histórica e cronológica, em que a fibra anterior faz parte das matérias-primas utilizadas.

O algodão, fibra natural de origem vegetal, foi então descrito como uma fibra cujas propriedades permitem a sua utilização na produção de tecidos, logo assumindo uma função declaradamente têxtil. Após a caracterização do algodão através das suas propriedades físicas, químicas e têxteis, enveredamos pela exposição do ciclo que a fibra segue desde a sementeira até à tecelagem, fase que pode ainda ser complementada com duas outras: a tinturaria e a estampagem.

E o mundo dos têxteis conduziu-nos inevitavelmente às técnicas e à indústria de fiação, tecelagem, que por sua vez se interligam numa perspectiva sequencial às indústrias de confecção e à da moda, esta última muitas vezes prefigurada como a junção das anteriores.

Fomos, então, em busca da memória do algodão, procurando apresentar uma abordagem cronológica e sucinta da indústria algodoeira nacional, desde a Idade Média aos nossos dias, com uma especial incidência no século XX, por razões que se prendem com um avolumar de dados mais centrados nesta época, mas também por nela ter sido fundada a fábrica que particularizaremos no terceiro e último capítulo.

Curiosamente, a década de trinta, aquela em que surge a fábrica "A Flor do Campo, L^{da}", e as duas seguintes são consideradas de grande importância no que respeita à

evolução económica na história contemporânea. E se ficou claro na célebre frase de Marcelo Caetano que diz: "Somos um país onde o Estado é a Providência", podemos então aferir pelo surgimento e evolução da política económica do Estado Novo que o Estado interveio largamente na vida económica do país coordenando, dirigindo e impulsionando os diversos sectores de acordo com conjunturas e apoiando em parte actividades individuais.

A crise de 1929 e o período da grande depressão mundial, que em Portugal não se fizeram sentir de forma tão acentuada, vieram inclusive propiciar e despertar para uma ideologia industrializante e nacionalista. É neste campo que se apela para um forte intervencionismo estatal, como forma de garantir o crescimento de um modelo económico centrado na indústria, ao mesmo tempo que se cria a imagem optimista das potencialidades do país. Para tal muito contribuíram o Congresso Nacional de Engenharia (1931) e o Congresso da Indústria Portuguesa (1933). Recorde-se Albano Gonçalves, que falava de um modelo visivelmente apontado para a intervenção estatal, em que o desenvolvimento do ensino técnico e profissional, a construção de grandes centrais hidroeléctricas e a promulgação de legislação tendente a regular o trabalho industrial, a par do estímulo a concentrações industriais, assumem-se como parte significativa deste pensamento.

Mas as tentativas de fomento industrial nem sempre deram os frutos esperados, até pela contínua imagem de país rural e de brandos costumes que a governação de Salazar teimava em manter. Mas em 1957, com o II Congresso dos Industriais e dos Economistas Portugueses, começava a sentir-se que o período de isolamento económico internacional estava a terminar. A seguir abrir-se-iam as portas à EFTA (1959) e iniciava-se um processo que culminaria quase trinta anos depois com a adesão à Comunidade Económica Europeia (1986). E neste período de tempo a indústria transformadora ia apresentando taxas de crescimento acima dos dez por cento: 10,7% em 1958/59, 12,4% em 1967/68 e 11,2% em 1972/73.

Ao longo deste período (dos anos trinta aos oitenta) vamos assistir à fundação da fábrica "A Flor do Campo, L.da", ao seu crescimento, à comemoração de períodos áureos, como o das suas Bodas de Prata, em que era já uma das "grandes" a nível da indústria têxtil nacional. Será então a oportunidade de conhecermos mais de perto esta empresa industrial de renome na região do Vale do Ave, cuja história será desenvolvida de perto num misto de história de vida e de empresa, já que empresa e empresário se fundem e confundem...

Capítulo II
ELABORANDO UMA MONOGRAFIA DE SÃO MARTINHO DO CAMPO

1. Descrição geográfica e económica desta vila do concelho de Santo Tirso, passando por outras áreas que revelam o pulsar desta freguesia

Este capítulo é importante para que a tradição, os costumes, as mentalidades e o modo de vida dos martinhenses não caiam no esquecimento da actual geração e das vindouras. É igualmente justificável por entendermos que em certas freguesias a sua própria história revela-nos um entrecruzar de vivências, um crescimento e progresso colectivos da vida de indivíduos que teimaram em deixar marcada de forma preponderante a sua passagem e residência nessas terras. Assim aconteceu com o emigrado no Brasil Manuel Dias Machado, com o Comendador Abílio Ferreira de Oliveira e assim acontece com alguns dos actuais empresários que de forma mais discreta têm dado um contributo positivo ao progresso desta jovem vila de São Martinho do Campo.

No caso concreto da nossa tese, é ainda um momento especial para reafirmar a importância económica desta freguesia do concelho de Santo Tirso, umbilicalmente ligada à indústria têxtil algodoeira. No caso concreto da empresa "A Flor do Campo, L^{da}", reforço ainda para a vida do seu fundador que tem o seu nome ligado a muitas das obras que vão ser referenciadas.

1.1. Localização

Santo Tirso é considerado um dos concelhos que se identificam mais genuinamente com o velho Entre Douro e Minho, sendo São Martinho do Campo uma freguesia situada no extremo Norte deste concelho, junto à margem do Rio Vizela.

Pinho Leal, no seu Portugal Antigo e Moderno, refere que ***"a freguesia de São Martinho do Campo da comarca e concelho de Santo Thyrso era da corôa. Situada em uma campina sem vista para outras freguesias é terra muito fértil. Passa por ela o rio Visella que faz mover várias azenhas e dois engenhos de preparar linho. Tem uma ponte de pedra, chamada de Negrellos, duas capellas publicas e mais quatro particulares".***

São Martinho do Campo esteve, então, incluída na Comarca e Termo do Porto, pertencendo primeiro ao Concelho de Refojos de Riba d'Ave, depois ao Concelho de Negrelos e, posteriormente, com a extinção deste, viria a fixar-se no de Santo Tirso. Situada a cerca de 14 Km da sede do concelho, fica a sensivelmente a mesma distância de Guimarães, daí a identificação e um pouco a justificação da ideia avançada no início deste capítulo. É uma freguesia airosa que tem beneficiado dos melhoramentos rodoviários que foram sendo introduzidos na região nos últimos cinquenta anos, não sendo de admirar a explosão urbana e fabril que se apresenta como um facto bem real, que por sua vez espoletam novas necessidades e infra-estruturas.

Localizada então na parte norte voltada para oriente do concelho e rodeada pelas freguesias de Roriz, São Mamede de Negrelos e São Salvador do Campo, esta freguesia de São Martinho do Campo é um pólo aglutinador da população desta zona do concelho quer pelas infra-estruturas aqui surgidas (caso da escola básica integrada, instituições bancárias, etc.), quer pelos postos de trabalho criados, concretamente na indústria têxtil. A sua localização é ainda dominada pela passagem do rio Vizela na parte norte que estabelece de forma natural o limite com as freguesias de Lordelo e Moreira de Cónegos.

A propósito do rio Vizela, neste abundavam no século XVIII peixes como bogas, escalos, barbos e trutas, bem patenteados por poetas antigos e contemporâneos em versos como os que se passam a transcrever:

" Corre el vizella amado
Progresso sonoroso
O Chrystalino ponto d'uma peña
A ser favor de um prado."

Manoel Faria – Fonte de Aganipe

" Vem os que gozam do Vizella frio
Em a ribeira amena, as águas claras,
Grato, aprazível, brando, fresco rio,
Senhor que as trutas dá no sabor raras."

Manoel Thomaz – Phoenix de Lusitânnia

Para além da abundância de água cristalina, uma fonte de recurso natural de extrema importância e que irá explicar em parte o porquê da localização da indústria nesta região, é ainda de referir que o solo é predominantemente granítico (com uma faixa de terreno xistoso do Silúrico Superior e Inferior) e a vegetação muito variada e luxuriante, permitindo o cultivo da vinha e, outrora, do linho.

1.2. A toponímia

A toponímia auxilia-nos a conhecer melhor e a caracterizar uma localidade, explicando a sua designação e de que forma surgiu, pese embora os documentos existentes serem por vezes escassos ou confusos, dificultando quem busca a clareza e a veracidade dos dados .

Na procura de identificar e explicar o topónimo, podemos dizer que São Martinho, a explicar a história deste santo mais adiante, aparece já nas Inquirições do séc. XIII, numa referência à igreja com o mesmo nome e integrada no Couto de Roriz, apenas associada ao nome do orago. Quanto ao termo "Campo", do latim "Campu" (planície, campina), talvez fosse aplicada à pouco inclinada chã que se estende a norte do Monte da Citânia de Sanfins, localizada bem perto.

O surgir da freguesia não se pode identificar com rigor, mas pela documentação que a referencia é provável que já o seria desde o séc. IX ou X, uma vez que aparece citada antes da fundação da Nacionalidade. Nessa altura, numa situação geográfica privilegiada, os traços de uma ruralidade bucólica seriam por certos mais visíveis, o que reforçaria uma beleza natural, bem de acordo com o topónimo.

Através da planta com a indicação das ruas da vila de São Martinho do Campo (anexo G) podemos observar algumas referências a figuras ilustres da terra e do seu património. A sua população, que ultrapassa já os três mil habitantes, exerce em

grande parte funções profissionais na indústria têxtil local e habita nos diversos lugares que constituem a freguesia: Ponte de Negrelos, Borreiros, Cubículo, Carvalhal, Pontinho, Entre-estradas, Paderne, Vale, Fundelho, Vau, Agrelo, Espinho, Aldeia do Monte, Bocas, Rua da Venda, Rola, Lama, Ribeiro dos Asnos, Ruivães, Património, Postigo, Talegre, Arnozela, Escorregadoura, Pousada, Outeiro de Ginjo, Sanguinha e Torre.

1.3. População

"O território de Entre Douro e Minho apresenta um tipo de povoamento rural, entre o disperso generalizado e um ou outro ponto de concentração, ambos situados ao longo de vias principais e secundárias por onde circulou sempre um autêntico formigueiro humano." É assim que se refere o Dr. Paulino Gomes no texto introdutório de uma obra de referência para todas as freguesias, o Dicionário Enciclopédico das Freguesias.

O mesmo autor caracteriza no mesmo texto esta região numa estreita ligação às origens castrejas das suas gentes e à grande importância que os rios Ave e Vizela vêm assumir na fixação e densidade populacional. O autor diz então que ***"Na sua origem pré-histórica e proto-urbana, estes povoados remontam por regra à cultura castreja, aqui densamente testemunhada pelos arqueólogos, em mais de mil locais"***.

São Martinho do Campo teria em 1758 perto de 470 habitantes e, em 1900, para 220 fogos contava já com 833 habitantes, sendo 383 do sexo masculino e 451 do feminino.

Em 1991, 3565, dos quais 1778 eram homens e 1787 mulheres, distribuídos por 1027 famílias, sendo a densidade populacional de 1036Hab/Km2. A nível demográfico representava assim o décimo lugar entre as 32 freguesias que então compunham o concelho (posteriormente a esta data o concelho viria a perder uma parte significativa do seu território com a criação do concelho da Trofa), sendo então uma das mais populosas.

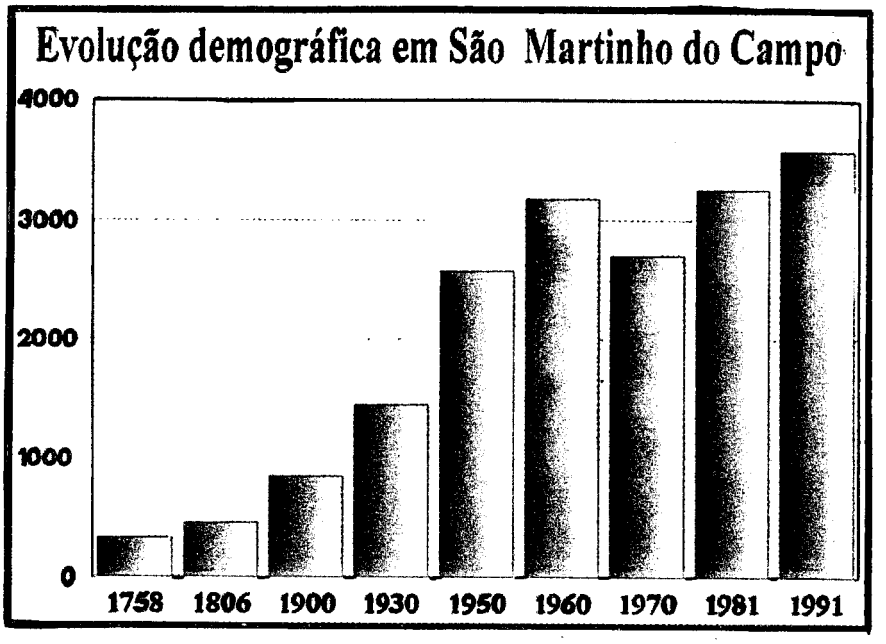
De realçar que a partir dos anos 30, como se pode verificar pelo gráfico, cresceu significativamente e que o único decréscimo existente, entre as décadas de 60 e 70, ficou a dever-se ao facto de se terem desanexado desta freguesia alguns lugares,

num total de 677 habitantes e 139 fogos, para constituírem a freguesia independente de São Salvador do Campo, tal como determinou o Decreto-Lei n.º 43 695, de 17 de Maio de 1961.

No recenseamento geral da população efectuado em 1991, São Martinho do Campo possuía 3565 habitantes, dos quais 1778 eram do sexo masculino e 1787 do sexo feminino.

GRÁFICO N.º 7

Evolução demográfica em São Martinho do Campo



Os dados finais, embora ainda não oficiais, dos censos realizados este ano mostram que a freguesia de São Martinho do Campo chegou aos 3735 habitantes, dos quais 1834 são do sexo masculino e 1901 do sexo feminino, registando-se no entanto um total de 192 indivíduos residentes ausentes. Há ainda que referir que foram contabilizados 1240 alojamentos de tipo familiar e dois de alojamento colectivo, albergando 1198 famílias clássicas e apenas uma família de tipo institucional.

1.4. História da freguesia

Em virtude da proximidade de São Martinho do Campo da citânia de Sanfins, é de crer que a cultura castreja tenha também influenciado o povoamento e a vida das

gentes desta região. Sabemos que se dedicavam à caça, à pesca, à pastorícia e à criação de alguns animais domésticos, recursos facilmente encontráveis nestas paragens.

No período romano, os hábitos foram sendo alterados e as populações encaminhadas mais para as planícies, onde as culturas eram mais viáveis, mudança que se coaduna novamente com esta região, comprovado o seu povoamento e exploração de recursos pela construção da famosa ponte de Negrelos.

Após o surgimento do Cristianismo e na sequência da vinda de povos bárbaros, refugiar-se-íam nesta zona da Península Ibérica os Suevos, cuja capital, Braga, não fica assim tão distante. É com os Suevos já cristianizados que vão nascer as paróquias e depois com os Visigodos as dioceses; ora São Martinho fazia parte da Diocese Bracarense já no século XI.

Por alturas da fundação da Nacionalidade, já São Martinho existia como freguesia. Por exemplo, em 28 de Novembro de 1116, numa doação ao Mosteiro de Roriz, feita por Memendo, figuram várias villas e casais, a ***"sexta parte de Paderne - São Martinho"***.

No tempo de D. Sancho I, de cognome o Povoador, era frequente conceder-se a poderosos senhores a posse da totalidade ou de parte dos reguengos ou dos jugados. No caso de São Martinho, o fidalgo Afonso Martins Vivaz possuía casais honrados no lugar da ponte. Posteriormente a esta altura algumas freguesias, incluindo a de São Martinho, vão parar às mãos do Infante D. João, filho de D. Pedro e D. Inês, e dele passaram à Infanta D. Beatriz.

A par desta situação, também algumas igrejas e casais eram doados a ordens monásticas, ora os Mosteiros de Roriz e de Vilarinho possuíam também vários casais e herdades em São Martinho do Campo.

Em 1220, durante o reinado de D. Afonso II, aparece nas Inquirições Gerais com a denominação que tem actualmente, mas em 1258 aparece sob a epígrafe ***S. Martinho no Couto de Roriz, ou S. Martinho de Negrelos***. Nesta época a freguesia já tinha 32 casais repartidos por oito villas ou lugares, a saber: Ruivães, Souto, Agrelo, Quintela, Paderne, Pousada ou Pausada, Ponte ou Pons e Marecos.

Pelas Inquirições de D. Dinis e D. Afonso IV, sabe-se que a parte oriental desta freguesia pertencia ao Couto de Negrelos, enquanto a outra parte estava enquadrada no Couto do Mosteiro de Roriz.

Desde a Idade Média até ao segundo quartel do século XIX, viveu a região de Negrelos sob a égide de Refojos de Riba d'Ave, no respeitante à administração civil e judicial, onde floresceram através dos séculos vários coutos e honras.

As primeiras reformas do Liberalismo trouxeram o desmantelamento do concelho e equipararam alguns desses coutos e honras a concelhos: S. Mamede e Francemil, Roriz, Rebordões e Santo Tirso (que nasceu da extinção do seu mosteiro). Pela reforma de 1836 foi criado então o Concelho e Julgado de São Tomé de Negrelos e extintos os pequenos concelhos preexistentes dentro da sua área: Francemil, S.Mamede de Negrelos, Roriz, Rebordões e Refojos.

São Martinho do Campo fazia parte integrante do concelho de S.Tomé de Negrelos. Com a extinção deste concelho, em 1855, passou a pertencer ao concelho de Santo Tirso, no qual se mantém até à actualidade.

Recorde-se ainda um episódio interessante ocorrido no século XIX associado ao belo ex-líbris que a civilização romana deixou na freguesia: a ponte de Negrelos. É célebre esta ponte de Negrelos pela resistência popular feita às tropas invasoras francesas no dia 25 de Março de 1809, aquando da 2ª invasão, no momento da passagem de uma das três colunas do exército de Soult. Aqui se travou uma dura refrega, uma vez que a coragem do General Jardon em passar a ponte viria a ser-lhe fatal, pois um popular anónimo atirou a matar, provocando assim a raiva dos gauleses que carregaram com fúria na população, matando 12 homens e levando os restantes juntamente com as mulheres a fugirem. Assim passaram os franceses a denominada Ponte de Negrelos. Este facto está registado no Livro de Óbitos da Freguesia.

Uma curiosidade deste episódio tem a ver com o facto de nesse mesmo dia, noutro ponto da freguesia, terem aparecido quinze corpos, cuja proveniência ninguém conhecia, mas que foram piedosamente enterrados no lado Sul do cemitério de São Martinho. Segundo contam as gentes da terra, durante muito tempo o local era perfeitamente reconhecido, uma vez que a relva se conservava ali mais verde e viçosa. A verdade é que em 1891, o Abade João Pinto dos Reis, no Jornal de Santo Thyrso, dizia que ***"parece um protesto mudo da natureza contra a ingratidão dos homens, que deixaram no olvido esses martyres, sem ao menos lhes erguerem um modesto mausoléu: uma simples cruz"***.

Esclareça-se ainda que a Ponte de Negrelos era considerada importante como via de comunicação, mas também pelo facto de servir de referência para a divisão

administrativa, pois, na sua margem direita, aí confluíram os concelhos de Guimarães e Barcelos. Não ficaria despercebido às gentes locais tal divisão administrativa na dedicação que a excelente quadra nos revela:

Não há ponte mais bonita
Que a Ponte de Negrelos.
Onde divide os três termos:
Porto, Guimarães e Barcelos.

Na viragem do século XIX para o século XX e no decorrer deste, a vida da freguesia vai ser marcada pela acção de alguns beneméritos, como o caso do emigrado no Brasil (Rio de Janeiro) Manuel Dias Machado e do Comendador Abílio Ferreira de Oliveira, bem como pela sua crescente industrialização, acompanhando a tendência do concelho e sendo inclusive uma referência a nível nacional no ramo da indústria têxtil algodoeira.

A terminar fica uma breve referência regional para recordar ainda os nomes de alguns ilustres do concelho como: São Rosendo (século X), filho dos condes Guterre Mendes e D. Ilduarda e que foi bispo de Mondonhedo (Galiza) com apenas 18 anos de idade, tendo desenvolvido uma obra monástica digna de relevo e vindo a falecer a 1 de Março de 977 em Celanova, último mosteiro que mandou construir; Manuel José Ribeiro, conde de São Bento (1807-1893), grande benemérito da sua terra natal; Alfredo Baptista Coelho (1865-1952), coronel que combateu no Ultramar e na Flandres; António Faria Carneiro Pacheco (1886-1957) e Fernando Andrade Pires de Lima (1906-1970), jurisconsultos e ministros da Educação Nacional.

1.5. Uma paróquia importante

Como já se disse anteriormente, a importância de São Martinho foi crescendo de forma gradual e isso foi igualmente notório na paróquia.

Em 1320, por exemplo, D. Dinis obteve uma Bula Papal para cobrar a décima de todas as igrejas do país, tarefa que seria desempenhada pelo Núncio Apostólico, acompanhado por D. Raimundo, Bispo de Coimbra. Na cobrança desta renda vê-se claramente a importância de São Martinho do Campo, uma vez que aparece em terceiro lugar com 200 libras, logo a seguir aos Mosteiros de Roriz (600 libras) e de Vilarinho (250 libras).

A partir desta altura o seu padroado começou a ser bastante disputado, atingindo mesmo contornos de luta cerrada em finais do século XV e meados do século seguinte. Nos inícios do século XVI, D. João Fernandes deixou de ser Prior de Roriz, mas julgava-se com direito à Igreja de São Martinho, onde estava intruso Álvaro Fernandes. Levada esta contenda até Roma, a mesma terminou a favor do primeiro, pelas Letras Executórias de 8 de Junho de 1532, sendo Papa Clemente VI. Quatro anos mais tarde, São Martinho era unido ao Prior de Roriz somente em vida deste, ficando ele obrigado ao pagamento anual de 50 ducados de ouro ao Chantre de Guimarães.

A Bula de Pedro III datada de 2 de Março de 1536 confirmou a cessão da demanda da parte de Álvaro Fernandes e uniu vitaliciamente São Martinho ao Priorado de Luís Fernandes, com o consentimento de D. João III, já que a Igreja era do Padroado Real.

Foi activo e influente o bacharel Luís Fernandes, último prior comandatário de Roriz, durante largo período. Em S. Martinho do Campo, deixou o seu nome vinculado à capela da SS.ma Trindade ou do Espírito Santo (1560).

Nos séculos XVI e XVII é feito o Inventário da Colegiada de Guimarães, feito sob o priorado de D. Diogo Lobo da Silveira. As igrejas foram classificadas segundo o direito de padroado em três categorias:

a) ***"Intituladas e anexas ad vitam da colação do arcebispo";***
b) ***"Igrejas anexas in perpetuum";***
c) ***"Na mesma terra, igrejas da apresentação de padroeiros".***

São Martinho do Campo encontra-se na primeira categoria.

1.6. O orago

Venerado a 11 de Novembro, São Martinho de Tours nasceu provavelmente no ano 317, num lugar chamado Sabária, na Panónia (Hungria). Como o pai era soldado do exército romano, levou-o consigo para Pavia, na Itália, onde ingressou na carreira militar.

A princípio soldado, fez-se depois baptizar e começou uma carreira eclesiástica ao lado do bispo de Poitiers, Santo Hilário. Reza a história que numa noite foi avisado em sonho que tinha de ir evangelizar a sua pátria, e particularmente os seus pais, que como tantos outros na Panónia eram pagãos. Cinco anos mais tarde e

depois de ter combatido o arianismo, regressou a Poitiers e pensou estabelecer na Gália a vida monástica. Fundou um mosteiro em Ligugé, onde se fixou até 371, altura em que foi eleito bispo da cidade de Tours. A sua acção episcopal foi grande, fundando numerosas paróquias e obtendo conversões em massa.

O episódio que o tornou conhecido aconteceu em Amiens, na França, antes ainda de ter sido baptizado. Era uma manhã de rigoroso Inverno e Martinho ia de viagem no seu cavalo, quando reparou que na berma da estrada estava um mendigo, quase nu, tremendo de frio. Como não tinha consigo mais nada para lhe dar, tirou a capa, cortou-a com a sua espada e deu metade ao pobre homem.
Iconograficamente aparece-nos frequentemente retratado como legionário romano a pé ou num cavalo branco, podendo igualmente surgir como bispo com mitra e báculo.

Para além de protagonizar o episódio que o tornou conhecido, pode ainda associar-se a gansos que surgem como atributo, numa alusão ao facto destes migrarem por altura da sua festa. Não se sabendo ao certo a relação de São Martinho com as castanhas e o vinho, somos no entanto, levados a crer que a tradição vem do facto da festa litúrgica em seu louvor ocorrer numa altura do ano em que há muita abundância destes produtos, daí provérbios como: "Dia de São Martinho, prova o teu vinho", "Dia de São Martinho, fura o teu pipinho" e "No São Martinho, lume, castanhas e vinho".

Fotografia n.º 1 - São Martinho

É-lhe atribuída a frase: ***"Enquanto puder fazer algo sobre a Terra, não recusarei o trabalho"***.

São Martinho, padroeiro desta freguesia com o seu nome, é-o também dos hoteleiros, cavaleiros e alfaiates. Não deixa de ser curioso que é precisamente a actividade industrial ligada aos têxteis a mais importante nesta terra, tema do trabalho que apresentamos.

1.7. Património artístico

Os pontos de interesse que esta freguesia tem para oferecer aos visitantes e para usufruto e deleite dos locais são variados e com significativa importância histórica, tais como a Igreja Matriz, a capela do Espírito Santo ou a famosa Ponte de Negrelos. Apresentemos então uma sucinta descrição sobre o tema.

A Igreja Matriz

A Igreja Matriz (1705) de São Martinho do Campo, segundo um trabalho recente de António e Lígia Oliveira (1999), ***"não tem merecido, por parte da História de Arte, a atenção que a sua especificidade justifica"*** . Na verdade, a igreja matriz, construída a partir de 1705, situada na Avenida Manuel Dias Machado, tendo do lado direito o cemitério da freguesia, ergue-se de forma vistosa, sendo protegida por um adro murado e lajeado que a antecede e a faz sobressair ainda mais na avenida.

Nesta construção surgiu o compromisso de André Machado, mestre pedreiro, fazer os alicerces da obra em terra firme e ***"em boa pedra"***, segundo a escritura lavrada a 5 de Março de 1705, mas que, surpreendido pela morte poucos dias após a assinatura do contrato da obra, seria substituído por Francisco da Costa a 17 de Abril do mesmo ano, morador em S. Tiago de Areias, couto de Landim e termo de Barcelos, juntamente com Custódio de Melo, residente em S. Vicente de Passos, em Guimarães, ambos conhecidos oficiais de arquitectura. A igreja seria reformada em 1902, de acordo com a lápide colocada na sua frontaria.

Apesar do aspecto robusto que o granito lhe confere, bem como o já referido muro que a circunda, a igreja matriz de São Martinho do Campo apresenta ainda assim um recorte vistoso e elegante, sobretudo na sua torre sineira, característica que sobressai da fachada. É uma igreja de planta rectangular, de uma só nave, capela-mor e sacristia. A cobertura de duas águas estende-se pela nave única e na capela-mor, sendo o tecto desta revestido a caixotões, pintados recentemente e onde podemos encontrar um retábulo com dois nichos laterais, contendo representações escultóricas de S. Martinho e de S. João Baptista.

A decoração interior é predominantemente barroca, sendo visível o estilo nacional no altar-mor e nos quatro altares laterais de talha dourada. Aparece referência em 1716 a Pedro Coelho, mestre entalhador, numa escritura celebrada em 10 de Março para a feitura do retábulo-mor e de um arcaz para a sacristia. Segundo os investigadores António e Lígia Oliveira (1999), ***"poderá ainda atribuir-se-lhe, embora com reservas, os quatro retábulos laterais"***, não obstante, até ao momento, não ter sido encontrado qualquer fonte documental para esclarecer este assunto.

Fotografia n.º 2 – Imagem da Igreja Matriz de São Martinho do Campo

Fotografia n.º 3 – Pormenor da talha dourada no interior da Igreja paroquial

Registe-se ainda o relato do Abade da freguesia em 1758 que sobre a igreja escrevia: ***"Na Igreja há cinco altares; o Altar-Mor tem tribuna e sacrário, da parte da Epístola, São João, e do Evangelho, São Martinho; tem mais um altar de Nossa Senhora do Rosário, e outro com a imagem de Cristo crucificado, outro do Menino Deus, e outro de Santo António"***.

As capelas

Ainda no âmbito do património religioso podemos encontrar na freguesia bonitas capelas, algumas das quais recentemente restauradas, custeadas pela fé das gentes e pelo contributo de empresários locais que ajudam financeiramente e com o seu bairrismo na conservação das mesmas.

A mais recente data de 1902 e localiza-se junto à Casa de Beneficência Manuel Dias Machado, mas existem outras mais antigas, como a de Nossa Senhora do Espinho (1747) ou as capelas particulares nas casas do Outeiro, Arnozela, Souto e Ruivães.

Pela sua antiguidade e curiosidade artística é digna de realce a Capela do Espírito Santo, fundada em 1560 por Luís Fernandes, Prior de Roriz, e situada no lugar da Trindade, não muito distante da igreja matriz. Nos finais do século XIX estava em mau estado de conservação, mas na verga da porta podia ainda ler-se com dificuldade a seguinte inscrição: **Luiz Frz. Prior de Roriz Posuit."1560"** .

Fotografia n.º 4 – Capela do Espírito Santo

Hoje, mais bem cuidada, podemos observar que se trata de um pequenino templo, cuja galilé assenta sob duas colunas graníticas, protegida por um gradeamento. No seu interior surge então a curiosidade invulgar, já que no retábulo, de madeira pintada a óleo, pode ver-se a imagem do Redentor, com a singularidade de apresentar três rostos.

Outro património...

A nível de construção civil existem algumas casas com valor arquitectónico, sendo a mais conhecida a famosa Casa de Arnozela, um belo exemplar dos solares de Entre Douro e Minho. O seu brasão, datado do séc. XVII, onde figuram as pedras de armas dos ***"Machado da Cunha de Faria Almeida"***, esculpido em granito, é constituído por escudo de fantasia, elmo aberto, gradeado, com virol e timbre e motivos decorativos.

A concluir, uma palavra apenas para a Ponte de Negrelos, admirável construção romana, mas que ficaria definitivamente ligada à história da freguesia e do país pelo episódio ocorrido quando da segunda Invasão Francesa em 1809, facto já narrado.

1.8. A cultura viva

A cultura não se dignifica apenas pelo património natural e histórico que as gentes de uma terra valorizam e sabem preservar. A cultura é também a manifestação viva que revela o pulsar dessas gentes, praticado e revelado nas danças e cantares, na música e no teatro, nas festas e romarias, nas tradições mais diversas do religioso ao desportivo.

Nas festas, da Senhora do Espinho (último domingo de Julho) ou de São Martinho (no fim de semana próximo de 11 de Novembro), o pretexto fica lançado para o folguedo humano, que ao som dos viras dos ranchos folclóricos ou de artistas populares se diverte ao mesmo tempo que venera os seus santos de devoção. Não se vivem já os tempos de outrora, em que as toalhas de linho bordadas ao gosto da bordadeira saíam das arcas e postas nos campos verdes ou nas mesas serviam de pano de fundo para se colocar o vinho gostoso com que se enchiam as malgas, as

broas de milho e os enchidos, numa significativa representação dos ciclos da terra, expressos no trabalho e revelados no pão, no vinho e no linho.

Este capítulo ficaria incompleto se não fosse feita referência a duas associações dignas de registo: O Grupo Folclórico de São Martinho do Campo e a Associação Recreativa de São Martinho, que desempenham importantes papéis em prol da cultura e do desporto locais.O Grupo Folclórico de São Martinho do Campo nasceu a 23 de Abril de 1957 e é o melhor cartão de visita da freguesia, organizando todos os anos um importante Festival Luso-Ibérico desde 1960, com a participação dos nossos melhores grupos folclóricos e do país vizinho. Do seu historial podemos referir a obtenção da medalha de ouro da Festa do Traje de Entre Douro e Minho, em 1961, e de primeiro classificado no 2º Festival Nacional de Folclore da província do Douro Litoral, em 1964. As deslocações ao estrangeiro têm sido constantes e honrosas para as gentes da terra.

Registe-se ainda o facto de São Martinho do Campo estar situada na província do Douro Litoral , mas encontrando-se extremada com o Minho, o que para muitas pessoas é uma forma de compreender a influência na freguesia de hábitos e costumes genuinamente minhotos. Daí chegar até aos nossos dias todo um corolário etnográfico tipicamente minhoto.

Quanto à Associação Recreativa de São Martinho do Campo, fundada a 1 de Março de 1965, sendo um dos fundadores o Comendador Abílio Ferreira de Oliveira, possui um parque de jogos, do qual é legítimo proprietário, com balneários, posto médico, lavandaria e sede social. Em tempos idos militou nos Campeonatos Nacionais de Futebol, mas agora disputa a Divisão de Honra da Associação de Futebol do Porto.

Outras colectividades surgiram posteriormente e vão desenvolvendo a sua obra por vezes com dificuldades, mas com persistência e esforço de vontade, como é o caso do Corpo de Escutas, da Escola de Música, da Associação Columbófila ou do grupo das Vicentinas.

1.9. Actividades económicas

Santo Tirso é considerado o maior pólo do sector têxtil em Portugal, sendo São Martinho do Campo a maior concentração desta actividade económica. A sede do

concelho e a freguesia localizam-se numa região agrícola fértil, sendo simultaneamente uma das mais industrializadas.

Até aos anos 30 do século passado era uma freguesia essencialmente agrícola. A par de outros produtos produzia muito linho. Todas as quintas tinham os seus campos de linhares e, segundo Alberto Pimentel, na sua monografia de Santo Thyrso de Riba d'Ave (1902), esta freguesia era a que mais linho produzia no concelho. Produzia o linho e trabalhava-o. Existe ainda hoje, perto da Rua da Venda, um moinho de linho que é testemunho do atrás referido.

Recorde-se que o linho era já utilizado nesta região no tempo dos romanos. Vizinho do milho, ao longo dos anos muitas vezes se plantava conjuntamente. Depois, era o desenrolar de todo o ciclo do linho: depois de amadurecido na terra era arrancada ou arrincada a planta dos solos, num trabalho colectivo, a que se seguia o molhar, o secar e o maçar. Depois de sair dos engenhos era então emanado e espadelado, livrando-o dos fragmentos lenhosos das palhas, continuando com a fase da fiação e, posteriormente, a própria tecelagem.

Do linho ao algodão foi um passo. A partir dos anos trinta há um surto industrial dos têxteis. Surgem primeiro as fiações ao longo do rio e dos ribeiros convivendo com as serrações e moagens, aproveitando a força motriz da água.

No período decorrido entre 1930 e 1946 proliferam em São Martinho do Campo as empresas têxteis, algumas das quais com uma solidez financeira e importante tecnologia que as transformam nas melhores do concelho e do país.

O caso da fábrica de fiação e tecidos "A Flor do Campo, L^{da}", fundada por Abílio Ferreira de Oliveira a 25 de Abril de 1934, é um dos exemplos mais significativos deste tipo de empresas, tal como veremos em capítulo próprio que lhe é dedicado.

Com a electrificação da zona deu-se uma dispersão das indústrias (a princípio indústrias familiares) por outros lugares da freguesia e o aparecimento das tecelagens e mais tarde das confecções.

Hoje, São Martinho do Campo continua a ter na indústria têxtil (fiação, tecelagem e confecção) a sua espinha dorsal na área económica, persistindo em ser a referência a nível concelhio e nacional. As empresas renovaram-se, continuam a introduzir nova tecnologia, procuram produzir mais e melhor, praticam técnicas de gestão actualizadas para manter a estrutura da empresa sólida e concorrencial, usam o marketing para vender melhor os seus produtos, conquistando clientes e mercados.

As conjunturas económicas nem sempre se apresentam benéficas para estas empresas, mas apesar de algum desemprego que há não muitos anos atrás se fez sentir na região do Vale do Ave, do qual São Martinho do Campo faz parte, a maior parte da população activa permaneceu maioritariamente ligada à indústria têxtil, havendo apenas uma parte que se distribui pelo comércio e construção civil. Quanto à agricultura, a mesma resume-se hoje a uma ou duas quintas sem grande significado em postos de trabalho.

1.10. Outros serviços

A vila de São Martinho não se fica apenas a nível económico pela actividade industrial, possuindo alguma agricultura, um comércio crescente, para além da prestação de serviços.

A indústria, como já referimos e voltaremos a abordar mais adiante, é a actividade dominante. A agricultura foi sucintamente já abordada quando se mencionou a importância da cultura do linho em tempos que já lá vão. Não podemos esquecer que a agricultura foi durante muitos séculos o grande meio de subsistência das pessoas desta região, sendo as culturas do vinho (verde) e do milho os elementos que compõem a trilogia a que se associa o linho.

A nível de prestação de serviços, concretamente a nível de transportes, a freguesia possui perto dos seus limites a ligação ferroviária (via estreita) à sede do concelho, ao Porto e a Guimarães através da estação de Lordelo. Pela via rodoviária, para além dos veículos particulares existem carreiras com ligação a Vizela, a Santo Tirso e ao Porto.

No que diz respeito a serviços ao dispor da população, a freguesia é servida por uma estação dos correios, já existente na década de 50, como documenta o jornal Semana Tirsense quando diz no dia 8 de Janeiro de 1956 que ***"uma estação dos Correios posta a servir uma enorme zona de laboração fabril como S. Martinho, Vilarinho, etc., é, na verdade, uma solução para muitos e contigenciais problemas que a Caixa Postal só por si de nenhum modo poderia suprimir e afligia a indústria ali situada"***. A inauguração da Estação dos Correios e Telégrafo-Postal seria a 12 de Janeiro, data do aniversário do Comendador Abílio Ferreira de Oliveira, à qual estava pessoalmente ligado. No dia 30 de Setembro de

1957, segundo noticia o Jornal de Santo Thyrso na sexta-feira seguinte, ***"A donairosa e progressiva freguesia de São Martinho do Campo esteve, no domingo, mais uma vez em festa, com a inauguração da sua nova casa dos Correios, que é um edifício moderno e elegante, para cuja edificação muito contribuiu, além da direcção dos C.T.T. e da Junta de Freguesia, o benemérito e importante industrial sr. Abílio Ferreira de Oliveira"***.

Possui ainda uma delegação do Centro Regional de Segurança Social do Norte, uma dependência da Electricidade do Norte, três agências de instituições bancárias, um centro de saúde e uma farmácia. Outrora dispôs de uma instituição hospitalar associada à Irmandade da Misericórdia local.

Fotografia n.º 5 – Imagem do Centro de Saúde

Os estabelecimentos comerciais são bastante diversificados nos seus ramos, sobressaindo os cafés, restaurantes, mercearias e minimercados. O pronto-a-vestir, as papelarias, cabeleireiros, perfumarias e floristas marcam a sua presença, bem como lojas de electrodomésticos, materiais de construção, padarias, talhos, ourivesaria, drogaria, fotógrafo, enfim, o comércio habitual numa vila que ainda não sentiu a estabilização ou decréscimo da população residente, mas, pelo contrário, vê a mesma aumentar de forma constante, tal como o comércio que incrementa.

À quarta-feira, a Avenida das Tílias ganha novo ânimo com a realização da feira semanal, oficializada em 1983 por votação da Assembleia de Freguesia, que a aprovou por unanimidade. A população residente e a das freguesias circunvizinhas

passaram a usufruir de um espaço de comércio ao ar livre que, para além de satisfazer as necessidades das pessoas, é sempre um momento de convívio num ambiente quase festivo.

1.11. O ensino

Mencione-se também, de uma forma muito particular, o ensino na freguesia, que, pelo seu interesse, abordaremos de forma mais alongada, até porque ele se cruza com alguns dos principais benfeitores da freguesia do último século, sendo um deles Abílio Ferreira de Oliveira.

A escola, entendida como um espaço privilegiado de interacção humana, em que a formação e aquisição de conhecimentos diversos por parte dos jovens são uma realidade, aparece-nos em São Martinho do Campo com determinação e empenho. Sabe-se que foi uma das primeiras freguesias a acatar as decisões saídas das reformas do século XIX, caso da que impõe sanções às famílias se não mandarem os filhos à escola (1844) e da que divide a instrução primária em graus e estabelece o ensino gratuito (1870).

O panorama escolar no virar para o século XX é bastante desolador a nível concelhio, mas a situação de São Martinho do Campo é deveras interessante e não acompanha essa imagem negativa do concelho.

Foi a 28 de Fevereiro de 1894, na Casa de Arnozela, que se começaram a leccionar as primeiras aulas para crianças pobres de São Martinho do Campo e terras circunvizinhas, tendo como grandes impulsionadores João Evangelista Faria e Almeida, a cuja família pertencia a Casa de Arnozela, e Manuel Dias Machado, um comerciante emigrado no Brasil, onde fez fortuna. Ambos fundaram a Irmandade e Misericórdia de Santa Maria.

O relato lavrado em acta da inauguração das escolas, pelas dez horas da manhã, diz a determinada altura: ***"o revmº professor, aproveitando as palavras de Jesus 'deixai que as criancinhas se cheguem a mim', dirigiu aos seus discípulos uma allocução simples sim, como convinha às pequeninas capacidades intelectuais, mas comovente"***.

A 14 de Março de 1894, pelas onze horas da manhã, dá-se a inauguração da escola para o sexo feminino com a presença das figuras públicas locais e ***"mais de***

sessenta alumnas das escolas, todas vestidas de branco, acompanhadas da sua digna professora", D. Rosa Dias Machado, tal como a acta lavrada nesse dia.

Em 1901 a escola passa para um edifício apropriado, cuja construção se efectuava em terrenos cedidos por João Evangelista, então Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso. A escritura de doação data de 14 de Junho de 1899 (anexo B, documento n.º2)e a intenção dos beneméritos era dotar as freguesias de São Martinho e São Salvador do Campo de escolas do ensino gratuito, de ambos os sexos, para as crianças pobres e desvalidas daquelas localidades do concelho de Santo Tirso, para além de lhes oferecer uma refeição diária, bem como, sempre que possível, os livros e algum agasalho. Como não havia ainda um método oficialmente obrigatório, seria adoptado nestas escolas ***"o alphabeto natural do Abbade d´'Arcozello"***.

A escola do sexo masculino ficou com a denominação de ***"Escola de Santo António"***, em honra deste santo, enquanto que a do sexo feminino se designou de ***"Escola de Santa Maria"***, em homenagem à Mãe de Deus e a D. Maria Alves Pimenta, da ***"Casa de Arnozela"***. Recorde-se que a instituição, cujos estatutos foram concluídos a 2 de Novembro de 1898 e aprovados a 20 de Fevereiro de 1899, era classificada como ***"corporação religiosa, que tem por fim o exercício de actos de instrução, piedade e beneficência"***, daí ter-se proposto a criar as escolas de ensino primário e também prestar ***"socorros espirituais aos seus confrades"***.

Fotografia n.º 6 – "Casa de Beneficência Manuel Dias Machado"

Com a instauração da República em 1910, mercê das alterações político-sociais que afectaram o religioso, a Irmandade e Misericórdia de Santa Maria passa a ser uma ***"corporação de instrução, beneficência e culto"*** e as escolas passam a designar-se por ***"Escola de Santa Maria"*** , para o sexo feminino, e ***"Escola Dias Machado"***, para o sexo masculino, sendo retirada dos estatutos a qualificação de ***"corporação religiosa"***.

Em 8 de Dezembro de 1915, numa reunião da mesa da Irmandade, o Provedor Manuel Dias Machado propõe a venda de um piano oferecido em tempos por ele, quando se pretendia criar um ***"colégio de meninas"***, onde pudessem aprender a arte da música, revelando assim as dificuldades económicas do momento. Esta situação prolongar-se-á e em 1924, lutando com grandes dificuldades, apelava-se ao Presidente da Junta Escolar de Santo Tirso a criação de uma escola oficial dos dois sexos na freguesia, utilizando-se também como argumento a distância a que moravam as crianças de São Martinho e de São Salvador do Campo em relação a escolas de freguesias vizinhas.

Já nos anos quarenta, concretamente as eleições realizadas a 1 de Dezembro para Provedor são impugnadas, sendo a mesa administrativa da Irmandade dissolvida pelo Governador Civil do Distrito do Porto, António Pires de Lima, em 1 de Abril de 1941, e da comissão administrativa reafirma-se a beneficência e protecção do ensino.

Entre Janeiro de 1942 e Fevereiro de 1951, bem como de Fevereiro de 1975 a Abril de 1980, a direcção da instituição tem como presidente o Comendador Abílio Ferreira de Oliveira, que na primeira data assumia ainda a Presidência da Junta de Freguesia de São Martinho do Campo. Da sua actuação inicial registe-se o cumprimento dos estatutos no que se refere à dádiva de um prato de sopa às crianças comprovadamente pobres, enquanto as restantes pagariam 25 centavos, para além de obras diversas que mandou executar.

Regressando ao tema central, já na actualidade, a instituição está voltada para o apoio à infância, tendo surgido no seu edifício a Creche José Narciso Martins da Costa, marido da benemérita D. Raquel, e o Jardim da Infância José Machado de Almeida, cuja inauguração se efectuou em 20 de Dezembro de 1986, cuja recuperação foi custeada pelo mesmo.

Curioso é também a simbiose que a toponímia de São Martinho do Campo legaria para a posteridade, ao designar a conhecida ***"Avenida das Tílias"*** como

"Avenida Manuel Dias Machado", e curioso porque a esposa de Dias Machado se chamava precisamente Tília.

Actualmente a freguesia possui duas escolas do 1º ciclo, a de Entre-Estradas e Aldeia do Monte e uma escola básica integrada, que juntou a escola do 1º ciclo de Escorregadoura (escola que deu continuidade à da casa Manuel Dias Machado e que é a maior e a mais central da freguesia) à escola dos 2º e 3º ciclos criada em 1989. Reconhecida como escola básica integrada a partir de 1990, também através desta a freguesia assume um carácter inovador, uma vez que esta estrutura sequencial e vertical dos três ciclos do ensino básico foi uma das mais antigas do país e a primeira na região norte. Também esta escola, pelo facto de receber os alunos oriundos da própria freguesia, mas também de São Salvador do Campo, Roriz, São Mamede de Negrelos e Vilarinho, representa um bom indicador da população, observando-se um crescente e significativo aumento nos últimos dez anos, mantendo pela primeira vez a população escolar no presente ano lectivo.

Em síntese...

Este item integrado no primeiro capítulo da tese pretendeu ser um contributo para a elaboração de uma monografia sobre São Martinho do Campo. Foi nosso propósito dar uma panorâmica do que consideramos ser o pulsar desta freguesia, começando por descrever aspectos relacionados com a sua localização geográfica e população, passando pela sua história e abordando os diversos sectores da actividade económica, com relevo para os mais significativos.

Procurou transmitir-se a ideia de que estamos perante uma terra típica da transição do Douro Litoral para o Minho, fértil a nível agrícola, mas essencialmente centrada a nível económico na indústria têxtil, actividade motora de progresso e fixadora de gentes, fonte de riqueza para os homens e para as obras que foram sendo construídas através do tempo. Nos diversos itens foi clara a interligação homem/meio como eixo central desse progresso, para além de uma narrativa alternada entre a descrição simples e objectiva e o texto histórico construído com fontes documentadas e pontualmente enriquecido com elementos de uma oralidade assente na tradição.

Finalmente, foi também um momento próprio para relembrar nomes como João Evangelista, Manuel Dias Machado, Abílio Ferreira de Oliveira, entre outros, cuja

obra está ainda bem presente na freguesia de São Martinho do Campo, continuando a merecer o respeito da população.

No segundo item deste capítulo alargaremos a nossa análise abordando o que consideramos a força industrializadora da região do Ave, uma vez que aqui se concentra a maior parte do sector têxtil, da fiação à confecção de vestuário.

2. A força industrializadora da região do Vale do Ave

2.1. O Porto, uma referência da indústria têxtil

Procurando nas memórias da indústria portuense, verificamos que em finais do século XVIII a indústria têxtil aparece ligada a um satisfatório estado de prosperidade, sobretudo em sectores como as sedas e as lãs. Em contrapartida, os sectores algodoeiro e do linho parece não acompanharem os resultados das indústrias dedicadas às referidas fibras, não havendo por conseguinte uma visão tão optimista para as mesmas.

No segundo conjunto de indústrias (algodoeira e de linho), verificamos que no primeiro caso a introdução de manufacturas que vêm de fora são percepcionadas pelos locais, como que favorecidas em relação às que eram produzidas localmente. No caso do linho, a preparação de panos em manufacturas ou fábricas implantadas na cidade não é muito usual, uma vez que a mesma se processa mais no eixo que vai do Vale do Ave até Braga.

Independentemente desta questão, a realidade é que a indústria têxtil tem, na região portuense e nos concelhos limítrofes que se estendem até à já mencionada região do vale do rio Ave, um conjunto de factores benéficos para a implantação e fixação deste tipo de indústria. Estes factores podem ser sintetizados nos seguintes pontos:

a) ***A água*** – (energia hidráulica), fonte energética de recurso, da máxima importância e indispensável para este tipo de indústria, mas também um elemento essencial na preparação das fibras e na sua utilização como elemento auxiliar do seu próprio fabrico;
b) ***A interligação com a agricultura*** – muitas destas indústrias surgiram inicialmente como um complemento a esta actividade, mas no fundo essas

indústrias têxteis estão perfeitamente interligadas com esta actividade do sector primário, na medida em que lhes fornece a própria matéria-prima;

c) ***A mão-de-obra*** – a existência de mão-de-obra disponível é sempre um factor importante para desenvolver outras actividades económicas e a indústria necessitava que se verificasse um certo êxodo para se poder desenvolver.

Sobre este conjunto de factores Maciel Santos fala ainda do tema da mecanização da indústria portuense, aliás questão que se coloca de forma mais pertinente após a revolução industrial, considerando que a construção mecânica poderia ter tido outro destino e obtido um sucesso mais promissor se não sofresse de alguma forma com o bloqueio originado pela própria indústria têxtil, que, em vez de ter desencadeado um efeito multiplicador eficaz para o fabrico de motores e máquinas, fez acontecer algo bem diferente. Segundo este autor, a situação verificou-se porque "o têxtil cresceu tarde de mais e quando o fez, na segunda metade do século XIX, já a produção mecânica inglesa de bens de equipamento têxtil não permitia a sobrevivência da produção que não fosse de série" (1997, p. 212), fazendo uma referência ao que se passava na cidade invicta.

Durante o século passado, sobretudo a partir de meados do mesmo, as indústrias têxteis algodoeiras foram então determinantes para a economia da cidade do Porto, mas também para as áreas rurais periféricas, sobretudo para os vales de rios como o Ave e o Leça. E o Porto era, como já se fez referência anteriormente, um centro económico de excelência no país, aliás bem propiciada e promovida quando da exposição Internacional de 1865, que decorreu no antigo edifício do Palácio de Cristal.

O Porto será sempre uma referência histórica no desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira da zona do Vale do Ave, não apenas porque aí estavam inicialmente sediadas as sociedades e os capitais que orientavam os destinos das empresas dessa região, mas também porque será sempre a porta de chegada de matérias-primas, de maquinaria e respectiva assistência técnica e porque por aí se processava a maior parte da exportação dos produtos já acabados.

Foi também nesta cidade que as indústrias provocaram o aparecimento de novos problemas urbanísticos, solucionados pelo aparecimento das "ilhas" e dos problemas de saúde pública que motivaram a intervenção de nomes insignes como o de Ricardo Jorge.

2.2. A indústria têxtil algodoeira continua no Vale do Ave

O rio Ave, que brota na Cabreira, passa por Santo Tirso e entra no mar em Vila do Conde, com percurso de 73 Km, juntamente com o Vizela, um dos seus afluentes que nasce na serra de Cabeceiras (Cabreira) e se localiza na margem esquerda, constituem uma referência para toda a actividade económica de uma região conhecido pelo nome do rio – a região do Vale do Ave (ver anexo G). Alberto Sampaio (1979, p.268) escreveu que "se na sua origem cronológica das indústrias a agrícola é a primeira que aprece como mãe de todas as outras, com a origem de toda a civilização, ficará todavia naquele estado rudimentar e primitivo enquanto se não desenvolver convenientemente em volta de si o trabalho fabril" concluindo que "os grupos de população manufactureira, que se vão formando em derredor, deram-lhe mercado, activam-na e forçam-na a aumentar a produção".

A instalação de fábricas na região do Vale do Ave parece surgir numa dupla situação de continuidade: por um lado surge como prolongamento do processo de extensão e de transição de fábricas do Porto para a região, por outro, constitui uma sobreposição da indústria face ao trabalho domiciliário do linho.

Na verdade, autores como Jorge Fernandes Alves e Augusto Castro Pereira abordam estas temáticas nos seus estudos, realçando esse carácter de continuidade em relação às fábricas portuenses, sendo a mesma possível por estarem reunidos nesta região o conjunto de factores que caracterizamos quando nos referimos à fixação da indústria.

Augusto Pereira (s/d, p. 13) escreveu então a este propósito que "o que se pretendia ao transferir a indústria urbana do Porto para a província era por conseguinte fazer um aproveitamento da farta mão-de-obra pequeno-camponesa: barata, dócil, sem instrução e tradicionalmente ligada à manufactura do linho", mas salientando igualmente o factor energético (a importância do rio que determina a localização das fábricas nas suas margens). Por seu lado, Jorge Alves (1996, p. 243) refere também a esse propósito que "naturalmente que esta deslocação da indústria têxtil para a periferia e especialmente para o Vale do Ave não se fez ao acaso, pois, para além das condições infra-estruturais (com relevo para os cursos de água necessários para certos segmentos de produção como a tinturaria e estampagem, bem como para aproveitamento das energias hídricas e ainda para o caminho-de-ferro recém-instalado), havia a contar com a longa tradição rural do

artesanato de tecidos de linho produzidos para o mercado e com as novas formas de fiação e tecelagem doméstica do algodão".

Do estudo que efectuamos, concretamente na parte relativa à monografia de São Martinho do Campo, localidade onde se instalaria a fábrica de fiação e tecidos "A Flor do Campo, L^{da}", corroboramos os pontos de vista destes autores. Também nesta freguesia de São. Martinho do Campo se verificaram os mesmos factores que determinaram a instalação da indústria algodoeira.

Tradicionalmente aqui se cultivava e fiava o linho, ocupando-se destes trabalhos mulheres, homens e crianças. Os homens semeavam a linhaça à mão pela manhã ou pela tardinha e uma semana depois começava a agrilar. Mais tarde, na altura da monda, esta era feita por mulheres e crianças descalças para o não pisarem. Depois disto começava propriamente a indústria caseira. O linho era ripado para separar a baganha da filaça, seguidamente era "afogado" para as fibras têxteis se separarem de uma substância gomo-resinosa que possuíam.

Em seguida é enxugado e batido, estando esta última tarefa normalmente a cargo do homem. As tarefas das mulheres surgem novamente com a espadela e com a assedagem do linho, continuando depois o trabalho com a fiação e o branqueamento das meadas até chegar à tecelagem.

Era assim que se processava a cultura desta fibra natural de origem vegetal nesta região, tal como acontecia noutros locais da região de Entre Douro e Minho.

Em termos conclusivos nesta merecida referência à cultura, fiação e tecelagem do linho que antecedem a indústria algodoeira na região do Vale do Ave, gostaríamos ainda de fazer uma observação que nos parece pertinente.

O linho tinha tanto de nobre como de popular. Nobre porque era empregue na confecção de toda a roupa branca de igreja e dos enxovais domésticos dos mais abastados, símbolo da pureza e da perenidade. Mas a estopa, resquício deste nobre material, era o linho dos pobres, cultivado pelo lavrador e pela sua família, fiado e tecido nos momentos mortos por mãos femininas ao calor das lareiras e que servia para todos os fins, desde o berço à mortalha e testemunha de todas as actividades quotidianas.

Verificamos então que, para além do trabalho da cultura do linho e dos recursos hídricos, a mão-de-obra disponível e que se dividia entre a agricultura e o trabalho desta indústria caseira começa a ser atraída para empregos na fábrica. E a fábrica era um local que lhe trazia horários rígidos, que o obrigava a produzir segundo

determinados princípios (produção em série e a divisão de trabalho), mas também lhe possibilitava um melhor salário, mesmo que parte do mesmo ficasse por vezes no trajecto entre a fábrica e a sua habitação, mais propriamente na taberna, que era um local de convívio e de frequência habitual.

A indústria algodoeira do Vale do Ave resulta assim da conjugação de factores naturais (a bacia hidrográfica propicia o aproveitamento energético), demográficos (a disponibilidade de mão-de-obra e a baixo custo) e económicos (o investimento canalizado dos centros urbanos para a região).

Mas se este conjunto de factores facilitou a implantação da indústria algodoeira, não é menos verdade que a realidade laboral se processava com algumas problemáticas às quais devemos também aludir.

O operariado, maioritariamente feminino, mas com o recurso a um elevado número de menores, era inequivocamente formado por pessoas que por necessidade e por vontade viam no trabalho da fábrica uma certa segurança e a possibilidade de usufruir de um salário que, embora baixo, entrava em casa com uma regularidade que o trabalho no campo não lhes oferecia. Mas o trabalho na fábrica trazia igualmente regras bem definidas e próprias do sector, caso da vigilância apertada sobre o seu desempenho profissional e de um elevado número de horas de trabalho. E essa vigilância e o não cumprimento das regras de trabalho conduzia a penalizações (por vezes castigos corporais) que se traduziam no receio de ficar sem trabalho e sem o seu sustento. Para além do operariado sentir na pele esta problemática, acontecia que as organizações operárias não viam esta situação com bons olhos, uma vez que apontavam outras razões à mesma realidade. O facto de estarem afastadas dos grandes centros permitia-lhes práticas de horários e pagamento de salários diferentes dos que eram praticados nos centros urbanos, o que se traduz num incumprimento da legislação em vigor e que escapa facilmente à fiscalização.

É neste contexto que as fábricas vão surgindo de uma forma muito regular na região: a Fábrica de Fiação e Tecidos de Rio Vizela, a Empresa Industrial de Negrelos, a Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso, a Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, a Fábrica de Fiação e Tecidos de Riba d'Ave e muitas outras talvez não tão conhecidas nos finais do século XIX, até porque o trabalho domiciliário possuía uma quota parte na produção. Em finais do século XIX os concelhos de Guimarães e de Famalicão tinham a supremacia das fábricas

algodoeiras comparados com outros concelhos limítrofes, caso do de Santo Tirso, realidade que se alteraria no século vindouro.

2.3. O aparecimento de grandes empresas algodoeiras

Com o virar do século e apesar de pontuais dificuldades introduzidas por realidades políticas e económicas diversas, continuam a subsistir duas realidades: por um lado, a existência de pequenos fabricantes com produção limitada e efectuada em moldes caseiros, por outro, as empresas que surgiram por vezes quase do nada mas que paulatinamente foram crescendo, sendo consolidadas pelos seus proprietários que as procuraram ampliar a par de uma crescente mecanização que lhes introduziram.

Já no século XX a indústria têxtil algodoeira assume-se como um dos mais importantes ramos da indústria transformadora, sendo inclusive a mais significativa em número de fábricas existentes no país, em número de operários que empregava e também pelo valor anual dos produtos fabricados. Concentrada essencialmente nos distritos do Porto e de Braga, a partir dos anos 30 esta indústria revela-se um fenómeno muito positivo no panorama industrial nacional, que sofrerá os seus altos e baixos, conforme as políticas económicas defendidas e de acordo com a legislação em vigor. De recordar, por exemplo, que a partir dos anos 30 a indústria vive sob a influência do condicionamento industrial, que, como bem referiu Jorge Alves (1999, p. 33), "acabou por constituir um dispositivo determinante de intervenção governamental na indústria portuguesa, um elemento ordenador e disciplinador, que para muitos já encerrava uma doutrina – o corporativismo tutelado pelo Estado".

Na região do Vale do Ave o panorama industrial continuava a ser dominado pelo núcleo de Guimarães, que tinha como referências iniciais (depois continuadas pelas famílias dos mesmos) o comendador Alberto Pimenta Machado e a Companhia de Fiação e Tecelagem de Guimarães, e um outro localizado em Riba d'Ave, cuja face mais visível é a de Narciso Ferreira e a sua Fábrica de Fiação e Tecidos de Riba d'Ave. No Porto, concretamente na Areosa, um outro nome sonante surge liado à indústria têxtil algodoeira: Manuel Pinto de Azevedo, proprietário da Empresa Fabril do Norte. Para além de ser considerado o maior industrial de tecidos, tinha ainda fortes ligações financeiras à família Borges (Banco Borges & Irmão) e deixou o seu

nome associado à imprensa escrita, ao adquirir o diário portuense "O Primeiro de Janeiro".

Curioso é o facto destes nomes de industriais terem surgido de forma modesta no sector. Manuel Pinto de Azevedo, Narciso Ferreira e, mais tarde, Abílio Ferreira de Oliveira, proprietário da fábrica sobre a qual nos debruçaremos em pormenor, iniciaram-se o primeiro como tecelão fabril e os segundos como vendedores, sendo que o último nem ao ramo estava ligado, mas ao qual se vinculou numa opção ocasional.

Estudos efectuados por Francisco Pereira de Moura e outros autores em 1957 sobre a indústria têxtil, quando do II Congresso da Indústria Portuguesa, uma referência para a reflexão que se procurou realizar sobre o sector, deixam transparecer um desenvolvimento significativo desde os anos 30 quase aos finais de 50, uma vez que o próprio autor diz que o mesmo "conhecera um nítido crescimento a partir de 1932 e estava sobretudo concentrado nos distritos do Porto e Braga, que consumiam cerca de 90% de toda a rama importada" (1957, p.102). Ainda no estudo efectuado pelo mesmo autor podemos observar os números de 1935 a 1955 e que espelham esse crescimento, como se passa a apresentar no ***quadro n.º 15*** :

QUADRO Nº 15

NÚMERO DE UNIDADES INDUSTRIAIS

(fusos e teares instalados em 31 de Dezembro)

Anos	Fábricas	Fusos instalados	Teares instalados			
			Manuais	Mecânicos	Automáticos	Totais
1935	232	600 426	1 542	21 152	---	22 694
1940	242	673 873	805	22 286	---	23 091
1941	249	655 822	744	22 202	82	23 028
1942	250	668 135	803	22 891	177	23 871
1943	256	672 029	732	23 303	215	24 250
1944	256	673 949	760	23 579	218	24 557
1945	254	667 309	700	23 555	228	24 483
1946	254	669 147	663	23 624	232	24 519
1947	253	674 545	649	23 660	261	24 570
1948	493	690 927	971	35 472	501	26 844
1949	486	719 884	1 012	25 502	1 345	27 859
1950	469	678 896	1 019	25 724	1 928	28 671
1951	468	835 940	947	25 890	2 621	29 458

1952	469	862 874	912	26 321	3 224	30 457
1953	463	884 194	870	26 498	3 891	31 259
1954	461	907 268	827	26 414	4 243	31 484
1955	445	963 586	805	26 621	4 488	31 914

Fonte: F. Pereira de Moura et alii – ***Estudo sobre a indústria portuguesa***, II Congresso da Indústria Portuguesa, 1957, p.108.

Nos vinte anos retratados é notório o aumento de fábricas, sobretudo de 1947 para 1948, e que embora vindo depois a decrescer até 1955 o número mantém-se sempre significativo. Crescimento mais contrastante parece ser o do número de teares, que vai de 22 699 em 1935 para 31 914 em 1955, acompanhando melhor esta evolução os teares automáticos, verificando-se algumas oscilações durante o referido período no que diz respeito aos teares manuais e mecânicos.

Complementando estes dados com outros recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística, para conhecermos um pouco melhor a realidade do concelho de Santo Tirso, verificamos que o mesmo assume um peso considerável dentro da indústria têxtil algodoeira, possuindo em 1945 cerca de 38% das fábricas do distrito do Porto e de 15% das existentes a nível nacional, valores que sobem em 1950 para 44% e 19% respectivamente. E estes valores acompanham em grandeza não só as fábricas de fiação, mas também as de tecelagem e mistas. A título exemplificativo, seis das 27 fábricas mistas (fiação e tecelagem) do distrito do Porto estão no concelho de Santo Tirso e em 1950, das duas fábricas do distrito (três a nível nacional) com mais de 1600 operários, uma delas localiza-se também no concelho.

Em relação à produção de algodão, quer cardado, quer penteado, Santo Tirso apresenta mais uma vez dados significativos. Cerca de 30% dos valores de produção do distrito estão ligados ao concelho, o que consequentemente está relacionado com os valores de algodão em rama consumido, que se situa nas duas datas na mesma ordem de valores percentuais, algodão esse que vinha principalmente de Moçambique (cerca de 84% do total consumido), mas também de Angola e só depois, com valores menos significativos, o do Brasil e do Egipto.

Nos dados relativos às décadas seguintes verificamos que a nível de quantidade de fábricas e de produção o distrito do Porto apresenta-se no lugar cimeiro alcançando sempre 50% ou mais dos valores nacionais.

No que diz respeito aos trabalhadores na indústria têxtil, o ***quadro n.º 16*** mostra a evolução na segunda metade do século.

QUADRO n.º 16

TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL

	1950			1960		1970		1980		1989	
	Conc. Santo Tirso	Dist. do Porto	Total Nac.	Dist. do Porto	Total Nac.	Dist. do Porto	Total Nac.	Dist. do Porto	Total Nac.	Dist. do Porto	Total Nac.
Administrativo	40	180	423								
Técnicos	9	58	98								
Escritório	155	560	1.203	1 597	2 797	2 065	4 186	2217	5245	27960	67844
Mestres e encarregados	186	503	996	-	-	-	-	*	*	*	*
Operários											
Homens >= 18 anos	3.810	8.850	19.893	14479	32263	11007	27333				
Homens < 18 anos	516	1.006	2.485	1486	3697	2660	6180				
Mulheres >= 18 anos	3.887	17.310	33.452	14573	28259	12707	34900				
Mulheres< 18 anos	500	2.125	3.752	2364	3126	3796	26405				
								29178	68321	25 533	62 181
Outras categorias	47	201	327	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros assalariados	338	1.603	2.720	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	9.480	32.396	65.349	34499	70142	32235	99004	31395	73566	53 493	130 025

*** Inclui dirigentes e exclui "mestres e encarregados"**

Ao analisarmos o quadro anterior, sobre o número de trabalhadores da indústria têxtil, inicialmente com valores relativos ao concelho de Santo Tirso, distrito do Porto e a nível nacional, podemos concluir que o número de operários e de trabalhadores que desempenham outras funções representam neste concelho cerca de 30% dos valores do distrito e os valores deste distrito são cerca de 50% dos valores totais nacionais. A percentagem de trabalhadores do sexo feminino apresenta-se superior à do sexo masculino, incluindo um bom número de menores.

No que diz respeito às condições de trabalho verificamos que em meados dos anos trinta e no tocante à duração da jornada de trabalho a legislação era habitualmente ignorada pelo patronato, especialmente quando nos afastamos dos grandes centros urbanos. Em sectores como a têxtil algodoeira da região eram vulgarmente realizadas jornadas de dez a doze horas de trabalho, pagas pelos salários da carga horária de oito horas. Quanto ao trabalho propriamente dito, o mesmo era desempenhado por uma elevada percentagem de mulheres, mas incluindo também um número significativo de menores, pese embora com diferenças entre os turnos diurnos e nocturnos, estes últimos vedados aos menores de 16 anos.

A legislação que entretanto saiu (Decreto-Lei n.º 24 402, de 14 de Agosto de 1934, sobre a duração da jornada de trabalho) era frequentemente ultrapassada e mesmo a nível local parecia haver algumas assimetrias, como atesta o jornal

Semana Tirsense do dia 27 de Janeiro de 1935, que, ao fazer referência à desigualdade do horário de trabalho entre o praticado no concelho de Santo Tirso e no dos vizinhos, apela para uma uniformidade que se julga urgente, dizendo então: "Não conhecemos bem a letra do decreto que regula o horário de trabalho, mas se para alguém é lícito o labor fora das oito horas da lei e admissíveis turnos para desdobramento da actividade produtora, por que não há-de Santo Tirso gozar também essa regalia? Desigualdades, diferença de tratamento entre os nossos industriais e os dos concelhos vizinhos, é que por princípio algum deve existir". E esta verdade trazia naturalmente uma perspectiva diferente para operários e empresários.

Podemos inferir que o operário durante a primeira metade do século tinha uma longa jornada de trabalho, salário baixo e ainda por cima era acompanhado pelo receio do desemprego. Esta precariedade dos postos de trabalho fizeram com que o operário continue simultaneamente a desempenhar os seus trabalhos agrícolas.

Os anos 50 viram surgir na região do Vale do Ave um crescimento bem significativo da industrial na área têxtil, tal como acontecia noutras regiões do país em áreas diversas deste sector da economia, impulsionando a relação de capitais industriais e bancários e originando a constituição de grupos financeiros que exerceram a sua actividade ao longo das décadas seguintes, controlando os principais ramos da actividade económica, quer na metrópole, quer nas colónias. Para isso contribuíram os "engenheiros industrialistas" como Henrique Gomes da Silva, Joaquim Dias e Albano de Sousa, que, contrariando as correntes agrária e fisiocrática, procuraram fomentar e incentivar reformas mais promissoras para a indústria.

E o parque industrial cresceu, sobretudo no sector da fiação, embora, como referiu ALVES (1999, p.41) "com um efeito perverso, que foi o da insularização do sector algodoeiro (tal como outros sectores industriais, dada a política de autarcia), desligando-o da economia internacional".

Mas entretanto a política autárcica é abandonada com a abertura da economia portuguesa à Europa, primeiro com a participação na EFTA (1959) e posteriormente com o acordo celebrado com a CEE (1986), o que originaria profundas mutações nas políticas industrialistas, por vezes com algumas contradições, o que nos conduz a uma conclusão bem realista: a indústria têxtil, apesar de muito significativa no número de postos de trabalho e do valor das exportações, nunca se apostou de

forma decisiva na reorganização industrial assente na modernização empresarial, tal como defendia Ferreira Dias.

Em síntese...

A indústria têxtil tem sido uma das mais estudadas por técnicos e engenheiros, mas também por pessoas alheias ao sector. Do ponto de vista histórico podemos afirmar que ela não esteve apenas na origem da revolução industrial inglesa, mas foi igualmente um ponto de partida noutros países, onde desempenhou idêntico papel em tempos imediatos ou mesmo mais afastados no tempo, quer na Europa ocidental, quer mesmo um pouco por todo o mundo. Autores como Manuel Villaverde Cabral, por exemplo, têm a opinião que a indústria têxtil algodoeira foi o motor para a industrialização portuguesa, o mesmo pensando Armando de Castro, que estabelece inclusive uma interligação com a criação de relações capitalistas na economia portuguesa.

Ao falarmos de indústria têxtil algodoeira, inevitavelmente nos surge como referência primeira a região do Vale do Ave, especificamente os concelhos de Santo Tirso, Famalicão e Guimarães, pólo pioneiro desta indústria no panorama nacional. Os recursos hídricos e energéticos, a par de mão-de-obra em quantidade e disponibilidade para laboral neste sector, foram determinantes para a implantação das indústrias têxteis nesta região, inicialmente caracterizada pela sua ruralidade. Todavia, é importante não esquecer que o Vale do Ave tinha apoiado durante dois ou mais séculos uma significativa indústria têxtil, baseada na existência local de matéria-prima anterior ao reinado do algodão, caso do linho.

A indústria do linho nunca desapareceu completamente da região até às duas primeiras décadas do século XX, possibilitando a feitura de peças artesanais de qualidade vendidas como artigos de luxo. Mas esta situação teve ainda o condão de possibilitar a fixação de população excedente que, com o desenvolvimento da fábrica do algodão, possibilitou a referida disponibilidade de mão-de-obra que a mesma tanto necessitava.

A nível empresarial somos levados a concordar com alguns autores como Ingerson (1982, p. 1481) que consideram que "a indústria do Vale do Ave parece ter seguido o padrão inglês dos começos modestos, mais do que o padrão alemão do capitalismo financeiro". As primeiras empresas surgiram de facto do seio familiar de homens empreendedores e vão-se expandindo ao longo das décadas do século XX.

Mesmo já nos anos sessenta a empresa familiar continua a ser uma organização natural, havendo inclusive a registar os frequentes laços matrimoniais efectuados entre pessoas e firmas.

E as empresas foram-se aguentando ao longo do século XX, passando por períodos de expansão, estabilidade e recessão, o que naturalmente se reflectiu nos mesmos períodos de tempo no ambiente socioeconómico das famílias. Não podemos esquecer que num número bastante significativo de famílias todos os seus elementos do agregado familiar trabalhavam nas fábricas e quando as crises se fazem sentir a ameaça de despedimento gerava inevitavelmente uma atmosfera de medo e de desconfiança, sentimentos com os quais se habituaram a viver as gentes desta região.

Neste segundo capítulo procuramos identificar as razões que levaram à transferência da indústria têxtil da cidade invicta para o Vale do Ave, sem com ela deixarem perder o contacto (quanto mais não fosse a nível financeiro e de escoamento de produtos). E o segundo item relacionou-se evidentemente com o inicial, na medida em que a monografia que procuramos sucintamente apresentar sobre a vila de São Martinho do Campo é um exemplo entre muitos outros em que meios pequenos e fortemente ruralizados conseguiram desenvolver-se através da industrialização de que foram alvo. É claro que São Martinho justifica-se por outra razão igualmente importante e significativa para o nosso trabalho – é a localidade onde se situa a fábrica "A Flor do Campo L^{da}", sobre a qual nos debruçaremos no terceiro e último capítulo.

E se num primeiro argumento a inclusão de um capítulo sobre o Vale do Ave e a vila de São Martinho do Campo se justifica pelo facto de contextualizar o nosso estudo, um outro igualmente importante reside no facto de podermos falar de uma região com uma força industrializadora incrível, cujas gentes que a sustentam e animam têm passado por dificuldades de natureza socioeconómica, mas cuja têmpera de que são feitas parece dar-lhes a determinação para as ultrapassar.

Capítulo III
A Fábrica de Fiação e Tecidos "A Flor do Campo, L.da"

1. O Homem e a sua Obra

1.1. Abílio Ferreira de Oliveira

Nas palavras de um seu antigo colaborador, Abílio Ferreira de Oliveira era "um Homem invulgar ", tornando-o a sua vida e a sua obra um vulto de grande valor nacional. Outras referências igualmente elogiosas consideram que, se o trabalho dignifica o Homem, então ele é na verdade um homem dignificado pelo trabalho, uma vez que o seu espírito empreendedor e a sua dedicação o transformaram num industrial de mérito próprio (uma das maiores figuras do Norte do pais), mas inclusive com créditos também no estrangeiro, na medida em que os produtos que saem da sua fábrica são muito procurados e de reconhecida qualidade, por exemplo nos E.U.A., que se abastecem de produtos manufacturados em "A Flor do Campo, L.da ".

Fotografia n.º 7
Abílio Ferreira de Oliveira

Consideram-no um digno representante do espírito dos industriais que na altura era defendido pelo Presidente do Conselho quando diz que são homens assim que "podem fazer de Portugal uma grande e próspera Nação". Outras palavras frequentemente proferidas por pessoas que o conheceram referem-se a ele como um homem dedicado à família e também como um grande benemérito, bem conhecido das instituições de beneficência, humanitárias e desportivas. Consideravam-no como possuidor de um espírito altruísta e que não trabalhava só si.

Abílio Ferreira de Oliveira nasceu a 12 de Janeiro de 1905, em S. Mamede de Negrelos, numa família de fracos recursos e poucos bens materiais. Num texto inédito escrito pelo próprio (anexo B, documento n.º 6) considera mesmo que os seus pais eram muito pobres e que só lhe possibilitaram a obtenção do 2º grau (4ª classe). Assim passou a sua infância e parte da sua adolescência.

A necessidade familiar e os hábitos de outros tempos levaram-no cedo ao mundo do trabalho, com apenas 12 anos, tendo passado uma boa parte da sua juventude nas duras e obscuras tarefas da construção civil como pedreiro, ganhando 4 vintens e de algum modo insatisfeito com este encaminhar do seu futuro, o que o levaria a deitar fora as ferramentas de trabalho como protesto pela decisão paterna. Ainda tentaria novamente esta actividade, mas já então alguns trabalhadores mais idosos chamavam a sua atenção para capacidades que o poderiam levar a outra profissão não tão "amaldiçoada" como diziam. Ficando a matutar no que lhe disseram e decidiu afastar-se deste trabalho, rompendo as amarras que o prendiam a tal ofício.

A decisão estava tomada a uma sexta-feira e logo no Domingo seguinte, estando a fazer barbas (nas horas vagas era barbeiro, trabalho que realizava só para ganhar mais dinheiro e poder vencer na vida, segundo as suas palavras), recebeu um convite para fazer uma obra em Ervedosa do Douro, concelho de S. João da Pesqueira, cujo dono era um tal Sr. Guimarães, um brasileiro que possuía nessa terra uma grande quinta.

Abandonou S. Martinho do Campo, partiu para Ervedosa e tomou contacto com o brasileiro que, inicialmente desconfiou da capacidade de Abílio de Oliveira para construir a obra, mandando-o olhar para a planta. Continuava incrédulo quando afirmou só necessitar de cinco ajudantes ou menos para fazer a referida obra. Começou a obra a receber um bom pagamento pelo seu trabalho, 12$00 por dia, quando na sua região recebia apenas 7$00, valor que já era superior ao dos outros artistas, que só ganhavam 4 e 5$00 por dia. Ao fim de uma semana e depois de ter acompanhado de perto o seu trabalho disse o patrão, segundo palavras de Abílio Oliveira "até que enfim encontrei o homem que pretendia. O senhor a partir de hoje vem almoçar e jantar comigo e dorme aqui em minha casa e fica a ganhar 20$00 por dia". A trabalhar cerca de 12 horas por dia, ao fim de quatro meses a obra estava concluída.

O dinheiro que amealhou ao fazer a obra para o brasileiro permitiu-lhe iniciar de forma tímida nos valores monetários mas arrojado no espírito de negócio que lhe

estava já na massa do sangue, como é hábito dizer-se. Num dos passeios que fazia ao Domingo com o patrão viu uma vez uma grande quantidade de figos tratados (açucarados num panelão) que habitualmente eram adquiridos pela firma Cancela Velha, do Porto. Comprou aqueles sacos de figos e, com um empréstimo de 3.000$00 da filha de seu padrinho, conhecida pelo nome de "Mariquinhas da Casa de Pontes", juntamente com o que tinha ganho comprou ainda o de outros produtores da região. Vendeu de imediato 300 arrobas à firma do Porto que entretanto tinha chegado para comprar os figos e os restantes despachou-os para a estação de Lordelo (linha de Guimarães). Alugou um armazém perto da estação, mas como tinha todo o dinheiro investido teve que pedir ao chefe da estação para deixar retirar três sacos para os vender e conseguir dessa maneira pagar o frete.

A venda deste produto foi-lhe altamente rentável, tendo ficado com 13.500$00 no bolso e foi então que segundo as suas próprias palavras (corroboradas pelo testemunho da filha, D. Fernanda) em "acto contínuo lembrei-me o que os quatro velhinhos (colegas pedreiros) me tinham dito e peguei na caixa da ferramenta, deitei-a ao Rio Vizela e disse vou trabalhar em negócios, pois isto assim já me entendo".

De pedreiro torna-se assim em pequeno comerciante, negociando em produtos que vinham do interior para S. Martinho do Campo. Aurélio Fernando, um seu amigo de longa data recorda mesmo esses tempos nas palavras dirigidas em memória do comendador Abílio Ferreira de Oliveira: "quando andavas comigo ao colo comias pão duro escaldado com rabos de bacalhau a que eufemisticamente chamavas "açorda" e dormias numa prateleira da loja entre um metro de chita e meia-canada do tinto...".

O negócio com terras transmontanas estava agora voltado para outro produto, a castanha, cujo preço de venda no litoral era de 7 e 8 tostões, mas que ele conseguira comprar 20.000 quilos (só tinha dinheiro para 10.000, mas permitiram-lhe levar uma quantidade superior) apenas a $12 o quilo. Este negócio rendeu-lhe 11.500$00 de lucro.

Abílio de Oliveira trabalhava nesta altura das 8 horas da manhã até às 22 horas da noite e projectava já continuar o seu negócio com produtos vindos de Trás-os-Montes, passando desta vez a um produto que lhe daria uma alcunha: a batata. Abílio de Oliveira conta que "acabou a castanha e procurei outros artigos. Negociei em batata de Trás-os-Montes e Montalegre e outras regiões, daí em diante chamarem-me, por vezes, o Batateiro e eu até fico contente, pois negociei muito e foi um dos produtos que também me ajudou a ganhar dinheiro".

Tempos mais tarde ao entrar num tasco situado no lugar da Ponte de Negrelos, na freguesia de S. Martinho do Campo, cujo proprietário era o sr. Manuel Almeida Costa, verificou que o mesmo não tinha nada que s e pudesse comer, pelo que disse ao dono que assim não se governava. Curioso foi que o homem ofereceu-lhe a compra do negócio, que viria a ser aceite e firmado em contrato mediante o pagamento de uma renda de 300$00 anuais. Como Abílio de Oliveira possuía os já mencionados 13.5000$00 acabou por dar um arranjo ao estabelecimento e deitou pernas a o caminho em direcção ao Porto para comprar vários géneros de mercadorias para abrir a loja com uma grande variedade de produtos e como comprou os mesmos a pronto pagamento conseguiu vender a preços mais baixos na sua mercearia, isto comparativamente com outras da região. Mesmo assim relata que "dormia por trás das estantes e lá eu fazia a comida numa máquina a petróleo da companhia Vacom de um só bico, o que permitia fazer um só prato, ou só sopa ou só um prato de qualquer coisa. Optei por fazer açorda passando a comer açorda durante três anos consecutivos. Era açorda ao almoço e ao jantar. Já vomitava açorda até pelos olhos. Mas isto tinha que ser pois os fregueses não compravam os rabos de bacalhau e o trigo duro que ficava de um dia para o outro, daí eu ter que aproveitar tudo isto e então açorda ao almoço e ao jantar".

O espírito de negociante continuava bem presente e um grupo de empregados da empresa têxtil da Cuca (que mais tarde seria comprada por Abílio de Oliveira) pedem-lhe para fazer uma peça de teatro (a morte de Abel) nas traseiras dos eu estabelecimento, montando aí uma espécie de bancada. Foi uma oportunidade para fazer uns petiscos (iscas e bolinhos de bacalhau) e ganhar algum dinheiro com este trabalho que, segundo o próprio praticamente não lhe permitiam dormir entre quinta-feira e segunda-feira. O negócio cresceu e isso motivou uma mudança de instalações.

Entretanto, no que se refere à sua vida sentimental (ver conjunto n.º1 de fotografias que se encontram no anexo K, relativos à sua família), aos 24 anos Abílio Ferreira de Oliveira contraiu matrimónio a 6 de Novembro de 1929 com a Sr.ª D. Maria da Conceição que partilhou com ele as primeiras dificuldades e as primeiras poupanças. Abílio de Oliveira recorda o início do casamento dizendo: " casei-me se bem me recordo numa quinta-feira e na sexta-feira às quatro da manhã tivemos que nos levantar para cozer cinco fornadas de pão de milho que era o que mais se vendia. Eu peneirava e ela aquecia água; depois eu amassava e ela fazia as broas e eu

enfornava. Tínhamos que fazer todos os dias cinco fornadas (cinco vezes por dia) e foi assim que continuei a ganhar dinheiro".

Outro produto entra também no negócio do jovem casal, desta feita era a cal da Figueira da Foz. Vinham cinco ou seis vagões por mês e o casal ensacava-a com panos na boca por causa do pó. Compravam igualmente azeite de Mirandela, no Cachão e em Alferrarede, fazendas para fatos de homem e senhora compradas em Tortozendo e Covilhã e também ferro. Fornecia as mercadorias a alguns industriais da zona e à cidade de Guimarães. É novamente Abílio de Oliveira que esclarece apurar entre os anos de 1930 e 1934 entre quatrocentos e quinhentos contos por mês, mas vendia-se muito em prestações pelo que uma boa parte do dinheiro estava empatado em mercadorias.

Certa noite, um conhecido seu de nome Armando Pereira (ou Armando Sardinheiro) que lhe fala de uma fábrica que se vendia no lugar da Ponte Nova em S. Tomé de Negrelos, cujo proprietário era um tal sr. Coelho, proibido de trabalhar por causa de um ataque de miocárdio. Prometeu fazer o contacto mas pediu que em troca lhe desse uma quota de 5.000$00.

O negócio concretizar-se-ia depois de terem discutido o preço, um pedindo 25.000$00 outro não querendo dar mais do que 15.000$00, mas que ficaria apalavrado por 16.500$00 pagos por cheque no acto. Ficou então com oito teares, uma caneleira, uma encarretadeira e uma urdideira. E foi assim que Abílio de Oliveira se iniciou no ramo da indústria têxtil, actividade que o viria a celebrizar, uma vez que passaria de pequeno comerciante a grande industrial na área têxtil algodoeira do norte do país, sendo uma referência a nível nacional.

Regressando novamente à família, a sua esposa, D. Maria da Conceição trabalhou a seu lado nos momentos iniciais da sua fulgurante ascensão comerciante e na transição para o mundo da indústria. A primeira esposa viria a falecer a 4 de Maio de 1952, sem ter vivido as bodas de prata matrimoniais nem as da fundação da fábrica "A Flor do Campo". Deste casamento nasceram dois filhos: a sr.ª D. Maria Fernanda Ferreira de Oliveira, casada com o sr. Adão Torcato Ribeiro de Almeida e o sr. Eng.º Narciso Fernando Ferreira de Oliveira, casado com a sr.ª D. Maria Odete Nazareht Marques Pinto de Oliveira. Os netos descendentes deste primeiro casamento são: Maria da Conceição Oliveira Ribeiro de Almeida, os srs. Abílio José, Adão Carlos e Fernanda Paula Oliveira Ribeiro de Almeida, por parte da filha, e José Fernando Pinto Ferreira de Oliveira e Narciso Fernando Pinto Ferreira de Oliveira, por parte do filho.

Doze anos mais tarde, a 26 de Setembro de 1964, o comendador realizaria um segundo matrimónio com a sr.ª D. Maria Isabel Machado de Almeida da Costa Oliveira, cujo registo se efectuou na 3ª Conservatória do Registo Civil do Porto e o casamento católico na basílica de Fátima. Deste casal nasceu um filho, o sr. Dr. Abílio Jorge Machado Almeida da Costa Oliveira, casado por sua vez com a sr.ª D. Maria do Rosário Gonçalves Oliveira e que lhes deram um neto de nome Pedro Jorge.

Para além das suas facetas de chefe de família e de industrial, Abílio Ferreira de Oliveira era igualmente conhecido pelo seu carácter benemérito, sobretudo em obras associadas à Igreja ou à freguesia (hoje vila) de S. Martinho do Campo, que escolheu para residir e dedicar uma vasta obra social.

D. Gabriel de Sousa, Abade Resignatário de Singeverga haveria de anos mais tarde referir-se-lhe dizendo que "o grande empresário gostava de lembrar o trabalhador modesto que já fora; o capitalista não esqueceu o proletário humilde de outros tempos; e o homem dos depósitos bancários avultados acordava na memória o homem dos magros tostões atados na ponta do tabaqueiro. Era ouvi-lo, depois de um dia passado a auscultar o resfôlego das grandes fábricas, contar as vigílias com a primeira esposa, a ensacar a cal da Figueira ou os figos secos de Trás-os-Montes".

Podemos constatar por estas palavras uma certa amizade entre o Abade e o Industrial e o reconhecimento que o homem humilde e de parcos recursos de outrora viria a transformar-se num abastado industrial e benemérito convicto. Para além da provedoria da Misericórdia concelhia, dos bombeiros tirsenses, das igrejas de S. Mamede de Negrelos, S. Martinho do Campo e da Senhora da Assunção, muitas outras associações religiosas, culturais e desportivas e instituições de assistência foram beneficiadas pela generosidade de bem-fazer. D. Gabriel de Sousa conta inclusive um episódio em que tendo ele solicitado a colaboração do comendador, não em benefício próprio mas para uma entidade que representava, Abílio Ferreira de Oliveira terá dito antes de "abrir" as portas do "cofre" as seguintes palavras: "dar é a minha maior alegria, e se não tivesse filhos, era tudo para quem precisa".

Também no Jornal de Santo Thyrso são diversas as referências do "benquisto cidadão", realçando as mais altas qualidades de trabalho e benemerência do comendador Abílio Ferreira de Oliveira. Num desses artigos, em 14 de Janeiro de 1949, refere que por intermédio do sr. Presidente da Câmara ofereceu como donativos 200$00 à Associação Católica de Protecção aos Pobres, igual valor para a

Obra das Noelistas e outra ainda para algumas gratificações por ele indicadas. Em Dezembro de 1954 surge nova referência pública de donativos do comendador, ao distribuir por diversas obras de caridade de Santo Tirso, para consoar, os seguintes donativos: 300$00 para a União Noelista, 500$00 para a Comissão Municipal de Assistência, 200$00 para a Associação Católica de Protecção aos Pobres e 200$00 para melhorar a ceia das pessoas da cadeia da comarca.

Em 1951, concretamente em 19 de Janeiro, assistimos, na data do aniversário natalício do comendador, à inauguração da sua nova vivenda, um palacete "sito à Ponte de Negrelos, da freguesia de S. Martinho do Campo". Trata-se de um momento em que vidas privada e pública surgem interligadas. Segundo o JST aproveitou-se o Porto de Honra para algumas pessoas "tecerem rasgados e merecidos elogios ao sr. Abílio Ferreira de Oliveira, cujas qualidades de trabalho e de coração estão bem patentes, quer na sua obra, quer nos valiosos donativos que constantemente distribuiu por casas de caridade, templos, colectividades, etc."

A maneira de ser do comendador vai sendo construída com relatos que transparecem um modo de estar curioso e bastante afectivo em relação às pessoas e à terra onde tem a sua fábrica e onde reside, sendo os pretextos variados para demonstrar essa afectividade. Fazendo parte de uma comissão organizadora que preparou a visita de D. Policarpo, Bispo Auxiliar do Porto, a S. Martinho do Campo, é notória a pompa e circunstância em toda a recepção, como se descreve num artigo da ST, de Julho de 1951: "pelas raparigas da freguesia foi feita uma vistosa passadeira de flores, entre os lugares da Ponte e da Igreja, numa distância de 2 quilómetros, que mereceu elogiosas referências". O ilustre Prelado seria conduzido à Igreja no automóvel de Abílio Ferreira de Oliveira, seguido de muitos automóveis e inúmera gente.

Nos inícios dos anos 50, como aliás podemos constatar pelos relatos da época, a freguesia de S. Martinho do Campo estava em franco progresso. Na data da visita pontifical anteriormente mencionada, o jornal ST descreve a freguesia como uma das mais belas e industriais do concelho, que, com os seus 117 000 fusos em laboração (cerca de metade do total do país) ocupa o terceiro lugar de contribuinte industrial. Ao alcançar tão elogiosa distinção, é natural que os seus habitantes mais conhecidos e abastados procurassem receber com fidalguia ilustres convidados e forasteiros.

Nesta década dois acontecimentos do foro pessoal estão relacionados com a vida do comendador. Em Março de 1952, a esposa de Abílio Ferreira de Oliveira falece,

tendo sido as exéquias fúnebres realizadas no dia seis deste mês, acompanhadas por um grande número de pessoas, das maiores realizadas na freguesia, segundo relatos actuais e que se recordam bem do mesmo.

A segunda referência cronológica da década ocorreu no dia 12 de Janeiro de 1955, altura em que uma dupla comemoração serve de pretexto para uma grandiosa festa em S. Martinho do Campo: o 50º aniversário natalício do comendador e o baptizado do seu neto. Para esta festa preparada pelos filhos e genro de Abílio Ferreira de Oliveira (D. Maria Fernanda de Oliveira, engº Narciso Fernando de Oliveira e Adão Torcato Ribeiro), foram convidadas "ilustres" famílias de Santo Tirso, Porto e Guimarães, verificando-se que pelas quinze horas e trinta minutos cerca de uma centena de automóveis já ocupa o parque da residência. A cerimónia religiosa foi celebrada pelo D. Abade de Singeverga (uma referência local sempre presente), na igreja paroquial de S. Martinho do Campo, sendo significativo que o neto, cujos padrinhos foram os tios (srª Odete Ribeiro e engº Narciso Fernando Ferreira de Oliveira), recebeu como primeiro nome o do avô, sendo então baptizado como Abílio José.

Merece a pena recordar o teor dos dois artigos que os jornais Semana Tirsense e Jornal de Santo Thyrso publicaram a este propósito.

O jornal Semana Tirsense diz que depois da cerimónia "foi descerrado na sacristia o retrato do Sr. Abílio Ferreira de Oliveira como prova de reconhecimento pelos muitos benefícios por ele prestados à Igreja, tendo sido o descerramento feito pela sua netinha, galante menina Maria da Conceição", e já no escritório da fábrica "A Flor do Campo", considerada uma importante empresa fabril, "foi feita igual cerimónia, sendo o nome do Sr. Abílio Ferreira de Oliveira muito elogiado e aclamado no momento em que foi também, pela sua netinha, seu retrato descerrado". Em nome do operariado falou o guarda-livros da empresa, sr. Manuel Mendonça Pinto, agradecendo os benefícios que todos têm recebido "do seu estimado patrão", tendo-se seguido posteriormente uma visita à fábrica e, pelas dezoito horas, seria servido um Porto de Honra no magnífico e luxuoso palacete, servido pela reputadíssima Casa Vilares, da cidade invicta.

O Jornal de Santo Thyrso relata que "foram visitadas todas as secções da fábrica, que tem recebido constantes melhoramentos, tanto em maquinaria, como em novas edificações. Numa delas foi servido abundante merenda aos operários, que não esconderam o seu contentamento pelo dia de folga e de festa". Este periódico refere ainda que "as alunas das escolas dos adultos, que funcionam numa dependência da mesma empresa fabril, também se quiseram associar às homenagens prestadas ao

seu excelente patrão, oferecendo-lhe lindas prendas, por entre sorrisos e lágrimas comovedoras . O sr. Abílio Ferreira de Oliveira a todos agradeceu, com gesto paternal, como, antes, o havia feito, por ocasião do descerramento do retrato no seu escritório".

A partir desta data aparecem-nos com mais frequência artigos nos periódicos do concelho sobre a vida e obra de Abílio Ferreira de Oliveira, sempre com palavras elogiosas e que levam um dos jornalistas a compará-lo com o Pai Natal, na medida em que está atento às necessidades dos que o rodeiam. Num artigo da Semana Tirsense de 8 de Janeiro de 1956, e no sentido de afirmar o sentido positivo da sua obra, diz-se o seguinte: "para além do homem, uma coisa pode permanecer eternamente: a sua obra. Essa, nem o tempo nem a mão injusta dos deturpadores a farão ruir nunca", referindo ainda mais adiante "nós estamos sempre onde haja um sopro de bem, admiramos Abílio de Oliveira, louvamos todos os que, ao contrário de arrecadar nos seus celeiros o pão dos outros, levam a todos os outros o pão dos seus celeiros".

O autor do artigo do jornal Semana Tirsense a que aludimos prossegue com elogios rasgados ao anfitrião, com palavras que ele próprio considera merecidas, sentidas e sem verniz, por retratarem fielmente a verdade. Considera que se a pequena aldeia se transformou e engrandeceu em poucos anos isso deve ser uma honra para os seus habitantes, que devem estar gratos a Ferreira de Oliveira. Depois de escrever algumas palavras inspiradas em que disserta sobre o futuro, o progresso e o fumo que sai das fábricas diz sobre o homenageado " também ele é o respirar das caldeiras cansadas, do trabalho insano que paira em tudo e em todas as coisas de ali. S. Martinho é assim; nasceu do trabalho; Abílio Ferreira de Oliveira fez-se do trabalho e o povo de S. Martinho vive do trabalho".

A Junta de Freguesia escolheu curiosamente o dia de aniversário de Abílio de Oliveira (12 de Janeiro) para ser lançada a primeira pedra do edifício que vai ser construído, associando-o assim ao progresso da própria freguesia. Para além desta iniciativa foi lançada a primeira pedra para o edifício dos correios, inaugurado um fontanário público e ultimados alguns trabalhos em curso relativos à abertura e melhoramento de estradas e artérias da freguesia. A importância destas obras está bem patente na afirmação que se transcreve novamente do jornal ST quando se diz que "uma Estação dos Correios posta para servir uma enorme zona de laboração fabril como S. Martinho do Campo, Vilarinho, etc., é, na verdade, uma solução para muitos e contingenciais problemas que a Caixa Postal só por si de nenhum modo poderia suprimir e afligia a indústria ali situada. Este problema desaparece, pois, e o facto, por

extraordinário, merece ser comentado devidamente com as honras que cabem à Junta e o mérito que sobra para Abílio de Oliveira". O JST por seu turno publica um artigo dizendo que o "novo edifício dos Correios que em S. Martinho do Campo vai ser construído, mercê da sua acção e da iniciativa da actual Junta, é mais uma das suas dádivas valiosas à terra onde vive" e para realçar ainda mais o seu contributo e o reconhecimento do meio exalta "que freguesia, por imperdoável passividade, não esqueça o homem e o benemérito, deixando de perpetuar numa lápide de caracteres bem grandes o seu nome, como apreço e reconhecimento de todos".

No mesmo jornal e na mesma data faz-se referência às qualidades de trabalho do comendador, começando inclusive com uma citação sua sobre a sua própria pessoa ao dizer que "toda a gente sabe que a minha única vaidade é o trabalho", para depois concordarem com a afirmação ao escreverem " nada poderia ter dito de mais poético e de mais real. Tal como o Sol enche a terra de vida, o trabalho enche a vida de Sol. E Abílio de Oliveira encheu de sol a vida de tantas centenas de operários que outrora buscavam, numa luta ingrata, o sustento necessário que a sorte caprichava em lhes não dar".

O relato da cerimónia seria retomado alguns dias mais tarde, mais propriamente a 15 de Janeiro, em que se faz referência à passagem de mais um aniversário do comendador, comemorada com os familiares e amigos, fazendo igualmente menção à inauguração do edifício dos C.T.T., um grande contributo para a freguesia e a que o próprio comendador estava ligado. Relatando a cerimónia temos o seguinte registo:

"De manhã, na Igreja da freguesia de S. Martinho do Campo, foi celebrada missa pelo Sr. D. Gabriel de Sousa, e findo o santo sacrifício foi descerrado, na sacristia, o retrato da saudosa esposa do Sr. Ferreira de Oliveira, em cuja cerimónia Sua Paternidade o Sr. Gabriel de Sousa , pronunciou algumas palavras sentidas. O descerramento do retrato foi feito pela neta do industrial Sr. Abílio de Oliveira.

De tarde houve a cerimónia do lançamento da primeira pedra para a constituição do edifício dos correios, à qual compareceram os Srs.: Dr. Lima Carneiro, presidente da Câmara; D. Abade de Singeverga; Francisco Patrocínio Pinheiro e Pereira Novo, representando os C.T.T., e muitas outras pessoas representativas".

Refere-se ainda que a Junta de Freguesia prestou toda a colaboração para levar a bom termo estes melhoramentos. Na altura a mesma era composta pelos srs. Manuel de Sousa Oliveira, Júlio Maria Martins da Costa e Abílio Gomes de Moura. Os Bombeiros Voluntários Tirsenses fizeram-se representar nas cerimónias por um

piquete comandado pelo chefe Meireles, houve a actuação de uma banda de música e fogo que animaram a festa, enquanto o "Copo d'Água" foi realizado pela Confeitaria Vilares, do Porto. Entre as diversas pessoas presentes, que brindaram e enalteceram o homenageado, contavam-se para além dos nomes já referidos o Dr. António Quintela, Juiz do tribunal de Polícia do Porto, Francisco Patrocínio Pinheiro, chefe da Circunscrição da exploração dos C.T.T. do Douro Litoral, o Barão de Rio Ave, Dr. Augusto Ferreira e Dr. Adriano Fernandes de Azevedo.

Um ano mais tarde era inaugurado o novo edifício dos C.T.T. que ficaria a ser chefiado pela srª D. Julieta Dias Pereira. Trata-se de um edifício moderno e elegante, segundo os observadores, para cuja edificação muito contribuiu, para além da direcção dos C.T.T. e da Junta de Freguesia, o benemérito Abílio Ferreira de Oliveira.

Outra associação a que este prestigiado industrial se encontrava ligado era o Rancho Recreativo de S. Martinho do Campo. Foi precisamente nas festas de Verão de 1958, que decorreram já nos inícios de Outubro, num ambiente entusiástico, que o Presidente da Assembleia Geral do Rancho Recreativo (o próprio comendador) e grande benemérito do mesmo anunciou que ía mandar construir uma sede condigna para este prometedor agrupamento, ainda hoje, um digno representante do associativismo e cultura local.

A Associação Recreativa de S. Martinho é igualmente uma referência para os habitantes da freguesia e a ela o comendador deixou o seu nome, como grande impulsionador, financiador e como adepto do seu clube, daí o campo de jogos ter o seu nome como reconhecimento público da sua obra. Em entrevista concedida aos jornais desportivos "Gazeta dos Desportos" e "A Bola" o actual presidente da Junta de Freguesia e que em 1983 era presidente da Associação Recreativa relembra no primeiro o contributo do comendador e seus familiares ao dizer que "felizmente, além de muitas outras pessoas, não queria esquecer as prestimosas colaborações do sr. Dr. Abílio Jorge e do Sr. Eng.º Narciso oliveira (ambos filhos do comendador Abílio de Oliveira), do sr. Machado Almeida e da D.ª Raquel" e "a subida do São Martinho ao escalão número dois do futebol português, é a maior e melhor homenagem que se pode prestar, ainda que (infelizmente) a título póstumo, aquele que deu corpo e alma a este clube. Quero referir-me, muito concretamente, ao Comendador Abílio de Oliveira, seu fundador e sócio n.º1, que nunca se cansava de nos afirmar que a sua maior alegria seria a de ver o São Martinho na II Divisão Nacional". A título complementar refira-se que o nome de Machado Almeida e de D.ª Raquel fazem juntamente com o

de Abílio de Oliveira e seus descendentes as grandes referências da indústria local, curiosamente (e talvez não), também eles beneméritos em prole do progresso de s. Martinho do Campo.

Para concluir e ilustrar esta primeira caracterização de Abílio Ferreira de Oliveira transcrevemos um soneto concorrente aos I Jogos Florais de São Martinho do Campo, da autoria do campense Armando Soares e que foi precisamente dedicado ao comendador:

UMA FLOR DO CAMPO

Humilde foi o berço em que dormiu,
Longas sendas trilhou, duras também;
Para chegar ao alto onde subiu,
Não tropou pelas costas de ninguém.

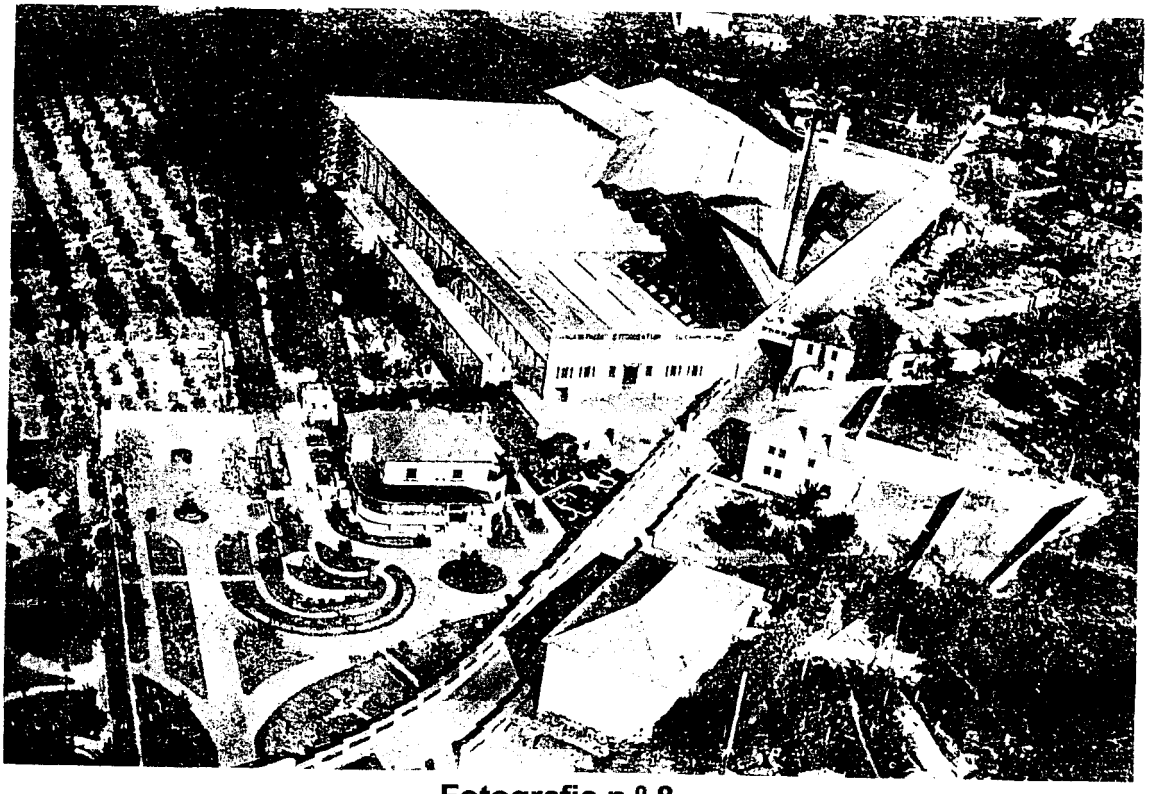
A alma lhe sobrou para o combate,
Mas o corpo sentiu a caminhada
Entre insónias em toques a rebate,
Nas noites de tormentos em parada.

Igual à dimensão dos sentimentos,
Da honra e do trabalho fez divisa,
A vingança tirando aos pensamentos.

Há-de saber-se à hora derradeira
Quanto de paz o nome simboliza
COMENDADOR ABÍLIO DE OLIVEIRA.

1.2. A Flor do Campo

Quando em 1934 se lançou no negócio dos têxteis, Abílio de Oliveira não tinha a noção do tipo de trabalho que o esperava nem da grandeza que viria a alcançar (ver fotografia n.º 8).



Fotografia n.º 8

Vista Geral da fábrica "A Flor do Campo, L.da ",

datada da década de cinquenta

Parece-nos, até pela sua própria história (salvaguardado um evidente enaltecer pessoal que o registo assim propicia), que o mais notório continuava a ser a vontade férrea de singrar na vida e de ganhar dinheiro e mais dinheiro, como meio para conseguir esse objectivo. Assim, quando após o fechar do negócio dos oito teares, de uma caneleira, uma encarretadeira e uma urdideira, tudo pelo quantia bem discutida de 16.500$00.

Quando regressa a casa o seu senhorio e o seu cunhado pediram-lhe para ficarem também como sócios, pelo que perfaziam quatros sócios que realizaram a escritura com as seguintes quotas: Abílio de Oliveira com 42.500$00, Júlio Pinto de Sousa e Castro (o senhorio) com igual valor, Júlio Maria Martins da Costa (o cunhado) com 20.000$00 e Armando Pereira (o informador da venda da fábrica) com 5.000$00, tal como lhe tinha prometido. O total do capital foi de 110.000$00 e denominaram a sociedade como "Fábrica de Tecidos A Flor do Campo, Ld.ª". Esclareça-se mais uma vez que Abílio de Oliveira não entendia nada deste tipo de actividade e entre os quatro sócios o único que possuía alguns conhecimentos era o sr. Armando Pereira.

Construíram um edifício para as máquinas, compraram um motor a gasóleo que depois de estar a trabalhar necessitava parar ao fim de algum tempo, pelo que não dava rendimento. Foi então adquirida uma caldeira que era alimentada a rachão

(madeira), comprada por Abílio de Oliveira logo no mesmo dia em que a foi ver a Lamas, concelho da Feira.

Começou-se a trabalhar "a sério" nas palavras do proprietário da fábrica, havendo no entanto um longo caminho a percorrer até a linha de produção estar bem afinada. Logo a seguir teve que montar uma branqueação, uma vez que o pano branco era o que se vendia. Por outro lado, o pano era urdido para 0,70m e saía com 0,75m, ou se era para 0,80 ou 0,90 saía com 0,85 e 0,95 respectivamente, o que queria dizer que o técnico Armando Pereira não seria assim tão experiente e não acertava com as dimensões. A agravar a situação o pano saía mal coado, parecendo mais uma linhagem do que um pano branco, não sendo bem aceite pelos armazenistas portuenses.

Ajuda preciosa foi a de Joaquim Machado Monteiro, um mestre de tecelagem, mais conhecido por Machado da Boca (residia em Vilarinho) e que trabalhava na Empresa Industrial de São Pedro, Lordelo. Joaquim Monteiro era um bom técnico e quando regressava do trabalho na São Pedro, Abílio de Oliveira dava-lhe o caldo para comer e ficava com ele na fábrica a afinar os oito teares e a dar-lhe explicações como os mesmo se afinavam, mas também a ensinar-lhe como coar bem o tecido e a urdir bem uma teia para que ela ficasse com a largura pretendida. Com esta aprendizagem de noites seguidas o pano começava a sair já com as dimensões certas.

Abílio de Oliveira começou então a trabalhar dentro da fábrica, mas assumindo também a parte técnica e a gerência comercial. Passado algum tempo Armando Pereira teve uma doença que o afastou da fábrica, vindo a falecer e como os outros sócios nada percebiam do ofício, começou a libertar-se deles, pagando-lhes mais do que eles possuíam na fábrica.

Passando a trabalhar sozinho e como dizia "com mais gana" passou em breve tempo de oito para vinte teares e depois passou dobrou para os quarenta teares. Mas em 1936, apenas dois anos após o início de laboração da fábrica "A Flor do Campo", numa fotografia que a seguir se apresenta vê-se um total de 56 trabalhadores, dos quais 34 são do sexo feminino e 22 do sexo masculino.

Em Agosto de 1936, sobre a situação da indústria de tecidos de algodão, Pedro António Ferreira, redactor do Boletim Industrial diz: "estamos fidedignamente informados de que, principalmente nos concelhos de Guimarães, Famalicão e Santo Tirso, existem pequenas indústrias deste ramo que se não encontram legalizadas com a documentação exigida por Lei para uma regular laboração" .

Esta situação não se verificava em "A Flor do Campo", cujo proprietário revela uma vontade férrea de desenvolver a firma como forma de singrar na vida, mas simultaneamente em consonância com a lei em vigor, seguindo as tabelas laborais definidas para as indústrias de fiação e tecidos. Merece a pena observar os salários mínimos que estão definidos para o sector em 1936 (a título excepcional este quadro encontra-se igualmente no anexo B como documento n.º4):

QUADRO N.º 17

Salários mínimos da indústria de fiação e tecidos em 1936

Salário semanal	
Operário afinador	100$00
Ajudante de afinador	75$00
Salário diário	
Operários tintureiros, branqueadores, marcerizadores, batedores, oxidadores e engomadores	12$00
Operários cardadores da secção de acabamentos	12$00
Operários abridores, batedores e cardadores de fiação	11$00
Ajudantes de engomadores	11$00
Nota serviços só desempenhados por homens	
Pessoal trabalhando com as seguintes máquinas:	
Urdideiras	10$00
Abre cardos, penteadeiras, bancos ou torces, encarretadeiras, caneleiras, remetedeiras ou repassadeiras, torcedores e teares mecânicos	9$00
Observação – diário	
Nota trabalho que pode ser desempenhado por homens e mulheres	
Pessoal não diferenciado (auxiliares e outros):	
Homens	9$00
Mulheres	7$00
Menores de 18 anos e maiores de 15 anos	5$00
Menores de 15 anos	3$50

Num artigo do notariado do Dr. Ponce de Leão, publicado em 11 de Novembro de 1937 no Jornal de Santo Thyrso, é feita uma referência ao artigo 4º da escritura da sociedade na qual se indica o capital social da firma, cujo valor inicial era de 110000$00 e que em 1 de Novembro foi elevado para 200000$00. O valor da quota de Abílio Ferreira de Oliveira é de 190000$00, enquanto o seu sócio, o sr. Narciso Pereira, possui apenas uma quota no valor de 10000$00.

Este entusiasmo de desenvolvimento e crescimento da "Flor do Campo" foi partilhado por um grande amigo seu, o Dr. António Pedroso Pimenta, Vice-governador

do Banco Nacional Ultramarino e que passava habitualmente férias no Hotel Elevador, em Braga. Nessas alturas visitava-o e convidava-o a ir à Flor do Campo, sendo incentivado a adquirir mais teares, a que respondia não possuir dinheiro para o investimento, pois a sua vontade era montar mais quarenta teares. Esta conversa informal era o suficiente para António Pimenta telefonar para o Porto e dar autorização a que fosse libertado valor necessário para a aquisição dos quarenta teares. As conversas eram idênticas todos os anos até chegar aos duzentos teares mecânicos e só nessa altura, de acordo com as leis vigentes foi-lhe possível montar a fiação.

A primeira fiação que montou conseguiu-a com a aquisição da licença a Sebastião Ferreira Mendes e correspondia a cerca de 3.500 fusos. Após esta fase foi a Manchester com Alfredo Barros, da firma Alfredo Barros & Irmão e comprou uma fiação de 5.800 que estava reconstruída para ir para o Brasil. Mandou-os despachar como se tratassem de 3.500 fusos (a licença só dava para este número), pedindo então autorização para instalação os restantes 2.300 fusos.

Quando em 1952 faleceu aos 42 anos a primeira esposa de Abílio de Oliveira, vitimada por doença cardíaca, a Flor do Campo possuía já 142 teares mecânicos. Os treze anos que ficou viúvo, embora tenha cruzado a sua vida com uma ou outra mulher, Abílio de Oliveira continuou a trabalhar com certa intensidade e a adquirir mais teares.

Perto da comemoração dos seus vinte e cinco anos e alcançando os duzentos teares e os 10.000 fusos, a "Flor do Campo" estava perfeitamente lançada para o sucesso e a partir daí a própria legislação era favorável à aquisição de mais teares e fusos.

Os passos seguintes foram a modernização de todos os teares mecânicos por automáticos bem como dos contínuos da fiação.

1.3. As notícias nos jornais

Nos primeiros anos de existência da fábrica, a mesma não tem ainda a projecção que motive notícias nos jornais. As notícias da época, como podem ser observadas no ***documento n,º3 do anexo B***, têm um carácter informativo local e de publicidade a firmas conhecidas, caso da "Chapelaria Moderna" e das "Galerias Lafayette", associadas à moda feminina . Como centro industrializado por excelência que era, há já referências publicitárias aos Banqueiros "Cupertino de Miranda & C.ª" e também ao fabricante de teares e maquinetas "John Pilling & Sons, Ltd.3". Por último, uma

menção especial a duas referências locais ainda hoje das mais relevantes e conhecidas a nível local e mesmo nacional, caso da "Confeitaria Moura" e das "Caldas da Saúde".

Numa pesquisa pelos dois periódicos locais, a "Semana Tirsense", cuja publicação se iniciou em 1 de Janeiro de 1899, e o "Jornal de Santo Thyrso", fundado em 4 de Maio de 1882, este último considerado o mais antigo e o de maior tiragem do concelho, fazem sair diversos artigos nos anos 30 abordando temáticas relacionadas com a indústria. Surgem artigos sobre os horários de trabalho na indústria e a desigualdade face ao número de horas de trabalho e à existência de turnos ou então referências às novas bases do condicionamento industrial, entendida como necessária para caminhar em frente na organização corporativa e na defesa da economia nacional, num misto de unidade e disciplina. O ***anexo J*** do nosso trabalho e intitulado "Notícias dos jornais", apresenta uma exaustiva compilação do levantamento efectuado na imprensa local e nacional e organizado em fichas temáticas que, de acordo com os temas focados, foram sendo incluídas em diversos momentos desta dissertação.

Em 1948, a propósito da inauguração de novas instalações duma moderna fiação anexa à tecelagem da fábrica, pelas 17 horas do dia 14 de Agosto, um artigo da Semana Tirsense relata assim o acontecimento:

"A festa, que solenizou aquela inauguração, e à qual presidiu sua Exª Revª o Sr. Bispo de Silva Porto, que pronunciou algumas palavras de admiração pelo sócio gerente da Empresa Sr. Abílio Ferreira de Oliveira , tendo-o abraçado e manifestado o seu desejo de prosperidade, vendo-se ali, também, sua Exª Revª o Sr. D. Abade do Mosteiro de Singeverga, os Srs. Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal deste concelho, Comandante da Polícia de Guimarães, conhecidas e importantes figuras da indústria, diversas pessoas de distinção social, muitas senhoras, representantes, etc., etc.".

Nesta inauguração são proferidas palavras simpáticas em relação a Abílio Ferreira de Oliveira pelas suas inúmeras obras levadas a cabo na freguesia e em que a sua benemerência é bem revelada, palavras que são agradecidas pelo homenageado. Uma curiosidade desta cerimónia é o facto de o montador da Fiação, um inglês de nome Harrison, ter sido agraciado juntamente com sua esposa e filho com um relógio em ouro, colocados no pulso dos destinguidos pelo sr. Bispo de Silva Porto. Com o auxílio de um intérprete, o sr Harrison brindou e agradeceu a atenção prestada. Outra

curiosidade foi o facto de ser servido um "lunch" a todo o pessoal da fábrica e um "copo d'água" às pessoas convidadas para aquela festa, fornecidos pelo conhecido e acreditado Hotel Cidnay de Santo Tirso.

1.4. Testemunhos

Neste item propomo-nos a apresentar integralmente uma parte dos testemunhos recolhidos em entrevistas efectuadas a pessoas que conheceram o comendador Abílio Ferreira de Oliveira, algumas das quais ocupando cargos em associações ou instituições públicas locais. Transcrevemos pois as respostas a duas questões assim identificadas:

1ª Conheceu o Sr. Comendador Abílio Ferreira de Oliveira? Que imagem retém dele?

2ª Recorda-se de alguma história curiosa sobre o Sr. Comendador ou sobre "A Flor do Campo "?

Desta forma tentar-se-á ilustrar melhor o perfil do fundador da fábrica e naturalmente os reflexos na obra que legou. A ordem com que são apresentados não obedece a uma estratégia específica, apenas são enumerados e referenciados com o nome e um dado complementar.

1º testemunho

1. Sim, conheci o sr. Comendador. Foi-me apresentado numas eleições, penso que em 1972. Fazia parte da mesa de voto.
   Era um homem que sem ser bonito, tinha um aspecto agradável, simples e conversador.
2. Não me recordo de uma história em particular. Sei que há varias histórias que se contam sobre a sua pessoa, mas julgo que se devem um pouco ao seu humor. Aliás, ele era inteligente, perspicaz e dinâmico.

Alice Rilo, professora primária aposentada

2º testemunho

1. Sim, conheci. O Sr. Comendador deixou em mim uma imagem bem positiva. Era de estatura baixa, sob o forte e não era muito letrado. Mas, os homens não se medem aos palmos e nem sempre as letras são a marca do sucesso.

Passou, nos princípios, maus bocados. Era um homem firme, de convicções, de luta que procurou vencer e venceu. Atingiu as barreiras do Grande Homem. Sabia muito bem o que queria e atingiu os seus fins. O senhor Comendador deixou a sua marca em toda a freguesia de S. Martinho do Campo em várias áreas. Assim, na área social, com ele nasceu a Associação Recreativa de s. Martinho do Campo, inicialmente voltada para a área do folclore (cultura), hoje, e já no seu tempo também, voltada para a área do desporto. Esta Associação dispõe de uma boa Sede e de um campo de futebol deixados por ele. A residência Paroquial, no tempo do falecido padre Carlos Alberto Lameira de Matos, era uma casa sua. Deixou a sua marca na Casa de Beneficência Manuel Dias Machado, onde, durante vários anos foi presidente da Direcção. Deixou a sua marca no executivo da Junta de Freguesia, onde desempenhou o cargo de Presidente.

2. Para o senhor Comendador, a toda e qualquer hora do dia ou da noite, era hora de percorrer todos os sectores da fábrica. Gostava de observar com os seus próprios olhos o pessoal na laboração. Não raro deparava-se com funcionários que se esqueciam do trabalho encontrando-os, porventura, em brincadeiras. Fazendo ecoar a sua voz (voz enrouquecida) por todos os sectores da fábrica se anunciava a "vinda do patrão". Dependendo da situação e com frases nem sempre as mais ortodoxas, repreendia o empregado, castigava-o e por vezes, até o despedia. Se acontecia esta situação, bastavam 24 horas para esse empregado voltar à fábrica. No dia seguinte, lá estava o empregado: "Senhor Oliveira" ou mais tarde "Senhor Comendador, eu preciso que me dê trabalho. Tenho mulher e filhos...". "Está bem, rapaz, voltas, mas se repetires...não tens aqui entrada."

José Pinheiro, Chefe do Agrupamento de Escuteiros de S. Martinho do Campo

3º testemunho

1. Conheci muito bem , porque estivemos juntos na direcção dos destinos da Associação Recreativa de São Martinho. Era um homem de personalidade forte, dinâmico e empreendedor.

Foi um industrial de sucesso, uma referência no meio empresarial da época e foi acima de tudo o ponto de partida para o desenvolvimento da Indústria Têxtil em S. Martinho.

2. Posso contar uma história que se passou comigo. Por razões que quase toda a gente conhece, o sr. Comendador esteve fora do país durante algum tempo, mais propriamente em Vigo. Uma vez fui visitá-lo e apresentei-lhe um amigo de Valença, um homem dinâmico e expedito, tornando-se facilmente amigo dele. Em certa altura o sr. Comendador emprestou-lhe 80 contos e passado uns tempos nunca mais lhe apareceu.

Mais tarde, já o sr. Comendador vivia de novo em santo Tirso, fui convidá-lo para o meu casamento com a sobrinha dele, e foi então que ele me contou a história do habilidoso. Respondi-lhe que ficasse descansado porque ia tratar de buscar o dinheiro, ao que disse que não iria conseguir, mas se ele desse o dinheiro seria prenda de casamento.

A verdade é que passado alguns dias trouxe-lhe os 80 contos de volta e tal como tinha prometido o sr. Comendador deu-me os parabéns e entregou-me o dinheiro como prenda de casamento há 21 anos.

Adelino Moreira, presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho do Campo

4º testemunho

1. Sim e tenho uma boa visão dele. Era um dos maiores empreendedores industriais desta vila, com uma larga visão para a época em que montou a sua indústria.
2. Posso dizer que o sr. Comendador chegava habitualmente antes da hora de trabalho e esperava pelos empregados. Quando estes chegavam atrasados perguntava-lhes se o relógio tina parado...

Raul Carvalho, enfermeiro aposentado

5º testemunho

1. Conheci o sr. Comendador nos últimos meses de vida. Nessa altura raramente ia à fábrica, mas sempre que ia, notava-se no pessoal uma admiração e principalmente um respeito, que muito me impressionou.

2. Quando me conheceu (na altura era muito magro) disse-me "meu filho pareces mesmo um fio de azeite" e a partir daí chamou-me sempre dessa maneira. O curioso é que esteve comigo uma mera dúzia d vezes e sempre me reconheceu.

José Carvalho, antigo funcionário

6º testemunho

1. Conheci perfeitamente o sr. Comendador Abílio Ferreira de Oliveira, a quem me ligavam laços muito fortes de amizade, estima e consideração. Fiquei com a imagem de um homem empreendedor, que lutou muito pela vida e conseguiu vencer. Partiu do nada e atingiu o primeiríssimo plano empresarial, sobretudo no ramo industrial.
2. O que posso dizer é que "A Flor do Campo" foi quase pioneira da indústria têxtil em Portugal e acompanhou como poucas o desenvolvimento das novas tecnologias, novos produtos e novos mercados, sobretudo para exportação.

Abílio Almeida Costa, industrial e antigo trabalhador da fábrica

7º testemunho

1. Sim. Conheci-o apenas um ano como sua funcionária,. No entanto foi o bastante para perceber que era um "Grande Homem", muito dinâmico e lutador. Como homem era exemplar. O que posso dizer é que "A Flor do Campo" foi quase pioneira da indústria têxtil em Portugal e acompanhou como poucas o desenvolvimento das novas tecnologias, novos produtos e novos mercados, sobretudo para exportação.
2. Como já referi, a ideia que tenho do sr. Comendador Abílio Ferreira de <Oliveira é a de um homem de trabalho e que soube ir ao encontro do progresso a nível da indústria têxtil, sem contudo deixar de ter uma atenção especial pelos seus trabalhadores.

Maria da Glória Alves, Chefe do serviço de exportação

1.5. Narciso Ferreira e Abílio Ferreira de Oliveira – pontos de contacto

Na última década do século XIX a região do Vale do Ave vive um momento histórico em termos de progresso industrial, na medida em que aos recursos disponíveis e existentes na região (tradição, mão-de-obra, bacia hidrográfica)

associava-se um bom aproveitamento de mecanismos protectores derivados da pauta de 1892 e o investimento dos negociantes urbanos do Porto, possibilitando uma conjuntura favorável à instalação de grandes fábricas. E como refere Jorge Alves (1999, p.100) "por vezes capitais urbanos são fornecidos em volume mais reduzido, a pequenos tecelões com oficinas que revelam capacidades de trabalho, com quem capitalistas do porto se associam, procurando manter as sedes das empresas no Porto e as fábricas no Ave".

Perante esta situação restava agora esperar que a iniciativa empresarial se afirmasse não apenas numa postura empreendedora mas também numa intervenção mais decisiva e actuante na região, capaz de trazer inovações e mudanças neste sector da economia.

E foi neste contexto que surgiu a obra de Narciso Ferreira, o industrial de Riba d'Ave e fundador da "Sampaio, Ferreira & C.ª" , que emrgiu da designada indústria doméstica e se catapultou para a área das grandes unidades fabris. O percurso de Narciso Ferreira é revelador de um grande dinamismo e capacidade de produzir riqueza, a que associa um considerável espírito empreendedor. De tecelão em casa, onde fez a aprendizagem no sector, estabeleceu uma pequena oficina que foi sendo ampliada e modernizada até se transformar gradualmente numa das maiores referências têxteis do norte do pais e ele próprio adquiriu o estatuto de maior industrial do Norte no sector têxtil.

Como refere Jorge Alves (1997, p.11) "esta obra industrial foi realizada num contexto de grandes dificuldades industriais para a indústria têxtil", mas ainda assim possibilitou a Narciso Ferreira construir todo o seu "império" industrial, para além da criação de outras infraestruturas de carácter social, pelas quais ficou igualmente conhecido, quanto mais não seja pelas gentes locais. A sua obra denota um comportamento empresarial muito característico e gerador de um certo paternalismo em relação ao meio e às pessoas. O facto de residir localmente e estar sempre presente nas suas fábricas permitiram a este industrial controlar e contornar problemas e orientar os destinos das fábricas e dos seus colaboradores.

Formado na dureza da vida, o então rico empresário não podia esquecer o humilde tecelão de outros tempos e a memória do passado e a vivência do presente levam-no a assumir um papel de benemérito local, de cuja obra podemos destacar a criação de um hospital bem equipado para a altura, a construção de bairros económicos para

operários e a edificação das escolas primárias, ainda hoje observáveis no centro de Riba d'Ave e junto à fábrica.

Concordamos com Jorge Alves (ibid. p. 10) quando afirma que " o dinamismo industrial revelado e a capacidade de produzir riqueza e criar emprego conferiram inevitavelmente a Narciso Ferreira uma influência social crescente e uma função de patrocinato local que o levaram à direcção do associativismo empresarial", na medida em que a vida e obra de Narciso Ferreira, quer na faceta de empresário, quer na de benemérito, contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da região, conseguindo inovar e mudar o panorama têxtil local.

E este recordar da obra de Narciso Ferreira serve de pretexto para estabelecer um paralelismo com o industrial Abílio Ferreira de Oliveira que, a partir da década de trinta iniciará um percurso de algum modo idêntico ao do primeiro, bem patente na sua obra.

Reafirmamos que este paralelismo é um mero e despretensioso pretexto para explorar um pouco a curiosidade em torno de dois vultos da mesma região (região do Vale do Ave), mas de localidades diferentes e vivendo em épocas igualmente distintas, acabam por ter vários aspectos em comum. É claro que damos um salto temporal da última década do século XIX para a década de trinta do século XX, e naturalmente que as conjunturas são diferentes. Fica igualmente explícito que a paisagem estava já fortemente alterada na região, onde sobressaía a imponente fábrica de Rio Vizela, infelizmente em fase de encerramento. Mas o que nos suscita esta breve referência prende-se com factores relacionados com o perfil dos industriais e a sua necessidade em se afirmarem no meio com a realização de obras sociais que o beneficiam.

Assim sendo, podemos dizer que também o comendador Abílio Ferreira de Oliveira nasceu e cresceu num meio humilde e começou de forma tímida e modesta a sua actividade profissional, tendo feito uma incursão no comércio de produtos vindos de Trás-os-Montes e iniciando-se posteriormente com um número reduzido de teares na aventura do sector têxtil.

O seu percurso até chegar à maior fábrica existente nas décadas de 50 e 60 na freguesia de S. Martinho do Campo, pelo número de trabalhadores e de produção é de uma ascensão fulgurante e bastante sólida, demonstrando espirito de iniciativa, dinamismo e capacidade empreendedora.

A dedicação à freguesia que escolheu para residir e construir a sua fábrica são um exemplo de bairrismo salutar e de orgulho de quem venceu na vida, após sacrifícios e uma luta esforçada nos primeiros anos da sua vida profissional. Anos mais tarde, já

com uma situação económica estável e financeiramente rica, fruto do incessante trabalho, virou-se para obras com carácter social, cultural e desportiva, revelando a sua faceta de benemérito e demonstrando novo paralelismo com Narciso Ferreira.

Ao longo deste capítulo podemos constatar no registo da escrita e por vezes na transcrição de testemunhos vivos, a sua acção benemérita para com as gentes e a terra de São Martinho. A sua acção interventiva abrange a paróquia, quer a de S. Martinho quer a das freguesias circunvizinhas; associações desportivas e culturais como a Associação Recreativa de São Martinho do Campo e associações sociais como a Casa de Beneficência Manuel Dias Machado ou os bombeiros de Santo Tirso. Também dotou a freguesia com melhores infraestruturas, estando ligadas à sua pessoa a construção do edifício dos C.T.T. o campo de futebol e a construção do Salão Paroquial. Em alguns deste organismos chegou inclusive a ser presidente ou membro da direcção, caso da Junta de Freguesia, da Casa de Beneficência Manuel Dias Machado e do Futebol Clube de São Martinho.

Entre as diversas infraestruturas que tiveram um envolvimento directo de Abílio Ferreira de Oliveira, a construção do edifício dos C.T.T. foi considerada na época um importante melhoramento para a freguesia, concretamente para o comércio e indústria local. Não deixa de ser curioso o facto desta obra ter sido envolta em polémica quanto à sua localização (fica praticamente colada à fábrica). Na época, enquanto as entidades oficiais se congratulavam por esta benemerência, que inclusive favorecia as freguesias circunvizinhas (Vilarinho, Moreira de Cónegos e Lordelo), o correspondente local do jornal "O Século", no dia 13 de Dezembro de 1954, critica a localização do referido edifício afirmando que "***o facto de haver alguém que construa um prédio para servir de estação dos Correios e o isente de cinco anos de renda não é motivo bastante para o afastar do chamado centro da freguesia***".

Em resposta a estas críticas jornalísticas (eventualmente hoje mais pertinentes, se nos for permitida a reflexão), argumentam os promotores da construção e os técnicos dos serviços de Correios com o seguinte:

" A Estação dos Correios, tal como fica localizada, visa em especial:
1.º Servir quanto melhor o maior número de indústrias, já que delas depende quase totalmente a sua vida telégrafo-postal.
2.º Visar de um modo perfeito estar mais dentro da área delimitada pelo serviço da distribuição.
3.º Dispor de maior facilidade na ligação com os transportes ferroviários.

4.º Servir a todos, servindo em especial os que dela mais vezes a utilizam."

A sua benemerência teve sempre um cunho fortemente religioso, como se pode constatar no Salão paroquial, uma obra sua onde se pode ler por cima do palco a seguinte inscrição: "Muito façais na Santa Cristandade". Refira-se que este salão paroquial foi mandado construir pelo comendador em memória de sua esposa, D. Maria da Conceição Ribeiro de Oliveira, em 1960, como testemunha a placa situada no átrio do mesmo.

A intervenção da família Ferreira de Oliveira ainda hoje se faz sentir em diversas áreas, continuando a perpetuar a memória do comendador, mas de algum modo cultivando os mesmos valores e princípios. A título de exemplo, o mesmo Salão Paroquial seria alvo de obras de restauro em 1988, custeadas pelos filhos do comendador, o que levaria a colocar também no átrio e não muito longe da primeira placa, uma outra de reconhecimento da paróquia aos beneméritos D. Maria Fernanda Ferreira de Oliveira e Eng.º Narciso Fernando Ferreira de Oliveira.

2. As "Bodas de Prata"

2.1. As palavras dos que se associaram à comemoração

Em 25 de Abril de 1959 a Fábrica de Fiação e Tecidos "A Flor do Campo L.da" comemora as "Bodas de Prata". É um momento festivo para empresário e trabalhadores, mas também para amigos, gentes da laboriosa freguesia de São Martinho do Campo e demais fornecedores, clientes e outros colaboradores desta empresa têxtil. As altas individualidades da época associam-se de forma expressiva e calorosa às diversas manifestações festivas desta comemoração.

Numa compilação de textos de algumas personalidades da época realizada internamente para estas comemorações, podemos constatar aspectos curiosos, sempre elogiosos para a empresa e para o seu proprietário, sr. Abílio Ferreira de Oliveira, já então considerado um gigante da indústria têxtil. Parece-nos evidente que as palavras que lhes são dirigidas na altura têm que ser enquadradas no tempo em que as mesmas são proferidas: a conjuntura económico-política que se vivia, o momento festivo, a própria linguagem usual na época. Mas parece-nos igualmente evidente que há já um reconhecimento sentido e bastante notório pela obra que

nasceu e se desenvolveu numa freguesia bem nos limites de um concelho, e por isso mesmo e de algum modo um pouco periférica, mas que pela sua localização se encontra no centro nevrálgico (ou próximo) do mais importante pólo da indústria têxtil nacional.

Transcrevemos as palavras do Dr. Aurélio Fernando Martins Pereira (Riba d'Ave), amigo da família, para iniciar o relato de congratulações pela data que se atravessava. Para ele "passaram já vinte e cinco anos por sobre a obra gigantesca de Abílio Ferreira d'Oliveira!" período em que em seu entender (partilhado por muitos) essa mesma obra revela uma autêntica lição de mestria, quer na empresa que dirige, quer no meio envolvente em que é notória a sua intervenção. Como homem, considera que Abílio Ferreira de Oliveira passou de "um pobre rapaz de tábua e cal a um dos mais relevantes valores humanos do norte do país no sector industrial" e quanto à sua obra considera que ele fez "uma autêntica revolução topográfica, etnográfica, urbanística e social, no seu tempo e na sua terra, transformando-a, com a sua sombra benfazeja, num verdadeiro manancial de beleza e empórico florescente de riqueza e de trabalho". A linguagem evolui das palavras singelas e torna-se mais refinada e eloquente quando diz:

> "Sem atendermos mesmo a sem nos querermos referir àquelas obras que ele directamente mandou fazer, ou indirectamente fez com o seu dinheiro e as suas dádivas, atendamos ao que representam cerca de mil operários com as suas famílias, suas casitas e hortas, na alegria e felicidade de mil lares que o pão de cada dia procurado e oferecido pelo trabalho e persistência dum só homem transparece como um pedaço de céu pequenino!
>
> - Bem haja o Homem e bendito seja Deus que tal homem, e de tal maneira, ajudou que, à semelhança da luz que por muitas mais luzes se pode repartir, assim ele bruxeleando no espaço breve da vida!
> - Bem haja a mão calosa e negra do serralheiro que bate o ferro e forja o aço, e a da fiandeira que emenda os nós, e a do tecelão que guia a teia, e a do tintureiro que tinge, e a do jornaleiro que galgueira os alicerces e todos quantos, sob a voz dominante do seu chefe e amigo, contribuem, colectivamente e por escalas distintas, para o bem dos homens e da terrinha e da Pátria."

Enaltecendo as qualidades humanas e as virtudes que enobrecem os homens e a suas obras, Joaquim R. Magalhães aproveita esta oportunidade para falar de Abílio Ferreira de Oliveira, fazendo um paralelismo entre a data comemorada e o homem ao dizer: "se o dia marca uma notável efeméride na vida deste Homem singular e excepcional, não há dúvida que com o seu coração e sua inteligência ele se apresentará como justo prémio de uma tarefa canseirosa e activa, firme, vigorosa e fecunda ao serviço do progresso e da grandeza não só na terra onde se afirma o primado do seu trabalho e da sua iniciativa, como mesmo na Pátria que o tem como filho operoso e aperfeiçoado".

Outras palavras amigas vão dirigidas não apenas ao carácter da pessoa, onde se nota uma certa intimidade por parte dos intervenientes, mas também ao prestígio do fundador e sócio principal da empresa "A Flor do Campo", que, do ponto de vista do trabalhador, do seu espírito de iniciativa e dinamismo, confirmam a boa situação em que se encontra a fábrica que M. P. Ferreira Leite considera "fortemente alicerçada pela vontade firme de um Homem de trabalho" e de a mesma "se ter engrandecido, dia após dia, ano após ano, apetrechando-se o mais possível e dentro daquilo que constitui a modernização de processos industriais, colocando-se a par das grandes empresas, na vanguarda do progresso, do que muito pode resultar, e há-de resultar certamente, para o aperfeiçoamento da Indústria Têxtil".

Também nas palavras do poeta, neste caso Pedro Homem de Mello, que com alguma frequência se deslocava a S. Martinho do Campo, chega-nos também um poema dedicado à "Flor do Campo":

FLOR DO CAMPO

Flor do Campo. Tudo nela
Se prolonga e se resume...
Tem o condão de ser bela:
Dar beleza é dar perfume!

Flor intacta. Flor colhida
Pela mão de toda a gente.
Flor que é toda a nossa vida
E que vive ingenuamente.

Diz, ó flor, quais os segredos
Que a tua cúpula encerra?
Em chegando aos nossos dedos
És a flor da nossa terra!

A ilustrar a situação da fábrica em 1959 apresentamos no ***anexo K,*** um conjunto de fotografias (n.º2) que nos revelam a dimensão de "A Flor do Campo" em vista gerais do seu exterior, mas também de algumas das principais secções em funcionamento na época.

2. 2. As notícias nos jornais

Ao passarem vinte e cinco anos sobre a fundação da fábrica "A Flor do Campo, L^{da}", a grandeza da mesma parece ser uma constatação reconhecida pelo meio empresarial e pela população local em geral. O empresário e a empresa continuam a ser uma referência no sector têxtil, numa simbiose entre vida profissional e familiar que se reflecte nos actos públicos.

Não podemos esquecer que estávamos nos anos cinquenta e o sector industrial adquiria uma significativa importância do ponto de vista económico, em parte devida ao carácter empreendedor e de benemerência de alguns industriais, caso de Abílio Ferreira de Oliveira, que surge como uma face visível do país de então, um país em que urgia a modernização e em que eram diversas as áreas sociais e culturais que careciam de apoio. O próprio Estado vê de algum modo nestes homens os obreiros de muitas acções que eram defendidas, mas que eram estes que as conseguiam levar à prática. Não estranhemos pois o conteúdo e a linguagem utilizada em artigos da época que promovem aqueles que de forma visível contribuem para esse desenvolvimento económico local, por vezes com projecção significativa a nível nacional, mas que estendem a sua actuação às já mencionadas áreas social, cultural e recreativa.

Ilustrando esta ideia, o Jornal de Santo Thyrso alguns dias após as comemorações das Bodas de Prata refere-se a Abílio Ferreira de Oliveira dizendo que ele marcava na altura de forma evidente, com a sua acção e iniciativa, com uma força de vontade e energia inabaláveis, um lugar preponderante na indústria têxtil, concluindo que ele "não nasceu para repousar, mas sim para traçar constantemente percursos, capazes de elevar, sempre e sempre, a obra por ele iniciada".

A grandeza das comemorações das Bodas de Prata da Fábrica de Fiação e Tecidos "A Flor do Campo, L^{da}", está bem patente num artigo do jornal Semana

Tirsense do dia seguinte às mesmas (26 de Abril de 1959), tendo sido convidados o Ministro das Corporações, o Subsecretário da Indústria, o Governador Civil do Porto e o Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso.

Inseridas nas comemorações foram diversas e cheias de simbolismo algumas das manifestações levadas a cabo como a seguir se transcrevem do mesmo jornal:

> "Missas, colocação e benção da primeira pedra para o Salão Paroquial, oferta do Sr. Ferreira de Oliveira e seus filhos, em memória de sua saudosa esposa e mãe, tiveram depois realização.
>
> Seguiu-se, pelas 13 horas, a homenagem do pessoal ao fundador da fábrica e a sua saudosa esposa, havendo descerramento dos seus bustos em bronze.
>
> Após estas cerimónias, foram oferecidos prémios aos empregados e operários com mais de 20 anos de serviço, sendo um relógio para os homens e um cordão e medalha de ouro com Nª S.ª da Conceição, às mulheres, em memória da saudosa esposa do Sr. Abílio Ferreira de Oliveira, acompanhados de um diploma comemorativo".

A par do serviço religioso (uma missa para celebrar as Bodas de Prata e que contou com a participação do Corpo Coral de Singeverga e uma outra por alma de D. Maria da Conceição Ribeiro de Oliveira) o envolvimento familiar na pessoa dos filhos e na recordação da esposa já falecida é uma nota dominante nestas comemorações, reforçada no descerramento dos bustos e também na oferta das medalhas da santa padroeira da nacionalidade e cujo nome coincide com o da esposa de Abílio Ferreira de Oliveira. No que diz respeito ao Salão Paroquial, cuja primeira pedra foi benzida nesta altura, estaria concluído no ano seguinte a expensas do comendador em memória de sua esposa, D. Maria da Conceição Ribeiro de Oliveira, como está registado em placa colocada na entrada do referido Salão Paroquial, próxima de uma outra com as seguintes palavras " Reconhecimento e homenagem da paróquia aos beneméritos D. Maria Fernanda Ferreira de Oliveira e Engº Narciso Fernando Ferreira de Oliveira pelo restauro deste salão paroquial em 13. 13. 1988", comprovando uma tradição de família em apoiar obras da freguesia e ao serviço da população local. Curiosa é também a frase escolhida para colocar por cima do palco deste salão paroquial: "MUITO FAÇAIS NA SANTA CRISTANDADE", numa fé que ainda hoje é cultivada fazendo juz à frase e à tradição familiar.

A parte festiva esteve à altura das comemorações tendo sido servido um copo d'água para oitocentos convidados, a cargo da Confeitaria Vilares, do Porto, repasto que foi acompanhado pela reputada Orquestra do Porto, dirigida por Rezende Dias. Noutra dependência um abundante almoço era servido aos operários, em número que ultrapassava as seiscentas pessoas. A actuação dos ranchos folclóricos de S. Martinho do Campo e de Rebordões, bem como a de alguns artistas da Emissora Nacional parece terem dado grande animação à festa durante a tarde até que à noite e para gáudio do pessoal surgiram iluminações e fogo de artifício.

Nos anos sessenta continuamos a verificar o envolvimento de Abílio Ferreira de Oliveira em diversas actividades públicas locais. Como referimos já a vinte e oito de Agosto de 1960 dá-se a inauguração do Salão Paroquial, precedido pelo baptizado e primeira comunhão dos netos do comendador, filhos de D. Maria Fernanda Ferreira de Oliveira e de seu marido Adão Torcato Ribeiro de Almeida, em cerimónia presidida por D. Gabriel de Sousa. Ainda antes da inauguração foi descerrada uma lápide no cemitério local prestando homenagem à esposa do comendador que falecera em 4 de Março de 1952. O Salão Paroquial seria então inaugurado pelas treze horas e trinta minutos sendo o edifício dotado com "um bom salão para cinema e reuniões da Junta, com instalação duma óptima e moderna máquina cinematográfica", uma obra na qual o comendador gastou cerca de mil contos.

A inauguração deste Salão Paroquial serviu igualmente de pretexto para homenagear Abílio Ferreira de Oliveira ao serem-lhe entregues as insígnias com que foi agraciado pelo Governo da Nação: as Ordens de Mérito Industrial e da Benemerência, áreas que na verdade o notabilizaram. Dos discurso proferidos pelas individualidades presentes salienta-se o que terminou a cerimónia, da autoria do Chefe do Distrito que afirmou que "o galardão conferido pelo Governo da Nação é o melhor prémio com que se pode pagar a quem, tão dignamente e sem vaidade, pratica o bem", tendo a seguir o próprio Dr. Elísio Pimenta colocado no peito do homenageado as insígnias de cavaleiro da ordem de Benemerência, as quais foram custeadas pela Junta de Freguesia, culminadas com um caloroso aplauso. Estiveram presentes o Presidente da Junta, Sr. Júlio Maria Martins da Costa, o Presidente da Câmara, Dr. Délio Santarém, o Chefe de Distrito, Dr. Elísio Pimenta, para além de outros ilustres convidados, entre os quais o Pároco e Sua Exª Rev.ª o Sr. Bispo do Porto que da parte da tarde se dignou ir " pessoalmente agradecer ao Sr. Comendador Ferreira de Oliveira o benefício com que acabava de engrandecer a Paróquia de S. Martinho do

Campo", tendo sido recebido de forma carinhosa na casa particular do comendador, indo de seguida visitar "as modelares instalações têxteis de "A Flor do Campo, L^{da}" e ainda a piscina, que nesse dia foi inaugurada".

Mais uma vez este acto festivo contou com a actuação de grupos que animaram a cerimónia, caso da Charanga e Banda de Música dos Voluntários de Riba d'Ave, Bombeiros de Santo Tirso e Tirsenses, do Rancho Folclórico da Alegria (do C.R.P. nº 121 da F.N.A.T. que desde 18 de Setembro de 1960 tem realizado um importante Festival Luso-espanhol) e ainda da Banda Marcial da Foz do Douro. O almoço volante servido pela Confeitaria Cunha (Porto) a cerca de 300 convidados nos jardins da casa de família foi o momento apropriado para o comendador ser cumprimentado pelos presentes, mostrando-lhe com simpatia e admiração os seus repetidos gestos de filantropia e benemerência. De tarde e à noite, no Salão Paroquial, foram exibidas sessões de cinema gratuitas.

A referida filantropia e benemerência continua nos anos sessenta, sendo notório um certo bairrismo e orgulho pela terra a que pertence (por escolha própria e não por naturalidade). Um desses casos é a fundação da Associação Recreativa de São Martinho, cujos estatutos foram aprovados em Setembro de 1961 e cuja sede ficou localizada num edifício mandado construir expressamente para o efeito pelo Comendador no lugar da Escorregadoura (lugar mais central da freguesia). Aliás, num artigo de jornal diz-se que "esta louvável iniciativa vem de encontro aos anseios de grande número de campenses que há muito ambicionam uma casa de recreio onde depois da tarefa diária e por vezes árdua de trabalho, possam usufruir, com suas famílias, de umas horas de ócio com os mais variados entretinimentos".

Para comemorar este evento realizaram-se actos festivos a 16 e 17 de Setembro e que contaram com a presença do Governador Civil do distrito e do Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, aguardados pelo Comendador, pelo Presidente da Junta de Freguesia e por membros da Comissão Administrativa da Associação Recreativa de S. Martinho do Campo.

Um cortejo foi organizado desde a Ponte de Negrelos até à Igreja Paroquial, onde foi celebrada missa por D. Gabriel de Sousa, Abade do Mosteiro de Singeverga, tendo igualmente participado na cerimónia o reverendo Alberto Lameira Matos, pároco da freguesia. E "findas estas cerimónias e após o Chefe do Distrito ter feito uma breve visita ao Salão paroquial, o qual ainda há pouco tempo foi mandado construir pelo Sr. Comendador Abílio Ferreira de Oliveira, em memória de sua saudosa Esposa, de novo

se organizou o cortejo em direcção da nova sede da Associação Recreativa de São Martinho, cujo grandioso edifício, de igual modo, foi mandado expressamente construir pelo mesmo benemérito" (in Semana Tirsense, 24.09.1961). O Chefe do Distrito procederia então ao corte simbólico da fita de inauguração da nova sede, realçando-se já nas instalações a parte da Biblioteca e da Secretaria.

A sessão solene foi presidida pelo Governador Civil, estando igualmente a mesa o Dr. Adélio de Castro Cardoso Santarém, presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, o Sr. Bento de Amorim, membro da Comissão distrital da U.N., o Dr. António Cruz, Presidente da Comissão Concelhia da U.N., o Sr. Júlio Maria Marins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia, o Coronel Santos Júnior, comandante da P.S.P. do Porto, Dr. António Brochado, subdelegado do I.N.T. no Porto, o Reverendo Carlos Alberto Lameira Matos, pároco da freguesia, o Sr. Fernando Pinheiro da Rocha, presidente da Comissão Administrativa da Associação Recreativa de São Martinho do Campo e o Senhor D. Abade de Singeverga, para além do próprio Comendador Abílio Ferreira de Oliveira. As palavras dos diversos discursos foram em grande parte dirigidas a Abílio Ferreira de Oliveira, quer como incentivo à sua obra, quer como para felicitá-lo pelo muito que tinha já feito pela freguesia.

O final da década de cinquenta, período em que ocorreu a comemoração dos vinte e cinco anos da empresa, foi um dos momentos mais altos na vida do comendador Abílio Ferreira de Oliveira e da própria "Flor do Campo", não sendo de estranhar o maior número de referências que possuímos e que são apresentadas nesta dissertação. O reconhecimento público e de entidades oficiais era evidente, sucedendo-se homenagens exuberantes e de aparências diversas. A ***figura n.º 4*** , apresenta um desenho de Abílio Ferreira de Oliveira, da autoria de "IVO" e que faz parte integrante de uma antiga brochura que um particular nos facultou sobre figuras ilustres de São Martinho.

Embora a referida brochura não possua referências bibliográficas, conseguimos pelos textos datar a mesma como sendo de meados dos anos cinquenta.

As décadas seguintes marcarão outras emoções e despertarão outros sentimentos na vida do comendador Abílio Ferreira de Oliveira e também no quotidiano da freguesia de S. Martinho do Campo. A Revolução de Abril, marco histórico para Portugal, será também um período em que a agitação político-social se vai fazer sentir intensamente na região do Vale do Ave.

Figura n.º 4
Desenho da autoria de "IVO" que retrata Abílio Ferreira de Oliveira, como um "ilustre" da freguesia de São Martinho do Campo, na década de cinquenta.

2.3. Os dados tecnológicos e de produção

Um dos mais próximos colaboradores de Abílio Ferreira de Oliveira, o fundador do da fábrica referiu nas comemorações destas bodas de prata a propósito das condições tecnológicas desta que as mesmas são as melhores, considerando não haver dúvidas que era "uma das mais modernas e mais bem apetrechadas organizações têxteis do país".

Na verdade, a fábrica representava na altura um extraordinário "empório industrial", na expressão de várias afirmações que nos surgiram na nossa investigação, reafirmando simultaneamente os aspectos de modernidade e de bom apetrechamento da fábrica, fazendo dela um importante símbolo com alcance económico significativo e ao mesmo tempo com projecção técnico-administrativa. Para além de empório industrial com uma natural repercussão a nível nacional, as gentes da terra não se cansam de salientar o facto de a fábrica ser um "ex-libris" da própria freguesia que a elevou ao primeiro plano dos centros industriais do país.

Para se alcançar tão orgulhoso prestígio, os testemunhos recolhidos sobre esta projecção a nível local e nacional apontam todos para o papel desempenhado por Abílio Ferreira de Oliveira, salientando a sua inteligência (por vezes apelidado de sábio ou génio inventivo) a par de uma linguagem mais popular, mas ilustrativa do seu rasgo para o negócio e para a chefia de pessoas.

Diz-se que era vulgar ouvir da sua boca: " A vaca para engordar não necessita só de pasto, é preciso passar-lhe a mão pelo lombo!". Residirá talvez aqui a visão que Abílio Ferreira de Oliveira tinha do que era possuir um fábrica e do que era ser industrial, na medida em que interpretamos que para se ser de facto um industrial não basta ter reunidos num local alguns teares e trabalhadores e pagar as respectivas contribuições para a mesma poder laborar. A visão que se tem do empreendimento e a atenção dispensada com os trabalhadores são essenciais para que um negócio, neste caso fabril, possa prosperar.

Procedendo agora a uma evolução do que foram estes vinte e cinco anos a nível tecnológico e de produção, começamos por afirmar que o arranque da fábrica e os seus primeiros anos de vida são já um prenúncio de prosperidade.

A fábrica de tecidos iniciou a sua laboração a 25 de Abril de 1934, na freguesia de S. Martinho do Campo, contando apenas com 8 teares simples, acrescidos logo no ano seguinte de mais 12, perfazendo 20 unidades. Dois anos mais tarde esse número era já de 40 teares. Também neste mesmo ano de 1936 e verificando-se a necessidade de melhorar e intensificar a produção, ao mesmo tempo que se verificava a necessidade de satisfazer as então já exigências de mercado, foi montada uma secção de acabamentos.

Em 1938 verifica-se um novo aumento de maquinaria, recebendo a fábrica mais 40 teares e elevando o seu total para 80, número que seria novamente alterado nos quatro anos seguintes alcançando-se assim os 120 teares em 1942. Os teares mais simples eram entretanto adaptados com a introdução de máquinas acessórias que os modernizavam. Os anos da guerra (2º grande conflito mundial no século XX) levam a um surto na aquisição de maquinaria e a necessidade de desenvolvimento económico conduz a uma acentuada insuflação de produção, fazendo aumentar a produção nacional na indústria têxtil.

No período pós-guerra os "industrialistas", com Ferreira Dias, ganham posição no interior do aparelho de Estado. Durante a Segunda Guerra Mundial tinha sido possível acumular em Portugal grandes meios financeiros, o que de algum se ficou a dever à

política neutral do nosso país durante o referido conflito militar que, por sua vez, permitiu ser uma espécie de refúgio para capitais estrangeiros. A própria acumulação de reservas vai no seguimento desta conjuntura e também pelo facto de ter aumentado o volume das nossas exportações para os países em guerra (sobretudo de produtos minerais, com o volfrâmio à cabeça).

Os "industrialistas" vão tirar proveito destes momentos para procurarem desenvolver um conjunto de indústrias ligadas à produção de bens intermédios e bens de equipamento (químicas, cimentos, pasta de papel, siderurgia, metalomecânica), para substituir bens importados e satisfazer o mercado interno. Foi igualmente implementado um programa de investimentos público na área das grandes infra-estruturas ao nível das vias de transporte e da rede eléctrica, programa que ajuda a uma procura interna de produtos industriais. Segundo Octávio Figueiredo (2002, p.38) "a política do Estado em matéria de concorrência no mercado interno, o chamado Condicionamento Industrial, vai favorecer a concentração industrial e a criação de empresas de grande envergadura", que será mais notório nos sectores industriais acima mencionados, mas cujos reflexos se fazem sentir noutros sectores da indústria transformadora.

No ***documento n.º5***, ***do anexo B***, podemos verificar alguns dados nacionais de produção e consumo, bem como da importação e exportação do algodão, tendo por base uma separata da "Enciclopédia da vida corrente". Destaque-se nesse documento o facto das importações e exportações relativas às colónias terem aumentado no decorrer das décadas de trinta e quarenta, correspondendo a uma diminuição dos valores relativos ao estrangeiro.

Os resultados deste incremento extraordinário na produção nacional são bem patentes em 1947, quando é montada a Secção de Fiação com um total de 3.500 fusos, número que passaria em 1949 para 7.000. Também nesta altura a já existente Secção de Tecelagem assiste a novo desenvolvimento com a montagem de mais 80 teares com tecnologia idêntica aos adquiridos mais recentemente, perfazendo um total de 200. Estes números são responsáveis por um natural e significativo aumento de produção. Procede-se ainda à montagem de uma tinturaria automática em peça, com 12 modernissimas máquinas "Ginger".

Em 1953 assiste-se a novas perspectivas para "A Flor do Campo" com a montagem de uma secção de fiação grossa com 1.500 fusos, na altura com a maquinaria mais moderna.

Como podemos constatar, estas duas primeiras décadas representaram um período de crescimento e consolidação da fábrica. Após o arranque houve uma constante aquisição de maquinaria, criação de secções específicas que correspondessem a uma eficiência na produção, readaptação do edifício, traduzindo-se inevitavelmente num crescimento de produção e em tentativas de qualificação do trabalho desenvolvido.

Ao aproximarmo-nos dos vinte e cinco anos, as comparações com a fase inicial são contrastantes, pela quantidade e pela qualidade. Em 1957 acontece novo aumento de 8.000 fusos na fiação, perfazendo um total de 15.000, elevando de forma notória a produção. Segundo relatos, a secção de preparação do algodão, onde podia ser admirada uma imponente secção de batedores automáticos, era de facto digna de se ver, uma vez que não só alimentava todo o consumo da fábrica como o excedia. No ano seguinte, 1958, outras máquinas acessórias seriam montadas atendendo a necessidades da própria automatização.

E as alterações eram bem visíveis em 1959, como podemos observar pelas palavras de Custódio Gomes Vieira, mestre do ensino técnico:

> " Na Secção de Revista, modernissimas revisadoras automáticas vieram facilitar grandemente a revisão do tecido, proporcionando grande economia de tempo e trabalho. A Secção de Acabamentos foi enriquecida com duas ultra-modernas râmbulas automáticas, uma para 1,80^{m} e outra para 1,40^{m}, bem como com uma máquina de pré-enchimento que é a última palavra da técnica moderna.
>
> A par deste desenvolvimento tecnológico, "A Flor do Campo" sofreu também uma radical transformação no corpo do seu edifício, apresentando-se hoje com amplos salões servidos por um sistema de aquecimento e ar condicionado ultra-moderno, cuja montagem orçou por milhares de contos e é, sem dúvida alguma, uma das maiores instalações que já vimos no género.
>
> E ainda no limiar das suas "Bodas de Prata", será iniciado um novo aumento de produção, para o qual se encontram em linha de montagem mais de 200 modernissimos teares automáticos."

A par do desenvolvimento tecnológico, a produção sofre igualmente um aumento significativo, especialmente a partir da década de 50, como podemos verificar nos quadros que se seguem e respectivos gráficos.

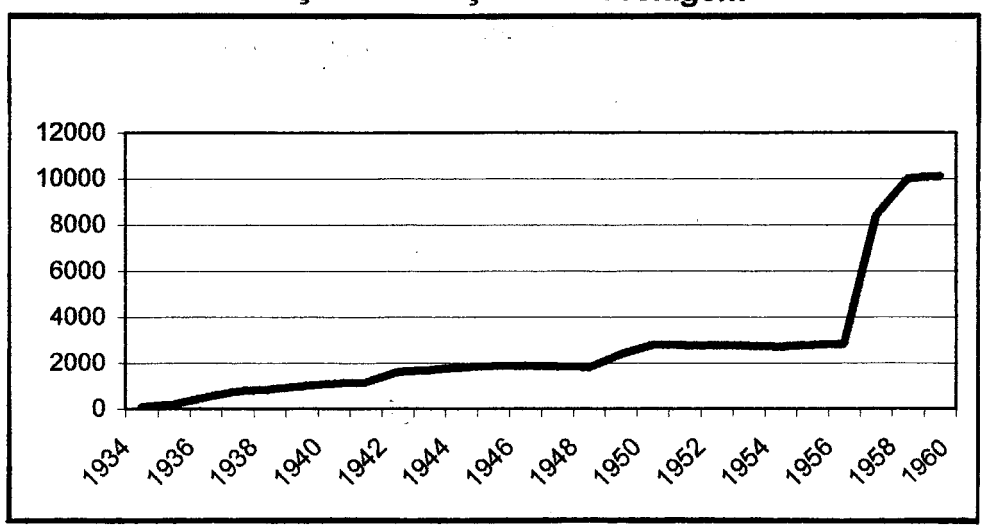
Quadro n.º 18

Produção da Secção de Tecelagem

ANO		ANO		ANO	
1934	90	1943	1700	1952	2750
1935	200	1944	1800	1953	2750
1936	500	1945	1850	1954	2700
1937	750	1946	1900	1955	2800
1938	850	1947	1850	1956	2850
1939	1000	1948	1800	1957	8400
1940	1100	1949	2400	1958	10000
1941	1150	1950	2800	1959	10100
1942	1600	1951	2800		

Gráfico n.º 8

Produção da Secção de Tecelagem



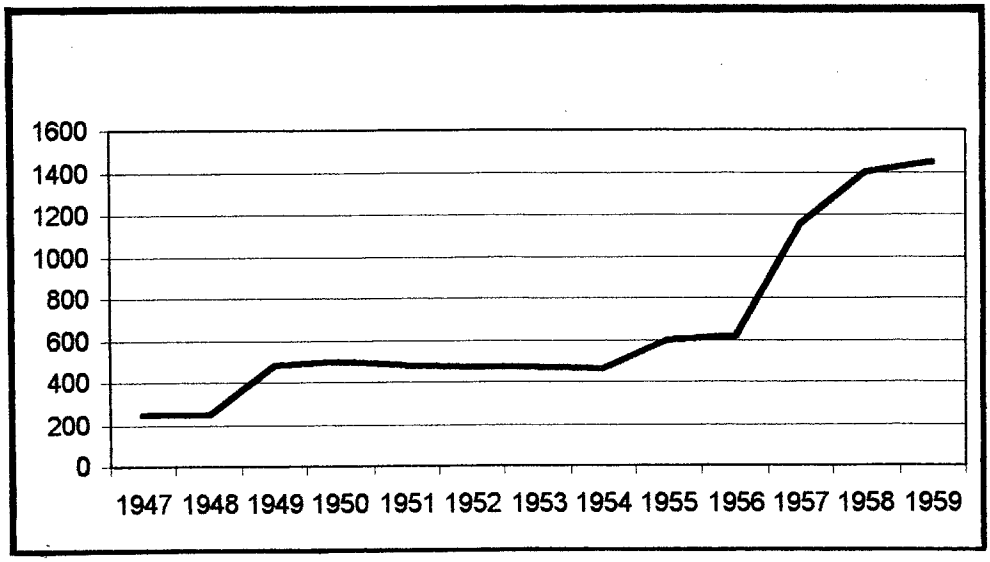
Quadro n.º 19

Produção da Secção de Fiação

ANO		ANO		ANO	
1947	240	1952	470	1957	1150
1948	240	1953	470	1958	1400
1949	480	1954	460	1959	1440
1950	500	1955	600		
1951	480	1956	610		

Gráfico n.º 9

Gráfico de produção da Secção de Fiação



2.4. Os trabalhadores

Na estrutura fabril moderna a máquina assume um papel preponderante, transformando proficientemente, a nível de produção e economia, a ordem de trabalho. Nesta perspectiva o trabalhador ocupa por sua vez uma nova posição na engrenagem produtiva da fábrica, até porque deixa de ser o obreiro que executa de forma individualizada a sua obra (na oficina caseira e familiar) para fazer parte de uma equipa estruturada e orientada por técnicos especializados em diferentes ramos, quer estejamos a falar das oficinas, escritórios ou armazéns, onde devem obedecer à orientação de mestres, chefes e engenheiros.

Numa abordagem complementar importa focar de algum modo a relação entre capital e trabalho. O trabalhador é uma força em potência, tem em si uma riqueza visível nas tarefas que desempenha e isso representa para o capital uma mais-valia. Há como que uma sinergia que facilita a aliança entre estes dois factores e que fomentadas pelo próprio Estado foram paulatinamente evoluindo até a uma organização de tipo corporativista. O Estado encarregou-se de estruturar as novas bases do Estatuto do Trabalho, basilarmente assente na boa ordem nacional e no fruto daqueles que fomentam a riqueza pelo trabalho. Uma máxima que pode de algum modo espelhar este ideário é: bem hajam os que pela força do seu trabalho produzem a riqueza para bem da comunidade nacional.

Quando destas comemorações e numa entrevista efectuada a um dos funcionários mais antigos, o sr. José Joaquim Martins Pereira, que entrou para a fábrica em 1938 e numa altura em frequentava a escola técnica, o próprio relatava a forma como entrou

para a fábrica, na realidade realizando um percurso usual na época e que muitas vezes se iniciava com o conhecimento e amizade em relação ao proprietário da fábrica e depois de integrado na mesma vai fazendo uma aprendizagem em diversos sectores até alcançar uma certa maturidade e estabilidade profissional. No caso do sr. José Pereira, iniciou a sua aprendizagem pela parte técnica tendo estado quatro anos na tecelagem e quando a secção de acabamentos foi montada quatro anos mais tarde transitou para a mesma e daí trabalhou algum tempo no armazém de recepção e expedição até ser chamado para o escritório. Se uma boa parte dos trabalhadores acabam por se especializar em determinada secção, no caso do sr. Pereira e de acordo com as suas palavras foi a perseverança que o levou à posição que ocupava na altura no escritório, sendo como já referimos um dos mais próximos colaboradores do sr. Abílio Ferreira de Oliveira.

Entre os operários que estão ao serviço na fábrica e que nestas comemorações foram agraciados com um prémio e diploma, por estarem há mais de vinte anos ao serviço de "A Flor do Campo", encontram-se os seguintes nomes:

Conceição Martins de Almeida
Emília de Almeida
Emília de Sousa Oliveira
Maria Ferreira
Maria de Abreu
António Ferreira
Adelino Ferreira
António de Abreu
Constantino F.S. Guimarães
Joaquim da Costa Pontes
Manuel da Costa Pontes

2.5. As empresas que se associaram às comemorações dos 25 anos

Numa comemoração como esta, em que de facto há motivos para um certo regozijo, é natural que se recordem as palavras de amigos e de colaboradores da empresa. Mas uma fábrica como "A Flor do Campo L.da", cujos dados estatísticos foram já apresentados, têm no seu labor quotidiano um grande número de outras empresas que directa ou indirectamente contactam com a mesma, ora como fornecedores, ora como clientes. Entre essas firmas contam-se as seguintes:

- Têxtil Nortenha, L.da (Nortiss Portugal) – Porto e Matosinhos
- IATE, Indústria de Aproveitamento Têxtil, L.da – Vila Nova de Famalicão
- Rocha, Carvalho & C.a L.da (exportadores de tecidos) – Porto
- Fábrica de desperdícios de Algodão – Braga
- Fábrica de Grossarias – Vila das Aves
- Gráfica Minhota – Guimarães
- Mercadorias e Máquinas, L.da – Lisboa e Porto
- Harker, Sumner & C.a L.da....representantes da Platt Bros, (Sales), Ltd, considerada a maior organização do mundo dedicada ao fabrico e venda de máquinas de fiação de algodão, lã e fibras artificiais, científica e praticamente estudadas para satisfazer às mais rigorosas exigências da técnica e da especialidade. Esta marca inglesa equipou a nova fiação da fábrica "A Flor do Campo, L. da " com as mais modernas máquinas Platt. – Lisboa e Porto
- Fábrica de Tecidos da Rechã, especialidade em atoalhados – Vizela
- Ribeiro de Figueiredo & C.a, algodões em rama de todas as proveniências - Porto
- Produtos CIBA, L. da , anilinas, produtos auxiliares e resinas sintéticas para as Indústrias Têxteis e de Curtumes – Porto e Lisboa
- Transportes Barbas – Porto
- Desperdícios de Algodão, de Ribeiro & Reis, L. da – Trofa
- Fábrica de Tecidos do Outeirinho – Moreira de Cónegos
- Armazém Popular de Tecidos – Viseu
- Alfredo Cardoso & C.a, L. da , construtores especializados de teares automáticos, mecânicos e outras máquinas para a Indústria Têxtil – Porto
- Fábrica de Tecidos de Sequeirô – Santo Tirso
- Fábrica de Tecidos do Talegre, especialidade em panos alinhados e abretanhados – S. Martinho do Campo
- Companhia de Seguros Tranquilidade, onde está segurada a Fábrica de Fiação e Tecidos "A Flor do Campo, L. da da" – Porto e Lisboa
- Francisco Pereira de Moura & C.a L. da, fabricante das acreditadas marcas da linha de algodão "Campino" e "Paris" – Porto

- Algodoeira Portuense, L. da, representantes da British Nylon Spinners, L.da e importadores de algodão em rama e fibras têxteis, artificiais e sintéticas – Porto
- Companhia de Seguros Fidelidade – Porto
- Augusto pereira Moreira Garcia, construtor civil – Vila das Aves
- Alberto Batista, fábrica de tecidos de algodão especializada em Vichys e artigos de África – Vila das Aves
- Companhia de Seguros Ourique – Lisboa e Porto
- Electro-Universal – Matosinhos
- Sociedade de Perfumarias e Produtos Químicos. L. da, importadores de drogas e produtos químicos para a indústria - Porto
- Drogaria Moura, L. da, produtos químicos e farmacêuticos, drogas e produtos industriais – Porto
- Francisco Ribeiro, armazém de tecidos de algodão – Leiroz, Lustosa, Lousada
- Chrispim Correia Pinto, acessórios têxteis – Porto
- Figueiredo, Paiva & Barros, L. da, fábrica de gômas – Porto
- Bento dos Santos Costa & C.a L. da, tecidos de algodão, malhas e atoalhados – Guimarães
- M. P. Ferreira Leite, artigos de algodão – Guimarães
- Textilina, L. da, exportadores de têxteis para o estrangeiro (fios de algodão e fibrana, tecidos de algodão e fibrana, crus, fios tintos e tecidos estampados de toda a classe) e províncias ultramarinas 8tecidos de algodão, etc. para europeus e indígenas) – Lisboa
- Cunha & Pinto, L. da, armazéns de fazendas – Porto
- Hitzemann & C.a L. da, máquinas de fiação, tecelagem, branqueação, tinturaria, acabamentos e todos os acessórios para as indústrias têxteis – Porto
- Jaime da Costa, L. da, mecânica e electricidade para todas as aplicações – Porto e Lisboa
- Sociedade de representações LISBAFRO, L. da, exportadores para África de Tecidos de Algodão e Malhas – Lisboa
- Miranda, Carrondo & Ferreira, armazém de fazendas – Porto

- Tipografia Vizelense – Vizela
- Adelino Marques Pinto, Limitada, importação de Algodão em Rama – Porto e Matosinhos
- Companhia Hidro-Hilectrica do Norte de Portugal, CHENOP – S.A.R.L.- Porto
- José Luís Pires, agente exclusivo da Fábrica de Fiação e Tecidos "A Flor do Campo, L.da" – Guimarães
- Algodões F. Rocha Gonçalves – Porto e Matosinhos
- Angelo Coimbra, anilinas, drogas e produtos químicos – Porto
- Armazéns Alves Viana, de fazendas brancas – Porto
- Ribeiro & Miranda, L.da, fazendas, malhas, caximiras, miudezas, etc.- Porto
- Gilberto Lima, L.da, agente em Portugal dos famosos teares "Saurer" que fazem parte do moderno equipamento da importante Fábrica de Fiação e Tecidos "A Flor do Campo, L.da" – Porto
- Orgânica, anilinas e produtos químicos, S.A.R.L., oferece anilinas e produtos auxiliares, drogas e produtos químicos, matérias plásticas artificais , resinas sintéticas, etc. – Porto e Lisboa
- QUIMICOR, S.A.R.L., com uma vasta gama de produtos auxiliares para a indústria têxtil – Porto e Lisboa
- DELLE, ateliers de constructions electriques de la Compagnie Generale d'Electricité de Paris, com a instalação de postos de transformação – Porto e Lisboa
- OLIVETTI, a maior organização europeia de máquinas de escritório, contando-se entre as empresas a quem fornecem materiais a Fábrica de Fiação e Tecidos "A Flor do Campo, L.da" – Porto
- Sociedade de Empreendimentos Mecânicos Luso-Suiça, L.da Sels, representantes das seguintes marcas que colaboraram no apetrechamento da Fábrica de Fiação e Tecidos "A Flor do Campo, L.da":

- VITS – Elektro G.m. b. H. – Langenfeld (Alemanha), com râmulas e secadeiras têxteis

- Dr. – Ing. Heinz Mahlo – Saal / Donau (Alemanha), com aparelhos electrónicos de control têxtil

- Max Goller – Schwarzenbach / Saale (Alemanha), com foulards para tinto e acabamento

- Callebaut – De Blicquy S.A. – Bruxelas (Bélgica), com máquinas de tingir a alta temperatura

- A.J.Maia e Silva, Filho & C.ª L.da, importadores de algodão – Porto
- A.Poppe, L.da, importadores de algodão de todas as procedências (agentes de firmas dos EUA e do Egipto) – Porto
- Fábrica de Tecidos da Cruz de Pedra, L.da – Guimarães
- Fundição de Ermesinde, oficinas metalúrgicas – Ermesinde
- Fábrica de Tecidos de Algodão da Devesa – S. Martinho do Campo
- Empresa Continental de Tecidos, L.da, armazém de tecidos de algodão e tapeçarias – Viseu
- Franscisco dos Santos Justo & Filho, armazém de tecidos – Santarém
- Fazenda & Marques, L.da, importadores e exportadores de produtos têxteis – Matosinhos e Lisboa
- Fábrica de tecidos da Cortinha, especialidade em colchas de algodão e seda, panos alinhados, brancos e em cor – Moreira de Cónegos
- Joaquim Moreira dos Santos, móveis, madeiras aglomeradas Novopan – Rebordosa, Baltar
- Manuel Miranda Pedrosa, correspondente bancário, depositário de tabacos, fósforos e valores selados – S. Martinho do Campo
- Vitor Carvalho, L.da da, os melhores tecidos de algodão portugueses – Lisboa
- Fábrica de tecidos de Eiró, riscado Vichy – Santo Tirso
- Camilo L. Reis, armazém de tecidos de algodão – Guimarães
- M. Amorim Alves, agente central da Shell Portuguesa – V. Nova de Famalicão e Santo Tirso
- M. Cardoso, L.da, ferro, ferragens, máquinas e ferramentas – Porto
- Eduardo Pereira Pinto & F.os, fábrica de acessórios têxteis, mais de cem anos de experiência ao serviço da Indústria Textil – Porto

- Armazém de São Tiago, L. da, armazéns de fazendas brancas, lanifícios e camisaria – Braga
- H.C. Ferreira, L da, máquinas de arquear, arcos de aço, uniões, selos, precintos, etc. –Lisboa e Porto
- Almeida & Neves, L. da, papeis nacionais e estrangeiros – Guimarães e Porto
- Carlos Cardoso, produtos auxiliares para as indústrias têxteis e de curtumes – Porto e Lisboa
- Calçado Campeão Português – Lisboa, Porto, ...
- Empresa Industrial das Hortas, L.da, fábrica de tecidos – Guimarães
- Química Holandesa, Limitada – Porto
- Arauto, recauchutagem e vulcanização – Guimarães
- Ricardo Ferreira de Faria, ferro, ferragens e tintas, materiais de construção – Vila das Aves
- Compagnie Française des Matières Colorantes, sendo agentes depositários Joaquim Eduardo Alves & Filhos – Porto
- Est. A.J. Alves, máquinas e acessórios têxteis, motores eléctricos e moto-bombas, lubrificantes – Porto e Riba d'Ave
- Indústria Nacional de Produtos Químicos, L. da, produtos químicos diversos – Moreira da Maia
- Sociedade Têxtil de Vilarinho, L.da, fábrica de tecidos de algodão e linho, atoalhados turcos e panos brancos – S. Martinho do Campo
- Fábrica de Tecidos S. Roque, estabelecimento de fazendas e mistos – Lustosa, Lousada
- Ribeiro, Santos & C.ª L. da, armazém de fazendas – Porto
- Valadas, L. da, fábrica de correias e acessórios de couro – Porto
- A Gráfica do Ave – Riba de Ave
- Auto-Lis, de Paúl, Matias & Ferreira, L da – Guimarães
- Adriano de Almeida, fábrica de tecidos de algodão e seda – Guimarães
- Simão Matos, F.º & C.ª, armazém de fazendas – Porto
- José Machado de Almeida & Cª L. da, fábrica de tecidos de algodão e mistos – Gondar, Guimarães

- José Pedrosa & C.ª, armazém de fazendas, " O rei dos Cahenés" – Porto
- Bouchon & Irmão, L. da, com secção química e secção térmica, caldeiras automáticas, material para centrais térmicas, etc. – Lisboa e Porto
- Alberto Carlos da Cunha, tecidos de algodão – Fafe
- Manuel Geirinhas Ferreira, armazém de fazendas, com a especialidade de venda de artigos das Fábricas "A Flor do Campo" e de Santo Tirso – Santo Tirso
- Moura, Fernandes & c.ª, fazendas brancas – Porto
- Central Importadora, L. da, importadores de algodão em Rama – Portp
- José do Nascimento Loureiro, Sucr., L. da, armazém de fazendas – Porto
- Alves & Barbosa, fábrica de tecelagem e passamanarias – Crestuma e Porto
- Marques Pinto, Irmãos, L. da, importadores de algodão, fioco, ferros e madeiras – Porto
- Fernando Almeida & C.ª, armazém de tecidos de algodão – Guimarães
- Luís Marques Galamba, armazém de tecidos – Torres Novas
- Cotra Corporation – New York
- Lagos & Irmão, algodão em rama – Porto, Lisboa e Luanda
- Coats & Clark, L. da– Porto e Lisboa
- Francisco M. Coelho Lima, fábrica de tecidos de linho, algodão e seda da Cabreira – Pevidém
- Manuel Oliveira, Filhos, L. da, armazém de fazendas – Porto
- Sociedade de Fazendas, L. da – Coimbra
- Textilarbor, e Armando Borges – Porto
- Sociedade de Cristais, L. da, depósito de vidros e cristal em chapa – Porto
- Sonap
- Torres Novas, L. da, armazém de tecidos, fazendas, malhas e miudezas – Torres Novas
- Jorge Nunes Mendes da Silva, fabricante de camisas, calças e calções, com os famosos e mais variados "kakis" de "A Flor do Campo, L. da" – Lisboa

- Santos Costa & Irmão, importadores e armazenistas de drogas e produtos químicos – Porto
- Singer Sewing Machine Company, departamento industrial – Porto, Coimbra e Lisboa
- Sociedade de Importação Enrique Thumann – Porto
- Agência Comercial Santarém – Porto
- Electro-Portugal, L. da, todo o material e acessórios para soldadura eléctrica e oxi-acetilénica – **Lisboa**
- Tipografia das Aves – **Vila das Aves**
- Produtos Sarcol, L da, produtos químicos para as indústrias de tecidos de algodão, sedas, malhas, lanifícios, papel, tintas e vernizes, cortumes, etc. – **Porto**
- Fábrica de Malhas TEBE – **Porto**
- José Joaquim Martins, fabrico de panos brancos, atoalhados e colchas de algodão e seda – **Vizela e Porto**
- Química Hoeschst, L. da, importador-armazenista de anilinas, produtos químicos, fibras sintéticas e produtos para todas as indústrias - **Porto**

3. Meio século de vida!

3.1. Mudanças na vida do comendador Abílio Ferreira de Oliveira

É 25 de Abril de 1984, dez anos após a ***revolução dos cravos*** e a fábrica comemora meio século de existência!

A Revolução dos Cravos, que pôs fim a uma governação ditatorial e controladora de direitos elementares do indivíduo, bem como da própria economia, teve o condão de fazer uma transição para a democracia, para o desenvolvimento de um país de algum modo expectante. Foram momentos vividos com intensidade, até pelo facto da liberdade possibilitar uma postura diferente de vivências e expressões e igualmente mais genuínas. Foram, por outro lado, momentos de grande agitação no mundo laboral, quer em serviços públicos, quer em sectores como a agricultura e a indústria, em que se misturavam ideologias, valores e em que muitas vezes não se destrinçava de forma objectiva e clara o que de melhor e pior se fazia.

Carlos Pimenta, a propósito do período que considerou das rupturas (1974/1977) refere que "a rapidez da transformação social, era espantosa. As forças políticas apresentavam uma capacidade de acção muito mais importante e rápida, os discursos políticos escondiam as verdadeiras intenções. A realidade económica, em mudança, definia as classes sociais e as consciências conjunturais possíveis dos actores, mas a política comandava a situação e a dinâmica económica" (2002, p. 86).

No clima descrito pelo autor que acabamos de mencionar podemos dizer que muito "quentes" estiveram os verões de 1975 e 1976, envolvendo partidos em acérrimos debates ideológicos, a par de movimentações por parte de grupos mais radicais que utilizavam meios menos claros e ilícitos para atingir objectivos políticos. Este ambiente afectou a sociedade de uma forma geral e contrastava com a pacífica revolução de Abril de 1974.

Neste ambiente o comendador Abílio Ferreira de Oliveira, até então portador de uma vida honrada e imaculada vai ser posta em causa num processo ainda hoje com contornos obscuros: a rede bombista que operou no norte do país.

Desde 6 de Agosto de 1976 que surgiram algumas prisões associadas ao caso da rede bombista que actuava no Norte do País. No dia 8 tinha sido preso Joaquim Ferreira Torres, industrial e presidente da Câmara Municipal de Murça até ao 25 de Abril, mas também Júlio Regadas, agente da Subdirectoria do Porto da polícia Judiciária e o industrial de Santo Tirso, o comendador Abílio Ferreira de Oliveira.

No caso de Abílio Ferreira de Oliveira, O Comércio do Porto em artigo de 27 de Agosto desse ano faz referência ao possível motivo da sua prisão ao indicar que um vespertino da capital afirmou no dia anterior que "o inspector Regadas, da polícia Judiciária teria passado na fronteira armas no valor de um milhão de pesetas, as quais teriam sido pagas pelo industrial Abílio de Oliveira, também preso em Caxias", mas esclarece que esta versão é totalmente impossível de confirmar. Outras acusações estão relacionadas com o facto de Ramiro Moreira, um bombista considerado "frio e calmo" quando das acareações, ter recebido dinheiro do comendador (negado em tribunal pelo próprio Ramiro Moreira) e também o espoletar de uma bomba em s. Martinho do Campo que vitimou a mulher do técnico de fiação António Teixeira, militante do MDP/CDE, ele próprio e o filho que ficaram gravemente queimados, acusações refutadas pelo defensor do comendador, Dr. Abranches Ferrão.

Outro jornal nortenho, o Jornal de Notícias, assume um tom mais acusatório sobre este processo, dando uma cobertura quase diária sobre o desmantelamento da rede

bombista e da acareação dos indivíduos que foram presos. Faz referência à suspensão de Mota Freitas, 1º Comandante da PSP do Porto e também envolvido neste caso e que foi suspenso das suas funções, mas tece ainda as seguintes considerações sobre Joaquim Ferreira Torres e Abílio de Oliveira, respectivamente: "senhor de uma fortuna cuja origem não se conhece, Joaquim Ferreira Torres era um fascista notório que se promovia sobre a capa da benemerência" e "Abílio de Oliveira, industrial na zona de Santo Tirso, encontra-se igualmente preso. Todo o seu historial aponta para a antítese perfeita do progressista político". Quanto ao já mencionado atentado que vitimou a esposa de um antigo trabalhador da fábrica "A Flor do Campo" e que se avança com a afirmação de que terá rendido 30 contos aos seus subscritores viria s ser negada como já referimos pelo próprio Ramiro Moreira que afirma que o comendador "nunca lhe deu nada", o que serve de argumento ao advogado do comendador que coloca a questão: "ora se não lhe deu nada, a que propósito o comendador o mandaria deitar bombas?".

No decorrer deste processo, enquanto continuam investigações por todo o país para deslindarem o caso da rede bombista e chegarem aos seus autores, a situação de Abílio Ferreira de Oliveira sofre um revés com uma onda de solidariedade face a uma prisão sem factos provados de que estava a ser alvo. Cerca de 900 trabalhadores da fábrica enviam telegramas ao presidente da República, primeiro-ministro, presidente do Supremo tribunal de Justiça e ao Conselho de Revolução, com o intuito de esclarecer a situação de Abílio Ferreira de Oliveira, presidente do Conselho de Administração da Sociedade Têxtil "A Flor do Campo", em virtude de permanecer preso em Caxias sem se vislumbrar um desfecho a curto prazo, pelo que clamam por um clarificação urgente das acusações de que é alvo.

O Comendador Abílio de Oliveira esteve preso de 8 de Agosto a 25 de Setembro por presumível implicação no caso da rede bombista, sendo a sua libertação autorizada pelo juiz de instrução da PJM Dr. Dario Rainho, tendo estado na base desta decisão o facto de "haverem baixado de qualidade e de quantidade" os indícios que tinham levado à sua prisão, no entender do seu advogado. No dia 26 de Setembro saiu de Lisboa e passou por Fátima, local onde se encontrou com amigos mais íntimos, antes de seguir viagem para Santo Tirso, onde o aguardava uma recepção impressionante bem retratada nos jornais da época. O Jornal de Notícias do dia seguinte descreveu assim a sua chegada a Santo Tirso:

"Ao fim da tarde de ontem, chegou a Santo Tirso, de regresso a sua casa, o comendador Abílio Ferreira de Oliveira que, tendo sido preso, como largamente noticiamos, por suspeita de implicação nos atentados bombistas, veio a ser posto em liberdade do Forte de Caxias. Chegou e teve calorosa recepção, num perfeito ambiente de festa.

Milhares de pessoas acorreram às imediações do Palácio da Justiça e manifestaram-se entusiasticamente, querendo demonstrar a sua gratidão a um benemérito que, embora acusado de crimes da maior gravidade, nunca desmereceu no conceito de todos, pois, afirmou-se "nunca se creditou que tais actos fossem praticados por quem tanto fez pelo povo" .

A recepção, como descreve o mesmo jornal, foi deveras festivas, tendo soado foguetes e erguido estandartes por diversas instituições culturais e recreativas. Por entre aplausos da imensa multidão que o acompanhava ouviram-se então as palavras do comendador, afirmando que "repudiava tais actos bombistas e foi e é alvo de perseguições inexplicáveis".

O Jornal de Santo Thyrso relata a libertação do comendador e a sua chegada a casa, por entre uma multidão estimada nas quatro mil pessoas avolumada em frente ao tribunal e que o aclamavam como se um herói se tratasse. Este jornal transcreve as palavras proferidas pelo comendador do cimo das escadas do Palácio da Justiça, ilustrando um discurso inflamado:

"Não venho do exílio; venho da prisão de Caxias por onde passou muito boa gente desde o 25 de Abril; não fui preso por ser gatuno, assassino, bombista ou comunista; não mereço esta manifestação. Sou um trabalhador; comecei a trabalhar aos 12 anos e fiz quatro empresas; vivo para os meus operários; não frequento cafés e levanto-me às 8 da manhã; não sou capitalista, sou um trabalhador; meus queridos operários cá estou para trabalhar; estou emocionado e custa-me a falar; meus queridos operários muito e muito obrigado."

Para João Miranda, autor do artigo este momento significava o início do fim da situação criada à pessoa do comendador, uma vez que " a justiça ainda não lhe foi feita pois as calúnias dos caciques em Santo Tirso e em S. Martinho do Campo, como

o delegado sindical e membro da Direcção da secção têxtil de Santo Tirso, Domingos Pereira Ribeiro, um conhecido boémio antes do 25 de Abril e agitador...".

Em finais da década de setenta o comendador voltaria às boas graças da opinião púbica em geral, já que a nível local, e apesar do episódio narrado, parece-nos que tal nunca foi posta com veemência pelos seus conterrâneos. Por alturas do seu 74º aniversário (12 de Janeiro de 1979) o comendador Abílio Ferreira de Oliveira é alvo de uma homenagem em Vila Verde, acto que coincidiria coma inauguração de uma empresa diferente do ramo a que estava ligado, mas no qual se envolveria: a cerâmica. O Jornal de Santo Thyrso regista o acontecimento afirmando que "o pioneiro da indústria têxtil, comendador Abílio Ferreira de Oliveira, foi apoteoticamente homenageado no passado dia 12, na freguesia de Cervães do concelho de Vila Verde, a pretexto da passagem dos seus 74º aniversário natalício que coincidira com a inauguração da Cerâmica de Cerver, L da, grandioso complexo fabril que se levanta naquela freguesia".

O momento de homenagem serviu para enaltecer a obra desenvolvida pelo comendador, ao mesmo tempo que é reconhecida a iniciativa empreendedora numa freguesia que carecia postos de trabalho. A título de curiosidade refira-se que esta fábrica de cerâmica, mais propriamente de fabrico de tijolos utiliza tecnologia espanhola e portuguesa, tendo um espaço laboral de cerca 7 000 m^2 e com um forno de 114 metros de comprimento. A capacidade de produção atingia as 300 toneladas por dia.

3.2. A morte do comendador

Pelas treze horas do dia sete de Abril de 1982 ocorria a morte do Comendador Abílio Ferreira de Oliveira na sua casa de férias em Lagos, na freguesia de Almancil. A sua morte consternou a população de S. Martinho do Campo, mas também os meios industriais nortenhos, onde grangeou amizades e um certo destaque em função da pessoa que era e da sua obra. Para manifestar tal pesar as instituições locais colocaram a bandeira a meia adriça, uma vez que para além de grande empresário ficou igualmente conhecido pela sua generosidade.

Faleceu aos setenta e sete anos, legando um valioso património económico espalhado pelos distritos do Porto e de Braga, isto depois de todo um percurso que o levou da construção civil à grande indústria. No meio desse percurso ficaram as campanhas que o tentaram denegrir no período pós 25 de Abril, período em que

esteve preso, mas também os momentos da sua libertação com a sentença que o ilibou das acusações relacionadas com a rede bombista.

Num jornal de S. Martinho do Campo (n.º6, ano II), publicado a vinte e cinco de Maio e que como escreveu no editorial o seu director, Alfredo Gomes, serviu para se curvarem perante a memória do falecido, como preito da gratidão e respeito pela dor que invade os seus familiares, podemos acompanhar em relato os momentos do funeral, cujo féretro foi trasladado do Algarve para a Igreja Paroquial de S. Martinho do Campo, onde foi montada a câmara ardente.

O referido jornal relata assim o momento:

" Colocados ali os estandartes de várias associações, foi feita uma permanente guarda de honra pelos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso e milhares de pessoas por ali desfilaram durante a noite e até à hora do funeral.

Das exéquias fúnebres se encarregaram os Monges Beneditinos de Singeverga e alguns párocos, tendo presidido, D. Gabriel de Sousa, Abade Resignatário de Singeverga, que proferiu um eloquente e sentido elogio fúnebre, traçando as várias facetas da vida do defunto que fora seu amigo e confidente e apontando-o como verdadeiro exemplo de trabalho e exemplar chefe de família."

A urna que se encontrava coberta pela bandeira de "A Flor do Campo" foi transportada aos ombros pelos filhos e netos do comendador, sendo acompanhado por um impressionante número de individualidades, algumas das quais em representação de instituições, como se passam a mencionar:

- Mesa Directiva da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, Eduardo Manuel da Silva Rocha (Conselho de Gestão do BPA), Direcção do futebol Clube do Porto, Dr. António Cruz (Prof. Cat. Da FLUP), Eng.º Sampaio Morais, Dr. Juiz António Archer Leite, Eng.º Joaquim de Oliveira Amado Braga, António Carlos Magalhães Fernandes Pato (Crédito Predial Português), Eng.º Fernando Oliveira, Capitão Abílio Fernandes Mariz (Comandante Distrital da GNR), Juiz Desembargador Dr. Manuel Lopes (Relator do Supremo Tribunal Militar), Dr. Manuel Alves de Aguiar Pinto, Dr. Germano da Silva Pimenta, Dr. Rui de Carvalho e Cunha Fortes da Gama (Conselho de Gestão do BNU), Eng.º Augusto Ferreira da Cunha, Dr. José Maria de Sousa Pereira, José Eduardo Pedrosa Machado, Eng.º Manuel de Oliveira Assoreira, José Fernando da Silva Pereira Vaz (BESCL), António Augusto Alves Monteiro, Luís dos Santos

Gouveia (Subinspector da PJ do Porto), Eng.º José Fernando Pinto Barbosa, Dr. Camilo Cimoudain de Oliveira, Dr. Fernando Alberto da Cruz Vilaça, Adalberto Manuel da Fonseca Neiva de Oliveira (Administrador de "O Comércio do Porto"), Dr. António Jorge Gonçalves Afonso, Artur Cupertino de Miranda, (Presidente da Administração do BPA), Comendador Manuel Maria de Castro Alves, Alberto Augusto de Castro pinto Félix, Conde de Riba de Ave, Cônsul da Grécia, Johanes Minnemann (Administrador da Bayer), Dr. Luís Filipe V. da Mota Freitas (Conselho de Gestão do BB&I), Nuno de Carvalho (Cônsul do Japão), Juiz Conselheiro Dr. Augusto Azevedo Ferreira.

Pelos ramos deixados confirmaram-se ainda as seguintes presenças:

- Pessoal Docente do Liceu Nacional de Santo Tirso, Empresa Cerâmica de Cervais, Família de Rodrigo Leite, Sociedade Têxtil da Cuca, Lino António Nogueira, Funcionários da Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, Eng.º José da Costa Oliveira, Juiz Conselheiro Dr. Augusto Azevedo Ferreira e esposa, José Machado de Almeida & C.ª L.da, Sociedade Comercial Carlos Farinha L.da, Alberto Augusto Fleming, Pinto Félix, Ivo Coelho Teixeira Araújo, Narciso Fernando da Cunha, Joaquim Francisco Ferreira, Comissão Fabriqueira e Conselho Paroquial de Landim, Pessoal Administrativo da Mantex,- Empresa de Confecções, SARL, Philip Harrison (CETEX), Afihada Linda Rosa, Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Empresa do Cine Teatro de Santo Tirso, Esperança Odete da Silva Cunha Linhares, Trabalhadores do 1.º turno e turno normal da Soc. Têxtil da Cuca, L.da, José Machado de Almeida, Maria Raquel Machado da Silva Moura, Banco Português do Atlântico de Santo Tirso, Joaquim dos santos Oliveira (Conselho de Gestão do BPA), Serafim Fernandes Neto Guimarães, Sociedade Cinematográfica Alfas, L.da, Utentes do Lar José Luís de Andrade, Direcção da Casa de Beneficência Dias Machado, Administração e Colaboradores da sociedade Distribuidora de Máquina do Norte, L.da, Administração e Colaboradores da Transformação Industrial de Máquinas do Norte, L.da, Administração da Sofil- Sociedade de Fiação de Vizela, Empresa Industrial das Hortas, L.da, Grupo Folclórico de S. Martinho do Campo, Filmes Lusomundo, SARL, Pessoal da Sofil – Sociedade de Fiação de Vizela L.da, Concha Azul, Pessoal da Fábrica de Fiação e Tecidos da Ponte da Pedra, L.da, Augusto Vasco Pereira de Lima, Loisik Pires – Transportes Internacionais, Pessoal do Gabinete Técnico da Mantex- Empresa

de Confecção SARL, Artur da Fonseca Mota Freitas, José Manuel Fernandes da Fonseca, Trabalhadores do 3º turno da Sociedade Têxtil da Cuca, L.da, Maria Adelina Ferreira de Oliveira, Empregadas da Residência Casal de Pereiras, Agostinho Mantas e Victor Sousa, Basílio Horta, Empregados de Escritório da sociedade Têxtil da Cuca, L.da, Administração da Mantex – Empresa de Confecções, SARL, Direcção Comando e Corpo Activo dos Bombeiros Voluntários Tirsense, Maria Mimosa Silva, Odete Fernanda Oliveira Miranda Pedrosa, Pessoal da Secção de Confecção da Sofil – Sociedade de Fiação de Vizela, L.da, José de Feitas Abelheira, Carlos Domingos Alves Pereira, Rui Alberto Coimbra Pimenta Machado, Sociedade Têxtil Flor do Rio, L.da, Pessoal da Fábrica de Fiação e Tecidos da Ponte da Pedra, L.da, Mesa Directiva da Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, Irmão Sampaio Morais, L.da, Eduardo Manuel da Silva Rocha (Conselho de Gestão do BPA), António Carlos de Magalhães Fernandes Pato (Crédito predial Português) e Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora.

Uma presença predominante neste funeral, até pelos ramos acompanhados com os habituais cartões de pêsames que os identificam, estão os diversas secções da Fábrica Narciso Ferreira de Oliveira & Filhos L.da, pertencente ao filho do falecido e que se passam a indicar:

- Direcção da Fábrica, Pessoal da Tecelagem, Pessoal da Fábrica, Pessoal da Fiação, Pessoal da Engomadeira, Pessoal do Armazém Geral, Pessoal do Armazém do Fio, Pessoal de Escritório, Pessoal das Remetedeiras, Pessoal da Urdisságem, Pessoal da Serralharia, Pessoal de Acabamentos, Pessoal da Construção Civil, Pessoal do Planeamento e Pessoal do Armazém de Tecidos.

Num artigo de jornal publicado a 25 de Maio de 1982 e intitulado "Um Homem de S. Martinho", D. Gabriel de Sousa acaba por sintetizar a sua vida numa alocução latina de Horácio (Odes, 3,6, 30) que diz "non omnis moriar", no sentido que não morre de todo aquele que deixa uma certa obra e que à sua morte sobreviverá. E isto serve de pretexto para lhe dirigir as seguintes palavras elogiosas: " e se ***as árvores morrem de pé***, mas morrem, ***a oliveira não morre***, dizem os botânicos, perante exemplares de 4.000 anos e mais. OLIVEIRA não morre". Desta forma procurou mostrar que a personalidade plurifacetada do comendador se afirmou no seu labor construído degrau a degrau e por isso mesmo fugiu a uma certa banalidade da vida. Na altura da sua

morte, depois de ter passado por um período difícil em dado momento da sua vida não muito recuada, conseguiu manter um percurso que do nada chegou ao muito, exactamente numa época em que outros do muito chegavam ao nada...

3.3. A situação da empresa

No início dos anos sessenta, Portugal continuava a ser um país com um certo grau de pobreza, no contexto dos outros países da Europa ocidental. Mesmo assim, Portugal tinha, no início desta década, uma estrutura industrial mais moderna, mesmo sendo ainda um país essencialmente agrícola. E o facto dos produtos não serem ainda muito competitivos a nível internacional e o estreito mercado interno que possuíamos não possibilitou outro grau de desenvolvimento.

No sector secundário as indústrias têxtil, de madeira e de cortiça, eram, nesta época, as que apresentavam maior pendor exportador, o que se verifica também na "Flor do Campo".

Em meados da década de sessenta verificamos que a "Flor do Campo" passou das duas centenas de teares mecânicos para 650 teares automáticos perfeitamente instalados, sabendo-se que 500 eram marca Saure e estavam instados num salão e 150 sem lançadeira marca MAV encontravam-se noutro salão. Possuía 25.000 fusos de fiação média marca Plat (inglesa) e com máquinas Wintin (americanas) e ainda uma fiação grossa para aproveitamento de desperdícios com 2.500 fusos também ingleses. Acresce ainda referir que era política de Abílio de Oliveira possuir as melhores condições e maquinaria na sua fábrica e como ele dizia "onde via umas máquinas que me fossem vendidas em regimen de exclusivo já não as largava mais".

Também por esta altura a fábrica possuía uma secção de tufados (tecidos para colchas, robes, etc.) sendo a única em Portugal. Possuía ainda uma das maiores secções no fabrico de veludos canelados ou seja bombazines, também ela em regime de exclusividade e considerada na altura a maior da Europa, isto segundo o ponto de vista da empresa.

A "Flor do Campo, L.da " alcança nos anos sessenta o estatuto de primeira fábrica do norte do país em que o algodão chega em fardos e é exportado em artigos manufacturados. A fiação, a tecelagem, as secções de tinturaria de fios e tecidos e a de acabamentos caracterizam-na como uma estrutura de cariz vertical, cujo culminar de todo esta estratégia empresarial é atingida pelo valor da sua produção. A título de

exemplo esclareça-se que só para os Estados Unidos eram vendidos 1,100 milhões de metros mensais de um tecido referenciado como Gingme, uma popeline fina.

Mas os anos sessenta trouxeram também algumas dificuldades à "Flor do Campo" e aos têxteis portugueses. Abílio de Oliveira recorda que no tempo em Kennedy se preparava para ser eleito, ainda durante a campanha eleitoral e para captar os votos dos industriais californianos prometeu tomar medidas sobre a concorrência estrangeira na área têxtil. Veio então a Portugal uma comissão americana composta por cinco industriais que se encontrou com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, que nessa altura era Franco Nogueira. Das negociações, às quais o próprio Abílio de Oliveira assistiu, ficaram apenas acordadas 500.000 jardas que Portugal podia exportar para os Estados Unidos, quando a "Flor do Campo" fabricava 1.500.000 por mês, o que colocava em perigo este mercado.

Mesmo em tempo de dificuldade as soluções podem surgir. Abílio de Oliveira foi por esta altura aos Estados Unidos da América onde contactou com um cliente, a Biltmore Textile C.e, , analisando a situação e acertando pormenores sobre a possibilidade de montar uma confecção, indo assim os tecidos já confeccionados. Mesmo antes de regressar acordou com uma companhia, a Marbore Chester Company, o fornecimento de 100.000 dúzias de camisas por mês, números mais específicos dava 1.200.000, cerca de 50.000 por dia.

Regressando a Portugal e passado algum tempo dirigiu-se a Paris onde se realizava uma feira de máquinas para confecção, tendo encomendado máquinas para instalar 12 linhas de montagem, fabricando cada uma 3.000 camisas por dia, o que perfazia 36.000 camisas diárias. Para concluir o processo faltava a construção de uma fábrica, o que viria a acontecer bem perto da estrada que liga o Porto à Póvoa de Varzim, numa bouça em frente ao restaurante Lidador, cujo terreno com 27.000 m^2 foi adquirido por 1.200 contos a um tal sr. Ramalhão.

A "Flor do Campo, L.da " teve assim a sua continuação a nível de indústria de confecção ao nascer a Mantex – empresa de Confecções, SARL, pertença quase na sua totalidade com o capital da primeira. A Mantex fabricava camisas, pijamas, blusas, saias para senhora e fabricava ainda em exclusivo as calças e casacos de veludo marca "Miura". Nesta fábrica, considerada uma das maiores do norte do país no ramo da confecção, trabalhavam cerca de 800 pessoas do sexo feminino e 100 do sexo masculino. Abílio de Oliveira tinha observado o local onde foi implantada a fábrica e

constatado que na zona de Angeiras, Lavra e Perafita havia muita mão-de-obra feminina e jovem disponível.

Entre os ditados populares há um que diz "não há duas sem três" e foi o que aconteceu com o número de empresas geridas por Abílio de Oliveira. Querendo seguir um pouco as pegadas do pai, o filho Narciso Fernando Ferreira de Oliveira comunicou-lhe que tinha comprado um alvará para montar uma fiação e como ele mostrou algum desagrado, uma vez que havia já património suficiente para o filho se dedicar, Narciso Oliveira ter-lhe-á dito que o seu sogro e o tio Carlos, ambos proprietários da firma Carlos Marques Pinto & Sobrinho L.da , importadores de rama de algodão situados na cidade do Porto, seriam os seus financiadores. Refira-se que Narciso Fernando Ferreira de Oliveira tirara o curso de engenharia em Manchester.

O negócio complicar-se-ia pois os dois financiadores alertaram Abílio Oliveira para o facto de ser necessário 20% do valor total das máquinas compradas e eles não se mostraram disponíveis para tal. Vendo um pouco a situação complicada e depois de ter dormido sobre o assunto, Abílio de Oliveira haveria de montar a Sofil, Sociedade de Fiação de Vizela, Ld.ª, com a condição de corresponder 50% do capital para cada um dos filhos, Narciso e Maria Fernanda, já que segundo palavras do pai um tostão que tivesse seria cortado a meio sendo metade para cada um deles. Passados dois ou três anos desentendimentos levaram a que a fábrica ficasse só para Narciso Fernando, tendo Abílio de Oliveira compensado a filha com 1.2000.000$00.

Falando de uma quarta fábrica, a Empresa Industrial da Cuca, Ld.ª, também esta seria adquirida por Abílio de Oliveira, por proposta do Presidente da Caixa Geral de Depósitos, instituição que possuía um certo crédito da empresa. Abílio de Oliveira possuía já uma quota na referida empresa e quando soube que o crédito era de 10.5000.000$00 mais 2.000 contos de juros em atraso mandou logo ir um cheque da "Flor do Campo" para o hotel onde se encontrava em Lisboa, pagou os juros e fez a escritura. Comprando os créditos a outros credores e a bom preço (25% do seu valor), Abílio de Oliveira chegou a ter quase 95% do valor da ex-empresa da Cuca.

Dando continuidade a este negócio deixou que o Tribunal de Guimarães resolvesse vender o património que era da fábrica (um bairro com 18 casas, uma quinta anexa e uma central, a de Espinho, com o nome de Sociedade do rio Vizela, Ld.ª) indo tudo à praça por 22.000 contos. O oficial esteve cerca de três horas a leiloar mas ninguém teve o arrojo de oferecer mais, até porque notou-se a presença de Abílio e Oliveira. Havendo lugar a uma segunda praça com uma redução de 50%, o valor

passaria para 11.000 contos e o comendador licitaria por mais 50 contos, arrematando o referido património por 11.050.000$00.

Após este negócio ainda pensou em vender a Empresa da Cuca, mas um entendimento em família levou a que Abílio de Oliveira entregasse esta empresa a Abílio Jorge, filho mais novo e fruto do segundo casamento do comendador (a mulher ficaria com 25, ficando as outras duas (Mantex e Flor do Campo) para os dois filhos do primeiro casamento, Narciso Fernando e Maria Fernanda, ficando mais tarde a Mantex para o primeiro e "A Flor do Campo" para a segunda.

Os destinos das fábricas adquiridas e montadas pelo comendador Abílio Ferreira de Oliveira estavam assim definidos, parecendo que o trabalho de uma vida teria uma continuação natural na pessoas dos seus três filhos. Mas o comendador passaria ainda por situações marcantes, como marcantes foram também os anos setenta.

No ano a seguir ao 25 de Abril, o sector têxtil, outrora uma das referências nacionais, começa a dar sérios sinais de crise. O jornal semanário da Intersindical, dirigido por Avelino Gonçalves publica nas páginas centrais um artigo intitulado "Crise na indústria têxtil" e que no seu desenvolvimento esclarece que "a situação da indústria têxtil põe-se em termos de crise, que já levou 50 000 trabalhadores ao desemprego, num sector que emprega 300 000 operários divididos pelo têxtil laneiro, algodoeiro e vestuário. Não obstante a gravidade da situação, não vemos da parte do Governo tomadas de posição consequentes". Para além da constatação da situação da indústria têxtil (recorde-se que na altura a dependência do estrangeiro a nível de importação de matérias-primas cifra-se nos 70%, sendo igualmente dependente do estrangeiro a colocação de produtos manufacturados e que alcança os 65%), a crítica à governação (socialista) está bem visível e espelham um momento muito próprio da política e da economia nacionais.

Ao chegarmos ao final da década de setenta a região situada no triângulo dos municípios de Santo Tirso, Famalicão e Guimarães continua a ser o principal pólo industrial da indústria têxtil nacional. Só na freguesia de S. Martinho do Campo, onde situamos o nosso estudo ascende a mais de cinco milhares o número de trabalhadores neste sector industrial, englobando gente de S. Martinho e das freguesias limítrofes, mas também outras pessoa oriundas de outros concelhos, numa área geográfica que se estende ao triângulo composto pelas cidades do Porto, Braga e Guimarães.

Em 1978, por exemplo, num artigo de jornal podemos observar uma referência a S. Martinho do Campo reconhecendo que das maiores exportadoras de têxteis

portuguesas cinco são empresas com fábricas nesta freguesia, que são ao mesmo tempo cinco das maiores empresas exportadoras nacionais e a Flor do Campo era uma delas.

Dois anos mais tarde deflagraria um violento incêndio com avultados prejuízos, mas os postos e trabalho (mais de mil) ficaram assegurados.

Já nos anos oitenta, um conjunto de problemas e desafios decorrentes de uma realidade socio-económica diferente e acelerada em todo o Mundo, logo também no espaço europeu, no nosso país e na região do Vale do Ave. Portugal entra na Comunidade Europeia e assiste-se ao fluxo de fundos comunitários em diversos sectores da economia. Por outro lado, a economia mundial está em mutação, assistindo-se à reestruturação das principais economias do planeta, concretamente a dos Estados Unidos, mas também à ascensão da bacia do Pacífico como região em crescimento económico e à libertação política e económica da Europa de Leste.

A situação descrita e a própria evolução da Comunidade Económica Europeia para União Europeia são alguns dos factores mais marcantes nesta década e inevitavelmente com reflexos no panorama socio-económico nacional e concretamente na região do Vale do Ave. A modernização que se impunha para acompanhar um mundo em mudança e a forte concorrência dos mercados de Leste e do Oriente faz-se notar mas a par de alguma instabilidade no sector têxtil e de alguns problemas laborais, concretamente o desemprego. A Flor do Campo e outras fábricas de grandes dimensões sentiram de perto estas dificuldades.

A terminar este item gostaríamos de esclarecer e fundamentar o facto de não serem incluídos dados estatísticos específicos de produção sobre as décadas de setenta e oitenta, pelo facto de a empresa não possuir um arquivo organizado que tivesse facilitado o trabalho de investigação. Por outro lado, grande parte da documentação da época encontrava-se numa dependência exterior que sofreu problemas de infiltrações, que motivaram estragos irreparáveis em algumas fontes e a total destruição da maior parte. Há a acrescentar a conturbação político-social que marcou estas décadas.

3.4. As notícias nos jornais

Ao chegar aos cinquenta anos de vida, a fábrica, tendo agora à sua frente D. Fernanda Ferreira de Oliveira, filha do comendador Abílio Ferreira de Oliveira, parece continuar num bom percurso laboral e financeiro, disso dando conta os jornais da

época. Dois dias após as comemorações o Jornal de Santo Thyrso enaltece este acontecimento com as seguintes palavras: "hoje a Flor do Campo continua a sua carreira brilhante tendo à sua frente a Exmª Srª D. Fernanda Ferreira de Oliveira que, de todas as melhores qualidades, tem tornado ainda maior a fábrica que seu saudoso pai fundou. A Câmara Municipal de Santo Tirso, tendo em consideração os altos serviços que tem prestado ao concelho e ao país, condecorou, por deliberação de 12 de Abril do ano corrente, a Sociedade Têxtil "A Flor do Campo, SARL", com a Medalha de Honra, de Ouro, do concelho".

Ainda no mesmo jornal, o jornalista Alfredo Gomes relata a grandeza das comemorações deste cinquentenário da fábrica. Começa por recordar que "a freguesia de S. Martinho do Campo esteve em festa para comemorar o cinquentenário de "A Flor do Campo" , uma das maiores e florescentes empresas do ramo têxtil, no concelho de Santo Tirso e que distribui o pão por mais de 1400 famílias, incentivando o progresso em toda aquela vasta região que depressa trocou o arado pelo matraquear de portentosas máquinas industriais". Algumas ideias-chave são aqui bem expressas no artigo de jornal e que correspondem a um sentimento ainda hoje constatável entre as pessoas:

- a "Flor do Campo" foi um empresa que teve o condão de fazer a transição do trabalho agrícola para o industrial, empregando um número considerável de trabalhadores e tecnologia sempre que possível inovadora;
- pelas características referidas funcionou como um exemplo a seguir na freguesia e na região, impulsionando a iniciativa privada e o surgir de outras empresas do ramo;

No que diz respeito às comemorações propriamente ditas, que em parte podem ser observadas em algumas das muitas fotografias a que tivemos acesso e que se encontram identificadas como conjunto n,º 3 do ***anexo K***, as mesmas contaram coma presença de entidades como o presidente da Junta de Freguesia, sr. Benjamim Martins Rodrigues, o presidente da Câmara Municipal, Dr. Ferreira Couto, o Abade Resignatário de Singeverga, D. Gabriel de Sousa e o pároco da freguesia, D. Lourenço da Silva. Estiveram igualmente presentes o presidente do Conselho de Administração da Empresa, o Governador Civil e o Secretário de Estado do Emprego.

Num acto simbólico efectuou-se uma romagem ao cemitério da freguesia, onde foi descerrado um busto com lápide em bronze no jazigo do fundador da empresa, acto sempre comovente até pelas palavras proferidas pelo representante dos trabalhadores, o sr. Carlos Monteiro, tendo-se seguido uma largada de centenas de pombos efectuada pelo Centro Columbófilo Campense. A seguir, junto à piscina realizou-se um acto oficial protagonizado pelo presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso e pelo presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho do Campo que procederam à inauguração da Rua "A Flor do Campo", em homenagem ao seu fundador, tal como se ouviu pelas palavras de circunstância proferidas pelo presidente da edilidade tirsense. O jornal de santo Thyrso faz ainda referência à festa que durou até ao fim do dia, "um maravilhoso acto de variedades, onde actuaram António Sala, Carlos Paião, Cardinal, as "Doce" e, a encerrar, o Grupo Folclórico de S. Martinho do Campo".

3.5. As comemorações oficiais das Bodas de Ouro

Em 25 de Abril de 1984 a fábrica "A Flor do Campo, L.da " , então designada por "Sociedade Têxtil «A Flor do Campo» S.A.R.L." comemora as Bodas de Ouro, motivo mais do que importante para que se efectuasse uma programação especial. Uma das marcas dessa comemoração pode ser observada no átrio principal da fábrica, onde estão colocados os bustos do comendador Abílio Ferreira de Oliveira e da primeira esposa, D. Maria da Conceição Ribeiro de Oliveira (fotografias 9 e 10), voltados para a porta de entrada dos serviços administrativos, antes do arranque das escadas que nos conduzem ao andar superior.

Fotografia n.º 9
Busto em bronze do Comendador Abílio Ferreira de Oliveira

Fotografia n.º 10
Busto em bronze de D. Maria da Conceição Ribeiro de Oliveira

Assim sendo, a comemoração do cinquentenário da fundação passou por três momentos distintos mas com um certo fio condutor: primeiro realizou-se um acto simbólico no cemitério paroquial, depois seguiu-se uma intervenção junto à secção de pessoal e a concluir efectuou-se a sessão solene que foi iniciada com um discurso de abertura. Das intervenções tivemos a possibilidade de ter acesso aos discursos manuscritos (excepto o de Abílio José Almeida Costa que encerrou a sessão solene e que está escrito à máquina) dos protagonistas destas comemorações e com correcções dos próprios.

Junto ao jazigo da família do senhor comendador, no cemitério paroquial de S. Martinho do Campo, sito no terreno contíguo à Igreja Paroquial e ao Salão Paroquial, duas obras a que o próprio comendador estava intimamente ligado, ora por contribuições na sua manutenção e conservação (igreja) ora pela sua edificação (salão paroquial).

O autor do discurso, Carlos Manuel Pereira Monteiro, um dos mais antigos funcionários da empresa, começa por referir que neste aniversário todos os que

conviveram com o comendador facilmente se curvariam perante a sua memória, mas para aqueles que não contactaram tão de perto com ele, mas que o conheciam como benemérito e homem de negócios é talvez importante que ficassem a conhecer melhor a faceta de industrial, uma vez que o comendador era um "conhecedor profundo de todos os segredos da Indústria, especialmente têxtil, conseguis distinguir as anomalias em cada sector, com perspicácia invulgar" , e para além disso investia no momento exacto , e não descurava esse investimento sem que o êxito estivesse assegurado".

No carácter de industrial, considerava o fundador da fábrica uma pessoa que sabia incutir um espírito de camaradagem e amizade, mas era igualmente exigente e por vezes duro, sem contudo ser justo e humano. Nas palavras deste orador recordou-se ainda o grande desejo que o falecido comendador tinha em estar presente nestas comemorações, até pelo orgulho que tinha pela fábrica e pelos seus trabalhadores.

Junto à secção de pessoal duas intervenções vão caracterizar estas comemorações, sendo a primeira de Abílio Jorge Leite Almeida Costa, um funcionário muito estimado da empresa e que preparou estas iniciativas integradas nas Bodas de Ouro (foi ele que possibilitou o acesso aos textos sobre esta temática e que pontualmente transcrevemos), sendo o segundo da filha da actual proprietária da fábrica, D. Maria Fernanda Ferreira de Oliveira e que nos possibilitou o estudo para a elaboração desta tese.

Começando então pelo discurso do sr. Abílio Costa, este começa por fazer referência ao fundador da fábrica, ao seu desejo de partir para a batalha da qualidade, depois de já ter vencido com a ajuda dos trabalhadores a batalha da produção. Introduziu assim no seu discurso a temática da competência e da audácia que associadas à vontade de vencer possibilitam outras perspectivas de desenvolvimento. A referência seguinte é naturalmente para a Presidente do Conselho de Administração, D. Fernanda Oliveira, senhora com a mesma vontade de seu pai, que pretende conduzir os destinos da fábrica para bom porto, mas que em trato é ainda mais afável, mais amiga e disponível para as pessoas e para os desafios.

Em seguida o discurso dirige-se para uma temática já desenvolvida por nós quer neste capítulo quer no anterior e que se prende com os reflexos que "A Flor do Campo" tem no meio envolvente. A este propósito diz que "importa salientar, que esta homenagem assume a dimensão de uma grande confraternização que extravasando os limites físicos da Flor do Campo, se projecta numa vasta zona social, industrial e

económica que tendo a ver objectivamente connosco, não terá menos a ver com a nossa terra, o nosso concelho, em suma, com o nosso país".

O discurso continua depois com a função particular de fazer a ponte entre o passado e o projectar o futuro. Caracteriza a Flor do Campo como um permanente desafio mas que procura sempre o garante sólido do passado, daí que pensar nos 50 anos da fábrica é antes de mais para este orador "assumir a responsabilidade d e projectar e realizar as décadas seguintes".

Conclui a sua intervenção com uma sentida homenagem à actual Presidente do Conselho de Administração que de algum modo coincide com os registos que fomos anotando de várias pessoas de forma anónima. Dirige-se a ela nos seguintes termos: "senhora D. Fernanda, sei que feriria a sua conhecida modéstia se porventura evocasse aqui alguns pormenores do seu elevado espírito humanista". Mas não resiste em falar desse povo anónimo que podendo ser trabalhador da fábrica ou simplesmente alguém da terra é para ela motivo de preocupação quando a ela recorrem.

No discurso proferido por D. Fernanda Oliveira, para além da satisfação pelo reconhecimento público da obra fundada pelo seu pai, assistimos a um sentir colectivo do trabalho realizado. Vale a pena transcrever a parte inicial do referido discurso, logo após a abertura formal do mesmo:

> "As homenagens prestadas hoje e no Cemitério, os sufrágios por alma de meu Pai e Mãe, o reconhecimento do valor profundamente humano e social do Fundador desta Empresa, de que estamos a celebrar o seu cinquentenário, não satisfariam totalmente as minha e vossas intenções, sem o cumprimento do propósito de aliar àquelas homenagens a determinação honrosa de deixar gravada, aqui, na nossa fábrica, a inscrição do agradecimento à memória de todos os nossos empregados, a qualquer nível da sua categoria e aqueles que têm contribuído, com o seu esforço, dedicação e amizade, para o engrandecimento da obra, que é de todos nós.
>
> Se o meu coração de filha se deixa tomar pela imensa saudade de quem foi o mestre, o pai e o amigo fraternal – numa solidariedade entre irmãos, acima das relações entre quem dirige e quem deve ser dirigido -, por outro lado, um sentimento de mútuo amparo moral mo obriga ao reconhecimento do esforço colectivo de todos nós, unidos no trabalho, na realização contínua e assegurada da obra que meu pai iniciou para todos, com alegria e firme determinação, obrigando-nos à sua continuidade".

As palavras que se seguram, antes de evocar o nome de seu pai e de agradecer a presença dos que se juntaram às comemorações, faz ainda um reconhecimento público ao valor pessoal, técnico e de força de vontade de todos os trabalhadores da empresa, que considera um "exemplo social de uma unidade fabril, que para todos é motivo de orgulho, obrigando a defender a obra criada, na garantia de uma progressiva expansão".

A abertura da sessão solene é feita por Abílio Costa, realizada de forma sóbria e sintetizada em três pontos essenciais: a importância da fábrica que comemora 50 anos de progresso ao serviço de Portugal, eventuais ausências de pessoas que não alcançaram o verdadeiro significado destas comemorações e os agradecimentos para todos os que os honraram com a presença nas mesmas.

Em nome dos trabalhadores discursou o sr. Manuel Faria de Abreu , que começou por dizer que era sempre difícil fazer uma análise histórico-técnica da Flor do Campo, na medida em que reduzir à expressão mias simples uma empresa com 50 anos ao serviço da indústria têxtil nacional, ela que foi pioneira do desenvolvimento desse sector, apresenta-se de facto com dificuldades.

Na actualidade considera que a "Flor do Campo" tem no âmbito da indústria produtora portuguesa uma posição de relevo, quer pelo volume de emprego que proporciona, pelo quota de produção no conjunto da estrutura industrial ou ainda pelo peso das exportações na balança comercial. Elogiou o espírito de iniciativa do comendador que permitiu equipar a fábrica com maquinaria tecnologicamente avançada e praticar uma política comercial difícil de haver alternativa.

A nível de produção refere que começou a empresa iniciou-se a fabricar atoalhados, virando-se rapidamente para o fabrico de riscado forte e lenços de África, tendo conquistado durante anos os mercados de Angola e Moçambique. Diz que mais tarde a fábrica enveredou pelo fabrico de caquis, pano de lençol e riscados e mais adiante virou-se para o fabrico de flanelas e popelines já viradas para o mercado externo. Mais recentemente foi a vez dos tufados, as bombazines e os denins. No último caso, o "denim", já o comendador tinha falecido sem ver este sonho concretizado, que seria todavia finalizado pela sua filha.

Sobre o fundador da empresa afirma que o sr. Comendador "procurava pelos mais variados meios estar devidamente informado sobre a evolução tecnológica e sobre as necessidades do mercado, de forma a produzir artigos que tivessem a sua colocação

assegurada". Salienta ainda o facto de o comendador procurar dar um valor acrescentado aos produtos fabricados através de acabamentos de qualidade. A este propósito relembra: "recordo-me da mercerização dos lenços d'África e do seu "design", da ramulagem dos riscados "Zé Maria e Camponesa", que fizemos furos no mercado interno, da dobra de livro no pano de lençol Flor, Extraflor e Finaflor, marcado a letras douradas e embalado em papel celofane, o acabamento aveludado e ímpar na bombazina, etc., etc.".

É curiosa a reflexão que faz a seguir a propósito da situação da indústria têxtil na primeira metade dos anos oitenta. Refere que há já alguns anos que a crise afecta o sector e esta região em particular, na medida em que a têxtil é a actividade forte neste meio essencialmente fabril. Afirma que não é novidade para ninguém o encerramento de algumas fábricas e o consequente desemprego no sector. Diz ainda que as empresas enfrentam nos seus mercados habituais, tanto dentro como fora da comunidade, uma concorrência cada vez mais viva. Mas vai mais longe na análise ao dizer que "a indústria têxtil não sofre somente os efeitos da concorrência internacional e da crise económica em geral, sofre muitas vezes de uma gestão tradicional e muito pouco orientada para a inovação, vingando quase sempre os vícios inerentes à má organização e gestão ou o "sempre foi assim...".

Orientando em seguida as suas palavras para o futuro e alertando para o facto dos investimentos serem muitas vezes pesados e pouco subsidiados, o que implicava gastos financeiros elevados, para além da aquisição de equipamentos a que não era m muitas vezes retiradas as devidas potencialidades, o sr. Manuel Faria Abreu esclarece que a Flor do Campo dispõe de alguns trunfos para enfrentar desafios futuros, que ele próprio enumera:

"1º - um mercado europeu e americano com mais de 500 milhões de consumidores, cujo nível de vida e de procura deverá continuar a progredir, mesmo que a um ritmo menor;

2º - uma tradição de criatividade que soube explorar nos momentos decisivos e que terá de orientar-se para a satisfação de necessidades recentemente aparecidas;

3º - a existência de uma "cadeia têxtil" completa que permitia à Flor do Campo não cair na dependência de firmas situadas fora deste contexto (os oportunistas), tanto para o bastecimento como para o escoamento dos seus produtos.

4º - uma mão-de-obra qualificada que assegure melhores rendimentos.".

Entende ainda que as vantagens dos produtos da Flor do Campo evidenciam-se sobretudo pela qualidade (mais ainda do que pelo preço), chamando a atenção do consumidor.

Prosseguindo com a análise que estava a efectuar sobre a crise no sector têxtil reafirma que é importante o empenho por parte dos trabalhadores e administradores, mas não é só a eles que compete resolver os problemas, mas sim a uma intervenção dos mais diversos poderes públicos e comunitários. Entende que ao governo compete incrementar medidas fiscais, financeiras, sociais, de informação, de formação, entre outras, para que possam dessa maneira as empresas levar a bom termo a sua estratégia industrial.

Conclui o seu discurso com referências à C.E.E. , concretamente a livre circulação de mercadorias e as implicações para o país da integração na União Aduaneira Comunitária. Afirma ser "indispensável que os nossos empresários e trabalhadores tenham conhecimento a tempo e em toda a sua extensão do significado da União Aduaneira Comunitária, sobretudo a filosofia liberalizante que lhe está subjacente, e se preparem para o salto produtivo/qualitativo".

Esta sessão solene teve então a intervenção de Abílio José Almeida Oliveira, neto do comendador e a quem competiu fazer o discurso em nome da Administração da fábrica.

As primeiras palavras vão para a obra do fundador e que continua na família, reconhecendo que são "comparticipantes", já há longo prazo, dos benefícios que advierem de ter nascido um homem, predestinado para as grandes realizações. A sua estatura física não era a de um gigante. Mas a sua mentalidade e poder de acção, ajudada por inteligência viva, clara e penetrante, tinha alguma forma de invulgar dimensão".

Seguidamente fala da grandiosa obra construída pelo seu avô, mas que está nas mãos dos administradores e operários da fábrica a sua continuidade, uma vez que é o garante para ambos das relações sociais e económicas. Nesse aspecto considera que a "herança" tem sido bem gerida, daí uma natural referência a sua mãe, que com virtudes herdadas e também que a própria vai criando são em grande parte responsáveis por essa gestão.

Sem querer perturbar o carácter festivo das comemorações prossegue com uma abordagem ao país real. Recorda que o país não tem matérias-primas para a indústria

têxtil nele instalada, pelo que tudo o que entra numa peça de tecido da fábrica é comprado ao estrangeiro, a preço das cotações internacionais, o mesmo acontecendo com as máquinas que apetrecham a fábrica e que também elas são na sua quase totalidade importadas.

A acrescentar a estes dados faz ainda referência à validade técnica dos equipamentos, sempre em aperfeiçoamento constante. Faz uma breve resenha da primeira fase da revolução industrial, em que a indústria têxtil assentava em mão-de-obra intensiva e era conhecida por uma fase manual ou artesanal, seguindo-se uma fase em que foi dada maior ênfase à automatização e à adopção de mais sofisticados equipamentos, concluindo que hoje em dia a revolução industrial vive uma outra fase: a fase da electrónica. Entende que "as empresas têm de estar em renovação contínua do seu parque industrial sob pena de ficarem desactualizadas e não poderem mais competir com as que no estrangeiro e cá dentro do nosso país se acham a par do avanço técnico".

Continuando nesta linha temática a sua abordagem aborda ainda a "nuvem negra" do desemprego, o regresso dos emigrantes, o aumento das taxas de juro e trabalho propriamente dito. Considera de grande valor a mão-de-obra que a fábrica possui, pelo seu empenho e perfeição. Sobre o trabalho diz no seu discurso que:

> "São passados os tempos em que ele teria de se exercer sem a dignidade e respeito que merecia. O trabalho é um direito e um dever, com carácter sagrado.
>
> Vamos então respeitá-lo.
>
> Temos mesmo que o respeitar se quisermos que os outros o respeitem.
>
> O respeito pelo trabalho e louvor a ele devido, mais uma vez nos junta, hoje e neste momento, em que também queremos premiar aqueles que há mais tempo contribuem para o engrandecimento desta empresa.
>
> Este prémio é o reconhecimento do mérito do trabalho honrado e honroso."

O discurso fica concluído com os agradecimentos habituais, particularmente à Câmara Municipal de Santo Tirso, pela atribuição da medalha de Ouro e à Junta de freguesia de São Martinho do Campo pela designação toponímica atribuída à rua da fábrica. Estiveram presentes nas comemorações dos cinquenta anos de "A Flor do Campo" o Ministro do Trabalho, Dr. Amândio de Azevedo, o Governador Civil do Porto, Dr. Carlos Cal Brandão, o Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Dr.

Joaquim Ferreira Couto, o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho do Campo, Sr. Benjamim Martins Rodrigues, e outras autoridades civis e eclesiásticas, caso de D. Gabriel de Sousa, Abade Resignatário de Singeverga.

Um exemplar do convite para as Bodas de Ouro encontra-se a rematar o anexo K, fazendo menção à Missa Solene, Romagem ao Cemitério, Cerimónia evocativa do cinquentenário da Empresa, Sessão Solene com a presença das autoridades, Almoço Comemorativo, Festa Convívio e Encerramento.

4. Perspectivas da actualidade

Estamos ainda muito no início do século XXI e dentro de poucos anos, mais precisamente em 2009, "A Flor do Campo" comemorará os seus setenta e cinco anos de laboração contínua. Para procedermos a uma perspectiva da actualidade vamos caracterizar em linhas gerais a região do Vale do Ave, até porque estatisticamente o país está assim distribuído (em regiões), o que de algum modo proporciona uma abordagem mais clara.

Há quem diga que a crise do sector têxtil e que tanto afectou a região do Vale do Ave está ultrapassada, outros consideram que está apenas adormecida e que pode despontar a qualquer momento. Nas conversas quotidianas entre campenses e também nas dos habitantes das freguesias limítrofes apercebemo-nos que a segunda situação parece ser a mais evidente. As grandes fábricas continuam a ser geridas com algumas dificuldades provocadas em grande parte pela concorrência do mercado e as pequenas fábricas (algumas caseiras e clandestinas) começam a não ter trabalho, provocando oscilações no mercado de trabalho.

Apesar desta situação, que não é novidade já que desde a primeira metade do século XIX, época em que se inicia de forma bem marcada toda uma tradição industrial na região e em que têm-se verificado períodos de expansão, estabilidade e recessão, a região do Vale do Ave tem dado o seu precioso contributo para o desenvolvimento económico nacional. No Anuário 97 publicado pela UNAVE (União das Associações Empresariais do Vale do Ave), realça-se o facto desta região ser o segundo principal centro económico do Norte do país, logo a seguir ao Porto.

O peso nacional da indústria do Vale do Ave é demonstrado, por exemplo, no consumo industrial de electricidade que em 1994 foi superior ao do Porto, sendo ainda

mais significativo em relação às regiões de Entre Douro e Vouga, do Cávado e do Tâmega, respectivamente mais 3, 4 e 5 vezes.

O Vale do Ave também é justamente reconhecido como sendo um forte contribuidor para as exportações portuguesas, tendo-se verificado que em 1995 o volume das exportações foi de 440 milhões de contos, contra 400 milhões do Grande Porto, 213 milhões do Entre Douro e Vouga e 180 milhões do Cávado.

No caso concreto da indústria têxtil a região do Vale do Ave é a segunda em número de empresas (8.000) logo a seguir ao Porto, o mesmo se verificando na quantidade de empresas dos diversos ramos, em que mantém o mesmo segundo lugar com 42.000 empresas. É também o segundo, e também a seguir ao Porto, em número de trabalhadores, verificando-se 180.000 trabalhadores a laborar nos sectores secundário e terciário. Quando falamos de indústria transformadora, aí ocupa mesmo o primeiro lugar a nível de emprego, com 170.000 pessoas.

À margem dos dados estatísticos merece a pena transcrever uma parte do texto do Anuário 97 que diz o seguinte:

"Infelizmente, o Vale do Ave está ainda longe dos padrões de desenvolvimento sócio-económico de outras regiões industrializadas da Europa, ou mesmo de Portugal. Tal acontece, fundamentalmente, por longos anos de esquecimento por parte do poder central, que sempre olhou o Vale do Ave como uma fonte de riqueza e não como uma região carenciada de infra-estruturas e equipamentos que só o investimento público poderia colmatar. O crescimento industrial do Vale do Ave foi feito com o engenho e o esforço dos seus empresários e trabalhadores e contra uma série de handicaps que tornaram o Vale do Ave uma região atrofiada ao nível das comunicações, desprovida de infraestruturas sociais e ambientais."

UNAVE, *in Anuário 97, p.47*

É notória a falta de infra-estruturas na região e também uma certa negligência a nível de suporte social às famílias e de protecção do meio ambiente, o que resultou na poluição sistemática dos recursos aquíferos, resultante de fontes domésticas e, fundamentalmente, industriais. Como curiosidade e ilustrando esta triste realidade, os jovens que habitam em Vizela chamam ao rio com o seu nome "rio camaleão", pelo facto de mudar frequentemente de cor, de acordo com os tintos que lhe são lançados pelos fábricas.

Não querendo alongar muito esta caracterização, recordemos em breves tópicos alguns dados da última década sobre a região do Vale do Ave, com uma especial atenção ao concelho de Santo Tirso, por nele se situar a fábrica "A Flor do Campo" :

- O Vale do Ave faz-nos automaticamente pensar em indústria, especialmente dos sectores têxtil, vestuário e calçado;
- Cerca de 71% da população activa trabalha no sector secundário, estando a maior parte ligada à indústria transformadora (62%);
- As unidades de produção industrial transformadora atinge 67% em Guimarães e 65% em Santo Tirso e Famalicão, da população de cada concelho;
- No sector secundário o emprego atinge os 75% da população em Santo Tirso e Famalicão, estando logo a seguir Guimarães com 72%;
- Ao iniciar-se a década de 90 ao sector têxtil e de vestuário correspondiam 65% das empresas (2.837), 83% de emprego (115.211) e 79% do volume de negócios (443.514.032 contos).

A importância económica do concelho de Santo Tirso no sector têxtil é evidente (mais notória antes da criação do jovem concelho da Trofa), a que não são alheios os dados sobre a população. Nos censos de 1971, 1981 e 1991 os concelhos de Guimarães, Santo Tirso e Famalicão sáo os três dos oito que constituem esta região em que a população aumenta constantemente. De 1981 para 1991, por exemplo, a população do concelho de Santo Tirso cresceu 8,32%, dado que explica o facto da densidade do concelho ser de 510 habitantes/km2, quando na região é de 334 h /Km2.

4.1. A situação da empresa na actualidade

Para melhor conhecermos o funcionamento da fábrica "A Flor do Campo, L.da ", efectuamos uma visita às instalações no dia 25 de Maio de 2001, da qual resultou um registo fotográfico constituído por 132 fotografias, podendo ser vistas 33 no ***anexo H***.

Decidimos incluir no ***anexo I*** uma série de documentos que ilustram o evoluir da empresa até à actualidade. Para além dos logótipos utilizados nos mais diversos tipos de documentos internos e comerciais, encontram-se igualmente para consulta o organograma da fábrica e uma lista do pessoal que na mesma laboram. As plantas identificam as diversas secções da fábrica e espelham toda a sua grandeza espacial.

Numa análise sobre a última década do século transacto podemos constatar que a Sociedade Têxtil "A Flor do Campo, S.A." tem sofrido mudanças estruturais significativas, obviamente afectando os sectores fabris e pessoal.

A produção do sector de fiação, tal como se pode verificar pelo ***quadro n.º 20*** e ***gráfico n.º10***, relativo aos anos que medeiam 1993 e 2002 (este último ano com dados até Agosto), tem vindo a diminuir de forma acentuada, motivando inclusive o seu recente encerramento (Setembro de 2002).

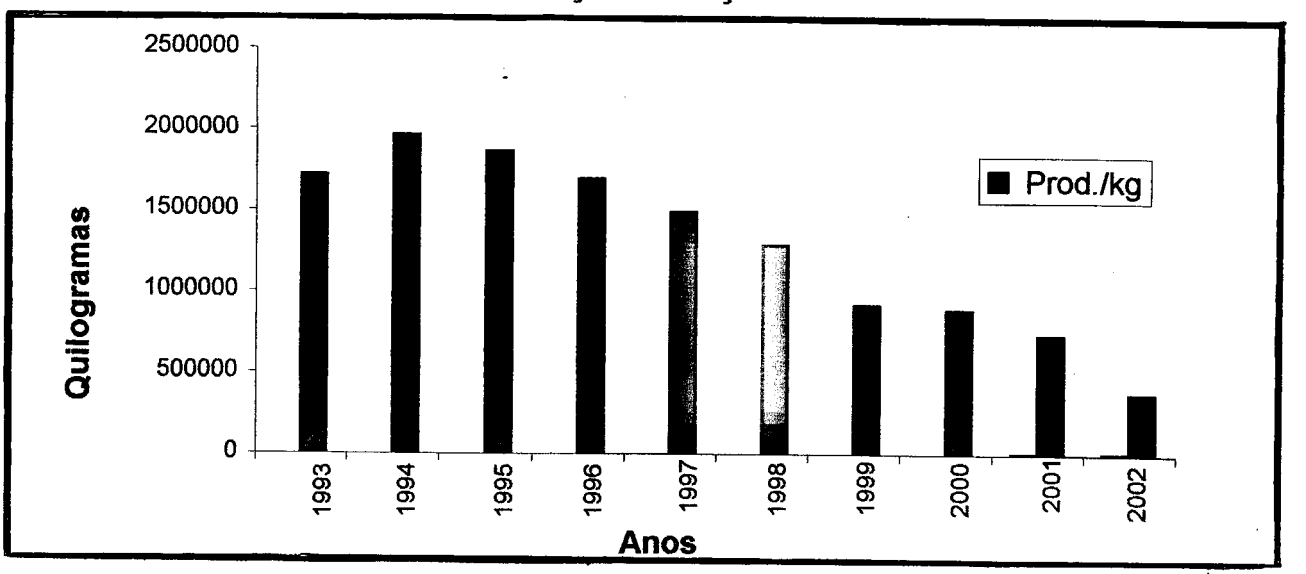
QUADRO N.º 20

Produção da fiação

ANOS	Prod./kg
1993	1.714.989
1994	1.961.027
1995	1.858.639
1996	1.697.744
1997	1.489.381
1998	1.289.108
1999	916.285
2000	886.826
2001	733.206
2002	371.511

Gráfico n.º 10

Produção da fiação



A produção de tecidos (ver quadro n.º 21 e gráfico nº 11) tem-se mantido mais estável. Muitos dos funcionários foram deslocados para este sector nos inícios deste mês, evitando-se assim o seu despedimento. A "Flor do Campo" procura assim rentabilizar sectores mais concorrenciais e que têm uma melhor penetração no

mercado. Aliás, o ***gráfico n.º 12***, que estabelece a comparação entre a produção da fiação e da tecelagem, espelha bem os diferentes pesos que os dois sectores têm na empresa.

QUADRO N.º 21

Produção da tecelagem

ANOS	Prod./m
1993	10.197.459
1994	10.697.522
1995	10.313.566
1996	9.892.861
1997	9.631.256
1998	8.317.846
1999	7.285.725
2000	8.027.820
2001	8.316.298
2002	5.347.039

Gráfico N.º 11

Produção da tecelagem

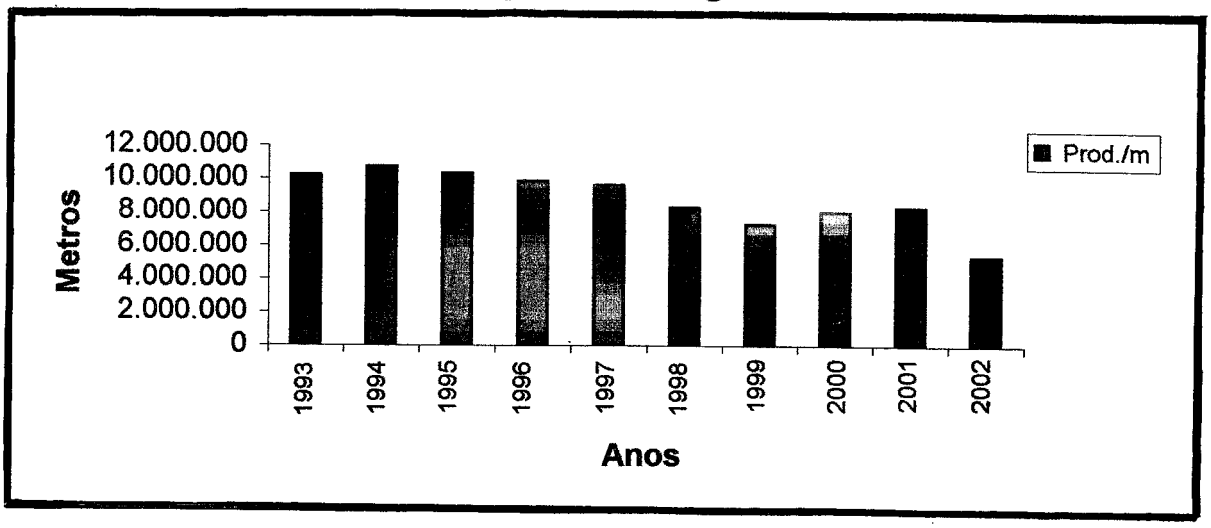
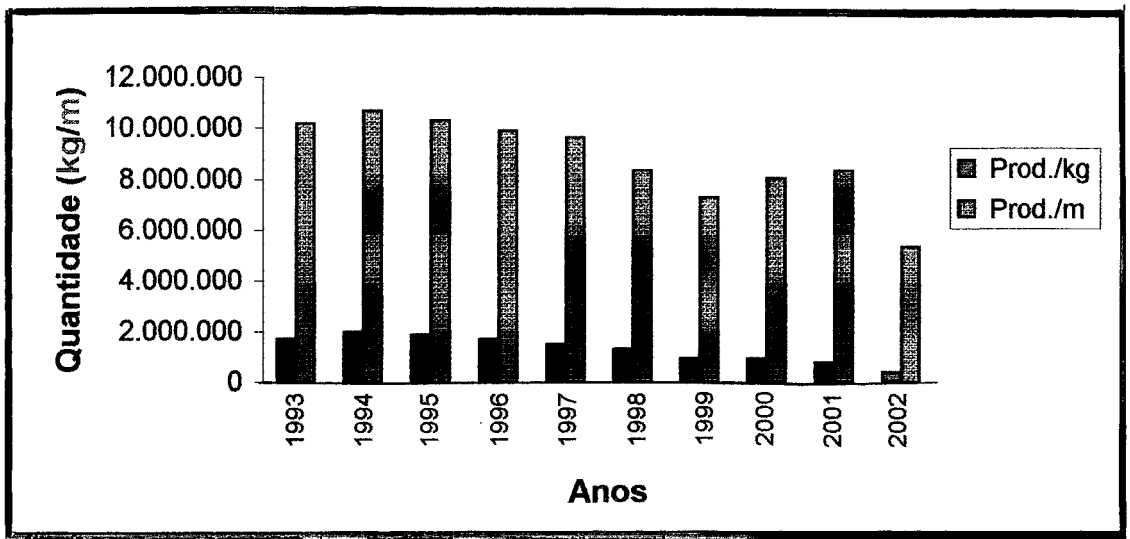


Gráfico N.º 12

Relação entre a produção do sector da fiação e o da tecelagem



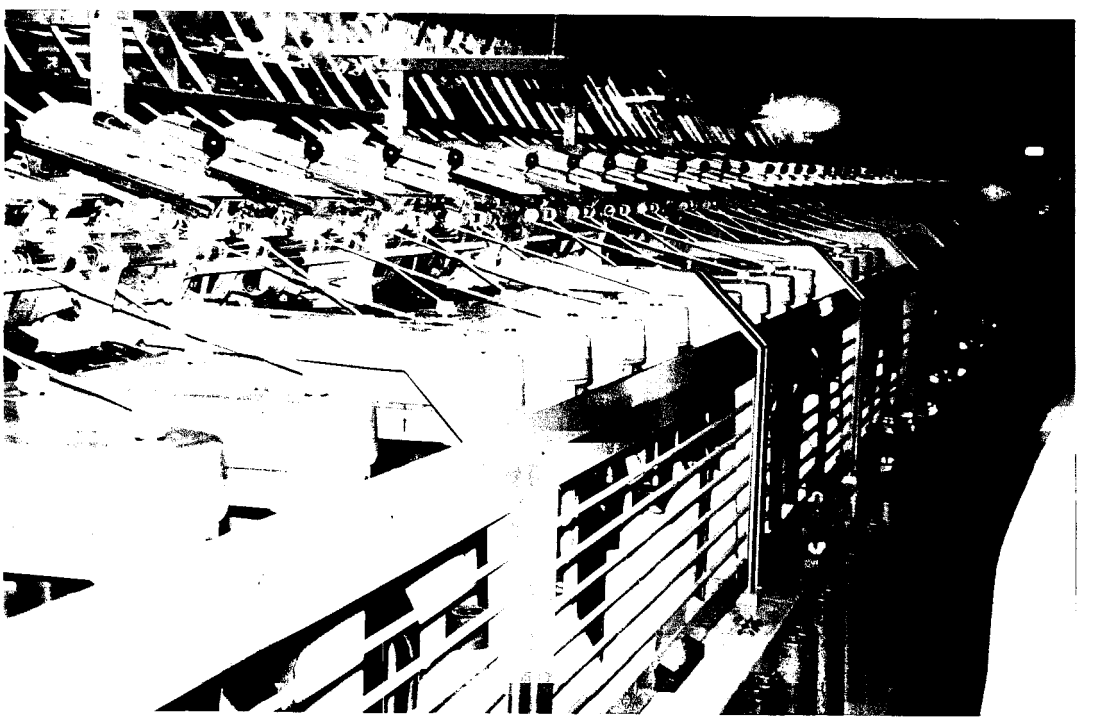
Aproveitamos esta fase avançada da nossa dissertação para fazer uma retrospectiva de alguns elementos relacionados com as matérias-primas e a actual situação na empresa.

O algodão em rama era habitualmente proveniente da Nigéria, Brasil, Togo, Camarões, Estados Unidos, entre outros países, chegando em fardos que perfaziam 300 toneladas por carga. A exportação de fio destinava-se essencialmente a países da Europa ocidental.

Em relação aos tecidos destinados às indústrias, cada peça possui metragens que oscilam entre os 350 e os 400m. As peças de ganga e a bombazine possuem metragens diferentes, variando entre os 130 e os 150m, derivada da maior densidade/peso por m^2.

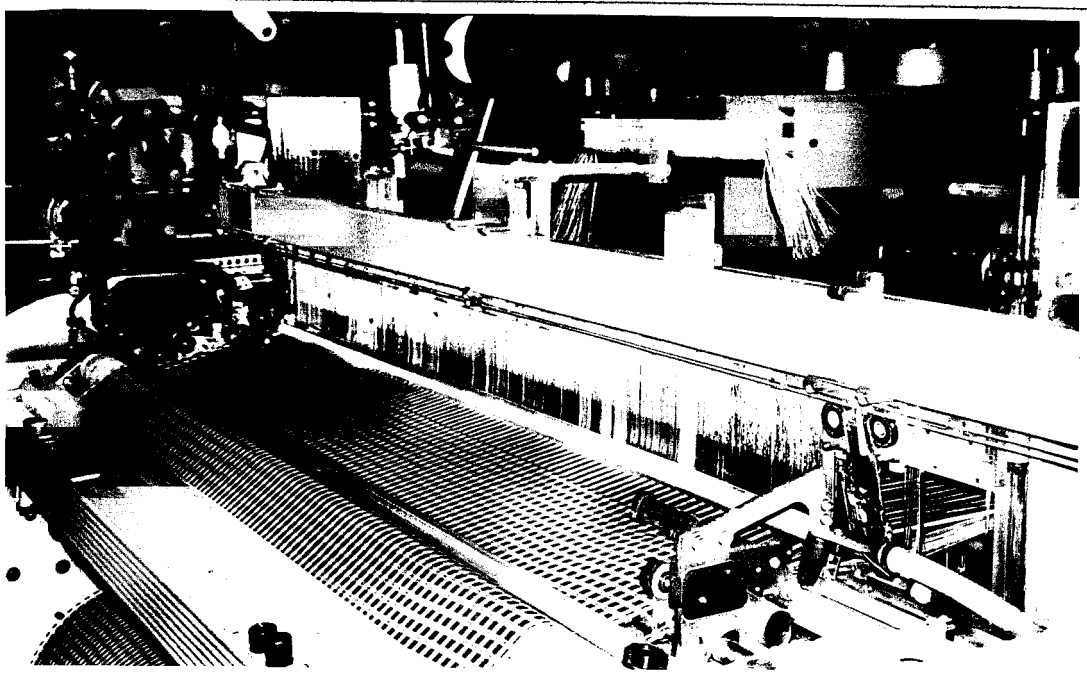
Para o comércio retalhistas surgem rolos de ganga e bombazine com apenas 60 a 70 metros, assim como rolos de flanela, vichy e popeline que saem da fábrica com 120/130 metros, estes últimos devido a peso específico inferior.

As fotografias n.º 11 e 12 apresentam pormenores dos sectores de fiação e tecelagem, antes do último período de férias laborais.



Fotografia n.º 11

Máquina do sector da fiação que, por torção, faz o pré-fio



Fotografia n.º 12

Tear visto do lado do pente, observando-se a transformação da teia em tecido vichy

A nível de fornecedores de matérias-primas, "A Flor do Campo" importa: fio de Itália da firma "Franolzoni Filati"; produtos químicos da Alemanha, da firma "Emslandstärke"; acessórios e preparos de Itália, da firma "Proma Thech".

Os tecidos que fabricados na empresa destinam-se principalmente à confecção de roupa exterior para homem e senhora, destinando-se grande parte à exportação, como sempre foi hábito da mesma. Um dos principais clientes continua a ser os Estados Unidos, através das firmas "Standler", "Stylmkar" e "Gambi".

Não poderíamos terminar esta visão actual da fábrica sem uma referência directa aos seus trabalhadores, cujos nomes por ordem alfabética podem ser observados no ***anexo I***.

Até Agosto de 2002 trabalham na empresa 651 pessoas, das quais 426 são do sexo masculino e 225 do feminino (ver quadro n.º 22 e gráfico n.º 13). São raros os casos de trabalhadores com idade inferior a 19 anos e superiores aos 60 anos. Os mais jovens trabalhadores são Pedro Matos, um jovem estagiário de preparação da tecelagem, que está quase a completar os 18 anos e Luciana Martins, uma operária não especializada também no sector da tecelagem e que possui 19 anos. Como funcionários com mais idade temos José Ferreira e António Cunha, ambos com 66 anos, sendo o primeiro o chefe do sector de tinturaria e o segundo um jardineiro. A Presidente do Conselho de Administração, D. Maria Fernanda Oliveira, quase a fazer

71 anos, é o elemento do sexo feminino mais idoso e ainda hoje trabalhando diariamente na fábrica.

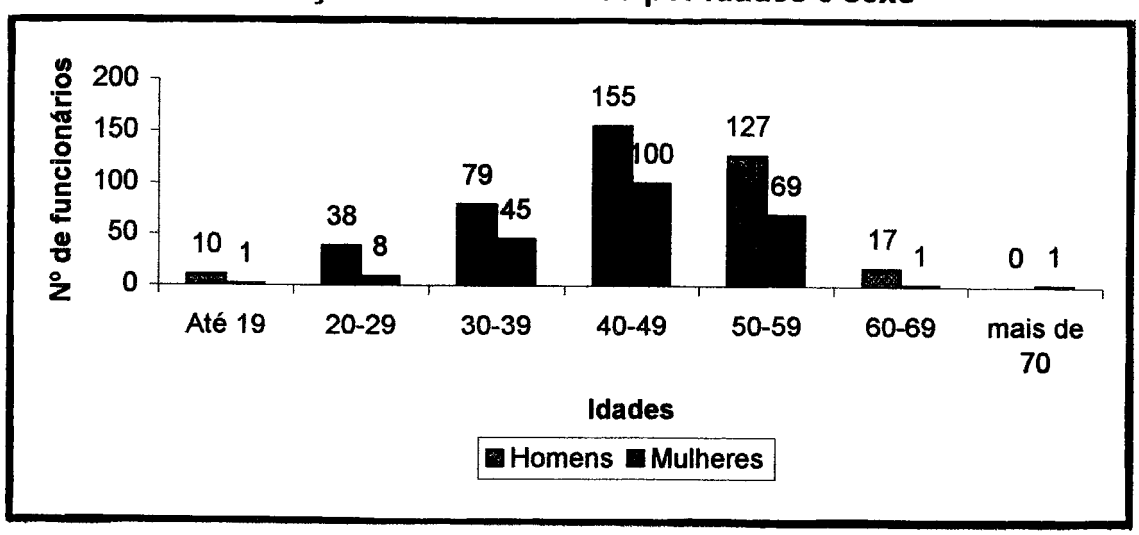
QUADRO N.º 22

Distribuição dos funcionários por idades e sexo

	Homens	Mulheres
Até 19	10	1
20-29	38	8
30-39	79	45
40-49	155	100
50-59	127	69
60-69	17	1
mais de 70	0	1
Total	426	225

GRÁFICO N.º 13

Distribuição dos funcionários por idades e sexo



A distribuição dos funcionários pelos sectores de trabalho (quadro n.º 23 e gráfico n.º 14) verificamos que a maior parte (80%) trabalha no sector da produção, havendo no entanto a registar um número significativo de funcionários relacionados com o sector comercial (35 indivíduos). É conveniente salientar que o sector da produção abrange secções muito variadas, desde a fiação "open-end", tinto de fio, debuxo, armazém de fio, indigo até aos diferentes tipos de tecelagem (DOR, SOM e MAV), entre outras.

O valor identificado como "outros" e que alcança 11% do número total de trabalhadores estão relacionados a sectores muito diversos, entre quais podemos

mencionar: a carpintaria, serralharia, transporte, cozinha, limpeza, vigilância e exploração agrícola.

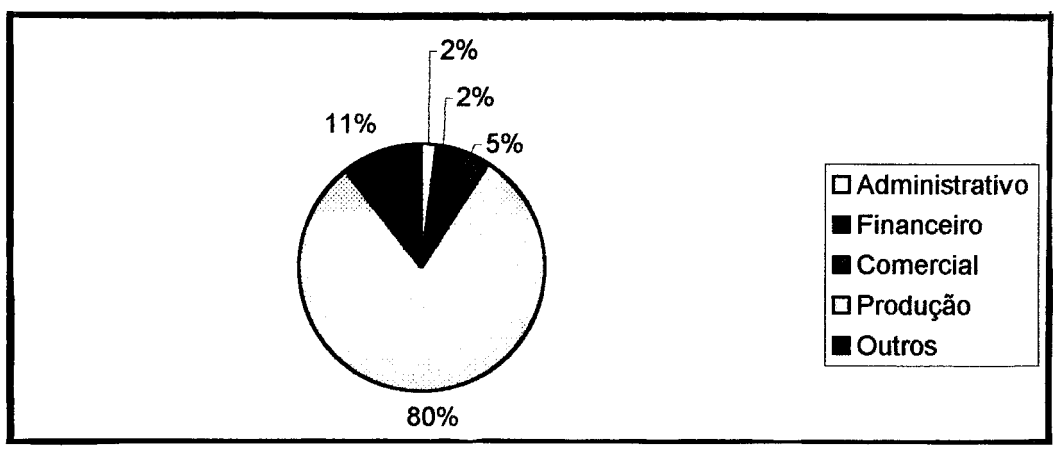
QUADRO N.º 23

Distribuição dos funcionários pelos sectores de trabalho

Administrativo	13
Financeiro	11
Comercial	35
Produção	523
Outros	69
Total	651

GRÁFICO N.º 14

Distribuição dos funcionários pelos sectores de trabalho



Finalmente, uma última referência para os turnos dos trabalhadores. Há um número significativo de trabalhadores que laboram no designado turno "normal", até porque exercem actividades que especificamente estão relacionadas com um serviço diurno. Os restantes trabalhadores, e constituem o seu maior número, estão distribuídos em três turnos, em números bastantes equilibrados, como podemos constatar no ***quadro n.º 24*** e ***gráfico n.º 15***.

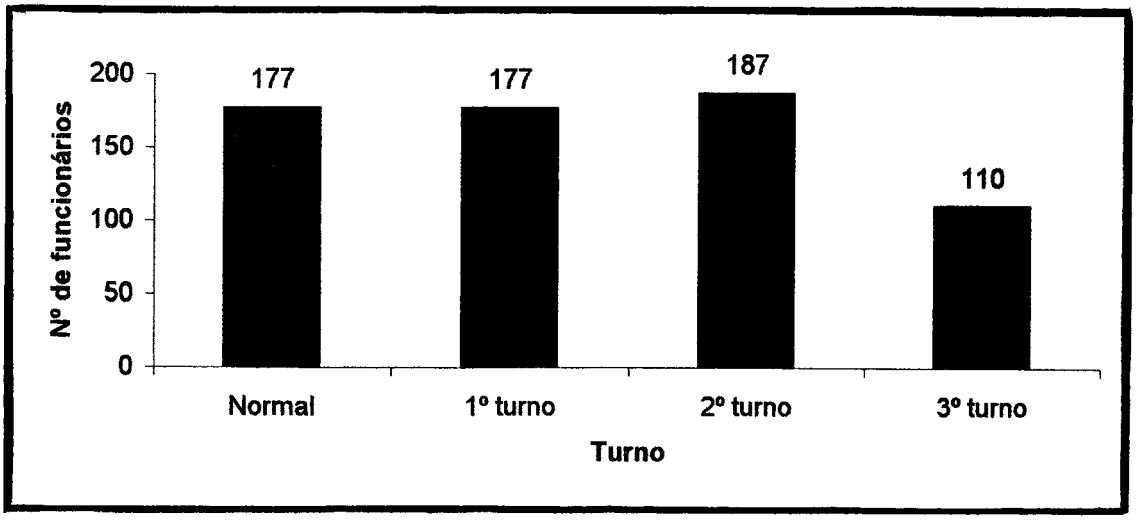
QUADRO N.º 24

Distribuição dos funcionários por turnos de trabalho

Normal	177
1º turno	177
2º turno	187
3º turno	110

GRÁFICO N.º 15

Distribuição dos funcionários por turnos de trabalho



4.2. A empresa e o meio envolvente

Para conhecermos melhor a ligação da fábrica "A Flor do Campo, L. da " ao meio envolvente recorremos ao testemunho de pessoas (ver os guiões que estão no anexo L, relativos ao registo oral dos referidos testemunhos), algumas que trabalharam ainda com o comendador Abílio de Oliveira, outras que desempenham cargos em instituições e associações locais e outras ainda como mero testemunho individual e que podem dar o seu contributo nesta matéria.

Alice Rilo, uma simpática professora do ensino primário, hoje aposentada, recorda: "quando em 1969 vim para S. Martinho do Campo se fizesse a pergunta a qualquer criança sobre o que queria ser quando fosse grande, a resposta era que queria trabalhar na Flor do Campo. Era na época a rainha das fábricas, não era preciso ter aspirações maiores". Através destas palavras ficamos a compreender que para os residentes em s. Martinho do Campo, mas também das freguesias circunvizinhas, trabalhar na fábrica "A Flor do Campo" era um desejo e uma satisfação, associados ao privilégio de trabalharem numa grande empresa. Pela fábrica passaram já gerações de trabalhadores, situação que não é de admirar pelo elevado número de pessoas que sempre trabalharam na fábrica. Da entrevista a Alice Rilo registamos ainda que ela considera que "o sr. Comendador de a família, particularmente a D. Fernanda tiveram um papel preponderante no desenvolvimento desta terra e foram e são colaboradores importantes nas obras de solidariedade social".

O chefe do Agrupamento dos Escuteiros de S. Martinho do Campo, o sr, José Pinheiro, recorda que o escutismo só foi oficializado na freguesia em 1987, bastante

tempo depois da morte do comendador, pelo que directamente não foi beneficiado por ele na sua formação. Mas recorda por outro lado que os seus familiares estão intimamente ligados ao agrupamento, na medida em que o neto, o Eng.º José Fernando Pinto Ferreira de Oliveira é "padrinho" do mesmo, sendo a "madrinha" da "alcateia" a neta, D. Fernanda Paula Oliveira Ribeiro de Almeida Vasconcelos. Diz ainda que "dos seus filhos, temos recebido toda a colaboração, quer em bens e serviços, quer financeiramente, para que a nossa instituição possa prosseguir, atingindo os fins para que se propõe – formação integral dos jovens".

Em relação à fábrica o sr. Pinheiro refere que desde que começou até aos nossos dias tem sido o sustento de muitas famílias, pelo número de pessoas que emprega na freguesia de S. Martinho e freguesias circunvizinhas. Afirma que "é um valor acrescido para a economia nacional. Fabrica um produto de grande qualidade, que é a ganga, com fama nacional e internacional, para além de outros produtos na área dos têxteis. Foi a segunda fábrica a aparecer em S. Martinho do Campo, tornando-se rapidamente na primeira, pela sua dimensão. Dela outras nasceram". Segundo o entrevistado o aparecimento de "A Flor do Campo" e de outras que se lhe seguiram permitiram que S. Martinho do Campo passasse de uma freguesia rural para uma freguesia industrializada.

Maria da Glória Alves, funcionária administrativa do sector de exportação, realça o facto da "A Flor do Campo, L.da " possuir uma boa localização geográfica, tendo contribuído para o desenvolvimento da freguesia de São Martinho do Campo e outras circunvizinhas, dando emprego a muitas centenas de pessoas. Realçou também os diversos contactos com pessoas de países com os quais a fábrica mantém ligações comerciais.

Adelino Moreira, comerciante do ramo automóvel e actual presidente da Junta de Freguesia considera a Flor do Campo um símbolo vivo da freguesia, tendo resistido às diversas crises que afectaram o sector têxtil, em parte pela força do seu nome no mercado e pela capacidade dos seus dirigentes. Merece a pena transcrever os dois motivos que o presidente da Junta de Freguesia entende como relevantes e que conferem importância à "Flor do Campo" quer para a freguesia em si quer para os seus habitantes, sendo os seguintes:

> " 1. A primeira tem a ver com razões psicológicas, porque pode considerar-se a primeira e única sobrevivente duma época. Foi escola de todos os que deixaram o sector primário (lembro que S. Martinho do Campo era uma zona agrícola),

formando-se aí trabalhadores que mais tarde criaram as suas próprias empresas. Muitas delas fecharam e a Flor do Campo resistiu sempre, por isso é vulgar ouvir os mais velhos dizer: "A Flor do Campo" não pode fechar, se aquela fechar, então fecham todas.

2. A segunda razão tem a ver com o aspecto económico, apesar de não ser o principal empregador desta terra na actualidade, continua a ter um peso significativo. Por outro lado há pessoas que nunca tiveram outro emprego a trabalharam na Flor do Campo desde a idade que abandonaram a escola."

Adelino Moreira recorda ainda que apesar da Junta de Freguesia ser uma instituição pública, a mesma esteve instalada num edifício mandado construir pelo comendador Abílio de Oliveira. E como o nosso interlocutor foi dirigente desportivo do S. Martinho, recorda que Abílio de Oliveira foi o principal impulsionador do clube, tendo empossado os filhos, Eng.º Narciso de Oliveira e Dr. Abílio Jorge nos órgãos sociais do clube "motivando-os a participar e contribuir financeiramente, atraindo outros empresários e neste caso destaco o sr. José Machado Almeida porque ouvi conversar entre ambos e este senhor foi e ainda é um dos grandes beneméritos das instituições de S. Martinho do campo", concluiu.

Outro testemunho, o do sr. Raul Carvalho, que conheceu bem a empresa e o seu fundador, recorda que "A Flor do Campo" foi e continua a ser uma das maiores empresas da vila e pioneira no fabrico de "Denim" em Portugal. Refere que da fábrica saíam "muitos tecidos para exportação e para as nossas antigas colónias. Na década de 60 era uma das maiores tecelagens do país". Recordando ainda que foi o grande motor de desenvolvimento da vila e que empregou mais de 1500 pessoas diz que "desta fábrica vieram a nascer outras ligadas a ela como: "A Flor do Rio", "Mantex", "Cuca", "Sofil" e "Hortas".

Um antigo funcionário da fábrica, José Luís Carvalho, recorda que nos anos em que trabalhou na "Flor do Campo", entre 1979 e 1983, ela continuava a marcar a indústria têxtil em Portugal, sendo a quinta maior empresa têxtil do país, empregando cerca de 1300 trabalhadores e facturando cerca de milhão e meio de contos. Recorda que "estava no princípio da minha vida profissional e foi uma excelente escola". Desconhecendo a projecção actual da empresa, salienta no entanto que no período em que lá trabalhou era de facto uma importante empregadora para as gentes da região onde está implantada, trabalhando na fábrica famílias inteiras.

Abílio Almeida Costa, hoje industrial e fortemente ligado ao concelho e sobretudo a S. Martinho do Campo, onde o ligam laços desde a nascença, mas outrora funcionário de "A Flor do Campo", salienta a importância desta empresa para as gentes de São Martinho do Campo e freguesias circunvizinhas, na medida em que foi uma fonte geradora de progresso e bem estar para as suas gentes. Destaca ainda os vários apoios concedidos e destinados a servir a comunidade nas áreas social, cultural, desportiva e recreativa.

Sendo amigo da actual presidente do Conselho de Administração de "A Flor do Campo", D. Fernanda Ferreira de Oliveira, este antigo funcionário da empresa considera ter alguma dificuldade em realçar muitas das suas virtualidades, mas vai dizendo que ela é com toda a justiça uma fiel continuadora da obra realizada pelo seu pai. Quis ainda destacar alguns traços da sua personalidade, os quais sintetizou em três frases que passamos a transcrever:

" Das suas virtualidades destaco:

- A sua permanente generosidade para todos aqueles de que tenha conhecimento do seu sofrimento e das suas necessidades;
- A sua constante prova de humildade e a sua forma muito especial de carinho e ternura para com os mais carenciados da comunidade;
- O empenho constante em dar sequência à obra do seu pai e, a responsabilidade como desempenha o cargo de Presidente do Conselho de administração de "A Flor do Campo".

Idêntica opinião tem igualmente Maria da Glória Alves, que tem da actual Presidente do Conselho de Administração a melhor das impressões. Considera-a uma fiel seguidora da "obra" de seu pai, tendo contribuído em muito para a sua continuação. Como traços da sua personalidade salientou o facto de ser uma pessoa meiga, compreensiva e honesta, opinião partilhada por outros testemunhos orais, alguns antigos e actuais trabalhadores da fábrica, mas também alguma gente "anónima" que sem possuir laços de natureza laboral acaba por confirmar esta mesma impressão.

NOTA FINAL

No homem, nenhum sol é mais criador do que o da vontade, nem nenhuma virtude é mais fundamental do que a do trabalho.

O trabalho agora terminado representa para nós, ainda jovens aprendizes da investigação, o culminar de um esforço pessoal no âmbito do estudo em História Contemporânea, que se pretende rigoroso, claro e objectivo.

Para os leitores, de longe ou de perto, estranhos ou não ao tema desenvolvido, desejamos que esta dissertação seja um contributo simples para o estudo da indústria algodoeira do norte do país, concretamente da região do Vale do Ave e mais precisamente da freguesia de São Martinho do Campo.

Não por deformação profissional como vulgarmente se diz, mas por uma formação académica que tanto prezamos (até pelo facto de enaltecer a instituição onde cursamos a licenciatura em História – a FLUP), optamos por seguir uma metodologia espacial e cronológica tão do nosso agrado.

Começámos por fazer uma introdução que inevitavelmente nos levou à caracterização das fontes utilizadas e à riqueza que a sua heterogeneidade traz ao nosso trabalho, não esquecendo os documentos que se encontram em "anexos" e que tanto prazer nos deram a elaborar e a organizar.

Caracterizámos em seguida a fibra que foi o "verbo do nosso princípio": o algodão. E a breve abordagem à indústria têxtil algodoeira nacional foi igualmente para nós um inevitável ponto de honra a sua inclusão nesta dissertação.

O segundo capítulo, só por si matéria suficiente para uma tese de mestrado, serviu para contextualizar no tempo e no espaço o tema central a abordar nas páginas que se seguiram. Foi um prazer elaborar uma monografia de uma terra progressiva, que outrora sobressaiu das demais do concelho a que pertence (Santo Tirso), pela dinâmica, pela força do trabalho, mas também pelo saber viver o dia-a-dia. Tratou-se de uma espécie de contributo a uma vila à qual afectivamente estamos ligados

profissionalmente, fazendo-o através da sua história e de valores que acabam por ser intemporais.

Momento central da nossa dissertação foi o do estudo de um das maiores empresas do país no ramo têxtil algodeiro: "A Flor do Campo, L.da ", bem como a história do seu fundador, o Comendador Abílio Ferreira de Oliveira.

O trabalho foi árduo, por vezes desconcertante pelo facto de não existir um arquivo organizado e por haver inclusive falta de dados relativos a determinados períodos da história da empresa.

A história da empresa e do empresário interligam-se frequentemente, e estas interagem com o meio envolvente, e esse facto procurámos transmiti-lo no texto que elaborámos.

São Martinho do Campo viu no seu passado muito pessoas viverem devotada e exclusivamente da arte rural, mas sempre com a complementaridade das indústrias caseiras, associadas à cultura do linho.

A partir da tímida década de trinta a indústria fez a sua incursão e progressivamente foi dominando a paisagem nas duas décadas seguintes. São Martinho do Campo passou a ser ter um razoável aglomerado de casas e uma maior e mais significativa concentração de fábricas, localizadas bem próximas do rio Vizela e pulverizando a paisagem com as suas características chaminés.

De crise em crise lá se foram aguentando a maioria das fábricas, procurando evitar o pesadelo dos despedimentos e o inevitável desemprego que conduz às carências socioeconómicas. Em São Martinho do Campo estas e outras dificuldades (a falta de infraestruturas indispensáveis à modernização e ao progressso, por exemplo) parecem ter sido ultrapassadas com maior ou menor facilidade.

No meio desta ambiência surge Abílio Ferreira de Oliveira que, não sendo natural de São Martinho do Campo, a adoptou como local para viver e trabalhar.

Uma das frases que ele dizia frequentemente e que mais ouvimos da parte dos testemunhos orais que fomos recolhendo é a seguinte: "toda a gente sabe que a minha única vaidade é o trabalho". Apercebemo-nos na nossa investigação que esta frase faz um certo sentido para quem nasceu humildemente e se transformou num grande industrial. Parece-nos, no entanto, que a sua vaidade (aqui registada num sentido construtivo) não se quedou pelo trabalho, mas deixou espelhada nas obras de benemerência em que fez questão de perpetuar o seu nome. Como rico industrial que era, ficaram associadas a ele obras como o edifício dos C.T.T., o Centro de Saúde, o

Salão paroquial, o Campo de Futebol e o Rancho Folclórico. As ajudas financeiras à Igreja Paroquial, a Casa de Beneficência Dias Machado, o Hospital da Misericórdia e os Bombeiros Voluntários Tirsenses, foram instituições que dele receberam extraordinários benefícios e que motivariam a Comenda que viria a receber.

Mas se as obras caracterizam os homens e os enaltecem, os seus actos podem igualmente denegrir a sua imagem. Também neste aspecto a vida do Comendador Abílio Ferreira de Oliveira não foi incólume, tal como referimos em determinado momento da nossa escrita.

Falar de obras associadas a Abílio Ferreira de Oliveira inevitavelmente chegamos ao estudo da fábrica "A Flor do Campo, L.da" , que como já dissemos é uma referência da indústria têxtil algodoeira nacional e pioneira que foi na introdução de alguma maquinaria (caso da máquina de tingir indigo) e significativa que também foi no número de postos de trabalho que criou para as gentes da terra e das freguesias circunvizinhas.

Procurámos fazer um estudo da empresa, desde a sua humilde fundação, à pompa e circunstância das suas Bodas de Prata e ao reconhecimento público da obra desenvolvida quando das comemorações das Bodas de Ouro. Os meios técnicos, as matérias-primas, a referência aos trabalhadores, sempre que possível foram acompanhadas com quadros estatísticos e gráficos que ilustraram a evolução da empresa. Realçou-se o trabalho desenvolvido pelo seu fundador, mas também pela sua actual presidente do Conselho de Administração.

Numa nota final, bem sentida pelo facto de exercermos a nossa actividade profissional na mesma freguesia onde se situa esta empresa, podemos conscientemente e com a objectividade que esta dissertação nos obriga concluir que "A Flor do Campo, L.da" foi e continua a ser uma das maiores empresas da vila, pioneira em alguns sectores da indústria e uma forte empregadora de famílias inteiras e de sucessivas gerações.

O estudo desta empresa mereceu a pena pelo valor que lhe está intrínseco e pelo prazer que o mesmo nos foi concedido.

BIBLIOGRAFIA

1. Obras de referência

ALMEIDA, J. A. Simões de – **A indústria algodoeira e a organização corporativa**. Lisboa: Editorial Império, 1940. Conferência proferida na Sede da Associação Industrial Portuense em 10 de Julho de 1939.

ALMEIDA, Pinto de – **A indústria portuguesa e o condicionalismo institucional**. Lisboa: Seara Nova, 1961.

ALVES, J. Fernandes – Uma nebulosa a noroeste. A indústria algodoeira. In **LER HISTÓRIA n.º 36**. Lisboa: ISCTE, 1999. ISSN 0870-6182.

ALVES, J. Fernandes – ***Fiar e tecer, uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave.*** Vila Nova de Famalicão: Museu da Indústria Têxtil / Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1999. ISBN 972-9152-68-3.

ALVES, J. Fernandes – Fundação Narciso Ferreira – indústria e obra social na têxtil nortenha. **O TRIPEIRO**. Porto: Associação Comercial do Porto, 7ª série, nº8 (1996).

ALVES, J. Fernandes – ***Riba d'Ave na memória da indústria têxtil algodoeira.*** Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Museu da Indústria Têxtil, 2001. ISBN 972-9152-76-4.

ALVES, J. Fernandes – No centenário da Sampaio Ferreira & Cª. **Boletim Informativo da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão**. Famalicão: Museu da Indústria Têxtil. ISSN 0871-3235. nº8,9 (1997).

AMARAL, Alfredo Pereira do – **O algodão e a sua indústria.** Lisboa: II Congresso da Indústria Portuguesa, 1957. Comunicação 50.

AMARAL, Ferreira do – **A industrialização em Portugal**. Lisboa: [s.n.],1966.

AMORIM, Inês – Os poderes urbanos face às mutações económicas: a Fábrica de Algodão de Aveiro. In **REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS. HISTÓRIA**. vol. IX, (1992).

ANTUNES, José Freire – **Salazar e Caetano: cartas secretas (1932-1968).** [s.l.]: Círculo de Leitores, 1993.

ARAÚJO, Mário de – **Tecnologia do vestuário**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. ISBN 972-31-0706-6.

ARAÚJO, Mário de; CASTRO, E.M. de Melo e – **Manual de Engenharia Têxtil**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

ASHTON, T.S. – **A Revolução Industrial**. Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1977. (Saber).

ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA – A Indústria e o plano de fomento. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa, 1964.

AZEVEDO, Ayres de – A indústria das malhas na região das Beiras. In **ARQUIVO COIMBRÃO**. Coimbra: [s.n.], (1965).Publicado em separata.

BASTOS, Carlos – **Indústria têxtil**. Porto: Ed. do autor, 1960. Edição especial assinada pelo autor e numerada de 1 a 50.

BLOCH, Marc – **Introdução à História**. 3ª ed. Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1976. (SABER; 59).

BLUMCKE, A. – **Indústria têxtil**. México: [s.n.], 1962.

BOUVIER, Jean – As crises económicas. In **Fazer História 2**. Amadora: Livraria Bertrand, 1981. (Tempo Aberto).

BRAUDEL, Fernand – **História e Ciências Sociais**. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1976. (Biblioteca de Ciências Humanas; 19).

BREVE HISTÓRIA DOS CONGRESSOS SINDICAIS EM PORTUGAL DE 1885 a 1975. Porto: Edição dos sindicatos Metalúrgicos de Braga, Bragança, Porto e Viana do Castelo e Sector da Metalurgia do sindicato da Construção Civil e Ofícios correlativos de Vila Real, 1976.

BRITO, José M. B. de – **Industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965)**. Lisboa: [s.n.], 1989.

BRITO, José M. B. de – Da ditadura financeira ao difícil triunfo da industrialização. **In Portugal Contemporâneo.** Lisboa. Publicações Alfa, 1990.

CABRAL, Manuel Villaverde – **Portugal na Alvorada do século XX.** Lisboa: Regra do Jogo, 1979.

CABRITA; Felícia – **Mulheres de Salazar**. 2ª ed. Lisboa: Editorial Notícias, 1999. ISBN 972-46-1083-7.

CARNEIRO, Roberto (cord.) – ***Memória de Portugal, o milénio português.*** Mem Martins: Círculo de Leitores, 2001. ISBN 972-42-2594-1.

CASTRO, Armando de – **A revolução industrial em Portugal no século XIX**. Porto: Editora Limiar, 1978.

CASTRO, Armando – Indústria na Época Contemporânea. **In Dicionário de História de Portugal.** Porto: Livraria Figueirinhas, 1979.

CASTRO, E.M. de Melo – **Introdução ao desenho têxtil**. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

CATALOGO OFFICIAL DA EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO PORTO - Porto: Typographia do Commercio, 1865.

CENTRO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO – Indústria têxtil. Lisboa: Col. Guias de Segurança, [1963?].

CERTAU, Michel – A operação história. In **Fazer História 1**. Amadora: Livraria Bertrand, 1977. (Tempo Aberto).

CHIAVENATO, Idalberto – ***Introdução à teoria geral da administração.*** 4ª ed. São Paulo: Makron Books, 1993.

CONFRARIA, João – **Desenvolvimento Económico e política Industrial**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2001.

CRUZ, António – A indústria portuguesa e a CECA. In **Congresso 80**. Coimbra: [s.n.], 1980.

CRUZ, Justino – ***Condicionamento industrial.*** Braga: Livraria Cruz, 1956.

CRUZ, Justino – ***Algumas notas sobre a reforma do condicionamento industrial.*** Lisboa: Separata de "O Direito", 1966.

CRUZ, Justino; CRUZ, Jorge – ***Alterações ao código da propriedade industrial.*** Coimbra: Livraria Arnado, 1987.

DACOSTA, Fernando – **Máscaras de Salazar**. [s.l.]: Círculo de Leitores, 1998. ISBN 972-42-1745-0.

DEANE, Phylis – **A Revolução Industrial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. (Biblioteca de Ciências Sociais).

DESHAIES, BRUNO – **Metodologia da investigação em Ciências Humanas**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. ISBN 972-8329-95-4.

DORFLES, Gillo – **Modas & Modos**. Lisboa: Edições 70, 1990. (Arte & Comunicação). ISBN 972-44-0911-2.

DRAIN, Michel – **A Economia de Portugal**. Linda-a-velha: Difel, 1995. ISBN 972-29-0301-2.

DREYFUS, François – **O Tempo das Revoluções 1787-1870**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1981.

DUNNETT, Andrew – **Para compreender a economia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

ECO, Umberto – **Como se faz uma tese em Ciências Humanas**. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1982. (Biblioteca de Textos Universitários)

FARGE, Arlette – **Lugares para a História**. Santa Maria da Feira: Editorial Teorema, 1999. ISBN 972-695-356-1.

FERRÃO, João – **Indústria e valorização do capital**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1987.

FERREIRA, Ana Maria Pereira – **A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV (1385 a 1481)**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983. Edição sob os auspícios do Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura.

FUSTEC, Madeleine Le – ***Technologie des matières et industries textiles.*** Paris : Éditions Eyrolles, 1979.

GARRETT, Antão de Almeida – A indústria e o Plano Regional do Porto. In **A Indústria do Norte**. Porto: [s.n.], (1946). Publicado em separata com o n.º 323/324.

GILLOW, John; SENTEANCE, Bryan – ***World Textiles.*** Londres: Thames & Hudson, 1999. ISBN 0-500-01950-9.

GINSBURG, Madeleine – ***La Historia de los textiles.*** Madrid: Editorial LIBSA, 1993. ISBN 84-7630-220-7.

HAMPTON, David R. – ***Administração Contemporânea.*** São Paulo: Editora McGraw-Hill , 1983.

HIRSCH, Pierre; ESTANY, Manuel – ***Diccionario terminológico textil.*** Barcelona: Manuel Estany, 1980. ISBN 84-300-2484-0.

INGERSON, Alice. E. – **Uma história cultural e comparada da indústria têxtil no Vale do Ave.** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 1982. in Revista Análise Social, n.ºs. 72,73 e 74.

LEÃO, E. Reis – A modernização da economia e da sociedade – das transformações revolucionárias à dinâmica europeia. In **Portugal Contemporâneo.** Lisboa. Publicações Alfa, 1990.

LIMA, Lino – ***A crise da indústria têxtil algodoeira.*** Vila Nova de Famalicão: edição do autor, 1967.

LOUREIRO; Pe. João de – Memória sobre o algodão, sua cultura e fábrica. In **Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa** (1789-1815), Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990. (Obras Clássicas do pensamento Económico Português). ISBN 972-95080-6-2.

Macedo, J. Borges de – Indústria na Época Moderna. In **Dicionário de História de Portugal.** Porto: Livraria Figueirinhas, 1979.

MACEDO, J. Borges de – **Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII**. Lisboa: Editorial Querco, 1982.

MACEDO, Ricardo – **Manual de higiene do trabalho na indústria**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

MACHADO, Bernardino – **A indústria**. Coimbra: Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, [s.d.].

MAGALHÃES, Maria Madalena Allegro – O Porto na divisão internacional do trabalho: a indústria têxtil. In **A Indústria Portuense em Perspectiva**

MAIO, António – **Os poderes e os novos desafios**. Aveiro: Estante editora, 1996. (Ciências da Educação e Desenvolvimento Humano).

MANTERO, Carlos (dir.) – Comércio Português 1834-1950. In ***Revista da Associação Comercial de Lisboa (Câmara do Comércio), n.ºs 39 e 40.*** Lisboa: Editor António Manuel França Júnior, junho de 1950.

MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.) – ***História da 1ª República, as estruturas de base.*** Lisboa: Iniciativas Editoriais, [s.d.].

MARQUES, A. H. De Oliveira – Indústria na Idade Média. In **Dicionário de História de Portugal.** Porto: Livraria Figueirinhas, 1979.

MATTOSO, José – **A escrita da história: teoria e métodos**. Lisboa: Editorial Estampa, 1988. (Imprensa Universitária; 67).

MENDES, J.M. Amado – Bloqueios à inovação no tecido empresarial português em finais do século XIX: achegas para o seu estudo. **In Revista de História**, volume X. Porto: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1990.

MENDES, J.M. Amado – **História económica e social dos séculos XV a XX**. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. ISBN 972-31-0593-7.

MICHEL, Sandra (et al.) – **Motivação, satisfação e implicação.** Porto: Rés, [s.d.].

MOURA, João – **O Planeamento do desenvolvimento: análise crítica da experiência portuguesa (1935-1973)**. Lisboa: Ministério para a Qualificação e o Emprego, 1996. (Estudos: Série A Estudos Gerais; 1). ISBN 972-704-154-X.

MOURA, João – **O Planeamento do desenvolvimento: análise crítica da experiência portuguesa (1974-1996)**. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999. (Estudos: Série A Estudos Gerais; 2). ISBN 972-704-183-3.

M.P. – **À Roda de Negrelos.** Porto. (1957). Publicado em separata.

NABAIS, António F. J. [et al.] – **Indústria têxtil e do vestuário**. Lisboa: Direcção Geral das Indústrias Transformadoras Ligeiras, Ministério da Indústria e Tecnologia, 1979.

NEVES, José Acúrsio – **Variedades sobre objectos relativos às artes, comércio e manufacturas, consideradas segundo os princípios da economia política**. Porto: Edições Afrontamento, [s.d.]. Tomos I e II.

NEVES, José de Sousa M.F. – **Tecnologia Têxtil: matérias-primas têxteis**. Porto: Livraria Lopes da Silva Editora, 1982.

NEVES, José de Sousa M.F. – **Indústria e comércio dos têxteis: introdução ao estudo da actividade têxtil**. Porto: Livraria Lopes da Silva Editora, 1987.

NOGUEIRA, Aníbal de Couto – **Indústria e saúde pública**. Lisboa, [s.n.] 1957.

OLIVEIRA, Aurélio – As indústrias no Porto nos finais do século XVIII. In **A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica: colóquio**. Porto, 1997. Porto: Centro Leonardo Coimbra / FLUP,1997.

OLIVEIRA, Joaquim Morais – A Fábrica de Lanifícios de Lordelo. In **A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica: colóquio**. Porto, 1997. Porto: Centro Leonardo Coimbra / FLUP, 1997.

PATRIARCA, Fátima – ***A questão social no salazarismo 1930-1947.*** Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995. vols. 1 e 2. ISBN: 972-27-07140.

PATRÍCIO, Rui de M. d'Espiney – **A indústria no espaço português**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.1968.

PEREIRA, Augusto Castro – ***Contributo para a história dos têxteis no Vale do Ave: o caso da fábrica do Caído (1890-1990).*** V. N. Famalicão: C.M.V.N. de Famalicão, [1998?].

PEREIRA, Benjamim – **Têxteis: tecnologia e simbolismo**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Museu de Etnologia, 1985.

PEREIRA, Clemente; PHOR, Wladimir – A indústria portuguesa de fibras e a integração de Portugal na CEE. In **Congresso 80**. Coimbra: [s.n.], 1980.

PEREIRA, MIRIAM HALPERN (et al.) – Liberalismo e proteccionismo. In **Mesa-Redonda sobre O liberalismo português no séc. XIX.** Lisboa: Moraes Editores, 1981.

PERROUX, François – **Indústria e criação colectiva**. Lisboa: Livraria Morais Editora, 1965. (O Tempo e o Modo).

PHILLIPS, Estelle M.; PUGH, D.S. – **Como preparar um Mestrado ou Doutoramento: um manual prático para estudantes e seus orientadores**. Mem-Martins: Lyon Edições, 1988.

PIMENTA, Carlos (et al.) – ***A estratégia nacional de Portugal desde 1926 até 2000.*** Lisboa: IDITC, 2002. ISBN: 972-8321-47-3.

PINTO, A. A. Nogueira – **A indústria de lanifícios no ano de 1962**. Lisboa: FNIL, 1963.

PIORE, Michael J.; SABEL, Charles F. – **La Segunda ruptura industrial**. Madrid: Alianza Editorial, 1990. ISBN: 84-206-2642-2.

PORTELA, Artur (et al.) – ***O liberalismo português no século XIX, livre cambismo/proteccionismo.*** Lisboa: Moraes Editores, 1981.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – **Manual de investigação em Ciências Sociais**. 1ª ed. Lisboa: Gradiva, 1992.

RAMA, Carlos M. – **Teoria da História**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

REAL, C. CORTE – Indústria têxtil algodoeira. In **Congresso da Indústria Portuguesa**, 2, Lisboa,1957.

REIS, António (dir.) – ***Portugal Contemporâneo.*** Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LISBOA / CÂMARA DE COMÉRCIO – Comércio Português 1834-1950

RIBEIRO, João Mendes – **A indústria têxtil algodoeira**. [s.l.]: Nova Estrutura, 1963.

RODRIGUES, M.F.; MENDES, J.M.A. - **História da Indústria: da Idade Média aos nossos dias**. Lisboa: Publicações Europa-América / Associação Industrial Portuense, 1999.

ROMARIZ, Carlos – ***Algodão.*** Separata da "Enciclopédia da vida corrente". Lisboa: Avelar Machado, 1953:

ROSAS, Fernando – **Salazarismo e fomento económico**. Lisboa: Editorial Notícias, 2000. (Biblioteca de História). ISBN 972-46-1110-8.

ROSAS, Fernando – ***O Estado Novo.*** in História de Portugal, 7º volume, dir. de José Mattoso. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1994. ISBN 972-42-0916-4.

ROSAS, João Dias – ***Alguns aspectos da situação da indústria algodoeira nacional.*** Lisboa: separata dos Boletins D.G.S.I., Ano V- n.º 217 a 223, 1953.

ROSAS, João Dias – ***Esclarecimentos sobre a situação da indústria têxtil algodoeira.*** Braga: Livraria Cruz, 1958.

SAMPAIO, Alberto – ***Estudos Históricos e Económicos.*** Lisboa: Editorial Veja. 2º vol. 1979.

SANTOS, A. Ramos dos – Abertura e bloqueamento da economia portuguesa. **In Portugal Contemporâneo.** Lisboa. Publicações Alfa, 1990.

SANTOS, Maciel Morais – A mecanização da indústria e a construção mecânica portuguesa. In **A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica: colóquio**. Porto, 1997. Porto: Centro Leonardo Coimbra / FLUP,1997.

SÉCULO, separata de "O Século", que reúne uma série de entrevistas que o jornal publicou em 1973 com qualificados elementos da vida pública portuguesa e nas quais foram analisados alguns dos principais problemas do país.

SERÉN, Maria do Carmo – Imaginário industrial no século XIX. In **A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica: colóquio**. Porto, 1997. Porto: Centro Leonardo Coimbra / FLUP,1997.

SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (orgs) – **Metodologia das Ciências Sociais**. Porto: Edições Afrontamento, 1999. ISBN 972-36-0503-1.

SILVA, Isabel (dir.) – **Dicionário Enciclopédico das Freguesias.** Matosinhos: ANAFRE, 1996. ISBN 972-96087-2-3.

SMITH, Adam – **Riqueza das Nações**. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 2 vol. ISBN 972-31-0342-7.

SOUSA, Carlos Hermenegildo de – A industrialização nacional em face do poder de compra da população. In **Congresso da Indústria Portuguesa**, 2 Lisboa,1957.

SOUSA, Carlos Hermenegildo de – A indústria no 2º Plano de Fomento. In **Congresso da Indústria Portuguesa**, 2 Lisboa,1957.

SOUSA, Francisco de Almeida – Subsídios para a História da Electrificação Portuguesa. In **A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica: colóquio**. Porto,1997. Porto: Centro Leonardo Coimbra / FLUP,1997.

TORRES, Adelino; VELOSO, Laura – **Estudos de Economia Portuguesa**. Lisboa: A Regra do Jogo Edições, 1984.

UNAVE, Anuário 97 da Região do Vale do Ave. Rio Tinto: Europáginas, 1997. ISBN: 11592/97.

VALENTE, J.C. – **Estado Novo e Alegria no Trabalho: uma história política da FNAT (1935-1958)**. Lisboa: Edições Colibri / INATEL, 1999. ISBN 972-772-116-8.

VEYNE, Paul – **Como se escreve a História**. Lisboa: Edições 70, 1983. (Lugar da História; 20).

VILAÇA, Isabel M. A. G. Moreira – **A indústria dos damascos em Braga**. Braga: ASPA; CMB,1980.

VITAL, Maria Odete – **O emprego nos Planos de Fomento portugueses**. Lisboa: Ministério do Trabalho, 1974.

WEBER, Adolf – **Política Económica I: política Agrária , de las artes y Oficios e Industrial**. Barcelona: BOSCH, 1940.

XAVIER, J. de Bastos – Indústria de lanifícios. **Anuário Comercial de Portugal**. (1957).

XAVIER, J.Ubach – **A indústria de lanifícios e seus problemas**. Lisboa: FNIL, 1957.

2. Fontes estatísticas

CENSOS – 1991, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Estatística industrial – 1945. Lisboa: INE, 1946.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Estatística industrial – 1950. Lisboa: INE, 1951.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Estatística industrial – 1960. Lisboa: INE, 1961.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Estatística industrial – 1970 (Continente e Ilhas Adjacentes). Lisboa: INE, 1971.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Estatística industrial – 1980 (Continente, Açores e Madeira). Lisboa: INE, 1983.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Estatística industrial – 1989 (Indústrias transformadoras). Vol. I. Lisboa: INE, 1989. ISSN 0079-418X.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Estatística das Empresas Industriais – 1990-91. Lisboa: INE, 1991. ISSN 0872-8879.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Estatística da Produção Industrial – 1992-95. Lisboa: INE, 1995. ISSN 0873-1128.

3. Fontes notariais

- Acta de inauguração das escolas (1894)
- Escritura de doação de terreno e construção das escolas (1899)
- Estatuto da Irmandade de Santa Maria em S. Martinho do Campo (1898)

4. Legislação

Decreto-Lei n.º 19:345, de 14 de Fevereiro de 1931 – Condicionamento Industrial.

Decreto-Lei n.º 19:409, de 4 de Março de 1931 – Regulamentação do Condicionamento Industrial.

Decreto-Lei n.º 20:521, 17 de Novembro de 1931 – Alargamento ligado ao Condicionamento Industrial.

Decreto n.º 21:226, de 10 de Maio de 1932 – Prémios de exportação do algodão em rama e fomento de produção.

Decreto-Lei n.º 21:515, de 26 de Julho de 1932 – A propósito do Condicionamento Industrial.

Decreto-Lei n.º 24:402, de 24 de Agosto de 1934 – Horário de trabalho nos estabelecimentos industriais.

Decreto-Lei n.º 24:403, de 24 de Agosto e 1934 – Regula a fiscalização do horário de trabalho.

Lei n.º 1:884, de 16 de Março de 1935 – Especifica as instituições que ficam reconhecidas como sendo de previdência social.

Decreto-Lei n.º 1:914, 24 de Maio de 1935 – Bases relativas à reconstituição económica.

Decreto-Lei n.º 26:509, de 11 de Abril de 1936 – Regras a que deve obedecer o estabelecimento, a reabertura e o exercício das indústrias nas colónias.

Decreto-Lei n.º 27:701, de 15 de Maio de 1937 – Fundo corporativo.

Decreto-Lei n.º 27:702, 15 de Maio de 1937 – Criação da Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama.

Lei n.º 1:956, 17 de Maio de 1937 – Indústrias que ficam sujeitas ao condicionamento.

Decreto-Lei n.º 27:758, de 15 de Junho de 1937 – Isenta algumas empresas das obrigações do condicionamento.

Lei n.º 27:994, de 26 de Agosto de 1937 – Disposições legais sobre o condicionamento industrial.

Decreto-lei n.º 29:110, de 12 de Novembro de 1938 – Corporações.

Decreto-Lei n.º 29:111, de 12 de Novembro de 1938 – Constituição da Câmara Corporativa.

Decreto-Lei n.º 29:232, 8 de Novembro de 1939 – Associações patronais e corporações.

Decreto-Lei n.º 31:952, 1 de Abril de 1942 – Estabelecimento dos preços do algodão.

Lei n.º 1:994, de 13 de Abril de 1943 – Lei da nacionalização dos capitais.

Lei n.º 2:002, de 26 de Dezembro de 1944 – Electrificação do país.

Lei n.º 2:005, de 14 de Março do 1945 – Bases a que deve obedecer o fomento e reorganização industrial.

Lei n.º 34:643, de 1 Junho de 1945 – Condicionamento, maquinaria e situação das colónias.

Decreto n.º 35:844, de 31 de Agosto de 1946 – Regulamentação sobre a cultura de algodão nas colónias portuguesas.

Decreto-Lei n.º 36:030, de 12 de Dezembro de 1946 – Apetrechamento industrial do país.

Portaria n.º 11:879, de 7 de Junho de 1947 – Esclarecimento sobre a situação das oficinas de trabalho caseiro e familiar autónomo.

Lei n.º 36:443, de 30 de Julho de 1947 – Isenção do condicionamento industrial de muitas modalidades da indústria.

Decreto-Lei n.º 36:501, de 9 de Setembro de 1947 – Fundo de Fomento Industrial e Fundo de Abastecimento.

Lei n.º 36:933, de 24 de Junho de 1948 – Criação da Direcção Geral dos Serviços Industriais e definição das suas atribuições.

Lei n.º 36:945, de 28 de Junho de 1948 – Regulamentação sobre o condicionamento industrial.

Decreto-Lei n.º 37:523, de 15 de Agosto de 1949 – Disposições relativas à produção de algodão colonial.

Lei n.º 38:143, de 30 de Dezembro de 1950 – Libertação de algumas modalidades da indústria em relação ao condicionamento.

Lei n.º 2:052, de 11 de Março de 1952 – Bases do condicionamento industrial.

Decreto-Lei n.º 38:783, de 10 de Junho de 1952 – Regulamenta o exercício do trabalho caseiro e familiar autónomo.

Lei n.º 2:058, de 29 de Dezembro de 1952 – Bases para a execução do Plano de Fomento (53-58).

Decreto-Lei n.º 39:634, de 5 de Maio de 1954 – Revisão do regime do condicionamento previsto pela Lei n.º 2050 e regulamentação do processo das autorizações.

Decreto-Lei n.º 40:405, de 24 de Novembro de 1955 – Zonas algodoeiras nas colónias, sua concessão, produção e subsídios.

Despacho de 17 de Dezembro de 1955 – Nomeação de uma comissão para proceder ao estudo dos critérios que servem de base à elaboração das tabelas de preços de fios e à respectiva classificação para efeitos de venda às tecelagens.

Portaria de 24 de Janeiro de 1956 – Nomeação de uma comissão para fazer um estudo das condições técnicas e económicas em que a indústria de fiação e tecidos de algodão trabalha.

Lei n.º 2:086, de 22 de Agosto de 1956 – Bases para a instituição das corporações.

Lei n.º 2: 089, de 8 de Junho de 1957 – Criação do Instituto Nacional de Investigação Industrial.

Decreto-Lei n.º 41:875, de 23 de Setembro de 1958 – Instituição da Corporação da Indústria.

Decreto-Lei n.º 41:876, de 23 de Setembro de 1958 – Instituição da Corporação do Comércio.

Lei n.º 2:094, de 25 de Novembro de 1958 – II Plano de Fomento (59-64).

Decreto-Lei n.º 42:593, de 19 de Outubro de 1959 – Criação da Comissão Interministerial do Plano de Fomento e definição das suas atribuições.

Decreto-Lei n.º 44:506, de 10 de Agosto de 1962 – Levantamento de questões da organização industrial.

Decreto-Lei n.º 44:652, de 27 de Outubro de 1962 – Disposições destinadas a fomentar o crescimento económico e social dos territórios e regiões menos desenvolvidas do espaço português. Introdução de alterações na orgânica do Conselho de Ministros.

Lei n.º 2:123, de 14 de Dezembro de 1964 – Plano Intercalar do Fomento (65-67).

Decreto-Lei n.º 46:666, de 24 de Novembro de 1965 – Condicionamento Industrial no espaço português.

Decreto-Lei n.º 46:909, de 19 de Março de 1966 – Reorganização dos serviços de planeamento e integração económica.

Lei n.º 2:133, de 20 de Dezembro de 1967 – III Plano de Fomento (68-73).

Decreto-Lei n.º 48:301, de 30 de Março de 1968 – Criação do Centro de Estudos do Planeamento.

Decreto-Lei n.º 48:905, de 11 de Março de 1969 – Definição da orgânica administrativa adequada ao início da realização do planeamento regional.

Decreto-Lei n.º 49:194, de 19 de Agosto de 1969 – Criação de gabinetes nos departamentos governamentais.

Decreto n.º 49:364, de 8 de Novembro de 1969 – Regulamenta a constituição e funcionamento das comissões consultivas.

Decreto n.º 8/70, de 6 de Janeiro – Criação de gabinetes nos departamentos governamentais.

Decreto n.º 102/70, de 13 de Março – Criação nas Secretarias de Estado da Agricultura, do Comércio e da Indústria de gabinetes de planeamento.

Decreto n.º 8/73, de 26 de Dezembro – Organização e execução do IV Plano de Fomento (1974-1979).

5. Periódicos

- **Alavanca** – 1974, 1975 e 1976.
- **A Bola** – 1983.
- **Gazeta dos Desportos** – 1983.
- **Jornal de Notícias** – 1934, 1959, 1976 e 1984.
- **Jornal de São Martinho** – 1982.
- **Jornal de Santo Thyrso** – 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983 e 1984.
- **O Comércio do Porto** – 1934, 1959, 1976 e 1984.
- **O Primeiro de Janeiro** – 1934, 1959, 1976 e 1984.
- **Semana Tirsense** – 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962,1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973 e 1974.

6. Fontes Impressas diversas

A INDÚSTRIA NACIONAL – 1935 e 1936.

INDÚSTRIA PORTUGUESA – 1934 e 1935.

INDÚSTRIA TÊXTIL – 1929, 1930 e 1931.

BOLETIM DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939 e 1940

BOLETIM DO INDUSTRIAL – Maio de 1936 a Maio de 1938.

MONITOR – 1928.

REVISTA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA – 1928 e 1929.

TESTEMUNHOS ORAIS

- ***Abílio Almeida Costa***, antigo funcionário, industrial e actual deputado à Assembleia da República
- ***Adelino Moreira,*** comerciante e actual Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho do Campo
- ***Alice Rilo,*** professora primária aposentada
- ***Conceição Machado,*** chefe de Secção de Contabilidade
- ***Graça Silva,*** secretária da Administração
- ***Irene Almeida Costa,*** professora de 1.º ciclo
- ***José Barbosa,*** chefe da Secção de Pessoal
- ***José Carvalho,*** antigo funcionário
- ***José Pinheiro,*** chefe do Agrupamento de Escuteiros de S. Martinho do Campo
- ***Maria Fernanda F. Oliveira,*** industrial e filha do Comendador Abílio Ferreira de Oliveira
- ***Maria Glória Alves,*** chefe do Sector de Exportações
- ***Pinto de Almeida,*** director Técnico de Produção
- ***Raul Carvalho,*** enfermeiro aposentado
- ***Rosa Caldas,*** auxiliar de acção educativa

ÍNDICES DIVERSOS

ÍNDICE DE QUADROS

N.º	Título	Pág.
1	Diários do Governo *Levantamento de Legislação	10
2	As fibras têxteis	21
3	Propriedades do algodão	24
4	O ciclo do algodão	25
5	Estabelecimentos industriais em 1814	40
6	Empresas têxteis algodoeiras	48
7	Algodão em rama consumido (1945 – 1970)	49
8	Máquinas operatórias de fiação	50
9	Máquinas operatórias de tecelagem	51
10	Produção da fiação (1945 – 1980)	52
11	Produção da tecelagem de algodão (1945 – 1980)	53
12	Relação da população activa com o PNB	54
13	Situação da indústria têxtil algodoeira na década de 50	58
14	Estrutura de emprego pelos sectores de actividades	63
15	Número de unidades industriais (1935 – 1955)	97
16	Trabalhadores na indústria têxtil (1950 – 1989)	99
17	Salários mínimos da indústria de fiação e tecidos em 1936	117
18	Produção da Secção de Tecelagem (1934 - 1959)	139
19	Produção da Secção de Fiação (1947-1959)	139
20	Produção da fiação (1993 – 2002)	173

21 Produção de tecelagem (1993 – 2002)..... 174

22 Distribuição de funcionários por idade e sexo..... 177

23 Distribuição de funcionários por sectores de trabalho..... 178

24 Distribuição de funcionários por turnos de trabalho..... 178

ÍNDICE DE FIGURAS

N.º Título **Pág.**

1 Spinning-Jenny (1764) de James Hargreaves..... 37

2 A "mule jenny" de S. Crompton..... 37

3 Máquina de tecer de Edmund Cartwrigt..... 38

4 Desenho de Abílio Ferreira Oliveira..... 135

ÍNDICE DE GRÁFICOS

N.º Título **Pág.**

1 Empresas têxteis de algodão..... 48

2 Algodão em rama consumido entre 1945 e 1970..... 49

3 Máquinas operatórias de fiação..... 50

4 Máquinas operatórias de tecelagem..... 51

5 Produção de fiação entre 1945 e 1970..... 52

6 Produção de tecelagem de algodão entre 1945 e 1980..... 53

7 Evolução demográfica em S. Martinho do Campo..... 73

8 Produção da Secção de Tecelagem (1934 - 1959)..... 139

9 Produção da Secção de Fiação (1947-1959)..... 140

10 Produção da fiação (1993 – 2002)..... 173

11 Produção de tecelagem (1993 – 2002)..... 174

12 Relação entre produção da secção de fiação e tecelagem (1993-2002) 174

13 Distribuição de funcionários por idade e sexo 177

14 Distribuição de funcionários por sectores de trabalho 178

15 Distribuição de funcionários por turnos de trabalho 179

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

N.º Título **Pág.**

1 São Martinho 78

2 Igreja matriz de S. Martinho do Campo 80

3 Pormenor de talha dourada da Matriz de S. Martinho do Campo 80

4 Capela do Espírito Santo em S. Martinho do Campo 81

5 Centro de Saúde de S. Martinho do Campo 86

6 Casa de Beneficência Manuel Dias Machado 88

7 Abílio Ferreira de Oliveira 103

8 Vista geral da fábrica "A Flor do Campo, L.da" 115

9 Busto do Comendador Abílio Ferreira de Oliveira 162

10 Busto de Maria da Conceição Ribeiro Oliveira 163

11 Máquina do sector de fiação que executa o pré-fio 175

12 Tear visto do lado do pente, observando-se a transformação da teia em vichy 176

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
Mestrado em História Contemporânea

A FLOR DO CAMPO

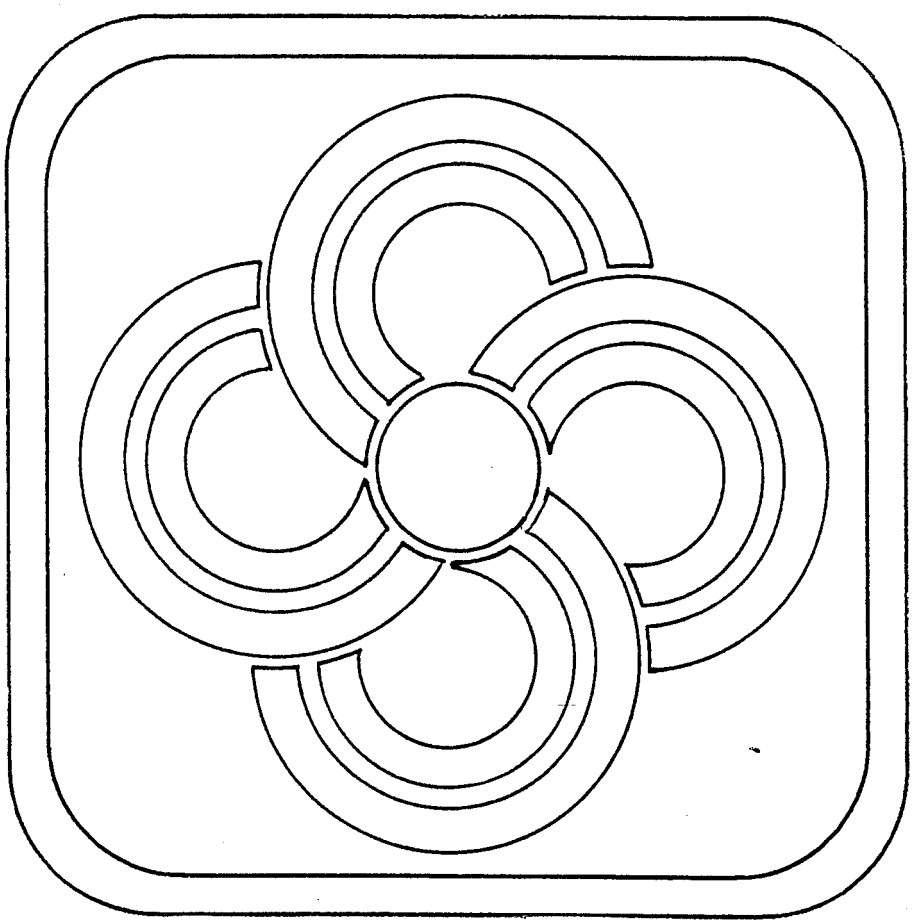
- ANEXOS -

José Manuel Queijo Barbosa
Porto, Novembro de 2002

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
Mestrado em História Contemporânea

A FLOR DO CAMPO

- ANEXOS -



José Manuel Queijo Barbosa
Porto, Novembro de 2002

APRESENTAÇÃO

A presente compilação intitulada "anexos" consiste numa selecção de documentos diversificados que, directa ou indirectamente, viriam a ser relevantes na elaboração da nossa tese.

Realçamos o facto de termos optado pela inclusão destes elementos no presente anexo, numa clara intenção de não transformar o texto principal numa monotonia para quem o vai ler.

Por outro lado, gostaríamos de salientar o facto destes anexos possuírem elementos escritos e visuais de grande riqueza que espelham uma boa parte da investigação, e que nem sempre tiveram a oportunidade de surgir de forma explícita no corpo central da dissertação. Fazemos ainda uma última referência ao facto de haver um ou outro documento pontualmente repetido no texto e também nestes anexos, que se justifica pela necessidade de imprimir uma certa coerência sequencial nesta compilação.

A concluir salientamos o facto destes anexos não representarem para nós um mero acessório da tese, mas, pelo contrário, congregarem informações que para além de relevantes são um motivo de satisfação pessoal.

ÍNDICE

	Pág.
Apresentação	1
Índice	3
A - Cronologia 1930-2000	5
B – Textos & Documentos	27
C – Legislação	41
D – Algodão	67
E – Cronologia de inventos e aplicações técnicas	77
F – Boletins do Instituto Nacional de Estatística	91
G – Localização Geográfica	113
H – Visita à fábrica	119
I – Logótipos, organigrama, plantas e lista de pessoal	139
J – Notícias nos jornais	153
K – Fotografias	231
L – Registo oral	249

A. CRONOLOGIA 1930-2000

A cronologia 1930-2000 foi um dos elementos utilizados ao longo do nosso trabalho, funcionando como uma espécie de auxiliar de memória do que mais significativo ocorreu no Portugal do século XX entre as datas seleccionadas como limites.

Ter uma ideia geral dos principais acontecimentos ocorridos em Portugal ao longo do século XX a partir dos anos 30 (a fábrica foi fundada em 1934) e em simultâneo registar numa coluna paralela aspectos mais relevantes da economia pareceu-nos fundamental para acompanhar o nosso trabalho, até porque a nossa formação académica (licenciatura) não abordou estas décadas, daí as inevitáveis lacunas deste longo período.

Tal como outros elementos seleccionados, esta cronologia tem uma importância relativa e pode ser sempre questionável a sua inclusão neste anexo, mas é nossa intenção fazer um apanhado da diversidade de elementos que serviram de base ao nosso estudo.

MESTRADO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

CRONOLOGIA 1930-2000

PORTUGAL GERAL	ECONOMIA
1930 • Carmona nomeia novo governo, onde Salazar detém uma posição reforçada, como ministro das Finanças e das Colónias. • Pelo Decreto n.º 18570 é aprovado o Acto Colonial, base pragmática e legal da política colonialista.	• Crise económica desencadeia greve nos trabalhadores de lanifícios da região da Covilhã. • No contexto da "Grande Depressão", o governo proíbe as empresas sediadas em "Portugal Continental" de contratarem empregados não portugueses, através do Decreto n.º 18415.
1931 • Depois de manifestações expontâneas contra a Ditadura em vários pontos do país severamente reprimidas, o governo e a União Nacional organizam em Lisboa contramanifestações de apoio ao regime, com Salazar a fazer um discurso: "O interesse nacional na política da Ditadura". • Retomando os propósitos já expressos em 1927, o governo da Ditadura militar cria o Conselho Superior da Economia Nacional (subdividido no Conselho Nacional da Agricultura, C. N. de Comércio, C. N. de Indústria, C. N. das Colónias e C. N. do Trabalho) através do Decreto n.º 20342.	• Decretos n.º 19354 e 19409 revelam uma concepção intervencionista e tradicionalista do Estado face à actividade industrial, tornando dependente da autorização ministerial: a instalação de novos estabelecimentos industriais ou a reabertura dos que tiverem paralisado a sua actividade por mais de dois anos; montagem ou substituição de maquinismos de que resultem aumento de produção; a passagem de indústrias para mãos estrangeiras. Suspendem ainda a concessão de patentes para novas indústrias e de novos processos industriais.
1932 • Toma posse o 8º governo da Ditadura Militar presidido por Salazar, o primeiro civil a ocupar o cargo desde 28 de Maio de 1926. • Aprovação dos estatutos da União Nacional.	• Grande Exposição da Indústria Portuguesa. • Duarte Pacheco, recém-nomeado para Ministro das Obras Públicas e Comunicações, propõe usar as verbas do Fundo de Desemprego nos

• Salazar profere, perante os corpos dirigentes da União Nacional, o discurso "As diferentes forças políticas em face da Revolução Nacional", onde reafirma a recusa de "facções ou partidos políticos".	programas de obras públicas que o Estado Novo quer levar a cabo, com muita visibilidade social e excelentes instrumentos de propaganda, para além de combaterem o desemprego.
1933 • É promulgada e entra em vigor a Constituição Política da República Portuguesa. • Através do Decreto-Lei n.º 23054, é criado, por iniciativa e sob a supervisão directa de Salazar, o Secretariado de Propaganda Nacional, entregue a António Ferro, um intelectual modernista. • Fundação da Emissora Nacional. • Inauguração dos estúdios da Tóbis Portuguesa. • Criação do Tribunal Militar Especial, para casos políticos.	• É publicada legislação que impõe modalidades "corporativas" na organização dos trabalhadores, do patronato, destes entre si e de todos com o Estado. O Estatuto do Trabalho Nacional (Decreto-Lei n.º 23048) cria as «Corporações» (só instituídas a partir de 1956), os «Sindicatos Nacionais» e os «Grémios» («Industriais» ou «da Lavoura», formados pelas «entidades patronais»). São igualmente instituídas as Casas do Povo e o Instituto Nacional de Trabalho e Previdência).
1934 • Tem início a primeira tentativa revolucionária de derrubar o Estado Novo, exclusivamente protagonizada por civis, que acabou com uma grande repressão do Governo. • É inaugurada no Porto a I Exposição Colonial Portuguesa. • Primeiras eleições legislativas posteriores a 1926, que só serviram para legitimar o regime formalmente, e apenas a União Nacional é autorizada a concorrer para preencher os 90 lugares de deputados à Assembleia Nacional, pelo círculo único que integrava todo o território nacional («metrópole» e «colónias»).	• Fracasso da greve geral promovida pelos anarquistas e alguns comunistas, contra a fascização dos sindicatos.
1935 • Carmona, candidato único, é reeleito presidente da República. • 1º de Maio aproveitado para engrandecer o regime, tendo o Estado Novo promovido pela primeira vez festejos oficiais do "Dia do Trabalho". • Através do Decreto-Lei n.º 25495, é criada a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT).	• Lei do Regime Geral de Previdência. • Lei de Reconstituição Económica.

1936 • Criação do Tarrafal, um campo de concentração para presos políticos. • Fundação da Mocidade Portuguesa. • Criação da Legião Portuguesa, no seguimento de um comício anticomunista realizado a 28 de Agosto na Praça de Touros do Campo Pequeno.	• Por intermédio do Decreto-Lei n.º 26 757, o Governo de Salazar define o regime jurídico dos Organismos de Coordenação Económica (Comissões Reguladoras, Juntas Nacionais e Institutos), permitindo ao Executivo um controlo mais efectivo da «economia nacional» e a substituição do modelo de «capitalismo liberal» por um «capitalismo monopolista de Estado».
1937 • Criação das "Casas dos Pescadores" à semelhança das "Casas do Povo". • O regime apoia a rebelião franquista, o que origina uma vaga de atentados bombistas. • Atentado à bomba contra Salazar.	• A Lei n.º 1956 leva o Governo a sistematizar os princípios orientadores e a reformular as modalidades de intervenção, universalizando o âmbito da aplicação do "Condicionalismo Industrial". • Criação da Organização Corporativa Agrícola.
1938 • Em nota oficiosa de publicação obrigatória, Salazar divulga «ao país e ao mundo» os objectivos e o primeiro esboço de programa geral das Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração (a realizar em 1940): Grande Exposição Histórica do Mundo Português, Exposição de Arte Portuguesa, Grande Exposição Etnográfica, Grande Exposição do Estado Novo, Congresso do Mundo Português, Cortejo do Mundo Português, Cortejo do Trabalho e um ambicioso programa de obras públicas.	• Criação da Comissão Reorganizadora da Indústria da Chapelaria, equiparada a um organismo de coordenação económica, com a missão de proceder à concentração do sector, pela eliminação dos produtos tecnicamente menos valiosos e pela fusão de empresas. • Os lanifícios, a cortiça e a moagem eram sectores onde se verificava uma mais acentuada cartelização obrigatória e de regulamentação por parte do Estado.
1939 • O Governo promove uma manifestação de associados dos Sindicatos Nacionais, Casas do Povo e Casas dos Pescadores. • I Congresso da Mocidade Portuguesa. • Portugal e Espanha assinam o Tratado de Amizade e Não Agressão Luso-Espanhol conhecido como Pacto Ibérico.	• O Decreto-Lei n.º 30 137 atribui ao Governo, às estruturas corporativas e aos organismos de coordenação económica competências alargadas em matéria de fixação de preços e definição de quotas de distribuição de alguns produtos a importar ou destinados à exportação. Pretendia-se preservar o país das repercussões negativas da 2ª Guerra Mundial e potenciar as «consequências positivas».

• Posição de neutralidade face ao desencadeamento da II Guerra Mundial.	
1940 • O Governo português e a Santa Sé assinam em Roma a Concordata e o Acordo Missionário. • Começam no Castelo de Guimarães as comemorações do "Duplo Centenário da Formação da Nacionalidade e da Restauração (1140-1640-1940)" e Salazar profere o discurso «800 anos de independência».	• O Decreto-Lei n.º 30 679 cria o Ministério da Economia, para o qual transitam os serviços do Ministério do Comércio e Indústria e do Ministério da Agricultura.
1941 • Roosevelt em discurso admite controlo aliado das ilhas portuguesas. • Greve universitária em Lisboa e Coimbra contra aumento das propinas.	• Os trabalhadores da indústria têxtil da Covilhã iniciam um movimento grevista. Exigem aumentos salariais que compensem a quebra do poder de compra resultante do aumento de preços, da escassez de bens de consumo, do açambarcamento e da especulação, motivados pela guerra.
1942 • Reeleição de Carmona como Presidente da República. • No discurso "Defesa económica, defesa moral, defesa política", pronunciado aos microfones da Emissora Nacional, Salazar critica as posições assumidas pelos regimes demoliberais, concretamente os princípios ligados ao capitalismo liberal e às instituições criadas. • Encontro Salazar/Franco em Sevilha. • Eleições legislativas sem oposição.	• Dirigindo-se aos representantes dos "Sindicatos Nacionais", num comício realizado no Coliseu dos Recreios, Salazar defende as vantagens da "organização corporativa" relativamente aos sistemas demoliberal e comunista. Neste mesmo dia recebe o título de "sócio honorário" da organização sindical corporativa. • Numa nota oficiosa "Manifestações e indisciplina social" o Governo exprime preocupações perante o surto grevista e empenha-se na sua firme repressão.
1943 • Decreto permite requisição de instalações, serviços ou empresas. • Criação do Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), aglutinando a maioria do universo oposicionista português.	• Lei n.º 1994 sobre a nacionalização de capitais. • Início do racionamento de géneros de primeira necessidade.

1944 • Greves e manifestações contra a má qualidade de vida são fortemente reprimidas. • II Congresso da União Nacional. • Acordo secreto para concessão aos EUA de aeródromo em Santa Maria (Açores).	• Suspensão da exploração e exportação de volfrâmio. • Resultante da pressão "modernizadora" exercida pela corrente "industrialista" do Estado Novo, é promulgada a Lei n.º 2002, que estabelece um plano global para a electrificação do país.
1945 • Governo decreta "luto oficial" de três dias pela morte de Hitler, revelando contradições na forma como encarou e participou (indirectamente) na Segunda Guerra Mundial. Para além do suicídio de Hitler, também Mussolini foi morto por populares em 28 de Abril. • Manifestações espontâneas pela rendição e capitulação das tropas alemãs ao mesmo tempo que correntes oposicionista ao Governo de Salazar solicitam a sua substituição. • Fracassa em Agosto uma tentativa de golpe de Estado contra o Estado Novo dirigida por Norton de Matos. • A 5 de Outubro, ao evocar-se a implantação da República, mais uma vez se exige o fim do Estado Novo. Salazar faz um recuo tácito dando ideia que está a seguir a opinião pública e as pressões internacionais, dissolvendo a Assembleia Nacional e convocando eleições "livres". • Em 8 de Outubro várias correntes da oposição unem-se e fundam em Lisboa o Movimento de Unidade Democrática (MUD). • A 22 de Outubro o Governo de Salazar extingue a PVDE, para atenuar a imagem negativa criada pela sua actuação repressiva, e cria a polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE).	• Lei do Fomento e Reorganização Industrial, em que o Governo de Salazar estabelece as linhas orientadoras de um futuro crescimento industrial integrado e com forte pendor monopolista. Preconiza-se uma responsabilidade conjunta do Estado e das grandes empresas. • Greves de trabalhadores rurais do Alentejo e Ribatejo contra a falta de alimentos, a subida de preços e a natureza ditatorial do Estado Novo. • A 19 de Maio várias organizações criadas pelo regime (União Nacional, Sindicatos Nacionais, Casas do Povo, Grémios da Lavoura, etc.) manifestam-se em Lisboa a favor do Estado Novo, contando ainda com o apoio das Câmaras Municipais e Governos Civis.

1946 • A 22 de Julho a revista norte-americana TIME publica no número de Julho um artigo crítico sobre a situação que então se vivia em Portugal, sobre a natureza do Estado Novo e a personalidade de António de Oliveira Salazar ("Portugal: até que ponto o melhor é mau?"). Por decisão do "chefe" do Governo português, o jornalista responsável é expulso do país, o número em causa é retirado do mercado português e proibida a venda da TIME durante seis anos. • A 3 de Agosto, o Governo de Salazar apresenta em Nova Iorque o pedido de adesão de Portugal à Organização das Nações Unidas (ONU), mas é vetado pela URSS, argumentando o regime fascista em que se vivia e também o colaboracionismo com Mussolini, Franco e Petain. O MUD aproveita esta situação para expressar a sua posição. • Em Outubro há uma tentativa de golpe militar visando derrubar a Ditadura, comandada a partir do porto pelo capitão Fernando Queiroga.	• Exigindo uma melhoria das suas condições de vida e a instauração de um regime democrático, os operários têxteis da zona da Covilhã realizam um movimento grevista com grande amplitude. Apesar da intervenção policial, vão conseguir alcançar alguns dos seus objectivos, caso do aumento de salários e redução do horário de trabalho. • Ocorrem em diversos centros industriais, piscatórios e mineiros greves e manifestações de protesto contra o agravamento das condições de vida e exigindo aumentos dos salários.
1947 • Nova tentativa de golpe militar em Abril é anulada pelo Governo de Salazar. • Diversos funcionários públicos (civis e militares) são demitidos por terem participado em "actividades ilegais" ou por "delitos de opinião".	• Remodelação governamental, levando Daniel Barbosa à pasta da Economia. • Vários movimentos grevistas realizados por trabalhadores agrícolas alentejanos em luta por melhores salários são sistematicamente reprimidos.
1948 • A 10 de Julho, acusado pelo Governo de Salazar de utilizar um "estilo marxista" e de estar a "Prejudicar a alma da Nação", é proibido o jornal católico O Trabalhador , órgão oficial da Liga Operária Católica (LOC) e da Juventude Operária Católica (JOC), dirigido pelo padre Abel Varzim.	• Rejeição da aplicação do Plano Marshall. O segundo momento da aplicação do referido Plano é aceite. • Adesão à Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE).

1949 • Constituição da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sendo Portugal um dos seus membros fundadores. António Ferro é demitido do cargo de SPN e nomeado ministro plenipotenciário em Roma. Consolida-se a ligação entre o Estado Novo e uma concepção (uma prática) "modernista" da arte, da cultura e da propaganda. Tratou-se de um "exílio dourado" para um colaborador do regime que Salazar passou a considerar desnecessário e/ou incómodo. • Apesar de excluído da ONU e de se viver um regime ditatorial, o Governo de Salazar subscreve a Declaração Universal dos Direitos do Homem (aprovada em Paris a 10 de Dezembro de 1949).	• Governo fixa paridade do escudo em relação ao dólar. • No Alentejo e no Ribatejo, trabalhadores rurais desenvolvem significativos processos de luta (greves, concentrações e manifestações) contra a falta de géneros alimentares, o desemprego e a fome.
1950 • O embaixador da União Indiana apresenta em Lisboa proposta de negociação da integração do Estado Português da Índia, que o Governo rejeita liminarmente. • Álvaro Cunhal era condenado a uma longa pena de prisão por ser acusado de reincidir em "crimes contra a segurança do Estado".	• De acordo com um estudo elaborado por Francisco Pereira de Moura, Manuel Jacinto Nunes e Luís Teixeira Pinto, em Portugal e no final da década de quarenta, apenas 39% do produto industrial coubera à remuneração do trabalho, enquanto nos países mais desenvolvidos essa percentagem era em média 60%.
1951 • Na sequência da morte do marechal Carmona, inicia-se o processo para eleição do presidente da República com as candidaturas do general Craveiro Lopes (pelo regime), do prof. Dr. Rui Luís Gomes (candidato da oposição comunista que será dado como inelegível) e do contra-almirante Quintão Meireles (candidato da oposição republicana e democrática que acaba por ser retirado por falta de garantias mínimas de democraticidade, apelando à abstenção). • Revisão constitucional extingue a designação "Império Colonial Português".	• Inauguração da ponte sobre o Tejo em Vila Franca de Xira e da barragem do Castelo de Bode, elemento importante do plano de electrificação implementado desde o final de 1944. • É constituída a Comunidade Europeia do Carvão e Aço (CECA), composta pela Bélgica, Holanda, RFA, França e Luxemburgo.

1952 • A PIDE prende vários membros (militares e civis) de um grupo político clandestino de matriz republicana sob a acusação de praticarem actos subversivos contra o Estado. Entre os detidos encontra-se Henrique Galvão. • Conselho do Pacto do Atlântico Norte realizado em Lisboa, havendo campanhas públicas contra a NATO. • Novo encontro entre Salazar e Franco, desta feita em Cidade Rodrigo.	• Através da Lei n.º 2058, o Governo do Estado Novo define as bases para a execução do I Plano de Fomento (relativo aos anos económicos de 1953 a 1958). Aprovado em Conselho de Ministros e profusamente divulgado na imprensa, foi inicialmente elaborado sob a coordenação de Marcelo Caetano (representante máximo da "ala industrialista" do regime) e destinava-se a servir de base orientadora a uma reestruturação global da economia portuguesa (no sentido da modernização da agricultura, da industrialização, terciarização e urbanização). Acabou, no entanto, por ser profundamente mutilado e transformado de acordo com princípios definidos pelo próprio Salazar (líder do Estado Novo e da sua "ala ruralista"). De acordo com o testemunho do próprio Marcelo Caetano e de Ferreira Dias, o que começou por ser um plano de transformação estrutural da economia no sentido da modernização e do reforço dos níveis de integração (interna e externa) na economia mundo-capitalista foi transformado num "mero" "plano de obras públicas". Tratou-se, apesar de todas as limitações, da primeira tentativa sistemática de intervenção do regime ao nível da planificação global da economia numa perspectiva de médio/longo prazo.
1953 • A União Indiana solicita à ONU a integração da Índia Portuguesa. • Lei n.º 2066 extingue o "Império Colonial Português" e cria as "Províncias Ultramarinas". • Bloqueio naval de Goa pela União Indiana.	• Em São Tomé e Príncipe milhares de "contratados" manifestaram-se contra as condições de recrutamento forçado de mão-de-obra indígena para as grandes plantações.
1954 • O "Dia do Trabalhador" é assinalado em várias localidades do país com greves e manifestações de protesto contra a ditadura e em favor de melhores condições de	• Catarina Eufémia, uma ceifeira alentejana, é morta pela GNR durante uma greve.

vida. • Encerramento da Colónia Penal do Tarrafal.	• Bispo da Beira, em carta pastoral, condena abusos sobre trabalhadores africanos.
1955 • Morre o General Norton de Matos. • Surge a Fundação Calouste Gulbenkian, através do Decreto-Lei n.º40690. • Governo português processa a União Indiana no Tribunal Internacional de Haia. • Criação da RTP. • Portugal, membro de pleno direito da ONU.	• Onda de greves na capital em torno de reivindicações laborais afecta a quase totalidade das médias e grandes empresas industriais de área. São conseguidos aumentos salariais. • Lei n.º 2085 institui as Corporações, 23 anos depois da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional.
1956 • Visita de Craveiro Lopes a Moçambique e outros territórios da África Austral. • Criação do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola).	• Instituição das Corporações, cúpula do "edifício corporativo", que em teoria, seria um vector fundamental de estruturação e organização autónoma da nova sociedade portuguesa.
1957 • Têm início as emissões regulares de televisão, que vai ser usada por Salazar como um instrumento de propaganda e enquadramento ideológico. • Visita da rainha Isabel II de Inglaterra. • General Humberto Delgado candidata-se à Presidência da República, como candidato da oposição não comunista.	• Bélgica, Holanda, França, Itália, Luxemburgo e Alemanha Ocidental fundam a Comunidade Económica Europeia (CEE), ficando mais uma vez Portugal de fora.
1958 • Américo Tomás "eleito" presidente da República. • Várias greves varrem o país, de características essencialmente políticas, protestam contra a ditadura e contra fraude a eleitoral de que foi vítima a candidatura do general Humberto Delgado. A PIDE efectua numerosas prisões. • D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, escreve carta crítica a Salazar.	• O Governo divulga e aprova a o II Plano de Fomento (1959-1964), mantendo uma postura de compromisso entre os dois sectores do regime: os defensores de um crescimento e modernização acelerada da economia e a "ala conservadora" que achava que o Estado deveria preservar o país das inevitáveis consequências negativas do reforço da industrialização e da urbanização.

1959 • Milhares de cidadãos subscrevem uma petição na qual solicitam a Salazar que se demita e permita uma transição pacífica para um regime democrático. A PIDE prende dezenas de pessoas. • Para evitar que a eleição para a presidência da República suscitasse tanto envolvimento popular como tinha acontecido com Humberto Delgado, é aprovada pela Assembleia Nacional a Lei n.º 2100, onde se afirma que o "supremo magistrado da Nação" passa a ser "escolhido" por um colégio eleitoral restrito, constituído por 602 membros, totalmente dominados por Salazar e pela União Nacional.	• Assinado em Lisboa o acto de adesão de Portugal ao tratado que institui a EFTA (Associação Económica de Comércio Livre), o que muito agradou aos conservadores apoiados por Salazar, enquanto os "industrialistas" pretendiam a aproximação à CEE. • O Governo de Salazar assume, uma vez mais, mesmo que de forma mitigada, o objectivo de modernização e crescimento da economia portuguesa, de reforço do nível de integração da mesma na economia mundo-capitalista, de aumento dos níveis de industrialização, terciarização e urbanização. • Inauguração do metropolitano de Lisboa.
1960 • O Tribunal Internacional de Haia profere sentença favorável a Portugal no caso da União Indiana. • Continuam os encontros entre Salazar e Franco, desta vez em Mérida. • Três resoluções da ONU condenam a política colonial portuguesa. • Em Londres, os principais dirigentes dos movimentos de libertação dos povos das colónias portuguesas apelam a Salazar para iniciar negociações sobre esta temática, evitando a luta armada.	• Por decisão do Governo, Portugal adere ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). • Protestando contra a forma como o Estado português e a COTONANG impunham o cultivo do algodão, em regime de monocultura, as populações de Malange, em Angola, iniciam um movimento de contestação que se prolongará por três meses e causará muitas vítimas por causa da violenta repressão.
1961 • Início das Guerras no Ultramar. • Ocupação de Goa, Damão e Diu pela União Indiana.	• Repressão da revolta dos produtores de algodão na Baixa do Cassange (Angola).
1962 • Protestos estudantis eclodem em todas as universidades do país, mas não serão visíveis consequências imediatas daquela que ficou conhecida como a "Crise	• O Dia do Trabalho é marcado por contestação em todo o país, conseguindo os trabalhadores rurais alentejanos paridade com os

Académica de 1962". • Em 8 de Maio milhares de pessoas manifestam-se em Lisboa no dia do aniversário da rendição incondicional do II Reich (acontecimento que marcou o fim da Segunda Grande Guerra na Europa), sendo uma clara expressão da contestação ao Estado Novo.	salários dos outros sectores. • Tentativa dos sectores mais modernistas do país para aderir à CEE. Como o Reino Unido rompeu o processo negocial, Salazar aproveitou o facto para adiar "sine die" a proposta de negociações. • A legislação "corporativa" portuguesa sobre sindicatos, direito à greve, segurança social e contratação colectiva é condenada publicamente pela OIT, estrutura da ONU responsável pelo acompanhamento das questões laborais. • Adesão ao Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT).
1963 • Manifestações de apoio à política colonial de Salazar, enquanto em Angola e Guiné se abrem linhas de combate. • O governo criou a ADSE (Assistência na Doença aos Servidores Civis do Estado). • Viagem oficial a Angola do presidente da República Américo Tomás.	• Mais uma vez as manifestações realizadas em diversas localidades do país para comemorarem o Dia do Trabalhador são violentamente reprimidas pelas forças policiais.
1964 • A escolaridade obrigatória passa para os seis anos. • Início da guerrilha em Moçambique.	• A OIT volta a condenar o sistema "corporativo" português.
1965 • Delgado cria a Frente Portuguesa de Libertação Nacional. • Assassínio de Humberto Delgado pela PIDE junto à fronteira luso-espanhola. • Reeleição de Américo Tomás por colégio eleitoral.	• Pelo Decreto-Lei n.º 46666, o Governo altera o regime legal do "acondicionamento industrial", liberalizando-o. Estava definido desde 31 e fora implementado a partir de 37. • Constituição da Caixa Nacional de Pensões.
1966 • Inauguração da ponte sobre o Tejo, em Lisboa (Ponte Salazar). • Novo Código Civil.	• Só agora e através do Decreto-Lei n.º 47314, o Governo aprova para ratificação a Convenção n.º 100 da OIT (34ª Sessão de 29 Julho 1951),

	onde se visava assegurar a igualdade de remuneração entre os sexos.
1967 • Papa Paulo VI visita Fátima no cinquentenário das "aparições". • Escândalo dos "ballets roses" e detenção de Mário Soares.	• Assalto ao Banco de Portugal na Figueira da Foz pela LUAR.
1968 • Queda de Salazar de uma cadeira que, juntamente com um derrame cerebral de que vai sofrer posteriormente, põe termo à sua carreira política. • Marcelo Caetano substitui Salazar como presidente do Conselho.	• Cerca de 5000 pescadores de Matosinhos realizam um movimento grevista como forma de luta em favor de melhores salários e de mais eficazes medidas de apoio e segurança social. • Os protestos surgem igualmente no sector conserveiro, na Carris e nos meios estudantis.
1969 • Início das "Conversas em Família", de Caetano, na RTP. • Eleições para a Assembleia Nacional. • Formação da Ala Liberal. • Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, autorizado a regressar do exílio.	• Inúmeras greves ocorrem por todo o país, assumindo os trabalhadores nelas envolvidos reivindicações laborais e sindicais e também exigências políticas.
1970 • Morre Salazar, sendo decretado luto nacional. • Apresentação do projecto de Lei da Imprensa pelos deputados da "ala liberal".	• A OIT volta a condenar o Governo por violação sistemática dos direitos sindicais. • É clandestinamente constituída em Lisboa a Comissão Organizadora Central da Intersindical.
1971 • Novas campanhas de contestação social contra a ditadura e pela necessidade de melhores salários. • Revisão da Constituição. • D. António Ribeiro substitui o Cardeal Cerejeira como cardeal-patriarca de Lisboa, onde havia permanecido durante 42 anos.	• Governo decide a construção do complexo de Sines. • Entretanto, mais um país entra para a CEE, desta vez a Grã-Bretanha. • Os empregados do comércio e de escritório e os funcionários bancários e dos seguros reivindicam publicamente, através de manifestações realizadas em Lisboa e Porto, a redução do horário de trabalho e maior

• Portugal retira-se da UNESCO, devido ao apoio desta organização aos movimentos de libertação.	liberdade sindical.
1972 • Reeleição do presidente Américo Tomás. • O Governo tornou gratuito o cumprimento da escolaridade obrigatória nas escolas preparatórias públicas e nos postos oficiais da Telescola. • Criação de três novas universidades, para além de um instituto universitário, seis institutos politécnicos e oito escolas normais superiores.	• O jornal "Economia e Finanças", ligado aos sectores mais conservadores do regime, exige que se considere subversiva qualquer propaganda a favor da integração de Portugal na CEE, uma vez que esta pressupõe o "abandono do ultramar". • Novas críticas da OIT a Portugal, incluindo agora a situação dos territórios ultramarinos. • Celebrado em Bruxelas o acordo comercial de Portugal com a CEE. Reforçavam-se as posições dos sectores do regime que defendiam a adopção de políticas abertamente "industrialistas".
1973 • Surge o "Movimento dos Capitães", que visava levar a cabo reivindicações referentes à sua situação profissional numa primeira fase, mas o fim da guerra colonial e o restabelecimento da democracia no país também faziam parte das suas aspirações.	• Economia portuguesa em crise, devido à conjuntura internacional e aos bloqueios internos (guerra colonial, baixo poder de compra, falta de pessoal qualificado e de infra-estruturas materiais, natureza muito irregular do tecido empresarial, burocracia estatal e corporativa, etc...).
1974 • Publicação de "Portugal e o Futuro", de António de Spínola. • O "Movimento dos Capitães" passa a designar-se MFA (Movimento das Forças Armadas). • Derrube do regime ditatorial, que tinha vigorado 48 anos. A ditadura portuguesa era a mais velha e conservadora de toda a Europa e chegava ao fim com um movimento das Forças Armadas sem derramamento de sangue. A guerra colonial, a crise petrolífera, o isolamento do regime e a repressão que abafava o pulsar colectivo da sociedade portuguesa criaram o terreno propício para eclodir este golpe militar. • Portugal é reintegrado na UNESCO.	• Os sindicatos ocupam o Ministério das Corporações, que passa a designar-se Ministério do Trabalho • Comemoração do Dia do Trabalhador decorre por todo o país em liberdade e congregando milhares de trabalhadores sob uma mesma crença, a da melhoria das condições de vida. • Associação Industrial Portuguesa apoia a Junta de Salvação Nacional e defende a adesão de Portugal à CEE. • A Intersindical Nacional reúne com a participação de 56 sindicatos. • É criada a Confederação Nacional da Indústria, que apresenta um plano de dinamização da economia, ressaltando o papel dos industriais.

• Durante este ano Portugal passa por três governos provisórios.	• O COPCON procede à prisão de capitalistas acusados de sabotagem económica.
1975 • Primeiras eleições livres para a Assembleia em cerca de 50 anos. • Golpe do 11 de Março. Extinção da JSN e criação do Conselho de Revolução. • "Verão Quente de 75" vê digladiarem-se sectores da extrema esquerda que queriam conduzir o país a uma ordem única e sectores democráticos que preferiam a pluralidade de vontades e opiniões. • Na Universidade do Minho passam a ser leccionados cursos tecnológicos. • Portugal perde Timor para a Indonésia, depois de muitas baixas de ambos os lados, resultantes da repressão e da guerra civil. • Portugal vê-se governado neste ano por mais três governos provisórios.	• O Conselho Superior do MFA defende a unicidade sindical, no que é secundado pelos comunistas. O PS através de Salgado Zenha opõe-se e defende a unidade sindical como forma de dar voz a todos os sindicatos, evitando assim vozes únicas como durante a ditadura. • Graves conflitos sociais grassam por todo o país. • O Dia do Trabalhador traz problemas e confrontos entre os partidários da unidade e da unicidade sindical.
1976 • É assinado um pacto constitucional entre o MFA e os partidos políticos. Subscrevem-no PS, PSD, CDS e PCP. • Promulgada nova Constituição, base de todo o sistema jurídico, sendo aprovada por todos os deputados presentes no Parlamento, com excepção do CDS. • É criado o Instituto Nacional de Investigação Científica. • Eleições para a Assembleia da República ganhas pelo PS. • Ramalho Eanes é eleito presidente da República, contando com o apoio do PS, PSD e CDS, entre outros partidos mais pequenos. • O I Governo Constitucional toma posse, chefiado por Mário Soares. • Entrada de Portugal no Conselho da Europa.	• Publicação da "Carta Aberta" de 16 sindicatos, que contestam o significado do Congresso dos Sindicatos, organizado pela Intersindical. • O Dia do Trabalhador tem comemorações repartidas pelas diferentes facções • 1º Encontro dos Sindicatos Democráticos, onde se aprovam os princípios expostos na "Carta Aberta" • o Movimento Carta Aberta desiste das conversações com a Intersindical por esta não lhe reconhecer os mesmos direitos e número de participantes na comissão organizadora do congresso de todos os Sindicatos. • É revogada a lei da unicidade sindical, por ser considerada inconstitucional. • Assembleia da República ratifica o pedido de adesão de Portugal à CEE.

	• Instituto António Sérgio é criado para apoiar o sector cooperativo.
1977 • Um boeing da TAP despenha-se ao aterrar no Funchal, morrendo 132 pessoas. • Rejeitada moção de confiança na AR e queda do I Governo Constitucional . • Mário Soares é indigitado para presidir ao II Governo Constitucional.	• Primeiro pacote de medidas económicas governamentais para fazer face à crise económica que o país atravessa. A CIP discorda, por pretender uma clara divisão entre sector público e privado e uma modificação nas leis laborais. • Pedido formal de Portugal para adesão à CEE, sem o apoio do PCP, obtém resposta positiva da Comunidade. • Aprovada a Lei da Reforma Agrária e do Arrendamento Rural. • Governo autorizado a pedir crédito para fomentar o desenvolvimento • Ratificada a Convenção n.º 87 da OIT sobre a liberdade sindical
1978 • II Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares e com o acordo do CDS. • Surgem ainda dois governos de iniciativa presidencial.	• Negociações com o FMI para a concessão de um grande empréstimo internacional para a reorganização económica do país. • A CIP organiza o 1º Encontro dos Industriais Portugueses, onde se aponta um caminho para a recuperação económica, a participação do sector privado. • É fundada a UGT, constituída por 46 sindicatos e 3 federações, que pretendem um sindicalismo democrático e não partidário.
1979 • Formação do V Governo Constitucional, de gestão, chefiado por Lurdes Pintasilgo. • Eleições intercalares com vitória da Aliança Democrática.	• Nova lei sindical aprovada na AR. • AR rejeita Plano e Orçamento do Estado para 1979.
1980 • Violento terramoto nos Açores. • VI Governo Constitucional chefiado por Francisco Sá Carneiro.	• O ministro dos Negócios Estrangeiros reafirma a intenção de o governo acelerar as negociações para integrar Portugal na CEE.

• Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa morrem em queda de avião em Camarate. • Reeleição presidencial de Ramalho Eanes.	
1981 • VII Governo Constitucional (Balsemão como primeiro-ministro). • Início da publicação do Jornal de Letras, Artes e Ideias (JL).	• Conselho de Revolução veta a alteração à Lei de Delimitação dos Sectores.
1982 • Primeira revisão da Constituição. • Visita do Papa João Paulo II, tendo sido vítima de atentado em Fátima. • Extinção do Conselho da Revolução.	• Greve geral convocada pela CGTP.
1983 • Governo do Bloco Central. • Rosa Mota torna-se a primeira campeã europeia da maratona. • Ocorrem uma série de atentados das FP-25.	• Autorização da Assembleia da República para o Governo legislar sobre a privatização parcial dos sectores bancário, segurador, cimenteiro e adubeiro.
1984 • Criação do Serviço de Informação e Segurança. • Carlos Lopes vence a maratona olímpica em Los Angeles, dando a Portugal a sua primeira medalha de ouro.	• Detenção de D. Branca e desmantelamento da sua rede.
1985 • Criação do Partido Renovador Democrático. • Cavaco Silva como primeiro-ministro.	• Cerimónia solene de assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE, que entrará em vigor a 1 de Janeiro de 1986, depois de 8 anos de negociações.
1986 • Mário Soares, presidente da República. • Assinatura do Acto Único Europeu. • O ensino obrigatório passa de seis para nove anos.	• Portugal, membro de pleno direito da CEE. Novas orientações para a economia a médio e longo prazos, com períodos de transição para a agricultura e para a indústria, cedência de fundos para incremento das

	áreas mais atrasadas e acesso da concorrência comunitária ao mercado interno português. • Início do IVA.
1987 • Acordo para a devolução de Macau à China. • Primeira maioria absoluta de Cavaco Silva. • O F.C. Porto vence as Taças dos Campeões Europeus e Intercontinental. • Rosa Mota consagra-se campeã mundial da maratona em Roma.	• Pela primeira vez desde 1974 a inflação desce abaixo dos dez por cento.
1988 • Acordo PSD/PS para revisão constitucional. • Grande incêndio do Chiado destrói 18 edifícios. • Início da publicação do semanário "O Independente". • Rosa Mota vence a maratona olímpica de Seul.	• Pela 1ª vez UGT e CGTP convocam uma greve geral de protesto contra o pacote laboral, que acabará por ser aprovado na AR apenas com os votos da maioria. • Reprivatização de empresas públicas de comunicação social.
1989 • Segunda revisão da Constituição. • Criação da Alta Autoridade para a Comunicação Social.	• Fica aberta a possibilidade de privatizações no sector público.
1990 • O Governador de Macau Carlos Melancia, demite-se por suspeita de corrupção. • Carlos Carvalhas passa a ser o secretário-geral do PCP.	• Primeiras privatizações no sector público: três bancos e duas cervejeiras. • Aprovado o concurso para duas estações privadas de TV.
1991 • Mário Soares reeleito presidente da República. • Assinatura do Tratado de Maastricht. • Cavaco Silva renova a maioria absoluta em eleições.	• Inaugurado o último troço de auto-estrada Lisboa-Porto, o troço entre Torres Novas e Condeixa. • Privatização do "Diário de Notícias".

1992 • Portugal assume a presidência portuguesa da União Europeia. • Terceira revisão da Constituição.	• Portugal inicia a Presidência da CEE, cujos serviços funcionaram no Centro Cultural de Belém. • Adesão do escudo ao sistema monetário europeu.
1993 • O procurador-geral da República anula a expulsão da etnia cigana dee Ponte d Lima, decidido pelo seu presidente da Câmara.	• O Governo retoma o projecto da Barragem do Alqueva.
1994 • O embaixador José Cutileiro eleito secretário-geral da UEO. • Descoberta das gravuras rupestres de Foz Côa. • Lisboa é a Capital Europeia da Cultura.	• Reacendiam-se velhas rivalidades e preconceitos entre pescadores dos dois países ibéricos, num conflito provocado pela entrada de peixe espanhol em Portugal (ficou conhecida como a guerra do carapau).
1995 • António Guterres, primeiro-ministro, depois do PS vencer as eleições. • Freitas do Amaral eleito presidente da Assembleia Geral da ONU.	• Portugal integra o espaço Schengen (EU sem fronteiras).
1996 • Jorge Sampaio, presidente da República. • Marcelo Rebelo de Sousa assume liderança do PSD.	• Abate de reses por suspeita da doença das "vacas loucas".
1997 • Acordo PS/PSD para a quarta revisão da Constituição. • Portugal assume a presidência do Conselho de Segurança da ONU.	• Assinatura do tratado de Amesterdão.
1998 • Paulo Portas lidera o CDS/PP. • Referendos sobre o aborto e a regionalização com rejeição dos mesmos. • EXPO'98, uma exposição universal na capital portuguesa.	• A EU anuncia o embargo à carne de vaca portuguesa por causa da BSE.

1999 • Durão Barroso torna-se líder do PSD. • O PS volta a vencer as eleições legislativas. • Entrega de Macau à China.	• Cumpriram-se os critérios de convergência e Portugal entrava no número de países da União Europeia que aderiam à moeda única – o euro. O EURO entrará em vigor em 2002, substituindo os escudo e outras moedas nacionais.
2000 • Início da segunda presidência portuguesa da EU. • Jorge Sampaio visita Timor Leste.	• Governo aprova Souselas e Outão como locais de co-incineração.

B. TEXTOS & DOCUMENTOS

Apresentamos nas próximas páginas alguns textos e documentos que fizeram parte do nosso processo investigativo e que, de forma directa ou indirecta, serviram para contextuar determinado momento do nosso trabalho. Podemos então observar os seguintes textos e documentos:

- uma relação das firmas que estiveram presentes na Exposição Internacional do Porto (1865);
- transcrição do início da doação efectuada por João Evangelista Machado da Cunha Faria e Almeida e Manoel Dias Machado e esposa à Irmandade e Misericórdia de Santa Maria (1899);
- alguns anúncios publicitários sobre a região e que aparecem nos jornais no ano da fundação da fábrica (1934);
- listagem com os salários mínimos das indústrias de fiação e tecidos (1936);
- dados sobre a produção, consumo, importação e exportação de algodão (1953);
- início de um texto inédito sobre a vida do comendador Abílio Ferreira de Oliveira da sua própria autoria (1976);

Documento n.º 1

FIRMAS PRESENTES NA EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO PORTO (1865)

As firmas integradas na classe 21.ª (algodão em fio e tecidos) e que estiveram presentes na Exposição Internacional de 1865 são as seguintes:

BRAGA

901. Sociedade de fabrica de fiação do Rio Vizella, Guimarães. – Fio d'algodão.

PORTO

902. Antonio Coelho de Souza, Porto. – Tecidos.
903. Bolsa (Fabricade fiação da), Paredes. – Fio d'algodão.
904. Companhia fiação Portuense. - Algodão em fio.
905. Crestume (Companhia da fabrica de), Gaya. - Um caixão com 16 maços d'algodão.
906. Francisco José da Fonseca, Porto. – Tecidos d'algodão.
907. José Martins Gonçalves, Porto. – Cotins de algodão e de algodão e lã.
908. Oliveira & C.ª - Amostras de tecidos de linho, algodão etc. etc.
909. S.Thomé de Negrellos (fabrica de fiação d'algodão de). - Algodão em fio.
910. Santo Thyrso (Fabrica de fiação de). – Algodão em fio.

THOMAR

911. Domingos Gomes Loureiro & Filhos. – Amostras de linha cordinha e trama d'algodão.

LISBOA

912. Anjos Cunha Miranda & C.ª. – Chitas, lençarias estampadas e chales.
913. Francisco Luiz Coelho, Olivaes. – Fazendas d'algodão.
914. Francisco Vaz & C.ª, Cintra. – Negociante de fazendas inglezas d'algodão.
915. João Alfredo Dias. – Manufacturas d'algodão.
916. Lisbonense (Companhia de fiação e tecidos), Belem. Algodão, pannos tecidos, linhas e algodão.
917. Macedo & Cazellas. – Fio d'algodão.
918. Manoel Xavier Forte. – Amostras de differentes algodões.
919. Ruib H. – Peças e lenços de algodão.
920. Xabregas (Fabrica d'algodão de), Olivaes. – Algodão em fio, em peças e panninhos tintos de diversas côres para forros.

Nota: esta listagem corresponde a uma transcrição do catálogo oficial da exposição.

Documento n.º 2

Transcrição da doação que fazem os Senhores João Evangelista Machado da Cunha Faria e Almeida e Manoel Dias Machado e esposa à irmandade e Misericórdia de Santa Maria, da freguesia de São Martinho do Campo

" Doação que fazem os senhores João Evangelista Machado da Cunha Faria e Almeida e Manoel Dias Machado e esposa à irmandade e Misericórdia de Santa Maria, da freguesia de São Martinho do Campo.

Saibam os que a escriptura virem, que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Chrispto de mil oitocentos noventa e nove, aos quatorze de Junho nesta freguesia de São Martinho do Campo, do extinto julgado de Negrellos, comarca de Santo Thyrso, onde eu tabelião privativo de notas neste extincto julgado vim, compareceram perante mim, de uma parte, como primeiro outorgante, o Senhor João Evangelista Machado da Cunha Faria e Almeida, solteiro, maior, proprietário, morador na Casa d'Arnozella, d'esta freguesia, de outra parte, como segundos outorgantes os senhores Manoel Dias Machado e sua esposa Dina Tilia da Silveira Dias Machado, residentes na cidade do Rio de Janeiro, Estados Unidos do Brazil, representados por seu bastante procurador, e Senhor Adelino Machado da Cunha Faria e Almeida, desta freguesia, como consta de procuração que apresentou e fica arquivada; e de outra parte como terceiro outorgante, a Irmandade e Misericórdia de Santa Maria, erecta nesta freguesia, representada pelos actuais mezarios Abílio Jorge da Costa Amorim, padre Joaquim Machado, Julio Pinto de Sousa Castro, João Monteiro da Costa Guimarães e José Martins Machado, todos os presentes pessoas cuja identidade eu tabelião e as testemunhas deste acto reconhecemos, do que dou fé. (...) Que elles doadores transmittem à donataria o domínio e posse dos bens doados, porem com as clausulas constantes dos artigos seguintes: Primeiro – As escolas fornecerão

ensino gratuito aos alunnos d'esta freguesia e da de Salvador do Campo, e alem d'estes aos filhos dos confrades da irmandade donataria, qualquer que seja a sua residencia. Segundo – Comprehenderão para os alunnos de ambos os sexos, pelo menos, o ensino estabelecido nos programmas e regulamentos das escholas primarias officiaes; Terceiro – O ensino da doutrina christã fará sempre parte do programma das duas escolas. Quarto – Em quanto se não publicar outro methodo, que pratica consagre como mais perfeito, e não o havendo officialmente obrigatorio, será adoptado nestas escholas o alphabeto natural do Abbade d'Arcozello. Quinto – Sob as determinações legais em contrario, a regencia das escholas será de preferencia exercida por irmãs religiosas, ou somente a do sexo femenino, e a do sexo masculino por um eclesiástico, conforme a irmandade julgar conveniente aos interesses do ensino (...) "

O documento contém cinco folhas frente e verso.

O notário era Joaquim António da Costa Mesquita

Documento n.º 3

Publicidade no ano da fundação da fábrica "A Flor do Campo" que aparece em jornais locais

Anúncio 1

CHAPELARIA MODERNA, de Artur Martins de Andrade
Santo Tirso

Consertos e acabamentos de chapéus. Completo sortido em chapéus, gravatas, camisas, guarda-sois, meias para senhora, peúgas para homem, colcha de sêda e muitas outras novidades.

Anúncio 2

CONFEITARIA MOURA

Delicioso pão de ló e bôlos cobertos. Doce fino. Pastelaria fabricada esmeradamente todos os domingos, segundas, quartas e sábados.

Vinhos finos, bolachas, massas alimentícias e conservas.

Anúncio 3

ÀS SENHORAS DE SANTO TIRSO

Galerias Lafayette – Porto
Apresenta a Vª Exª
Tecidos de lã e sêda para vestidos
Tailleurs e Toillete
Atelier de Modista sob a direcção de Mademoiselle E. Albertina.
Executamos os mais recentes modelos Franceses e Londrinos.

No seu atelier de Alfaiate de Senhoras 8único no Porto exclusivamente de Senhoras, dirigido pelo costureiro Ernesto A. Rodrigues.

Anúncio 4

CUPERTINO DE MIRANDA & Cª .....Banqueiros
Casa fundada em 1919

Sede e filial na Rua Sá da bandeira e Agência em Vila Nova de Famalicão.
Particulares: Depósitos, sacados, papéis de crédito, aofres fortes, notas e moedas, Braisl, seguros, Mercadorias.
Todas as operações bancárias
Correspondente em santo Tirso - Jacinto Ferreira Guimarães

Anúncio 5

CALDAS DA SAÚDE

A 3 quilómetros de Santo Tirso, a 7 de Famalicão e a 30 do Pôrto
Balneário aberto de 1 de Junho a 30 de Setembro
Hotel, correio, telegrafo, telefone, farmácia, luz eléctrica.
Águas sulfúres-sódicas, primitivas alcalinas, silicatadas, arsenicais e muito radio-activas – tratamento de bronquites crónicas, ásma, rino-faringites, laringites; reumatismo; blenorragia crónica, catarros de bexiga e do útero; sífilis, dermatoses.
E ainda utilizada em todas as manifestações do atritismo, linfatismo, escrófula e do engorgitamento do fígado e nas doenças do aparelho digestivo.
Tratamento em estabelecimento moderno, por meio de banhos de imersão de bolhas de ar e duches; irrigações nasais, vaginais e rectais; inalações e pulverizações.
Diatermia, raios ultra-violetas, raios infra-vermelhos e fricções mercuriais.

Anúncio 6

John Pilling & Sons Ltd.

Fabricante de teares e maquinetas COLNE – Inglaterra
Especialista em Teares para artigos coloniais, toalhas turcas, etc.
Agente em Portugal A. Spratley da Silva
Rua Mousinho da Silveira, 240 –1º
Porto telef. 2309

Documento n.º4

SALÁRIOS MÍNIMOS DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECIDOS (1936)

Os salários mínimos das indústrias de fiação e tecidos de algodão em 1936 são os seguintes:

Salário semanal

Operário afinador.....100$00
Ajudante afinador.....75$00

Salário diário

Operários tintureiros, branqueadores, marcerizadores, batedores, oxidadores e engomadores.....12$00
Operários cardadores da secção de acabamentos.....12$00
Operários abridores, batedores e cardadores de fiação.....11$00
Ajudantes de engomadores.....11$00

Nota.....serviços só desempenhados por homens

Pessoal trabalhando com as seguintes máquinas:

Urdideiras.....10$00
Abre cardos, penteadeiras, bancos ou torces, encarretadeiras, caneleiras, remetedeiras ou repassadeiras, torcedores e teares mecânicos.....9$00

Nota 1.....diário
Nota 2.....trabalho que pode ser desempenhado por homens e mulheres

Pessoal não diferenciado (auxiliares e outros):

Homens .....9$00
Mulheres .....7$00
Menores de 18 anos e maiores de 15 anos .....5$00
Menores de 15 anos .....3$50

Documento n.º 5

Dados relativos ao algodão publicados na separata da "Enciclopédia da vida corrente" (1953)

1. PRODUÇÃO

1934/35 a 1938/39.....28 834 000 balas
1942/43 a 1946/47.....22 781 000 balas

	1934/35.....1938/39 %	1942/43.....1946/47 %
EUA.....	43,4	48,7
ÍNDIA.....	17,2	15,9
RÚSSIA.....	10,3	9,4
BRASIL.....	6,2	8,2
EGIPTO.....	6,3	4,2
CHINA.....	7,2	3,1
OUTROS PAíSES.....	9,4	12,5
TOTAL..	**100%**	**100%**

2. CONSUMO

1934/35 a 1938/39.....27 981 000 balas
1942/43 a 1946/47.....23 614 000 balas

	1934/35.....1938/39 %	1942/43.....1946/47 %
EUA.....	23,1	42,1
ÍNDIA, JAPÃO e CHINA.....	31,1	23,2
EUROPA CONTINENTAL..	30,5	16,7
GRÃ-BRETANHA.....	9,8	6,9
OUTROS PAíSES.....	5,5	11,1
TOTAL..	**100%**	**100%**

3. EXPORTAÇÃO

Anos	Exportação	
	Toneladas	Contos
1942	5 291	52 051
1943	2 545	24 887
1944	5 618	55 704

	Milhares de toneladas		Milhares de contos	
	Colónias	Estrangeiro	Colónias	Estrangeiro
1930/31	1	15	0,5	10
1932/36	3	19	1	14
1937/41	10	15	6	9
1942/46	24	2	24,5	5,5

4. IMPORTAÇÕES

	Total de importações na Metrópole	De Moçambique	De Angola	De outros fornecedores
1942	23 040	14 146	4 533	4 361
1943	18 045	13 246	3 785	1 014
1944	33 411	22 660	6 157	4 594
1945	23 548	17 057	2 604	3 887

Documento n.º6

INÍCIO DE UM TEXTO SOBRE A VIDA DO COMENDADOR ABÍLIO FERREIRA DE OLIVEIRA CONTADO PELO PRÓPRIO EM 1976

Observação: a transcrição que se passa a efectuar refere-se a um texto inédito a que tivemos acesso e que estava a ser produzido pelo próprio Comendador Abílio Ferreira de Oliveira, pelo que é narrado na primeira pessoa e com a linguagem com que é apresentado.

O texto começa da seguinte maneira:

" Senhores leitores:

Depois do dia 8 de Agosto de 1976 toda a imprensa diária e semanal falaram em assaltantes e bombistas no nosso querido País – que é a nossa Pátria.

Como se falava em capitalistas e industriais eu venho protestar energicamente pois embora eu seja conhecido desde o norte a sul do País, do nascente a poente e até em toda a Europa, Américas e Escandinávia, quero, através da referida imprensa dar uma explicação a todos os que me não conhecem pois assim ficam a ter ou fazer uma ideia quem é o tal capitalista e grande industrial de nome Comendador Abílio Ferreira de Oliveira ou Abílio de Oliveira, Comendador, como aliás foi tratado pela referida imprensa.

Repudio tal informação, pois nem sou capitalista nem grande industrial. Tenho na verdade esse título de ser grande industrial e capitalista mas, infelizmente não sou, o que sou isso sim um homem de trabalho como adiante poderão analisar.

Tenho 72 anos de idade que completarei – se Deus quiser – em 12 de Janeiro de 1977, dia em que procurarei ir para a reforma total, pois num País que infelizmente não há ordem nem respeito por aqueles que trabalharam e trabalham, pois ainda hoje começo no dia 2 de Janeiro e termino em 31 de Dezembro, trabalhando desde as 8 horas da manhã até às 21/22 horas só com a interrupção de 30 minutos para almoçar. Não concordo em trabalhar mais.

O princípio da minha vida foi o seguinte:

Meus falecidos Pais eram muito pobres e portanto apenas me deram o exame da 4ª classe (2º grau). Com 12 anos apenas mandaram-me trabalhar – nasci em 12 de Janeiro de 1905 – estávamos no ano de 1917 e fui ganhar 4 vintéis por dia, não chegava a um

tostão. A minha primeira profissão foi a de pedreiro, mas como não se pode ser burro na própria arte felizmente cheguei a ser encarregado das obras do já demolido Paços do Concelho de Guimarães com a idade de 25 anos, pois felizmente deito os olhos a uma planta e não tenho qualquer problema para a compreender. Um certo dia quando regressava de almoçar estavam quatro operários já de idade avançada e ao chegar junto deles disseram-me: Snr. Oliveira temos pena do Snr. Pois não devia estar nesta profissão. Espantado perguntei-lhes porquê? Acto contínuo disseram-me esses quatro velhinhos, você não sabe que os pedreiros estão amaldiçoados? Não, não sei respondi-lhes, e porquê? Quando Nossa Senhora andou pelo mundo e passava junto a uma obra em construção montada na sua jumentinha os pedreiros que ali trabalhavam ataram com umas correntes de ferro a jumentinha e fizeram-na elevar juntamente com Nossa Senhora até ao cimo das barras e então a Senhora disse-lhes: "Pedretes pintalgretes, sempre trabalhareis e nada tereis".

Portanto quando morre um pedreiro e só deixa ficar atrás da Porta ferros velhos e cabaças velhas, enfim fiquei a pensar no que me foi dito pelos velhinhos e nesse mesmo dia despedi-me do mestre da referida obra e pequei na caixa da ferramenta e vim embora. Isto aconteceu numa quinta-feira. Acontece que no Domingo seguinte estava eu a fazer barbas, pois nas horas vagas também era barbeiro visto só trabalhando é que se vencia na vida e chegou um indivíduo e perguntou-me se não queria ir trabalhar para o Douro para fazer uma obra, pois lá não há "artistas". Essa obra a construir era em Ervedosa do Douro, no concelho de S. João da Pesqueira. Perguntei quanto é que pagavam e o senhor respondeu-me que ganhava o que quisesse, pois é uma obra de um senhor brasileiro que tem lá uma grande quinta e eu venho cá de propósito arranjar um artista do mando dele, que por nome chamasse Snr. Guimarães.

Ganhava então nessa altura 7$00 por dia, quando outros artistas só ganhavam 4 e 5$00 por dia. Perguntei ao mesmo senhor que me procurou quanto é que me pode pagar esse senhor do Douro e ele respondeu-me: "eu que sou um fraco ajudante ganho 12$00 cama e mesa portanto o senhor deve ganhar muito mais. Respondi-lhe com muito entusiasmo: vamos amanhã, segunda-feira, e seguimos. Cheguei à referida aldeia de Ervedosa era cerca de 16 horas e o senhor Brasileiro veio ter comigo e perguntou-me se era eu que ia fazer a obra. Respondi-lhe que sim. Ele, um pouco desconfiado porque me via bastante novo, pegou na planta e disse-me para eu ver bem essa planta e eu depois de a ver respondi-lhe que não tinha dúvida alguma em lhe construir a referida obra. Só com estes cinco ajudantes?- respondeu-me. Sim, até sem ajudantes. Só preciso que me

ajudem a deitar pedras para cima. Perguntou-me de seguida quanto queria ganhar, respondendo-lhe que não sabia qual os salários que estavam a pagar. Disse-me que estava a pagar 12$00 por dia com cama num palheiro e mesa era uma marmita com arroz e feijão mas para o senhor se for o homem que eu quero pago-lhe 15$00 por dia.

Aceitei. Na seguinte terça-feira veio para junto de mim e esteve ali todo o dia, na quarta-feira a mesma coisa, na quinta-feira idem e neste dia à noite disse-me: Senhor Oliveira, o senhor vem jantar comigo. Mandou-me sentar à mesa e disse-me até que enfim encontrei o homem que pretendia. O senhor a partir de hoje vem almoçar e jantar comigo e dorme aqui em minha casa e fica a ganhar 20$00 por dia.

Ora se eu na minha terra ganhava 7$00 por dia e sem comida fiquei encantado pois eram mais 13$00 por dia e com comida. Com tanto gosto trabalhava nessa altura – 12 horas por dia – e em quatro meses construí-lhe o prédio que ele estava interessado.

O snr. Guimarães, o dito brasileiro era tão meu amigo que aos Domingos andava a passear comigo. Um certo dia, num Domingo depois de almoço foi-me mostrar a adega do vinho tratado que tinha com 30 e 40 anos de tonel. Prova e mais prova acabei por ficar um pouco quente, quer dizer ébrio.

Depois ao passar com o mesmo senhor por um salão fiquei espantado ao ver um montão coberto com lençóis, perguntei-lhe o que era aquele montão e ele disse-me que eram figos; levantei os lençóis e verifiquei que eram figos de saco e cheios de açúcar. Perguntei-lhe porque era que os figos estavam cheios de açúcar e então explicou-me como eram tratados. Ainda hoje me lembro perfeitamente. Disse-me então os figos são colhidos da figueira depois de bem secos são passados por um panelão com água a ferver para lhe matar qualquer bicho que tenha. Colocam-se depois em montões e junta-se o açúcar. Perguntei-lhe também como é que se vende ali os figos, respondendo-me que quem costuma comprá-los é a confeitaria da Cancela Velha do Porto mas este ano ainda cá não apareceu. Perguntei-lhe ainda quanto valia cada quilo, disse-me que o preço era 7$00 cada arroba de 15 quilos. Fiquei deveras a pensar no assunto pois não chegava a $50 cada quilo e na minha terra cada quarto custava mais do que isso.

Entretanto, disse-me, como o comprador ainda cá não apareceu quer o Snr. Oliveira comprá-los? Respondei-lhe que sim. (...) "

O texto continua com o relato da sua vida contendo 16 páginas

C. LEGISLAÇÃO

Nas páginas que se seguem procuramos apresentar um levantamento de legislação emanada de diferentes ministérios e outros órgãos governativos nacionais que de algum modo regulamentaram, condicionaram ou incentivaram a área em estudo.

O levantamento da legislação teve como ponto de partida um objectivo centrado exclusivamente na busca de informação legal que foi surgindo ao longo dos anos no âmbito da indústria em geral e da indústria têxtil em particular, de forma a permitir uma primeira percepção de políticas económicas e sua regulamentação.

Em relação às estratégias adoptadas, podemos afirmar que foram duas as que nos guiaram a nível metodológico: por um lado, por razões temporais situamo-nos entre os anos 1931 (um pouco anterior à fundação da empresa "A Flor do Campo") e finais de 1973, vésperas de uma data que encerra um capítulo histórico para Portugal e também uma determinada orientação político-económica; por outro lado, a identificação dos artigos que a seguir se apresentam compilados foram surgindo de referências bibliográficas entretanto consultadas e também do remeter da legislação consultada para outra anterior que entretanto revogava ou complementava. Num trabalho de pesquisa, como é evidente, surgiram igualmente algumas situações espontâneas que mereceram a nossa atenção.

Passando a esclarecer um pouco a estrutura do quadro que se elaborou, a mesma pretende de uma forma sucinta identificar o tipo e número da legislação, a data, o ministério, o título e, finalmente, no item "observações", um

pequeno resumo do assunto focado na legislação consultada, recorrendo por vezes a algumas transcrições que podem vir a ser úteis no decorrer da tese.

Gostaríamos ainda de referir que temas como "Condicionamento Industrial", a "Criação da Comissão Reguladora do Comércio do Algodão", as "Corporações" e os "Planos de Fomento" são áreas a que foi dada particular atenção pela proximidade ao tema desta tese de mestrado.

DIÁRIOS DO GOVERNO *** Levantamento de legislação

Número	Data	Ministério	Título	Análise Sucinta
Decreto-Lei n.º 19:354	14/2/31	Ministério do Comércio e Comunicações	Condicionamento Industrial	Foi ordenado um inquérito industrial para orientação do Governo acerca das providências a tomar relativamente ao desenvolvimento da produção nacional. A defesa e o progresso das indústrias nacionais está subjacente, assim como o aproveitamento de matérias-primas. A instalação de novas indústrias e a montagem ou substituição de maquinismos de que resulte o aumento de produção carece de autorização do Ministério do Comércio e Comunicações.
Decreto-Lei n.º 19:409	4/3/31	Ministério do Comércio e Comunicações	Regulamentação do Condicionamento Industrial	Ficam sujeitas às restrições regulamentadas pelo condicionamento industrial as indústrias de tecelagem de lãs e a de fiação e tecelagem de algodões, entre outras. Exceptuam-se destas disposições os estabelecimentos industriais que empreguem até cinco operários ou utilizem força motriz até 5C.V. e ainda as indústrias caseiras.
Decreto-Lei n.º 20:521	17/11/31	Ministério do Comércio e Comunicações	Alargamento ligado ao Condicionamento Industrial	Surge este decreto para estender a um maior campo de actividade industrial do País os "benéficos efeitos da intervenção do estado no condicionamento de algumas indústrias".
Decreto n.º 21:226	10/5/32	Ministério das Colónias	Refere-se aos prémios de exportação do algodão colonial em rama e ao fomento de produção	Os prémios de exportação de algodão colonial em rama para consumo no continente foram criados para vigorar até 30 de Junho de 1934. Faz uma descrição como se calculam os prémios e estabelecem as ordens de pagamento. Aborda ainda a questão do fomento de produção algodoeira, recordando que o saldo que no fim do ano económico ficar depositado, depois de pagos todos os prémios relativos a esse período, continuará no Fundo de Fomento algodoeiro das colónias.

			algodoeira.	
Decreto-Lei n.º 21:515	26/7/32	Ministério do Comércio Indústria e Agricultura	Ainda sobre o Condicionamento	Refere que se exceptuam das prescrições do condicionamento das indústrias os estabelecimentos industriais que não empreguem mais de cinco operários nem utilizem força motriz de mais de 5 cavalos-vapor, que têm agravado o mal resultante de uma concorrência desmedida, derivada do abuso que se faz de tal disposição. As indústrias caseiras são exceptuadas destas disposições.
Decreto-Lei n.º 24:402	24/08/34	Presidência do Conselho	Promulga o horário de trabalho nos estabelecimentos comerciais e industriais.	O período de trabalho diário do pessoal dos estabelecimentos comerciais ou industriais não pode em princípio ir além das oito horas. Para os empregados de escritório o horário não pode ir além das sete horas diárias. A idade para começar a trabalhar é fixada nos doze anos completos. Os menores de dezasseis e as mulheres não podem trabalhar antes das sete e depois das vinte horas. Nas indústrias de laboração contínua são organizados turnos de pessoal diferente. Os grémios e sindicatos nacionais podem ajustar horários através de contratos colectivos. É ainda autorizada quando devidamente fundamentada a proposta de horas suplementares de trabalho. As indústrias de laboração contínua devem organizar os horários de forma a permitir um dia de descanso semanal ao respectivo pessoal. Todas as unidades devem encerrar durante um dia completo, preferencialmente ao domingo, sendo este assunto autorizado pelas câmaras municipais, depois de ouvidos os organismos corporativos interessados e está sujeito a aprovação do I.N.T.P. Para quem não cumprir a legislação em vigor haverá multas.
Decreto-Lei n.º 24:403	**24/08/34**	Presidência do Conselho	Regula a fiscalização do horário de trabalho.	O Instituto Nacional do Trabalho e Previdência organiza um serviço denominado " Fiscalização do horário de trabalho", composto por pessoal requisitado ao Comissariado de Desemprego, à excepção do chefe, que será de livre escolha do Presidente do Conselho.
Lei n.º 1:884	16/03/35	Presidência do Conselho	Especifica as instituições que	Reconhece as instituições de previdência social abrangidas pelas quatro categorias que se seguem: instituições de previdência dos organismos corporativos, caixas de

			ficam reconhecidas como sendo de previdência social	reforma ou de previdência, associações de socorros mútuos e instituições de previdência dos servidores do Estado e dos corpos administrativos.
Decreto-Lei n.º 1:914	24/5/35	Presidência do Conselho	Promulga as bases relativas à reconstituição económica	De referir que desta reconstituição económica não existem referências à indústria. Refere-se mais aos portos, às redes telegráfica, telefónica e eléctrica nacional, etc.
Decreto-Lei n.º 26:509	11/4/36	Ministério das Colónias	Fixa regras a que deve obedecer o estabelecimento, a reabertura e o exercício das indústrias nas colónias	Diz que o estabelecimento de indústrias nas colónias não está sujeito a quaisquer regras económicas definidas, o que resulta daí prejuízos graves. Importa, assim, fixar as regras que definam as indústrias que convém estabelecer nas colónias. Esclarece que o desenvolvimento industrial pressupõe uma densidade populacional ainda não existente nas colónias. Devem continuar a apostar na produção de matérias-primas de que a indústria da metrópole careça. Assim, a instalação de novos estabelecimentos industriais nas colónias carece de autorização prévia, bem como a reabertura de estabelecimentos industriais e a transferência de licenças de exploração.
Decreto-Lei nº 27:701	15/5/37	Ministério do Comércio e Indústria	Sobre o fundo corporativo	Para todos os efeitos é considerado Fundo Corporativo aquele a que se refere o artigo 31º do Decreto-Lei nº 26:106, de 23 de Novembro de 1935. O fundo corporativo é solidariamente responsável pelas obrigações do Grémio para a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.
Decreto-Lei n.º 27:702	15/5/37	Conselho Técnico Corporativo de Comércio e da Indústria	Criação da Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama	Começa por referir que o algodão em rama é a matéria de uma das indústrias nacionais de maior importância, mas que figura anualmente como um dos mais pesados elementos devido ao débito da nossa balança comercial. A importação tem atingido nos últimos anos um valor médio de 150.000 contos, correspondente a 20.000 toneladas. "Nota-se efectivamente que de 1933 para cá a percentagem do algodão colonial conseguiu ultrapassar a casa dos 190 por cento e já em 1936 o vemos atingir 28 por

				cento da importação total." Confia-se então a uma Comissão Reguladora a missão de regular as condições de abastecimento da metrópole em algodão em rama e condicionar a sua importação, tendo em vista as conveniências das relações externas de ordem comercial e a protecção devida ao algodão nacional das colónias. Como primeira função compete-lhe elaborar e submeter à aprovação do Governo o regulamento do comércio do algodão em rama, tanto no que respeita à importação do estrangeiro como das colónias. A sede é em Lisboa e tem uma delegação no Porto. Entre os seus fins deve promover a classificação do algodão em rama colonial em tipos-padrões tanto quanto possível equivalente aos tipos de algodão exótico de maior consumo pela indústria e regulamentar o respectivo comércio.
Lei n.º 1:956	17/5/37	Ministério do Comércio e Indústria	Indústrias que ficam sujeitas ao condicionamento	Refere que o condicionamento de determinada indústria ou modalidade industrial far-se-á por decreto regulamentar, no qual serão explicitamente indicadas as exigências e limitações. As autorizações relativas ao estabelecimento de novas indústrias de importância económica e custo de instalações excepcionais, ou indispensáveis à defesa nacional podem ser concedidas em regime de exclusivo por período determinado, não superior a dez anos, mediante alvará aprovado pelo Conselho de Ministros.
Decreto-Lei n.º 27:758	15/6/37	Ministério do Comércio e Indústria	Isenta algumas empresas das obrigações do condicionamento	Isenta algumas empresas das obrigações do condicionamento, mas a indústria têxtil não se encontra abrangida.
Lei n.º 27:994	26/8/37	Ministério do Comércio e Indústria	Condicionamento industrial	Continua a referir disposições legais sobre o condicionamento industrial e também como devem ser elaborados os pedidos de autorização relativos ao disposto na legislação. O Conselho Superior da Indústria poderá emitir o parecer de que devem ser pedidos novos esclarecimentos ao interessado ou aos reclamantes, ou ainda a qualquer

				organismo corporativo ou do Estado.
Decreto-Lei n.º 29:110	12/11/38	Ministério do Comércio e Indústria	Corporações	Indica que as corporações morais, culturais e económicas previstas na Constituição e no Estado do trabalho nacional são instituídas por decreto, precedendo parecer do Conselho Corporativo. Estas corporações exercem funções de interesse público.
Decreto-Lei n.º 29:111	12/11/38	Ministério do Comércio e Indústria	Constituição da Câmara Corporativa	A Câmara Corporativa é constituída por procuradores das autarquias locais e das corporações morais, culturais e económicas e pelos representantes dos interesses sociais de ordem administrativa. No grupo dos interesses económicos, culturais e morais encontra-se representada a Indústria Têxtil.
Decreto-Lei n.º 29:232	**8/11/39**	Presidência do Conselho	Associações patronais e corporações	O presente diploma prevê a integração na organização corporativa das associações patronais constituídas ao abrigo do decreto de 9 de Maio de 1891. Segundo as palavras escritas "Importa também dar solução prática ao problema da organização das actividades industriais por iniciativa dos próprios interessados, pois a experiência tem demonstrado que, mais do que as actividades do comércio, as indústrias têm tido por via de regra grande dificuldade em levar a bom termo os seus projectos de organização.
Decreto-Lei n.º 31:952	**1/4/42**	Ministérios das Colónias e da Economia	Designa quem estabelece os preços do algodão.	No sistema em vigor até esta altura o preço do algodão colonial dependia do algodão americano, mas as circunstâncias da guerra levam a que essas cotações não possam ser aceites como índice do custo de produção de algodão colonial. Enquanto durarem as circunstâncias derivadas do estado de guerra, os preços do algodão colonial posto sobre o cais em Lisboa e Porto serão estabelecidos pela Junta de Exportação de Algodão Colonial, tendo em conta o custo de produção, transportes, seguros e mais despesas, isto depois de ouvir a Comissão Reguladora do Comércio do Algodão em Rama.
Lei n.º 1:994	13/4/43	Ministério das Finanças	Lei da nacionalização dos	Refere que só às empresas nacionais é permitido fundar, adquirir, possuir ou explorar, no continente e ilhas adjacentes. Fala dos estabelecimentos destinados à gestão ou

			capitais	exercício de serviços públicos e outras actividades que interessam à economia nacional. "Para os efeitos da base anterior só serão havidas por nacionais as sociedades constituídas de harmonia com as leis portuguesas, com sede na metrópole e cuja maioria absoluta seja portuguesa.".
Lei n.º 2:002	26/12/44	Ministério das Obras Públicas e Comunicações	Electrificação do país	Esta lei começa por dizer que a rede eléctrica nacional abrange o conjunto de instalações de serviço público destinado à produção, transporte e distribuição de energia eléctrica. Na base III diz "O Governo, tendo em atenção a regularização dos cursos de água, as possibilidades do seu aproveitamento integral, os interesses da navegação e a defesa dos terrenos marginais, promoverá e auxiliará, de harmonia com a base anterior, a instalação de centrais produtoras de energia eléctrica, conforme o exigirem: a) A reorganização e fomento industrial b) ..." Diz ainda que "As instalações de produção de energia para uso particular não poderão ser autorizadas nos locais onde haja energia de distribuidores públicos com tarifas mais favoráveis nos termos das bases anteriores, salvo casos especiais definidos em regulamento."
Lei n.º 2:005	14/3/45	Ministério da Economia	Promulga as **bases** a que deve obedecer o fomento e reorganização industrial	Refere que o Governo promoverá os estudos necessários acerca da viabilidade técnica e económica dos empreendimentos industriais e maior interesse para a economia nacional. Em seguida refere de que forma auxiliará a instalação de novas indústrias já existentes. "A reorganização será feita, consoante os casos, pelas formas seguintes: a) Concentração de fábricas e oficinas em unidades fabris de maior rendimento económico e perfeição técnica;

				b) Substituição de material antiquado e de fraco rendimento económico por outro de tipo moderno e tecnicamente perfeito; c) Ampliação de instalações... d) ....
Lei n.º 34:643	1/6/45	Ministério das Colónias	Condicionamento, maquinaria, a situação nas colónias	No ponto 5 diz: "O problema da industrialização dos territórios do ultramar tem sido acompanhado com todo o carinho pelo Governo, que, tanto indirectamente, por medidas adequadas às circunstâncias, como directamente, por via legislativa, tem pretendido estabelecer as condições mais favoráveis ao progressivo desenvolvimento das actividades coloniais dentro do quadro económico do complexo nacional." No ponto 6 diz: "O Decreto-Lei nº 33:924, de 5 de Setembro de 1944, que regula o estabelecimento da indústria de fiação e tecidos de algodão no ultramar, determina que as autorizações para o efeito concedidas pelo Ministério fixam a capacidade máxima de produção de cada fábrica." No ponto 7 diz: "O citado diploma limita igualmente a capacidade máxima de produção anual das fábricas autorizadas para cada colónia, de onde lógico é concluir que, se a uma única se permitiu atingir esta capacidade, mais nenhuma outra é possível instalar."
Decreto n.º 35.844	**31/8/46**	Ministério **das** Colónias	Regula a cultura **de** algodão nas colónias portuguesas.	São criadas em Angola e Moçambique e nas outras colónias onde vier a reconhecer-se a sua necessidade as zonas económicas de exploração algodoeira. Refere alguns aspectos dessa exploração. As empresas concessionárias obrigam-se a uma série de questões, como por exemplo adquirir o algodão nos mercados oficialmente designados e pagar por ele os preços anualmente fixados pelo governo da colónia, industrializar a semente de algodão por sua própria iniciativa ou nos termos que forem determinados pelo governo da colónia; dar preferência nas vendas do algodão às necessidades dos mercados local e

				metropolitano entre outros. A seguir faz referência às fábricas, cuja instalação deve ser requerida ao governo da colónia por intermédio da Junta de Exportação do Algodão Colonial. Outros assuntos focados estão relacionados com as culturas, mercados, agricultores e comerciantes do algodão e também com as infracções, penalidades e sua aplicação quando não se cumprem as normas estabelecidas. Esclareça-se ainda que a orientação técnica algodoeira cabe exclusivamente à Junta de Exportação do Algodão Colonial, devendo os restantes serviços da colónia auxiliar a execução das directivas dadas.
Decreto-Lei n.º 36:030	12/12/46	Ministério das Finanças	Apetrechamento industrial do país	Aborda a aquisição de material para apetrechamento industrial, referindo que a isenção de direitos a que aludem legislação anterior será concedida pelo Ministério das Finanças, depois de ouvido o Ministério da economia.
Portaria n.º 11:879	7/6/47	Ministério da Economia	Procede a esclarecimento sobre a situação das oficinas de trabalho caseiro e familiar autónomo.	Refere que as oficinas de trabalho caseiro instaladas em laboração anteriormente à publicação do decreto 36:279, de 15 de Maio de 1947, que não possam ser classificadas de "oficinas de trabalho caseiro e familiar autónomo", ficam no regime de trabalho industrial.
Lei n.º 36:443	30/7/47	Ministério da Economia	Isenta do condicionamento industrial muitas modalidades da indústria	Refere que " as indústrias ou modalidades industriais sujeitas ao condicionamento industrial só podem ser as que satisfazem determinadas condições que dizem respeito à sua capacidade de produção, à natureza da matéria-prima que utilizam e dos produtos fabricados, à sua importância perante a economia nacional ou de mão-de-obra empregada, à origem." Diz que "Impõe-se orientar o condicionamento industrial dentro do espírito e da letra da lei que o instituiu, e, por tal razão, abandonando o caminho de considerar, por decreto, quais as indústrias que ficam fora do condicionamento, opta-se pela solução de

				determinar quais as que são abrangidas por ele." Com a publicação deste decreto isentam-se do condicionamento industrial muitas modalidades da indústria. No quadro das indústrias abrangidas pelo condicionamento industrial aparece na classe IX os têxteis, dizendo o seguinte no ponto 1: " 1. Na indústria algodoeira: a) Fusos de fiação; b) Teares; c) Secções de estamparia mecânica, autónomas ou anexas a fábricas com secções de tecelagem com menos de 200 teares automáticos ou 300 teares mecânicos.
Dec.Lei n.º 36:501	9/9/47	Ministério da Economia	Constitui o Fundo de Fomento Industrial e o Fundo de Abastecimento	Esse Fundo de Fomento Industrial e o Fundo de Abastecimento ficará organizado da seguinte maneira: "Ao Fundo de Fomento Industrial serão destinados inicialmente 150.000.000$, ficando o saldo a constituir o Fundo de Abastecimento, sendo receita deste último todas as entradas dos fundos agora incorporados." Surge aqui a Lista dos órgãos e respectivos fundos. A Comissão Reguladora do Comércio do Algodão em Rama terá um Fundo de compensação (criado pelos decretos 28:698 e 28:851). O Fundo de reserva foi criado por despacho de 16 de Junho de 1942.
Lei n.º 36:933	24/6/48	Ministério da Economia	Cria a Direcção Geral dos Serviços Industriais e define as suas atribuições	Começa por dizer que "A intervenção do Estado nos problemas da indústria consiste no condicionamento e no fomento industrial, bem como na defesa da segurança das pessoas, e apoia-se nas leis...". Refere em seguida que é criada no Ministério da Economia a Direcção-Geral dos

				Serviços Industriais, cuja organização e funcionamento se regerão pelas disposições do presente diploma. Esta Direcção Geral deve coadjuvar o Ministério da Economia no exercício da superior direcção e coordenação da política industrial do País." Deve igualmente "Tratar do condicionamento da instalação dos estabelecimentos industriais nos termos da lei." Refira-se ainda que nos Serviços Centrais, uma das quatro repartições é precisamente a do Fomento Industrial (a 2ª), a quem compete elaborar, para aprovação ministerial, os planos de fomento industrial. A 3ª repartição, a do Condicionamento Industrial deve estudar e informar todos os pedidos de condicionamento industrial. Também a 4ª repartição, a da segurança industrial, deverá superintender nas condições técnicas de estabelecimento e exploração das instalações industriais e elaborar os respectivos regulamentos de segurança. Diga-se ainda que na 3ª repartição, dividida em diversas secções, existe uma para as indústrias têxteis.
Lei n.º 36:945	28/6/48	Ministério da Economia	Regulamenta o condicionamento industrial	Esclarece mais uma vez aspectos relacionados com a instalação de novos estabelecimentos industriais, a reabertura de outros, a modificação de equipamentos, a transferência de propriedades de nacionais para estrangeiros ou para outros nacionais. "O Ministério da Economia tem sempre a faculdade de ouvir, em todos os processos de condicionamento industrial, o parecer de qualquer das secções do Conselho Superior da Indústria."
Decreto-Lei n.º 37:523	**15/8/49**	Ministério das Colónias	Insere disposições relativas à produção de algodão colonial	Ficam isentas de impostos, contribuições, direitos, taxas, licenças e encargos as empresas concessionárias de zonas algodoeiras, os exportadores e os agricultores autónomos (estes no tocante à sua actividade algodoeira).
Lei n.º 38:143	30/12/50	Ministério da Economia	Liberta algumas modalidades da indústria em relação	Informa que se encontra pendente o estudo da revisão da lei do condicionamento industrial, não impedindo todavia que se libertem desde já algumas modalidades da indústria.

			ao condicionamento	A dada altura diz que "Importa, por isso, reintegrar no regime com as indústrias que mais flagrantemente dele se encontra, afastadas, com preterição das normas fundamentais da legislação vigente e do princípio da livre empresa, base da nossa economia. "Na classe das indústrias que laboram matérias-primas têxteis libertam-se também as oficinas de acabamentos e estampagens ou tinturaria, o que mais não representa do que a legalização do estado de facto existente." "A indústria das malhas é, por sua natureza, uma daquelas em que convém fomentar e proteger sem quaisquer entraves o trabalho caseiro, familiar e autónomo." Na relação das modalidades industriais libertas do condicionamento estão na classe IX dos Têxteis: 1) Na indústria algodoeira: c) Secções de estamparia mecânica, autónoma ou anexas a fábricas com secções de tecelagem com menos de 200 teares automáticos ou 300 teares mecânicos: d) Secções de acabamentos autónomos os anexos a fábricas ou secções de tecelagem com menos de 200 teares automáticos ou 300 teares mecânicos.
Lei n.º 2:052	11/3/52	Presidência da República	Promulga as bases do condicionamento industrial	Referência às instalações de novos estabelecimentos, modificações nas instalações, mudança de local dos estabelecimentos, etc. Diz que "O condicionamento competirá ao Ministério da Economia, excepto no que disser respeito às actividades por lei dependentes de outros Ministérios." Na Base VI diz: "Serão isentos do condicionamento e protegidos, nas indústrias consentâneas com o trabalho caseiro e familiar autónomo, conforme se determina no decreto previsto na

				base anterior."
Decreto-Lei n.º 38:783	10/06/52	Ministério da Economia	Regula o exercício do trabalho caseiro e familiar autónomo.	A produção industrial desenvolve-se em dois campos separados, embora complementares: o da indústria concentrada e o das pequenas actividades, em que o trabalho caseiro e familiar autónomo ocupa posição relevante. A própria defesa da família – primeira célula do agregado familiar nacional – não pode deixar de determinar as soluções que fortaleçam a sua estrutura e estimulem a sua actividade produtiva.
Lei n.º 2:058	29/12/52	Presidência da República	Promulga as bases para a execução do Plano de Fomento (53-58)	O Plano de Fomento destina-se aos anos de 1953 a 1958 (seis anos). A parte relativa ao ultramar será dividida em fases. Os investimentos industriais vão para as áreas da electricidade, siderurgia, refinaria de petróleo, adubos, folha-de-flandres e celulose de papel.
Decreto-Lei n.º 39:634	05/05/54	Ministério da Economia	Promulga a revisão do regime do condicionamento previsto pela Lei n.º 2052, de 11 de Março e regulamenta o processo das autorizações.	"O condicionamento das indústrias representa uma intervenção do Estado na economia e tem, por isso, carácter excepcional, uma vez que as leis fundamentais do País reconhecem na iniciativa privada, sob a orientação da organização corporativa, o instrumento essencial do progresso económico." Simplificou-se e abreviou-se o processo de condicionamento, suprimindo com o trabalho no domicílio e fabrico de tecidos e artefactos de qualquer fibra. Designadamente de cunho regional ou artístico, em teares manuais ou no número máximo de dois teares mecânicos. Em anexo encontra-se o quadro com as indústrias e fábricas sujeitas a condicionamento industrial, estando no ponto 2 as indústrias têxteis, da qual faz parte o fabrico de fios e tecidos, mas com algumas excepções ligadas à produção de fios para a pesca, oleados, pergamóides, enfeltragem, etc.
Decreto-Lei n.º 40:405	24/11/55	Ministério do Ultramar	Refere-se às zonas algodoeiras nas	Este decreto apresenta os seguintes pontos, a saber: 1. Refere que o relatório de decreto nº 35 844, de 31/8/1946, resume a história da

			colónias, sua concessão, produção e subsídios.	produção algodoeira nas províncias ultramarinas. 2. Mostra quadros estatísticos entre 1945 e 1954 sobre produção e rendimento de algodão. 3. Diz que o decreto foi cuidadosamente executado e que a Junta de Exportação do Algodão assumiu eficazmente a orientação técnica, devendo destacar-se o esforço que desenvolveu para eliminação da cultura em regiões menos aconselháveis. 4. Em relação à cultura refere que "postas as coisas no seu pé, vê-se que o indígena cultivador de algodão não sofre mais riscos – bem ao contrário – que o produtor de milho ou de qualquer outro produto". 5. Nas principais inovações indicam-se as seguintes: a cultura nas zonas algodoeiras passará a ser feita segundo planos propostos pelos concessionários; o melhoramento dos meios de produção continua a ser encarado como obrigação essencial de todas as entidades relacionadas com a cultura; a industrialização das sementes é regra, sendo excepcional a exportação; é importante a regulamentação das sociedades cooperativas de produtores indígenas de algodão. O decreto fala ainda da concessão das zonas algodoeiras, das fábricas de descaroçamento e prensagem de algodão, do melhoramento dos meios de produção, dos preços, dos produtores autónomos e comerciantes de algodão. Em relação à exportação para o estrangeiro de algodão ultramarino o mesmo é proibido, enquanto não se mostrarem garantidas as quantidades fixadas nos termos do artigo anterior e as destinadas ao abastecimento das províncias ultramarinas. Finalmente, recorda-se que o Fundo do Algodão destina-se a concorrer para o melhoramento da assistência sanitária e social aos indígenas produtores de algodão e realizar melhoramentos rurais nas zonas algodoeiras ou em regiões de interesses conexos com estas. Refira-se que este fundo permite igualmente conceder subsídios a produtores indígenas cujas culturas tenham sido destruídas ou danificadas por casos fortuitos ou de força maior.

Despacho	17/12/55	Ministério da Economia	Nomeia uma comissão para proceder ao estudo dos critérios que servem de base à elaboração das tabelas de preços dos fios e à respectiva classificação para efeitos de venda às tecelagens.	Refere que a fiação e tecidos de algodão constitui na altura a mais importante actividade industrial do País, com um investimento em maquinismos e instalações superior a 4 milhões de contos e ocupando cerca de setenta mil operários, que recebem anualmente em salários mais de 500.000 contos e transformando produtos que pesam no rendimento nacional na ordem dos 250.000 contos. Reconhece-se uma certa resistência à entrada de fios e tecidos de algodão portugueses no estrangeiro e também uma baixa na produção algodoeira ultramarina. É nomeada uma comissão para proceder ao estudo dos critérios que servem de base à elaboração das tabelas de preços dos fios e à respectiva classificação para efeitos de venda às tecelagens.
Portaria	24/01/56	Ministério da Economia	Nomeia uma comissão para fazer um estudo das condições técnicas e económicas em que a indústria de fiação e tecidos de algodão trabalha.	A comissão é nomeada para fazer um estudo das condições técnicas e económicas em que a indústria de fiação e tecidos de algodão trabalha e de harmonia com a orientação geral definida pelo despacho de 17 de Dezembro. A comissão é composta pelo Doutor José Joaquim Teixeira Ribeiro, professor de Economia Política e Finanças da Faculdade de Direito de Coimbra e vogal do Conselho Superior da Indústria, que presidirá, bem como o Engenheiro Carlos António Corte Real, representante da indústria algodoeira na Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama, Engenheiro Alberto Serpa Ferrão Rebelo, da Direcção-Geral dos Serviços Industriais, Engenheiro Manuel José da Costa Pereira, da Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama, Engenheiro Ângelo da Cunha Morais, representante das unidades de fiação, Manuel João de Freitas Ribeiro de Faria, representante das unidades de tecelagem, e António Santos Henriques Rosa, representante das unidades de acabamento.
Lei n.º 2:086	22/8/56	Presidência da República	Promulga as bases para a instituição	Considera que "as corporações constituem a organização integral das diferentes actividades de ordem moral, cultural e económica e têm por fim coordenar, representar

			das corporações	e defender os seus interesses, para a realização do bem comum." Entre as atribuições das corporações temos: "g) Desenvolver a consciência corporativa e o espírito de cooperação social, bem como o sentimento da solidariedade de interesses entre todos os elementos que a compõem; h) Fomentar o estudo dos problemas relativos ao seu sector de actividade, bem como impulsionar e desenvolver a cultura técnica e a preparação profissional;" Da listagem das primeiras corporações a instituir encontra-se em 2º lugar a Corporação da Indústria.
Lei n.º 2:089	**8/6/57**	Presidência da República	Criação do Instituto Nacional de Investigação Industrial	No Ministério da Economia é criado o Instituto Nacional de Investigação Industrial, dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa. Como objectivo deverá promover, auxiliar e coordenar a investigação e assistência que interessem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento industriais do País. Os contactos com o estrangeiro, o intercâmbio com as universidades, a promoção da especialização e da investigação estão presentes nos seus objectivos. O Instituto goza de isenção de direitos e outras imposições devidas pela importação de produtos, matérias-primas e equipamentos de qualquer espécie necessários à realização dos seus fins.
Decreto-Lei n.º 41:875	**23/9/58**	Ministério das Corporações e Previdência Social	Institui a Corporação da Indústria	No ponto 3 diz: "Num momento em que o País se vai empenhar num esforço de intensificação do seu desenvolvimento económico, a constituição da Corporação da Indústria e da Corporação do Comércio, complementando o esquema geral das corporações de ordem económica, não pode deixar de se considerar particularmente oportuna." "A Corporação da indústria constitui a organização integral das actividades industriais e

				tem por fim coordenar, representar e defender os interesses dessas actividades para a realização do bem comum." Na Corporação da Indústria haverá várias secções, sendo uma a dos Têxteis e Vestuário.
Decreto-Lei n.º 41:876	23/9/58	Ministério das Corporações e Previdência Social	Institui a Corporação do Comércio	"Na Corporação do Comércio haverá quatro secções: comércio de exportação; comércio armazenista e de importação; comércio retalhista diferenciado; e comércio retalhista misto." A Corporação do Comércio deve coordenar a acção dos organismos corporativos que a constituem e regular as relações sociais ou económicas entre eles, tendo em vista os seus interesses próprios e os fins superiores da organização. De referir que ligada à Corporação existe uma série de Juntas, entre as quais a Junta de Exportação do Algodão.
Lei n.º 2:094	25/11/58	Presidência da República	II Plano de Fomento (59-64)	Este Plano de Fomento para os anos de 1959 a 1964 (6 anos) está organizado em diversas rubricas, sendo uma delas (a 2ª) dedicada à pesca, indústrias extractivas e transformadoras. Haverá um conselho económico que entre as suas atribuições deverá declarar de interesse para a economia nacional a instalação de indústrias, bem como aprovar os projectos de reorganização industrial que lhe sejam submetidos por iniciativas dos interessados e determinar a reorganização de indústrias. No ponto referente ao Ultramar, também, está contemplada uma rubrica sobre a electricidade e indústrias (uma delas sobre a indústria transformadora):
Decreto-Lei n.º 42:593	19/10/59	Presidência do Conselho	Cria a Comissão Interministerial do Plano de Fomento e define as suas atribuições	"O facto de o II Plano de Fomento ter sido projectado em termos consideravelmente mais amplos do que os do primeiro, quer pela importância e variedade dos objectivos, quer pelo volume dos recursos previstos, veio dar maior saliência à necessidade, já notada anteriormente, de proporcionar ao serviço especialmente encarregado de acompanhar a execução susceptível de assegurar a conjugação de esforços e a

				indispensável colaboração dos vários departamentos e serviços interessados." "É criada na Presidência do Conselho a Comissão Interministerial do Plano de Fomento, órgão de estudo e de coordenação destinado a assegurar a ligação administrativa permanente entre a Inspecção Superior do Plano de Fomento e os vários Ministérios e Secretarias de Estado interessados..." Da composição dessa Comissão faz parte o secretário-geral da Presidência do Conselho, o inspector superior do Plano de Fomento, um representante do Instituto Nacional de Estatística e, entre outros mais, também um representante da Secretaria de Estado da Indústria. Dos seis grupos de trabalho, o nº2 é precisamente o da indústria e energia.
Decreto-Lei n.º 44:506	10/8/62	Ministério das Corporações e Previdência Social	Questões levantadas pela organização industrial	Refere que a reorganização industrial acarreta algum desemprego. Alguns terão pensões por invalidez, outros serão integrados nas indústrias. O desemprego tecnológico situa-se no âmbito mais vasto da organização do mercado da mão-de-obra. A certa altura refere-se: "Espera-se, por isso, que o presente diploma seja o início de uma série de medidas tendentes ao melhor conhecimento e mais perfeita estruturação da nossa mão-de-obra, por forma a dar maior satisfação não só dos interesses dos trabalhadores, como também às necessidades e conveniências das próprias empresas."
Decreto-Lei n.º 44:652	27/10/62	Presidência do Conselho	Promulga disposições destinadas a fomentar o	"A revisão do condicionamento industrial deverá, quanto possível, obedecer a um critério de unidade aplicável ao conjunto do espaço económico português, com vista ao encontro de soluções que, tendo em conta a localização das matérias-primas e dos mercados consumidores dos produtos, assegurem o equilibrado desenvolvimento

			crescimento económico e social dos territórios e regiões menos desenvolvidas do espaço português. Introduz alterações na orgânica do Conselho de Ministros	económico e social de todos os territórios." "A Comissão Interministerial é um órgão de estudo, coordenação e consulta destinado a assegurar em matéria de planeamento e integração a ligação permanente entre o Secretário Técnico da Presidência do Conselho, os diversos Ministérios e, por intermédio do Ministério do Ultramar, as províncias ultramarinas." O grupo de trabalho n.º 2 é o da indústria e da energia.
Lei n.º 2:123	**14/12/64**	Presidência da República	Plano Intercalar do Fomento (65-67)	O Plano tem por finalidade o progresso económico e social do povo português e constituem seus objectivos específicos a aceleração do ritmo de acréscimo do produto nacional e a repartição mais equilibrada do rendimento nacional. O sector três diz respeito à indústria. No caso das províncias ultramarinas esse sector é o número quatro.
Decreto-Lei n.º 46:666	24/11/65	Ministério do Ultramar e da Economia	O condicionamento industrial no espaço português	"O crescimento equilibrado e integrado de todas as economias territoriais provocará necessariamente a expansão constante das trocas dentro do espaço português, embora a composição actual dessas trocas deva sofrer profunda alteração: o continente e ilhas virão no futuro a adquirir nas províncias ultramarinas muitos dos produtos que hoje lhes fornecem e passarão a abastecer o ultramar com os fabricos correspondentes àquela fase mais avançada de produção industrial em que está a entrar com decisão firme e êxito incontestável." "O presente diploma visa fundamentalmente o esquema processual do condicionamento das indústrias no espaço português e procura, em especial: • Assegurar uma maior coordenação nas decisões sobre condicionamento daquelas indústrias que, quando instalada num território, possam afectar, por

				virtude da sua excepcional projecção, as economias de outros territórios; • Harmonizar os regimes de condicionamento industrial aplicados nos vários territórios, por forma que entre estes não existam possibilidades de instalação ou ampliação de estabelecimentos fabris." "Houve a preocupação de reduzir ao mínimo o conjunto dos sectores sujeitos a condicionamento nacional, de modo a permitir que, no maior número possível de indústrias, o poder de decisão das autoridades territoriais competentes ou da própria iniciativa privada não seja afectada pelas limitações e demoras necessariamente inerentes a este tipo de condicionamento." "A lista dos sectores abrangidos pelo condicionamento nacional reflecte, portanto, uma dupla preocupação quanto à protecção da industrialização dos territórios menos desenvolvidos do País." " Qualquer sector fabril não compreendido pelo condicionamento nacional pode vir a ficar isento de condicionamento numa dada província ultramarina, desde que essa seja considerada pelo respectivo governador a solução de maior interesse para a economia da província." "A revisão da política e dos processos do condicionamento industrial é, ainda e sobretudo, requerida pela enorme transformação que nos últimos anos se verificou quer no potencial industrial do país – fruto da política seguida e da nova mentalidade e capacidade dos empresários -, quer das actuais e diferentes perspectivas das relações económicas internacionais e, sobretudo, europeias, de que não nos podemos alhear, quer ainda do facto de disporem, hoje, os governos de outros e mais eficientes meios de intervenção, directa e indirecta, na orientação dos investimentos e no auxílio à sua

				segurança e rentabilidade." "Para além das razões a que já acima se aludiu, o condicionamento industrial tem sido ainda justificado no continente e ilhas adjacentes pela conveniência de através dele se executar uma política de dimensão industrial a garantir a capacidade técnica e a viabilidade económica dos novos empreendimentos." "Independentemente destas considerações, não será ainda de esquecer que, se o condicionamento industrial pode impedir, e em muitos casos terá evitado, a má orientação do investimento, também o refreamento de concorrência que ele necessariamente acarreta tem consentido limitações de progresso que se traduzem em perdas de capital que podem representar prejuízo nacional muitas vezes superior ao dos dispêndios improdutivos ou desgastes de capitais que são uma contrapartida da luta, em concorrência, pelo progresso, que o mesmo é dizer pelo maior bem comum."
Decreto-Lei n.º 46:909	19/3/66	Presidência do Conselho	Reorganiza os serviços de planeamento e integração económica	Com o Plano Intercalar a programação económica em Portugal passa a ser concebida como um instrumento global orientador do desenvolvimento do conjunto da economia portuguesa. "Além disso, a preocupação de aperfeiçoar constantemente o método de preparação dos nossos planos de fomento, em ordem a torná-los cada vez mais eficazes, aconselha a introduzir alguns ajustamentos na orgânica da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica e respectivos grupos de trabalho, nos quais se deve procurar dar ampla participação às actividades privadas como melhor forma de criar, na consciência nacional, a necessária receptividade e compreensão pelos projectos de investimento que o Plano propõe e pelos programas de acção que preconiza e em que se traduz."
Lei	20/12/67	Presidência da	III Plano de	Este III Plano de Fomento é para vigorar entre 1968 e 1973 (6 anos), constituído como

n.º 2:133		República	Fomento (68-73)	instrumento de programação global de desenvolvimento económico e do progresso social do país, tendo em vista a formação de uma economia nacional no espaço português e a realização dos fins superiores da comunidade. "Serão considerados os seguintes aspectos de natureza global: Financiamento; Comércio externo; Emprego e política social; Produtividade; Sector público e reforma administrativa." Os programas sectoriais abrangem doze capítulos, sendo o terceiro o das indústrias extractivas e transformadoras.
Decreto-Lei n.º 48:301	30/3/68	Presidência do Conselho	Criação do Centro de Estudos do Planeamento	Essa criação do centro de estudos a nível de planeamento, dotado da indispensável autonomia técnica e administrativa, tem o intuito de lhe facultar não só adequada satisfação das suas finalidades específicas, mas também das condições favoráveis a uma articulação cada vez mais eficaz com os problemas e necessidades do sector privado.
Decreto-Lei n.º 48:905	11/3/69	Presidência do Conselho	Define a orgânica administrativa adequada ao início da realização do planeamento regional	Com a criação definida no III Plano de Fomento o país é dividido em regiões e sub-regiões de planeamento. A região Norte abrange os distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto (sub-região do litoral) e os de Vila Real e Bragança (sub-região do interior).
Decreto-Lei n.º 49:194	19/8/69	Presidência do Conselho	Cria gabinetes nos departamentos governamentais...	Os gabinetes criados têm competências que passam por elaborar o projecto dos planos e programas de fomento relativos ao sector, bem como acompanhar e controlar a execução dos mesmos planos e programas e elaborar relatórios respeitantes a essa

				execução. Deve também promover o aperfeiçoamento das técnicas de planeamento e da informação estatística relativas ao sector.
Decreto n.º 49:364	8/11/69	Presidência do Conselho	Regula a constituição e funcionamento das comissões consultivas	Refere a designação e constituição das comissões consultivas, sendo uma delas a Comissão de Planeamento da Região Norte. Os grupos de trabalho serão formados por representantes dos serviços e das entidades públicas e privadas directamente interessadas nos problemas respeitantes às matérias a estudar.
Decreto n.º 8/70	6/1/70	Ministério das Corporações e Previdência Social	Gabinetes nos departamentos governamentais	No Ministério das Corporações e Previdência Social é criado o Gabinete de Planeamento, órgão técnico directamente dependente do Ministro e destinado a assegurar e coordenar a actuação do Ministério na preparação e execução dos planos de fomento e a estabelecer as convenientes ligações com os órgãos centrais e interministeriais de planeamento.
Decreto n.º 102/70	13/3/70	Ministério da Economia	Criam nas Secretarias de Estado da Agricultura, do Comércio e da Indústria, gabinetes de planeamento, órgãos técnicos directamente dependentes dos respectivos Secretários de	O assunto referido diz ainda que compete ao Gabinete de Planeamento analisar os efeitos sobre o fomento económico das acções e medidas cuja execução caiba aos diversos serviços da Secretaria de Estado. Também deve "assegurar as ligações da Secretaria de Estado da Indústria com o Gabinete de estudos e Planeamento das Secretarias de Estado da Agricultura e do Comércio, com vista à solução coordenada dos problemas que interessam a mais do que um departamento, nomeadamente os decorrentes da formulação e execução dos planos de fomento."

			Estado	
Decreto n.º 8/73	26/12/73	Presidência da República	Organização e execução do IV Plano de Fomento (1974-1979)	" O Plano constituirá instrumento basilar da política do Governo em matéria de desenvolvimento económico e de progresso social, tendo em vista a realização dos fins superiores da Comunidade, nomeadamente a formação de uma economia nacional no espaço português." Na Base III a lei refere ainda: "De acordo com as orientações enunciadas na base anterior, o Plano visará os seguintes grandes objectivos nacionais: a) Aceleração do ritmo e harmonização dos processos de desenvolvimento económico de todas as parcelas do território português, sem prejuízo do equilíbrio financeiro, tendo em conta designadamente: Os recursos naturais, humanos e de capitais disponíveis no espaço nacional e os diferentes estádios de desenvolvimento das suas parcelas; A coordenação com o esforço de defesa; b) promoção do progresso social da população portuguesa, em ordem ao fortalecimento da individualidade e coesão da comunidade nacional e à sua projecção no mundo." As medidas de política e os investimentos concretamente previstos no Plano contemplarão domínios ligados às infra-estruturas económicas nos quais se inclui a indústria.

D. ALGODÃO

Resolvemos inserir nestes anexos uma referência à matéria-prima que está na base da indústria que estudamos e de muitas outras na região: o algodão.

Embora alguns destes dados sejam apresentados em capítulo próprio no corpo da tese, pretende-se aqui fazer uma síntese e ao mesmo tempo ilustrar de forma visível as características desta fibra natural de origem vegetal.

Podemos observar em seguida os seguintes elementos:

1. quadro sobre a origem das fibras;
2. ciclo do algodão;
3. imagens microscópicas desta fibra têxtil;
4. quadro com as propriedades físicas, químicas e têxteis do algodão;
5. aspectos da transformação industrial para fiação;
6. testes de queima.

ORIGEM DAS FIBRAS TÊXTEIS

FIBRAS TÊXTEIS	NATURAIS	**ANIMAIS**	Secreção glandular (seda)
			Pêlos (lã)
		VEGETAIS	Semente (algodão)
			Caule (linho, juta, cânhamo, rami)
			Folha (sisal)
			Fruto (coco)
		MINERAIS	Amianto
	NÃO NATURAIS	**REGENERADAS**	Viscose, acetato, cupramónio
			Borracha
		SINTÉTICAS	Poliamidas (nylon)
			Poliesters (terylene, tergal, trevira)
			Acrílicas (dralon, acrilan)
			Poliuretanos
			Polivinílicas
		INORGÂNICAS	Vidro, metal

CICLO DO ALGODÃO

- **SEMENTEIRA**
- **APANHA**

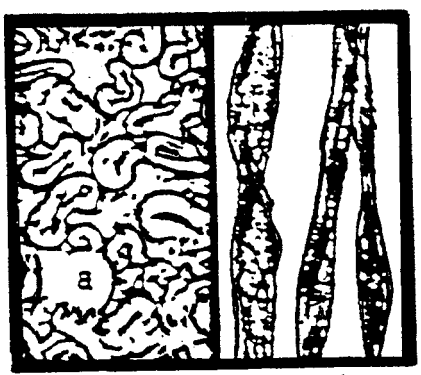
- **DESCAROÇAMENTO** (separação da felpa dos caroços) **rolos ou máquinas**
- **CARDAGEM** (felpa mais fofa) **varinha ou cana**

- **FIAÇÃO** → Mão
  → Fuso ou roda de fiar
  → Roca

- Formação de meadas – **SARILHO**
- Formação de novelos – **DOBADOURA**
- Urdideira (preparação da teia) – **URDIDEIRA**
- Tecelagem (tecido) – **TEAR**
  dois liços accionados por pedais
  dois órgãos, um para a teia, outro para o tecido
  um pente metálico
- **ACABAMENTOS**
- **TINTURARIA**
- **ESTAMPARIA**

IMAGENS MICROSCÓPICAS DE FIBRAS TÊXTEIS
(Cortes transversais e longitudinais)
(Esquemáticos e fotográficos)

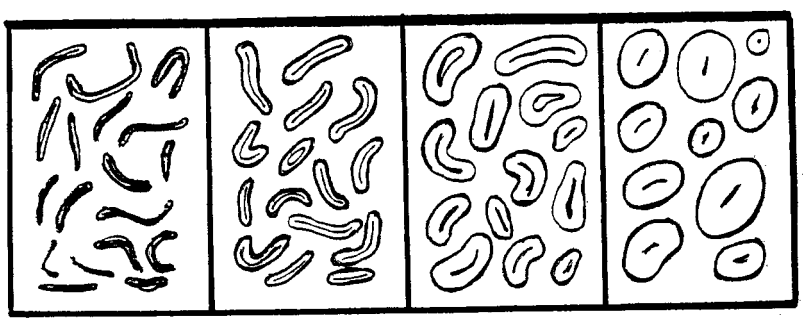
ALGODÃO



a) Não mercerizado

b) Mercerizado

Fotografia de fibras de algodão (l/ e t/)



Fibras de algodão em diferentes graus de maturação

PROPRIEDADES FÍSICAS, QUÍMICAS e TÊXTEIS DO ALGODÃO

PROPRIEDADES FÍSICAS

Estrutura e forma: uma fibra é um pêlo unicelular, alongado, sem divisões internas e achatado, que parece uma fita com torções.

Microscopia: ST – forma de feijão
SL – fita com torção

Comprimento: 13 mm a 4 cm ϕ : fino 16 a 18 μ / grosso 20 a 40 μ

Cor: branco, creme, cinza, depende da planta e do tratamento

Toque: suave e macio

Brilho: não tem, é dado pela mercerização (sujeição a solução alcali de 18 a 25% de soda cáustica) que lhe acrescenta mais resistência

Condutibilidade térmica: média para a fibra, melhor isolante enquanto tecido

Higroscopicidade: celulose absorve 10 a 20% do seu peso em água

PROPRIEDADES QUÍMICAS

Composição: 90 a 93% de celulose (C,H,O), óleos, ceras água, sais minerais e corantes e impurezas. Algodão branqueado é constituído por celulose pura e é mais hidrófilo.

T. Combustão: arde rapidamente com chama forte e amarela, cheiro a papel queimado e fraco resíduo branco

Acção do calor: temperatura de 200º C amarelece, superior carboniza a celulose

Comportamento face: ácido – atacado
base – resistente (branqueamento e mercerização), a baixas dosagens e temperaturas
oxidantes – resistente a baixas dosagens e temperaturas
solventes – orgânicos, sem danos; minerais, empolamento e dissolução
tintos – facilidade de absorção, sobretudo se previamente preparado.
Pode ser feito com corantes básicos, directos, sulfurosos, de cuba, azoicos e reactivos

PROPRIEDADES TÊXTEIS

Suavidade: boa, sobretudo depois do branqueamento

Resistência à tracção: < que a do linho, mas suficiente;
melhora com o > comprimento das fibras

Alongamento de ruptura: 8%

Resistência à torção: cinco vezes mais que o linho

Resistência mecânica: média a seco e de 105 a 108% em húmido

Fiação: muito boa coesão, bom suporte

Tratamentos: branqueamento, tinturaria, estampagem, mercerização...

Resistência a pragas: não é atacado por insectos, mas sim por bactérias em meios húmidos, quentes e escuros

O ALGODÃO

Algodão com sementes e cascas
(antes de qualquer limpeza)

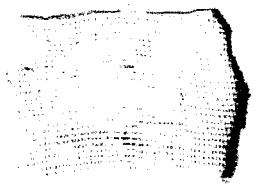
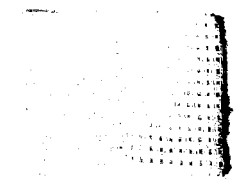
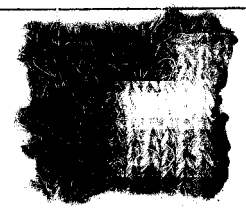
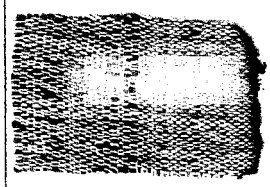
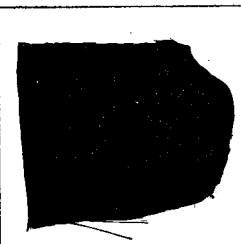
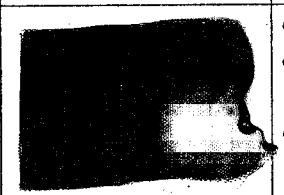
ASPECTOS DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL PARA FIAÇÃO (FASES INICIAIS)

VÉU DA CARDA

MECHA DA CARDA

MECHA DO TORCE

TESTES DE QUEIMA

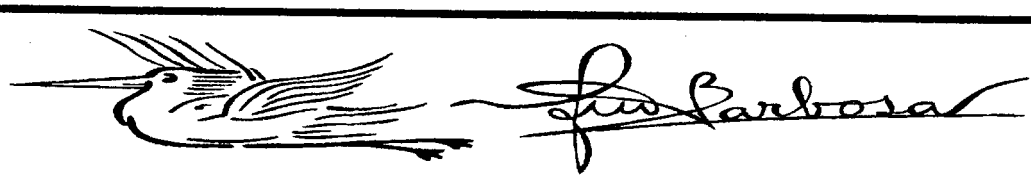
FIBRA	AMOSTRA	MODO DE ARDER	CARACTERÍSTICAS DO TECIDO
LINHO		• Arde facilmente • Cinza negra	• Bom condutor de calor • Permeável ao ar • Durável • Absorvente da humidade
ALGODÃO		• Arde facilmente • Cheiro a papel queimado • Cinza branca ou cinzenta clara	• Bom condutor de calor • Permeável ao ar • Durável Absorvente de humidade
LÃ		• Arde lentamente • Cheiro a cabelo queimado • Resíduo negro	• Mau condutor de calor • Permeável ao ar • Durável • Absorvente da humidade
SEDA		• Arde lentamente • Cheiro a cabelo queimado e enxofre • Resíduo negro	• Mau condutor de calor e da electricidade • Permeável ao ar • Macio, leve e suave
VISCOSE **ACETATO**		• Arde rapidamente • Cheira a papel queimado • Cinza branca • Cheiro picante • Sem resíduo	• Bom condutor de calor • Permeável ao ar • Finos e leves • Pouco resistentes
POLIAMIDA		• Não arde, funde • Cheiro pouco intenso • Resíduo claro e duro em forma de gota	• Mau condutor de calor e de electricidade • Pouco absorvente • Leve e fino • Anti-ruga • Resistente • Mau
POLIESTER		• Não arde, funde • Cheiro aromático intenso • Resíduo escuro em forma de gota preta	• Mau condutor de calor e de electricidade • Resistente • Anti-ruga
ACRÍLICO		• Arde e funde • Fumo branco • Bola preta • Cheiro picante • Resíduo em forma de gota que se desfaz se esmagado	• Mau condutor de calor e de electricidade • Pouco absorvente • Anti-ruga • Resistente

E. CRONOLOGIA DE INVENTOS E APLICAÇÕES TÉCNICAS

Ao longo da História, o Homem não pára de surpreender pelo seu espírito inventivo, ora assumindo atitudes de um verdadeiro engenhocas que constrói geringonças nem sempre bem sucedidas, funcionais ou utilitárias, ora idealizando, projectando e construindo de forma criativa e engenhosa inventos capazes de se transformarem em progressos a favor da humanidade.

A cronologia que se segue, concisa e despretensiosa, consiste numa recolha de alguns inventos e aplicações técnicas associadas à indústria têxtil, com referência à data e ao seu autor. É curioso observar que as referências a esses inventos e que surgem espalhados em muitas obras sobre a revolução industrial e indústria têxtil avançam com datas nem sempre coincidentes de autor para autor.

Não se deve estranhar que muitos dos inventos são datados do século XIX, uma vez que a indústria algodoeira havia sido já revolucionada nos primórdios desse século. E nunca é de mais citar nomes como James Watt, Richard Arkwright, Samuel Crompton ou Edmund Cartwright e os respectivos inventos. Como dizia Ferreira das Neves (1987, p.9), "foi com base nestes inventos que, nos fins do séc. XVIII e durante o séc. XIX, se implantaram e desenvolveram as fábricas de fiação e tecelagem". Ao longo destes dois séculos, mas também já no século XX que há pouco terminou, muitos outros importantes inventos foram surgindo e que muito contribuíram para o aumento da produtividade e da qualidade na fiação e na tecelagem. O quadro que se segue pretende ser uma possível compilação que reflecte essa mensagem.



BREVE CRONOLOGIA DE ALGUNS INVENTOS, EVENTOS E APLICAÇÕES TÉCNICAS ASSOCIADAS À INDÚSTRIA TÊXTIL

DATA	INVENTOR	INVENTO / EVENTO
7000 a.C.	????	Invenção do tear e da tecelagem de lã (Anatólia).
5800 a. C.	----------	Encontram-se restos de tecidos de algodão numa gruta no México (TETUACAN).
5000 a. C.	----------	No Egipto existem já tecidos em linho
5000 a.C.	----------	Junto ao Lago Dwellers (Suíça) aparecem tecidos em linho e junto do lago Robanhausen (também na Suíça) aparecem restos de têxteis e de instrumentos de fiar e tecer conservados na lama.
4000 a.C.	----------	Na região do Eufrates (Mesopotâmia) havia já significativos rebanhos de ovelhas domesticadas.
4000 a. C.	????	Aparecimento da roca e do fuso.
3500 a. C.	----------	Nos mosaicos de Ur aparecem as mais antigas representações de ovelhas.
3000 a.C.	----------	Conhecimento do algodão, fixado nesta data por descobertas arqueológicas no vale do Indo e do Sind, na Índia, embora alguns investigadores o coloquem mais cedo. Como curiosidade o termo "cotton" vem do árabe "quotom", devendo-se a esta civilização a vinda do algodão da Índia até ao Próximo Oriente, Ásia e China.
3000 a. C.	----------	Os povos das Ilhas britânicas vestiam insipientes roupas de lã.
2640 a. C.	His-Ling-Chi	Atribui-se a esta imperatriz chinesa o aparecimento da seda. Em 1400 a. C. a seda atinge um estado de grande perfeição.
2500 a. C.	----------	Os egípcios colocaram uma lançadeira nas mãos da deusa Ísis, significando a sua contribuição para a arte de tecer.
1500 a. C.	----------	Na Índia cultiva-se o algodão e conhece-se bem a fiação e a tecelagem. A água do arroz era usada na tecelagem, sendo a primeira goma conhecida.
1000 a. C.	----------	Os fenícios mantinham um comércio activo da lã em bruto e de todo o tipo de bens transformados com os povos ibéricos.
500 a.C.	????	Aparecimento da roda de fiar indiana para as fibras curtas.
450 a. C.	----------	Heródoto afirma que os Babilónios usavam uma túnica de linho e os auxiliares indianos do rei persa Xerxes só vestiam de algodão, associando também algumas fibras exóticas.

327 a. C.	----------	Alexandre, o Grande, quando da invasão da Índia, expressou o seu espanto perante os brilhantes estampados dos tecidos de algodão de fabrico local.
200 a. C.	----------	Os romanos praticavam a criação selectiva de rebanhos. Desenvolveram a raça "tarrentine", que fornecerá mais tarde a lã merino, depois de cruzadas com as "colchiam" importadas da Grécia.
100 a. C.	Lucius Junius Collumella	É considerado o primeiro criador de carneiro merino. Os seus princípios de cruzamento de animais expressam-se na obra "De Re Rustica", e continuam a ser seguidos por muitos criadores.
63 a. C.	----------	Em Roma usam-se coberturas de algodão para os tectos.
23-79	Plínio	Faz referência ao crescimento do algodão e à criação de carneiros no Egipto, bem como as etapas ligadas ao seu aproveitamento.
Séc.II	----------	Diz-se que Omar, um dos califas de Maomé, pregava com uma túnica de algodão dividida em doze partes, tendo doze costuras na sua confecção.
273	----------	O imperador Aureliano recusou o pedido da sua mulher de uma túnica de seda púrpura pelos pés, por ser demasiado cara e extravagante.
552	----------	Dois monges Nestorianos conseguiram trazer ovos de bichos-de-seda no interior dos seus cajados e ofereceram-nos ao imperador Justiniano. Foi o início da indústria da seda no Ocidente.
768	Carlos Magno	Favoreceu a indústria têxtil e estabeleceu dois centros de renome mundial: Lyon e Rouen, associados ao fabrico de tecidos de seda. Instituiu as feiras têxteis na Europa Ocidental.
796	----------	Carlos Magno dá salvo-condutos a peregrinos ingleses que se dirigissem a Inglaterra com têxteis de lã. Há mesmo um tratado com a Inglaterra, considerado o mais antigo tratado comercial deste reino.
804	----------	Hamburgo e Lubeck, fundadas por Carlos Magno, tornaram-se portos francos e forneciam o resto do mundo com muitos produtos, incluindo os têxteis.
Séc. IX	----------	Produção e tecelagem do algodão desenvolve-se em Espanha. Os árabes introduzem a cultura do algodão na Sicília.
1000	----------	Veneza dominava em termos de matérias-primas em bruto e produtos acabados, a indústria têxtil e o comércio entre o Oriente e a Europa.
1111	----------	Henrique I estabeleceu a indústria da lã escocesa na zona de Tweed que separava a Inglaterra da Escócia.
1120	----------	Henrique I patrocina a 1ª guilda mercantil do seu tempo, para os tecelões da lã. Esta abriu caminho a muitas outras.
1128	----------	Os famosos monges cistercienses, também conhecidos por "trapistas", chegaram a Inglaterra, idos de França. Fixaram-se em Waverley e no Surrey, construindo

		abadias em Yorkshire e na Marca (fronteira) galesa. Em poucos anos os monges tornaram-se os maiores criadores de ovelhas do mundo.
1188	----------	Primeira referência da Guilda de tintureiros de têxteis em Inglaterra.
Séc. XIII	----------	O Cardeal Barberini refere 16000 teares no sul de Espanha (Andaluzia e Catalunha), tidos como criadores de tecidos de excelente qualidade.
1212	----------	A florescente cidade de Florença tinha cerca de 200 tintureiros, batedores, cortadores e alfaiates para tecidos de lã.
1248	----------	Mercadores de lã muito bem estabelecidos em Londres, com uma poderosa organização no seio do comércio têxtil europeu.
1270	----------	Primeira lei bancária emanada por Veneza protegia os depositantes nas transacções têxteis com outras nações.
1298	----------	As pessoas mais influentes vestiam linho, lã e seda, por vezes bordada a ouro em composições cada vez mais elaboradas, especialmente as senhoras.
1305	----------	Lovaina e as cidades flamengas empregavam cerca de 150 000 artesãos na área dos têxteis.
1310	----------	Florença produzia cerca de 100 000 peças de tecido de lã por ano. A lã provinha de Inglaterra, Sardenha e Espanha.
1315	----------	Primeira menção a "worsted", fio macio para tecer e tricotar, fiado a partir de filamentos longos de lã e que deu o nome ao próprio tecido feito com este tipo de fio.
1339	----------	Em Bristol começaram a instalar-se teares para a produção de tecidos de lã.
1350	John Mandeville	Este explorador inglês, no seu retorno da Índia, escreveu que aí existiam árvores maravilhosas de cujos ramos nasciam carneiros. Os carneiros quando tinham fome faziam pender os ramos e comiam relva do chão. Falava naturalmente do algodão
Séc. XV	Cennino Cennini	Este italiano natural de Pádua escreveu o "Método de Tingir Roupas através de blocos". É a mais antiga forma de estampar tecidos através de blocos de madeira ou chapa que funcionam como carimbos.
1429	----------	Surge o primeiro livro europeu sobre a arte de tingir com o título de "Mariegola dell'arte de tentori".
1490	----------	Declínio de Espanha como potência têxtil. Fernando V expulsou 100 000 trabalhadores têxteis ligados à lã devido às suas origens muçulmanas e muitos outros estrangeiros.
1492	----------	Colombo descobre que os índios do Novo Mundo usavam o algodão no fabrico de todas as suas roupas e acessórios domésticos. Trouxe amostras de algodão da Ilha do Mar, que suscitaram grande curiosidade em Espanha. O conhecimento da fibra de algodão obtido durante as

		cruzadas no Egipto, Pérsia e Extremo Oriente espalhavam-se agora pela Europa.
1497	----------	Vasco da Gama dobra o Cabo da Boa Esperança e descobre o caminho marítimo para a Índia. Esta viagem trouxe grandes alterações sociais, culturais, políticas e naturalmente económicas.
1500	Leonardo da Vinci	Aperfeiçoamento da roda de fiar.
1519	----------	Pizarro e Cortez encontram a "pequena flor branca", o algodão, no México. Cortez enviou ao rei espanhol muitas peças de roupa com belos padrões coloridos, provando assim que os autóctones conheciam o método de estampagem através de blocos.
1522	----------	Cortez tentou introduzir a sericultura no México, mas sem êxito.
1530	Joahn Jurgen	Invenção da roda de fiar para as fibras longas, conhecida também como "roda da Saxónia". Era uma roda de fiar normal com um eixo ligado a um pedal que era movido por um pé e que movimentava a grande roda. Isto libertava as mãos e além de maior rapidez permitia também um trabalho de melhor qualidade. Desenhou também instrumentos para a fiação do algodão.
1536	----------	Primeira menção ao cultivo de algodão na América explorado nos actuais territórios de Luisiana e Texas.
1561	Barbara Uttman	Inventa a almofada de rendeira.
1573	John Tice	Aperfeiçoa o método de fabrico de tafetás com tufos e veludos enrugados.
1589	Wiilliam Lee	Inventa o tear manual de malha da trama para meias. Até esta data só fabricava meias de lã, mas depois aperfeiçoou-a para o uso da seda como matéria-prima. A rainha Isabel foi presenteada com o primeiro par de meias de seda produzidas pela máquina, o que a deixou muito satisfeita pois as de lã eram pouco confortáveis para a sua frágil pele.
1600	----------	O algodão americano entrou no circuito têxtil inglês porque devido ao desenvolvimento deste sector, a Inglaterra tinha dificuldade em encontrar matérias-primas suficientes noutros locais.
1634	John Pearson	Construiu o primeiro engenho completo para o tratamento de roupa de lã, em Rowley, Massachusetts.
1638	John Pearson	Através dele surgem as primeiras roupas manufacturadas nas colónias americanas em Rowley.
1664	Abraham Hill	Tentativa de mecanização da cardagem.
1650	----------	Estabelecem-se plantações de algodão na Virgínia.
1667	----------	Um decreto sobre flanela obrigava que os mortos deviam ser enterrados com roupas de lã. Uma anedota da época dizia "forçam os mortos a consumir aquilo que os vivos não são capazes de comprar".
1678	Gennes	É o autor da primeira tentativa de aparecimento de um tear mecânico.
1686	Galantier e Blache	Dá-se com ele a afinação e aperfeiçoamento do tear de

		malhas.
1689	Jeremy Neuhofers	Através dele as primeiras máquinas de imprimir tecido de algodão foram estabelecidas na cidade de Augsburg, na Alemanha.
1698	Charles Moreton e Samuel Weale	Fazem novas tentativas de mecanização da cardagem.
1703	----------	Tratado de Methuen entre ingleses e portugueses. O primeiros forneciam lãs a Portugal, que mandava vinho para Inglaterra, pagando apenas 2/3 dos direitos pagos pelos vinhos franceses.
1707	Denis Papin	Descobre o princípio da máquina a vapor.
1708	Newcomen	Inventa a máquina a vapor, aplicada em 1711.
1717	Thomas Lombe	Estabelece a montagem em Inglaterra de uma fábrica inspirada na técnica italiana (máquina italiana de fiar seda).
1725	Basile Bouchon	Inventa um tear facilitando o trabalho do ajudante do tecelão.
1727	David Donalds e James Spalding	Dá-se a construção de uma máquina para tratamento do linho e sua instalação em Fife.
1733	John Kay	Inventa um tear que permitiu duplicar a produção obtendo-se panos mais largos.
1736	----------	A planta do algodão tal como era conhecida em Inglaterra era principalmente como planta ornamental. A Inglaterra importava cerca de 200 000 libras por ano de algodão.
1738	Lewis Paul	Surge com ele a primeira máquina de fiação provida de cilindros de torção.
1738	John Wyatt e Lewis Paul	Patenteiam uma máquina cilíndrica movida a água que permitiu desenvolver a produção têxtil.
1739	Bouchon a Falcon	Fazem a ampliação e melhoramento do tear de Bouchon (1725).
1741	Vaucanson	Patenteia uma máquina de tecer seda.
1742	----------	Surge o primeiro engenho de algodão construído em Birmingham. Devido à pouca energia disponível não teve sucesso.
1742	Dubreuil	Inventa a máquina de estirar o algodão.
1745	Vaucanson	Elabora um tear automático.
1745	----------	O indigo, corante azul, era cultivado na Carolina do Sul até à Revolução Americana, quando se descobriu que ficava barato importá-lo das Índias Orientais.
1747	Watson	Surge com ele a transmissão da electricidade por fio isolado.
1747	Vaucanson	Inventa a máquina de tecer utilizando energia animal.
1747	John Kay	Ensina em França a utilização da "lançadeira volante".
1748	Daniel Bourn e Lewis Paul	Obtêm a patente de uma máquina de cardar.
1756	----------	Veludos de algodão feitos pela primeira vez em Inglaterra.
1758	Jedediah Strutt	Patenteou uma máquina que fazia meias com ribe e

		montou uma fábrica de roupa interior masculina no Derby.
1758	J. Blackwell	Inventa um acessório para tear manual que designa por "máquina para canelados Derby" e que permite a fabricação mecânica de malha canelada.
1759	Christophe Philippe Oberkampf	Funda em Jouy-en-Josas, perto de Paris, a primeira fábrica de panos estampados (panos de Jouy).
1760	Robert Kay	Inventou a "drop-box loom", um tear que deixa cair a caixa.
1764	James Hargreaves	Engenho de fiação que permitiu a um trabalhador manobrar numerosos fusos (chegando a 80 e mais). A "spinning-jenny" permite a fiação automática. "Jenny" significa "engine" em inglês e engenho em português.
1765	James Watt	Consegue a separação, na máquina de Newcomen, do cilindro de expansão do vapor de água da sua condensação (introdução do condensador).
1767	James watt	Realiza a primeira solução para uma máquina a vapor.
1768	----------	G. Washington tecia um palmo de tecido de lã por dia no seu tear manual que ainda pode ser visto em Mount Vernon.
1769	Arkwrigt	Inventa uma máquina automática de fiação melhorando a de Lewis Paul (1738). A "water frame" (máquina de fiar movida pela água, que introduz também o conceito de fábrica (Crawford Mill em derbyshire).
1769	Josiah Crane	Inventa um acessório para tear manual que permite a elaboração de desenhos ornamentais (flores, figuras) sobre artigos de malha.
1769	James Watt	Data desta altura a máquina a vapor (1ª patente).
1771	Robert Frost	Criou uma máquina para fazer redes, base das perucas e cabeleiras.
1771	R. Arkwrigt	Combinação da roda hidráulica a tocar torcedores de fio.
1771	John Holker	Introduz em França a Jenny.
1772	John Lee	Inventou um alimentador para as cardadoras.
1774	Samuel Crompton	Invenção da máquina de fiar fio fino e sólido aplicável na teia e na trama – "Mula".
1774	Edmund Cartwrigt	Inventou o "power loom" e a "comber frame".
1775	R. Arkwrigt	Surge a segunda patente deste inventor.
1775	Samel Crompton	Inventa a « Mule-jenny ».
1776	Carnage	Surge o alto-forno aquecido com hulha.
1779	Irmãos Périer	Introduzem a máquina de Watt em França.
1780	Richard Arkwrigt	Desenvolve o primeiro laminador para estirar fitas.
1781	James Watt	Inventa a máquina de bombagem a vapor por sistema rotativo.
1782	Olivier Evans	Realiza a primeira aplicação da divisão de trabalho num processo contínuo de fabrico, num moinho em Filadélfia.
1783	Thomas Bell	Inventa a máquina com cilindros para estampar tecidos de algodão (chitas).
1784	Lewis Paul e	Inventam máquinas de cardar (inventos independentes).

	Daniel Bourn	
1784	Delaroche	Inventa uma máquina de aparar tecido.
1785	Cartwright	Inventa um tear inteiramente mecânico.
1785	----------	Dá-se a aplicação da máquina a vapor à fiação (Nottingham).
1785	Claude Bertholet	Recomenda o cloro para branqueamento industrial dos têxteis. Começam a ser usados outros agentes oxidantes: perborato de sódio, peróxido de sódio e peróxido de hidrogénio (água oxigenada).
1787	Edmund Cartwright	Inventa um tear mecânico a vapor.
1787	J. Kendrew e T. Porthouse	Obtêm a patente de uma máquina de fiar para todo o tipo de fibras. O vapor é cada vez mais difundido para movimentar maquinaria têxtil.
1788	James Watt	Cria um regulador de velocidade do movimento da máquina a vapor.
1788	Bissel	Inventou a "roller gin" para algodão.
1788	--------	Surge a primeira fábrica têxtil em tijolo em Beverly Mass, mas fechará em 1807 por falta de encomendas.
1790	James Watt	Generalização da sua máquina a vapor.
1790	Joseph Marie Jacquard	Concebe o tear que tem o seu nome, onde cada fio podia ser subido e levantado para poder fazer padrões pretendidos.
1792	Arkwright	Realiza progressos importantes na operação de cardagem.
1792	Eli Whitney	Inventa uma máquina de estirar o algodão. É a escaroçadora de algodão.
1792	Edmund Cartwright	Inventa uma máquina automática de penteação.
1792	Kirk e Leslie	Patenteiam o primeiro tear americano.
1793	----------	Introdução da juta para manufactura (Inglaterra).
1793	----------	É inventada uma máquina de debulhar o algodão.
1796	John Austin	Realiza grandes aperfeiçoamentos no tear mecânico com paragem automática.
1796	Charles Tennand	Branqueamento por cloro.
1798	Decroix	Inventa o tear circular.
1800	----------	A tecelagem de algodão em Inglaterra utiliza 84 engenhos de Watt movidos a vapor, os quais depois se vão aplicar-se a outras indústrias.
1801	Jacquart	Obtém a patente de tear aperfeiçoada sobre a máquina de Vaucanson.
1802	William Radcliffe	Introduz novos melhoramentos no tear mecânico de Cartwright, depois dos melhoramentos citados anteriormente.
1803/05	Johnson	Introduz novos melhoramentos no tear mecânico de Cartwright, depois dos melhoramentos citados anteriormente.
1805	J. Marie Jacquard	Aperfeiçoa o tear com o seu nome, juntando-lhe um dispositivo de selecção por cartões perfurados.
1805	William Murdoch	Utiliza o gás como combustível em alguns moinhos de

		algodão de Lancanshire.
1806	----------	Data da primeria máquina a vapor construída em França.
1807	Williams	Patenteia o princípio da fiação "open-end".
1810	Philippe de Girard	Inventa uma máquina de fiar linho.
1812	Samuel Dorr	Consegue a mecanização do "acabamento têxtil".
1813	----------	Surge uma nova técnica de estamparia de tecidos a duas cores.
1813	----------	Na Grã-Bretanha estão em funcionamento 2400 teares mecânicos.
1814	F.C. Lowell e Paul Moody	Constróem uma fábrica simultaneamente de fiação e tecelagem.
1820	Cooker	Inventa o torce, a partir da "water frame" de Arkwrigt.
1821	Farady	Descobre o principio do motor eléctrico.
1824	G. Danfouth	A ele está ligada a criação de rolos para fiação contínua.
1825	----------	Levantamento em Inglaterra da proibição de exportação de máquinas.
1825	R. Roberts	Inventa uma máquina de fiar automática, introduzindo a "self actibg mule".
1825	James Kay	Inventa uma máquina para macerar linho.
1828	Invento americano	Surge a fiação em arco.
1829	Roentgen	Cria uma máquina a vapor com dois cilindros.
1830	Addison, Stephens e Jenks	Inventam a fiação com anel e viajante.
1830	Barthélemy Thimonnier	Regista a patente da primeira máquina de costura.
1830	John Thorp	Patenteia uma máquina de fiação contínua.
1831	Henry	Faz surgir o primeiro motor eléctrico.
1832	----------	Surge a primeira máquina de cardar combinada movida a energia de vapor.
1833	Holden	É construída uma penteadeira circular.
1834	Saladin	O torce é aperfeiçoado com a aplicação do diferencial.
1835	Miles Berry	Registou um processo aplicável a casos em que não era possível encher canelas com a trama por esta ser muito grossa e dura.
1844	Jeam Mercer	Surge com ele o algodão mercerizado. Tratar o algodão com soda cáustica tornava-o mais lustroso, mais absorvente e mais aberto aos tintos.
1845	Heilmann	A penteadeira rectilínea intermitente é inventada, podendo ser utilizada por todas as fibras.
1845	Honoré Fouquet	Tirou uma patente sobre um pequeno tear circular de aço e latão que funcionava com a precisão de um relógio.
1845	Elias Howe	Dá-se com ele o aparecimento das primeiras máquinas de costura portáteis e para uso doméstico.
1845	----------	Cientistas alemães misturaram celulose de algodão e ácido sulfúrico e nítrico para fazer uma mistela que substituísse a pólvora, processo básico para o fabrico de nitro-celulose que dá origem ao rayon.
1846	E.Howe	A máquina de costura fica mais aperfeiçoada.
1847	Mathew Townsend	Ao partir a lâmina de um canivete quando tentava

		desencravar uma platina no seu tear surge-lhe a ideia de construir a agulha de lingueta.
1849	Mathew Townsend	Surge a primeira máquina circular para peúgas usando as agulhas de lingueta.
1849	----------	O pronto-a-vestir nasce em Nova York, como resultado da introdução da máquina de costura.
1850	----------	Na Alemanha existem 3000 máquinas a vapor e 5 000 em França; na Inglaterra, as máquinas a vapor dispõem duma energia de 71 000 cavalos-vapor (contra 11 000 de origem hidráulica).
1851	Isaac M. Singer	Lança uma máquina de costura funcional, mais aperfeiçoada.
1853	Noble	Demonstra publicamente a sua penteadeira circular.
1855	Redgate	Combinou um tear circular de ponto 1x1 "rib" para ourelar com um tear de malha de teia, o que resultou num tear com duas fileiras de agulhas dispostas em ângulo recto que permitia produzir malhas dispostas em duas faces.
1857	Arthur Paget	Tira uma patente para um tear de malha de trama que tricota a uma velocidade três vezes superior à de qualquer outro conhecido até então.
1858	----------	Dá-se o aperfeiçoamento da máquina de tricotar. Surgem máquinas de revesilho em malha para rematar roupa interior.
1863	Ebenezer Butterick	Este alfaiate do Massachussetts fez um molde de papel de um vestido que tinha sido confeccionado pela mulher. O molde era graduado de modo a fornecer várias medidas diferentes, consoante as necessidades.
1863	Isaac Wixom Lamb	Patenteou o tear de bancadas em "vê" ou a máquina de tricotar doméstica, cuja simplicidade permitia a qualquer pessoa produzir as suas próprias meias e roupa de vestir.
1864	William Cotton	Apresentou um tear aperfeiçoado para a produção de malhas, que tinha agulhas posicionadas verticalmente numa barra movível e platinas trabalhando horizontalmente, servindo a barra destas de prensa às molas das agulhas.
1867	Theodore Groz	Resume as suas experiências num Testamento Técnico sobre a fabricação de agulhas de aço, agulhas para meias e agulhas de lingueta de qualidade insuperável.
1867	Siemens	Surge a máquina dínamo-eléctrica.
1869	J. W Hyatt	Descobre o celulóide, substância fabricada com algodão, pólvora e cânfora.
1870	Gramme	Inventa uma máquina dínamo-eléctrica que faz baixar sensivelmente o custo da iluminação eléctrica.
1870	----------	As exportações inglesas de tecido de algodão atingem 71 416 435 libras.
1884	Hilaire Bernigaud de Chardonnet	Primeira fibra têxtil artificial.
1888	Chardonnet	Descobre a seda artificial. Chardonnet, que tinha sido estudante de Pasteur, ficou

		conhecido como sendo o pai da indústria de rayon.
1890	----------	A aplicação da energia eléctrica expande-se em diversos ramos da indústria.
1894	Northorp	Inventa um mecanismo de mudança de canela.
1899	----------	Várias fábricas de viscose estão em funcionamento.
1900	----------	Começa a progredir a instalação de motores individuais para produção de energia eléctrica em fábricas.
1901	----------	Italianos e japoneses adoptam as bobines standardizadas americanas, para poderem ser usadas nas máquinas de alto rendimento.
1902	C.F.Topham e C.H. Stearn	Inventaram um aparelho especial para fiar rayon. Este aparelho culminou anteriores esforços neste campo e assegurou o sucesso desta fibra no sector têxtil.
1902	J.W.Simons	Patenteou uma máquina de fazer bainhas depois dos fios terem sido retirados à mão.
1904	Ferreti	Este italiano inventa a Lanital, a primeira fibra proteica feita a partir da caseína. Continua a ser fabricada na Bélgica.
1911	John Brooks	Desenvolveu varies patentes de teares com inserção de trama pneumática.
1912	----------	As fábricas de tricotar americanas faziam roupa interior com o rayon aí produzido.
1912	Taine	Patenteia o dispositivo de movimentação diferencial para a "self acting mule" ou mula automática.
1913	Casablancas	Inventa o sistema de grande estiragem.
1914	----------	A 1ª Grande Guerra provocou um aumento de 50% nos valores da lã. O fornecimento de tecidos finos caiu imenso. Fazendas mais grossas eram muito procuradas para o fabrico de uniformes.
1921	Draper Corporation	Fabricou o primeiro tear para tecer tecidos de rayon.
1924	Kenneth Lord	Fixou um nome que hoje vale milhões – rayon. Rayon foi adoptado para todas as fibras de origem química.
1930	----------	O primeiro tear de grande velocidade designado DRAPER aumenta a velocidade da tecelagem em 20%
1930	Cluett, Peabody & Co	Estabelecem licenças que permitem à indústria algodoeira beneficiar do processo Sanforized Compressive Shrinkge (anti-encolhimento).
1933	Rudolf Rossman	Desenvolvimento do tear de projécteis.
1935	----------	A produção de algodão atinge os 9 biliões de libras nos EUA.
1936	Irmãos Rust	Inventaram um limpador mecânico de algodão, o melhor até à data.
1937	W. H. Carothers	Descoberta do nylon associada à empresa Dupont.
1939	---------	Vinyon, feito a partir do vinyl introduzido no campo dos filamentos sintéticos.
1939	Schalack	Criação do "perlon", a fibra sintética alemã que tentava fazer frente ao nylon da Dupont.
1942-45	----------	Pára-quedas feitos de nylon.
1943	----------	Os silicones chegam ao mercado.

		Aperfeiçoamento das fibras elásticas – vinyon.
1944	----------	A Dupont e Carbom Chemicals Co. anunciam o polietileno.
1946	----------	O preço do algodão ultrapassou o da viscose pela primeira vez.
1947	----------	Masslinn, um tecido feito a partir da mistura de fibras de algodão e rayon, por um método que dispensava a fiação e a tecelagem, é anunciado comercialmente.
1947	Raper	Inventa o "autoleveller" (dispositivo auto-regulador).
1947	Leontyev	Tear sem lançadeira desenvolvido no Instituto Têxtil de Moscovo.
1951	Maxbo	Apresentou um modelo de tear de jacto de ar que trabalhava a 350 passagens/minuto.
1953	----------	A Dupont produz o primeiro poliester comercialmente bem sucedido nos EUA, o Dracon.
1955	----------	O nylon, perlon, rhovil e outras fibras não celulósicas feitas pelo homem continuam a ser classificadas como rayon pelo público e alguns sectores têxteis.
1958	----------	A Eastman Chemical anuncia a produção de Kodel, uma fibra de poliester. Uma lei obriga a que os tecidos tenham uma etiqueta onde apareçam discriminadas as fibras componentes e respectiva percentagem.
1959	----------	A Dupont anuncia o fabrico de uma fibra elástica com aplicações no têxtil, a "lycra".
1968	----------	A Dupont lança "Quiana" com a aparência da seda mas com as qualidades do nylon.
1968	----------	Pela primeira vez na história a quantidade de fibras artificiais consumidas nos EUA ultrapassa a quantidade de fibras naturais.
1969	Collins & Aikman	Desenvolve o primeiro tecido micotado de nylon que não cria electricidade estática.
1969	----------	Aparecem nesta data as alcatifas a imitar relva.
1972	----------	As fábricas têxteis consumiam 65% de fibras artificiais, 32% de algodão, 2% de lã e 15% de linho e seda.
1976	----------	O fornecimento de lagodão em bruto atinge o valor mais baixo em 50 anos e a lã desde os anos 30.
1978	----------	O poliester trilobado consegue imitar a seda em suavidade, brilho e capacidade por ser drapeado.
1979	----------	BiNell, novo fio de dracon e orlon fabricado pela Dupont imita o algodão em todas as principais características.

F. BOLETINS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

O Instituto Nacional de Estatística é um organismos oficial responsável pelo levantamento e tratamento de dados estatísticos sobre as mais diversas temáticas.

Através das suas publicações podemos observar e retirar informações sobre o território nacional e ilhas adjacentes e relativos a: actividades económicas e respectivos sectores a que pertencem, demografia, emprego, educação, cultura, etc.

Fomos consultar os boletins estatísticos do INE e construímos os quadros que se seguem relativos às empresas têxteis de algodão e número de operários, máquinas operatórias, consumo de algodão em rama, produção de fiação e tecelagem. Consultaram-se os anos de 1945, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1989.

Em relação às unidades territoriais consultadas procuramos observar dados nacionais, do distrito do Porto e, quando foi possível, dados do concelho de Santo Tirso.

DADOS RECOLHIDOS NOS BOLETINS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

EMPRESAS TÊXTEIS DE ALGODÃO E NÚMERO DE OPERÁRIOS

1945

	Concelho de Santo Tirso	Distrito do Porto	Total Nacional
Total em actividade	39	126	319
Só de fiação	6	14	26
Só de tecelagem	27	84	227
De fiação e tecelagem	6	28	66
Inactivas	-	2	4
Total geral	39	128	323
Utilizam habitualmente algodão	39	120	307
Com matéria-prima fundamental	39	119	300
Não como matéria-prima fundamental	-	1	7
Fábricas	38	99	255
Com força motriz / fiação			
21 a 50 operários	-	1	2
51 a 100 operários	3	4	5
mais de 100 operários	3	8	18
Com força motriz / tecelagem			
menos de 21 operários	7	16	29
21 a 50 operários	10	13	49
51 a 100 operários	4	9	35
mais de 100 operários	5	17	34
Com força motriz / fiação e tecelagem	-	1	2
51 a 100 operários	6	27	63
mais de 100 operários			
Total com força motriz	38	96	237
Sem força motriz			
menos de 21 operários	-	2	15
21 a 50 operários	-	1	3
Total	-	3	18
Outras empresas com tecelagem externa	1	20	45

PRODUÇÃO (FIAÇÃO E TECELAGEM)

1945

	Concelho de Santo Tirso	Distrito do Porto	Total Nacional
FIAÇÃO			
Algodão cardado	**3 260**	**10 520**	**22 815**
Algodão penteado	**461**	**1 842**	**2 175**
Total	**3 721**	**12 362**	**24 990**
Juta	-	-	**4 033**
Linho	-	-	**0**
Têxteis artificiais	-	**77**	**78**
Outras fibras naturais	**7**	**7**	**210**
Mistos (sem algodão)	-	-	**218**
TECELAGEM			
Algodão	**2 804**	**9 637**	**19 377**
Artificiais	**97**	**445**	**587**
Outras fibras naturais	-	**10**	**64**
Algodão e rayon	**38**	**134**	**284**
Algodão e outras fibras artificiais	**66**	**72**	**100**
Algodão e linho	-	-	**0**
Algodão e outras fibras naturais	**2**	**44**	**54**
Rayon e outras fibras artificiais	-	**1**	**8**
Outros sem algodão	**12**	**13**	**16**

Valores: Fiação...*em toneladas;* Tecelagem...*em peça*

ALGODÃO EM RAMA CONSUMIDO

1945

	Concelho de Santo Tirso	Distrito do Porto	Total Nacional
Nacional			
Angola	**391**	**1 862**	**3 787**
Moçambique	**3 343**	**10 406**	**21 001**
Total	**3 734**	**12 268**	**24 788**
Estrangeiro			
Brasil	**57**	**192**	**554**
Estados Unidos	**-**	**-**	**-**
Egipto	**179**	**1 013**	**1 146**
Índia	**-**	**3**	**3**
Outras	**-**	**240**	**622**
proveniências	**236**	**1 448**	**2 325**
Total			
Total geral	**3 970**	**13 716**	**27 113**

Valores: ***em toneladas***

MÁQUINAS OPERATÓRIAS

1945

	Concelho de Santo Tirso	Distrito do Porto	Total Nacional
Para limpeza e preparatórias de fiação			
Abridores	35	91	162
Batedores	29	101	206
Cardas	232	1.022	1.847
Introitos	43	166	294
Reunideiras (de mechas)	11	31	50
Reunideiras (de mantas)	6	24	29
Penteadeiras	26	104	128
Torces (unidades)	130	612	1.101
Torces (fusos)	16 038	76 132	137 091
Para fiação			
Carruagens (fusos)	-	6 320	23 368
Contínuos (fusos)	82 396	363 976	635 817
Para torcedura			
Torcedores (fusos)	15 372	76 498	121 334
Preparatórios de tecelagem			
Dobadouras	98	399	844
Encarretadeiras	97	342	676
Caneleiras	113	370	702
Urdideiras	105	368	803
Para tecelagem			
Teares manuais	-	109	700
Teares mecânicos	3 010	12 443	23 555
Teares automáticos	187	217	228

EMPRESAS TÊXTEIS DE ALGODÃO E NÚMERO DE OPERÁRIOS

1950

	Concelho de Santo Tirso	Distrito do Porto	Total Nacional
Em regime condicionado			
Com força motriz	**86**	**199**	**462**
Sem força motriz	**1**	**7**	**26**
Em regime caseiro			
Oficinas caseiras	**7**	**19**	**61**
Urdidores	**7**	**22**	**118**
Total existente	**101**	**247**	**667**
Em actividade			
Com força motriz / fiação:			
menos de 21 operários	-	-	-
21 a 50 operários	-	-	-
51 a 100 operários	**1**	**4**	**6**
101 a 200 operários	**4**	**5**	**12**
201 a 400 operários	**2**	**3**	**5**
401 a 800 operários	-	**1**	**2**
Com força motriz / tecelagem:			
menos de 21 operários	**51**	**91**	**185**
21 a 50 operários	**9**	**20**	**69**
51 a 100 operários	**6**	**17**	**55**
101 a 200 operários	**4**	**13**	**30**
201 a 400 operários	-	**5**	**9**
401 a 800 operários	-	-	**1**
Com força motriz / fiação e tecelagem:			
51 a 100 operários	**1**	**2**	**2**
101 a 200 operários	**3**	**6**	**12**
201 a 400 operários	**1**	**11**	**27**
401 a 800 operários	**3**	**7**	**18**
801 a 1600 operários	-	**6**	**10**
mais de 1600 operários	**1**	**2**	**3**
Total...	**86**	**193**	**446**
Sem força motriz			
menos de 21 operários	**1**	**5**	**19**
21 a 50 operários	-	-	-
Total...	**1**	**5**	**19**
Inactivas			
Em regime condicionado	-	**8**	**23**
Em regime caseiro	**3**	**6**	**19**
Total...	**3**	**14**	**42**

PRODUÇÃO (FIAÇÃO E TECELAGEM)

1950

	Concelho de Santo Tirso	Distrito do Porto	Total Nacional
FIAÇÃO			
Algodão cardado	**5 614**	**15 154**	**32 363**
Algodão penteado	**601**	**2 394**	**3 245**
Total	**6 215**	**17 548**	**35 608**
Cânhamo	-	-	**218**
Juta	**7**	**7**	**6 083**
Linho	-	**59**	**103**
Seda	-	**0.3**	**0.3**
Têxteis artificiais	**166**	**817**	**891**
Mistos com algodão	-	-	**38**
Mistos (sem algodão)	-	-	**30**
TECELAGEM			
Algodão	**4 224**	**13 200**	**27 971**
Artificiais	**163**	**620**	**968**
Outras fibras naturais	**7**	**50**	**5 230**
Algodão e rayon	**27**	**226**	**501**
Algodão e outras fibras artificiais	**8**	**21**	**213**
Algodão e linho	**0**	**0**	**1**
Algodão e outras fibras naturais	-	**66**	**88**
Rayon e outras fibras artificiais	**0**	**32**	**36**
Outros sem algodão	-	**2**	**4**

Valores: Fiação...*em toneladas*; Tecelagem...*em peça*

ALGODÃO EM RAMA CONSUMIDO

1950

	Concelho de Santo Tirso	Distrito do Porto	Total Nacional
Nacional			
Angola	**684**	**3 534**	**6 811**
Moçambique	**5 960**	**14 134**	**28 878**
Total	**6 644**	**17 668**	**35 689**
Estrangeiro			
Brasil	**158**	**522**	**877**
Egipto	**82**	**1 042**	**1 076**
Índia	**-**	**4**	**38**
Outras proveniências	**-**	**62**	**62**
Total	**240**	**1 630**	**2 053**
Total geral	**6 884**	**19 298**	**37 742**

Valores: ***em toneladas***

MÁQUINAS OPERATÓRIAS

1950

	Concelho de Santo Tirso	Distrito do Porto	Total Nacional
Para limpeza e preparatórias de fiação			
Abridores	**37**	**96**	**184**
Batedores	**34**	**116**	**216**
Cardas	**393**	**1 254**	**2 202**
Introitos	**68**	**211**	**377**
Reunideiras (de mechas)	**14**	**43**	**70**
Reunideiras (de mantas)	**14**	**39**	**55**
Penteadeiras	**55**	**167**	**226**
Torces (unidades)	**169**	**671**	**1 201**
Torces (fusos)	**21 860**	**83 900**	**148 739**
Para fiação			
Carruagens (fusos)	**-**	**8**	**11 948**
Contínuos (fusos)	**-**	**6 320**	**766 948**
Para torcedura			
Torcedores (fusos)	**20 521**	**107 251**	**161 601**
Preparatórios de tecelagem			
Dobadouras	**127**	**448**	**854**
Encarretadeiras	**171**	**540**	**1 065**
Caneleiras	**185**	**522**	**1 045**
Urdideiras	**146**	**500**	**1 088**
Para tecelagem			
Teares manuais	**18**	**266**	**1 224**
Teares mecânicos	**3 620**	**14 568**	**27 700**
Teares automáticos	**515**	**1 400**	**2 168**

FORÇA MOTRIZ INSTALADA

1950

	Concelho de Santo Tirso	Distrito do Porto	Total Nacional
Motores primários			
Nº	**13**	**58**	**144**
Cv	**5 139**	**12 462**	**26 777**
Motores eléctricos			
Nº	**2 890**	**11 377**	**18 389**
Cv	**12 337**	**42 991**	**72 518**
Geradores			
Caldeiras de vapor			
Nº	**12**	**148**	**315**
m2	**2 510**	**13 866**	**22 305**
Gasogénio			
Total	**4**	**15**	**36**
Eléctricos			
Dínamos	**3**	**17**	**34**
Alternadores	**9**	**22**	**104**
Transformadores eléctricos	**54**	**148**	**304**

EMPRESAS TÊXTEIS DE ALGODÃO E NÚMERO DE OPERÁRIOS

1960

	Distrito do Porto	Total Nacional
Urdidores	**10**	**56**
Em actividade		
Com força motriz / fiação:		
menos de 21 operários	-	-
21 a 50 operários	-	1
51 a 100 operários	5	9
101 a 200 operários	5	10
201 a 400 operários	2	4
401 a 800 operários	2	3
801 a 1600 operários	1	2
1601 a 3200 operários	-	-
Total	**15**	**29**
Com força motriz / tecelagem:		
menos de 21 operários	65	129
21 a 50 operários	38	90
51 a 100 operários	15	57
101 a 200 operários	9	22
201 a 400 operários	4	9
401 a 800 operários	3	5
801 a 1600 operários	-	-
1601 a 3200 operários	-	-
Total	**134**	**312**
Com força motriz / fiação e tecelagem:		
51 a 100 operários	-	-
101 a 200 operários	-	1
201 a 400 operários	2	3
401 a 800 operários	3	10
801 a 1600 operários	15	31
mais de 1600 operários	7	19
801 a 1600 operários	8	12
1601 a 3200 operários	2	3
Total...	**37**	**79**
Total de empresas	**186**	**420**

PRODUÇÃO (FIAÇÃO E TECELAGEM)

1960

	Distrito do Porto	Total Nacional
FIAÇÃO		
Algodão	**26 181**	**51 463**
Cardado	**19 499**	**37 732**
Penteado	**6 682**	**13 731**
Juta	**-**	**11 631**
Outras fibras naturais	**160**	**533**
Fibras artificiais	**1 101**	**2 618**
Fio misto	**1 871**	**6 183**
TECELAGEM		
Algodão	**17 511**	**34 193**
Juta	**-**	**9 385**
Linha	**14**	**48**
Seda	**2**	**5**
Têxteis artificiais	**1 553**	**2 674**
Algodão e rayon	**282**	**496**
Algodão e outras fibras artificiais	**1 635**	**7 357**
Algodão e linho	**-**	**2**
Algodão e outras fibras naturais	**87**	**118**
Rayon e outras fibras artificiais	**281**	**351**
Outros sem algodão	**25**	**58**

Valores: Fiação...*em toneladas*
Tecelagem...*em peça*

MÁQUINAS OPERATÓRIAS

1960

	Total Nacional
Para limpeza e preparatórias de fiação	
Abridores	**317**
Batedores	**240**
Cardas	**3 545**
Introitos	**764**
Reunideiras (de mechas)	**150**
Reunideiras (de mantas)	**91**
Penteadeiras	**511**
Torces (unidades)	**1212**
Torces (fusos)	**150 000**
Para fiação	
Carruagens (fusos)	**8000**
Contínuos (fusos)	**1 093 000**
Para torcedura	
Torcedores (fusos)	**191 000**
Preparatórios de tecelagem	
Dobadouras	**822**
Encarretadeiras	**1 219**
Caneleiras	**1 217**
Urdideiras	**1 063**
Para tecelagem	
Teares manuais	**662**
Teares mecânicos	**25 248**
Teares automáticos	**7 149**

ALGODÃO EM RAMA CONSUMIDO

1960

	Distrito do Porto	Total Nacional
Nacional		
Angola	**3 432**	**8 319**
Moçambique	**26 206**	**45 008**
Total	**29 638**	**53 327**
Estrangeiro		
Brasil	**-**	**-**
Egipto	**908**	**948**
Índia	**-**	**-**
EUA	**1 782**	**3 750**
Outras proveniências	**1 383**	**2 762**
Total	**4 073**	**7 460**
Total geral	**33 711**	**60 787**

Valores: ***em toneladas.***

FORÇA MOTRIZ INSTALADA

1960

	Distrito do Porto	Total Nacional
Motores primários		
Nº	**22**	**154**
Cv	**4 889**	**35 640**
Motores eléctricos		
Nº	**23 736**	**46 646**
Cv	**77 845**	**140 204**
Geradores		
Caldeiras de vapor		
Nº	**181**	**426**
m2	**17 234**	**33 171**
Gasogénio		
Total	**-**	**15**
Eléctricos		
Dínamos	**-**	**46**
Alternadores	**-**	**93**
Transformadores eléctricos	**158**	**398**

EMPRESAS TÊXTEIS DE ALGODÃO E NÚMERO DE OPERÁRIOS

1970

	Distrito do Porto	Total Nacional
Urdidores (sem força motriz)	**3**	**12**
Em actividade		
Com força motriz / fiação:		
menos de 21 operários	**1**	**1**
21 a 50 operários	**-**	**-**
51 a 100 operários	**1**	**4**
101 a 200 operários	**11**	**19**
201 a 400 operários	**2**	**6**
401 a 800 operários	**2**	**3**
801 a 1600 operários	**1**	**1**
1601 a 3200 operários	**-**	**-**
Total	**18**	**34**
Com força motriz / tecelagem:		
menos de 21 operários	**51**	**89**
21 a 50 operários	**32**	**76**
51 a 100 operários	**21**	**57**
101 a 200 operários	**13**	**34**
201 a 400 operários	**2**	**9**
401 a 800 operários	**4**	**7**
801 a 1600 operários	**-**	**-**
1601 a 3200 operários	**-**	**-**
Total	**123**	**272**
Com força motriz / fiação e tecelagem:		
menos de 21 operários	**2**	**2**
21 a 50 operários	**-**	**-**
51 a 100 operários	**1**	**4**
101 a 200 operários	**4**	**9**
201 a 400 operários	**9**	**20**
401 a 800 operários	**8**	**18**
801 a 1600 operários	**8**	**14**
1601 a 3200 operários	**-**	**3**
Total...	**32**	**70**
Total de empresas	**173**	**376**

PRODUÇÃO (FIAÇÃO E TECELAGEM)

1970

	Distrito do Porto	Total Nacional
FIAÇÃO		
Algodão	**35 529**	**81 555**
Cardado	**27 018**	**62 189**
Penteado	**8 511**	**19 366**
Fibras artificiais e sintéticas	**2 568**	**5 237**
Fio misto com algodão	**2 154**	**6 339**
Fio misto sem algodão	**1 159**	**3 570**
TECELAGEM		
Algodão	**19 306**	**44 869**
Juta	**0**	**2**
Linho	**-**	**20**
Seda	**1**	**3**
Têxteis artificiais e sintéticos	**4 813**	**13 649**
Algodão e rayon	**871**	**1 192**
Algodão e outras fibras artificiais	**1 798**	**8 367**
Algodão e linho	**-**	**25**
Algodão e outras fibras naturais	**69**	**84**
Rayon e outras fibras artificiais	**276**	**648**
Outros sem algodão	**389**	**413**

Valores: Fiação...*em toneladas*
Tecelagem...*em peça*

ALGODÃO EM RAMA CONSUMIDO

1970

	Distrito do Porto	Total Nacional
Nacional		
Angola	**10 3266**	**22 970**
Moçambique	**18 804**	**44 262**
Metrópole	**56**	**100**
Total	**29 186**	**67 332**
Estrangeiro		
Brasil	**1 032**	**2 356**
Turquia	**3 131**	**10 642**
Outras proveniências	**5 228**	**10 993**
Total	**9 391**	**23 991**
Total geral	**38 577**	**91 323**

Valores: ***em toneladas***

EMPRESAS TÊXTEIS DE ALGODÃO E NÚMERO DE OPERÁRIOS

1980

	Distrito do Porto	Total Nacional
Estabelecimentos inactivos	**23**	**41**
Estabelecimentos activos	**175**	**370**
Total de empresas	**198**	**411**

PRODUÇÃO (FIAÇÃO E TECELAGEM)

1980

	Total Nacional
FIAÇÃO	
Algodão	
Cardado	**177 250**
Penteado	**37 153**
Fibras artificiais	**11 548**
Fibras sintéticas	**24 331**
Fio misto com algodão	**22 796**
Fio misto sem algodão	**14 406**
TECELAGEM	
Algodão	
Peça	**47 503**
Obra	**13 454**
Juta	**Ac. Sec.**
Linho	**Ac. Sec.**
Seda	**0**
Outros têxteis naturais	
Peça	**16**
Obra	**65**
Têxteis artificiais e sintéticos	
Peça	**13 327**
Obra	**2 073**
De rayon	
Peça	**2 343**
Obra	**145**
Mistos com algodão	
Peça	**11 969**
Obra	**3 002**
Mistos sem algodão	
Peça	**5 787**
Obra	**922**

Valores: Fiação...*em toneladas*
Tecelagem...*em peça*

ALGODÃO EM RAMA CONSUMIDO

1980

	Total Nacional
Nacional	
Angola	
Moçambique	
Metrópole	
Total	**13 879**
Estrangeiro	
Brasil	
Turquia	
Outras proveniências	
Total	**116 319**
Total geral	**130 198**

Valores: ***em toneladas.***

EMPRESAS TÊXTEIS DE ALGODÃO E NÚMERO DE OPERÁRIOS

1989

	Distrito do Porto	Total Nacional
Estabelecimentos em actividade	**138**	**305**
Estabelecimentos inactivos	**-**	**-**
Total de empresas	**138**	**305**

TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL

	1950			1960		1970		1980		1989	
	Conc. Santo Tirso	Dist. do Porto	Total Nac.	Dist. do Porto	Total Nac.	Dist. do Porto	Total Nac.	Dist. do Porto	Total Nac.	Dist. do Porto	Total Nac.
Administrativo	40	180	423								
Técnicos	9	58	98								
Escritório	155	560	1 203	1 597	2 797	2 065	4 186	2 217	5 245	27 960	67 844
Mestres e encarregados	186	503	996	-	-	-	-	*	*	*	*
Operários											
Homens >= 18 anos	3 810	8 850	19 893	14 479	32 263	11 007	27 333				
Homens < 18 anos	516	1 006	2 485	1 486	3 697	2 660	6 180				
Mulheres >= 18 anos	3 887	17 310	33 452	14 573	28 259	12 707	34 900				
Mulheres< 18 anos	500	2 125	3 752	2 364	3 126	3 796	26 405				
								29 178	68 321	25 533	62 181
Outras categorias	47	201	327	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros assalariados	338	1 603	2 720	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	9 480	32 396	65 349	34 499	70 142	32 235	99 004	31 395	73 566	53 493	130 025

*** Inclui dirigentes e exclui "mestres e encarregados"**

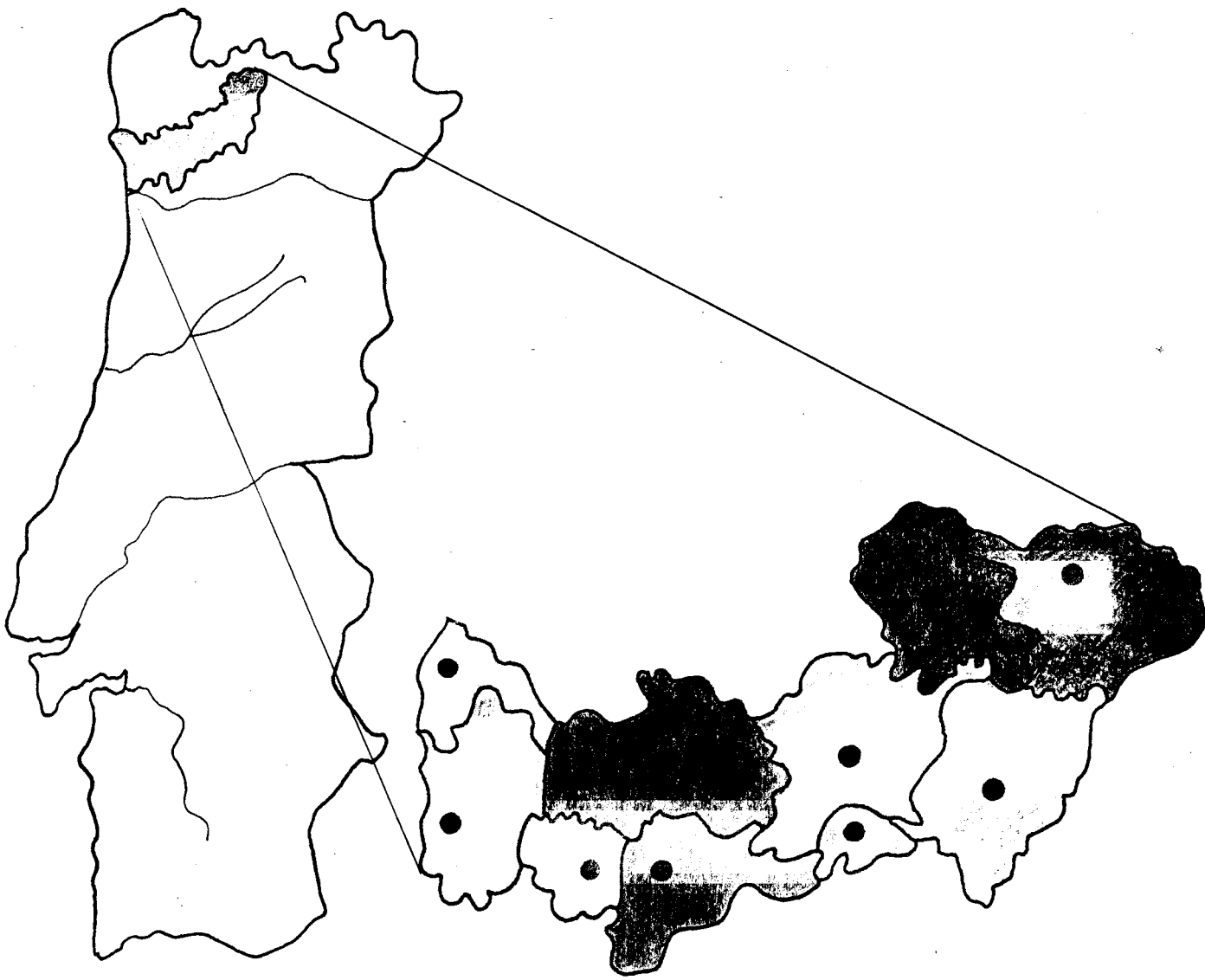
G. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

A localização no tempo e no espaço são sempre duas referências importantes para o estudo da História. Ao fazermos um trabalho de investigação, estas duas premissas são, consequentemente, fundamentais para localizarmos o âmbito do nosso estudo.

Para melhor referenciarmos a nível geográfico as palavras que escrevemos, decidimos apresentar três mapas, que, tal como o fio condutor do nosso trabalho, partirão do mais geral para o particular. Assim sendo, apresentamos em primeiro lugar um mapa de Portugal, sendo visível no mesmo a mancha correspondente à designada região do Vale do Ave; um segundo mapa apresenta em pormenor a região do Vale do Ave, sendo notória a presença do rio que lhe dá o nome, mas também a sede de concelho e a freguesia onde se situa a fábrica sobre a qual nos debruçamos; finalmente, um mapa com as ruas e toponímia da Vila de São Martinho do Campo, onde podemos observar a rua com o nome de "Flor do Campo", por aí se situar a fábrica, mas também como reconhecimento local à importância económica e social da mesma.

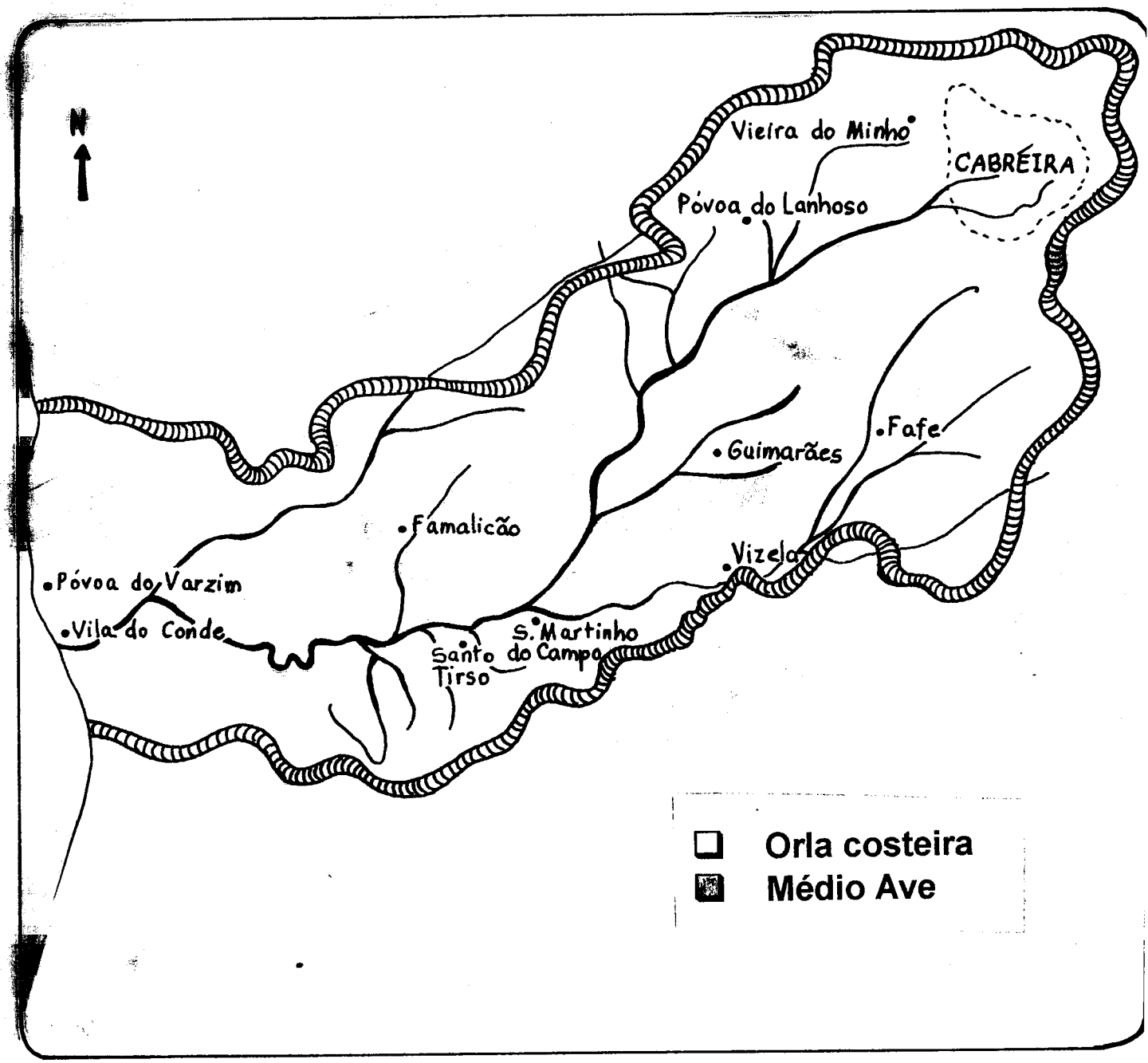
Refira-se que a fonte dos dois primeiros mapas elaborados manualmente por nós é o anuário 97 da região do Vale do Ave. Quanto ao terceiro mapa, o mesmo consiste numa reprodução de um folheto existente na Junta de Freguesia de São Martinho do Campo.

MAPA COM OS DEZ CONCELHOS QUE INTEGRAM A **AMAVE** – Associação de Municípios do Vale do Ave



- Póvoa de Varzim
- V. Nova de Famalicão
- Santo Tirso
- Vizela
- Póvoa de Lanhoso
- Vila do Conde
- Trofa
- Guimarães
- Fafe
- Vieira do Minho

MAPA DA REGIÃO DO VALE DO AVE



Mapa das Ruas e Toponímia da Vila de S. Martinho do Campo

a b c d e

1 2 3 4 5

5C - Rua da Agra
3B - Rua do Agrelo
3B - Trav. do Agrelo
3B - Calç. do Agrelo
2A - R. da Aldeia do Monte
2B - Trav. da Aldeia do Monte
3B - Calçada Alípio Gato
2A - Calç. do Alto do Fogo
5B - R. do Alto da Escorregadoura
3D - Rua do Bairro de Pontes
3E - 4E - Rua de Borreiros
4E - Travessa de Borreiros
4E - Calçada de Borreiros
3A - Rua das Bocas
3A - Travessa das Bocas
2B - 3B - Rua das Caiadeiras
4B - Rua do Calvário

1A - Rua de Camões
4C - Rua de Cedofeita
4B - Travessa de Cedofeita
4B - Calçada de Cedofeita
1A - Rua do Cruzeiro
4D - 3E - Rua do Cubículo
3D - Travessa do Cubículo
3A - Rua do Engenho
3D - 4D - Rua de Entre Estradas
3B - Rua da Escola Secundária
3B - Trav. da Escola Secundária
5B - Calçada da Escorregadoura
1A - 2A - Avenida de Espinho
3E - R. da Fábrica da Flor do Campo
3E - Avenida da Flor do Campo
3E - Rua da Flor do Campo
1A - Rua das Fontainhas

4B - R. Dr. Francisco Queirós Machado
4C - R. Idalinda da Silva Machado
4B - Rua do Infantário
3D - Via Intermunicipal
2B - Rua Dr. Joaquim Couto
3C - R. João Evangelista Faria e Almeida
4B - 5B - R. José Narciso Martins da Costa
4C - Trav. José Narciso Martins da Costa
3C - R. Júlio Maria Martins da Costa
3C - 3D - R. Manuel de Sousa Oliveira
4B - 3B - Av. Manuel Dias Machado
3E - R. D. Maria da Conceição R. de Oliveira
4B - Rua do Monte Lombão
4B - Travessa do Monte Lombão
1B - Rua N. Senhora de Espinho
3E - Rua N. Senhora de Fátima
5B - Rua do Outeiro

4C - Rua de Paderne
3B - R. Padre Alberto Lameira Matos
1A - Rua Primeiro de Maio
3A - Rua da Quintinha
3A - Rua Ribeiro dos Asnos
5B - 5C - Rua Ribeiro de Pousada
5B - Rua da Sanguinha
5B - Travessa da Sanguinha
4B - Rua da Senhora da Conceição
4B - Rua do Talegre
3B - Rotunda Lorosae
3B - Rua da Trindade
3C - Rua do Vau
2B - Travessa do Vau
3C - Avenida 25 de Abril

Santo Tirso
A3
Vila das Aves
Rua das Fontainhas
Calç. do Alto do Fogo
Rio Vizela
Ribeiro dos Asnos
Trav. da Aldeia do Monte
Trav. das Bocas
Calç. do Agrelo
Rotunda Timor Lorosae
R. Julio Maria Martins da Costa
Trav. Escola Secundária
Calç. Alípio Gato
Rua do Calvário
Rua do Infantário
Trav. José Narciso Martins da Costa
Calç. da Cedofeita
Travessa da Cedofeita
Trav. do Monte Lombão
Rua do Monte Lombão
Rua do Alto da Escorregadoura
Rua da N.ª Sr.ª da Conceição
Calç. da Escorregadoura
Trav. da Sanguinha
Rua da Agra
Ribeiro da Pousada
R. Idalina da Silva Machado
V. N. Famalicão
Rua do Bairro de Pontes
R. da Fábrica da Flor do Campo
R. Nossa Senhora de Fátima
Travessa do Cubículo
Travessa de Borreiros
Calç. de Borreiros
Viela Vicente
S. Salvador do Campo
S. Mamede de Negrelos
NORTE

EDIFÍCIOS PÚBLICOS

Religiosos
15 Igreja
16 Cemitério
17 Capela do Espírito Santo
18 Capela N.ª S.ª de Espinho
19 Capela da N.ª S.ª das Dores
20 Capela de São Bento

Património Histórico
24 Ponte Romana
22 Cruzeiro

Educação
6 Escola C+S
7 Escola Primária da Aldeia do Monte
8 Escola Primária de Entre-Estradas
9 Escola Primária da Escorregadoura
10 C. Benef. Dias Machado

Serviços
a Banco
b Pensões
c Restaurantes
d Posto de Abastecimento

Desporto/Recreativos
11 Pavilhão Gimnodesportivo
12 Campo de Jogos Com. Abílio Ferreira de Oliveira
13 Parque de Jogos de Espinho
14 Salão Paroquial

H. UMA VISITA À FÁBRICA

Para o estudo da fábrica "A Flor do Campo", que completou já as suas Bodas de Ouro (1934-1984) em 25 de Abril, cujo conhecimento se limitava a uma referência oral com certo prestígio na vila de S. Martinho do Campo, pareceu-nos de máxima importância estabelecer um contacto pessoal com a unidade fabril, de forma a reter uma ideia geral das suas dimensões, dos seus sectores, do seu equipamento, dos materiais com que laboram, das pessoas que aí labutam.

Esta ideia foi possível concretizar com a autorização da actual presidente do Conselho de Administração, Sra. D. Fernanda Ferreira de Oliveira, e também com a disponibilidade do Sr. Eng.º Pinto de Almeida, pessoa amplamente conhecedora do sector têxtil algodoeiro e desta empresa em particular, sendo o seu director de produção.

As imagens que apresentamos nas páginas que se vão seguir, num total de 33 fotografias das 132 realizadas, encontram-se perfeitamente legendadas e ilustram de uma forma geral como a fábrica funciona.

O critério escolhido para a apresentação das mesmas corresponde ao circuito realizado na visita às instalações no dia 25 de Maio de 2001.

Como vulgarmente se diz, ***as imagens valem mais do que as palavras...***

Fig. 1 – Imagem exterior da Fábrica "A Flor do Campo", empresa que surgiu há 68 anos atrás. Do lado direito podemos observar a porta que dá acesso aos escritórios. De referir, a título de curiosidade, que a fábrica viria a ocupar a antiga residência da família, com a particularidade do gabinete da actual proprietária ter sido o seu quarto de dormir.

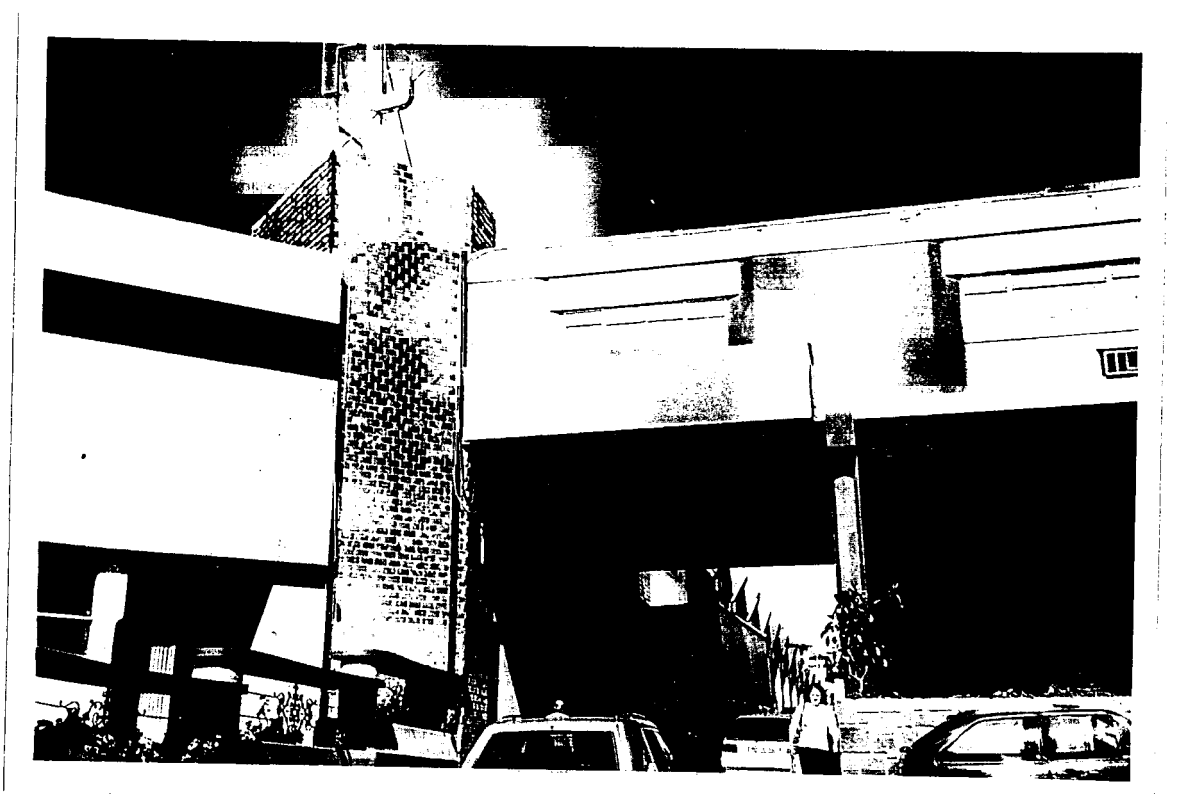


Fig. 2 – Imagem de parte da fachada principal da fábrica, sendo visível a estrada que passa por debaixo da estrutura que liga o sector de serviços à parte fabril. Essa estrada estabelece a ligação entre a vila de S. Martinho do Campo e a cidade de Vizela. A torre situada do lado direito é encimada pelas letras "F" e "C", que dão o nome á fábrica.

Fig. 3 – Uma imagem exterior da fábrica, da parte lateral que faz ligação com a estrada. A sequencialidade dos telhados e da própria estrutura deixa antever a grande dimensão da mesma. Ao fundo, as letras com as iniciais da fábrica.

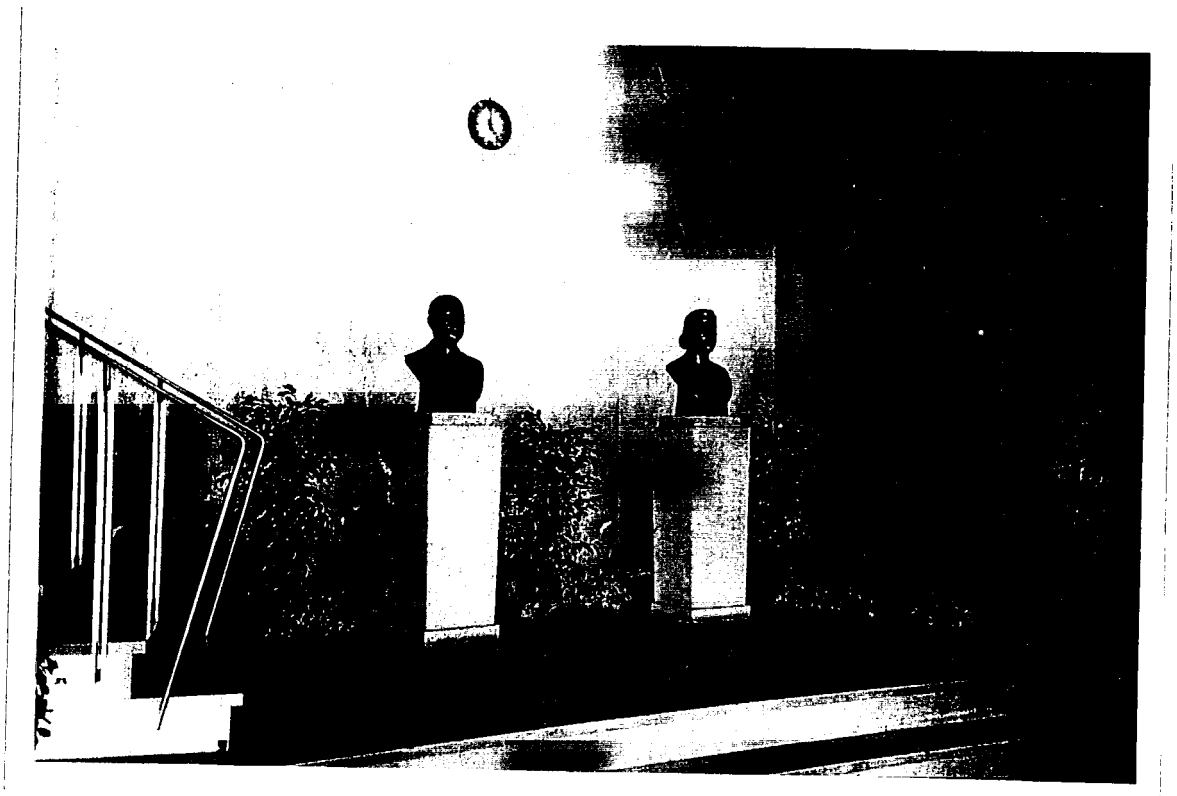


Fig. 4 – Já no interior, no átrio principal situado no rés-do-chão e junto às escadas que dão acesso aos escritórios, podemos verificar os bustos do Comendador Abílio Ferreira de Oliveira e de sua primeira esposa, D. Maria da Conceição Ribeiro de Oliveira.

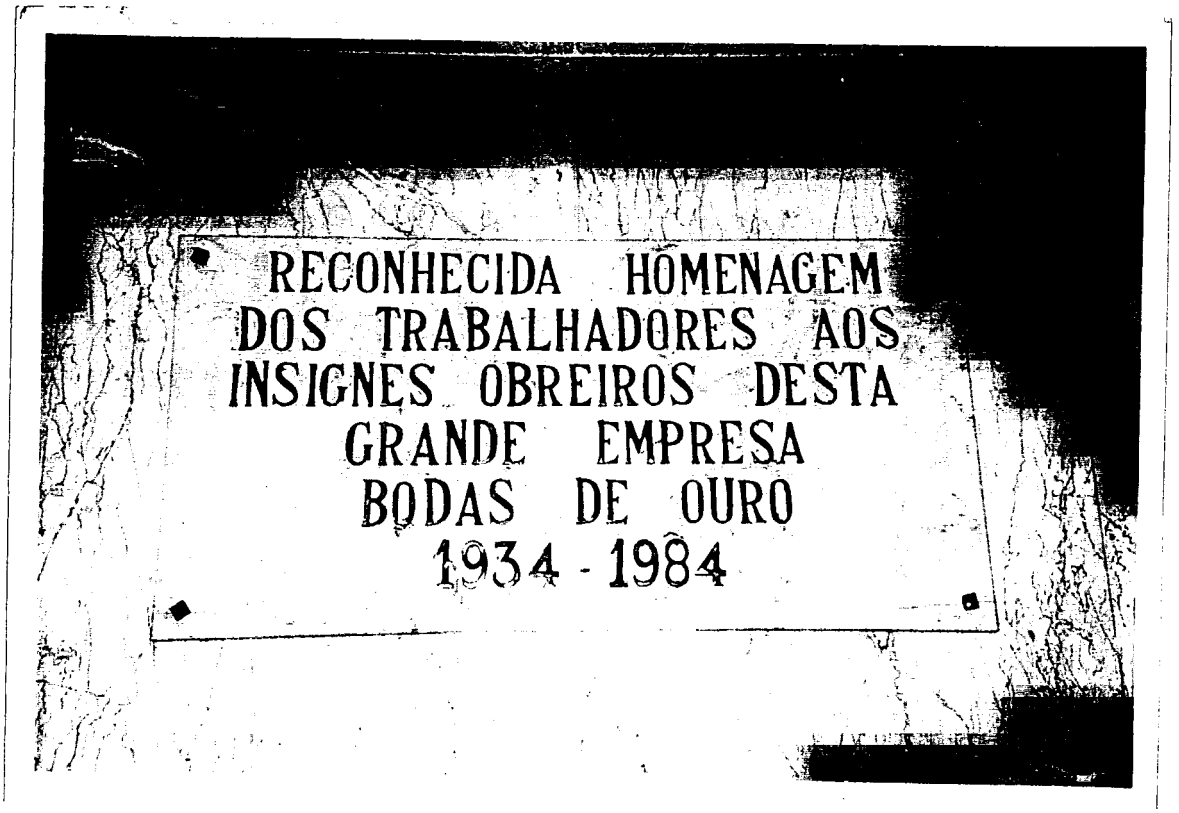


Fig. 5 – Ainda no átrio principal da fábrica podemos observar uma placa comemorativa, oferta dos trabalhadores da empresa, como homenagem ao seu fundador, inaugurada quando da comemoração dos 50 anos da. Inaugurada em 1934, as Bodas de Ouro realizadas em 1984 seriam comemoradas com pompa e circunstância.

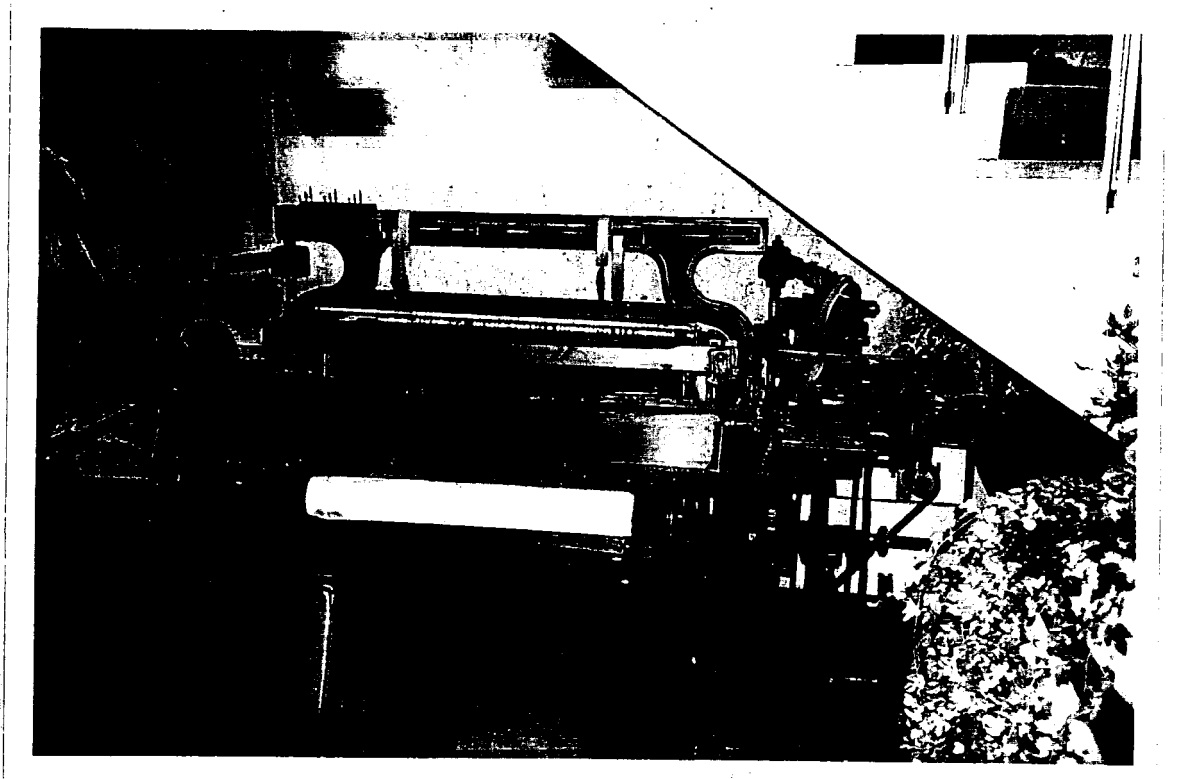


Fig. 6 – No já referido átrio, local de espera de visitantes e alguns fornecedores enquanto aguardam a subida aos respectivos gabinetes de atendimento, podemos ver alguns painéis com amostras de tecidos e tendências da época. Curiosidade está também no facto de aí se encontrarem dois dos teares primitivos, com os quais o Sr. Abílio Ferreira de Oliveira iniciou a fábrica, e que foram adquiridos num leilão. São peças históricas da empresa e de estimação pessoal para a actual proprietária, uma vez que foram oferta do pai quando ainda era de tenra idade.

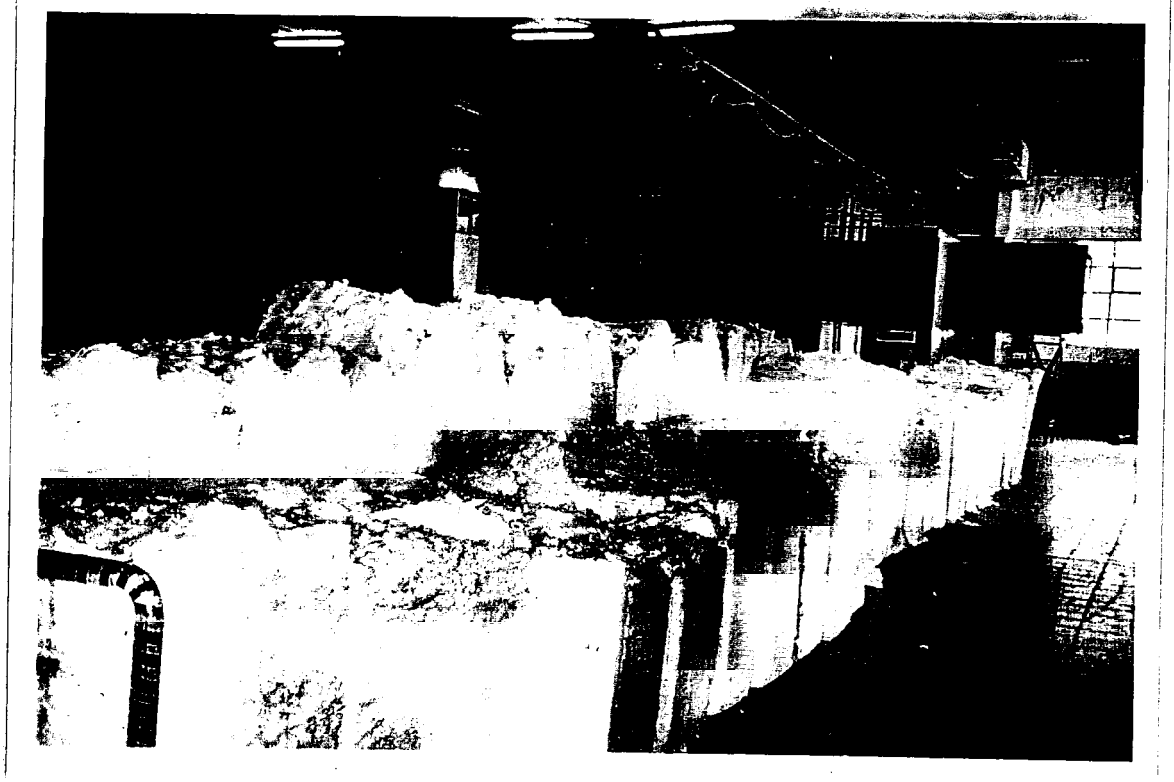


Fig. 7 – Imagem da linha de abertura e limpeza do algodão. Os fardos são actualmente tratados em máquinas automáticas e programadas para recolher a rama de vários desses fardos para os misturar.

Fig. 8 – A operação seguinte consiste em fazer entrar o véu nas cardas.

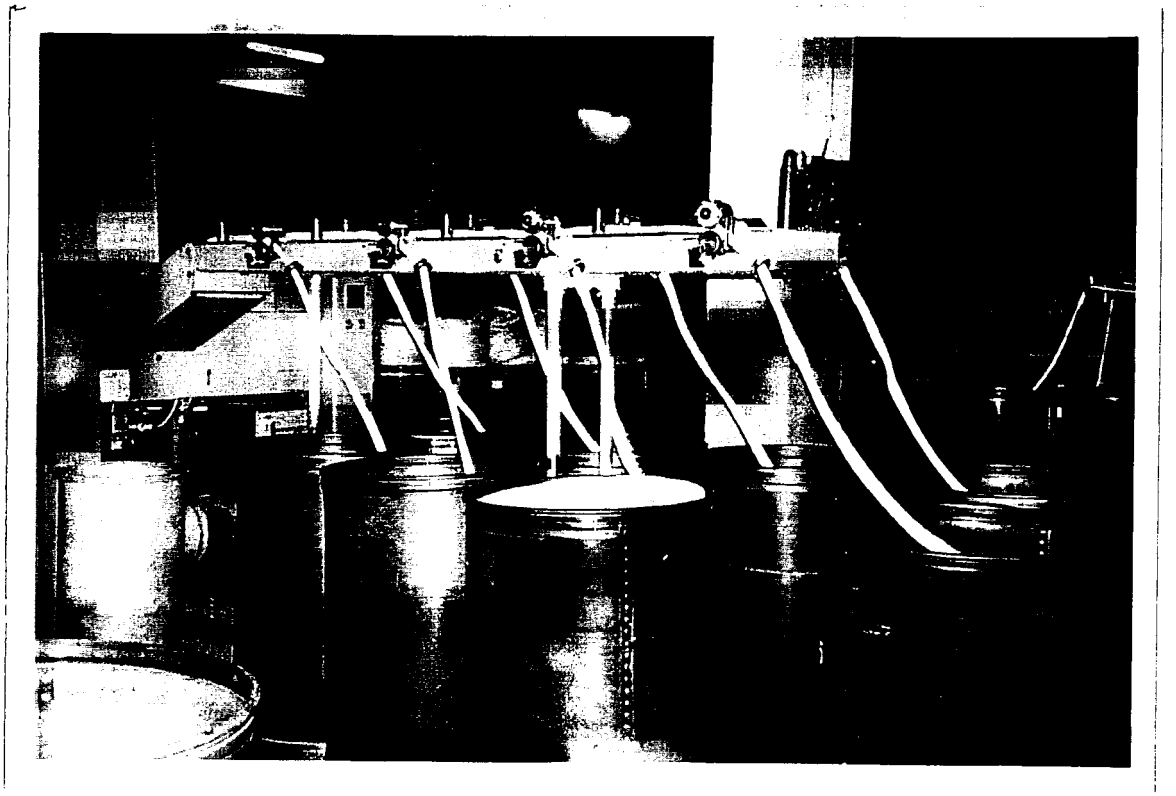


Fig. 9 – O véu sai do laminador e as fibras são depositadas nestes cilindros.

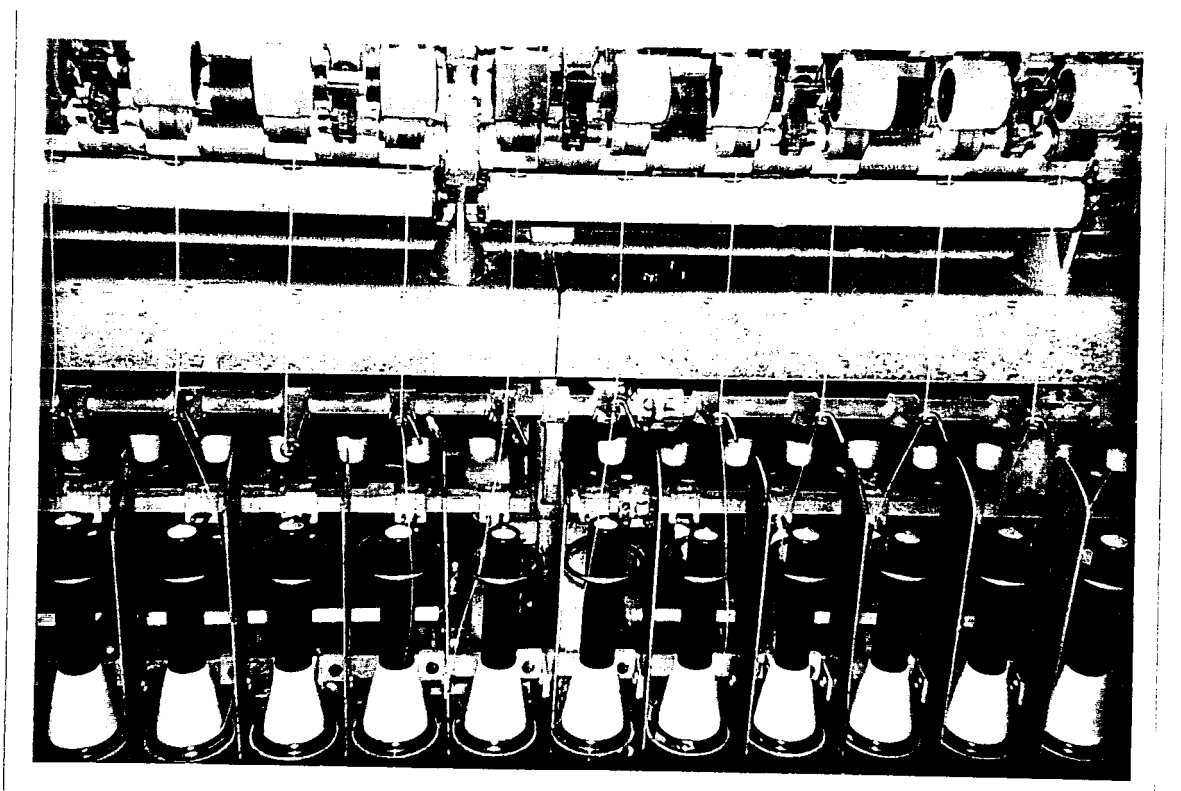


Fig. 10 – As fibras passam segunda vez pelo laminador para que fiquem paralelas. Nesta imagem temos já o fio propriamente dito. Esta máquina faz 12.000 rotações. Podemos ver que nesta máquina existem os anéis, o viajante e a roda para fazer o fio. Esses fios ficam nas canelas e mais tarde são passados para bobinas.

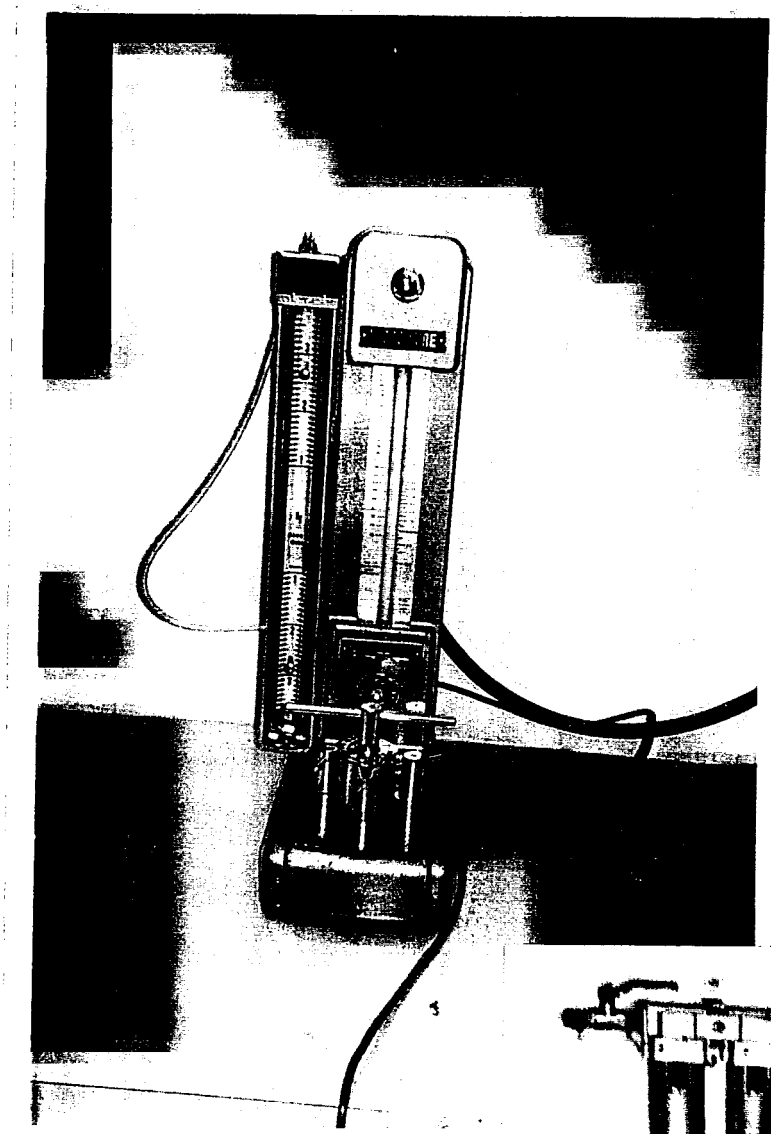


Fig. 11 – Os fios e os tecidos têm que passar por um controlo apertado de qualidade. Testar o comprimento e a cor são dois desses processos, até porque é necessário estar de acordo com as normas internacionais. Na imagem podemos observar um "Micronair", para verificar a espessura das fibras. Outras máquinas podem servir para medir as voltas por polegada, verificar a rotura por tracção do fio ou por rasgão, medir a regularidade do fio por razões de padronização.

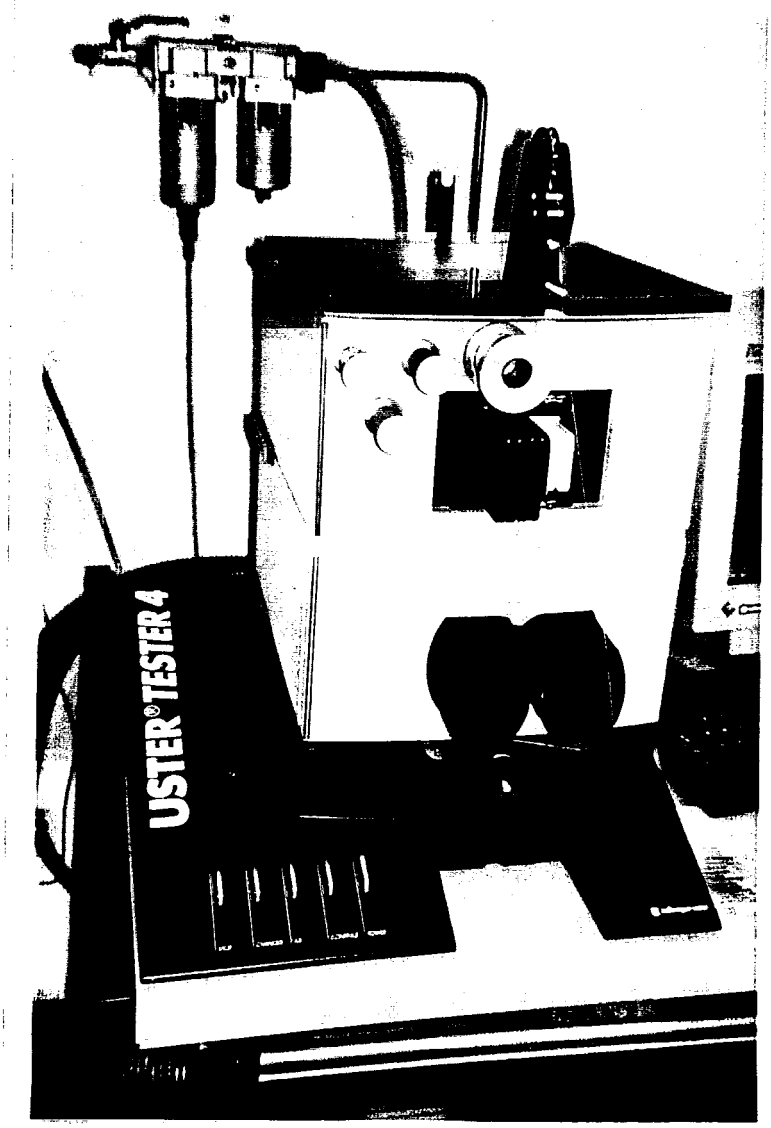


Fig. 12 – Imagem de um regularímetro, para medir a regularidade do fio segundo a padronização da produção mundial.

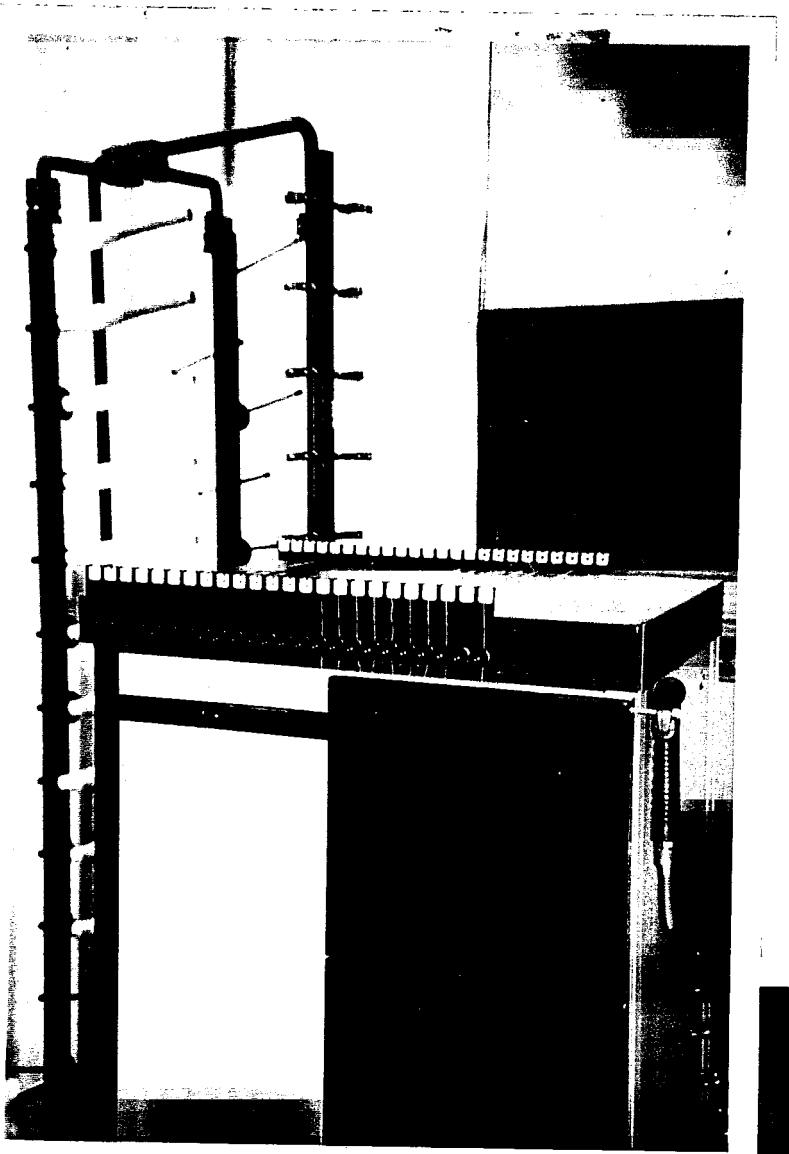


Fig. 13 – Na imagem podemos observar um dinamómetro automático, fazendo um diagrama de variação.

Fig. 14 – Nesta imagem observamos a continuidade da anterior, com o computador do dinamómetro em primeiro plano.

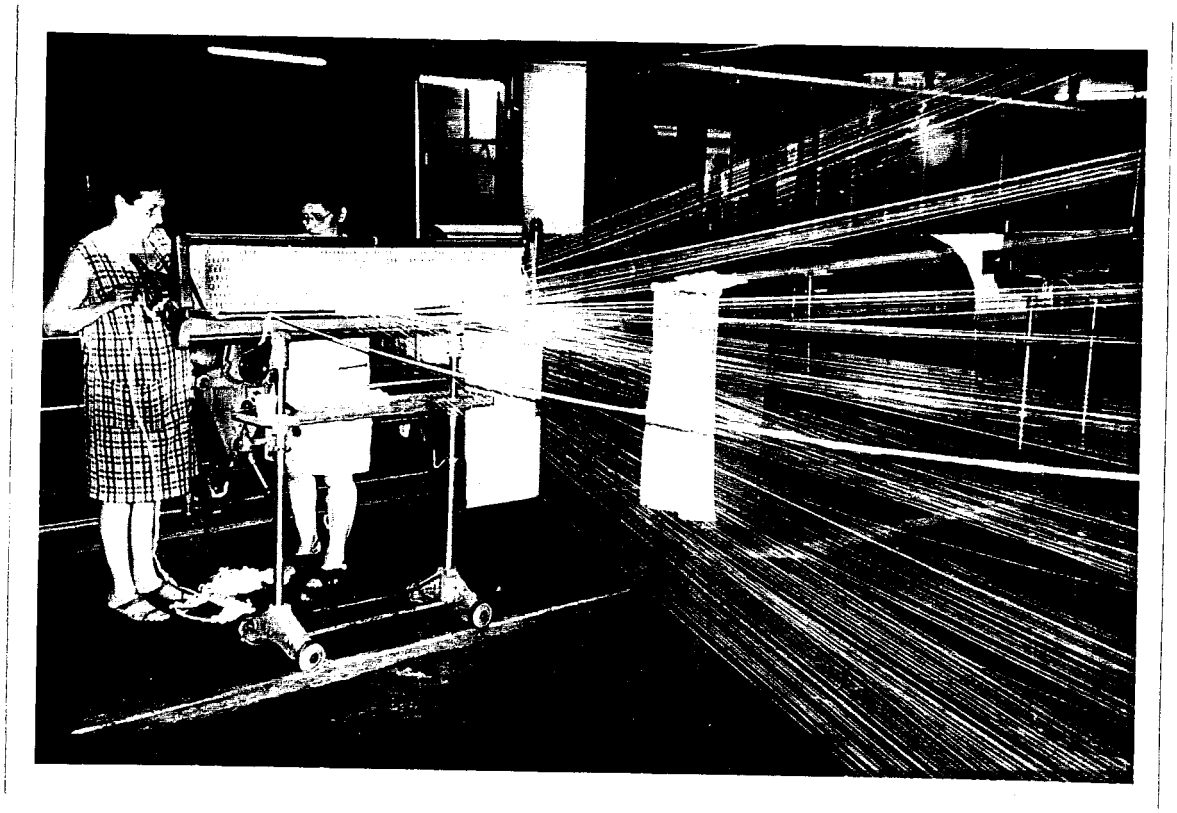


Fig. 15 – Duas operárias estão a preparar a teia para fazer o tecido. Refira-se que o tear tem 4.000 ou mais fios e o trabalho desenvolvido é fortemente manual.

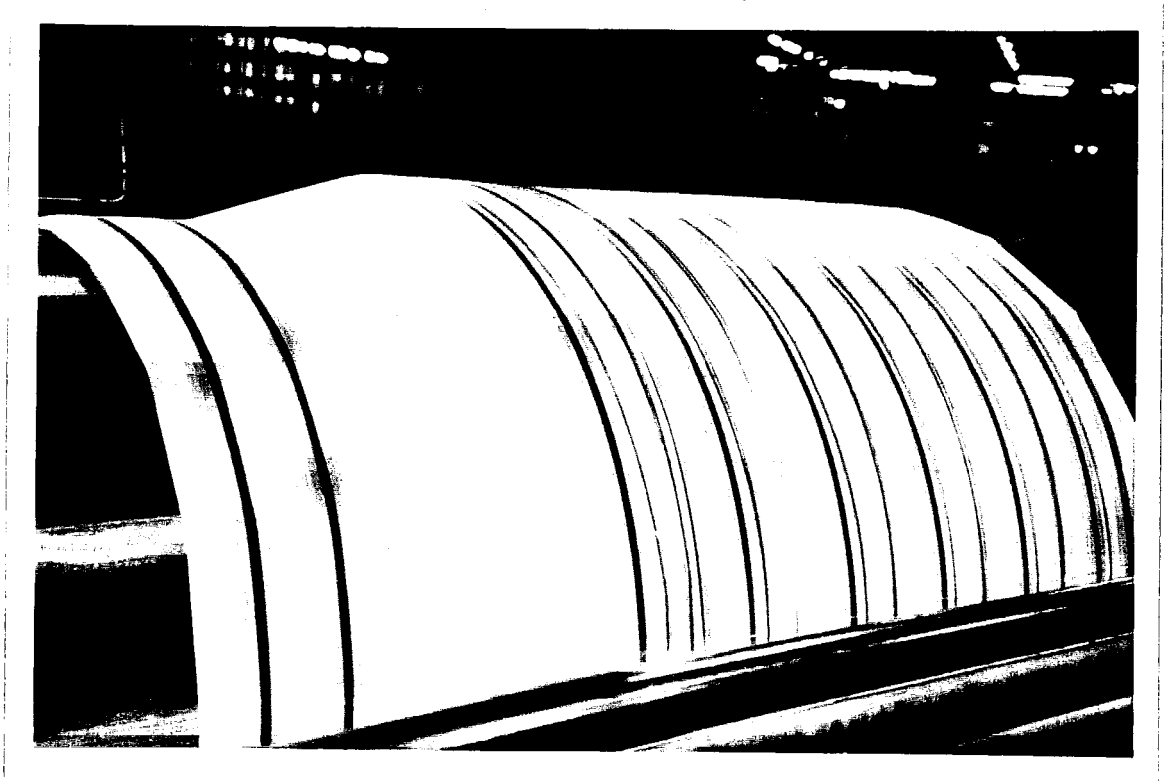


Fig. 16 – Nesta fase está-se a fazer o "raport", repetição do desenho até ter o número total de fios que pretendemos utilizar e com um comprimento considerável. Nesta imagem verificamos ainda que ao fazer esse raport o fio fica inclinado propositadamente, para que não caia.

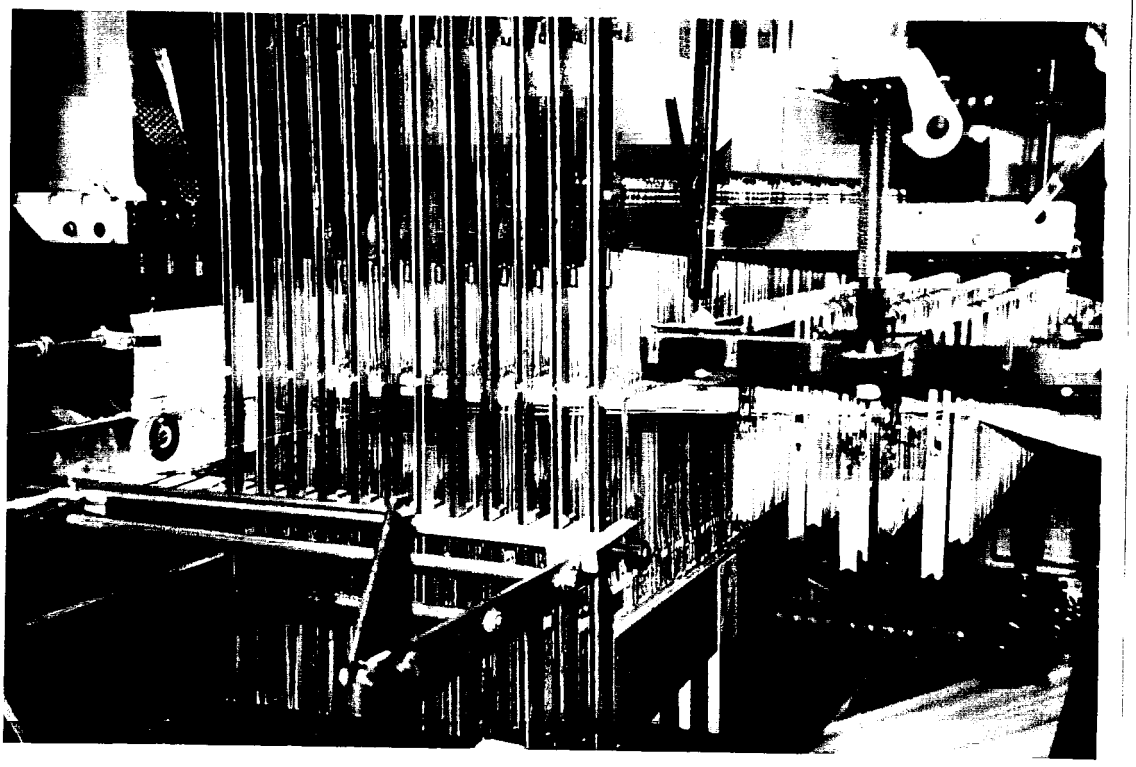


Fig. 17 – Lamelas, liços, caixilhos e pente (da direita para a esquerda), elementos indispensáveis para o fabrico do tecido.

Fig. 18 – Máquina para aplicar a goma e reduzir a pilosidade. É um processo de preparação da tecelagem para o fio da teia ficar mais duro.

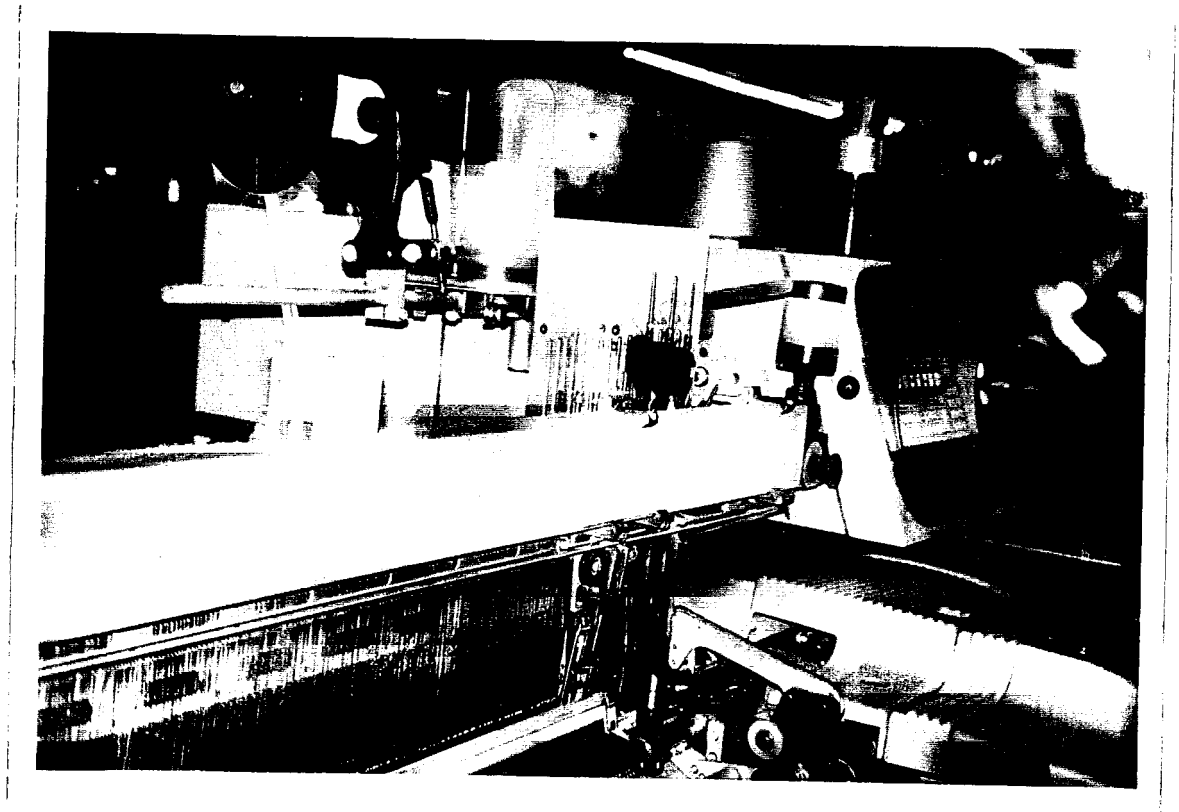


Fig. 19 – Neste tear automatizado são registados uma série de dados sobre o processo de feitura dos tecidos (no écran que se vê do lado direito). A luz quando se acende é sinal que o fio rebentou. O arranjo do fio é feito de forma automática.

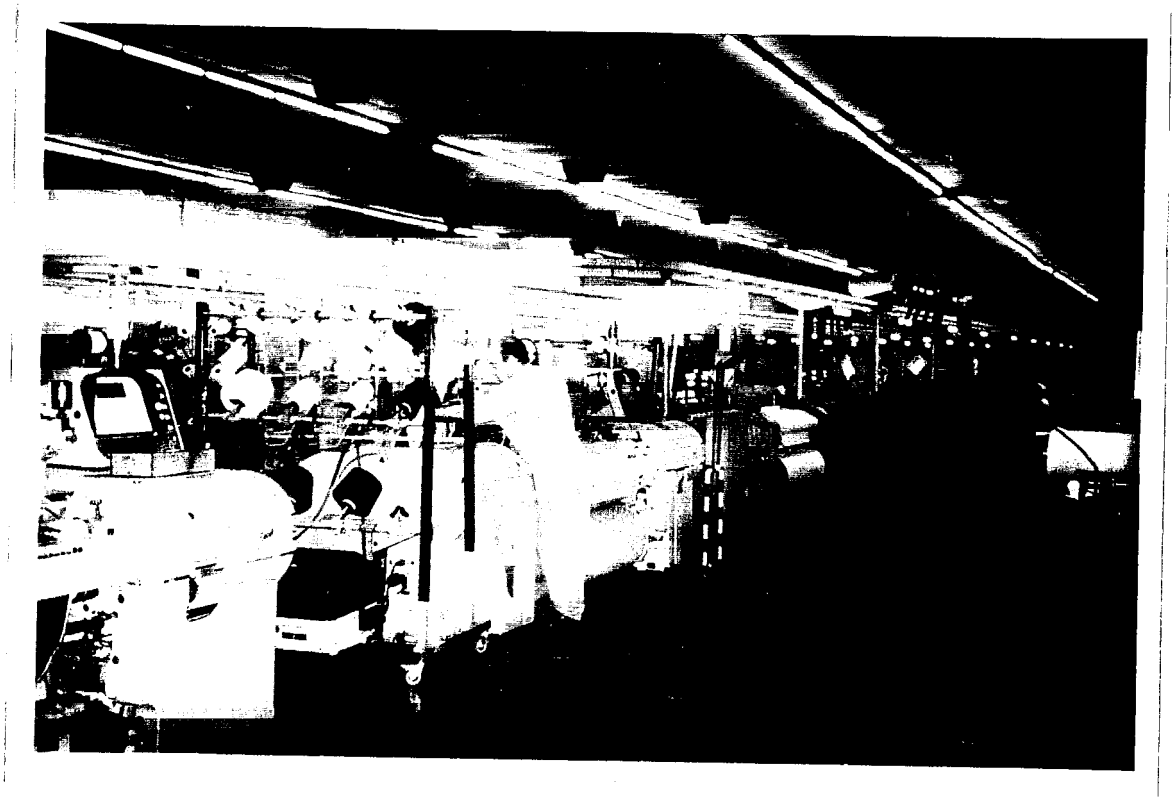


Fig. 20 - A sala dos teares é de facto surpreendente pelas suas dimensões. Na imagem podemos verificar o lado esquerdo da referida sala. A meio situa-se um corredor, mas do lado direito igual número de teares encontram-se em funcionamento, todos em sistema automático.

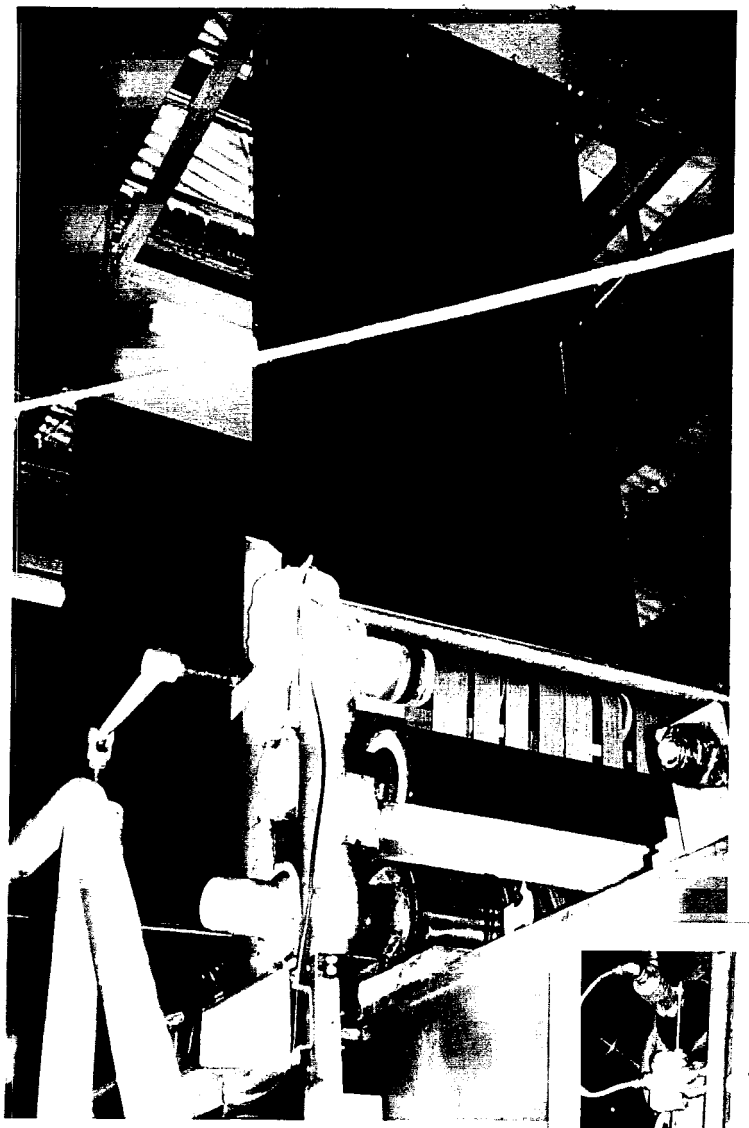


Fig. 21 – Observa-se agora a fase de tingimento, um processo relativamente rápido. Devido às lavagens que se seguem, depois do produto acabado, é necessário fazer vários tingimentos para que a cor penetre bem no tecido, caso contrário fica com um aspecto esbranquiçado. Após o tingimento, o tecido é amaciado.

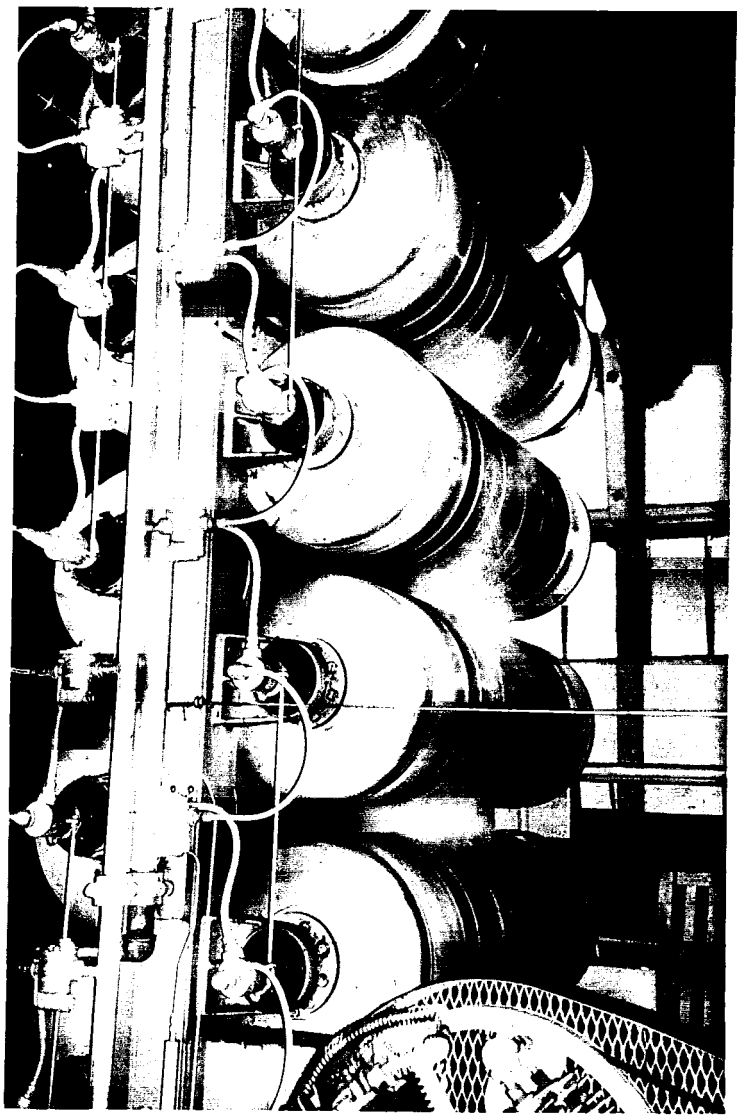


Fig. 22 – Na fase seguinte o tecido tem que passar pelos "órgãos" para ficar seco.

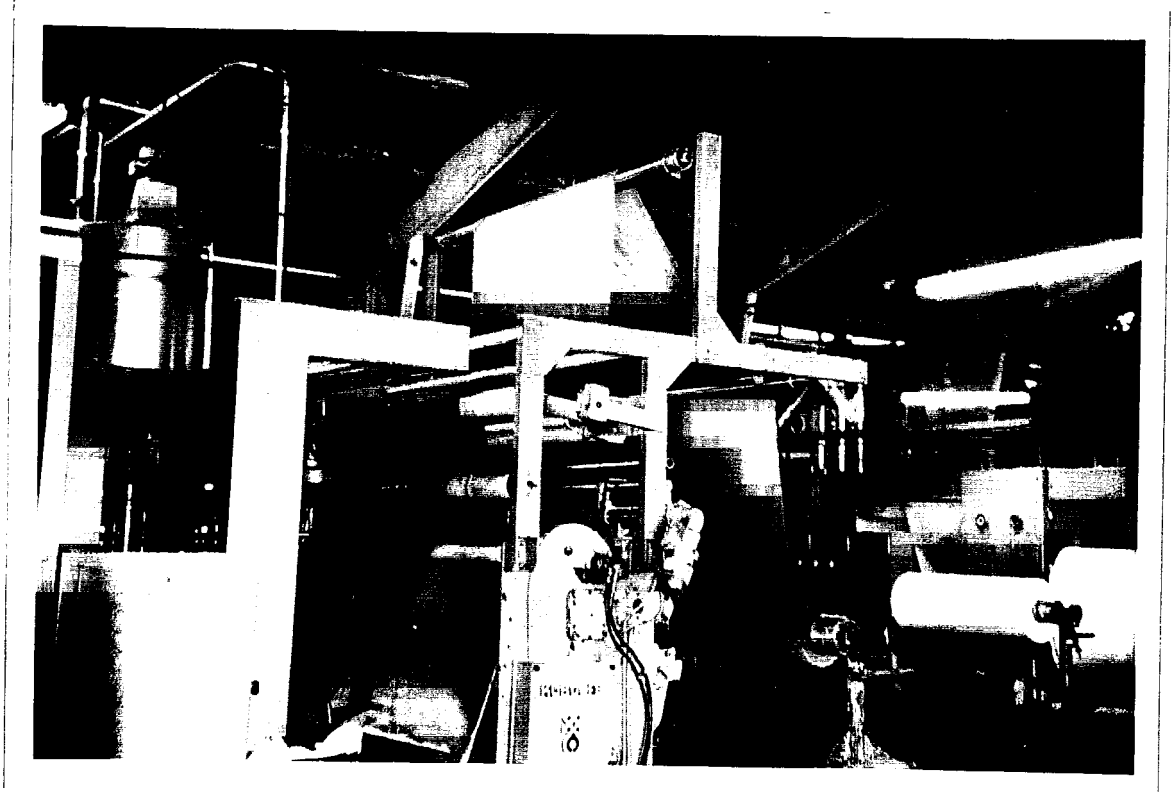


Fig. 23 – Esta é uma máquina especial, uma vez que trabalha com bombazinas.

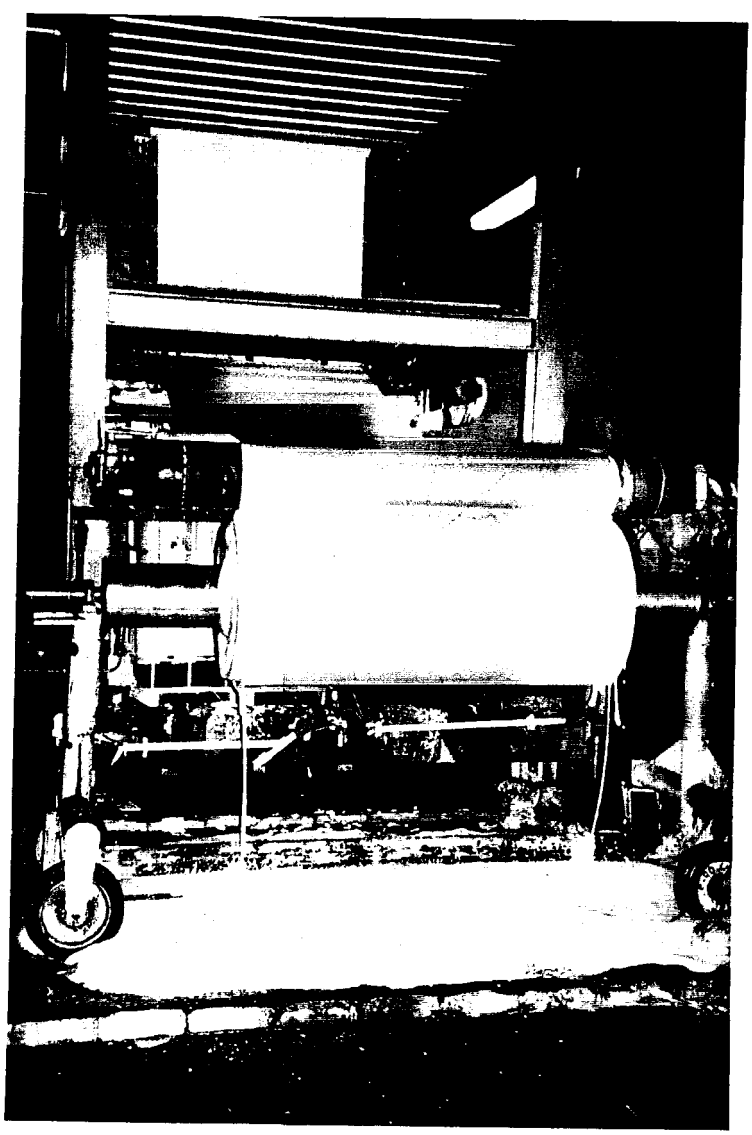


Fig. 24 – Na fase de branqueamento dos tecidos é aplicada uma goma que tem que permanecer na peça durante 24 horas. Este tempo é necessário para que se dêem as reacções químicas que permitem torná-lo mais hidrófilo.

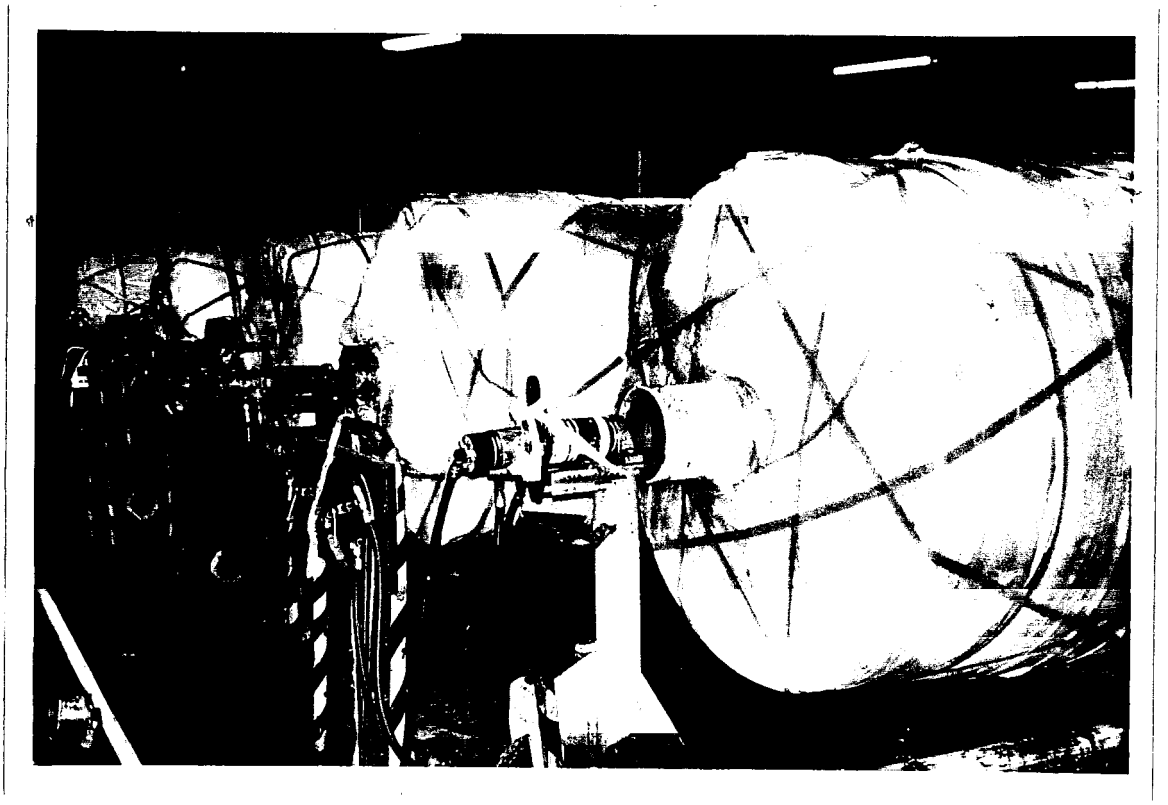


Fig. 25 – Os rolos devidamente preparados ficam então desta forma durante 24 horas.

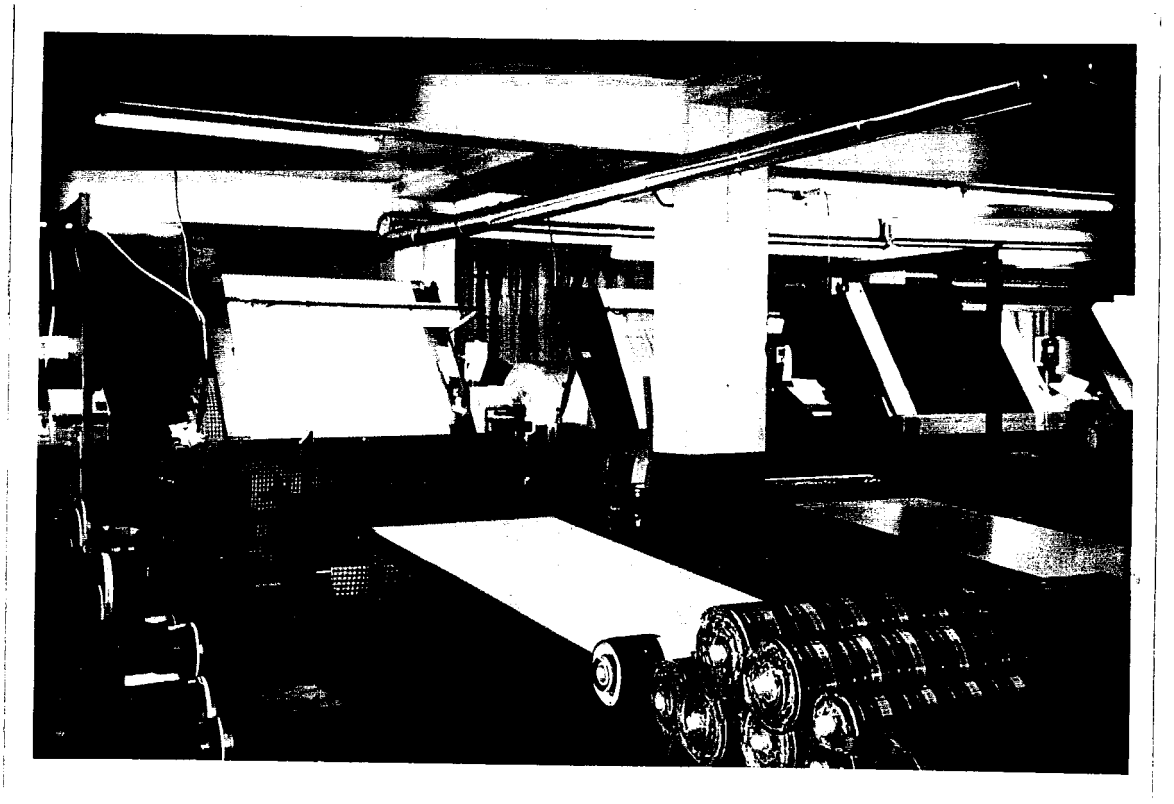


Fig. 26 – A imagem mostra uma das fases finais, onde é feito a controlo de qualidade do tecido.

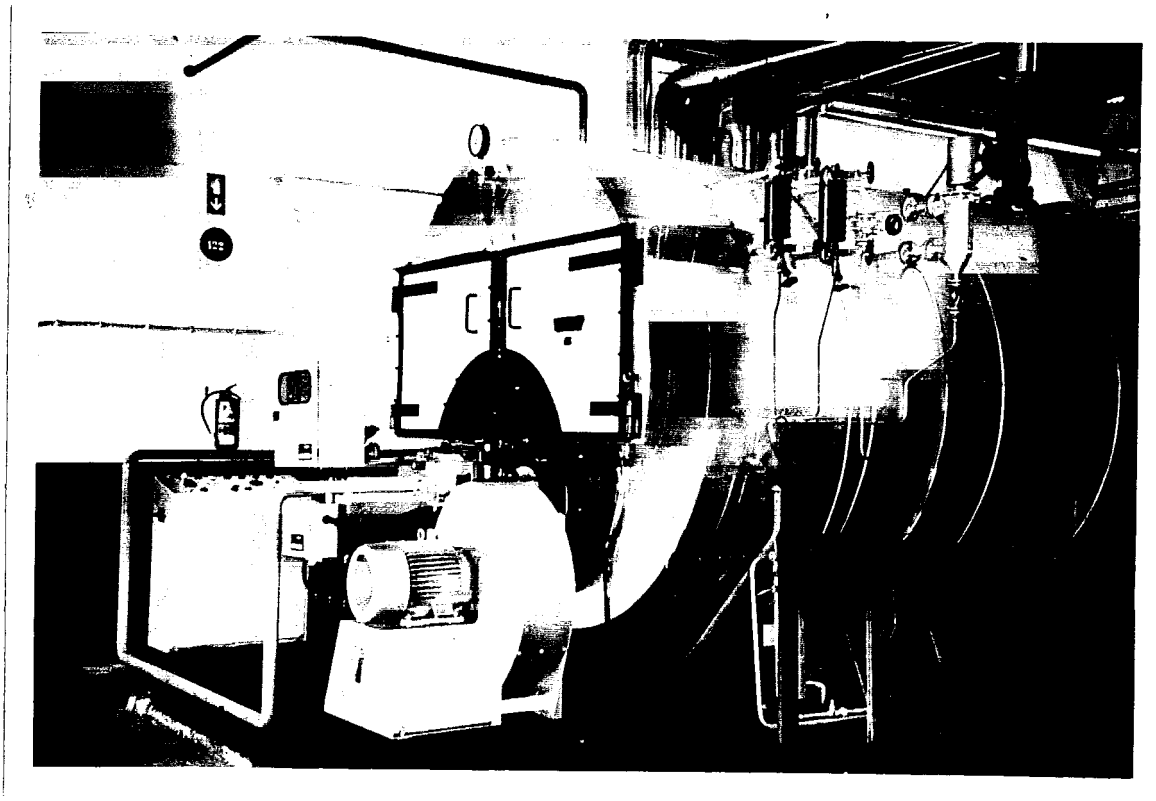


Fig. 27 – Esta imagem refere-se a um sector muito próprio da fábrica, o da energia. Podemos ver as caldeiras que produzem o vapor.

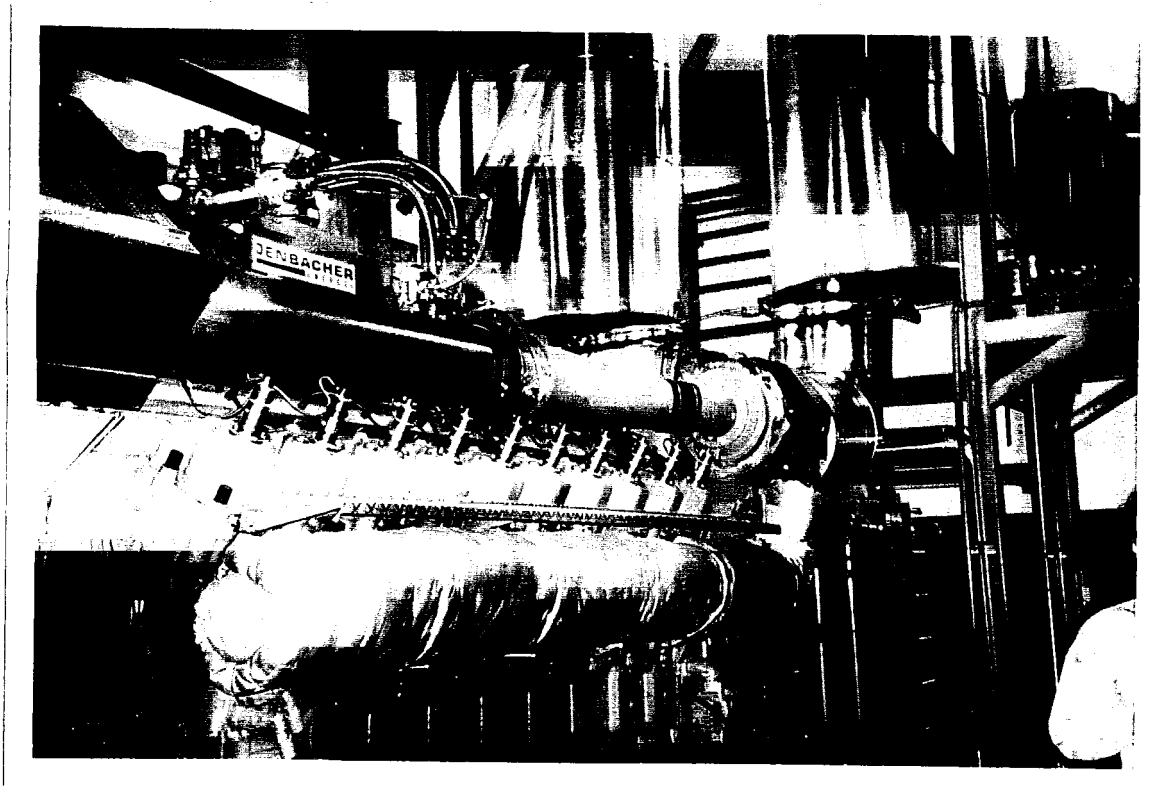


Fig. 28 – Aqui observamos um outro tipo de produção de energia, a energia eléctrica. A entrada neste sector obrigou a medidas de protecção dos ouvidos, devido ao barulho ensurdecedor.

Fig. 29 – Um centro igualmente importante é o tingimento. A imagem mostra os tanques onde são tingidos os fios, que como se pode verificar, se encontram em bobinas.

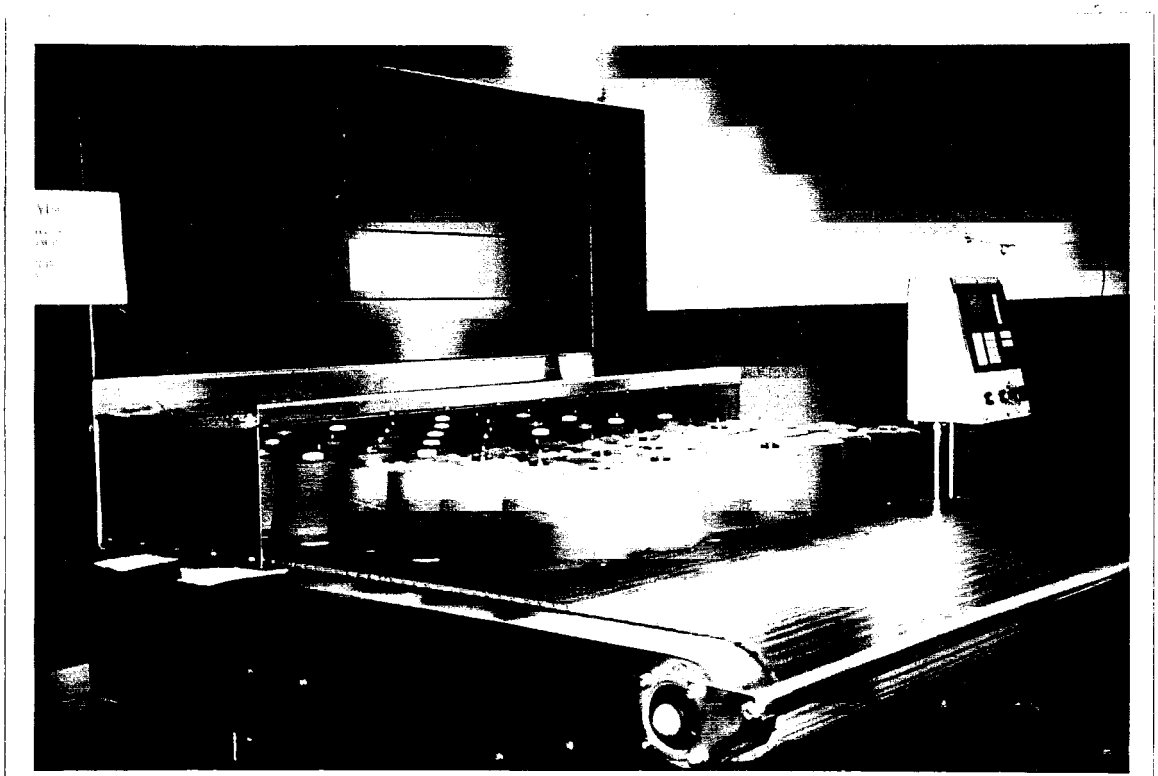


Fig. 30 – Esta é uma máquina moderna de secagem. Trata-se de uma espécie de "microondas", mas de elevada potência.

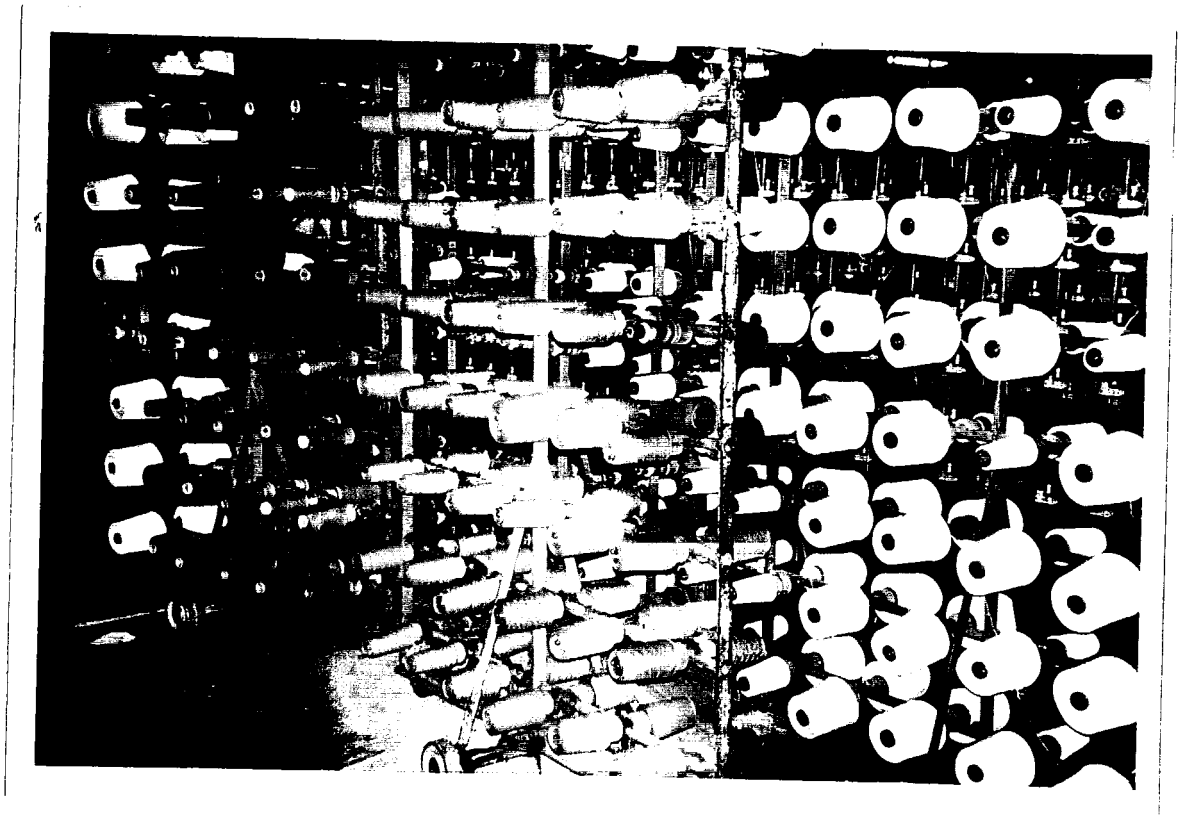


Fig. 31 – Uma imagem das urdideiras, pela gravura podem-se verificar algumas nuances cromáticas.

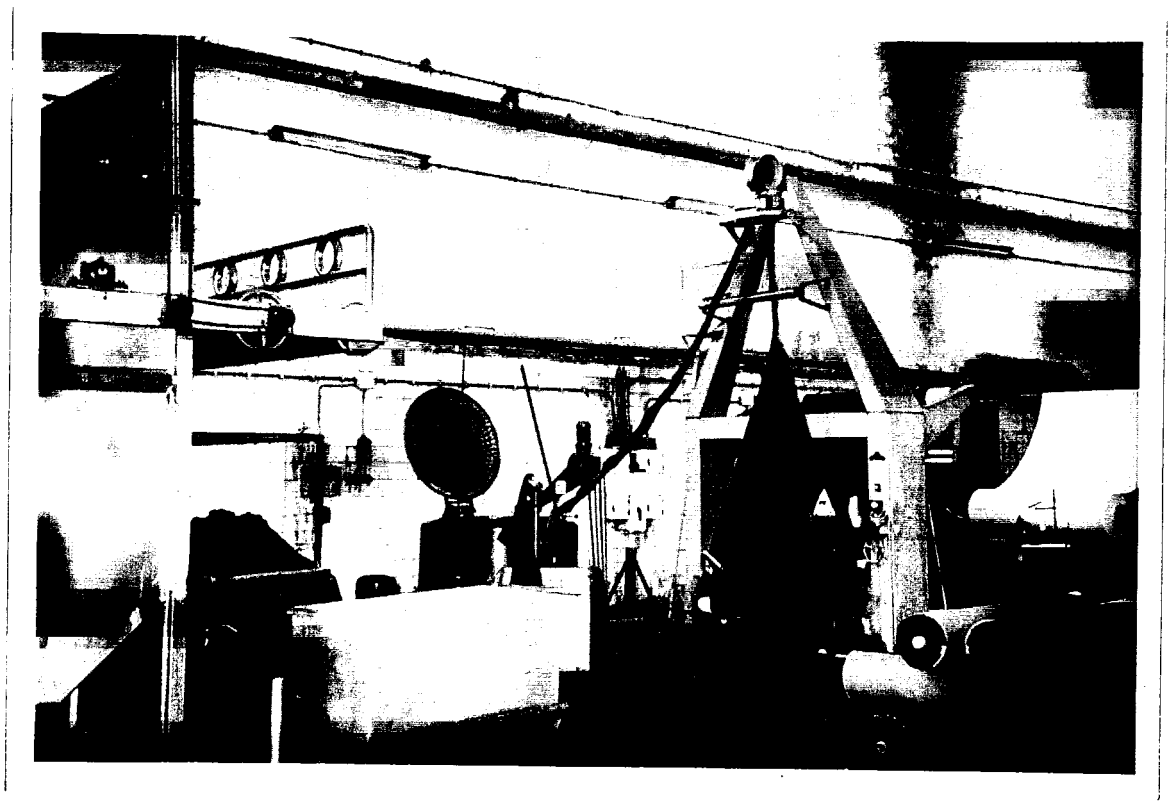


Fig. 32 – Esta é uma máquina especial, com a curiosidade de lavar o tecido em corda, assim designado por se encontrar todo torcido.

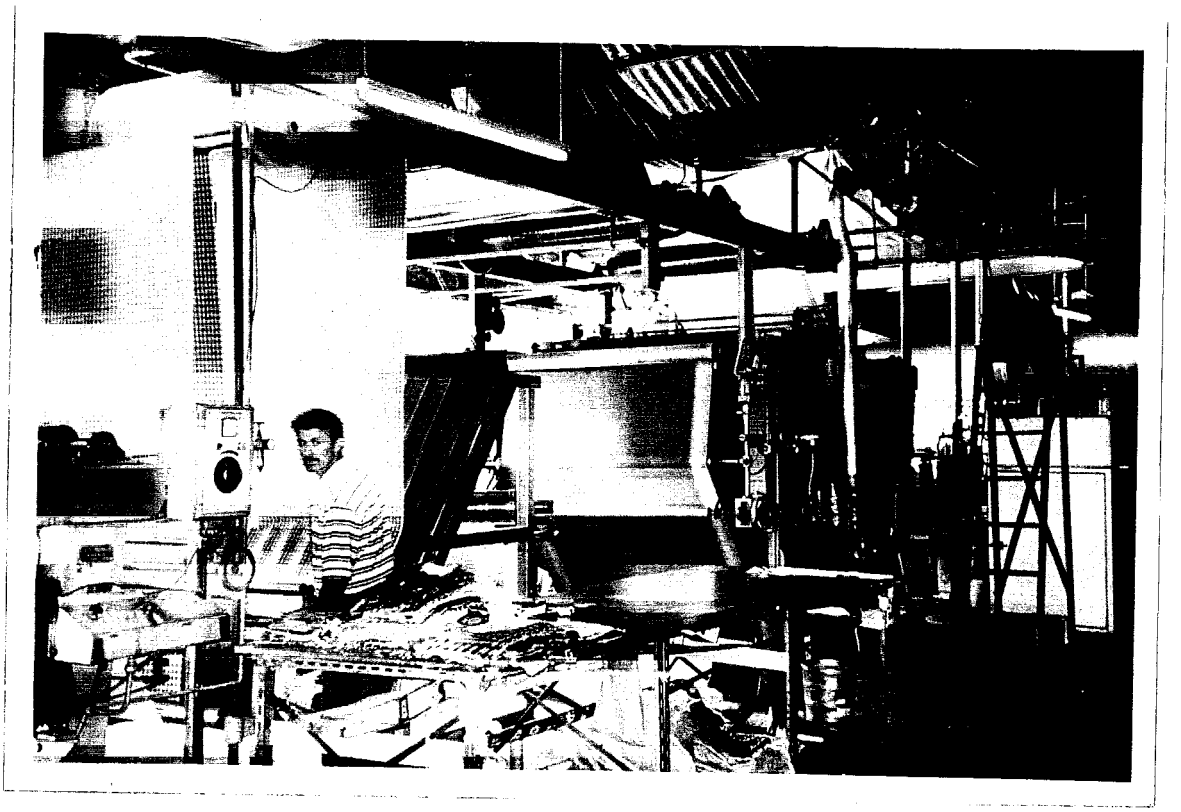


Fig. 33 – Esta é uma máquina de sanfrisar, nome que se deve ao registador da patente (Sanfor). Esta máquina serve para estabilizar o tecido.

I. LOGÓTIPOS, ORGANIGRAMA, PLANTA E LISTA DE PESSOAL

Entre muitos outros elementos que consideramos indispensáveis para incluir nesta compilação designada de "anexos" estão os logótipos, o organigrama, a planta da fábrica e uma listagem do pessoal que actualmente trabalha na fábrica.

A inclusão destes três instrumentos justifica-se pela importância que revestem em dois momentos diferentes desta tese: no contacto inicial com a empresa que pretendemos estudar e na abordagem final sobre a empresa na actualidade. É também uma oportunidade para apresentar integralmente os trabalhadores que continuam nos dias de hoje a ter "A Flor do Campo" como o seu ganha-pão, mas à qual também dedicam muitos anos da sua vida para que a fábrica continue a funcionar com viabilidade, fazendo frente a crises económicas que periodicamente afectam o sector da indústria têxtil e esta região em particular.

Logótipo utilizado nos anos cinquenta

Obs. *Reprodução feita pelo mestrando*

TELEX 25272 F CAMPO P
TELEFONE 54203
S. MARTINHO DO CAMPO
SANTO TIRSO • PORTUGAL

sociedade têxtil
A Flor do Campo, s.a.r.l.

Logótipo utilizado nos anos setenta

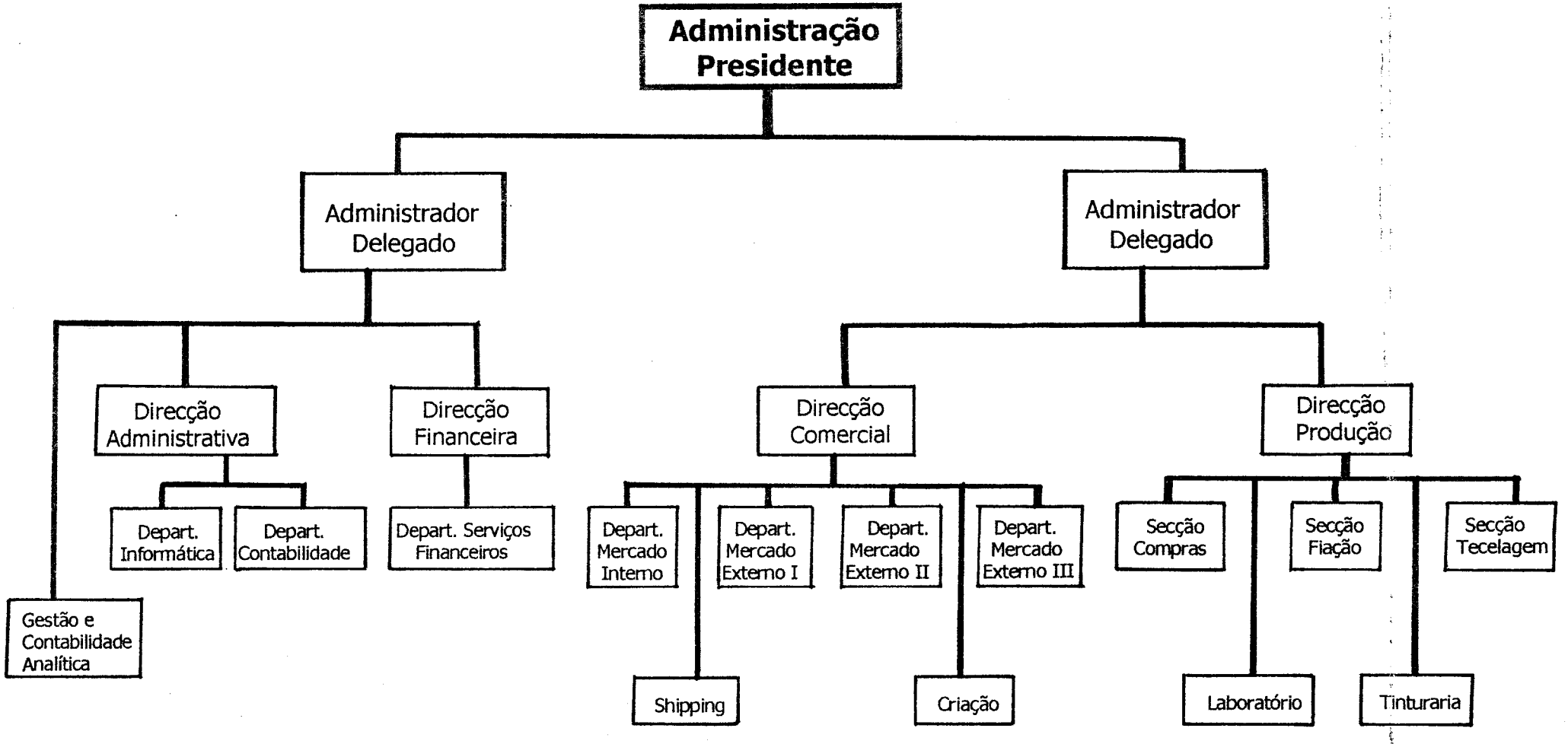
FLOR DO CAMPO

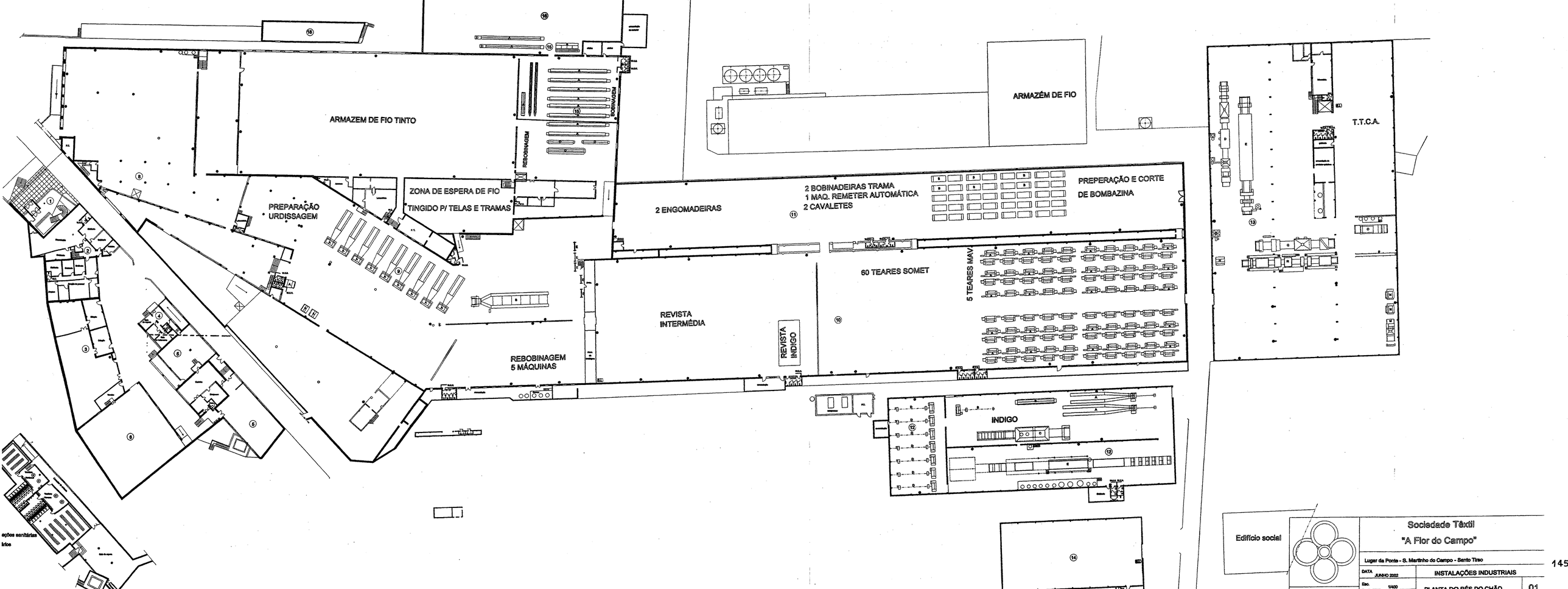
SOCIEDADE TÊXTIL A FLOR DO CAMPO, S.A.

Contrib. N.º 500 105 790 - Cap. Soc.: 1.677.508.000$00 - C. R. C. Santo Tirso N.º 43
SEDE: Apartado 1 - 4796-906 S. MARTINHO DO CAMPO - PORTUGAL
Telef. 252 84 01 50 (P.P.C.A.) - Fax 252 84 16 05 - E-mail: textil@flordocampo-sa.pt

Logótipo utilizado na actualidade

SOCIEDADE TÊXTIL "A FLOR DO CAMPO, S.A."





Edifício social

Sociedade Têxtil
"A Flor do Campo"

Lugar da Ponte - S. Martinho do Campo - Santo Tirso

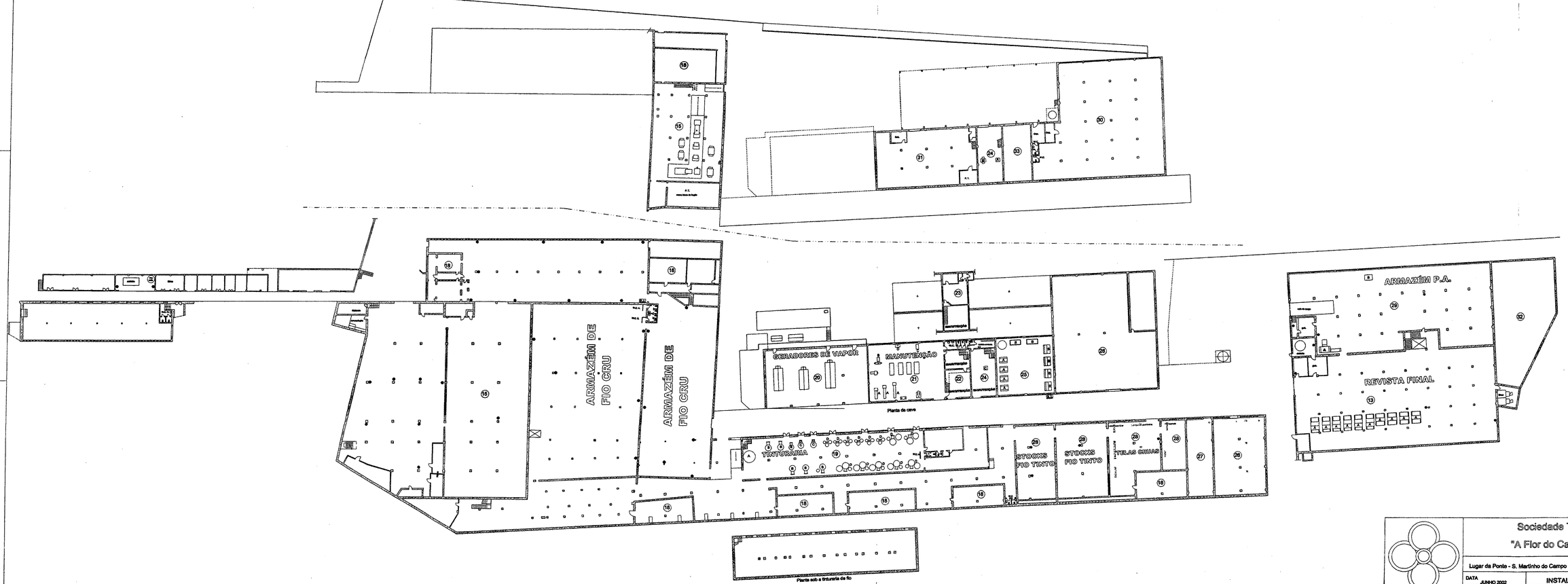
DATA JUNHO 2002

INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS

Esc. 1/400

PLANTA DO RÉS DO CHÃO

01



Sociedade Têxtil
"A Flor do Campo"

Lugar da Ponte - S. Martinho do Campo - Santo Tirso

DATA JUNHO 2002

INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS

Esc. 1/400

SOCIEDADE TÊXTIL "A FLOR DO CAMPO, S.A."

RELAÇÃO DE PESSOAL POR ORDEM ALFABÉTICA

Abílio Almeida Coelho
Abílio Augusto Camelo Fernandes
Abílio da Silva Costa
Abílio Jorge M. Costa Amorim
Abílio José Moreira Pacheco
Abílio Machado Ribeiro
Abílio Salgado da Costa
Abílio Santos Ferreira
Abílio Silva Costa
Acácio Ferreira Silva
Acácio Freire Neto
Adão Aprígio Almeida Moura
Adelaide Oliveira Carneiro
Adélia Maria Gonçalves Azevedo
Adelino Almeida Moura
Adelino F. Moura Silva
Adelino Gonçalves Coelho
Adelino Gonçalves Machado
Adelino José Ferreira Cunha
Adelino L. Gonçalves Fernandes
Adelino Martins Ferreira
Adelino Monteiro Silva
Adílio Armando Cunha Oliveira
Agostinho Costa Freitas
Agostinho Costa Freitas Almeida
Agostinho da Silva Costa
Agostinho F. L. Martins Ferreira
Agostinho Ferreira Cunha
Agostinho Ferreira Silva
Agostinho Machado Pereira
Agostinho Ribeiro Pereira
Agostinho Silva Machado
Albano Almeida Gomes Guimarães
Albano Pacheco Sousa
Albertina Maria Miranda Freitas
Albertina Silva Ribeiro
Alberto Franklin Pereira Martins
Alberto Jacinto Pinho Moreira
Albina Oliveira Ferreira
Albino Fernando Peixoto Babo
Albino Manuel P. Faria Gomes
Alexandrina Maria Ferreira Lima
Alexandrino Pereira Oliveira
Alfredo Agostinho Silva Monteiro
Alfredo Moreira Lopes
Álvaro Ferreira Cunha
Alzira Conceição Pereira Oliveira
Amadeu Manuel Azevedo Salgado
Amélia Conceição Fernandes Neto
Américo Martins Moreira Dias
Ana Agostinha Ferreira Pacheco
Ana Celeste Martins Abreu
Ana Conceição Machado Almeida
Ana Cristina Carneiro Ferreira Leça
Ana Ferreira Neto
Ana Jesus Oliveira Pereira Lima
Ana Lima Ferreira
Ana Maria Martins Pereira
Ana Ribeiro Martins
Ana Salgado Fernandes
Anabela Thomas Fock
Angelina Sousa Teixeira Leite
Angelino Paulo Teixeira Lopes
Antónia Rosa Salgado Fernandes
António Aires B. Pinto Soares
António Alberto M. Ferreira Coelho
António Almeida Moreira
António Aprígio Miranda Freitas
António Augusto Monteiro Silva
António Augusto Pereira Ferreira
António Carlos Campos Frutuoso
António Celestino T. Sousa Leão
António Coelho Sousa
António Costa Oliveira
António Cunha Moreira
António Daniel M. Sousa Gomes
António David Machado Oliveira
António F. Costa Pontes Gomes
António Fernando Cunha Machado
António Fernando Oliveira Nunes
António Fernando Silva Oliveira
António Ferreira Cunha
António Ferreira Martins
António Gonçalves Valente
António João Martins Pereira
António João Pacheco Costa
António José Martins
António Luís Freitas Almeida
António Manuel M. Moreira Costa
António Manuel Oliveira Nunes
António Manuel Pereira Campelos
António Manuel Pinheiro Costa Trigo
António Maria C. Pinto Almeida
António Maria Martins Matos
António Maria Pereira Costa
António Martinho Pacheco Cardoso
António Martinho Pimenta Gomes
António Martins Cunha
António Martins Moreira
António Martins Pinto
António Matos Sousa
António Oliveira Alves
António Oliveira Pinto
António Pereira Costa Dias
António Pereira Sousa Ribeiro
António Sérgio F. Costa Pinheiro
António Silva Fernandes
António Simão Neto Miranda
Aprígio Nunes Silva
Arlindo Xavier Martins Ribeiro
Armandina Conceição Neto Fernandes
Armando Costa Pontes Gomes
Armando Maria neto Magalhães
Armando Virgílio Pereira Neto
Armindo Alves Ferreira
Armindo César Pereira Nunes
Armindo Correia Leal
Armindo Fernando F. Silva Guimarães
Armindo Fernando Martins
Armindo Fernando Martins Ferreira
Armindo Horácio Ferreira Machado
Armindo Nogueira Cunha
Armindo Pereira Martins
Armindo Ricardo Martins Neto
Armindo Sousa Silva
Arnaldo Ferreira de Oliveira
Arnaldo Martinho Machado da Silva
Artur Augusto Almeida Ferreira
Artur Jorge Ferreira Sousa
Artur Manuel L. Ferreira Martins
Artur Moreira Gonçalves
Artur Pereira Fernandes
Augusto Rocha Silva
Avelino Carlos Dias Ribeiro Salgado
Avelino Ferreira Fernandes Silva
Avelino Ferreira Peixoto
Avelino Manuel Almeida Neto
Benjamim de Freitas Ribeiro
Bernardete Oliveira Ferreira
Bernardino Caldas Lopes
Bernardino Dias Freitas
Bernardino Fernando P. Freitas Neto
Bernardino Freitas Nunes
Blandina Carmo Silva Martins
Bruno Daniel Coutinho Cunha
Carla Alice Coelho Ferreira
Carla Gomes Pereira
Carla Maria Teixeira Granjo
Carlos Alberto C. Sousa Rompante
Carlos Alberto Costa
Carlos Alberto F. Neto Guimarães
Carlos Alberto Oliveira Nunes
Carlos Alberto S. P. Guimarães
Carlos Cunha Almeida
Carlos Filipe Marques Oliveira
Carlos João Freire Neto

Carlos Manuel Silva Pedroso
Carlos Maria Ferreira Costa
Carmelinda Costa Ferreira
Carolina Manuela F. Coelho Dias
Casimiro Mendes Pereira
Casimiro Monteiro Silva
Cecília Agostinha Machado Pacheco
Cecília Jesus Queirós Almeida
Célio Fernando Silva Coelho
Célio Xavier Pinto Neto
Constantino Silva Rompante
Crassiano E. Ferreira Monteiro
Crispim F. Pereira Machado
David Alexandre Fernandes Pereira
David Dinis Carvalho Neves
David Paulo Martins Moreira
Delfina Freitas Castro
Délia Maria Baptista Gonçalves
Deolinda Dores Oliveira Lima
Deolinda Matos Monteiro
Deolindo Fernando Martins Ferreira
Domingos Abreu Ferreira
Domingos C. C. Sousa Rompante
Domingos Carneiro Ferreira
Domingos Coelho Silva
Domingos Cunha Rocha silva
Domingos de Sousa Machado
Domingos Fernando Cunha Alves
Domingos Fernando Ferreira Vaz
Domingos Fernando Martins Monteiro
Domingos Martins Ferreira
Domingos Pereira Nunes
Domingos Silva Machado
Eduardo Augusto Silva Martins
Eduardo Ferreira Coelho
Egídio Maria M. Lima Ferreira
Elisa Lucrécia Queirós Almeida
Elisabete Conceição Pinto Neto
Elisabete Jesus Ferreira Pimenta
Elsa Elisa Dias de Sousa
Elvira Manuela Azevedo Silva
Emília Fátima M. Sousa Gomes
Emília Jesus M. R. Canedo Oliveira
Emília Jesus Oliveira Santos
Engrácia Jesus Ferreira Pinheiro
Engrácia Maria Lima Oliveira
Ernesto Coelho Pereira
Ernesto Cunha Machado
Estrela Jesus Abreu Martins
Eugénia Rosa Machado Oliveira
Fernanda Almeida Moreira
Fernanda Martins Lima
Fernando Augusto Fernandes Martins
Fernando Hernani Pereira Costa
Fernando Ilídio Martins Valença
Fernando Jorge Martins Ferreira
Fernando M. Ferreira Ribeiro
Fernando M.P.S. Torres Vasconcelos
Fernando Machado Coelho
Fernando Nunes Moreira
Fernando Silva
Filipe Fernando Martins Sousa
Filomena Ferreira Vaz
Filomeno C. Ferreira Oliveira
Flávia Neto da silva
Flávio Asdrúbal Pereira Alves
Florbela da Rocha Abreu
Florêncio Ferreira Sousa
Floriano Moreira Cunha
Florinda Machado Pereira
Francisco Assis M. Silva Pereira
Francisco Costa Ferreira
Francisco F. Freitas Soares
Francisco João Silva Peixoto
Francisco José Moreira Pacheco
Francisco José Silva Martins
Franklin Fernandes Machado
Franklin Nuno Machado Pereira
Gaspar Gonçalves Caldas
Gaspar Teixeira Pacheco
Glória Anjos Oliveira Silva
Glória Conceição Monteiro C.Ferreira
Gonçalo Pinto Ribeiro
Graça Maria Coelho Pereira
Graça Maria Neves Silva
Gracinda de Fátima Fernandes Neto
Gracinda Rosa Ribeiro Martins
Gravinda Silva Ferreira
Guilherme Francisco Ribeiro Pereira
Helder Cristiano Dias Martins
Helder Francisco Ferreira Lima
Henrique Gonçalves Pereira Silva
Henrique Monteiro Costa
Horácio Joaquim F. Leão Torres
Hugo Miguel Monteiro de Castro
Idalino Martins
Isaura Martins Freitas Almeida
Isaura Pedrosa Oliveira
Jacinto Dias Nunes
Jacinto Fernando Almeida Ferreira
Jacinto Ferreira Carvalho
Jacinto Maria S. Dias Pereira
Jaime José Mendes da Costa
Jaime Pereira Alves
Jaime Pereira Martins
Joana Conceição Mendes Costa
João Alberto N. Macedo Guimarães
João Fernando Pinto
João Filipe Moreira Gonçalves
João Gonçalves Mendes Ferreira
João Jorge Freitas Moreira
João Miguel S. Mesquita Guimarães
João Silva Pedroso
Joaquim Alberto Martins Costa
Joaquim Almeida Coelho
Joaquim António Almeida Pacheco
Joaquim Avelino Neto Carneiro
Joaquim Carneiro Ferreira
Joaquim Castro Costa
Joaquim F. S. Pereira Guimarães
Joaquim Fernando Ferreira Martins
Joaquim Fernando Ferreira Pinto
Joaquim Fernando Neto Pereira
Joaquim Ferreira Costa
Joaquim Ferreira Cunha
Joaquim Ferreira Fernandes Silva
Joaquim Gonçalo Neto Martins
Joaquim José Camelo Fernandes
Joaquim José F. Neto Guimarães
Joaquim José Martins Monteiro
Joaquim Leão Ferreira
Joaquim Lopes
Joaquim Maria Pereira Ferreira
Joaquim Martinho Monteiro Costa
Joaquim Martins
Joaquim Martins Ferreira
Joaquim Matos Sousa
Joaquim Monteiro Costa
Joaquim Oliveira Amado Braga
Joaquim Pereira Gomes (1)
Joaquim Pereira Gomes (2)
Joaquim Pontes Salgado
Joaquim Rogério Pereira Machado
Joaquim Sousa Martins
Joaquina Conceição Almeida Ferreira
Jorge Augusto Oliveira Nunes
Jorge Francisco Sousa Tavares
Jorge Manuel Santos Moura
José Abreu Gomes Oliveira
José Alberto Leão Ferreira
José António Freitas Lopes
José augusto Cruz Gomes
José Augusto Silva Martins
José Augusto Silva Ribeiro
José Augusto Sousa Martins
José Bernardino Almeida Moura
José Campos Frutuoso
José Carlos Cunha Alves
José Carlos Faria Fernandes
José Costa Oliveira
José Cunha Freitas
José Egídio Ferreira Brochado
José Egídio Sousa Andrade
José Fernando Alves Joaquim
José Fernando Coelho Pereira
José Fernando Martins Vaz
José Fernando Moreira Alves
José Fernando Sousa Pinto
José Ferreira da Silva
José Freitas Faria Silva
José Gabriel Abreu Ribeiro

José Joaquim Silva Carvalho
José Lino Nunes Martins
José Luís Dias Miranda
José Luís Ferreira Abreu (1)
José Luís Ferreira Abreu (2)
José Luís Ferreira Martins
José Luís Ferreira Pacheco
José Luís Lopes Sá Castro
José Luís Oliveira Costa
José Luís Oliveira Monteiro
José Machado Ferreira Silva
José Machado Rodrigues
José Manuel Ferreira da Costa
José Manuel Ferreira Machado
José Manuel Martins Barbosa
José Manuel Monteiro Costa
José Manuel Soares Vides
José Maria Cerqueira Pinto Almeida
José Maria Cunha Almeida
José Maria da Cunha Ferreira
José Maria Dias Monteiro
José Maria Freitas Nunes
José Maria Gomes Peixoto
José Maria Martins Pereira
José Maria Matos Sousa
José Maria Moreira Matos
José Maria Neto Costa
José Maria Neto Pereira
José Maria Pereira Faria Gomes
José Maria Queirós Almeida
José Maria Silva Ferreira
José Maria Silva Martins
José Maria Silva Pereira
José Maria Silva Pimenta
José Moisés Monteiro
José Morais Silva
José Moreira da Costa
José Neto Freitas
José Pereira de Freitas
José Pereira Martins
José Pinto Nogueira
José Renato S. Correia Guimarães
Judite Manuela Almeida Coelho
Júlio Maria Pimenta Neto
Júlio Pereira Silva
Justina Manuela Fernandes Silva
Laura Ferreira Fernandes
Laurinda Conceição Ribeiro Martins
Laurinda M. Martins Pereira
Luciana Maria Oliveira Martins
Lúcio Silva
Ludovina Fernanda Cunha Antunes
Luís Alberto Fernandes Carvalho
Luís Alberto Ferreira Martins
Luís António Conceição Ribeiro
Luís Barros Monteiro Lobo
Luís Fernando N. Ferreira Morais
Luís Fernando Rocha Silva
Luís Freitas Neto
Luís Gonzaga da Silva Carneiro
Luís Gonzaga Silva Carneiro
Luís Manuel Machado Cunha
Luís Miguel Fernandes Neto
Luís Moura
Luís Nunes Martins
Luís Tarciso Machado Costa
Maciel Cristiano Freitas Alves
Manuel Adelino Conceição Ribeiro
Manuel Adílio Fernandes de Sousa
Manuel Albino S. Pereira Bessa
Manuel Augusto Costa Martins
Manuel augusto Ferreira Cunha
Manuel Azevedo Silva
Manuel Bartolomeu Pedrosa Brito
Manuel Carlos Pereira Fernandes
Manuel Coelho Ribeiro
Manuel Costa Almeida
Manuel Costa Dias Machado
Manuel Costa Oliveira
Manuel Fernando Cunha Ferreira
Manuel Fernando Ferreira
Manuel Fernando Ferreira Cunha
Manuel Fernando Ferreira Pinho
Manuel Fernando M. Freitas Almeida
Manuel Fernando Martins Matos
Manuel Fernando Silva Faria
Manuel Fernando Silva Ferreira
Manuel Fernando Silva Pedroso
Manuel Ferreira Carneiro
Manuel Ferreira da Costa
Manuel Ferreira Lopes
Manuel Ferreira Matos
Manuel Freitas Faria Silva
Manuel Joaquim Pacheco Moreira
Manuel Jorge Alves Monteiro
Manuel Jorge Barbosa de Sousa
Manuel Lima Monteiro
Manuel Luís Monteiro Freitas Lima
Manuel Machado Silva
Manuel Maria Castro Costa
Manuel Maria Lopes Abreu
Manuel Martinho Ribeiro Ferreira
Manuel Martinho Silva Martins
Manuel Martins Lima
Manuel Martins Pereira (1)
Manuel Martins Pereira (2)
Manuel Mendes soares
Manuel Ribeiro Machado
Manuel Ribeiro Pereira
Manuel Silva Alves
Manuel Silva Cardoso
Manuel Silva Coelho
Manuela F. G. Pereira Barroso
Marcelino Oliveira Nunes
Marco Paulo Lima Costa
Marco Paulo Neto Ferreira
Marco Paulo Ribeiro Ferreira
Margarida Pereira Nunes
Maria Adelaide Coelho dos Santos
Maria Adelaide Silva
Maria Adelina C. Costa Pontes
Maria Adelina Martins Ferreira
Maria Adelina Oliveira Silva
Maria Albertina Almeida Nunes
Maria Albertina Pimenta Peixoto
Maria Alice Martins Matos
Maria Alice Silva Ferreira
Maria Alice Sousa Machado
Maria Amélia Costa Oliveira
Maria Amélia Ferreira Martins
Maria Amélia Martins Costa
Maria Angelina Ferreira Pinheiro
Maria Anjos Mendes Dias
Maria Armanda Camelo Alves
Maria Armanda Oliveira Silva
Maria Arminda Almeida Moura
Maria Arminda Ferreira Cunha
Maria Arminda M. Fernandes Silva
Maria Arminda Machado Andrade
Maria Arminda Silva Santos
Maria Augusta Alves Pinto
Maria Augusta Andrade Alves Silva
Maria Aurora Costa Oliveira
Maria Aurora Pereira Pacheco
Maria Beatriz C. R. Fonseca Pinheiro
Maria Belém Silva Rocha
Maria Bernardete R. Pedrosa Bessa
Maria Carminda Silva Mendanha
Maria Carmo Andrade Pacheco
Maria Carolina Costa Oliveira
Maria Carolina Silva Barbosa
Maria Carolina Silva Monteiro
Maria Clara Pereira Costa
Maria Conceição Costa Ferreira
Maria Conceição Ferreira Matos
Maria Conceição Ferreira Peixoto
Maria Conceição Gomes Carvalho
Maria conceição Martins Pimenta
Maria Conceição P. Gomes Almeida
Maria Conceição P. Ribeiro Machado
Maria Conceição Pereira Duarte
Maria Conceição Pereira Martins
Maria Conceição Silva Costa
Maria Conceição Silva Gonçalves
Maria Edviges Almeida Coelho
Maria Emília Coelho Ferreira
Maria Emília Cunha Freitas
Maria Emília Pimenta Pereira
Maria Engrácia Ferreira Sousa
Maria Engrácia Gonçalves Neto
Maria Fátima F. Costa Pontes

Maria Fátima Gomes Coutinho
Maria Fátima Machado Rodrigues
Maria Fátima Oliveira Pereira Lima
Maria Fátima Silva Pinto
Maria Fernanda Ferreira de Oliveira
Maria Fernanda Gonçalves Coelho
Maria Fernanda Silva Cunha
Maria Filomena Ferreira Cunha
Maria Filomena Freitas Nunes
Maria Frontina Pereira Neto
Maria Gabriela F. Coelho Dias
Maria Glória Ferreira Cunha
Maria Glória Machado Ferreira
Maria Glória Oliveira Lima
Maria Glória P. Sousa Alves
Maria Glória silva Oliveira
Maria Gorete F. Costa Pinheiro
Maria Gorete Ferreira Almeida
Maria Gorete Martins Ferreira
Maria Graziela Ferreira Martins
Maria Helena Lima Oliveira
Maria Inês Coelho Pereira
Maria Inês F. Andrade Valente
Maria Inês Ferreira Martins
Maria Inês Ferreira Monteiro
Maria Inês Oliveira Silva
Maria Irene Silva Pinto
Maria Isaura Ferreira Moreira
Maria Isaura Pacheco Pereira
Maria Isilda Moreira Matos
Maria Jacinta Ribeiro Ferreira
Maria Jesus Cunha Magalhães
Maria Jesus Sampaio Costa
Maria João Neto Teixeira
Maria José F. Caldas Ribeiro
Maria José M. Fernandes Ribeiro
Maria José Martins Monteiro
Maria José Ribeiro Cunha
Maria José Silva Ribeiro
Maria Júlia Machado Fernandes
Maria Júlia Nunes Martins
Maria Júlia Pimenta Neto
Maria La Salete M. C. Freitas Lima
Maria Laura Fernandes Costa
Maria Lavina Ferreira Martins
Maria Leopoldina Pereira Pacheco
Maria Luísa Alves Silva
Maria Lurdes Coelho Ferreira
Maria Lurdes Dias Monteiro
Maria Lurdes Ferreira Martins
Maria Lurdes Monteiro Castro Ferreira
Maria Lurdes Pereira Miranda
Maria Lurdes Pimenta Coelho
Maria Lurdes Sousa Martins
Maria Luz Lisboa Silva
Maria Luz Salgado Costa
Maria Madalena Oliveira Santos
Maria Manuela Barbosa Soares
Maria Manuela Machado Pacheco
Maria Margarida Coutinho Costa
Maria Margarida Silva Alves
Maria Margarida Silva Rocha
Maria Natália L. Fernandes Machado
Maria Odete Pereira
Maria Odete Silva Gonçalves
Maria Oliveira Machado
Maria Ondina Andrade Pacheco
Maria Rosa Almeida Coelho
Maria rosa Almeida Cunha
Maria Rosa Cunha Gonçalves
Maria Rosa Ferreira Sousa
Maria Rosa Martins Moreira
Maria Rosa Martins Silva
Maria Rosa Monteiro Costa
Maria Rosa Oliveira Silva
Maria Sameiro Freitas Costa
Maria Sameiro Pereira Neto
Maria Sara Araújo Ribeiro
Maria Teresa Ribeiro Costa Rios
Maria Violante Silva Oliveira
Marinha Fátima C. Freitas Almeida
Mário Bernardino Martins Costa
Mário João Monteiro da Costa
Mário Joaquim Pereira Cunha
Martinho Cristiano Moreira Pereira
Maximino Lopes Gonçalves
Miguel Carvalho Oliveira
Miguel Dias Nunes
Miguel José Cunha Freitas
Narciso Oliveira Pacheco
Natalina Mónica Coelho Abreu
Nelson Edgar Peixoto Valente
Nelson Fernando Pereira Costa
Nuno Miguel Oliveira Miranda
Octávio Noé Martins Barbosa
Olinda Jesus Martins Lima
Olívia Salgado Costa
Paula Cristina Ferreira Alves
Paula Sofia Pacheco Carvalho
Paulo Eduardo Costa Oliveira
Paulo Jorge Almeida Brochado
Paulo Jorge Neto da Costa
Pedro Adelino Pereira Martins
Pedro Maria Ferreira Moura
Pedro Miguel Coelho Matos
Pedro Miguel Lopes Gonçalves
Ramiro Abreu Ferreira
Reinaldo Artur G. Pereira Barroso
Ricardo Gonçalves Marinho Lemos
Ricardo Hugo Lima Ferreira Martins
Roberto Carlos Vaz Ferreira
Roberto Miguel Frutuoso Ferreira
Rogério Orlando Silva Coelho
Rosa Céu Coelho Silva
Rosa Cunha Pereira
Rosa Esperança C. S. Rompante Cunha
Rosa Glória Silva Monteiro
Rosa Jesus Martins Machado
Rosa Jesus Ribeiro Martins
Rosa Maria Faria Fernandes
Rosa Maria Lopes Abreu
Rosa Maria Teixeira Pacheco
Rosa Neto Mota
Rosalina Florinda Abreu Pereira
Rosalina Martins Silva
Rosendo Silva Ferreira
Rui Armando Nunes Coelho
Rui Carlos Costa Ferreira Rompante
Rui Ismael Sousa Moreira
Rui José Ribeiro Ferreira Silva Couto
Rui Manuel Andrade Valença
Rui Manuel Ferreira Leão Torres
Rui Valdemiro Correia Silva
Serafim Fernando Neto Guimarães
Sérgio André Silva Araújo
Silvino Ferreira Machado
Sílvio Jorge Pereira Neves
Sofia Isabel S. Santos Vale
Tomás Ferreira Pereira
Tomás Freitas Costa
Torcato Oliveira Costa
Touré Almamy
Umbelina Leal Mendes
Vera Marlene Coelho Magalhães
Vera Sofia Martins Costa
Vicente Salomé Ferreira Pacheco
Vítor César M. Sousa Rompante
Vítor Fernando Tavares Martins
Vítor José Ribeiro Salgado
Vítor Manuel Ferreira Costa
Vítor Manuel Ramos Abreu
Zulmira Fernanda M. F. Ribeiro
Zulmira Maria Fernandes Silva

J. NOTÍCIAS NOS JORNAIS

A imprensa apresenta-se como uma fonte de grande valor para quem faz investigação. As notícias podem ser apresentadas de formas diversas e a produção por parte do seu autor, muitas vezes não identificado, é subjectiva na intenção e no registo. Como fonte, é, portanto, muito rica, mas contém também muitas armadilhas motivadas pelo grau de parcialidade com que são elaboradas, de familiaridade do seu autor e com o contexto em que as notícias são elaboradas, daí a necessidade de aplicar a crítica histórica.

Ainda sobre a imprensa periódica, e não pretendendo questionar a importância que a de carácter nacional tem comparativamente à local, parece-nos no entanto oportuno esclarecer que a nossa investigação procurou recolher informações de periódicos locais, casos da "Semana Tirsense" e "Jornal de Santo Thyrso" e outros editados no distrito, mas com projecção nacional, como são os casos do "Jornal de Notícias" e "O Comércio do Porto". Com uma referência quantitativa um pouco mais modesta são ainda apresentadas informações recolhidas nos jornais "A Bola", "Gazeta dos Desportos", "Alavanca" e "Jornal de São Martinho".

A nível temático a investigação nos periódicos está orientada essencialmente em três áreas concretas: notícias gerais com interesse directo à indústria têxtil algodoeira, notícias relacionadas com a empresa "A Flor do Campo" e, finalmente, notícias relacionadas com o seu fundador, o Comendador Abílio Ferreira de Oliveira, alvo de diversas

homenagens de reconhecimento público às suas benfeitorias, mas também de questionável envolvimento em actos menos lícitos, como o caso da rede bombista de 1976.

A metodologia utilizada para fazer o levantamento destas fontes, cujo tempo contabilizado nas bibliotecas se perde ele próprio no tempo que vai passando, consistiu na elaboração de uma ficha hemerográfica simplificada e adequada ao estudo que estamos a fazer. Recorde-se que o tema do nosso trabalho não é uma análise da imprensa periódica em si, mas sim a sua utilização como fonte complementar a um estudo direccionado noutro sentido.

A ficha criada para levantamento das notícias da imprensa apresenta uma fase descritiva, em que um cabeçalho nos identifica o periódico e respectiva datação, seguindo-se alguns dados relativos ao assunto, secção, autor, título e página em que se encontra o artigo. Numa segunda fase temos a parte analítica, em que é registada por síntese pessoal ou por transcrição (esta muitas vezes utilizada atendendo à riqueza informativa e para vir a ser utilizada no corpo da tese) a razão de ser da notícia. Em casos pontuais surge ainda um ou outro elemento em "observações". Nas páginas seguintes podemos certificar alguns momentos desta pesquisa com base nos periódicos já referidos. Refira-se ainda que foram consultados o jornal "O Primeiro de Janeiro", as revistas "A Indústria Nacional", "A Indústria Portuguesa", "Monitor", "A Revista de Comércio & Indústria" e o mensário "Indústria Têxtil", não apresentados neste trabalho.

SEMANA TIRSENSE

PERIÓDICO: SEMANA TIRSENSE	ANO: 1935	MÊS: 1	DIA: 27	FICHA Nº 1

ASSUNTO : Horário de Trabalho	SECÇÃO: 1ª Página	PÁG. 1 e 3

AUTOR: ?	ARTIGO: A indústria da concelho

LEITURA:

Faz referência à desigualdade do horário de trabalho entre este e os concelhos vizinhos. Apela a uma uniformidade que se torna urgente.

"Não conhecemos bem a letra do decreto que regula o horário de trabalho, mas se para alguém é lícito o labor fora das 8 horas da lei e admissíveis turnos para desdobramento da actividade produtora, por que não há-de Santo Tirso gozar também essa regalia?

Desigualdades, diferença de tratamento entre os nossos industriais e os dos concelhos vizinhos, é que por princípio algum deve existir."

OBSERVAÇÕES: O Jornal começou a ser publicado em 1 de Janeiro de 1899.

O jornal suspendeu a sua actividade em 1975 e recomeçou a publicação em 1997, com o mesmo título, mas com outra equipa e projecto distintos.

158

PERIÓDICO: SEMANA TIRSENSE	ANO: 1945	MÊS: 4	DIA: 8	FICHA Nº 2

ASSUNTO : Racionamento na importação de algodão	SECÇÃO: Anúncios	PÁG. 3

AUTOR: Presidente da Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama	ARTIGO: Trata-se de um AVISO

LEITURA:

Depois de falar da escassez de algodão, motivado pela dificuldade de importação, o que obriga ao seu racionamento, diz:

"Atendendo porém a que as actuais circunstâncias permitem um certo afrouxamento das restrições consideradas até aqui indispensáveis e ainda ao custo relativamente muito elevado das instalações de teares mecânicos, são convidados todos os possuidores de teares mecânicos caseiros já devidamente instalados nesta data a darem do facto conhecimento por escrito à Comissão Reguladora (Delegação do Porto) no prazo de 10 dias a contar da data deste anúncio.

Da comunicação devem constar:

- Nome completo do proprietário da oficina;

- A localização precisa desta;

- O número de teares instalados e suas características."

OBSERVAÇÕES:

A Comissão irá conceder a título excepcional matéria-prima.

Faz referência ao despacho 23/11/43

PERIÓDICO: SEMANA TIRSENSE	ANO: 1948	MÊS: 8	DIA: 15	FICHA Nº 3

ASSUNTO : Inauguração de instalações	SECÇÃO: " Fábrica "	PÁG. 2

AUTOR: ?	ARTIGO: "A Flor do Campo"

LEITURA:

" Pelas 17 horas de ontem, foram inauguradas, com grande solenidade, as novas instalações duma moderna fiação, anexa à tecelagem da Fábrica de Tecidos "A Flor do Campo, Ldª", da qual é sócio-gerente o nosso amigo Sr. Abílio Ferreira de Oliveira, industrial cheio de actividade e que à sua indústria tem sabido dar impulso notável.

Após a inauguração foi servido um "lunch" a todo o pessoal da Fábrica e um "Copo d'água", fornecidos pelo conhecido e acreditado Hotel Cidnay, desta vila, às pessoas convidadas para aquela festa."

OBSERVAÇÕES:

Diz que o relato só poderá ser feito no próximo número.

160

PERIÓDICO: SEMANA TIRSENSE	ANO: 1948	MÊS: 8	DIA: 22	FICHA Nº 4

ASSUNTO : Inauguração de instalações	SECÇÃO: "Fábrica"	PÁG. 2

AUTOR: ?	ARTIGO: "A Flor do Campo"

LEITURA:

" A festa, que solenizou aquela inauguração, e à qual presidiu sua Exª Rev.ª o Sr. Bispo de Silva Porto, que pronunciou algumas palavras de admiração pelo sócio-gerente da Empresa Sr. Abílio Ferreira de Oliveira, tendo-o abraçado e manifestado o seu desejo de prosperidade, vendo-se ali, também sua Exª Rev.ª o Sr. D. Abade do Mosteiro de Singeverga, os Srs. Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal deste concelho, Comandante da Polícia de Guimarães, conhecidas e importantes figuras da indústria, diversas pessoas de distinção social, muitas senhoras, representantes da imprensa, etc., etc. "

- refere que o Bispo e o Pr. CMST enaltecem a actividade e as muitas obras levadas a cabo e a sua benemerência em prol de S. Martinho do Campo.
- o homenageado agradeceu as palavras proferidas pelos amigos e a presença de todos.
- o Sr Harrison (inglês), montador da Fiação, brindou e proferiu palavras traduzidas por um intérprete.
- A empresa ofereceu a este inglês, a sua esposa e filho um relógio de pulso em ouro, tendo sido os valiosos objectos colocados no pulso de cada uma das pessoas pelo Sr. Bispo de Silva Porto.

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: SEMANA TIRSENSE	ANO: 1951	MÊS: 7	DIA: 1	FICHA Nº 5

ASSUNTO : Visita de D. Policarpo a S. Martinho do Campo	SECÇÃO: 1ª Página	PÁG. 1

AUTOR: ?	ARTIGO: Grande recepção feita ao Sr. Bispo Auxiliar do Porto

LEITURA:

D. Policarpo foi em visita pontifical a S. Martinho do Campo. O autor do artigo diz que S. Martinho do Campo, sendo uma das freguesias mais belas e industriais do concelho, que tem 117.000 fusos (cerca de metade do total do país e que ocupa o 3º lugar de contribuinte industrial) em laboração, não podia deixar de receber com fidalguia

Da comissão organizadora fazia parte o Sr. Abílio Ferreira de Oliveira.

"Pelas raparigas da freguesia foi feita uma vistosa passadeira de flores, entre os lugares da Ponte e da Igreja, numa distância de 2 quilómetros, que mereceu elogiosas referências.

O ilustre Prelado, após a recepção, tomou o lugar no carro do Sr. Abílio Ferreira de Oliveira, por este conduzido, e acompanhado pelo seu secretário e por 4 criancinhas do lugar, dirigiu-se à Igreja seguido por muitos automóveis e por inúmera gente, onde após a sua chegada foi dado início às cerimónias e actos litúrgicos."

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: SEMANA TIRSENSE	ANO: 1955	MÊS: 1	DIA: 16	FICHA Nº 6

ASSUNTO : Comemoração do Aniversário	SECÇÃO: 1ª página	PÁG. 1 e 2

AUTOR: ?	ARTIGO: Grande festa em S. Martinho – Aniversário e baptizado

LEITURA:

No dia 12 – aniversário natalício do importante industrial Abílio Ferreira de Oliveira e baptizado de seu netinho, os filhos e genro (D. Maria Fernanda Ferreira de Oliveira, Eng.º Narciso Fernando de Oliveira e Adão Torcato Ribeiro) organizaram uma festa que teve a assistência de ilustres famílias de Santo Tirso, Porto e Guimarães.

O artigo diz que às 15 horas e trinta minutos já uma centena de automóveis ocupava o parque da residência e ruas próximas. O netinho recebeu o nome de Abílio José e os padrinhos foram os tios, Sra. Odete Ribeiro e Eng.º Sr. Narciso Fernando Ferreira de Oliveira.

"Após o acto, bem solene, foi descerrado na sacristia o retrato do Sr. Abílio Ferreira de Oliveira como prova de reconhecimento pelos muitos benefícios por ele prestados à Igreja, tendo sido o descerramento feito pela sua netinha, galante menina Maria da Conceição."

"No escritório de "A Flor do Campo", empresa fabril muito importante, foi feita igual cerimónia, sendo o nome do Sr. Abílio Ferreira de Oliveira muito elogiado e aclamado no momento em que foi também, pela sua netinha, o seu retrato descerrado."

"Neste acto, e em nome do operariado, falou o guarda-livros da empresa, Sr. Manuel Mendonça Pinto, agradecendo os benefícios que todos têm recebido do seu estimado patrão.

Foi distribuído um opúsculo, "A História de um Triunfo", em homenagem ao Sr. Ferreira de Oliveira, no seu 50º aniversário, fazendo-se larga referência à sua vida de trabalho e de benemerência, lendo o Sr. Dr. Américo Fernando Martins Pereira uma das partes principais do referido opúsculo."

- houve uma visita à fábrica; às 18 h houve um Porto de Honra no magnífico e luxuoso palacete, servido pela reputadíssima Casa Vilares, do Porto.

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: SEMANA TIRSENSE	ANO: 1956	MÊS: 1	DIA: 8	FICHA N.º 7

ASSUNTO : Estação Telégrafo-Postal e o Comendador	SECÇÃO: Sem indicação	PÁG. 3

AUTOR: J. C.	ARTIGO: Abílio Ferreira de Oliveira Estação Telégrafo-Postal – Progresso de S. Martinho do Campo – A Junta de Freguesia

LEITURA:

Começa-se por fazer uma comparação com o perfume que certas flores emanam de si para dizer que há pessoas que, pelos seus actos, merecem ser destacadas e enaltecidas. O jornal revela-se com uma profunda admiração pela obra que nasce em S.Martinho do Campo por via do esforço de certas pessoas.

" Uma Estação dos Correios posta para servir uma enorme zona de laboração fabril como S. Martinho, Vilarinho, etc., é, na verdade, uma solução para muitos e contingenciais problemas que a Caixa Postal só por si de nenhum modo poderia suprimir e afligia a indústria ali situada. Este problema desaparece, pois, e o facto, por extraordinário, merece ser comentado devidamente com as honras que cabem à Junta e o mérito que sobra para Abílio de Oliveira."

"É pena que....em cada freguesia não haja, como Abílio de Oliveira, um verdadeiro Pai Natal sempre atento aos desejos e às necessidades do seu povo." ...isto no início de um ano novo e com a comparação à data festiva.

"Para além do homem, uma coisa pode permanecer eternamente: a sua obra. Essa, nem o tempo, nem a mão injusta dos deturpadores a farão ruir nunca."

" Por isso, nós estamos sempre onde haja um sopro de bem, admiramos Abílio de Oliveira, louvamos todos os que ao contrário de arrecadar nos seus celeiros o pão dos outros, levam a todos os outros o pão dos seus celeiros."

" O dia 12 de Janeiro marcará prelúdio de um período de realizações que bem podem multiplicar-se pelos dias fora. Com o lançamento da primeira pedra para o edifício dos correios, a inauguração de um fontanário público e a ultimação dos trabalhos em curso, relativos à abertura e melhoramentos de algumas estradas e artérias..."

" É assim que esta pequena aldeia, de há anos atrás, se vai tornando grande, muito grande mesmo, para honra de si e dos seus habitantes."

"À população de S. Martinho cumpre-lhe ser grata, como nós estamos cumprindo a missão de ser justos, louvando neste dia que vão passar, de duplo significado, o homem e a sua obra. "

O autor do artigo diz que estas palavras são merecidas, sentidas e sem verniz, apenas retratam fielmente a verdade.

" S. Martinho do Campo é hoje uma grande terra – Abílio de Oliveira, uma das grandes figuras daquela freguesia. Estamos em S. Martinho, e como sempre nos sentimos presos daquele bater apressado das máquinas por detrás de edifícios grandiosos onde se adivinha um mundo oculto de vida laboriosa. Ouviu-se agora o som estridente de uma sirene a anunciar o fim de um dia de trabalho. Gente, muita gente feliz, depois de mais um dia ganho, vai a caminho de suas casas; e nós sentimos desejos de ir com ela na perspectiva do lar sossegado porque sempre ansiamos."

Em seguida escrevem-se algumas frases "inspiradas" sobre o futuro, o fumo que sai das fábricas, etc.

"Também ele é o respirar das caldeiras cansadas, do trabalho insano que paira em tudo e em todas as coisas de ali. S. Martinho é assim: nasceu do trabalho; Abílio de Oliveira fez-se do trabalho e o povo de S. Martinho vive do trabalho."

Na mesma página...

"Em S. Martinho do Campo, e no próximo dia 12 de Janeiro, vai ser lançada a primeira pedra do novo Edifício destinado às instalações e serviços dos C.T.T. "

"Ao Sr. Abílio Ferreira de Oliveira, industrial importante e de rasgada iniciativa, felicitamos pela passagem do seu aniversário natalício, que passa no dia 12 do corrente, desejando-lhe muitos anos de vida para continuar a sua obra bem notável."

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: SEMANA TIRSENSE	ANO: 1956	MÊS: 1	DIA: 15	FICHA N.º 8

ASSUNTO : Inaugurações e aniversário do Comendador	SECÇÃO: Primeira página	PÁG. 1

AUTOR: ?	ARTIGO: Abílio F. de Oliveira : O seu aniversário / estação dos C.T.T. / Fontanário

LEITURA:

No dia 12 de Janeiro comemorou-se a passagem de mais um aniversário do comendador, que comemorou com amigos. Foi também a data da inauguração do edifício dos C. T. T., um grande contributo para a freguesia, a que o próprio comendador estava ligado.

" De manhã, na Igreja da freguesia de S. Martinho do Campo, foi celebrada missa pelo Sr. D. Gabriel de Sousa, e findo o santo sacrifício foi descerrado, na sacristia, o retrato da saudosa esposa do Sr Ferreira de Oliveira, em cuja cerimónia Sua Paternidade o Sr. D. Gabriel de Sousa, pronunciou algumas palavras sentidas.

O descerramento do retrato foi feito pela netinha do industrial Sr. Abílio de Oliveira.

De tarde houve a cerimónia do lançamento da primeira pedra para a construção do edifício dos correios, à qual compareceram os Srs. Dr. Lima Carneiro, presidente da Câmara; D. Abade de Singeverga; Francisco Patrocínio Pinheiro e Pereira Novo, representando os C. T. T. e muitas outras pessoas representativas."

Refere-se que a Junta de Freguesia deu toda a sua colaboração para levar a bom termo estes melhoramentos. Na altura a mesma era composta pelos Srs. Manuel de Sousa Oliveira, Júlio Maria Martins da Costa e Abílio Gomes de Moura.

Banda de música e fogo animaram a festa, tendo sido a Confeitaria Vilares, do Porto, a realizar o Copo d'Água.

"De entre as muitas pessoas que brindaram, enaltecendo a acção do homenageado, destacamos os Srs. D. Abade do Mosteiro de Singeverga e Dr. António Quintela, Juiz do Tribunal de Polícia, do Porto, cujas palavras, tão simples e tão sentidas, prenderam a encantaram toda a assistência; Francisco Patrocínio Pinheiro, chefe da Circunscrição da Exploração dos C. T. T. do Douro Litoral (...); Barão de Rio Ave; Dr. Augusto Ferreira; Dr. Adriano Fernandes de Azevedo e por último o homenageado, que agradeceu a comparência de todos."

"Os Voluntários Tirsenses fizeram-se representar nas cerimónias por um piquete, comandado pelo chefe Meireles."

OBSERVAÇÕES

PERIÓDICO: SEMANA TIRSENSE	ANO: 1957	MÊS: 10	DIA: 6	FICHA N.º 9

ASSUNTO : Inauguração da estação dos CTT	SECÇÃO: 1ª Página	PÁG. 1

AUTOR: ?	ARTIGO: Inauguração da Estação dos CTT

LEITURA:

"No domingo último, pelas 11 horas, e com a assistência dos Srs. Governador Civil do Porto, Presidente e vice-presidente da Câmara, Dom Abade do Mosteiro de Singeverga, Bispo de Silva Porto, Dr. Joice Moniz, representante do Sr. Correio Mór, presidente e vogais da Junta de Freguesia de S. Martinho do Campo e outras individualidades, teve lugar naquela progressiva freguesia, deste concelho, a inauguração do novo edifício para os CTT."

Em seguida fala dos diversos oradores, entre os quais o próprio Comendador.

" A bela casa, onde as dependências oficiais são magníficas e as acomodações dos funcionários admiráveis, foi construída a expensas do industrial daquela freguesia, pessoa empreendedora e liberal, Sr. Abílio Ferreira de Oliveira, que dotou aquela região com um edifício modelar."

"S. Martinho do Campo, terra importante e graciosa, bem merece estas obras de comodidade e engrandecimento local."

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: SEMANA TIRSENSE	ANO: 1958	MÊS: 10	DIA: 26	FICHA Nº 10

ASSUNTO : Magusto na fábrica	SECÇÃO: Sociedade	PÁG. 2

AUTOR: ?	ARTIGO: Rancho Recreativo

LEITURA:

"No passado domingo, realizou-se em S. Martinho do Campo, no terraço da Fábrica de Fiação e Tecidos "A Flor do Campo", um grande magusto, com a colaboração dos Ranchos: Recreativo de S. Martinho e Regional das Aves, tendo este por fim comemorar o êxito da festa "Fim de Verão", anteriormente realizada.

Tanto o Sr. Abílio Ferreira de Oliveira, como sua filha Sr.ª D. Maria Fernanda Oliveira Torcato Ribeiro, deram à festa todo o seu auxílio, estimulando a animação com que ela decorreu."

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: SEMANA TIRSENSE	ANO: 1959	MÊS: 4	DIA: 19	FICHA Nº 11

ASSUNTO : Anúncio das Bodas de Prata	SECÇÃO: 1ª Página	PÁG. 1

AUTOR: ?	ARTIGO: Bodas de Prata de "A Flor do Campo"

LEITURA:

Anuncia-se para o próximo Sábado, dia 25, as Bodas de Prata da fábrica. O jornal é convidado pelos filhos do Sr. Abílio Ferreira de Oliveira.

Está anunciada uma missa na Igreja paroquial da freguesia com acompanhamento do Grupo Coral de Singeverga, sendo rezada uma outra missa por alma de D. Maria da Conceição Ribeiro de Oliveira, que foi sua esposa.

"Seguem-se outras cerimónias, homenagem ao fundador, "Copo d'água" e exibição de vários ranchos folclóricos, etc., etc. "

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: SEMANA TIRSENSE	ANO: 1959	MÊS: 4	DIA: 26	FICHA Nº12

ASSUNTO : Bodas de Prata da Fábrica	SECÇÃO: 1º Página	PÁG. 1 e 3

AUTOR: ?	ARTIGO: Bodas de Prata de "A Flor do Campo"

LEITURA:

" Como anunciamos, teve ontem lugar a grande festa em comemoração das Bodas de Prata da Fábrica de Fiação e Tecidos "A Flor do Campo, Ldª", de S. Martinho do Campo, da qual é sócio-gerente o Sr. Abílio Ferreira de Oliveira, tendo sido convidados de honra os Srs. Ministro das Corporações, Subsecretário de Estado da Indústria, Governador Civil do Porto e Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso."

" Missas, colocação e benção da primeira pedra para o Salão Paroquial, oferta do Sr. Ferreira de Oliveira e seus filhos, em memória de sua saudosa esposa e mãe, tiveram depois realização.

Seguiu-se, pelas 13 horas, a homenagem do pessoal ao fundador da fábrica e a sua saudosa esposa, havendo descerramento dos seus bustos em bronze.

Após estas cerimónias, foram oferecidos prémios aos empregados e operários com mais de 20 anos de serviço, sendo um relógio para os homens e um cordão e medalha de ouro com Nª S.ª da Conceição às mulheres, em memória da saudosa esposa do Sr. Abílio de Oliveira, acompanhados de um diploma comemorativo."

....o Copo d'Água oferecido a 800 convidados esteve a cargo da Confeitaria Vilares, do Porto

" Muitos brindes, felicitando o Sr. Ferreira de Oliveira e sua família."

" A magnífica Orquestra do Porto dirigida por Rezende Dias animou, com a sua música agradável, o pomposo repasto.

Na mesma ocasião, mas noutra dependência, foi oferecido um abundante almoço a todos os operários, em número superior a seiscentos.

À tarde, grande parte dos convidados assistiu à exibição dos Ranchos Folclóricos - < Recreativo de S. Martinho do Campo > e de "A.G.& C.ª L. de Rebordões> - e a outras diversões que deram grande animação à festa.

Alguns artistas da Emissora Nacional foram contratados para tomar parte no programa das comemorações.

À noite e para gáudio do pessoal, houve iluminações e fogo de artifício."

170

PERIÓDICO: SEMANA TIRSENSE	ANO: 1960	MÊS: 8	DIA: 28	FICHA Nº 13

ASSUNTO : Inauguração do Salão Paroquial	SECÇÃO: Sociedade	PÁG. 1

AUTOR: ?	ARTIGO: Salão paroquial

LEITURA:

"O grande Salão Paroquial da importante e progressiva freguesia de S. Martinho do Campo, construído a expensas do industrial Sr. Comendador Abílio Ferreira de Oliveira, vai ser hoje inaugurado festivamente, tendo-se constituído, para esse fim, uma comissão das pessoas mais representativas da freguesia, com o seu Pároco à frente, cuja festa é patrocinada pela Junta de Freguesia.

Antes de ser dado início, porém, ao acto inaugural, terá lugar a festa de família do Baptizado e Primeira comunhão dos netinhos do Sr. Comendador Abílio Ferreira de Oliveira."

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: SEMANA TIRSENSE	ANO: 1960	MÊS: 9	DIA: 4	FICHA N.º 14

ASSUNTO : Festividades relacionadas com o Comendador	SECÇÃO: 1ª Página (em destaque)	PÁG. 1 e 3

AUTOR: ?	ARTIGO: Cerimónias religiosas, festas populares, almoço volante

LEITURA:

"No domingo último, a freguesia de S. Martinho do Campo viveu um dia festivo e grandioso.

Pela manhã, na Igreja Paroquial, tiveram lugar, conforme noticiamos já, a Comunhão e o Baptizado de dois filhinhos da Sr.ª D. Maria Fernanda Ferreira de Oliveira e de seu marido e nosso simpático amigo Sr. Adão Torcato Ribeiro de Almeida, interessantes crianças netinhas do Sr. Comendador Abílio Ferreira de Oliveira. Presidiu às cerimónias o Sr. D. Gabriel de Sousa."

" No cemitério local foi descerrada uma lápide prestando homenagem de saudade à esposa do Sr. Comendador Ferreira de Oliveira, D. Maria da Conceição Ribeiro de Oliveira, falecida em 4 de Março de 1952.

Depois das cerimónias referidas, e por volta das 13h30, foi inaugurado o edifício para o Salão Paroquial, magnífico imóvel, construído a expensas do Sr. Comendador Abílio Ferreira de Oliveira e no qual o prestante cidadão gastou cerca de mil contos.

No acto inaugural, foi descerrada também uma lápide, numa dependência do edifício, à memória da saudosa esposa do Sr. Comendador Abílio Ferreira de Oliveira, grande benemérito daquela freguesia.

O grande edifício foi dotado com um bom salão para cinema e reuniões da Junta, com a instalação duma óptima e moderna máquina cinematográfica.

Sobre a face do palco, e em letras bem visíveis, lê-se:

- <<Muito façais na Santa Cristandade>>. "

Na página 3....

"....o homenageado, Sr. Comendador Ferreira de Oliveira – agraciado com as Ordens de Mérito Industrial e da Benemerência;"

"Usaram da palavra, em primeiro lugar, o Sr. Júlio Maria Martins da Costa, presidente da Junta de Freguesia; Dr. Délio Santarém, presidente da Câmara, com a sua palavra fluente e sentimental; Dr. António Cruz; Dr. Elísio Pimenta, ilustre Chefe do Distrito, Pároco da Freguesia e por último o homenageado Sr. Comendador Ferreira de Oliveira, que agradeceu a comparência de tantos amigos àquela festa."

* actuaram a Charanga e Banda de Música dos Voluntários de Riba d'Ave, Bombeiros de Santo Tirso e Tirsenses e o Rancho Folclórico da Alegria, bem como a Banda Marcial da Foz do Douro que animou a festa.

" Cerca das 15 horas e nos belos jardins da habitação da família Ferreira de Oliveira, foi servido, a cerca de 300 convidados, um magnífico almoço volante, fornecido pela antiga Confeitaria Cunha, Ldª do Porto.

Nesse momento, foi o Sr. Comendador muito cumprimentado pelas pessoas presentes, que lhe mostraram a sua simpatia e admiração pelos seus repetidos gestos de filantropia e benemerência."

" Sua Exª Rev.ª o Sr. Bispo do Porto dignou-se, na parte da tarde, vir pessoalmente agradecer ao Sr. Comendador Ferreira de Oliveira o benefício com que acaba de engrandecer a Paróquia de S. Martinho do Campo. Sua Exª Rev.ª , que foi carinhosamente recebido na casa particular do Sr. Oliveira, visitou depois as modelares instalações têxteis de "A Flor do Campo, Ldª" e ainda a piscina, que nesse dia foi inaugurada."

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: SEMANA TIRSENSE	ANO: 1961	MÊS: 9	DIA: 5	FICHA Nº 15

ASSUNTO : Fundação da Associação Recreativa de São Martinho	SECÇÃO: 1ª Página	PÁG. 1

AUTOR: ?	ARTIGO: Associação Recreativa de São Martinho

LEITURA:

Destacando-se a iniciativa de pessoas grandes à freguesia e realçando o importante industrial e grande benemérito Comendador Abílio Ferreira de Oliveira, o artigo diz que vai ser fundada a "Associação de São Martinho", tendo já sido remetidos os Estatutos ao Governo Civil, para aprovação.

"Esta louvável iniciativa vem de encontro aos anseios de grande número de campenses que há muito ambicionam uma casa de recreio onde, depois da tarefa diária e por vezes árdua de trabalho, possam usufruir, com suas famílias, de umas horas de ócio com os mais variados entretinimentos."

A Associação ficará instalada num amplo e modelar edifício mandado expressamente construir pelo Comendador no lugar da Escorregadoura.

" O gesto deste benemérito vem mais uma vez demonstrar as suas nobres qualidades de filantropia e, sobretudo, de bairrismo, engrandecendo de modo notável a terra a que se orgulha de pertencer."

OBSERVAÇÕES:

Em 10/9/61, um artigo diz que os estatutos foram aprovados. Diz igualmente que nos dias 16 e 17 haverá festejos comemorativos.

PERIÓDICO: SEMANA TIRSENSE	ANO: 1961	MÊS: 9	DIA: 24	FICHA Nº16

ASSUNTO : Festas da Associação Recreativa	SECÇÃO: A Voz das Freguesias	PÁG. 3

AUTOR: ?	ARTIGO: Festas da Associação Recreativa de S. Martinho do Campo

LEITURA:

O artigo refere as festas da Associação Recreativa de São Martinho, levadas a cabo nos dias 16 e 17 de Setembro, tendo as mesmas ultrapassado todas as expectativas. Estiveram presentes altas individualidades, entre as quais o Governador Civil do Distrito e o Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, **"os quais foram aguardados pelo grande benemérito Sr. Comendador Abílio Ferreira de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia , e membros da comissão administrativa da Associação Recreativa de S. Martinho do Campo .".**

Um cortejo foi organizado desde a Ponte de Negrelos até à Igreja Paroquial, onde foi celebrada missa por Dom Gabriel de Sousa, Abade do Mosteiro de Singeverga, tendo igualmente participado na cerimónia o Reverendo Alberto Lameira Matos, pároco da freguesia. **"Findas estas cerimónias e após o Chefe do Distrito ter feito uma breve visita ao Salão Paroquial, o qual ainda há pouco tempo foi mandado construir pelo Sr. Comendador Abílio Ferreira de Oliveira, em memória de sua saudosa Esposa, de novo se organizou o cortejo em direcção da nova sede da Associação Recreativa de São Martinho, cujo grandioso edifício, de igual modo, foi mandado expressamente construir pelo mesmo benemérito. "** O Chefe do Distrito procedeu ao corte simbólico da fita de inauguração da nova sede, realçando-se nas instalações a parte da Biblioteca e da Secretaria.

A sessão solene foi presidida pelo Governador Civil, estando igualmente na mesa o Dr. Adélio de Castro Cardoso Santarém, presidente da Câmara Municipal; Bento de Amorim, membro da Comissão distrital da U.N.; Dr. Urgel Horta; Dr. António Cruz, Presidente da Comissão Concelhia da U.N.; Júlio Maria Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia, o Sr. Comendador Abílio Ferreira de Oliveira; o Coronel Santos Júnior, comandante da P.S.P. do Porto; Dr. António Brochado, subdelegado do I.N.T. no Porto; o Reverendo Carlos Alberto Lameira Matos, pároco da freguesia; Fernando Pinheiro da Rocha, Presidente da comissão administrativa da Associação Recreativa de São Martinho e em cadeirão especial sentou-se o Senhor Abade de Singeverga..

"Aberta a sessão, usaram da palavra o Presidente da Junta de Freguesia (...) e por último o Chefe do Distrito, todos tendo palavras de incentivo para o Sr. Comendador Abílio Ferreira de Oliveira, pelo muito que tem feito pela freguesia."

Seguiu-se a actuação de bandas e grupos folclóricos.

OBSERVAÇÕES:

JORNAL DE NOTÍCIAS

PERIÓDICO: JORNAL DE NOTÍCIAS	ANO: 1976	MÊS: 8	DIA: 9	FICHA N.º 17

ASSUNTO : Rede bombista	SECÇÃO: GRANDE PORTO	PÁG. 1ª e 3ª

AUTOR: ?	ARTIGO: Golpe de sensação no caso da rede de bombistas

LEITURA:

" Senhor de uma fortuna cuja origem não se conhece, Joaquim Ferreira Torres era um fascista notório que se promovia sobre a capa da benemerência."

"Abílio de Oliveira, industrial na zona de Santo Tirso, encontra-se igualmente preso. Todo o seu historial aponta para a antítese perfeita do progressista político."

OBSERVAÇÕES:

Desde este dia há referências quase diárias sobre os Bombistas.
Mota Freitas, 1º Comandante da PSP do Porto também envolvido neste caso foi suspenso das suas funções.

178

PERIÓDICO: JORNAL DE NOTÍCIAS	ANO: 1976	MÊS: 8	DIA: 27	FICHA N.º 18

ASSUNTO : REDE BOMBISTA	SECÇÃO: NACIONAL	PÁG. 1ª e 3ª

AUTOR: ?	ARTIGO: Durou quatro horas a acareação Ramiro Moreira – Abílio de Oliveira

LEITURA:

" A atentado bombista à residência de um técnico Têxtil, em S. Martinho do Campo, e do qual resultou a morte de uma senhora, rendeu 30 contos aos seus subscritores."

" No entanto, e durante a acareação do autor, Ramiro Moreira, segundo nos revelou o Dr. Abranches Ferrão, disse que o comendador Abílio de Oliveira "nunca lhe deu nada". E contaria o advogado: "Ora se não lhe deu nada, a que propósito o comendador o mandaria deitar bombas?"

Refere depois que nada do que aconteceu fazia sentido, até porque a bomba caiu na casa de um empregado seu e de quem o comendador era amigo.

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: JORNAL DE NOTÍCIAS	ANO: 1976	MÊS: 8	DIA: 31	FICHA N.º 19

ASSUNTO : REDE BOMBISTA	SECÇÃO: Nacional	PÁG. 3ª

AUTOR: ?	ARTIGO: O recomeço das acareações está marcado para hoje

LEITURA:

Faz referência às declarações de sexta-feira passada proferidas pelo advogado do comendador.

"O Sr. António Teixeira refuta as afirmações daquele advogado quando este diz que <<a bomba caiu na casa de um empregado dele e de que o comendador era amigo >>. Fazendo uso das palavras do referido António Teixeira, este diz **<<Não sou empregado de Abílio de Oliveira desde 1954, tendo trabalhado numa das suas fábricas "A Flor do Campo " , cerca de cinco anos e meio>>.**

Quanto à amizade refere o facto dele ser amigo de alguns elementos da Comissão de Trabalhadores, o que não seria bem visto.

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: JORNAL DE NOTÍCIAS	ANO: 1976	MÊS: 9	DIA: 15	FICHA N.º 20

ASSUNTO : O caso dos Bombistas	SECÇÃO: Nacional	PÁG. 3ª

AUTOR: ?	ARTIGO: Os investigadores prosseguem no Norte e no Sul do País

LEITURA:

"Entretanto, cerca de 900 trabalhadores da Sociedade Têxtil « A Flor do Campo, SARL » enviaram telegramas ao presidente da República, primeiro-ministro, presidente do Supremo Tribunal de Justiça, e ao Conselho de Revolução, solicitando « o esclarecimento definitivo da posição do nosso presidente do Conselho de Administração (Abílio Ferreira de Oliveira, um dos arguidos detidos em Caxias) perante o processo em curso, com a máxima urgência possível."

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: JORNAL DE NOTÍCIAS	ANO: 1976	MÊS: 9	DIA: 26	FICHA N.º 21

ASSUNTO : O caso da rede bombista	SECÇÃO: Nacional	PÁG. 2ª

AUTOR: ?	ARTIGO: Abílio de Oliveira e Décio Sotomaior já foram postos em liberdade

LEITURA:

" O Comendador Abílio de Oliveira, industrial de Santo Tirso, preso no dia 8 de Agosto passado, à ordem do juiz instrutor da PJM Dr. Pereira Cabral, por presumível implicação no caso da rede de bombistas, foi ontem, às 12 horas, posto em liberdade pelo também juiz de instrução da PJM Dr. Dario Rainho que, a partir de 1 de Setembro, substitui, por motivos de férias, aquele magistrado."

"Segundo nos informou o advogado de Abílio de Oliveira, Dr. Abranches Ferrão, o seu cliente foi libertado por <<haverem baixado de qualidade e de quantidade>> os indícios que tinham levado à sua prisão. No entanto, e ainda segundo o Dr. Abranches Ferrão, o comendador Abílio de Oliveira continuará ligado ao processo, portanto com o compromisso de se apresentar perante o juiz de instrução, sempre que este o julgar conveniente.

Abílio de Oliveira, que ontem permaneceu em Lisboa, viajou hoje para o Norte, parando em, Fátima antes de chegar por volta das 16 horas , a Santo Tirso, onde lhe estará a ser preparada uma recepção junto do Tribunal."

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: JORNAL DE NOTÍCIAS	ANO: 1976	MÊS: 9	DIA: 27	FICHA N.º 22

ASSUNTO : Recepção ao Comendador, depois de ser libertado	SECÇÃO: Nacional	PÁG. 3ª

AUTOR: ?	ARTIGO: EM SANTO TIRSO * Abílio Ferreira de Oliveira foi recebido festivamente

LEITURA:

"Ao fim da tarde de ontem, chegou a Santo Tirso, de regresso a sua casa, o comendador Abílio Ferreira de Oliveira que, tendo sido preso, como largamente noticiamos, por suspeita de implicação nos atentados bombistas, veio agora a ser posto em liberdade do Forte de Caxias. Chegou e teve calorosa recepção, num perfeito ambiente de gesta.

Milhares de pessoas acorreram às imediações do Palácio da Justiça e manifestaram-se entusiasticamente, querendo demonstrar a sua gratidão a um benemérito que, embora acusado de crimes da maior gravidade, nunca desmereceu no conceito de todos, pois, afirmou-se << nunca se acreditou que tais actos fossem praticados por quem tanto fez pelo povo >>."

Soaram foguetes e estandartes foram erguidos por representações de diversas instituições culturais e recreativas.

" Abílio Ferreira de Oliveira, por entre calorosos aplausos, proferiu algumas palavras de agradecimento, mal ouvidos por falta de amplificação sonora, declarando que << repudiava tais actos bombistas e foi e é alvo de perseguições inexplicáveis >> ."

O comendador foi acompanhado por uma grande multidão e seguiu depois para a sua residência, esperando-o idêntica manifestação.

OBSERVAÇÕES:

Nos dias seguintes o jornal informa que não estão previstas mais libertações uma vez que o juiz entende que se justifica estarem presos os restantes arguidos.

O COMÉRCIO DO PORTO

PERIÓDICO: O COMÉRCIO DO PORTO	ANO: 1976	MÊS: 8	DIA: 26	FICHA N.º 23

ASSUNTO : Actividade bombista no Norte	SECÇÃO: ASSUNTOS NACIONAIS	PÁG. 1ª e 8ª

AUTOR: ?	ARTIGO: O Desmantelamento da Bolsa Terrorista

LEITURA:

O artigo faz referência às prisões que se efectuaram desde o dia 6 de Agosto. De referir que no dia 8 foi preso Joaquim Ferreira Torres, industrial e presidente da Câmara de Murça até ao 25 de Abril. Júlio Regadas, agente da Subdirectoria do Porto da polícia Judiciária e o comendador Abílio de Oliveira , industrial de Santo Tirso.

Para esta dia estão marcadas as primeiras acareações.

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: O COMÉRCIO DO PORTO	ANO: 1976	MÊS: 8	DIA: 27	FICHA N.º 24

ASSUNTO : Actividade bombista no Norte	SECÇÃO: ASSUNTOS NACIONAIS	PÁG. 1ª e 8ª

AUTOR: ?	ARTIGO: O Desmantelamento da Bolsa Terrorista

LEITURA:

Diz que um vespertino da capital afirmou ontem que **" o inspector Regadas, da polícia Judiciária teria passado na fronteira armas no valor de um milhão de pesetas, as quais teriam sido pagas pelo industrial Abílio de Oliveira, também preso em Caxias. "**

O jornal diz que esta versão é totalmente impossível de confirmar.

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: O COMÉRCIO DO PORTO	ANO: 1976	MÊS: 8	DIA: 28	FICHA N.º 25

ASSUNTO : Actividade bombista no Norte	SECÇÃO: ASSUNTOS NACIONAIS	PÁG. 1ª e 8ª

AUTOR: ?	ARTIGO: O desmantelamento da Bolsa Terrorista

LEITURA:

" Sobre tudo isto, no entanto, o Ramiro Moreira teria admitido na acareação nunca ter recebido dinheiro do Comendador Abílio de Oliveira."

"...Ramiro afirma que viajou de Tui a Vigo no carro do industrial, mas nega ter alguma vez recebido dele qualquer importância."

OBSERVAÇÕES:

1. O Dr. Abranches Ferrão é o defensor do comendador.
2. Ramiro Moreira era considerado um bombista "frio e calmo".
3. Em causa está também a bomba que vitimou a mulher do técnico de fiação Sr. António Teixeira, militante do MDP/CDE em S. Martinho do Campo. Ele e o filho ficaram gravemente queimados.

JORNAL
DE
SANTO THYRSO

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1937	MÊS: 4	DIA: 12	FICHA N.º 26

ASSUNTO : Visita Presidencial	SECÇÃO: Primeira página	PÁG. 1ª

AUTOR: ?	ARTIGO: O Senhor General Carmona em Santo Tirso

LEITURA:

Faz referência em 1 de Abril de 1937 à visita do Presidente da República a Santo Tirso (General Carmona), acompanhado pelo Dr. António Faria Carneiro Pacheco, ministro da Educação Nacional

Faz referência a uma célebre frase de Salazar dizendo: **"Salazar disse: Nada contra a Nação...Só pela Nação é a notabilíssima actuação do Sr. Doutor Carneiro Pacheco"**

OBSERVAÇÕES: O jornal de Santo Thyrso tinha como director José Cardoso Santarém e foi fundado por José Bento Corrêa em 4 de Maio de 1882.
Tem como referência no jornal o facto de ser o mais antigo e de maior tiragem do concelho.
O papel utilizado neste número é de melhor qualidade do que os anteriores e posteriores.

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1937	MÊS: 4	DIA: 29	FICHA N.º 27

ASSUNTO : Condicionamento industrial	SECÇÃO: Primeira página	PÁG. 1ª

AUTOR: ?	ARTIGO: As novas bases do condicionamento industrial

LEITURA:

Faz citações da legislação sobre esta matéria e depois diz:

" Como em tudo é preciso haver fiscalização, é ao Estado que esta compete, no caso, quer por meio dos seus serviços próprios, quer por meio dos organismos corporativos dessas indústrias, de organismos de coordenação económica.

Não estamos em face do estabelecimento dum regime definitivo como a própria proposta de lei o diz – mas, de transformação urgente do condicionamento industrial de 1931, necessário para caminharmos para a frente na organização corporativa e na defesa da economia nacional, pela sua unidade e disciplina."

"É o caso desta proposta de lei – uma das notáveis reformas do Estado Novo."

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1937	MÊS: 11	DIA: 11	FICHA N.º 28

ASSUNTO : Escritura	SECÇÃO: ?	PÁG. 1ª

AUTOR: ?	ARTIGO: A Flôr do Campo, L.dª

LEITURA:

"Por escritura desta data, lavrada nas notas do Notário desta Comarca, Dr. Ponce de Leão, foi o artigo 4º daquela sociedade substituído pelo seguinte: art.º 4º

O capital social, inicialmente de 110 000$00, foi elevado a duzentos contos, 200 000$00, achando-se todo realizado em dinheiro, sendo 199 000$00 a cóta do sócio snr. Abílio Ferreira d'Oliveira e de 100$00 a do sócio snr. Narciso Pereira.

Porto, 1 de Novembro de 1937.

O ajudante do Notário, Dr. Ponce de Leão

Manoel Lopes Vinagre."

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1938	MÊS: 2	DIA: 11	FICHA N.º 29

ASSUNTO : Ensino e indústria	SECÇÃO: 1ª Página	PÁG. 1ª

AUTOR: ?	ARTIGO: O Ensino Industrial

LEITURA:

"As escolas industriais e comerciais são, de facto, 'universidades do povo', como vi em algumas. Elas devem, portanto, merecer todo o interesse e carinho do Estado e de nós , pois que sem a difusão de cultura técnica e profissional não pode haver, de modo algum, progresso industrial e agrícola, as quais são inter-dependentes um do outro."

" Temos de acompanhar o ritmo da indústria estrangeira naqueles ramos que for possível, acelerando-o a fim de criarmos a riqueza suficiente para as necessidades de todos, mas a preços acessíveis, sem monopólio de contas."

Faz ainda referência a uma reforma do nosso ensino técnico que esperam corresponder ao desejo de todos e ao progresso da indústria.

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1947	MÊS: 2	DIA: 7	FICHA N.º30

ASSUNTO : Um ministro natural de Santo Tirso	SECÇÃO: 1ª Página	PÁG. 1ª

AUTOR: ?	ARTIGO: Doutor Fernando Pires de Lima * Novo ministro da Educação

LEITURA:

"Está mais uma vez de parabéns o concelho de Santo Tirso.

Um nosso conterrâneo acaba de ser elevado à dignidade ministerial. Referimo-nos ao Sr. Doutor Fernando Andrade Pires de Lima, novo ilustre amigo e patrício, cujo alto valor intelectual o impõe de há muito à consideração do País."

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1948	MÊS: 1	DIA:16	FICHA N.º 31

ASSUNTO : Aniversário do Comendador	SECÇÃO: ?	PÁG. 2ª

AUTOR: ?	ARTIGO: ABÍLIO DE OLIVEIRA

LEITURA:

Faz referência à passagem do aniversário do "benquisto cidadão", realçando as mais altas qualidades de trabalho e benemerência do comendador Abílio Ferreira de Oliveira.

A descrição não é tão pormenorizada como acontece no outro jornal de Santo Tirso (o Semana Tirsense), mas continua a fazer um paralelismo entre a "obra" feita pelo comendador e a comemoração do seu aniversário natalício.

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1949	MÊS: 1	DIA: 14	FICHA N.º 32

ASSUNTO : Donativos do Comendador	SECÇÃO: ?	PÁG. 2ª

AUTOR: ?	ARTIGO: Benemerência

LEITURA:

"Assim, por intermédio do sr. Presidente da Câmara, ofereceu os seguintes donativos: Esc. 200$00 para a Associação Católica de Protecção aos Pobres; Esc. 200$00 para a Obra das Noelistas, e Esc. 200$00 para algumas gratificações por ele indicadas.

A generosidade do sr. Abílio Ferreira de Oliveira tem sido de há muito um exemplo digno da nossa admiração e do nosso louvor."

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1951	MÊS: 1	DIA: 19	FICHA N.º 33

ASSUNTO : Inauguração da nova vivenda do Comendador	SECÇÃO: ?	PÁG. 1ª

AUTOR: ?	ARTIGO: Inauguração da nova vivenda do sr. Abílio Ferreira de Oliveira.

LEITURA:

Faz referência à inauguração da nova vivenda do sr. Abílio Ferreira de Oliveira, que aproveitou o seu aniversário natalício para fazer esta cerimónia.

O Palacete fica **"sito à Ponte de Negrelos, da freguesia de S. Martinho do Campo."**

Na altura do Porto de Honra aproveitou-se para **"tecerem rasgados e merecidos elogios ao sr. Abílio Ferreira de Oliveira, cujas qualidades de trabalho e de coração estão bem patentes, quer na sua obra, quer nos valiosos donativos que constantemente distribui por casas de caridade, templos, colectividades, etc."**

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1952	MÊS: 3	DIA: 7	FICHA N.º 34

ASSUNTO : Falecimento da esposa do Comendador	SECÇÃO: ?	PÁG. 2ª

AUTOR: ?	ARTIGO: Falecimento

LEITURA:

Faz referência ao falecimento da esposa do industrial Abílio Ferreira de Oliveira, cujo funeral se realizou no dia anterior revelando bem o quanto foi sentido o seu passamento, pelo grande número de pessoas que a acompanharam à última morada.

O artigo termina com o jornal a transmitir o seu sentido pesar pela morte anunciada.

OBSERVAÇÕES:

200

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1954	MÊS: 12	DIA: 24	FICHA N.º 35

ASSUNTO : Donativos do Comendador	SECÇÃO: 1ª Página	PÁG. 1ª

AUTOR: ?	ARTIGO: Benemerência

LEITURA:

" O sr. Abílio Ferreira de Oliveira, importante industrial de S. Martinho do Campo, fez distribuir por diversas casas e obras de caridade de Santo Tirso, para consoar, os seguintes donativos: União Noelista, 300$00; Comissão Municipal de Assistência, 500$00; Associação Católica de Protecção aos Pobres 200$00; e para melhorar a ceia das pessoas da cadeia Comarca, 200$00.

Bem haja. "

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1955	MÊS: 1	DIA: 14	FICHA N.º 36

ASSUNTO : Aniversário do Comendador e baptizado de seu neto	SECÇÃO: 1ª Página	PÁG. 1ª e 2ª

AUTOR: M.E.S.	ARTIGO: Benemerência

LEITURA:

Baptizado do neto do comendador, celebrado na igreja paroquial pelo D. Abade de Singeverga e que coincidiu como o 50ª aniversário de Abílio Oliveira.

Depois de descrever a cerimónia faz referência à chegada à fábrica, onde falou o Sr. Manuel Mendonça, em nome dos operários.

" Em seguida, foram visitadas todas as secções da Fábrica, que tem recebido constantes melhoramentos, tanto em maquinaria, como em novas edificações. Numa delas foi servido abundante merenda aos operários, que não esconderam o seu contentamento pelo dia de folga e de festa."

"As alunas das escolas dos adultos, que funcionam numa dependência da mesma empresa fabril, também se quiseram associar às homenagens prestadas ao seu excelente patrão, oferecendo-lhe lindas prendas, por entre sorrisos e lágrimas comovedoras. O sr. Abílio Ferreira de Oliveira a todos agradeceu, com gesto paternal, como, antes, o havia feito, por ocasião do descerramento do retrato no seu escritório."

OBSERVAÇÕES:

202

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1956	MÊS: 1	DIA: 6	FICHA N.º 37

ASSUNTO :	SECÇÃO: ?	PÁG. 2ª

AUTOR: J.C.	ARTIGO: Abílio Ferreira de Oliveira e o progresso de S. Martinho do Campo - A Junta de Freguesia

LEITURA:

" Hoje, como há um ano, sentimos bem nítidas algumas das palavras de um discurso que o homenageado fez: ´Toda a gente sabe que a minha única vaidade é o trabalho.´

Nada poderia ter dito de mais poético e de mais real. Tal como o Sol enche a terra de vida, o trabalho enche a vida de Sol. E Abílio de Oliveira encheu de sol a vida de tantas centenas de operários que outrora buscavam, numa luta ingrata o sustento necessário que a sorte caprichava em lhes não dar.

O novo edifício dos Correios que em S. Martinho do Campo vai ser construído, mercê da sua acção e da iniciativa da actual Junta, é mais uma das suas dádivas valiosas à terra onde vive. Que a freguesia, por imperdoável passividade, não esqueça o homem e o benemérito, deixando de perpetuar numa lápide de caracteres bem grandes o seu nome, como apreço e reconhecimento de todos."

"O facto da Junta de Freguesia escolher o dia 12 para lançar a primeira pedra do edifício que vai ser construído, é um pormenor bem digno de nota.

Abílio de Oliveira fez nesse dia 51 anos e é natural que a Junta queira começar por expressar-lhe assim o seu profundo agradecimento."

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1957	MÊS: 10	DIA: 4	FICHA N.º 38

ASSUNTO : Inauguração do novo edifício dos CTT	SECÇÃO: ?	PÁG. 2ª

AUTOR: ?	ARTIGO: Inauguração do novo edifício dos CTT de S. Martinho do Campo

LEITURA:

" A donairosa e progressiva freguesia de S. Martinho do Campo esteve, no domingo, mais uma vez em festa, com a inauguração da sua nova casa dos Correios, que é um edifício moderno e elegante, para cuja edificação muito contribuiu, além da direcção dos C.T.T. e da Junta de Freguesia, o benemérito e importante industrial sr. Abílio Ferreira de Oliveira."

Descreve vários aspectos da cerimónia (idêntico ao jornal Semana Tirsense).

Refere ainda: **"A bonita estação dos C.T.T. de S. Martinho do Campo fica a ser chefiada pela zelosa funcionária srª D. Julieta Dias Pereira."**

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1958	MÊS: 10	DIA: 17	FICHA N.º 39

ASSUNTO : Actividade recreativa do Rancho	SECÇÃO: ?	PÁG. 2ª

AUTOR: ?	ARTIGO: Rancho Recreativo de S. Martinho do Campo. Festas "Fim de Verão"

LEITURA:

Depois de referências diversas à festa o autor do artigo diz:

"E foi num ambiente de vibrante entusiasmo que as festas terminaram, já noite cerrada, visto que numa vibrante alocução, antes feita, o Exmº Sr. Abílio Ferreira de Oliveira, Presidente da Assembleia Geral do Rancho Recreativo e grande benemérito do mesmo, anunciou que ía mandar construir uma sede condigna para o novel e prometedor agrupamento."

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1959	MÊS: 5	DIA: 1	FICHA N.º 40

ASSUNTO : Bodas de Prata da fábrica	SECÇÃO: 1ª Página	PÁG. 1ª e 2ª

AUTOR: ?	ARTIGO: As bodas de prata da Fábrica de Fiação e Tecelagem "A Flor do Campo", do grande industrial sr. Abílio Ferreira de Oliveira

LEITURA:

" Abílio de Oliveira marca hoje, de forma evidente, com a obra formidável que a sua acção e a sua iniciativa levaram a cabo, em lugar firme e preponderantemente entre os que à indústria têxtil têm prodigalizado carinho precioso, à força duma vontade e energia inabaláveis.

Abílio Ferreira de Oliveira, não nasceu para repousar, mas sim para traçar constantemente percursos, capazes de elevar, sempre e sempre, a obra por ele iniciada."

A seguir fez referência às prendas dadas a quem trabalhava na empresa há mais de 20 anos na empresa.
O copo de água foi servido a mais de 800 convidados.
Actuou a orquestra de Rezende Dias.
Deu-se relevo à vida da esposa do industrial, já falecida.
Estiveram presentes dignidades locais e do distrito do Porto e Braga.

OBSERVAÇÕES:

206

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1960	MÊS: 8	DIA: 26	FICHA N.º 41

ASSUNTO : Inauguração do Salão Paroquial	SECÇÃO: 1ª Página	PÁG. 1ª e 2ª

AUTOR: ?	ARTIGO: S. Martinho do Campo vai inaugurar solenemente o seu novo Salão Paroquial e prestou justa homenagem a um insigne benfeitor

LEITURA:

" O grandioso e modelar edifício, que foi mandado construir pelo importante industrial e grande benemérito sr. Comendador Abílio Ferreira de Oliveira, e o qual ficará a perpetuar a memória de sua chorada e saudosa esposa D. Maria da Conceição Ribeiro Ferreira de Oliveira, constitui um dos maiores melhoramentos que esta freguesia vê realizada nos últimos tempos. Na verdade, tão grandiosa obra, levada a efeito somente a expensas dum grande benemérito, não podia deixar de ter o relevo que a todos os títulos se justifica."

" A seguir, terão início as cerimónias da inauguração do Salão Paroquial, no decorrer das quais será prestada homenagem ao sr. Comendador Abílio Ferreira de Oliveira e lhe serão entregues as insígnias da Ordem de Benemerência, com que recentemente foi agraciado pelo Governo da Nação."

OBSERVAÇÕES:

1. A cerimónia será relatada no próximo domingo.
2. O jornal sai às Sextas-feiras.

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1960	MÊS: 9	DIA: 2	FICHA N.º 42

ASSUNTO : Inauguração do Salão Paroquial	SECÇÃO: 1ª Página	PÁG. 1ª e 2ª

AUTOR: ?	ARTIGO: S. Martinho do Campo inaugurou, no passado domingo, o seu novo Salão Paroquial e prestou justa e significativa homenagem a um grande benfeitor

LEITURA:

" S. Martinho do Campo, ridente e progressiva freguesia do nosso concelho, viveu, no passado domingo, horas de indubitável contentamento, pela inauguração do seu novo Salão Paroquial, empreendimento que se fica a dever à filantropia do grande benemérito, sr. Comendador Abílio Ferreira de Oliveira."

Faz a seguir uma descrição do engalanar das ruas, dos convidados para a festa, etc.

" No final, teve lugar a inauguração do Salão Paroquial, cujas chaves o sr. Comendador Oliveira entregou ao Chefe do Distrito que por sua vez as deu ao Revº Pároco da freguesia, que é, por dever próprio, presidente da Comissão Fabriqueira, a que os destinos do novo salão paroquial ficaram confiados."

" A terminar esta série de discursos, proferiu algumas palavras o Chefe do Distrito (...), afirmando: que o galardão conferido pelo Governo da Nação é o melhor prémio com que se pode pagar a quem, tão dignamente e sem vaidade, pratica o bem. Seguidamente, o Sr. Dr. Elísio Pimenta colocou no peito do homenageado as insígnias de cavaleiro da ordem de Benemerência, as quais – e muito bem – foram custeadas pela Junta de Freguesia. Este acto foi sublinhado com calorosos aplausos."

" De tarde e à noite, no Salão Paroquial, foram gratuitamente exibidas sessões de cinema, tendo a da noite sido sublinhada por uma estrondosa sessão de fogo de artifício."

OBSERVAÇÕES:

O artigo teve direito a fotografia do Comendador e da esposa.

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1960	MÊS: 9	DIA: 9	FICHA N.º 43

ASSUNTO : Festival Luso-espanhol	SECÇÃO: 1ª Página	PÁG. 1ª

AUTOR: ?	ARTIGO: Em S. Martinho do Campo * Festival Luso-Espanhol

LEITURA:

" No próximo dia 18 do corrente, realiza-se em S. Martinho do Campo importante festival folclórico, que será integrado na Festa de Inauguração do novo edifício e sede do C.R.P. nº 121 da F.N.A.T.

Para solenizar este acto, o Grupo Folclórico Alegria daquele C.R.P. leva a efeito, no referido dia, o 1º Grande Festival Luso-Espanhol, com a participação dos mais conceituados Grupos Folclóricos do Norte de Portugal e, ainda, de dois afamados Grupos de Espanha."

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1976	MÊS: 10	DIA: 1	FICHA N.º 44

ASSUNTO : Libertação do Comendador	SECÇÃO: 1ª Página	PÁG. 1ª e 2ª

AUTOR: João Miranda	ARTIGO: Comendador Abílio de Oliveira

LEITURA:

Fala da libertação do comendador e da sua chegada a Santo Tirso onde o aguardavam "umas quatro mil pessoas", avolumadas frente ao tribunal que o aclamavam como um herói.

" ...falaria do cimo das escadas do Palácio da Justiça: "Não venho do exílio; venho da prisão de Caxias por onde passou muito boa agente desde o 25 de Abril; não fui preso por ser gatuno, assassino, bombista ou comunista; não mereço esta manifestação. Sou um trabalhador; comecei a trabalhar aos 12 anos e fiz quatro empresas; vivo para os meus operários; não frequento cafés e levanto-me às 8 da manhã; não sou capitalista, sou um trabalhador; meus queridos operários cá estou para trabalhar; estou emocionado e custa-me a falar; meus queridos operários muito e muito obrigado."

Para o jornalista isto foi o princípio do fim desta situação e diz **" A justiça ainda não lhe foi feita pois as calúnias dos caciques em Santo Tirso e em S. Martinho do Campo, como o delegado sindical e membro da Direcção da secção têxtil de Santo Tirso, Domingos Pereira e Ribeiro, um conhecido boémio antes do 25 de Abril e agitador..."**

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: Jornal da Santo Thyrso	**ANO:** 1978	**MÊS:** 5	**DIA:** 26	**FICHA N.º** 45

ASSUNTO : Importância de S. Martinho do Campo na área da indústria têxtil nacional.	**SECÇÃO:** 1ª Página	**PÁG.** 1ª

AUTOR: Jorge Costa	**ARTIGO:** S. Martinho do Campo

LEITURA:

"São mais de 5000 os que nesta terra trabalham, sobretudo na indústria têxtil. É gente de S. Martinho e de fora de S. Martinho, gente do concelho e fora dele, gente de bem longe, do Porto, Braga, Guimarães, Santo Tirso, que aqui diariamente acorre para com o seu esforço e o seu saber fazer jus ao seu pão quotidiano. E são mais de 5000!

Das maiores exportadoras de têxteis portuguesas 5 são empresas com fábricas em S. Martinho do Campo, que são ao mesmo tempo 5 das maiores empresas exportadoras nacionais."

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1979	MÊS: 1	DIA: 19	FICHA N.º 46

ASSUNTO : Homenagem ao Comendador	SECÇÃO: 1ª Página	PÁG. 1ª

AUTOR: Alfredo Gomes	ARTIGO: O Comendador Abílio Ferreira de Oliveira - homenageado em Vila Verde

LEITURA:

" O pioneiro da indústria têxtil, comendador Abílio Ferreira de Oliveira, foi apoteoticamente homenageado no passado dia 12, na freguesia de Cervães do concelho de Vila Verde, a pretexto da passagem dos eu 74º aniversário natalício que coincidiria com a inauguração da Cerâmica de Cerver, Lda., grandioso complexo fabril que se levanta naquela freguesia. Mais que motivo de festa entendeu o povo que engalanou as ruas e se associou em força à homenagem que simbolizava a gratidão prestada ao Homem que em boa hora se decidiu a ceder àquela terra tão desprotegida de postos de trabalho um pouco da sua empreendedora iniciativa, para ali transformar o barro em pão que alimenta já muitas famílias que dele careciam."

Outras informações sobre a referida empresa:

- Tecnologia de origem espanhola e portuguesa
- Um rendimento de 300 toneladas por dia
- Trata-se de uma fábrica de tijolos
- O espaço laboral é de 7000m2
- O forno tem 114 metros de comprimento

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1981	MÊS: 5	DIA: 29	FICHA N.º 47

ASSUNTO : Incêndio na fábrica	SECÇÃO: 1ª Página	PÁG. 1ª

AUTOR: ?	ARTIGO: Grande incêndio em "A Flor do Campo"

LEITURA:

" Violento incêndio deflagrou, na noite de Sábado passado, nas instalações da fábrica têxtil 'A Flor do Campo', em S. Martinho do Campo, uma das mais importantes e maiores unidades industriais do nosso concelho."

"Os mais de mil trabalhadores que 'A Flor do Campo' emprega não estão em causa."

O artigo reafirma a importância desta unidade fabril e refere que apesar de tudo e de todos os prejuízos sofridos são uma perda para o povo da terra."

OBSERVAÇÕES:

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1984	MÊS: 4	DIA: 27	FICHA N.º 48

ASSUNTO : Aniversário da empresa (50 anos)	SECÇÃO: 1ª Página	PÁG. 1ª

AUTOR: ?	ARTIGO: Os 50 anos de "A FLOR DO CAMPO"

LEITURA:

Depois de fazer uma introdução sobre o passado de "A Flor do Campo", o artigo continua lançando a ponte para o presente...

" Hoje a Flor do Campo continua a sua carreira brilhante tendo à sua frente a Exma Srª D. Fernanda Ferreira de Oliveira que, de todas as melhores qualidades, tem tornado ainda maior a fábrica que seu saudoso pai fundou.

A Câmara Municipal de Santo Tirso, tendo em consideração os altos serviços que tem prestado ao concelho e ao país, condecorou, por deliberação de 12 de Abril do ano corrente, a Sociedade Têxtil "A Flôr do Campo", SARL, com a Medalha de Honra, de Ouro, do concelho."

OBSERVAÇÕES:

214

PERIÓDICO: Jornal de Santo Thyrso	ANO: 1984	MÊS: 5	DIA: 4	FICHA N.º 49

ASSUNTO : Comemoração dos 50 anos da fábrica	SECÇÃO: 1ª Página	PÁG. 1ª e 6ª

AUTOR: Alfredo Gomes	ARTIGO: Na intimidade dos trabalhadores foi comemorado o CINQUENTENÁRIO de "A Flor do Campo"

LEITURA:

" A freguesia de S. Martinho do Campo esteve em festa para comemorar o cinquentenário de "A Flor do Campo", uma das maiores e florescentes empresas do ramo têxtil no concelho de Santo Tirso e que distribui o pão por mais de 1400 famílias, incentivando o progresso em toda aquela vasta região que depressa trocou o arado pelo matraquear de portentosas máquinas industriais."

Diz que a ela (a fábrica-mãe) se fica a dever todo um gigantesco progresso, onde a passos largos vai avançando a iniciativa privada.

"Seguiu-se uma romagem ao cemitério, onde foi descerrado um busto com lápide em bronze no jazigo do fundador da empresa, acto bastante comovente, tendo falado o trabalhador Carlos Monteiro, enquanto que o Centro Columbófilo Campense procedia a uma solta de largas centenas de pombos."

"Junto à piscina, o presidente da Câmara de Santo Tirso e o presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho do Campo procederam à inauguração da Rua "A Flor do Campo", em homenagem ao seu fundador, vincada nas palavras de circunstância proferidas pelo chefe da edilidade tirsense."

"Completou a festa que durou até ao fim do dia um maravilhoso acto de variedades, onde actuaram António Sala, Carlos Paião, Cardinal, as 'Doce' e a encerrar o Grupo Folclórico de S. Martinho do Campo."

OBSERVAÇÕES: As entidades presentes foram: o Presidente da Junta de Freguesia (Sr. Benjamim Martins Rodrigues), o presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso (Dr. Ferreira Couto), o Abade Resignatário de Singeverga (D. Gabriel de Sousa), o pároco (D. Lourenço da Silva). Esteve presente o Presidente do Conselho de Administração da Empresa, o Governador Civil e o Secretário de Estado do Emprego.

ALAVANCA

PERIÓDICO: Alavanca	ANO: 1975	MÊS: 12	DIA:17/23	FICHA N.º 50

ASSUNTO : A crise que se fazia sentir na indústria têxtil	SECÇÃO: Páginas centrais	PÁG. 8 e 9

AUTOR: ?	ARTIGO: Crise na indústria têxtil

LEITURA:

" A situação da indústria têxtil põe-se em termos de crise, que já levou 50 000 trabalhadores ao desemprego, num sector que emprega 300 000 operários divididos pelo têxtil laneiro, algodoeiro e vestuário. Não obstante a gravidade da situação, não vemos da parte do Governo tomadas de posição consequentes. "

" O sector têxtil depende em 70% do estrangeiro, no capítulo da importação de matérias-primas, sendo certo que a mesma dependência se mantém na colocação dos produtos manufacturados, tanto do têxtil algodoeiro (65% do total de produção)..."

.....seguem-se queixas sobre a não governação do Governo, que se diz socialista, mas que não se mostra interessado em resolver os problemas dos trabalhadores deste sector.

OBSERVAÇÕES:
...Jornal ALAVANCA, semanário da Intersindical, sendo director Avelino Gonçalves
... (foram vistos os jornais de 1974, 1975 e 1976)
...este jornal é o nº 42
...o preço é 5$00
...o Director interno é Jaime Marques Machado

GAZETA DOS DESPORTOS

PERIÓDICO: Gazeta dos Desportos	ANO: 1983	MÊS: 6	DIA: 10	FICHA N.º 51

ASSUNTO : Associação Recreativa de S. Martinho	SECÇÃO: Especial	PÁG. 24 e 25

AUTOR: Paulo Montes	ARTIGO: S. Martinho do Campo: "os campeões do...esquecimento"

LEITURA:

O pretexto deste artigo prende-se com a subida à II Divisão nacional (futebol) da Associação Recreativa de São Martinho. O então muito jovem (26 anos) presidente do clube e hoje presidente da Junta de Freguesia, eleito em Dezembro de 2001 esclarece quanto ao número de sócios que **"Inscritos, cerca de 1400. Porém, só 900 é que pagam as cotas. No entanto, são bastantes os pedidos de inscrição para sócio e calculo que chegaremos aos 2500, dentro em breve".**

Mais adiante, depois de referir que Adelino Moreira é o mais novo presidente de que o jornal tem memória, prossegue a entrevista a este que diz **"Felizmente, além de muitas outras pessoas, não queria esquecer as prestimosas colaborações do sr. Dr. Abílio Jorge, do sr. Eng.º Narciso Oliveira (ambos filhos do comendador Abílio Oliveira), do sr. Machado Almeida e da d.ª Raquel."** , todos ligados à indústria têxtil local.

OBSERVAÇÕES:

Fotos de Paulo Santos

222

PERIÓDICO: Gazeta dos Desportos	ANO: 1983	MÊS: 6	DIA: 22	FICHA N.º 52

ASSUNTO : Homenagem aos atletas	SECÇÃO:	PÁG. 4

AUTOR: Vasco Castro	ARTIGO: São Martinho do Campo homenageou os eus campeões

LEITURA:

Diz Adelino Moreira **" A subida do São Martinho ao escalão número dois do futebol português, é a maior e melhor homenagem que se pode prestar, ainda que (infelizmente) a título póstumo, aquele que deu corpo e alma a este clube. Quero referir-me, muito concretamente, ao Comendador Abílio de Oliveira, seu fundador e sócio n.º 1, que nunca se cansava de nos afirmar que a sua maior alegria seria a de ver o São Martinho na II Divisão Nacional".**

O jornalista refere que **" Mais tarde, aquando do jantar tivemos oportunidade de sobejo para constatarmos quanto continua a ser estimada a obra do Comendador Abílio de Oliveira, ao ponto de ouvirmos que continua vivo entre nós".**

OBSERVAÇÕES:

Foto de João Oliveira

A BOLA

PERIÓDICO: A Bola	ANO: 1983	MÊS: 9	DIA: 17	FICHA N.º 53

ASSUNTO : A Associação Recreativa de São Martinho do Campo	SECÇÃO: Futebol	PÁG. 4

AUTOR: Álvaro Braga	ARTIGO: S. Martinho, o mais jovem da II Divisão

LEITURA:

O jornalista diz " **Clube jovem, sempre em ascensão, a Associação Recreativa de S. Martinho está localizada no coração da freguesia tirsense de S. Martinho do Campo, a pequena distância de Santo Tirso a cujo Município pertence, de Moreira de Cónegos, de Lordelo e de Vizela, numa região altamente industrializada. S. Martinho do Campo tem cerca de dois mil habitantes, não mais, e nas suas fábricas e oficinas trabalham, hoje, à roda de dez mil pessoas**".

Seguem-se outras entrevistas voltadas mais para o facto da notícia....a subida do S. Martinho à II Divisão. Recorde-se inclusive um dos títulos **"Freguesia de dois mil habitantes e dez mil postos de trabalho tem um clube que subiu sempre, sempre, nunca tendo descido"**.

A referência ao comendador faz-se pela ligação ao clube e pelo seu desejo de o ver na II Divisão, o que acontecia nesta altura.

OBSERVAÇÕES:

Fotos de Timóteo

JORNAL
DE
SÃO MARTINHO

PERIÓDICO: Jornal de São Martinho	ANO: 1982	MÊS: 5	DIA: 25	FICHA N.º 54

ASSUNTO : O falecimento do Comendador Abílio de Oliveira	SECÇÃO: 1ª Página	PÁG. 1

AUTOR: D. Gabriel de Sousa	ARTIGO: Um Homem de São Martinho

LEITURA:

O Abade Resignatário de Singeverga escreve este artigo para o Jornal de São Martinho no mês seguinte ao falecimento do Comendador Abílio Ferreira de Oliveira. Podemos referir algumas das passagens mais significativas deste artigo:

"E se "as árvores morem de pé", mas morrem, "a oliveira não morre2, dizem os botânicos, perante exemplares de 4000anos e mais. OLIVEIRA não morre".

" ...fugindo à banalidade de dizer que morreu quem continua vivo por tantos títulos, somos a apontar com vigor para o Homem – o Homem que se afirmou pela pujança da sua personalidade plurifacetada: ABÌLIO FERREIRA DE OLIVEIRA. Foi humilde e grande. Alçado ao pódium da vida, nunca esqueceu os degraus por onde subiu"

" O grande empresário gostava de lembrar o trabalhador modesto que já fora; o capitalista não esqueceu o proletário humilde de outros tempos; e o homem dos depósitos bancários avultados acordava na memória o homem dos magros tostões atados na ponta do tabaqueiro. Era ouvi-lo, depois de um dia passado a auscultar o resfôlego das grandes fábricas, contar as vigílias com a primeira esposa, a ensacar a cal da Figueira ou os figos secos de Trás-os-Montes".

"Há quem, para subir, faça dos outros escabelo. Ele não. Subiu pelo próprio pé".

OBSERVAÇÕES:

Este jornal quinzenário recomeçou a sua publicação depois de um interregno. É o n.º 6 do II ano de publicação.

PERIÓDICO: Jornal de São Martinho	ANO: 1982	MÊS: 5	DIA: 25	FICHA N.º 55

ASSUNTO : O falecimento do Comendador Abílio de Oliveira	SECÇÃO: 1ª Página	PÁG. 1

AUTOR: Aurélio Fernando	ARTIGO: Meu caro "Comendador – vivo"

LEITURA:

O autor deste artigo, amigo pessoal do Comendador Abílio Ferreira de Oliveira, tratando-o por "tu" e interrogando-se por que o faz, uma vez que o comendador chegou a andar com ele ao colo e pela sua posição e também pelo momento, a tendência seria tratá-lo de forma mais cerimoniosa.

Das suas palavras destaca-se:

"Ficaste ali em S. Martinho, perto de ti. Perto de ti, porque tu és de S. Martinho do campo. Tu és o seu ar fresco e progressivo, a sua graça e a sua vida extraordinária. Tu és o pobre e o trabalhador que lá moram e afinal...o mais pobre de todos... Até os conhecias pelo nome, comias dos seus alforges, davas-lhe da tua alma e do teu bolso o que tinhas...e o que não tinhas!

E tudo porque soubeste e aprendeste nos teus ossos e na tua carne o que é ser pobre. Sobretudo na alma! Rico por fora, pobre por dentro...o teu cristianismo..." .

OBSERVAÇÕES:

K. FOTOGRAFIAS

Apresentamos em seguida um conjunto de fotografias que fazem parte do álbum de recordações da empresa, alertando-se no entanto para o facto das mesmas possuírem qualidade diversa, sendo as mais antigas fruto de segundas reproduções.

As fotografias foram recolhidas durante o trabalho de pesquisa e englobam três áreas distintas:

1. as fotografias do fundador da fábrica "A Flor do Campo" e de seus familiares;
2. fotografias dos anos cinquenta, por altura das Bodas de Prata",
3. fotografias dos anos oitenta, por altura das Bodas de Ouro.

Observações:

1. As fotografias estão legendadas para melhor compreensão das mesmas;
2. Enquanto as fotografias mais antigas escasseiam, as fotografias das Bodas de Ouro são um pequena amostra das que tivemos acesso.
3. A concluir este item encontra-se uma cópia do convite para as comemorações das "Bodas de Ouro".

CONJUNTO DE FOTOGRAFIAS N.º 1

Foto n.º 1 – Comendador Abílio Ferreira de Oliveira.

Foto n.º 2 – D. Maria da Conceição Ribeiro de Oliveira, esposa de Abílio Ferreira de Oliveira.

Foto n.º 3 – Narciso Fernando Ferreira de Oliveira, filho de Abílio Ferreira de Oliveira e que estudou em Manchester.

Foto n.º 4 – D. Maria Fernanda Ferreira Oliveira T. Ribeiro, filha de Abílio Ferreira de Oliveira, actual proprietária da empresa " A Flor do Campo, Ld.ª".

Foto n.º 5 – Fotografia do pessoal de "A Flor do Campo" em 1936, vendo-se ao centro, em primeiro plano, Abílio Ferreira de Oliveira.

CONJUNTO DE FOTOGRAFIAS N.º 2

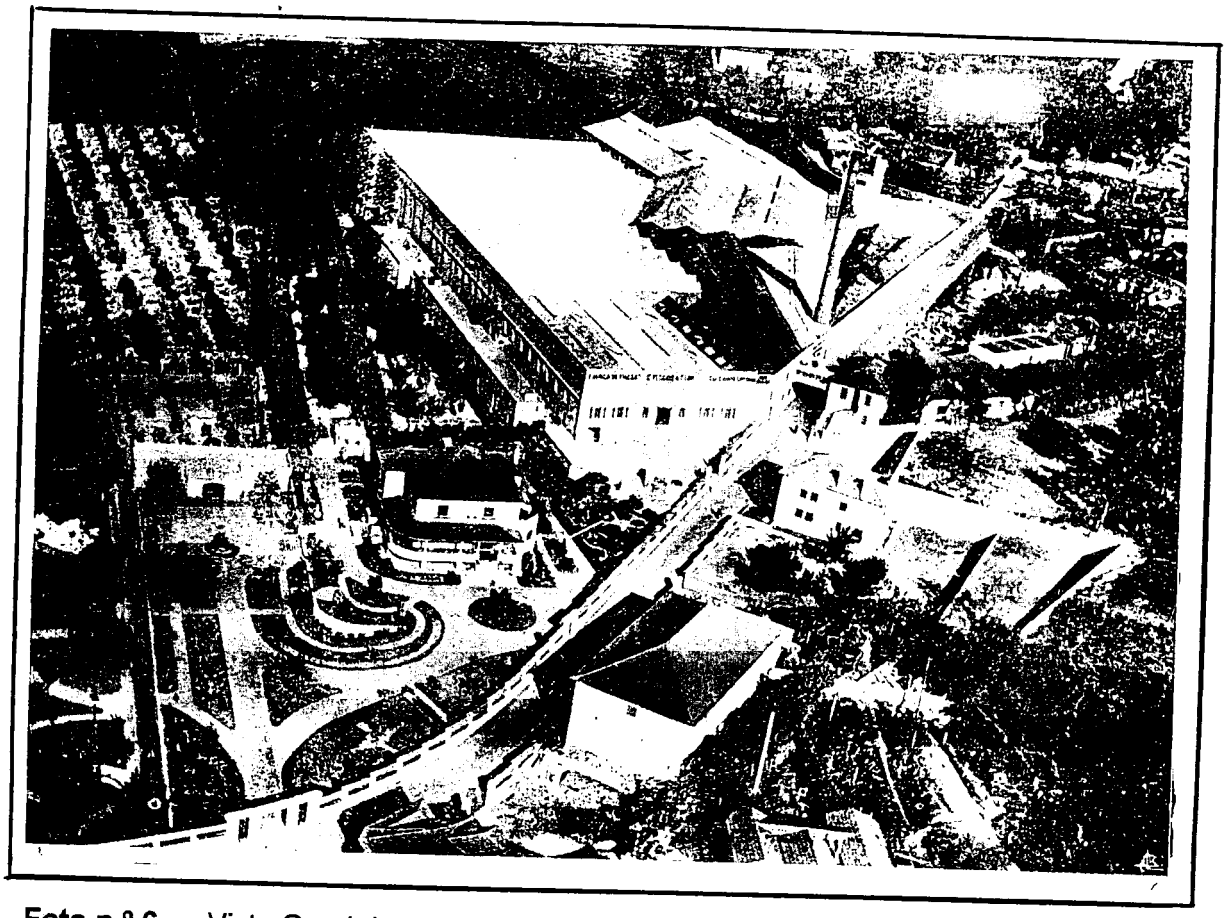


Foto n.º 6 – Vista Geral de "A Flor do Campo, Ld.ª".

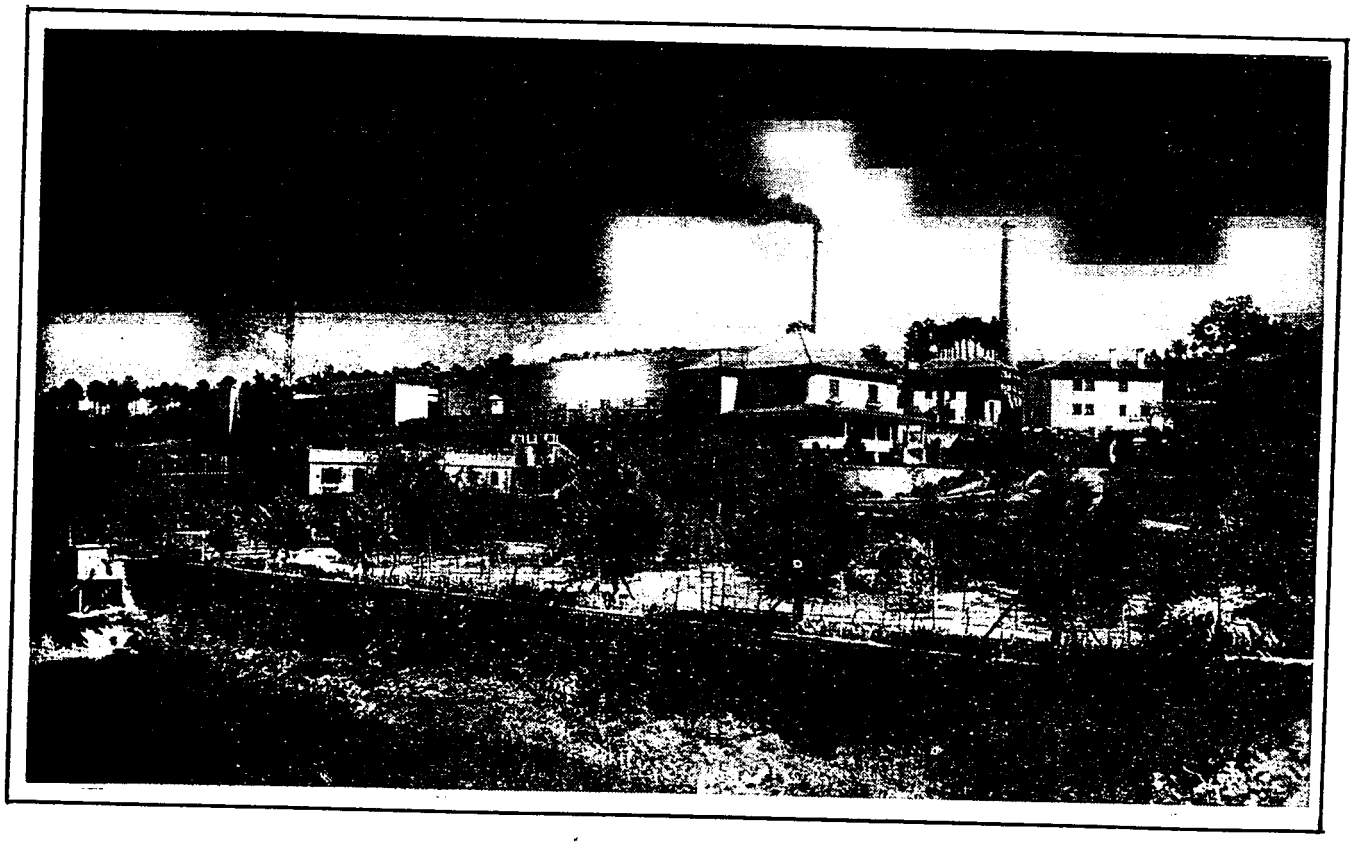


Foto n.º 7 – Imagem exterior da fábrica, revelando parte da sua grandeza.

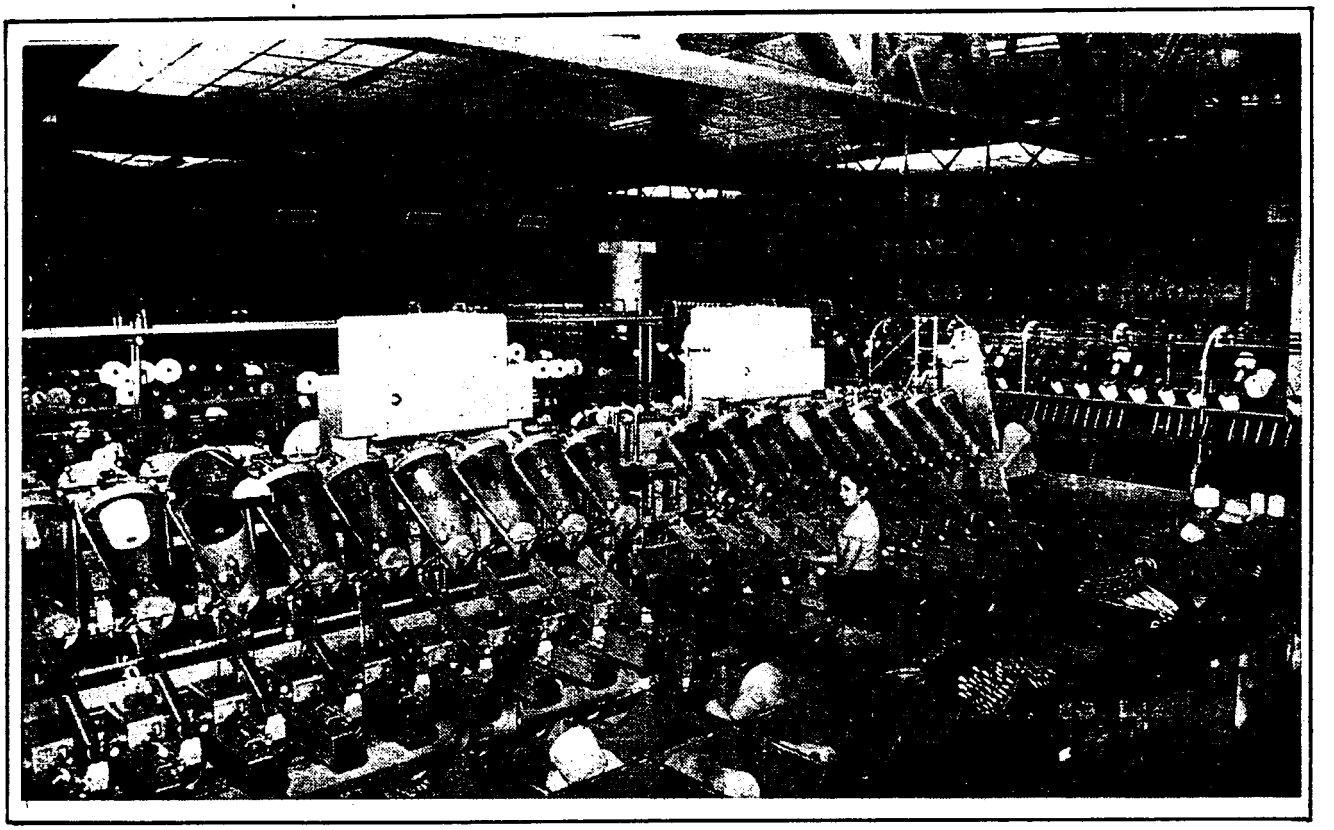


Foto n.º 8 – Secção de preparação (caneleiras).

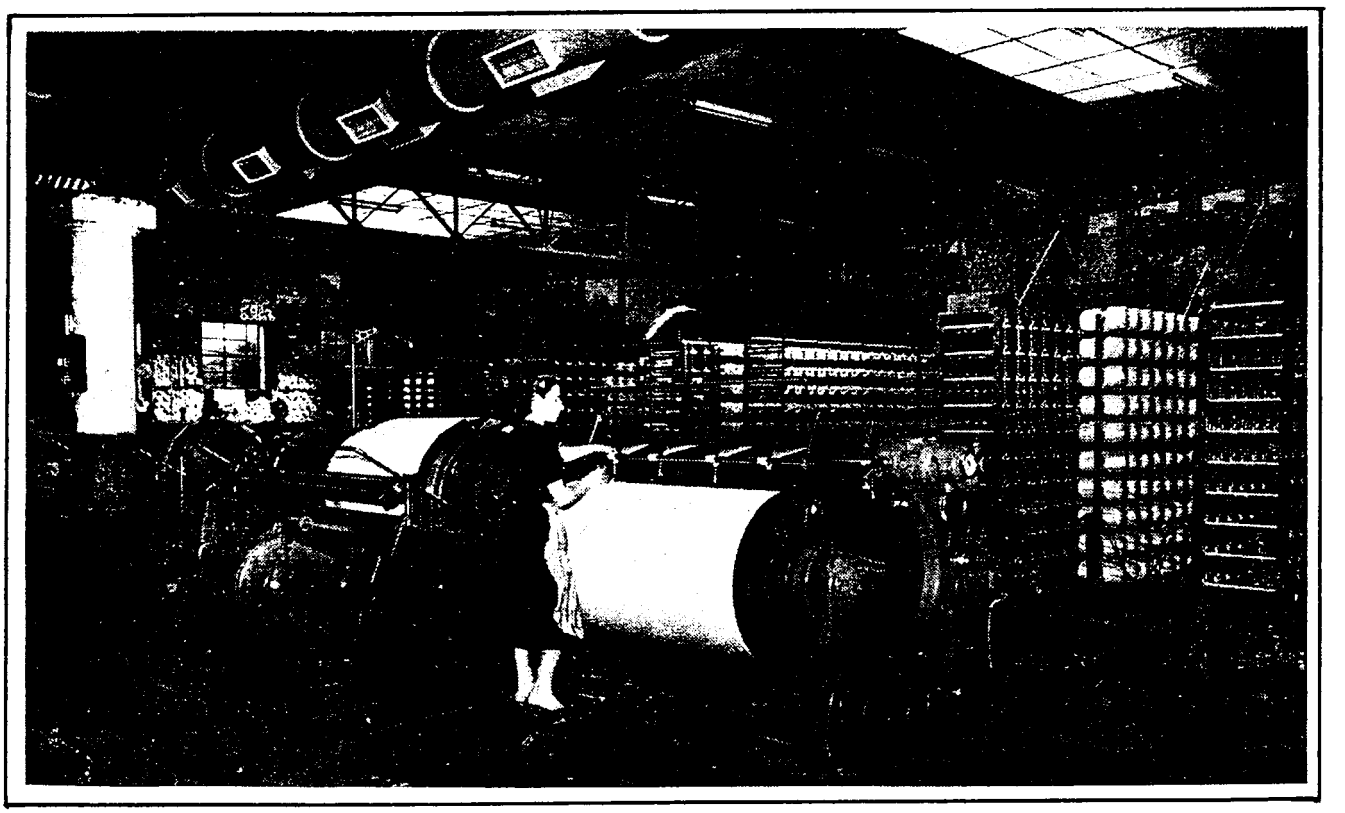


Foto n.º 9 – Secção de preparação (urdideiras).

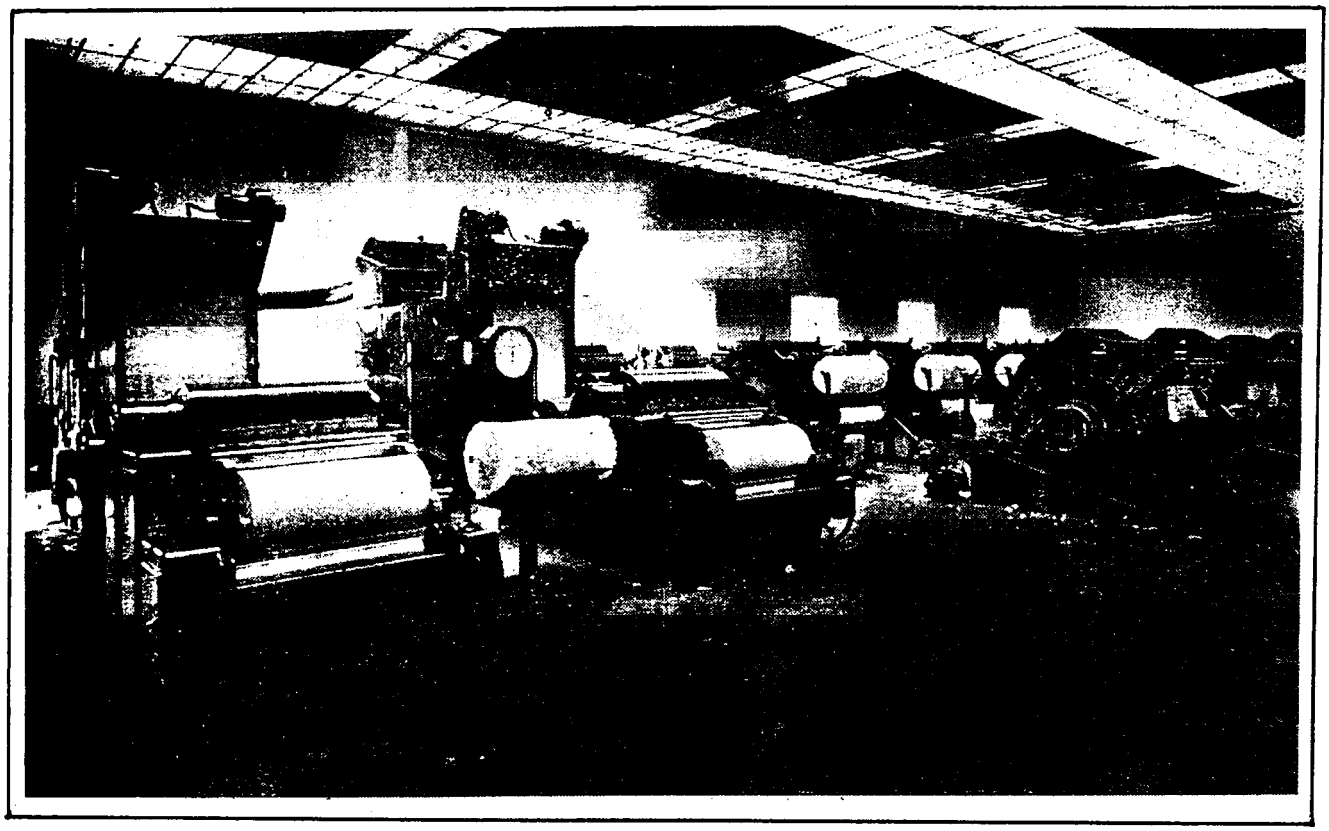


Foto n.º 10 – Fiação (secção de batedores e cardas).

Foto n.º 11 – Fiação (secção de cardas).

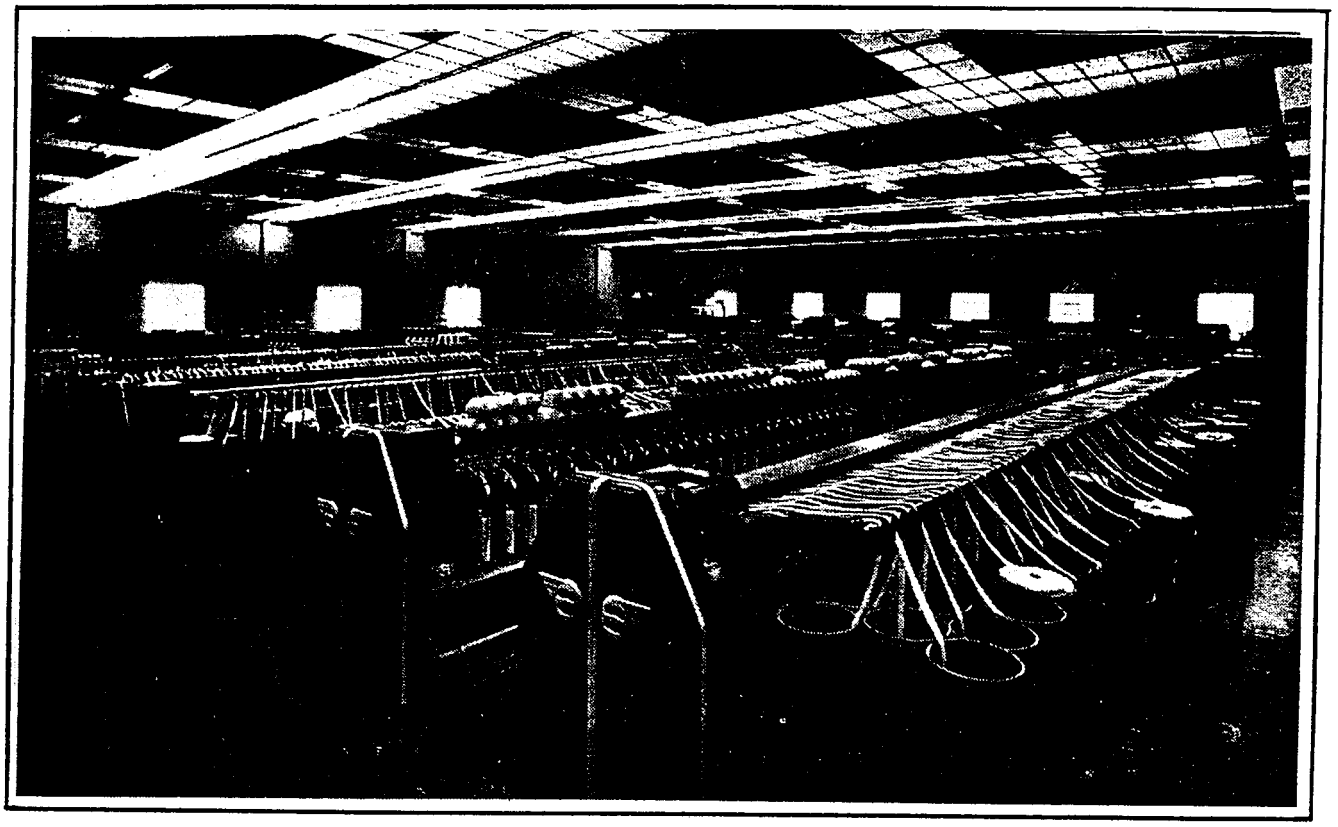


Foto n.º 12 – Fiação (secção de torces).

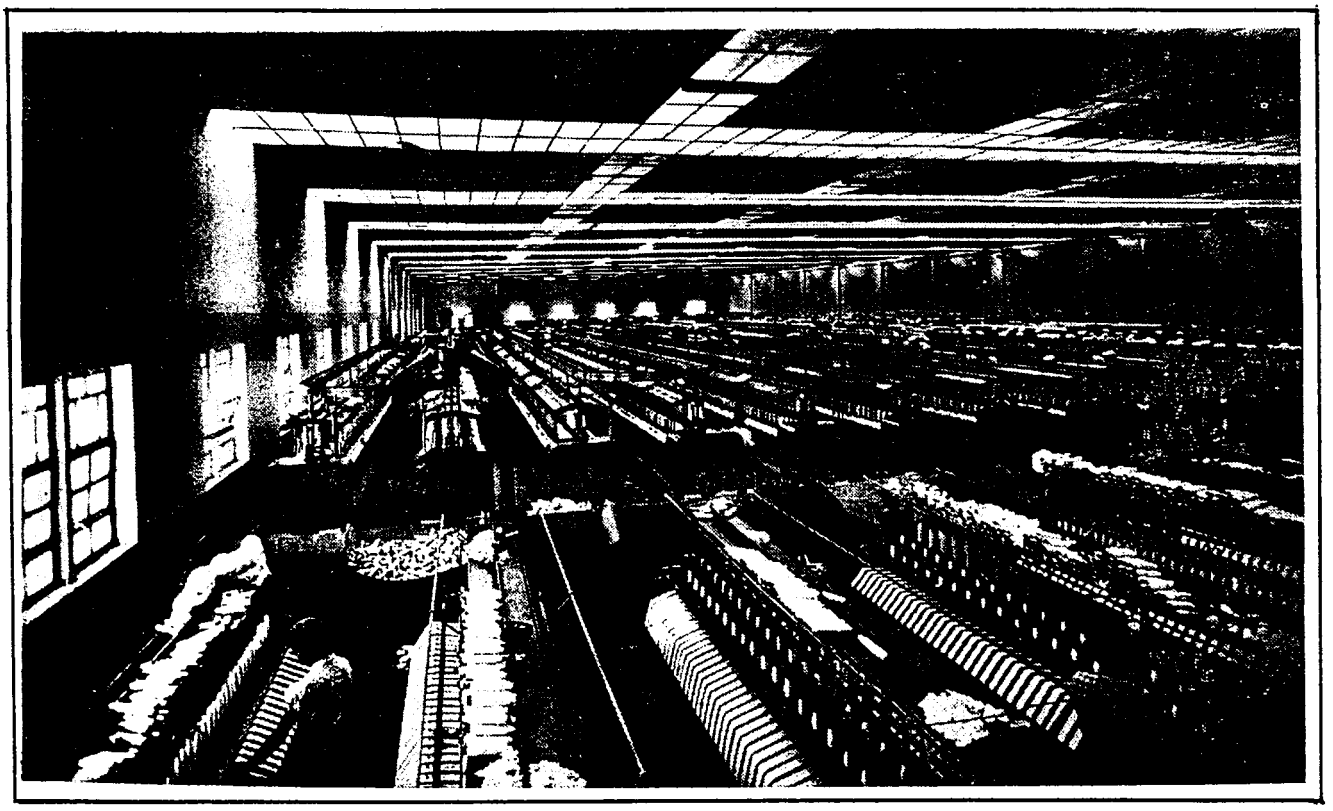


Foto n.º 13 – Aspecto geral da fiação.

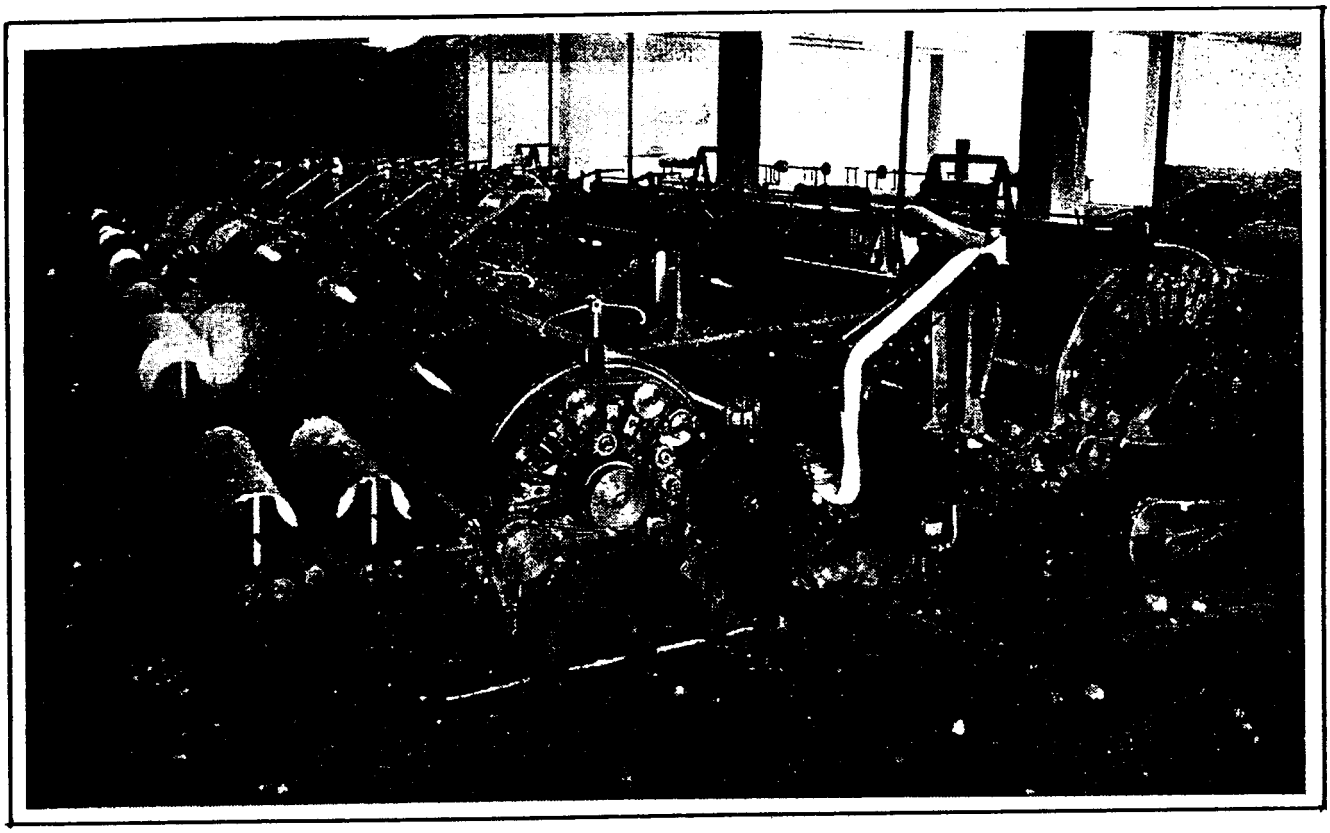


Foto n.º 14 – Secção de fiação grossa .

Foto n.º 15 – Aspecto da secção de revista e cardas de tecidos.

Foto n.º 16 – Pavilhão de "A Flor do Campo", na Exposição Industrial Portuguesa, realizada no Palácio de Cristal em 1958..

CONJUNTO DE FOTOGRAFIAS N.º 3

Foto n.º 17 – Placa colocada na entrada do salão onde decorreram parte das comemorações das Bodas de Ouro..

Foto n.º 18 – Fotografia de familiares e amigos dos proprietários assistindo à Missa comemorativa dos 50 anos da fábrica, na Igreja Matriz de S. Martinho do Campo.

Foto n.º 19 – Imagem de mais alguns familiares de Abílio Ferreira de Oliveira, estando em primeiro plano sua filha, D. Maria Fernanda Ferreira de Oliveira T. Ribeiro.

Foto n.º 20 – Fotografia com as numerosas pessoas que no adro da igreja esperavam pelo final da missa (a igreja de razoável dimensão foi pequena para tanta gente).

Foto n.º 21 – No cemitério da freguesia prestou-se homenagem ao comendador Abílio Ferreira de Oliveira

Foto n.º 22 – D. Fernanda cumprimenta e faz a recepção a alguns representantes do governo e da autarquia, estando em primeiro plano o Ministro do Trabalho.

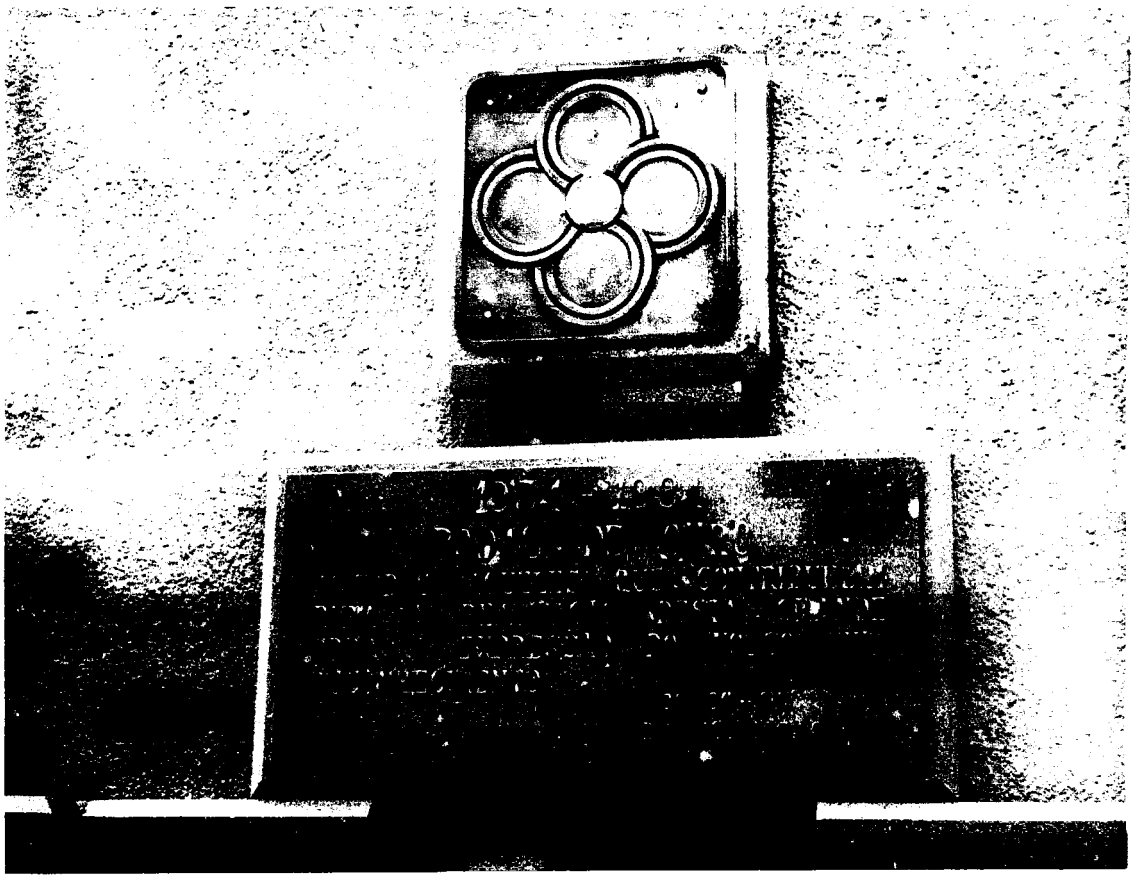


Foto n.º 23 – À entrada da fábrica registou-se numa placa comemorativa a data festiva: 1934-1984 / Bodas de Ouro / A todos aqueles que contribuíram para a realização desta grande obra a expressão do nosso vivo reconhecimento.

Foto n.º 24 – Mesa de honra das comemorações, podendo observar-se D. Fernanda e o marido a ladearem o Ministro do Trabalho, Dr. Amândio de Azevedo, mas destacando-se igualmente o Dr. Carlos Cal Brandão, Governador Civil do Porto, Dr. Joaquim Ferreira Couto, presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso e o sr. Benjamim Martins Rodrigues, Presidenta da Junta de Freguesia de S. Martinho do Campo

Foto n.º 25 – Imagem com representantes de instituições oficiais, registando-se também a presença de D. Gabriel de Sousa, Abade Resignatário de Singeverga.

Foto n.º 26 – Entrega de lembranças aos funcionários mais antigos da empresa.

Foto n.º 27 – Imagem da imensa plateia que assistiu a um espectáculo de variedades. Bem visível é o slogan "Ao Serviço da Indústria Têxtil e de Portugal", uma frase empolgante para o momento festivo e para a mensagem que se queria transmitir.

Foto n.º 28 – Aspecto geral da plateia que assistiu ao espectáculo das Bodas de Ouro de "A Flor do Campo", tendo-se seguido o tradicional repasto deste tipo de festas.

CONVITE PARA AS BODAS DE OURO

FLOR DO CAMPO

BODAS DE OURO

1934 • 1984

Convite

CONVITE PARA AS BODAS DE OURO

A Administração da

Sociedade Têxtil A Flor do Campo, Sarl

tem a honra de o convidar a participar

nas comemorações do cinquentenário

da fundação da Empresa,

no dia 25 de Abril de 1984.

Muito honrados

ficamos, com a sua presença

10.00 h. -- Missa Solene.

11.00 h. -- Romagem ao Cemitério.

11.30 h. -- Cerimónia evocativa do cinquentenário da Empresa.

12.00 h. -- Sessão Solene com a presença das autoridades.

13.00 h. -- Almoço Comemorativo.

15.00 h. -- Festa Convívio.

19.00 h. -- Encerramento.

L. REGISTO ORAL

O registo oral continua a ser uma fonte informativa que devemos utilizar e valorizar, sobretudo se o âmbito do nosso estudo está contextuado na História contemporânea e em que há testemunhos vivos que podem de alguma forma atestar da veracidade de outras fontes. Claro está que esses testemunhos podem igualmente ser prestados num clima de paixão, de saudosismo ou mesmo com alguma amargura, mas compete igualmente ao investigador orientar as questões para o que julga ser importante para o seu estudo.

Para que esses testemunhos sejam ainda mais significativos; é importante haver uma diversidade dos mesmos, possibilitando assim uma amostragem mais heterogénea e mais real.

Também aqui foi necessário preparar os nossos contactos orais, já que para uma entrevista é importante preparar um guião previamente. Assim sendo foram realizados e aplicados quatro guiões:

1. destinado à actual proprietária da fábrica e filha do seu fundador, daí incidirem as questões na figura de seu pai, na fábrica e nela própria como parte activa;
2. destinado ao primeiro elemento do sexo feminino que trabalhou no sector dos escritórios;
3. destinado a várias pessoas que exercem funções em associações e instituições com importância local;
4. destinado a pessoas muito diversas que conheceram o Comendador Abílio Ferreira de Oliveira.

GUIÃO N.º 1

(entrevista à proprietária da fábrica "A Flor do Campo, S. A.")

1. Sobre Abílio Ferreira de Oliveira:

- Naturalidade / Instrução / Casamento / Filhos

2. Dados sobre o sr. Comendador:

- com que idade começou a trabalhar
- que começou a fazer até chegar à indústria têxtil
- como surgiu a oportunidade de se dedicar à indústria têxtil
- inicialmente teve algum sócio? Como se chamava? Quando ficou como único proprietário?

3. Sobre a fábrica...

- Com quantos teares começou?
- Como foram adquiridos?
- Como foi o seu financiamento?
- Em que ano passaram a ser mecanizados?
- Quando surgiu a automatização?
- Local da instalação é ainda o actual?
- Quantos trabalhadores tinha na altura?
- Que tipo de produtos eram fabricados?
- Porquê o nome "Flor do Campo"?
- Por que razão foi fundada a fábrica em S. Martinho do Campo?
- Inicialmente trabalhava com algodão ou com mistura de fibras (com linho)?
- A fábrica laborava segundo uma estrutura vertical? Caso contrário quando passou a ser desta maneira?
- Quem fornecia a matéria-prima?
- Que tipo de tecidos fabricava (estrutura, nº de fios por cm2)?
- Em que mercados eram vendidos os tecidos no início?
- Quando se recorreu aos mercados estrangeiros para aquisição de matérias-primas? Que mercados fornecedores foram esses?
- Quando se começou a exportar tecidos? Para que países?
- Que tipo de energia era utilizada na fábrica?
- Que influência teve o condicionamento industrial para a fábrica?
- Como se aguentou a fábrica no período pós-25 de Abril?
- Faziam habitualmente publicidade aos seus produtos? De que forma?
- Participam em feiras internacionais? De que modo? Desde quando?

- Para além desta empresa existe ou existiram outras do mesmo ramo na mesma família? E de outros ramos?

4. Ainda sobre o sr. Comendador....

- Como o define nos seguintes papéis:
  - Pai e marido
  - Empresário Pessoa
- que sentia o sr. Comendador pela fábrica?
- que sentia o sr. Comendador pela freguesia de S. Martinho do Campo?
- que associações foram criadas directamente sobre a sua influência?
- que outras associações tiveram a sua ajuda?
- A nível concelhio em que circunstâncias revelou a sua faceta de benemérito? De que forma?
- um momento difícil foi a detenção do sr. Comendador. Como explica a sua detenção?
- onde estavam quando se deu a detenção?
- qual o sentimento gerado no sr. Comendador por esta detenção?
- descreva sucintamente como viveram o momento da sua libertação.

5. Sobre a D. Fernanda...

- Refira sucintamente a sua mais antiga memória da fábrica
- Que recordações lhe trazem os teares que se encontram no átrio da entrada da fábrica?
- Quando começou a trabalhar activamente na fábrica e com que funções?
- Quando assumiu a direcção da fábrica?
- Sabendo que na sua antiga casa são hoje os escritórios, como vê essa ligação?
- Das festas da empresa qual a que recorda com melhor imagem? Porquê?
- E das festas familiares (por vezes com significado para a população local), há alguma que queira destacar? Porquê?

6. A concluir, que figuras públicas se recorda terem mantido contactos profissionais e pessoais com o seu pai e consigo? Há alguma que queira destacar e porquê?

GUIÃO N.º 2

(entrevista à primeira mulher que começou a trabalhar nos escritórios)

1. Nome (primeiro e último) - _____
2. Que função desempenha na empresa - _____
3. Há quantos anos trabalha na Flor do Campo - _____
4. Qual foi a sensação de ser a primeira mulher a trabalhar nos escritórios da fábrica?
5. O que representa para si a empresa "A Flor do Campo"?
6. Tendo conhecido o sr. Comendador, que imagem recorda dele como pessoa e como patrão?

GUIÃO N.º 3

(entrevista a pessoas com funções em associações ou outras instituições locais)

1. Nome (primeiro e último)
2. Associação / instituição a que está ligado
3. Conheceu o sr. Comendador? Com que imagem ficou dele?
4. Em que medida a associação / instituição que representa foi apoiada por ele?
5. O que pensa da fábrica "A Flor do Campo" ?
6. Que importância tem esta fábrica para S. Martinho do Campo?
7. Recorda-se de alguma história curiosa sobre o Sr. Comendador ou sobre a fábrica "A Flor do Campo" ?

GUIÃO N.º 4

(entrevista a pessoas diversas)

1. Nome (primeiro e último)
2. Conheceu o sr. Comendador? Que imagem tem dele?
3. O que pensa da fábrica "A Flor do Campo" ?
4. Que importância tem esta fábrica para S. Martinho do Campo